



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1646 - Revisada

Terça-feira - 23 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

|                         |     |                                   |     |                               |     |
|-------------------------|-----|-----------------------------------|-----|-------------------------------|-----|
| Água Doce.....          | 2   | Leoberto Leal.....                | 399 | Tunápolis.....                | 633 |
| Alto Bela Vista.....    | 9   | Lindóia do Sul.....               | 402 | Urussanga.....                | 634 |
| Antônio Carlos.....     | 33  | Luzerna.....                      | 403 | Vargeão.....                  | 636 |
| Ascurra.....            | 39  | Macieira.....                     | 407 | Vargem Bonita.....            | 638 |
| Balneário Rincão.....   | 42  | Massaranduba.....                 | 409 | Vidal Ramos.....              | 639 |
| Biguaçu.....            | 46  | Meleiro.....                      | 411 | Videira.....                  | 640 |
| Blumenau.....           | 58  | Modelo.....                       | 412 | Vitor Meireles.....           | 648 |
| Bom Jesus do Oeste..... | 83  | Navegantes.....                   | 413 | Xavantina.....                | 651 |
| Brunópolis.....         | 87  | Novo Horizonte.....               | 421 | Xaxim.....                    | 653 |
| Brusque.....            | 88  | Orleans.....                      | 421 |                               |     |
| Caçador.....            | 90  | Ouro Verde.....                   | 435 | <b>Associações</b>            |     |
| Campo Alegre.....       | 110 | Palhoça.....                      | 436 | EGEM.....                     | 654 |
| Campos Novos.....       | 143 | Passo de Torres.....              | 441 | FECAM.....                    | 656 |
| Canoinhas.....          | 143 | Passos Maia.....                  | 443 |                               |     |
| Capinzal.....           | 166 | Paulo Lopes.....                  | 444 | <b>Consórcios</b>             |     |
| Cocal do Sul.....       | 176 | Penha.....                        | 455 | CIGA.....                     | 658 |
| Concórdia.....          | 177 | Peritiba.....                     | 456 | CIMCATARINA.....              | 660 |
| Cordilheira Alta.....   | 209 | Ponte Serrada.....                | 456 |                               |     |
| Coronel Martins.....    | 229 | Porto Belo.....                   | 457 | <b>Editais de Notificação</b> |     |
| Curitibanos.....        | 233 | Porto União.....                  | 458 | Imbituba.....                 | 662 |
| Doutor Pedrinho.....    | 240 | Presidente Castello Branco.....   | 521 | Iomerê.....                   | 778 |
| Forquilha.....          | 249 | Rio do Sul.....                   | 521 | Ipumirim.....                 | 859 |
| Fraiburgo.....          | 249 | Salto Veloso.....                 | 530 |                               |     |
| Galvão.....             | 254 | Santa Rosa do Sul.....            | 530 |                               |     |
| Garopaba.....           | 255 | Santa Terezinha do Progresso..... | 531 |                               |     |
| Garuva.....             | 256 | Santiago do Sul.....              | 534 |                               |     |
| Grão Pará.....          | 273 | São Bento do Sul.....             | 551 |                               |     |
| Guaramirim.....         | 274 | São Carlos.....                   | 585 |                               |     |
| Guarujá do Sul.....     | 284 | São Domingos.....                 | 585 |                               |     |
| Herval d'Oeste.....     | 287 | São João do Sul.....              | 591 |                               |     |
| Imbituba.....           | 294 | São Joaquim.....                  | 592 |                               |     |
| Indaial.....            | 296 | São José.....                     | 597 |                               |     |
| Ipumirim.....           | 303 | São José do Cedro.....            | 599 |                               |     |
| Irineópolis.....        | 307 | São Lourenço do Oeste.....        | 600 |                               |     |
| Itapiranga.....         | 308 | São Miguel da Boa Vista.....      | 601 |                               |     |
| Itapoá.....             | 310 | Schroeder.....                    | 602 |                               |     |
| Ituporanga.....         | 313 | Serra Alta.....                   | 603 |                               |     |
| Joaçaba.....            | 316 | Tigrinhos.....                    | 613 |                               |     |
| Lages.....              | 383 | Timbó.....                        | 614 |                               |     |
| Lauro Muller.....       | 392 | Três Barras.....                  | 630 |                               |     |
| Lebon Régis.....        | 394 | Treze Tilias.....                 | 633 |                               |     |

## EDIÇÃO REVISADA:

A edição nº 1646, foi substituída as 18:30 horas do dia 23 de dezembro de 2014 por falha técnica nas páginas 554 a 559 da referida publicação.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 305/2014

PORTARIA Nº 305/2014 de 15 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária NILZE MARIA B SARI, inscrita sob CPF nº 518.071.309-91 ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, a partir de 15/12/2014 a 13/01/2015, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

### PORTARIA 306/2014

PORTARIA Nº 306/2014 de 15 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária HELENA CLARICE DOS SANTOS, inscrita sob CPF nº 020.534.579-45 ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, a partir de 15/12/2014 a 13/01/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

### PORTARIA 307/2014

PORTARIA Nº 307/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar os servidores contratados por tempo determinado:

FABIANA PROVIN ZENATTI DE SOUZA, inscrita sob CPF 009.224.349-56,  
NEUSA APARECIDA DOS SANTOS, inscrita sob CPF 732.315.179-15 e  
SCHAILA TATIANE TORTATO, inscrita sob CPF 021.416.059-97

aprovadas no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

### PORTARIA 308/2014

PORTARIA Nº 308/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE 1º A 5ª SÉRIE 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar os servidores contratados por tempo determinado:

LUCI MARA ANSSOLIN LUCHESE, inscrita sob CPF 006.461.699-12,  
MAÍRA RAMOS, inscrita sob CPF 019.988.579-64,  
JULIANA PEREIRA DE SOUZA KATSCHOR, inscrita sob CPF 031.961.689-48,  
SALETE ZARPELON PARENTI, inscrita sob CPF 824.989.209-78,  
CARMELENA ALVES PAZ, inscrita sob CPF 034.992.979-30,  
DAYANE DE MORAIS, inscrita sob CPF 036.181.369-43,  
MARISETE KOCHER, inscrita sob CPF 035.341.109-43 e  
JANICE APARECIDA GONÇALVES DOS SANTOS, inscrita sob CPF 062.390.719-43

aprovadas no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor 1ª

a 5ª série, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.  
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

### **PORTARIA 309/2014**

PORTARIA Nº 309/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE 6º A 9ª SÉRIE 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar os servidores contratados por tempo determinado:

VANESSA CRISTINA PARENTI, inscrita sob CPF 086.658.929-58,  
GISSELE BREZOLIN GHIDORSI, inscrita sob CPF 693.665.199-20,

aprovadas no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor 6ª a 9ª série, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

### **PORTARIA 310/2014**

PORTARIA Nº 310/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDORA CONTRATADA POR TEMPO DETERMINADO NO CARGO PROFESSOR DE 1º A 5ª SÉRIE 40 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora contratada por tempo determinado:

IONE QUELLMALZ BORTOLON, inscrita sob CPF 656.894.109-34,

aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor 6ª a 9ª série, com carga horária de 40 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

### **PORTARIA 311/2014**

PORTARIA Nº 311/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDORA CONTRATADA POR TEMPO DETERMINADO NO CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora contratada por tempo determinado:

DANIELA TINELI, inscrita sob CPF 055.595.739-06,

aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 40 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

### **PORTARIA 312/2014**

PORTARIA Nº 312/2014 de 19 de dezembro de 2014  
"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO NO CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar o servidor contratado por tempo determinado:

JULIANO CECCONELLO, inscrito sob CPF 005.899.709-17,

aprovado no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

#### **PORTARIA 313/2014**

PORTARIA Nº 313/2014 de 19 de dezembro de 2014

“EXONERA SERVIDORA CONTRATADA POR TEMPO DETERMINADO NO CARGO AGENTE OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora contratada por tempo determinado:

MALVINA FERREIRA VELHO, inscrita sob CPF 321.960.249-53,

aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais, na data de 19/12/2014, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

#### **PORTARIA 314/2014**

PORTARIA Nº 314/2014 de 22 de dezembro de 2014

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária EDNA DE F LEMOS VIEIRA

BISSANI, inscrita sob CPF nº 570.410.679-04 ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 22/12/2014 a 05/01/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### **PORTARIA 315/2014**

PORTARIA Nº 315/2014 de 22 de dezembro de 2014

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária TEREZINHA QUEIROZ, inscrita sob CPF nº 744.237.899-49 ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, a partir de 22/12/2014 a 05/01/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### **PORTARIA 316/2014**

PORTARIA Nº 316/2014 de 22 de dezembro de 2014

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VALDERLEA AP PRESTES PEREIRA, inscrita sob CPF nº 494.802.869-04 ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 22/12/2014 a 03/01/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### **PORTARIA 317/2014**

PORTARIA Nº 317/2014 de 22 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária GISLAINE BREZOLIN TONIAL, inscrita sob CPF nº 000.184.789-99, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Dpto. de Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 10/12/2014 a 08/01/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a dia 10/12/2014 revogando-se as disposições em contrário, em especial a PORTARIA 302/2014.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### **PORTARIA 318/2014**

PORTARIA Nº 318/2014 de 22 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA, inscrita sob CPF nº 894.734.349-87 ocupante do cargo efetivo de Suporte Pedagógico, a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**BALANCETE FINANCEIRO FMAS - NOVEMBRO 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

| Receita                        |            | Despesa                             |            |
|--------------------------------|------------|-------------------------------------|------------|
| Títulos                        | Valor      | Títulos                             | Valor      |
| Receita Orçamentária           | 21.739,09  | Despesa Orçamentária                | 18.949,65  |
| RECEITA PATRIMONIAL            | 485,63     | Despesas exceto Intra-orçamentárias | 18.949,65  |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES       | 21.253,46  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS          | 7.091,95   |
|                                |            | OUTRAS DESPESAS CORRENTES           | 11.857,70  |
| Receita Extra - Orçamentária   | 35.609,44  | Despesa Extra - Orçamentária        | 20.596,76  |
| DEPÓSITOS                      | 1.659,79   | DEPÓSITOS                           | 1.659,79   |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS  | 1.659,79   | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS       | 1.659,79   |
| DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO | 1.659,79   | DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO      | 1.659,79   |
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO       | 18.949,65  | OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO            | 18.936,97  |
| OBRIGAÇÕES A PAGAR             | 18.949,65  | OBRIGAÇÕES A PAGAR                  | 18.936,97  |
| FORNECEDORES                   | 11.857,70  | FORNECEDORES                        | 11.845,02  |
| PESSOAL A PAGAR                | 5.755,53   | PESSOAL A PAGAR                     | 5.755,53   |
| ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER    | 1.336,42   | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER         | 1.336,42   |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS          | 15.000,00  |                                     |            |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS       | 15.000,00  |                                     |            |
| REPASSE RECEBIDO               | 15.000,00  |                                     |            |
| Saldos anteriores              | 128.851,69 | Saldos atuais                       | 146.653,81 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO   | 112.534,99 | APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO        | 121.448,77 |
| BANCO C/ MOVIMENTO             | 16.316,70  | BANCO C/ MOVIMENTO                  | 25.205,04  |
| BANCOS C/ VINCULADAS           | 0,00       | BANCOS C/ VINCULADAS                | 0,00       |
| INVESTIMENTOS DO RPPS          | 0,00       | INVESTIMENTOS DO RPPS               | 0,00       |
| TESOURARIA GERAL               | 0,00       | TESOURARIA GERAL                    | 0,00       |
| Total                          | 186.200,22 | Total                               | 186.200,22 |

AGUA DOCE , 17/12/2014

\_\_\_\_\_  
 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



**BALANCETE FINANCEIRO FMS - NOVEMBRO 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

| Receita                        |              | Despesa                             |              |
|--------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|
| Títulos                        | Valor        | Títulos                             | Valor        |
| Receita Orçamentária           | 134.431,89   | Despesa Orçamentária                | 291.387,47   |
| RECEITA TRIBUTÁRIA             | 628,96       | Despesas exceto Intra-orçamentárias | 290.001,68   |
| RECEITA PATRIMONIAL            | 978,70       | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS          | 170.692,66   |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES       | 127.824,23   | OUTRAS DESPESAS CORRENTES           | 81.436,33    |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL      | 5.000,00     | INVESTIMENTOS                       | 37.872,69    |
|                                |              | Despesas Intra-orçamentárias        | 1.385,79     |
|                                |              | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS          | 1.385,79     |
| Receita Extra - Orçamentária   | 566.460,05   | Despesa Extra - Orçamentária        | 408.720,47   |
| DEPÓSITOS                      | 33.573,88    | DEPÓSITOS                           | 34.845,89    |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS  | 33.573,88    | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS       | 34.845,89    |
| DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO | 33.573,88    | DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO      | 34.845,89    |
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO       | 295.896,56   | OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO            | 373.874,58   |
| OBRIGAÇÕES A PAGAR             | 295.896,56   | OBRIGAÇÕES A PAGAR                  | 373.874,58   |
| FORNECEDORES                   | 124.501,03   | FORNECEDORES                        | 173.656,89   |
| PESSOAL A PAGAR                | 137.501,81   | PESSOAL A PAGAR                     | 164.799,53   |
| ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER    | 33.190,85    | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER         | 34.675,29    |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS         | 702,87       | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS              | 742,87       |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS          | 236.989,61   |                                     |              |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS       | 236.989,61   |                                     |              |
| REPASSE RECEBIDO               | 236.989,61   |                                     |              |
| Saldos anteriores              | 1.271.450,88 | Saldos atuais                       | 1.272.234,88 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO   | 778.759,75   | APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO        | 782.933,36   |
| BANCO C/ MOVIMENTO             | 492.691,13   | BANCO C/ MOVIMENTO                  | 489.301,52   |
| BANCOS C/ VINCULADAS           | 0,00         | BANCOS C/ VINCULADAS                | 0,00         |
| INVESTIMENTOS DO RPPS          | 0,00         | INVESTIMENTOS DO RPPS               | 0,00         |
| TESOURARIA GERAL               | 0,00         | TESOURARIA GERAL                    | 0,00         |
| Total                          | 1.972.342,82 | Total                               | 1.972.342,82 |

AGUA DOCE , 12/12/2014

\_\_\_\_\_  
 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO SIMA - NOVEMBRO 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

| Receita                        |              | Despesa                             |              |
|--------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|
| Títulos                        | Valor        | Títulos                             | Valor        |
| Receita Orçamentária           | 32.606,81    | Despesa Orçamentária                | 23.539,21    |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES      | 15.005,40    | Despesas exceto Intra-orçamentárias | 23.539,21    |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES      | 5.242,51     | OUTRAS DESPESAS CORRENTES           | 23.539,21    |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES       | 12.358,90    |                                     |              |
| Receita Extra - Orçamentária   | 23.675,18    | Despesa Extra - Orçamentária        | 21.817,92    |
| DEPÓSITOS                      | 135,97       | DEPÓSITOS                           | 135,97       |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS  | 135,97       | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS       | 135,97       |
| DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO | 135,97       | DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO      | 135,97       |
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO       | 23.539,21    | OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO            | 21.681,95    |
| OBRIGAÇÕES A PAGAR             | 23.539,21    | OBRIGAÇÕES A PAGAR                  | 21.681,95    |
| FORNECEDORES                   | 20.790,69    | FORNECEDORES                        | 20.165,42    |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS         | 2.748,52     | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS              | 1.516,53     |
| Saldos anteriores              | 1.727.362,63 | Saldos atuais                       | 1.738.287,49 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO   | 1.670.000,00 | APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO        | 1.670.000,00 |
| BANCO C/ MOVIMENTO             | 57.362,63    | BANCO C/ MOVIMENTO                  | 68.287,49    |
| INVESTIMENTOS DO RPPS          | 0,00         | INVESTIMENTOS DO RPPS               | 0,00         |
| TESOURARIA GERAL               | 0,00         | TESOURARIA GERAL                    | 0,00         |
| Total                          | 1.783.644,62 | Total                               | 1.783.644,62 |

AGUA DOCE , 17/12/2014

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1945 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude das comemorações alusivas ao Natal e ao Ano Novo a administração municipal de Alto Bela Vista estabelece os seguintes horários para este período, nas Repartições Públicas Municipais:

- a) Dia 24/12/2014 - Véspera de Natal, expediente somente no período matutino;
- b) Dia 26/12/2014 - Ponto facultativo;
- c) Dia 31/12/2014 - Véspera de Ano Novo, expediente somente no período matutino;
- d) Dia 02/01/2015 - Ponto facultativo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 15 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 1946 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal LIDIANA POLHMANN, Matrícula 651, do cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS - EDUCAÇÃO INFANTIL, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo a pedido da servidora pelo requerimento protocolado sob nº 290/2014 datado de 26 de novembro de 2014.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1811 de 24 de fevereiro de 2014 e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 17 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 1947 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE ADMISSÃO DE CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder férias regulamentar a Servidora Pública Municipal CAMILE ROSSET, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA TEMPORÁRIO, Cargo de Admissão de Caráter Temporário, lotada na Gerência de Saúde.

Art. 2º Período aquisitivo de 08/11/2012 a 07/11/2013, período de gozo de 17 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 17 de dezembro de 2014.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 1948 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Agente de Limpeza e Copa;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a Sra. ALEXANDRA GHENO, ocupante do Cargo de FONOAUDIOLOGA, nomeada através do Decreto nº 1.872, de 02 de junho de 2014, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

#### **DECRETO Nº 1949 DE 18 DEZEMBRO DE 2014**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Agente de Limpeza e Copa;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ALEXANDRA GHENO, para exercer o cargo de FONOAUDIOLOGA, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á através e nos termos do processo seletivo 002/2014, homologado através do Decreto n. 1.918, de 07 de novembro de 2014, que preencheu a referida vaga.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

#### **DECRETO Nº 1950 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005; e

Considerando o estado gravídico devidamente comprovado da servidora abaixo indicada;

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o contrato de trabalho da Sra. AZUELK GONÇALVES, servidora pública municipal ocupante do cargo PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino com INFORMÁTICA em caráter temporário na condição de não-habilitada, lotada no Telecentro da Casa da Memória e com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 21 de novembro de 2015, podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a estabilidade provisória decorrente de sua gravidez e posterior licença maternidade concedida pelo Decreto 1934 de 24 de novembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 1857 de 22 de Abril de 2014 e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista, em 19 de Dezembro 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

#### **DECRETO Nº1951 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005; e

Considerando o estado gravídico devidamente comprovado da servidora abaixo indicada;

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o contrato de trabalho da Sra. TLEILI TIEGS, servidora pública municipal ocupante do cargo PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino com EDUCAÇÃO FÍSICA em caráter temporário na condição de não-habilitada com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2015, podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a estabilidade provisória decorrente de sua gravidez.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 1848 de 02 de Abril de 2014 e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista, em 19 de Dezembro 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

## **LEI COMPLEMENTAR Nº066 DE 19 DEZEMBRO DE 2014**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso IV, do parágrafo único do art. 60, incisos I, IV e V, do art. 65 e incisos III e XI do art. 99, todos da lei Orgânica do Município;

Faz Saber a todos os habitantes do Município de Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO GERAL**

Art. 1º O Governo do Município de Alto Bela Vista tem como objetivos o desenvolvimento integrado, ordenado e, ambientalmente sustentado, bem como, o aprimoramento, agilização e modernização dos serviços públicos prestados mediante o planejamento e a transparência de suas atividades, ações administrativas e de seus atos de gestão.

§ 1º A elaboração e execução do planejamento das atividades e ações governamentais obedecerão ao estrito cumprimento das disposições legais pertinentes e guardará, sempre que possível harmonia e consonância com os planos e programas do Governo da União, do Estado e de seus respectivos órgãos.

§ 2º A transparência das atividades, das ações administrativas e dos atos de gestão, obedecerá, entre outras, as disposições do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ou de outra legislação que trate da responsabilidade na gestão fiscal.

§ 3º A Administração Municipal obedecerá, em todas as suas ações e atos, dentre outros aplicáveis à Administração Pública, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 4º O servidor público será profissionalizado e valorizado, por meio de amplo programa de capacitação, que o habilite para desenvolver várias atividades inerentes às funções e atribuições do cargo e o qualifique para o atendimento ao cidadão, tornando-o capaz de encontrar novas soluções e de modernizar o fluxo de decisões, bem como de congregar seu grupo de trabalho na busca destes objetivos.

§ 5º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de

receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar, além da obediência aos limites constitucionais mínimos de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 2º O Governo Municipal promoverá a integração das comunidades e das entidades representativas da sociedade na vida político-administrativa do Município, através de órgãos coletivos de assessoramento e deliberação, constituídos por servidores públicos municipais, representantes de entidades classistas, clubes de serviço, associações comunitárias e de outras formas de associativismo social, econômico, cultural ou esportivo e de municípios com destacada atuação na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será atingido, também, com a observância e aplicação das disposições previstas nos arts. 9º, § 4º e 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º O Município recorrerá, sempre que conveniente e oportuno à execução indireta de obras e serviços, obedecidos os ditames da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou de outra legislação que a suceder, de forma a propiciar agilidade no atendimento aos interesses públicos e aos munícipes, evitando encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de pessoal.

Art. 4º Os serviços públicos de competência municipal, conforme definido na Lei Orgânica do Município, poderão ser prestados e executados sob a forma de concessão ou permissão, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou de outra legislação que a suceder.

Art. 5º Todas as atividades, ações e serviços, o planejamento municipal e sua execução, a execução orçamentária, o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional da Administração Municipal estão sujeitos ao sistema de controle interno, que atuará na forma estabelecida em legislação específica, observadas as disposições previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e em outra legislação aplicável.

#### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

##### **Seção I Administração Direta**

Art. 6º O Município de Alto Bela Vista passa a ter a seguinte organização geral:

I - órgãos de direção;

II - órgãos de chefia e assessoramento; e

III - órgãos de apoio específico.

Art. 7º Integram a estrutura administrativa do Município:

I - nos órgãos de direção, o Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

II - nos órgãos de chefia e assessoramento:

a) a Gerência de Administração e Finanças;

b) a Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

c) a Gerência de Transportes;

- d) a Gerência de Urbanismo e Habitação;
- e) a Gerência de Saúde e Assistência Social;
- f) a Gerência de Educação e Esportes; e
- g) a Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

III - nos órgãos de apoio específico:

- a) a Junta de Serviço Militar; e
- b) os Conselhos Municipais legalmente instituídos.

## Seção II

Administração Direta Descentralizada

Art. 8º Faz parte da Administração Direta Descentralizada a gestão dos fundos municipais legalmente instituídos.

## CAPÍTULO III

### DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 9º O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município têm suas atribuições e competências definidas na Lei Orgânica do Município, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Constituição Federal.

Art. 10. Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito compete a execução das atribuições e competências inerentes aos respectivos cargos, conforme delineado no artigo anterior e tem em sua estrutura as unidades de chefia e assessoramento constantes dos parágrafos seguintes.

§ 1º - Contadoria Geral do Município - ao titular desta pasta competem as seguintes atribuições:

I - orientar e expedir atos normativos concernentes à ação do Sistema;

II - supervisionar tecnicamente e fiscalizar as atividades e o cumprimento das atribuições do Sistema;

III - programar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações setoriais;

IV - determinar e avaliar a execução do acompanhamento contábil, orçamentário, financeiros e patrimonial;

V - Acompanhar os registros contábeis, balancetes, saldos mensais e a correta escrituração contábil;

VI - emitir instruções normativas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização procedimental e operacional, sobre a forma de controle interno, esclarecer dúvidas e sugerir regulamentações;

VII - a execução da política da gestão municipal, especialmente: a superintendência de todas as atividades e atribuições relativas a contadoria pública municipal, à gestão fiscal, orçamentária e financeira, nos termos das normas próprias do Direto Financeiro;

VIII - participar do planejamento orçamentário, coordenando todas as atividades precedentes e necessárias à elaboração das propostas legislativas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária anual - LOA;

IX - superintender e coordenar todas as atividades, serviços e ações necessárias à gestão e ao controle do cumprimento de

índices e limites constitucionais e legais;

X - orientar o Prefeito Municipal, os titulares dos demais órgãos municipais e os gestores de fundos municipais, quanto ao cumprimento das disposições legais, pertinentes à contabilidade pública e à gestão fiscal, financeira e orçamentária;

XI - Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal o cronograma mensal de Desembolso e a programação orçamentária e financeira do município;

XII - cumprir e fazer cumprir a programação orçamentária e o cronograma mensal de desembolso; coordenar formas participativas da sociedade na elaboração da legislação orçamentária e no estabelecimento de prioridades programáticas e na promoção do controle social pertinente à execução orçamentária e à gestão transparente da Administração Municipal;

XIII - interagir com todos os demais órgãos e unidades administrativas, na elaboração e na execução da programação orçamentária.

§ 2º À Assessoria de Comunicação e Informação, dentre outras compete:

I - assessorar o Prefeito e o Vice-Prefeito do Município e os titulares dos órgãos da estrutura administrativa, objetivando a perfeita comunicação interna, sob qualquer forma, e externa para a divulgação institucional do planejamento, dos programas, atividades, ações e serviços da Administração Municipal a cargo do Poder Executivo;

II - coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação as informações de interesse público, da Administração e dos municípios;

III - coletar e promover a disseminação interna e externa de informações de interesse administrativo;

IV - manter relacionamento com os organismos de imprensa local, regional, estadual ou nacional, para a perfeita execução de suas atribuições e para a promoção do Município e das ações do Governo local;

V - acompanhar e reportar os eventos promovidos pela Administração ou do seu interesse, ou do interesse da comunidade;

VI - coletar, arquivar e divulgar as informações de interesse do Governo ou do Município; observar a legislação pertinente à publicidade institucional do Governo Municipal; executar as atividades de relações públicas, de propaganda e publicidade administrativa;

VII - promover a publicação, nos termos da lei, dos atos administrativos e legais.

§ 3º À Assessoria de Gabinete, dentre outras compete:

I - a organização e controle da agenda oficial do Prefeito Municipal;

II - controle da agenda telefônica e a realização e encaminhamento de ligações telefônicas de interesse do Prefeito Municipal;

III - a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas a serem atendidas pelo prefeito Municipal, sempre que possível, com a indicação prévia do assunto a ser tratado;

IV - coordenar a interação entre os órgãos e unidades da Administração Municipal e o prefeito;

V - controlar a recepção, encaminhamento, arquivamento e



acompanha-mento da correspondência recebida e expedida pelo Prefeito Municipal;

VI - executar outras atribuições para a perfeita funcionabilidade no atendimento, pelo Gabinete do Prefeito, com agilidade e eficiência.

§ 4º Consultor Jurídico, que prestará serviços advocatícios ao município de 16 horas semanais, compete:

I - propor orientação jurídico-normativa para a administração pública direta, direta descentralizada e indireta;

II - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Pública Municipal;

III - promover a cobrança judicial da dívida ativa do Município, de forma articulada com o setor de Tributação Municipal;

IV - promover a unificação de jurisprudência Administrativa do Município;

V - promover processos administrativos disciplinares nos casos previstos em Lei;

VI - representar os interesses do Prefeito Municipal, da administração pública municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União e do Poder Judiciário;

VII - prestar, quando solicitada, assistência jurídica e administrativa as Gerências Municipais, aos Fundos e Fundações, a título complementar ou supletivo;

VIII - relacionar-se com o Ministério Público e Ordem dos advogados do Brasil; e

IX - Supervisionar e coordenar as atribuições e competências do departamento jurídico do município e demais atividades correlatas à função.

Art. 11. Todos os órgãos de Gerência da Administração Direta, instituídos nesta Lei, ficam diretamente supervisionados e subordinados ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA E ASSESSORAMENTO

Art. 12. À Gerência de Administração e Finanças, dentre outras compete:

I - administrar e executar a política de pessoal e recursos humanos, promovendo treinamentos e cursos de capacitação e qualificação, objetivando a efficientização dos serviços e ações administrativas e burocráticas, com respostas rápidas e eficazes aos administrados;

II - organizar e controlar a administração patrimonial, de materiais e dos serviços gerais da Administração;

III - elaborar o processo legislativo de competência do Poder Executivo, inclusive promovendo a sua publicação;

IV - redigir mensagens e responder requerimentos e pedidos de informações do Poder Legislativo Municipal;

V - gerenciar o sistema de compras, licitações, contratações e convênios, na forma da legislação que regulamente o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, mantendo atualizado o cadastro de fornecedores municipais;

VI - executar a política de pessoal, obedecendo e aplicando as disposições na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e gerenciar a implantação e operacionalização dos planos de carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal; sugerir e superintender a realização de concursos públicos e processos seletivos para o provimento de vagas permanentes ou temporárias, conforme quadros de pessoal do Poder Executivo;

VII - elaborar e submeter à apreciação do Prefeito Municipal planos, programas e projetos de treinamento, capacitação e qualificação dos servidores públicos municipais;

VIII - submeter aos profissionais de direito do quadro de pessoal do Município, ou contratados, os documentos que a Lei exija sua intervenção ou para que emita pareceres inerentes à legalidade, legitimidade e aplicabilidade, ou, ainda a conveniência e oportunidade de atos e decisões administrativas, inclusive, para que todos os princípios aplicáveis à Administração Pública sejam contemplados ou obedecidos, conforme o caso;

IX - promover o controle patrimonial e sua permanente atualização;

X - executar medidas administrativas e legislativas necessárias à aquisição e alienação de bens;

XI - executar os processos relativos à concessão de serviços públicos e promover a efetiva fiscalização;

XII - requerer ao Prefeito Municipal a instauração de sindicâncias e processos administrativos para apuração de fatos e responsabilidades;

XIII - executar outros serviços e ações relacionadas às atividades e procedimentos estritamente administrativos de incumbência do Governo Municipal;

XIV - supervisionar e coordenar as atribuições e competências dos organismos à ela subordinados.

XV - compete, também, as atribuições de controle dos serviços gerais da Administração Municipal, especialmente no controle de materiais e de almoxarifados;

XVI - prover as necessidades de materiais diversos e indispensáveis às atividades administrativas; superintender os serviços internos de limpeza, de copa e cozinha; coordenar o controle, a adequada utilização de materiais e serviços.

XVII - promover a elaboração de convênios, conforme disposto na legislação;

XVIII - observar e executar todos os demais atos requeridos pela legislação e aplicáveis às compras, às licitações e às concessões de bens e serviços.

§ 1. À Diretoria de Administração, sob a coordenação e supervisão da Gerência de Administração e Finanças, compete Atividades de supervisão:

a) Atividades inerentes as Compras e Licitações:

I - promover a realização de licitação para compras e aquisições, autorizações, permissões ou concessões e para tais atividades, na forma prevista na legislação pertinente;

II - elaborar e publicar na forma da lei, edital de chamamento de fornecedores, bem como elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do município;

III - promover medidas visando à programação de estoques e compras;

IV - manter atualizado o controle de materiais;

V - propor diretamente ao Prefeito Municipal e ao Gerente de Administração e Finanças, planejamento financeiro e medidas para a inclusão de dotação no orçamento municipal;

VI - promover sindicâncias e inquéritos para apurar irregularidades e responsabilidades, na sua área de atuação;

VII - manter dados estatísticos sobre materiais, o seu consumo, durabilidade, estado, preços e necessidades;

VII - promover a guarda e zelo dos materiais de consumo e permanentes;

IX - prestar contas e responder pelo material;

X - manter e organizar arquivo próprio da Divisão.

XI - elaborar os editais de licitações, nos termos da legislação vigente, com base nas requisições efetuadas pelos setores da administração; e

XII - exercer outras atividades relacionadas às atividades da divisão e que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

b) Atividades de supervisão inerentes ao setor de Recursos humanos em especial quanto as seguintes atividades:

I - traçar as diretrizes, orientar e monitorar a movimentação de pessoal, como o registro de admissão, provimento, dispensa ou exoneração, concessão de direitos e vantagens, anotações funcionais e remuneração.

II - coordenar o enquadramento, reenquadramento, transposição, promoção funcional, progresso funcional, transferência e alteração de regime jurídico do pessoal pertencente ao quadro do Poder Executivo;

III - supervisionar o desconto e recolhimento para Seguridade Social das contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações de todos os servidores, bem como fiscalizar o recolhimento dos encargos patronais e o envio mensal destas informações para o sistema GFIP/SEFIP.

IV - controlar e averiguar as informações enviadas para Receita Federal pelo sistema da RAIS;

V - planejar e acompanhar processos concurso público e processo seletivo;

VI - promover, incentivar, implantar e coordenar programas de segurança do trabalho;

VII - organizar e integrar informações entre os softwares utilizados pelo setor de recursos humanos;

VIII - promover o controle, registro e arquivo das sindicâncias, dos processos administrativos disciplinares instituídos pela autoridade competente;

IX - provisionar contabilmente a concessão de férias, 13º salário e outras variáveis inerentes ao cálculo mensal e anual da folha de pagamento;

X - promover a execução das penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso em ilícito previsto em lei, de acordo com a

decisão da autoridade competente; e

XI - fiscalizar e sugerir medidas no controle de preenchimento de vagas nos cargos e empregos públicos e no desvio de atribuições funcionais.

§ 2º. À Coordenadoria de Controle Patrimonial e Tributação, sob a coordenação e supervisão da Gerência de Administração e Finanças, compete:

I - a promoção do controle patrimonial, compreendendo: a localização e identificação de todos os bens móveis e imóveis; operacionalizar sistemas informatizados de controle patrimonial;

II - setorizar a localização e a responsabilização pelo uso guarda e conservação de bens patrimoniais; sugerir medidas administrativas para a apuração de responsabilidades quando verificado o desvio, o extravio, a perda e a inadequada utilização dos bens patrimoniais;

III - as atribuições de execução da política tributária e fiscal do Município; controlar e adotar medidas para a efetivação da receita municipal decorrente dos impostos, taxas e serviços prestados;

IV - manter cadastros atualizados dos contribuintes municipais; manter atualizado o cadastro imobiliário para fins tributários;

V - promover a fiscalização tributária; controlar a emissão de certidões negativas, positivas, ou positivas com efeitos de negativas;

VI - controlar o parcelamento de créditos tributários; administrar a dívida ativa e de outros créditos patrimoniais; sugerir e executar medidas efetivas de cobrança dos créditos tributários ou não tributários;

VII - emitir relatórios de contribuintes inadimplentes, com créditos inscritos em dívida ativa e remetê-los aos profissionais de Direito pertencentes ao quadro de pessoal da Administração Municipal para a promoção da competente ação;

VIII - cumprir e fazer cumprir toda a legislação tributária municipal e propor alterações para adequação de situações específicas, ou para atender à alterações constitucionais em matéria tributária;

§ 3º. Encarregado de Recursos Humanos, sob a direção e supervisão do Diretor de Administração e Finanças, compete:

I - a execução da política de pessoal, com observância estrita às disposições constitucionais e legais, especialmente do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dos planos de carreira, cargos e vencimentos dos mesmos e de outra legislação aplicável ao pessoal do Poder Executivo Municipal;

II - manter o cadastro e a ordem de matrícula dos servidores, promover o controle de férias, licenças e outras vantagens estatuídas aos servidores municipais, manter o controle da carga horária e ponto dos servidores, consignações, serviços extraordinários e outras variáveis inerentes ao controle da folha de pagamento;

III - colher informações e pareceres junto à aos profissionais de Direito do quadro de Pessoal da Administração Municipal, para a perfeita promoção da política de pessoal, para a observância dos princípios legais e constitucionais pertinentes;

IV - operacionalizar e emitir as folhas de pagamento, observadas as disposições dos cronogramas de pagamento;

V - preparar e apresentar relatórios das informações contidas nos softwares do setor de recursos humanos;

VI - sugerir medidas processuais administrativas para apuração de irregularidades; e

VII - exercer outras atividades, serviços e ações de assessoramento relacionadas ao setor de recursos humanos determinadas pelo titular da pasta ou as que forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Art. 13. À Gerência de Agricultura e Meio ambiente, compete entre outras:

I - a execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município, especialmente no que tange as diretrizes estabelecidas pelo respectivo conselho municipal, o qual atuará sob sua coordenação;

II - fomentar o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares;

III - coordenar e prover as necessidades e executar obras e serviços de infraestrutura agrícola, especialmente para a expansão das atividades agropecuárias, na execução e obras necessárias à inibição de possibilidades de agressão ao meio ambiente e na execução de serviços para abertura de fontes e reservas de água potável, ou para a instalação de infraestrutura hídrica, de modo a garantir água para consumo humano e nas atividades agropecuárias;

IV - promover serviços e ações de extensão rural, de assistência agrotécnica especializada e de promoção do associativismo rural;

V - desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração;

VI - promover e executar a política de preservação, recuperação e de educação ambiental;

VII - participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

VIII - promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agroeconômico sustentável;

IX - promover, executar e possibilitar a participação em cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente, voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agroecológicos;

X - atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social;

XI - erradicar a insuficiência estrutural de saneamento junto às propriedades rurais e promover ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

XII - supervisionar e coordenar as ações, serviços, atividades e atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º. À Coordenadoria Administrativa e de Assistência Técnica, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - o assessoramento ao titular da pasta nas questões relativas à gestão do Fundo Municipal de Agricultura e à execução da política

de assistência técnica e na difusão de tecnologias, objetivando o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias, com atenção especial às propriedades rurais de menor potencialidades;

II - executar políticas e programas de forma integrada com as empresas de tecnologia agropecuária da Administração Federal e Estadual e com instituições de ensino que mantenham cursos técnicos de interesse da agropecuária, do meio ambiente e do saneamento básico rural;

III - promover programas de profissionalização e de capacitação de agricultores;

IV - coordenar e promover eventos programas e ações do agrobusiness;

V - coordenar, incentivar e executar políticas, atividades e ações voltadas à geração de emprego e renda no meio rural;

VI - difundir tecnologias agropecuárias;

VII - assistir aos proprietários rurais no desenvolvimento de suas atividades;

VIII - participar e executar programas voltados aos agricultores organizados em grupos ou associações;

IX - promover, desenvolver outras atividades, programas e ações estabelecidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou daqueles previstos no planejamento orçamentário do Município.

§ 2º À Coordenadoria Operacional de Agricultura, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - as atribuições de controle e coordenação da utilização da frota de máquinas agrícolas e da execução dos serviços de infraestrutura agrícola, junto às propriedades rurais e às respectivas atividades agropecuárias;

II - administrar a utilização do pessoal ocupado nas atividades operacionais da pasta, especialmente no atendimento às demandas solicitadas pelos agricultores; além de exercer outras atribuições previstas no planejamento orçamentário ou definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

III - as atribuições de participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

IV - promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agroeconômico sustentável;

V - executar programas e ações para o saneamento rural e urbano; promover ações conjuntas com a Gerência de Saúde, especialmente voltadas a saneamento; incentivar o desenvolvimento de alternativas econômicas através da recuperação e da preservação do meio ambiente, especialmente na área do reflorestamento; atuar de forma conjunta com organismos ambientais de outras esferas de governo ou com organizações não governamentais.

§ 3º Encarregado de Agricultura, sob a coordenação e orientação do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - organizar as atividades administrativas da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

II - organizar e manter o controle de estoque de materiais e



produtos de distribuição gratuita da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

III - atender o escritório de Agricultura dando maior ênfase ao atendimento ao público mantendo controle atualizado da agenda de serviços solicitados;

IV - fiscalizar a execução dos contratos junto à terceiros pela Administração Municipal, exclusivamente no fornecimento de produtos para entrega aos agricultores beneficiários de programas instituídos;

V - manter e organizar controle das horas máquina realizadas junto as propriedades rurais de acordo com a legislação municipal específica;

VI - exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta.

Art. 14. À Gerência de Transportes dentre outras compete:

I - as atribuições de planejar e gerenciar a execução de obras e serviços de infra-estrutura rodoviária;

II - a execução da política de execução sustentável das atividades de infraestrutura rodoviária;

III - coordenar, superintender, acompanhar e fiscalizar a execução de obras rodoviárias e de outras obras públicas;

IV - superintender a manutenção e a utilização da frota de máquinas e veículos do Governo Municipal;

V - outras competências e atribuições inerentes à infraestrutura rodoviária existente e aquela decorrente de sua expansão;

VI - coordenar e superintender as atividades, serviços e execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º. À Coordenadoria Administrativa de Transportes, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Transportes, compete:

I - o assessoramento ao titular da pasta nas questões relativas à gestão dos estoques e almoxarifado do setor;

II - operacionalizar o sistema informatizado de gestão da frota;

III - promover programas de profissionalização e de capacitação de operadores de máquinas e demais servidores do setor;

IV - coordenar e promover serviços da oficina mecânica;

V - atender o escritório de Transportes dando maior ênfase ao atendimento ao público mantendo controle atualizado da agenda de serviços solicitados;

VI - promover e desenvolver outras atividades, programas e ações estabelecidas pelo chefe do executivo municipal;

VII - administrar a utilização e a manutenção das máquinas rodoviárias, veículos automotores e equipamentos utilizados nas ações de infra-estrutura rodoviária.

§ 2º À Coordenadoria Operacional de Transportes, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Transportes, cabem as atribuições:

I - de execução, manutenção, conservação e restauração das

obras e serviços de infra-estrutura rodoviária municipal, compreendendo a conservação, restauração das rodovias municipais, e de sua expansão, incluídas suas obras estruturais, como pontes, pontilhões e bueiros;

II - abertura de novas rodovias e a construção de obras estruturais;

III - dotar as rodovias de equipamentos de sinalização e segurança para seus usuários;

IV - chefiar as equipes de servidores que atuam a campo, na realização das obras e serviços de infra-estrutura rodoviária;

V - acompanhar a execução dos serviços com máquinas rodoviárias, especialmente no interior do Município;

VI - manter contatos com os proprietários de imóveis quando necessário a construção de estradas nas respectivas propriedades e quando necessária a extração de cascalho, para a manutenção e recuperação das rodovias vicinais;

VII - controlar o transporte, de ida e retorno, dos servidores em serviço nas comunidades rurais, além de outras atribuições determinadas pelo titular da Gerência de Transportes.

§ 3º Encarregado de Transportes e Obras, sob a coordenação e orientação do titular da Gerência de Transportes, compete:

I - assessorar na coordenação das equipes de trabalho de infra-estrutura rodoviária, especialmente na execução dos serviços nas rodovias municipais;

II - a coordenação da execução das obras municipais, sejam patrimoniais ou de domínio público;

III - manter o controle das obras, sua utilização, conservação e restauração;

IV - prover o controle de materiais de construção e sua utilização nas obras executadas pelo Município;

V - fiscalizar a execução de obras contratadas à terceiros pelo regime de empreitada global ou não e agir diretamente nas obras executadas diretamente pela Administração Municipal;

VI - exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta.

Art. 15. À Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras compete:

I - planejar e coordenar a execução das obras e serviços de infra-estrutura urbana;

II - a manutenção e conservação dos logradouros urbanos e da rede de iluminação pública;

III - coordenar a coleta de lixo e a limpeza pública urbana;

IV - executar obras de ampliação e serviços de manutenção da rede de iluminação pública;

V - dotar os logradouros urbanos de equipamentos de sinalização e de segurança;

VI - executar obras e realizar serviços de manutenção e preservação de praças, jardins e outros logradouros públicos, inclusive dos equipamentos urbanos e comunitários instalados;

VII - fiscalizar o cumprimento da legislação relativa à edificações,

ao uso e ao parcelamento do solo urbano;

VIII - promover campanhas públicas para manutenção da limpeza e do ordenamento da coleta de lixo;

IX - coordenar a execução dos serviços funerais e da manutenção dos cemitérios pertencentes ao Município;

X - atuar em consonância com atividades, projetos e ações de saneamento básico urbano e de vigilância sanitária, coordenadas pela Gerência de Saúde;

XI - coordenar o planejamento e a execução da política de saneamento básico urbano;

XII - coordenar a implantação do Plano Diretor;

XIII - planejar, coordenar e executar a política de habitação, tanto na área urbana, quanto no meio rural, guardando conformidade com a política habitacional do Governo Federal e do Governo do Estado, bem como, executar as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

§ 1º - À Coordenadoria de Ambiente Urbano, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras, compete:

I - assessorar ao titular da pasta, na execução da política de desenvolvimento e infraestrutura urbana;

II - coordenar a necessidade de implantação e manutenção da sinalização urbana, inclusive a de orientação turística;

III - promover a manutenção dos equipamentos comunitários e urbanos instalados ou construídos em logradouros públicos;

IV - fiscalizar a execução das obras particulares, para que respeitem a legislação municipal aplicável;

V - fiscalizar o cumprimento das normas da legislação relativa às posturas urbanas;

VI - executar outras atribuições de assessoramento ao titular da Gerência de Urbanismo e Habitação.

§ 2º - À Coordenadoria do Serviço de Saneamento Básico, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras, compete:

I - planejar, projetar, executar, operar, manter e fiscalizar os serviços de saneamento básico, incluídas as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de saneamento básico;

II - conservar redes, instalações, prédios e equipamentos utilizados nos serviços de saneamento básico;

III - promover levantamentos necessários ao planejamento e elaboração de projetos para execução de obras e serviços de saneamento básico;

IV - acompanhar a execução obras de sistemas esgotamento sanitário na sede do Município, sempre interagindo com os órgãos da administração direta, especialmente com o órgão municipal de saúde;

V - promover a leitura mensal dos hidrômetros dos usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

VI - entregar mensalmente as faturas do consumo de água aos

usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

VII - entregar as notificações aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, que estejam em débito, além de proceder o corte no fornecimento aos inadimplentes, nos termos da lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010;

VIII - fiscalizar e fazer cumprir o determinado na lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010, no que tange aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, para o correto uso dos hidrômetros e a sua instalação junto as unidades consumidoras;

IX - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de saneamento básico, compatíveis com as leis gerais e especiais.

Art. 16. À Gerência de Saúde a Assistência Social, dentre outras, compete:

I - executar as políticas, programas, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária;

II - cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial as disposições constitucionais, inclusive aquelas previstas nos arts. 196 a 200 da Constituição Federal; executar todas atribuições e competências do Município, nos termos da Lei Maior e da legislação federal que institui o Sistema Único de Saúde;

III - gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde;

IV - coordenar e executar as metas, diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saúde;

V - elaborar e apresentar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política, ações e serviços de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública;

VI - supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde;

VII - gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, além de outros;

VIII - representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde;

IX - manter quadro de pessoal com formação profissional, permanentemente qualificado para o atendimento das demandas de saúde;

X - prover a gestão do Fundo Municipal de Saúde;

XI - acompanhar e executar as normas reguladoras emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual;

XII - atuar com perfeita integração com os demais órgãos da estrutura orgânica da Administração Municipal, para a eficácia da implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural;

XIII - superintender e coordenar outras atividades, ações e serviços demandados ao atendimento em saúde pública, à população local;

XIV - coordenar participar efetivamente na elaboração e na

execução do Plano Municipal de Saúde e nas ações e atividades do Conselho Municipal de Saúde;

XV - promover a atuação preferencial nos programas de saúde preventiva, como a estratégia de Saúde da Família - PSF e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, além de outros de iniciativa e de financiamento do Município, ou de outros instituídos e co-financiados pela União ou pelo Estado;

XVI - promover campanhas de saúde preventiva, especialmente de educação em saneamento domiciliar, educação alimentar e outros;

XVII - participar e supervisionar a elaboração e execução de programas, projetos, ações de saúde alternativa, especialmente através da utilização de terapias oriundas da utilização de ervas e de medicamentos;

XVIII - elaborar manuais e disseminar orientações sobre as propriedades medicinais de ervas, seu cultivo, manuseio artesanal e utilização, observadas as normas de saúde pública;

XIX - demonstrar a correlação das ervas e das endemias a que se destinam ou que possam ser utilizadas, segundo a cultura e os costumes da população local, as propriedades terapêuticas;

XX - orientar sobre a utilização da medicação alternativa, seus efeitos, indicações e contra-indicações, sempre que possível, sob a orientação médica e observadas as normas relativas à vigilância sanitária e epidemiológica, com o objetivo de que a população tenha acesso à medicação;

XXI - promover a orientação sobre a utilização de alimentos organicamente cultivados, sua conservação, preparo e ingestão;

XXII - coordenar e superintender o exercício das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º À Diretoria de Assistência Social, dentre outras, compete:

I - as atribuições de executar as políticas sociais, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e demais legislações aplicáveis;

II - implementar ações e serviços de assistência social, em consonância e conformidade com as normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

III - gerenciar a atuação dos conselhos municipais cujas atividades estejam voltadas à área social;

IV - atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo, para atingir as metas e executar as prioridades da assistência social, de forma universalizada à toda a população;

V - estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social;

VI - acompanhar as atividades e prover as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e de outros conselhos ligados às respectivas atribuições;

VII - coordenar e participar da execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município ou que a Administração Municipal tenha aderido;

VIII - promover a assistência comunitária, com o envolvimento dos jovens, dos clubes de mães, associações comunitárias e outros entes da sociedade, cujo fim seja o desenvolvimento de ações sociais e comunitárias;

IX - integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e da Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente e com os demais órgãos da Administração Municipal;

X - promover e executar políticas destinadas a melhorar as condições habitacionais e para debelar as carências habitacionais no âmbito municipal;

XI - coordenar as atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, executando suas deliberações;

XII - prover a gestão financeira e fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, nos termos estabelecidos em lei;

XIII - executar outras atividades, serviços e ações de assistência social comunitária e geral, segundo as diretrizes sociais estabelecidas e o planejamento orçamentário próprio.

§ 2º À Coordenadoria de Controle Operacional, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Saúde, compete:

I - a direção operacional das atividades, ações e serviços públicos de atendimento básico à população, especialmente junto às unidades municipais de saúde;

II - gerenciar a presença dos profissionais de saúde e a demanda de serviços e de comparecimento de pessoas em busca de atenção nas diversas especialidades ofertadas;

III - o controle do encaminhamento, traslado e transporte de pacientes para atendimento especializado;

IV - o controle de utilização das viaturas próprios ao transporte de pacientes, bem como da escala de motoristas e outros agentes necessários;

V - coordenar e executar os serviços de manutenção predial das unidades de saúde, do mobiliário e equipamentos, inclusive das viaturas a serviço das ações de saúde pública;

VI - executar outras atribuições, com o fim de assessorar o titular da pasta, para que as ações e serviços públicos de saúde, sejam efetivamente universalizados no atendimento e ampliados em benefício da população local;

VII - o assessoramento ao titular da pasta, especialmente na formulação de programas de saúde preventiva e na coordenação da execução dos programas implantados sob as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e com participação financeira deste sistema;

§ 3º À Coordenadoria Administrativa de Saúde, sob a coordenação e a supervisão do titular da Gerência de Saúde, compete:

I - as atividades e ações administrativas, especialmente, para auxiliar o titular da pasta na gestão dos recursos destinados à saúde e gerido através do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - gerenciar o cumprimento de contratos administrativos, convênios e outros ajustes cujo objeto seja o provimento de ações e serviços públicos de saúde;

III - gerenciar e executar controles e sistemas próprios para a coleta e envio de informações aos órgãos superiores da hierarquia

do Sistema único de Saúde - SUS;

IV - atuar interagindo com a Gerência Municipal de Administração e Finanças e suas respectivas unidades subordinadas, e, ainda, com o sistema de controle interno, na gestão financeira e na administração de materiais, compras, licitações e contratação de serviços de saúde pública e na verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais aplicáveis à saúde;

V - controlar os gastos com saúde pública, observadas as vinculações de recursos ao Sistema Único de Saúde, tanto aqueles de origem da União, do Estado e daqueles do Município, por vinculação determinada pela Constituição Federal;

VI - assessorar o titular da pasta na execução das atribuições e competências da Gerência de Saúde, para a efetividade na execução das ações e serviços de saúde pública a cargo da Administração Municipal.

Art. 17. À Gerência de Educação e Esportes, dentre outras compete:

I - promover o planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionadas à educação, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos das disposições estabelecidas no sistema Municipal de ensino;

II - cumprir as disposições da legislação pertinente, especialmente do art. 205 e seguintes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB e da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estatui o Plano Nacional de Educação e de outras normas legais que venham em substituição às citadas ou daquelas que venham a ser inseridas no ordenamento jurídico de interesse da educação;

III - promover e gerenciar a instituição do sistema municipal de ensino e do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal, responsabilizando-se por sua execução e fiscalização; manter programas permanentes de profissionalização, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério municipal;

IV - coordenar a atuação dos conselhos municipais ligados à educação;

V - coordenar a formulação e a permanente atualização e adequação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, bem como prover sua implantação e execução;

VI - atuar em consonância com o sistema estadual de ensino; elaborar planos de aplicação dos recursos vinculados à educação, especialmente aqueles decorrentes do FUNDEB e do Salário Educação;

VII - operacionalizar os programas próprios do Município, para o desenvolvimento do ensino e os programas dos governos de esferas superiores, dos quais o Município seja partícipe ou a ele tenha, de qualquer forma, aderido;

VIII - participar dos programas oficiais de assistência aos educandos e às suas famílias;

IX - participar e promover o efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

X - Coordenar e superintender a execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

XI - a promoção e execução da política esportiva e desportiva do Governo Municipal;

XII - incentivar a prática de atividades esportivas e o desenvolvimento das aptidões físicas das pessoas e da implantação e manutenção da infra-estrutura destinada à prática de desportos amadores comunitários, bem como de parques recreativos e desportivos que possam ser usufruídos pela população em geral;

XIII - incentivar o desporto praticado por equipes de bairros, ou de comunidades rurais, principalmente com a iniciação de crianças e adolescentes, nas modalidades que possam desenvolver a estrutura física, a cidadania e a integração com a educação;

XIV - promover e coordenar competições esportivas nas mais diversas modalidades, privilegiando aquelas ligadas aos costumes e à cultura das comunidades;

XV - superintender a participação de equipes esportivas do Município em competições oficiais promovidas e organizadas pelo Governo do Estado;

XVI - promover a integração das comunidades rurais e urbanas, através de atividades esportivas, recreativas e de lazer, além de outras atribuições voltadas ao desenvolvimento de atividades desportivas comunitárias;

§ 1º À Coordenadoria Pedagógica, sob a coordenação e superintendência do titular da Gerência de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

I - as atribuições e funções da coordenação do planejamento pedagógico junto ao órgão municipal de Educação, junto às unidades escolares da educação básica, junto aos profissionais do magistério, em perfeita interação com as diretrizes da administração e com os interesses da comunidade;

II - coordenar as atividades de formulação, implantação e execução do Plano Municipal de Educação;

III - coordenar a execução do planejamento pedagógico, sempre com observância às normas constitucionais, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional e Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação

IV - coordenar a execução e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino

V - participar efetivamente das atividades e ações do Conselho Municipal de Educação, notadamente nas deliberações de interesse pedagógico;

VI - assessorar o titular da pasta na coordenação, acompanhamento e execução das atividades pedagógicas em todas as unidades de ensino da rede de Educação Básica municipal.

§ 2º À Coordenadoria Administrativa Educacional, sob a coordenação e superintendência do titular da Gerência de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

I - coordenar o planejamento, divulgação, execução e avaliação das atividades pedagógicas no âmbito de sua competência e de acordo com o projeto pedagógico da escola, viabilizando desta forma a melhoria do processo de ensino aprendizagem;

II - articulação da elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola; assessoramento em todas as ações pedagógicas; promoção da articulação e integração das ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, de acordo com a política educacional e respeitada a legislação em vigor;



III - coordenação da consecução e avaliação do Projeto Pedagógico das unidades escolares;

IV - proposição e execução de ações junto ao corpo docente que possam garantir a execução do Projeto Pedagógico das unidades escolares;

V - organização e condução das reuniões do Conselho de Classe, em parceria com o corpo docente, propondo alternativas para a melhoria do processo educacional, numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;

VI - articulação de reuniões pedagógicas, oferecendo subsídios para um trabalho pedagógico mais dinâmico e significativo;

VII - coordenação e acompanhamento das atividades dos horários de Atividades Pedagógicas dos professores em unidades escolares, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

VIII - assessoramento dos professores no planejamento da recuperação da aprendizagem, considerados os índices de avaliação interna e externa;

IX - organização de estratégias que garantam o apoio suplementar àqueles alunos que necessitam de maior tempo para elaborar seu conhecimento;

X - promoção da integração e a articulação entre os professores, buscando a consecução de um currículo interdisciplinar;

XI - promoção, junto ao corpo docente, de atividades de formação continuada, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo pedagógico;

XII - coordenação da escolha de livros e outros suportes didáticos, garantindo a participação dos professores e alunos, quando couber;

XIII - concepção, estimulação e implantação de inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades escolares;

XIV - promoção e incentivo à realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a cidadania e qualidade de vida;

XV - promoção de reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos.

§ 3º Às Coordenadorias de Unidades Escolares, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes, com a autonomia que lhe for determinada por deliberação do Conselho Municipal de Educação, compete:

I - a execução da administração escolar, tanto nas atividades operacionais, quanto nas atividades pedagógicas, envolvendo docentes e discentes da escola;

II - participar da formulação do projeto político-pedagógico e sua efetiva execução;

III - a administração das escolas com a participação da comunidade escolar, com a participação de associações de pais e de professores;

IV - desenvolver a administração de materiais, patrimonial e pedagógica, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Gerência de Educação e de acordo com a legislação aplicável, inclusive no que concerne à aplicação da grade curricular e do perfeito desenvolvimento do ensino aos educandos, em todos os

níveis de atuação;

V - executar as demais atribuições que lhe forem determinadas para o perfeito funcionamento das unidades escolares.

§ 4º A Coordenadoria de Transporte Escolar, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes, com a autonomia que lhe for determinada por deliberação do Conselho Municipal de Educação, compete:

I - Atender as exigências e solicitações pertinentes aos programas e convênios voltados para o transporte escolar;

II - Manter o controle atualizado e analisar sistematicamente a organização do transporte escolar, roteiros, alunos atendidos, custos e situação dos veículos disponibilizados;

III - Promover a manutenção preventiva e corretiva dos veículos próprios;

IV - Acompanhar as licitações e gerenciar os contratos dos prestadores de serviços de transporte escolar;

V - realizar periodicamente vistorias nos veículos colocados à disposição pelas empresas licitantes ou pelas empresas contratadas para a execução dos serviços de transporte escolar contratado pelo Município, verificando suas condições de segurança e trafegabilidade;

§ 5º - A Coordenadoria de Esportes, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes compete o assessoramento ao titular da pasta, especialmente:

I - na execução de programas de inserção e execução de atividades esportivas;

II - na inserção das comunidades do interior e da cidade em eventos esportivos de interesse local;

III - na promoção de eventos esportivos e de lazer;

IV - na formulação e execução das políticas de esporte, com amplo envolvimento da comunidade;

V - organizar e coordenar os campeonatos municipais nas mais diversas modalidades e categorias;

VI - coordenar e supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos nas escolinhas esportivas, com o objetivo de envolver as crianças e adolescentes em atividades saudáveis.

VII - executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Titular da Gerência de Educação e Esportes.

§ 6º Aos Encarregados de Unidades Escolares, sob a coordenação e supervisão do respectivo Coordenador, compete:

I - a execução do controle administrativo, educacional e pedagógico dos Professores e dos Alunos da respectiva Escola;

II - controlar a frequência e atividades dos docentes;

III - lançar o controle de frequência dos alunos, inclusive do desempenho dos mesmos no processo de aprendizagem;

IV - controlar a execução de programas, que for determinada certa autonomia financeira à escola, para a realização de pequenas reformas ou na aquisição de materiais e equipamentos necessários à operacionalização das atividades escolares;

V - executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo

Coordenador da Unidade Escolar ou pelo Titular da Gerência de Educação.

Art. 18. À Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, dentre outras, compete:

I - atuar na elaboração e execução da política municipal de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda;

II - desenvolver políticas de concessão de incentivos econômicos e operacionais a implantação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços;

III - atuar e interagir com organismos representativos da iniciativa privada, envolvidos em atividades da indústria, do comércio e de serviços, possibilitando-lhe incentivos, inclusive de logística, orientação e assistência, para a expansão das respectivas atividades econômicas;

IV - controlar a concessão de incentivos econômicos e fiscalizar a correta aplicação;

V - promover e coordenar eventos de promoção do desenvolvimento econômico;

VI - fomentar as iniciativas empreendedoras e buscar linhas de crédito para investimentos;

VII - promover missões empresariais e a participação em eventos promocionais e em feiras e exposições;

VIII - controlar a participação do Município no Movimento Econômico e no estabelecimento dos índices de participação na receita tributária;

IX - Coordenar e supervisionar as atividades da unidade administrativa subordinada.

X - executar a política cultural do Município;

XI - a direção das atividades pela promoção e pelo fomento das atividades culturais, especialmente as voltadas ao resgate e a preservação da cultura pertinente à história do Município e à formação étnica e cultural da população local;

XII - promover e incentivar práticas de resgate da cultura local, especialmente, na preservação de patrimônio e marcos históricos e no resgate da história da imigração alemã e o folclore dela decorrente;

XIII - fomentar o desenvolvimento cultural em suas diversas formas de expressão e apresentação, através da promoção de cursos e eventos, com o envolvimento da população, independentemente de faixa etária;

XIV - cadastrar e constituir acervos culturais;

XV - manter bibliotecas e acervos bibliográficos, gerenciando sua utilização e guarda;

XVI - promover feiras, exposições, ciclos e outros eventos que objetivem a divulgação de livros e obras literárias, com ênfase à despertar o interesse pela leitura, especialmente a literatura infantil;

XVII - coordenar e promover ações de exploração viável e sustentável das potencialidades turísticas, bem como sua integração às ações culturais, especialmente através de eventos de abrangência regional e estadual, sempre com o objetivo da promoção do Município e de suas potencialidades gerais, possibilitando, através do

turismo, a geração de oportunidades de emprego e renda;

XVIII - as atribuições de execução das políticas de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades turísticas do Município;

XIX - incentivar a instalação de empreendimentos turísticos, com a exploração de todas as possibilidades econômicas naturais e do turismo rural;

XX - atuar de forma integrada com os Municípios da região e com os organismos de turismo do Governo Federal e Estadual e na captação de recursos através de programas específicos de geração de emprego e renda nos serviços de turismo;

XXI - promover a divulgação turística do Município junto a eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

## CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE APOIO ESPECÍFICO

Art. 19. Os órgãos de apoio específico terão sua estrutura fixada na Lei da respectiva instituição, exceto quanto a Junta do Serviço Militar, que será presidida pelo Prefeito Municipal e suas atribuições exercidas por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal.

Parágrafo único. São órgãos de apoio específico:

I - a Junta de Serviço Militar;

II - os conselhos municipais legalmente instituídos;

III - as comissões específicas ou especiais.

## TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO MUNICIPAL

### CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

Art. 20. Os órgãos de chefia, direção e assessoramento terão sua organização e estruturação funcional-hierárquica, na forma estabelecida no ANEXO I e no ANEXO II, desta Lei.

### CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 21. As funções de confiança são providas exclusivamente por servidores do quadro permanente do Poder Executivo Municipal e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º As funções de confiança com atribuições de direção, chefia e assessoramento, abrangem:

I - a coordenação de atividades, ações e serviços;

II - a direção de programas especiais ou específicos;

III - assistência e assessoramento a titulares de órgãos da estrutura orgânica que consta dos anexos I e II desta lei;

IV - a chefia, por responsabilização, de setores específicos da Administração Municipal; e

V - ao presidente, secretário e membros da comissão permanente de licitações e seus suplentes, e ao Pregoeiro e equipe de apoio,

Parágrafo Único: A função de confiança que trata o Inciso V aos membros suplentes da comissão de licitações, será paga na proporcionalidade, quando de sua efetiva participação nas sessões em virtude de convocações pela impossibilidade de participação de membros titulares, de acordo com a formula abaixo:

a) Valor total da FG dividido pelo número total de sessões realizadas no mês, multiplicada pelo número de participação do membro suplente.

§ 2º A quantificação das funções de confiança e a respectiva remuneração estão estabelecidas no ANEXO IV, desta Lei.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22. As funções de cargos de provimento em comissão serão exercidas por brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício de seus direitos políticos, podendo ser exercidos por servidores do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, mediante nomeação por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º Aqueles que forem investidos em cargos e funções estabelecidas nesta Lei complementar, responderão solidária e subsidiariamente por suas ações e atos, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Na investidura e na exoneração nos cargos e funções instituídas por esta Lei apresentarão declaração de bens, informando, inclusive, todas as fontes de renda.

§ 3º Os investidos nos cargos e nas funções estabelecidas nesta Lei são responsáveis diretos pela guarda e conservação dos bens que lhes são confiados ou que sejam necessários ao cumprimento das respectivas atribuições e competências.

§ 4º Os investidos em cargos de provimento em comissão em órgãos que tenham sob sua responsabilidade fundos municipais, destes serão responsáveis pela gestão e pela prestação das respectivas contas aos órgãos de controle externo da Administração Municipal.

Art. 23. Durante o período do exercício de cargo de provimento em comissão, por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal, este poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo ou daqueles do cargo empossado.

Art. 24. Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, com as respectivas tabelas de vencimentos, requisitos para investidura e as respectivas atribuições, conforme o ANEXO III, desta Lei.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituídos nesta Lei ficam, no que couber, sujeitos às normas estabelecidas na Lei que instituir o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 25. Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o Quadro de Funções de Confiança, com as correspondentes tabelas de remuneração e atribuições, nos termos do ANEXO IV, desta Lei.

Art. 26. O Prefeito Municipal regulamentará, no que couber e conforme a necessidade, por Decreto, a presente Lei.

Art. 27. Fica revogada a legislação que trata de matéria organizacional e estrutural da Administração Municipal, especialmente a Lei Complementar nº 54 de 01 de Novembro de 2013 e as demais disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 19 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

#### ANEXO I

#### ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

| ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO | ÓRGÃOS SUBORDINADOS                    | IDENTIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CARGOS |
|--|--|--------------------------------------|
| GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO       | Contadoria Geral do Município          | Contador Geral do Município          |
|  | Assessoria de Comunicação e Informação | Assessor de Comunicação e Informação |
|  | Coordenadoria de Assistente Social     | Coordenador de Assistente Social     |
|  | Assessoria de Gabinete                 | Assessor de Gabinete                 |
|  | Consultor Jurídico                     | Consultor Jurídico 16 Horas          |



|   |   |  |
|---|---|--|
| GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS                      |   | Gerente de Administração e Finanças                      |
|   | Diretoria de Administração e Finanças                 | Diretor de Administração e Finanças                      |
|   |   | Encarregado de Recursos humanos                          |
|   | Coordenadoria de Controle Patrimonial e Tributação    | Coordenador de Controle Patrimonial e Tributação         |
| GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE                   |   | Gerente de Agricultura e Meio ambiente                   |
|   | Coordenadoria Administrativa e de Assistência Técnica | Coordenador Administrativo e de Assistência Técnica      |
|   | Coordenadoria Operacional de Agricultura              | Coordenador Operacional de Agricultura                   |
|   |   | Encarregado de Agricultura                               |
| GERÊNCIA DE TRANSPORTES                                   |   | Gerente de Transportes                                   |
|   | Coordenadoria Operacional de Transportes              | Coordenador Operacional de Transportes                   |
|   | Coordenadoria Administrativa de Transportes           | Coordenador Administrativo de Transportes                |
|   |   | Encarregado de Transportes e Obras                       |
| GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO                         |   | Gerente de Urbanismo, Habitação, Ind. e Comércio         |
|   | Coordenadoria de Ambiente Urbano                      | Coordenador de Transportes                               |
|   | Coordenadoria do Serviço de Saneamento Básico         | Coordenador do Serviço de Saneamento Básico              |
| GERÊNCIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL                    |   | Gerente de Saúde e Assistência Social                    |
|   | Diretoria de Assistência Social                       | Diretoria de Assistência Social                          |
|   | Coordenadoria Administrativa de Saúde                 | Coordenador Administrativo de Saúde                      |
|   | Coordenadoria de Controle Operacional                 | Coordenador de Controle Operacional                      |
| GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES                           |   | Gerente de Educação e Esportes                           |
|   | Coordenadoria Pedagógica                              | Coordenador Pedagógico                                   |
|   | Coordenadoria Administrativa Educacional              | Coordenador Administrativo Educacional                   |
|   | Coordenadoria de Unidade Escolar                      | Coordenador de Unidade Escolar                           |
|   | Coordenadoria de Transporte Escolar                   | Coordenador de Transporte Escolar                        |
|   | Coordenadoria de Esportes                             | Coordenador de Esportes                                  |
|   |   | Encarregado de Unidade Escolar                           |
| GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. |   | Gerente de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. |

## ANEXO II

## ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## ANEXO III

## QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| IDENTIFICAÇÃO DO CARGO | ATRIBUIÇÕES   | Nº DE VAGAS | PADRÃO | NÍVEL | VALOR R\$    |
|------------------------|---|-------------|--------|-------|--------------|
| CONSULTOR JURÍDICO     | Consultor Jurídico 16 horas, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 10, § 2, desta Lei. | 01          | C.C.   | 01    | R\$ 5.200,00 |
| CONTADOR GERAL         | Contador Geral do Município, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 10, §1 desta Lei.   | 01          | C.C.   | 02    | R\$ 4.510,76 |

|          |  |    |      |    |              |
|----------|--|----|------|----|--------------|
| GERENTE  | Gerente de Administração e Finanças, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 12 desta lei.                      | 07 | C.C. | 03 | R\$ 3.514,26 |
|          | Gerente de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 13 desta lei.                   |    |      |    |              |
|          | Gerente de Transportes, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 14, desta lei.                                  |    |      |    |              |
|          | Gerente de Urbanismo e Habitação, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 15, desta lei.                        |    |      |    |              |
|          | Gerente de Saúde e Assistência Social, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 16, desta lei.                   |    |      |    |              |
|          | Gerente de Educação e Esportes, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 17, desta lei.                          |    |      |    |              |
|          | Gerente de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 18, desta lei. |    |      |    |              |
| DIRETOR  | Diretor de Administração, responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 12, §1º desta lei.                   | 02 | C.C. | 04 | R\$ 3.170,30 |
|          | Diretor de Assistência Social, responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 16, § 1º desta lei.             |    |      |    |              |
| ASSESSOR | Assessor de Comunicação e Informação, responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 11, §2º desta lei.       | 02 | C.C. | 05 | R\$ 2.347,96 |
|          | Assessor de Gabinete, responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 11, §3º desta lei.                       |    |      |    |              |

|             |   |    |      |    |              |
|-------------|---|----|------|----|--------------|
| COORDENADOR | Coordenador de Controle Patrimonial e Tributação, atribuições previstas no art. 12, § 2º desta lei.                       | 16 | C.C. | 05 | R\$ 2.347,96 |
|             | Coordenador Administrativo e de Assistência Técnica, atribuições previstas no art. 13, § 1º desta lei.                    |    |      |    |              |
|             | Coordenador Operacional de Agricultura, atribuições previstas no art. 13, § 2º, desta lei.                                |    |      |    |              |
|             | Coordenador Administrativo de Transportes, atribuições previstas no art. 14, § 1º, desta lei.                             |    |      |    |              |
|             | Coordenador Operacional de Transportes, atribuições previstas no art. 14, § 2º, desta lei.                                |    |      |    |              |
|             | Coordenador Ambiente Urbano, atribuições previstas no art. 15, § 1º, desta lei.   |    |      |    |              |
|             | Coordenador do Serviço de Saneamento Básico, atribuições previstas no art. 15, § 2º, desta lei.                           |    |      |    |              |
|             | Coordenador de Controle Operacional, atribuições previstas no art. 16, § 1º desta lei.                                    |    |      |    |              |
|             | Coordenador Administrativo de Saúde, atribuições previstas no art. 16, § 3º desta lei.                                    |    |      |    |              |
|             | Coordenador Pedagógico, atribuições previstas no art. 17, § 1º, desta lei.  |    |      |    |              |
|             | Coordenador Administrativo Educacional, atribuições previstas no art. 17, § 2º desta lei.                                 |    |      |    |              |
|             | Coordenador de Unidade Escolar, atribuições previstas no art. 17, § 3º, desta lei – 3 (três) vagas.                       |    |      |    |              |
|             | Coordenador de Transporte Escolar, atribuições previstas no art. 17, § 4º, desta lei.                                     |    |      |    |              |
| ENCARREGADO | Coordenador de Esportes, atribuições previstas no art. 17, § 5º, desta lei.   | 05 | C.C. | 06 | R\$ 1.453,63 |
|             | Encarregado de Transportes e Obras, responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 14, § 3º desta lei.               |    |      |    |              |
|             | Encarregado de Unidade Escolar, responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 17, § 6º, desta lei – 2 (duas) vagas. |    |      |    |              |
|             | Encarregado de Agricultura, responsável pelas atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 13, § 3º desta Lei.    |    |      |    |              |
| TOTAL       | Encarregado de Recursos Humanos, atribuições previstas no art. 12, § 3º desta lei.  | 34 |      |    |              |
|             |   |    |      |    |              |

## A N E X O IV

## FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração

| ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO                     | IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA   | ATRIBUIÇÕES   | PADRÃO | Nº DE VAGAS | NÍVEL | VALOR R\$ |
|---|--|---|--------|-------------|-------|-----------|
| GABINETE DO PREFEITO E VICE             | Secretário da Junta do Serviço Militar   | Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica.   | FG     | 01          | 02    | 600,00    |
| GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS    | Presidente da Comissão Permanente de Licitações                                      | Presidente da Comissão Permanente de Licitações sendo responsável pelos processos de licitação (exceto na modalidade pregão), cabendo-lhe a responsabilidade pelos atos do certame, publicidade, legalidade e julgamento, presidindo as sessões de licitação e análise de recursos e encaminhamentos necessários. | FG     | 01          | 02    | 600,00    |
|   | Pregoeiro  | Designado através de ato do Chefe do Executivo, é responsável pela sessão do pregão, envolvendo o credenciamento, abertura e análise de propostas, etapa de lances, verificação de documentos de habilitação, elaboração de atas.   | FG     | 01          | 02    | 600,00    |
|   | Secretário da Comissão Permanente de Licitações                                      | Nomeado para integrar a comissão Permanente de Licitações, sendo responsável pela redação das atas das licitações, observação dos prazos legais para recursos e posterior controle para homologação dos processos licitatórios.   | FG     | 01          | 06    | 300,00    |
|   | Membro da Comissão Permanente de Licitações e membro da equipe de apoio ao pregoeiro | Nomeado para integrar a comissão Permanente de Licitações, sendo responsável pela observação dos prazos legais para recursos e posterior controle para homologação dos processos licitatórios.  | FG     | 04          | 07    | 250,00    |
| GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | Responsável pela Coordenação dos Serviços de Inseminação Artificial                  | Responsável pela coordenação e assessoramento das ações e serviços de inseminação artificial; organizar, planejar e coordenar os serviços, especialmente no atendimento aos chamados e na melhoria genética, notadamente do gado leiteiro.  | FG     | 01          | 05    | 350,00    |
| GERÊNCIA DE TRANSPORTES                 | Operador de Máquinas Especiais   | Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional.   | FG     | 03          | 03    | 500,00    |
|   | Responsável pela Balsa   | Responsável pelo licenciamento e manutenções operacionais da balsa.   |        | 01          | 07    | 250,00    |
| GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES         | Responsável por Unidade Escolar  | Responsável pelos trabalhos administrativos e de direção de escolas da Rede Municipal de Ensino   | FG     | 01          | 03    | 500,00    |
|   | Responsável pela Frota de Veículos da Educação                                       | Responsável pela manutenção da frota, com controle e agendamento de revisões periódicas, trocas de óleo, trocas de pneus, licenciamento e manutenções.  |        | 01          | 08    | 200,00    |

|  |   |   |    |    |    |        |
|--|---|---|----|----|----|--------|
| GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO      | Diretor do Serviço de Saneamento Básico – SSB                                 | Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água.                                  | FG | 01 | 01 | 750,00 |
|  | Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB | Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água. |    | 01 | 04 | 400,00 |
|  | Responsável pela Manutenção Elétrica  | Responsável pela manutenção elétrica predial pública e acompanhamento de serviços elétricos executado por terceiros.                                  |    | 01 | 07 | 250,00 |
| GERÊNCIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | Direção de Programas de Saúde   | Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados à ações e serviços preventivos e de saneamento básico.                          | FG | 01 | 03 | 500,00 |
|  | Responsável pelos programas de saúde bucal                                    | Responsável pelo planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde bucal.   |    | 01 | 07 | 250,00 |
|  | Responsável pela frota de Veículos da Saúde e Assistência Social              | Responsável pela manutenção da frota, com controle e agendamento de revisões periódicas, trocas de óleo, trocas de pneus, licenciamento e manutenções | FG | 01 | 08 | 200,00 |

Para

#### LEI COMPLEMENTAR Nº067 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 20, VII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O ANEXO ÚNICO, da Lei Complementar nº 14, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

ANEXO ÚNICO

#### QUADRO DE PESSOAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

|   |
|---|
| Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, I – Assistência à Situações de Calamidade Pública  |
| Servidores, para cargos existentes, com a habilitação mínima exigida, em quantidade necessária ao atendimento da ocorrência, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira. |

|   |
|---|
| Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, II – Combate a Surtos Epidêmicos   |
| Servidores, para cargos existentes, com a habilitação mínima exigida, em quantidade necessária ao atendimento da ocorrência, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira. |

Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, IV – Admissão de Magistério Público Municipal

Professores habilitados para as funções do magistério, conforme ocorrerem as necessidades decorrentes da variação da demanda de alunos, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.

Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, III, V e VI – Atender Imperativo de Convênios – Preenchimento de vagas até a realização de concurso público – substituição de titulares, em licença ou afastamentos, previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

As admissões, para estes casos, obedecerão à identificação de cargos, habilitação mínima, atribuições, carga horária semanal, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.

Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, III – especificamente para Programas de Saúde (especialmente Estratégia de Saúde da Família – PSF, Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e o Projeto Integral da Educação)

| Identificação          | Habilitação  | Atribuições  | Jornada de Trabalho | Nº de Vagas | Vencimentos R\$ |
|------------------------|--|--|---------------------|-------------|-----------------|
| Médico – clínico geral | Nível Superior em medicina, com inscrição no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.              | Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde. | 20 horas semanais   | 02          | 7.977,83        |
| Odontólogo             | Nível Superior em Odontologia, com inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.        | Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde. | 40 horas semanais   | 01          | 5.086,27        |
| Enfermeiro             | Nível superior em enfermagem, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.          | Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde. | 40 horas semanais   | 01          | 3.706,47        |
| Técnico em Enfermagem  | Nível médio técnico, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.                   | Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde. | 40 horas semanais   | 01          | 1.695,43        |
| Nutricionista          | Nível Superior em nutrição, com inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas de Santa Catarina.        | Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.                         | 20 horas semanais   | 01          | 1.541,70        |
| Assistente Social      | Nível Superior em serviço social, com inscrição no Conselho Regional de serviços Social de Santa Catarina. | Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.                         | 20 horas semanais   | 01          | 1.332,10        |

|   |  |   |                   |      |          |
|---|--|---|-------------------|------|----------|
| Profes-<br>sor de Edu-<br>cação Física    | Nível Superior em educação física, com inscrição no Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina.                                  | Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.  | 20 horas semanais | 03   | 1.164,88 |
| Profes-<br>sor de Base Diversi-<br>ficada | Nível Médio e curso de aperfeiçoamento na área de atuação solicitada.  | Atuar junto às unidades educacionais como professor, professor substituto, segundo professor e atendimento as diversas demandas conforme a necessidade nas seguintes áreas da Rede Municipal de Ensino: Educação Especial, Educação Infantil; Educação Física; Informática; Ciências; Português; Artes; Literatura Dramatizada com Expressão Corporal; Danças; Canto; Música; Artesanato; Agricultura; Pintura; Libras e Braille. | 20 Horas Semanais | 12 * | 1.001,96 |
|   | Nível Superior e curso de aperfeiçoamento na área de atuação solicitada.   |   |                   |      | 1.164,88 |
| Medico<br>Especialista                    | Nível superior na área de medicina com especialização na área solicitada e com inscrição no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina. | Atuar junto a Unidade de Saúde Básica nas seguintes especialidades clínicas: Acupuntura; Alergia e Imunologia; Oncologia, Cardiologia, Dermatologia, endocrinologia, endoscopia, gastroenterologia, geriatria, ginecologia e obstetrícia, hematologia e hemoterapia, infecção, medicina do trabalho, oftalmologia, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, ortopedia e urologia.  | 08 Horas          | 2**  | 5.099,13 |

\* Número de 12 Vagas limitadas em sua totalidade independentemente da quantidade específica por área do conhecimento, sempre sujeito a necessidade apurada pela Gerência de Educação.

\*\* Número de 2 Vagas limitadas em sua totalidade nas áreas conforme a demanda apurada pela Gerência Municipal de Saúde.

#### LEI COMPLEMENTAR Nº068 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA NUMERO DE VAGAS CONSTANTES DO ANEXO II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 013, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 013, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 19 de Dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações



## A N E X O II

## QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

## CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

## MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

| CATEGORIA FUNCIONAL/<br>CARREIRA/CARGOS        | NÍVEL     | REFERÊNCIA | Carga Horária Semanal | Nº DE VAGAS |
|--|-----------|------------|-----------------------|-------------|
| I – EDUCAÇÃO INFANTIL e<br>ENSINO FUNDAMENTAL  |           |            |                       |             |
| Professor I                                    | 506 a 510 | A a F      | 20 horas              | 03          |
|  | 521 a 525 |            | 40 horas              | 00          |
| II – EDUCAÇÃO INFANTIL e<br>ENSINO FUNDAMENTAL |           |            |                       |             |
| Professor II<br>a)<br>a)                       | 501 a 505 | A a F      | 10 horas              | 04          |
|  | 511 a 515 |            | 20 horas              | 32          |
|  | 531 a 535 |            | 40 horas              | 01          |
| III – SUPORTE PEDAGÓGICO                       |           |            |                       |             |
| Orientador Educacional                         | 536 a 540 | A a F      | 40 horas              | 01          |

**LEI COMPLEMENTAR Nº069 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

INSTITUI REGIME SOBRE AVISO, GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO E DIÁRIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Fica instituído o regime de sobreaviso, a gratificação de sobreaviso e institui diárias para servidores públicos municipais, conforme disposto nesta Lei.

Art. 2º - O regime de sobreaviso consiste na permanência do servidor público municipal, nos dias e horários destinados ao repouso ou em dias de feriado, à disposição da Administração, em sua residência, na expectativa de ser convocado para atender a situações de urgência e emergência.

§ 1º Os servidores públicos municipais para terem em sua remuneração o adicional relativo ao regime de sobreaviso deverão estar incluídos na escala de sobreaviso, elaborada por ato do chefe do poder executivo municipal.

§ 2º Os servidores públicos municipais relacionados na escala de sobre aviso somente atenderão à convocação de trabalho, quando proveniente:

I - de agente público municipal com responsabilidade de gestão das ações e serviços públicos de saúde ou de serviços que coloquem em risco a saúde ou a integridade das pessoas e nos casos de intempéries e catástrofes climáticas;

II - de profissional de saúde, preferencialmente, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, ou de outro em serviço, mesmo que eventual, em ações de saúde, quando caracterizada a urgência e emergência;

III - de autoridade judiciária ou pertencente a órgãos de segurança pública, para atender ocorrências de emergência relacionadas às ações e serviços públicos de saúde ou à defesa e tutela de direitos de crianças e adolescentes.

Art. 3º. O servidor cumprirá o período de sobre aviso sem se afastar de sua residência, ou de local com facilidade de comunicação, no território urbano da cidade, devendo manter cadastro atualizado de telefones, independente de modalidade e de outros meios de comunicação instantânea disponíveis, inclusive através de tecnologias da informação.

Art. 4º. O motorista, devidamente qualificado e identificado, com atuação na Gerência Municipal de Saúde e Assistência Social e Gerência Municipal de Educação, responsável pela condução de veículos destinados a deslocamentos de pacientes do Município de Alto Bela Vista para outros centros de tratamento médico hospitalar ou transporte de alunos para atividades didático pedagógicas, esportivas, eventos

escolares fora das unidades escolares ou transporte de pessoas através de veículos de passageiros, quando em escala de sobreaviso ou quando em viagem a serviço correlato as suas atividades, perceberão:

I - Gratificação de sobreaviso, segundo a escala de sobreaviso estabelecido na forma do artigo 2º;

II - Diárias para atendimento de despesas pessoais, além do valor das despesas necessárias ao deslocamento do veículo.

Art. 5º A gratificação de sobreaviso para os motoristas, previsto no inciso I do artigo 4º desta lei será de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais).

§ 1º Os motoristas que perceberem gratificação de sobreaviso não farão jus ao adicional de serviço extraordinário;

§ 2º O Gerente Municipal de Saúde e Assistência Social e Gerente Municipal de Educação, até o dia 30 de cada mês, estabelecerá a escala de sobreaviso dos motoristas para o mês seguinte;

§ 3º No estabelecimento da escala de sobreaviso previsto no parágrafo anterior, sempre que possível, obedecer-se-á a rotatividade dos motoristas lotados nas gerências, a serviços de transporte de pacientes, alunos e pessoas; e

§ 4º valor da gratificação prevista no caput do presente artigo será assegurado à revisão anual na forma estabelecida na data base.

Art. 6º A remuneração para os demais servidores em escala de sobreaviso será calculada da seguinte forma: para cada hora de sobreaviso farão jus a remuneração de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da hora base do seu vencimento e não farão jus ao adicional de serviço extraordinário.

Art. 7º. O Servidor Público Municipal que a serviço, afastar-se do Município em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens ou meio de transporte e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada e alimentação, conforme dispuser regulamento.

§ 1º. As diárias serão concedidas para cada período de 24 (vinte e quatro) horas, as eventuais despesas que excederem a este período serão ressarcidas pelo regime de adiantamento.

§ 2º. O valor da remuneração das diárias será estabelecido em ato próprio do poder executivo, observado o princípio da isonomia;

§ 3º. Não haverá pagamento de diárias para os deslocamentos que se derem nos limites da associação microrregional (Amauc), ou nas associações adjacentes quando o deslocamento for por um período inferior de 24 (vinte e quatro) horas;

§ 4º. Para a concessão de diária prevista neste artigo deverá haver autorização expressa do titular da unidade competente;

§ 5º. As despesas de manutenção do veículo ou locomoção inclusive taxi não estão incluídas nos valores das diárias.

Art. 8º. A comprovação da viagem será feita mediante apresentação do relatório de diária.

Parágrafo único. Juntamente com o relatório previsto no presente artigo, obrigatoriamente deverá constar em anexo, no mínimo, uma nota fiscal ou recibo, por diária, em nome do seu beneficiário, constando o respectivo número do Cadastro de Pessoa Física

- CPF, além de comprovação de atendimento do objetivo da viagem, podendo ser (lista de presença no curso ou evento, certificado, declaração de visita ao gabinete da autoridade, comprovante de exame ou consulta do paciente transportado) ou qualquer outro documento que comprove não somente a viagem mas o atendimento do objetivo da viagem.

Art. 9º. Para atendimento do disposto no artigo 7º desta Lei ficam instituídos os seguintes formulários, identificados para pedido e comprovação da viagem, que passam a fazer parte integrante da presente Lei:

I - Ficha de Concessão de Diárias - Anexo I;

II - Relatório de Viagem - Anexo II.

§ 1º. O preenchimento do Anexo I, ocorrerá por ocasião do pedido de diárias, enquanto o Anexo II, por ocasião do retorno da viagem;

§ 2º. Os Anexos I e II serão vistados pelo titular da unidade competente ou servidor cuja atribuição tenha sido delegada.

Art. 9º. Para os servidores não contemplados pela presente lei utilizar-se-á o sistema de adiantamento, com ressarcimento do saldo não utilizado.

Art. 10º. Fica revogado os arts. 58 e 59 da Lei Complementar 11/2005, e Lei Complementar 29 de 18 de Novembro de 2009.

Art. 11º. A presente Lei entrará em vigor da na data de sua publicação.

Município de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

#### ANEXO I

#### FICHA DE PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

SERVIDOR:

CARGO OU FUNÇÃO:

#### Outras Informações

| CPF | Matrícula | Banco | Agência | Conta |
|-----|-----------|-------|---------|-------|
|     |           |       |         |       |

#### Objetivo da Viagem

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

## Período Afastamento

| Data e Horas da Saída | Data e Horas de Chegada | Total de Dias |
|-----------------------|-------------------------|---------------|
|                       |                         |               |

## Cálculo das Diárias

| Quantidade | Localidade | Classe | Vr. Unitário | Vr. Total |
|------------|------------|--------|--------------|-----------|
|            |            |        |              |           |

## Despacho

|   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| Submeta-se a Proposta de Concessão de Diárias ao Senhor Ordenador de Despesa, para apreciação e respectiva autorização. | Alto Bela Vista/SC,      /      / |
|   | Gerente                           |

## Autorização de Pagamento

|  |                                   |
|--|-----------------------------------|
| Autorizo a Unidade Financeira o pagamento das diárias, constantes na Proposta de Concessão de Diárias - PCD. | Alto Bela Vista/SC,      /      / |
| Encaminhe-se para fins de registro e correspondente pagamento, a Contadoria Geral do Município - CGM.        | Prefeito                          |

## ANEXO II

## FICHA DE RELATÓRIO DE DIÁRIAS

|   |     |
|---|-----|
| SERVIDOR:   |     |
| CARGO OU FUNÇÃO:  |     |
| AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM:                                    |     |
| OBJETIVO DA VIAGEM:                                       |     |
| DATA E HORA DA PARTIDA: ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS |     |
| DATA E HORA DE CHEGADA: ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS |     |
| MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO:                             |     |
| VEÍCULO PLACA:  |     |
| RESUMO DA VIAGEM:   |     |
| ____ DIÁRIA(S) INTEIRA(S) A R\$ _____                     | R\$ |
| TOTAL DA(S) DIÁRIA(S)                                     | R\$ |

ALTO BELA VISTA, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

NOME

**PORTARIA Nº 120 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

## RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal DULCI SCHNEIDER ocupante do cargo de MEREDEIRA no período de cento e oitenta dias (180), a contar do dia 26 de novembro de 2014 até 25/05/2015, conforme, atestado médico expedido no dia 26 de novembro de 2014 pelo Dr. Marcos Dias de Paula CRM/SC 5108.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS) uma vez que os quinze (15) primeiros dias reconhecidos pela portaria 075/2014 já foram consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 18 de dezembro de 2014.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 10º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

10º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 22/12/2014 a 16/01/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua 6 de novembro, nº 120, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 22 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

#### Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H

| CLASSIF. | NOME                        | INSCRIÇÃO |
|----------|-----------------------------|-----------|
| 18º      | JULIBIA CLKAUDETE DE AQUINO | 1657      |
| 19º      | DJEINFER KOERICH PAULI PITZ | 0819      |
| 20º      | PÂMELA DE ASSUNÇÃO          | 1863      |
| 21º      | CAMILA RICHARTZ KOERICH     | 1300      |

### DECRETO 149/2014

DECRETO Nº. 149/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. - Este Decreto estabelece normas e procedimentos para o controle eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis que compõe o patrimônio público do Município de Antônio Carlos que contém as seguintes etapas:

I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS;

I. 1. Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.

II - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO.

II. 1 - Definição de tabela de taxa de depreciação, amortização e exaustão, e vida útil dos bens móveis;

II. 2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;

II. 3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

#### Seção I - Conceitos

Artigo 2º. - Para fins de cumprimento deste Decreto entende-se que:

I - DEPRECIACÃO é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - AMORTIZAÇÃO é a perda de valor dos bens imateriais em razão do tempo. Enquanto a Depreciação é usada para os bens materiais (tangíveis) a Amortização é usada para os bens imateriais (intangíveis) como marcas e patentes.

III - EXAUSTÃO é o fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no decorrer do tempo, como por exemplo, as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas, etc.).

IV - MENSURAÇÃO é o ato de medir, ou seja, consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio.

V - VALOR BRUTO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

VI - VALOR DEPRECIÁVEL, AMORTIZÁVEL E EXAURÍVEL é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

VII - VALOR RESIDUAL é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

IX - VIDA ÚTIL ECONÔMICA é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

X - VALOR RECUPERÁVEL é o valor de venda de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

XI - VIDA ÚTIL é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

XII - BEM TANGÍVEL - é aquele que pode ser possuído e realizado. São os bens físicos e materiais que podem ser tocados e vistos. Neste grupo temos os bens móveis e imóveis.

XIII - BEM INTANGÍVEL - são Aqueles que não podem ser tocados e vistos, ou seja, são os bens que possuem valor econômico mais carecem de substância física.

XIV - BENS DE USO COMUM, também chamados de Bens de Infraestrutura são os bens de uso geral, que podem ser utilizados livremente por todos os indivíduos, como as praças, rios, praias,

os parques, as vias públicas, as pontes, etc.

## CAPÍTULO II DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

Artigo 3º. - Para atendimento do item I do Artigo 1º serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Instituição de Comissão específica, para promoção de levantamento geral dos bens da entidade, confrontando-os com os registros constantes Controle do Patrimônio.

II - Promover a reavaliação dos mesmos, a preços de mercado, ou a valor recuperável.

III - Adoção de procedimentos específicos, visando ao Controle de Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens.

IV - Elaboração de relatórios específicos, pelo Controle de Patrimônio, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens.

V - Quando se tratar de Bem Imóvel proceder-se-á levantamento junto aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, averiguando-se assim a situação jurídica desses imóveis; bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado ou a valor recuperável, promovendo-se destarte o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

VI - relação aos Bens Intangíveis adotar-se-á os seguintes procedimentos:

VI. 1 - Adoção de procedimento específico visando à identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da entidade.

VI. 2 - Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

VI. 3 - Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto aqueles obtidos a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

VI. 4 - Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

Artigo 4º. - As normas aqui estabelecidas são aplicáveis a todas as unidades gestoras que compõe a administração Municipal de Antônio Carlos.

### Seção I - Responsabilidade

Artigo 5º. - Compete ao servidor que vier a ser designado pelo Prefeito Municipal a supervisão, guarda e controle dos bens patrimoniais com o auxílio direto do responsáveis dos centros de custos.

Parágrafo Único - Para garantir a responsabilidade pela guarda e preservação dos bens o coordenador do patrimônio deverá:

I - Levar ao conhecimento de todos os responsáveis do centro de custo o teor deste regulamento;

II - Recolher de cada responsável, a assinatura no "Termo de

Responsabilidade" dos bens que estão sob sua guarda e proteção.

III - Exigir dos responsáveis a comunicação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, do conhecimento da ocorrência de extravio, perda, roubo, furto ou qualquer outra anormalidade que venha ocorrer com os bens sob sua responsabilidade.

IV - Instituir cronograma de inspeção periódica nos diversos Centros de Custos.

V - Instituir penalidade aos responsáveis, quando verificado na inspeção a ausência de bens patrimoniais que não tenha sido objeto de comunicação de acordo com o item III.

### Seção II - Tombamento

Artigo 6º. - Tombamento é o ato de incorporar um bem ao cadastro patrimonial, com a numeração e a identificação respectiva.

Parágrafo Único - Devem ser incorporados ao patrimônio, além dos bens imóveis, todos os bens móveis adquiridos por compra, por doação por permuta ou fabricados pela própria municipalidade, e cuja durabilidade seja superior a dois anos.

Artigo 7º. - Para proceder ao tombamento de um bem novo que vier a ser adquirido, o coordenador do patrimônio deverá obedecer aos seguintes passos:

I - Solicitar do setor de almoxarifado ou na ausência deste, do setor de contabilidade a nota de empenho e respectiva nota fiscal.

II - Obedecer no cadastramento do bem, a classificação contábil adotada no empenho.

III - Afixar a plaqueta de identificação e inserir o bem no sistema de Controle Patrimonial.

IV - Imprimir o novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável do centro de custo onde o bem foi cadastrado.

Artigo 8º. - No caso de bem móvel recebido em doação, deverá acompanhar no ato do tombamento o Termo de Doação firmado entre as partes e a Lei Autorizativa.

Artigo 9º. - Para tombamento de um bem imóvel deverá o coordenador do Patrimônio estar munido do documento comprobatório que podem ser:

a) No caso de terreno, documento que comprove a sua propriedade (escritura pública).

b) No caso de edificação, termo de recebimento definitivo da obra.

### Seção III - Movimentação

Artigo 10 - A movimentação de um bem patrimonial consiste no ato de alterar a sua localização, ou seja, passar de um centro de custo para outro.

Artigo 11 - Quando o bem é transferido dentro da mesma unidade gestora será emitido o Termo de Transferência que será assinado pelo responsável do centro de custo de origem e do centro de custo de destino.

Artigo 12 - Quando a transferência ocorrer entre unidades gestoras distintas da Administração será emitido o "Termo e Transferência de Bens entre Entidades".

Artigo 13 - No órgão de destino será feita a incorporação do bem



cedido, mantendo o número da plaqueta da Entidade de Origem.

Artigo 14 - Quando a Transferência ocorrer entre Unidades Gestoras à formalização do Ato se dará por Decreto do Chefe do Poder.

#### Seção IV - Baixas

Artigo 15 - A baixa de um bem, também chamado de destombamento ou desincorporação consiste na exclusão do bem do cadastro patrimonial de uma unidade administrativa.

§ 1º. - A baixa poderá acontecer em virtude das hipóteses abaixo enumeradas:

- I - Alienação;
- II - Desaparecimento (furto, roubo, perda ou extravio).
- III - Imprestável.

§ 2º. - A alienação de bens móveis ou imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação e de licitação.

§ 3º. - O laudo de avaliação é o documento utilizado pela comissão técnica constituída para promover a avaliação de bens patrimoniais destinados à alienação, que deverá conter no mínimo os seguintes itens:

- a) número;
- b) registro patrimonial de bens alienados (identificação, quantidade e especificação);
- c) estado de conservação;
- d) data da avaliação;
- e) valor estimado e;
- f) assinatura dos membros da comissão.

§ 4º. - A comissão de avaliação será composta de no mínimo três pessoas a serem indicadas pelo Prefeito Municipal.

§ 5º. - No caso de bem móvel desaparecido por furto, roubo, perda ou extravio, o responsável pelo setor do patrimônio deverá providenciar o boletim de ocorrência no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e se necessário, proceder à abertura da sindicância administrativa.

§ 6º. - Os bens imprestáveis serão recolhidos ao almoxarifado central, que após a avaliação, será providenciado a sua baixa do cadastro patrimonial.

#### Seção V - Inspeção

Artigo 16 - A inspeção consiste na visita do coordenador do patrimônio aos centros de custos, visando garantir o fiel cumprimento deste regulamento.

Parágrafo Único - A inspeção consiste em:

I - Comparar os bens relacionados no Termo de Responsabilidade emitido no levantamento ou última inspeção realizada com os atualmente existentes no centro de custo;

II - Cadastrar possíveis bens novos existentes que não constam no cadastro patrimonial, verificando em especial a sua origem;

III - Verificar o destino do bem existente no cadastro patrimonial mais não localizado no centro de custo por ocasião da inspeção.

IV - Verificar o estado de conservação dos bens e proceder se necessário, a sua respectiva correção ou depreciação.

Artigo 17 - A inspeção tem por objetivo propor a adoção de

providências administrativas quando verificado o não cumprimento das normas patrimoniais.

Artigo 18 - Após a inspeção e dos ajustes realizados deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade para assinatura do responsável.

#### Seção VI - Inventário Patrimonial

Artigo 19 - O inventário físico dos bens patrimoniais é o relatório final que contera o quantitativo, a descrição, a identificação e a localização de todos os bens que compõem o cadastro patrimonial.

Artigo 20 - O inventário patrimonial juntamente com o relatório dos bens por conta e/ou natureza deverá ser emitido ao final de cada exercício financeiro e entregue ao Departamento de Contabilidade para que este proceda aos ajustes necessários para fechamento do inventário com os assentos contábeis.

### CAPÍTULO III

REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO

#### Seção I - Depreciação

Artigo 21 - Para o cálculo da depreciação dos bens que compõem o patrimônio público do município de Antônio Carlos, será adotado a tabela abaixo, que define o período de vida útil de cada conta contábil bem como o seu valor residual:

| CONTA       | TÍTULO   | Vida Útil | Taxa. Mensal | Valor Residual |
|-------------|--|-----------|--------------|----------------|
| 14212.02.00 | AERONAVES  | --        | -            | --             |
| 14212.04.00 | APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO  | 16 anos   | 0,500%       | 10%            |
| 14212.06.00 | APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO  | 10 anos   | 0,667%       | 20%            |
| 14212.08.00 | APARELHOS , EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAS E HOSPITALARES. | 16 anos   | 0,445%       | 20%            |
| 14212.10.00 | APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES   | 10 anos   | 0,750%       | 10%            |
| 14212.12.00 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS  | 10 anos   | 0,750%       | 10%            |
| 14212.13.00 | ARMAZENS ESTRUTURAS - COBERTURAS DE LONA   | 10 anos   | 0,750%       | 10%            |
| 14212.14.00 | ARMAMENTOS   | 20 anos   | 0,354%       | 15%            |
| 14212.16.00 | BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS  | --        | -            | --             |
| 14212.18.00 | COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS  | 10 anos   | 0,840%       | 0%             |
| 14212.19.00 | DISCOTECAS E FILMOTECAS  | 5 anos    | 1,500%       | 10%            |
| 14212.20.00 | EMBARCACOES  | --        | -            | --             |
| 14212.22.00 | EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO   | 20 anos   | 0,375%       | 10%            |

|             |   |         |        |     |
|-------------|---|---------|--------|-----|
| 14212.24.00 | EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO                       | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.26.00 | INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS                                  | 20 anos | 0,375% | 10% |
| 14212.28.00 | MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL                            | 20 anos | 0,375% | 10% |
| 14212.30.00 | MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS                                 | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.32.00 | MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS                                    | 15 anos | 0,500% | 10% |
| 14212.33.00 | EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO                               | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.34.00 | MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS                        | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.35.00 | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS                             | 5 anos  | 1,500% | 10% |
| 14212.36.00 | MAQUINAS, INSTALACOES E UTENSILIOS DE ESCRITORIO                    | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.38.00 | MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA                       | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.39.00 | EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS                                | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.40.00 | MAQ. EQUIPAMENTOS UTENSILIOS AGRICOLAS, AGROPECUARIOS E RODOVIARIOS | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.42.00 | MOBILIARIO EM GERAL   | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.44.00 | OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO                                | - -     | -      | - - |
| 14212.46.00 | SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA                               | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.48.00 | VEICULOS DIVERSOS   | 16 anos | 0,500% | 10% |
| 14212.49.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO                        | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.50.00 | VEICULOS FERROVIARIOS   | 30 anos | 0,250% | 10% |
| 14212.51.00 | PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS                                   | 10 anos | 0,750% | 10% |
| 14212.52.00 | VEICULOS DE TRACAO MECANICA   | 16 anos | 0,50%  | 10% |
| 14212.53.00 | CARROS DE COMBATE   | 30 anos | 0,250% | 10% |
| 14212.54.00 | EQUIP., PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS                             | 30 anos | 0,250% | 10% |
| 14212.56.00 | EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES. DE PROTECAO AO VOO                      | 30 anos | 0,250% | 10% |
| 14212.57.00 | ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS  | 5 anos  | 1,500% | 10% |
| 14212.58.00 | EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO                               | 15 anos | 0,500% | 10% |
| 14212.60.00 | EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS                          | 15 anos | 0,500% | 10% |
| 14212.83.00 | EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL           | 10 anos | 0,750% | 10% |

§ 1º - As contas 14212.02.00 (AERONAVES), 14212.16.00 (BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS) e 14212.20.00 (EMBARCACOES) não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

§ 2º - A conta 14.212.44.00 (OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO) não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Artigo 22 - A depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Artigo 23 - O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Artigo 24 - A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

#### Seção II - Método Depreciação

Artigo 25 - O método de depreciação, amortização e exaustão deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Artigo 26 - O método a ser utilizado pelo município de Antônio Carlos para o cálculo da depreciação é o Método Linear também chamado de Método de Quotas Constantes que consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem, ou seja, é a divisão do valor a ser depreciado pelo período de vida útil.

#### Seção III - Amortização

Artigo 27 - Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Parágrafo Único - A amortização é um mecanismo utilizado principalmente para registro da perda de valor de bens intangíveis (marcas e patentes) e para amortizar o custo das construções e benfeitorias em bens locados, arrendados ou cedidos por terceiros.

Artigo 28 - A taxa de amortização será fixada tendo em vista o período restante da existência do direito de locação, arrendamento ou cessão.

Parágrafo Único - A taxa de amortização será obtida pelo método linear (ou método das quotas constantes). O custo do intangível amortizável é distribuído, através do seu prazo de duração ou existência, de forma uniforme.

#### Seção IV - Exaustão

Artigo 29 - A exaustão consiste em esgotar completamente o valor de um bem. Em termos contábeis, a exaustão se relaciona com a perda de valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração (extração ou aproveitamento) mineral ou florestal.

#### CAPÍTULO IV DOS BENS DE INFRAESTRUTURA

Artigo 30 - Os bens de uso comum de que trata o inciso XIV, do Artigo 2º deste Decreto, será regulamentado através de ato específico, dentro do prazo estipulado no Decreto que "Institui o Cronograma de Execução das Atividades a serem Implementadas



para o Atendimento Integral dos Dispostos Constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP".

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. - Os casos omissos serão objeto de regulamentação adicional por parte da coordenação e controle de patrimônio.

Artigo 32 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 33 - Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, 22 de dezembro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N 150/2014

DECRETO Nº 000150/14 de 22 de Dezembro de 2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.530,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

###### 11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.530,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 1.530,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Dezembro de 2014  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N 151/2014

DECRETO Nº 000151/14 de 22 de Dezembro de 2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.923,30 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

##### 11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.923,30

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

###### 11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 923,30

11.01.10.301.0007.2.028-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Dezembro de 2014  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N 152/2014

DECRETO Nº 000152/14 de 22 de Dezembro de 2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.595,40 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

###### 03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 4.575,46

###### 04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

###### 04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 155,07

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 718,64

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 5.009,07

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 6.659,75

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 2.607,12

###### 07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

###### 07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 3.870,29

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

###### 03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.575,46

**04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA****04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 7.378,39

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 7.616,19

04.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 155,07

**07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.870,29

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Dezembro de 2014

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**PORTARIA N 596/2014**

PORTARIA Nº 596/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, FRANCIELLY KELM, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 05 de janeiro de 2015,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 597/2014**

PORTARIA Nº 597/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARCIO CAVALLI LAGRECA, para o cargo efetivo de ODONTOLOGO - 40H, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 05 de janeiro de 2015,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 598/2014**

PORTARIA Nº 598/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, DANIELE DALLOSTO CHAPACAIS, para o cargo efetivo de PSICOLOGO, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do quadro de Pessoal da Prefeitura, a partir de 05 de janeiro de 2015,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 599/2014**

PORTARIA Nº 599/2014.

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor MARCIO CAVALLI LAGRECA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO - 40H, a partir de 05 de janeiro de 2015,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2014.

**PORTARIA N 600/2014**

PORTARIA Nº 600/2014.

Concede Gratificação a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, ao servidor MARCIO CAVALLI LAGRECA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO - 40H, a partir de 05 de janeiro de 2015,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 22 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2014.

**Ascurra****PREFEITURA****DECRETO Nº 2690, DE 08/12/2014 - INSTITUI A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS PRESTADOS – DESP, A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS TOMADOS- DEST E O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE ASCURRA PARA 2015.**

DECRETO N.º 2690, de 08 de dezembro de 2014.

Institui a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados - DESP, a Declaração Eletrônica de Serviços Tomados- DEST e o Calendário Fiscal do Município de Ascurra para 2015.

Art. 1º - Fica instituído o CALENDÁRIO FISCAL do Município de Ascurra para o Exercício de 2015, como instrumento de transparência fiscal, conforme preceito disposto no Art. 472A da LC 043/2002, alterado pela LC 143/2013, conforme data e eventos como seguem:

| JANEIRO 2015   |   |
|----------------|---|
| DATA           | EVENTO  |
| 10/01/2015     | Vencimento ISSQN competência 12/2014 – regime normal e estimativa fixa  |
| 14/01/2015     | Início do prazo para pedidos Isenção IPTU exercício 2015  |
| 30/01/2015     | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 12/2014  |
| 30/01/2015     | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 12/2014  |
| 30/01/2015     | Prazo final de entrega das Notas de Produtor Rural do exercício 2014  |
| FEVEREIRO 2015 |   |
| DATA           | EVENTO  |
| 15/02/2015     | Vencimento ISSQN competência 01/2015 – regime normal e estimativa fixa  |
| 27/02/2015     | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 01/2015  |
| 27/02/2015     | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 01/2015  |
| MARÇO 2015     |   |
| DATA           | EVENTO  |
| 16/03/2015     | Vencimento ISSQN competência 02/2015 – regime normal e estimativa fixa  |
| 16/03/2015     | Vencimento da Parcela Única da Taxa de Fiscalização, Licença e Funcionamento (Alvará), exercício 2015.  |
| 16/03/2015     | Vencimento da Parcela Única da Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiros, exercício 2015.   |
| 16/03/2015     | Vencimento da Parcela Única do ISSQN Regime Fixo, com 10% de desconto, exercício 2015.  |
| 16/03/2015     | Vencimento da 1ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015.  |
| 16/03/2015     | Prazo final para contestação de lançamento da Taxa de Fiscalização, Licença e Funcionamento (Alvará), da Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiros e do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015 |
| 31/03/2015     | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 02/2015  |
| 31/03/2015     | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 02/2015  |
| ABRIL 2015     |   |
| DATA           | EVENTO  |

|             |  |
|-------------|--|
| 15/04/2015  | Vencimento ISSQN competência 03/2015 – regime normal e estimativa fixa   |
| 15/04/2015  | Vencimento da Parcela Única da Taxa de Alvará Sanitário, exercício 2015.   |
| 15/04/2015  | Vencimento da Parcela Única do IPTU exercício 2015, com 10% de desconto  |
| 15/04/2015  | Vencimento da 1ª parcela do IPTU exercício 2015  |
| 15/04/2015  | Vencimento da 2ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 15/04/2015  | Prazo final para contestação de lançamento da Taxa de Alvará Sanitário, exercício 2015   |
| 15/04/2015  | Prazo final para contestação de lançamento do IPTU, exercício 2015   |
| 15/04/2014  | Prazo final para pedidos de isenção do IPTU exercício 2015   |
| 30/04/2015  | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 03/2015   |
| 30/04/2015  | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 03/2015   |
| MAIO 2015   |  |
| DATA        | EVENTO   |
| 15/05/2015  | Vencimento ISSQN competência 04/2015 – regime normal e estimativa fixa   |
| 15/05/2015  | Vencimento da 2ª parcela do IPTU exercício 2015  |
| 13/05/2015  | Vencimento da 3ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 29/05/2015  | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 04/2015   |
| 29/05/2015  | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 04/2015   |
| JUNHO 2015  |  |
| DATA        | EVENTO   |
| 15/06/2015  | Vencimento ISSQN competência 05/2015 – regime normal e estimativa fixa   |
| 15/06/2015  | Vencimento da 3ª parcela do IPTU exercício 2015  |
| 15/06/2015  | Vencimento da 4ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 30/06/2015  | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 05/2015   |
| 30/06/2015  | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 05/2015   |
| JULHO 2015  |  |
| DATA        | EVENTO   |
| 15/07/2015  | Vencimento ISSQN competência 06/2015 – regime normal e estimativa fixa   |
| 15/07/2015  | Vencimento da 4ª parcela do IPTU exercício 2015  |
| 15/07/2015  | Vencimento da 5ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 31/07/2015  | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2015   |
| 31/07/2015  | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 06/2015   |
| 31/07/2015  | Prazo final para pagamento e/ou parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa, referente ao exercício imediatamente anterior, em fase administrativa. Após esta data os débitos não negociados são encaminhados à cobrança em esfera judicial. |
| AGOSTO 2015 |  |
| DATA        | EVENTO   |
| 17/08/2015  | Vencimento ISSQN competência 07/2015 – regime normal e estimativa fixa   |
| 17/08/2015  | Vencimento da 5ª parcela do IPTU exercício 2015  |

|               |  |
|---------------|--|
| 17/08/2015    | Vencimento da 6ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 31/08/2015    | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 07/2015           |
| 31/08/2015    | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 07/2015             |
| SETEMBRO 2015 |  |
| DATA          | EVENTO   |
| 15/09/2015    | Vencimento ISSQN competência 08/2015 – regime normal e estimativa fixa                                     |
| 15/09/2015    | Vencimento da 6ª parcela do IPTU, exercício 2015   |
| 15/09/2015    | Vencimento da 7ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 30/09/2015    | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 08/2015           |
| 30/09/2015    | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 08/2015             |
| OUTUBRO 2015  |  |
| DATA          | EVENTO   |
| 15/10/2015    | Vencimento ISSQN competência 09/2015 – regime normal e estimativa fixa                                     |
| 15/10/2015    | Vencimento da 8ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 30/10/2015    | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 09/2015           |
| 30/10/2015    | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 09/2015             |
| NOVEMBRO 2015 |  |
| DATA          | EVENTO   |
| 16/11/2015    | Vencimento ISSQN competência 10/2015 – regime normal e estimativa fixa                                     |
| 16/11/2015    | Vencimento da 9ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015  |
| 30/11/2015    | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 10/2015           |
| 30/11/2015    | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 10/2015             |
| DEZEMBRO 2015 |  |
| DATA          | EVENTO   |
| 15/12/2015    | Vencimento ISSQN competência 11/2015 – regime normal e estimativa fixa                                     |
| 15/12/2015    | Vencimento da 10ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2015   |
| 30/12/2015    | Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 11/2015           |
| 30/12/2015    | Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 11/2015             |
| 30/12/2015    | Prazo final para recolhimento de tributos municipais do exercício 2015, antes da inscrição em dívida ativa |

§ 1º Os prazos previstos no calendário fiscal que eventualmente se dão em sábados, domingos ou feriados, são transferidos para o primeiro dia útil posterior, sem a aplicação de quaisquer penalidades.

§ 2º O descumprimento de quaisquer prazos previstos neste Artigo, submetem-se às cominações legais previstas na LC 043/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - As demais disposições do Decreto 2545/2014 permanecem em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Acurra em, 08 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal



Publicado o presente na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 08 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

|  |  |
|--|--|
|  | ESTADO DE SANTA CATARINA<br>MUNICÍPIO DE ASCURRA<br>EDITAL Nº 002/2014 (CARGOS PÚBLICOS) |
|--|--|

#### EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Ascurra, para os cargos de: Ensino Fundamental: Agente de Combate a Endemias; Auxiliar de Serviços Gerais; Agente Operacional; Ensino Médio: Técnico de Enfermagem; Atendente de Educação Infantil; Auxiliar de Educação. Ensino Superior: Médico Clínico Geral; Médico Pediatra; Psicólogo; Assistente Social. As inscrições "on line" estão abertas no período de 13/01/2015 a 12/02/2015. As provas estão previstas para o dia 01/03/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no mural de publicações do Paço Municipal.

Ascurra, 19 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2014 DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO

|  |  |
|--|--|
|  | ESTADO DE SANTA CATARINA<br>MUNICÍPIO DE ASCURRA<br>EDITAL Nº 003/2014 (EMPREGO PÚBLICO) |
|--|--|

#### EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2014 DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna Público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas para Emprego Público do quadro de pessoal do município de Ascurra, para os cargos de: Ensino Fundamental: Agente Comunitário de Saúde PSF; Auxiliar de Enfermagem PSF e Ensino Superior: Assistente Social; Psicólogo e Farmacêutico. As inscrições "on line" estão abertas no período de 13/01/2015 a 12/02/2015. As provas estão previstas para o dia 01/03/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no mural de publicações do Paço Municipal.

Ascurra, 19 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL Nº 004/2014 DE PROCESSO SELETIVO

|  |  |
|--|--|
|  | ESTADO DE SANTA CATARINA<br>MUNICÍPIO DE ASCURRA<br>EDITAL Nº 004/2014 (PROCESSO SELETIVO) |
|--|--|

#### EXTRATO DO EDITAL Nº 004/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Ascurra, para os cargos de: Ensino Superior: Professor I (habilitado) e Professor I (não-habilitado). As inscrições "on line" estão abertas no período de 13/01/2015 a 12/02/2015. As provas estão previstas para o dia 01/03/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no mural de publicações do Paço Municipal.

Ascurra, 19 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1400, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1400, de 19 de dezembro de 2014.

ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 1117, DE 25/02/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 1117, de 25 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º - O valor pecuniário do Programa de Suplementação Alimentar consistirá num crédito equivalente à R\$272,00 (duzentos e setenta e dois Reais) mensais, o qual será corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE), ou outro que vier sucedê-lo, a cada período de seis meses, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, observadas as disponibilidades financeiras e o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único: O valor pecuniário a que se refere este programa, em hipótese nenhuma se constituirá em vantagem ou incorporação salarial ao vencimento.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor em, 01 de janeiro de 2015.

Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo



**LEI Nº 1401, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 1401, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 30.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

| Dotações Suplementadas     |  |
|----------------------------|--|
| Código                     | Descrição                              |
| 01                         | CAMARA DE VEREADORES                   |
| 01.001                     | CAMARA DE VEREADORES                   |
| 01.001.0001                | LEGISLATIVA                            |
| 01.001.0001.0031           | ACAO LEGISLATIVA                       |
| 01.001.0001.0031.0010      | PROCESSO LEGISLATIVO                   |
| 01.001.0001.0031.0010.2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS |
| 3319000000000000           | APLICACOES DIRETAS                     |
| 00010000                   | Recursos Ordinários                    |
|                            | Valor: ( 30.000,00 )                   |

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

| Dotações Anuladas          |                                      |
|----------------------------|--------------------------------------|
| Código                     | Descrição                            |
| 01                         | CAMARA DE VEREADORES                 |
| 01.001                     | CAMARA DE VEREADORES                 |
| 01.001.0001                | LEGISLATIVA                          |
| 01.001.0001.0031           | ACAO LEGISLATIVA                     |
| 01.001.0001.0031.0010      | PROCESSO LEGISLATIVO                 |
| 01.001.0001.0031.0010.1002 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS |
| 3449000000000000           | APLICACOES DIRETAS                   |
| 00010000                   | Recursos Ordinários                  |
|                            | Valor: ( 30.000,00 )                 |

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**Balneário Rincão****PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/FMS/2014**

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/FMS/2014

A Pregoeira do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 026/FMS/2014, que tem como objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015, fica retificado a quem possa interessar que onde se lê: VII - Amostra: As amostras dos itens 11, 12, 13, 14 e 19, deverão ser entregues até dois dias úteis antes da Licitação, ou seja, até dia 22/12/2014, na Secretaria de Saúde, localizada na Rua Ado Caldas Faraco, 484, Centro do Município de Balneário Rincão/SC, que deverá expedir Declaração de aceite de amostras, ....leia-se: As empresas vencedoras da licitação terão até dois dias úteis após a abertura da licitação para apresentar as amostras dos itens: 11, 12, 13, 14 e 19. Onde se lê: Item 11 - ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM², MEDINDO 06CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO,CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO,COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS,ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME,APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTO DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENTO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS ..... leia-se: Item 11: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM², MEDINDO 06CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,7GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. Onde se lê: Item 12: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM², MEDINDO 10CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO,CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 21,80 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO,COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS,ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME,APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTO DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENTO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS ....leia-se: Item 12: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM², MEDINDO 10CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,7GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. Onde se lê: Item 13: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM², MEDINDO 15CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO,CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,70 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO,COM

ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTO DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENTO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS. ....leia-se: Item 13: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM<sup>2</sup>, MEDINDO 15CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,7GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. Onde se lê: Item 14: ATADURA DE CREPOM, 13FIOS CM<sup>2</sup>, MEDINDO 20 CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 42,80 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO, COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTO DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENTO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS. ....leia-se: Item 14: ATADURA DE CREPOM, 15FIOS CM<sup>2</sup>, MEDINDO 20CM DE LARGURA 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,7GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, COM ACABAMENTO LATERAIS SEM FIO SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. Onde se lê: Item 19: COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,50: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM<sup>2</sup>, 15CM X 30 CM QUANDO ABERTO, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5X7,5 CM QUANDO DOBRADA, 500 G POR PACOTE NO MINIMO COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNCAS. PACOTESW COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. ABNT NBR 13843 E POSSUIR REGISTRO MS E RDC59. ....leia-se: Item 19: COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,50: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM<sup>2</sup>, 15CM X 30 CM QUANDO ABERTO, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5X7,5 CM QUANDO DOBRADA, 500 G POR PACOTE NO MINIMO COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNCAS. PACOTESW COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. ABNT NBR 13843. Fica suprimido a solicitação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação dos itens: 11, 12, 13 e 19 e por fim, tendo em vista a modificação das propostas, fica prorrogada a data de recebimento e abertura dos envelopes de propostas e habilitação para o dia 08/01/2015 as 10h00min, ficando o protocolo até as 09h45min. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 22 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

### DECRETO/GP/Nº 209/2014

DECRETO/GP/Nº 209, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

FICA INCLUÍDO O ITEM 25 E 26 NO ANEXO I, DO DECRETO 69/2013 - ATIVIDADES NA ORLA MARÍTIMA NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluído o item 25 e o 26 no anexo I, do Decreto nº 69/2013, nos termos seguintes:

| ITEM | DESCRIÇÃO DE ATIVIDADE   | VALOR EM UFM    |
|------|--|-----------------|
| 25   | c) Veículos Automotores de Venda de Gás Liquefeito de Petróleo - por Caminhão. | 08              |
| 26   | Evento Único com até 300 pessoas   | 04 (quatro) UFM |
|      | Evento Único com até 600 pessoas   | 06 (seis) UFM   |
|      | Evento Único com até 1.000 pessoas   | 08 (oito) UFM   |
|      | Evento Único com até 2.000 pessoas   | 10 (dez) UFM    |
|      | Evento Único acima de 2.000 pessoas  | 12 (doze) UFM   |

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Paço Municipal, 15 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 15 de dezembro de 2014.

### DECRETO/GP/Nº 210/2014

DECRETO/GP/Nº 210, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA OS DECRETOS 106/2013 E 167/2014 - FUNCIONAMENTO DO HORÁRIO DAS CASAS NOTURNAS E ESTABELECIMENTOS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município. Inserido

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo primeiro em seu parágrafo 2º, o qual passa a ter a seguinte redação:

§ 2º. Fica estabelecido o horário de funcionamento de lanchonetes, bares e botequins na Zona Residencial e Comercial (Zona Mista) até as 22h00min horas, com tolerância para temporada de verão até as 00h00min nos finais de semana e vésperas de feriados, com exceção para os bares existentes no calçadão, que poderão funcionar até às 02:00 horas da manhã, momento em que o som deverá ser desligado, com tolerância para o esvaziamento do local até as 03:00 horas, quando a ordem estiver estabelecida.

Art. 2º. Altera o artigo 6º, incluindo o parágrafo 3º, com a seguinte redação:

§ 3º. Os eventos únicos terão seus horários definidos em ato próprio, devidamente descritos no alvará concedido, considerando

para tanto a localização do evento, a estrutura empregada, a existência ou não de tratamento acústico, assim como as datas, além das condições ambientais e sociais do local.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 18 de dezembro de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 18 de dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROK  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2014.

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR 006/2014 ACRESCENTANDO-LHE DISPOSITIVOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Complementar 006/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica desde já autorizada a contratação temporária dos servidores acima até a data de 01/08/2015, ou até a realização de concurso público, o que ocorrer primeiro.

§1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Município poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, pelo mesmo salário do cargo em substituição, nos seguintes casos:

- I - assistência à situações de calamidade pública;
- II - assistência à situações emergenciais, de iminente risco da saúde pública;
- III - suprimimento de pessoal efetivo afastado, em razão de licença para tratamento de saúde.

§2º A Contratação será firmada por contrato administrativo especial, e os contratados ficam vinculados do RGPS, com direitos e deveres regulados no contrato.

Art. 2º - Altera o anexo único da Lei Complementar nº 006/2014, aumentando o número de vagas para 10, no quadro de servidores temporários e 10 no quadro de servidores efetivos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 09 de Dezembro de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 178/2014.**

LEI Nº 178/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DIREITO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIO EM PLACAS INDICATIVAS DE RUAS, SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, INDICATIVAS DE BAIRROS E EDUCATIVAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder direito de exploração publicitária de placas indicativas de ruas, sinalização turística, indicativas de bairros e educativas.

Art. 2º As concessões se farão de forma onerosa, podendo ser por:

I - contraprestação pecuniária; e/ou

II - em troca de manutenção, de instalação ou de fornecimento de placas indicativas de ruas, com sinalização turística, indicativas de bairros e educativas, sem ônus para a administração.

§1º As placas a serem fornecidas deverão ser novas e nos padrões estabelecidos pela Administração.

§2º As instalações e manutenções das placas obedecerão aos materiais, locais e prazos definidos no edital pela Administração.

§3º No período das concessões às concessionárias responderão integralmente pela conservação e manutenção das placas e por todo e qualquer dano decorrente dos materiais empregados ou serviços executados.

§4º Todos os equipamentos, materiais ou instalações entregues ou empregados pelos concessionários pela concessão, reverterão imediata e gratuitamente ao patrimônio do Município.

Art.3º A concessão será procedida por processo licitatório.

Art.4º A publicidade a ser veiculada pela empresa concessionária deverá obedecer a critérios definidos pela Administração no referido edital

Art. 5º A concessão para a exploração publicitária obedecerá ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, permitida a prorrogação por igual ou inferior prazo.

Art.6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 15 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal de Balneário Rincão

publicado e registrado NA Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário de Finanças e Administração

### **LEI Nº 179/2014.**

LEI Nº 179/2014

CRIA O PROGRAMA HABITAR LEGAL QUE ESTABELECE NORMAS E CRITÉRIOS PARA A REGULARIZAÇÃO DE OBRAS CONSTRUÍDAS ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO, ESTABELECE OS PRAZOS E CRITÉRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As obras iniciadas ou concluídas antes da instalação do município, que se encontram em desacordo com o Plano Diretor do Município, Código de Obras ou outra lei municipal, todas do

município de Içara (município mãe), poderão ser regularizadas, nos moldes da presente lei, resguardadas as normas de segurança, de saúde, ambientais, além do direito de terceiros, respeitando-se as regras estabelecidas no Código Civil, no que se refere ao direito de vizinhança.

§1º - Serão passíveis de regularização as obras em desacordo com a legislação em vigor, que tenham sido comprovadamente edificadas em data anterior a 31.12.2012, para tanto serão consideradas as informações constantes no cadastro municipal, fotos aéreas, perícia técnica ou documentação oficial que comprove a data da construção.

§2º- As obras edificadas que dentro dos parâmetros legais que necessitam de regularização também serão atendidas pela presente lei, independente da data da construção.

§3º - Os recuos frontais, os demais afastamentos, índices de aproveitamento, taxa de ocupação e número de pavimentos, em desacordo às leis existentes nas edificações amparadas por essa lei, serão tolerados, considerando a localização do imóvel, a hierarquia viária, tempo de construção e a situação de consolidação da via.

§ 4º - Toda nova alteração, ampliação ou reforma realizadas nos imóveis que estão compreendidos por essa lei somente poderão ser executadas em acordo com as prescrições e determinações da legislação vigente, excetuando-se somente as obras de manutenção e preservação dos imóveis regularizados.

Art. 2º - A regularização prevista no artigo anterior não contempla as seguintes situações:

I - construções edificadas com origem em loteamentos irregulares, em terrenos públicos ou particulares;

II - construções sobre terrenos de domínio público e em faixas de domínio de rodovias, cursos de água, lagoas, áreas consideradas de preservação de recursos ou proteção ambientais;

III - construções em terrenos particulares onde a edificação invadiu a faixa de previsão de alargamento viário;

Art. 3º - Para fins desta Lei, a regularização da obra existente implica no automático reconhecimento desta, para fins cadastrais e tributários do Município.

Art. 4º - Para as regularizações baseadas nesta Lei serão cobradas a taxa de análise de projeto de regularização, o ISS da obra, nos casos em que a referida cobrança não esteja prescrita, além do habite-se, após a análise dos documentos.

I - O valor da taxa de análise de projeto de regularização será de 0,7 UFM.

II - O valor do Taxa de regularização para imóveis construídos há mais de 05 anos, na data do requerimento, será de 0,03 UFM por m<sup>2</sup>

II- O valor da Taxa de regularização para imóveis construídos há menos de 05 anos na data do requerimento será de 0,02 UFM por m<sup>2</sup>

Art. 5º - Além do pagamento das taxas e impostos devidos, serão exigidos, independente do tamanho da construção, referente ao imóvel que se deseja regularizar:

I - planta de situação e localização da edificação no terreno, com quadra e número de lote, constando todas as medidas da projeção e afastamentos e aberturas existentes, assinado pelo proprietário e responsável técnico;

II -Parecer técnico atestando a segurança do imóvel, descrevendo as condições da estrutura, fundação até a cobertura, descrevendo os materiais utilizados, atestando ainda a segurança das instalações elétrica e hidráulicas, assinado pelo proprietário e responsável técnico,

II - ART ou RRT do profissional responsável técnico;

III - Projeto de prevenção de incêndio nos casos exigidos pela legislação;

IV -Licença da Vigilância Sanitária quando exigido por lei;

V- Licença ambiental quando necessário, conforme exigências legais;

VI- Comprovante de pagamento de INSS e ISS nas construções com menos de 05 anos;

VII- Cópia do comprovante de pagamento das taxas de regularização;

VIII - Certidão negativa de débitos junto à fazenda municipal e autarquias;

IX- Cópia do registro atualizado do imóvel ou contrato de compra com autorização expressa do vendedor/ proprietário registral, com firma reconhecida, atualizada com até 30 dias de emissão.

Art. 6º - O Procedimento para a regularização de dará da seguinte forma:

a)O contribuinte interessado deverá junto à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão apresentar requerimento de regularização com documentação exigida na presente lei, pagando para tanto a taxa de análise de projeto de regularização;

b)Após a análise, com vistoria in loco, presentes os requisitos para a aprovação, serão emitidas guias para o recolhimento da taxa de regularização e demais impostos, nos casos previstos em lei;

c) Após o pagamento, será emitido o habite-se da edificação;

Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 15 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal de Balneário Rincão

publicado e registrado NA Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Finanças e Administração



**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****RETIFICAÇÃO DE EDITAL 038/SAMAE/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 038/SAMAE/2014

O PREGOEIRO comunica que houve alteração no termo de referência no item 3.1. , que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para serviços de manutenção mecânica para o exercício de 2015, onde "se lê":

Lote 1

|    |     |     |                    |    |          |
|----|-----|-----|--------------------|----|----------|
| 54 | HRS | 120 | Serviços mecânicos | 80 | 4.000,00 |
|----|-----|-----|--------------------|----|----------|

Lote 2

|   |     |    |                    |    |          |
|---|-----|----|--------------------|----|----------|
| 7 | HRS | 60 | Serviços mecânicos | 70 | 2.100,00 |
|---|-----|----|--------------------|----|----------|

"leia-se"

Lote 1

|    |     |     |                    |    |          |
|----|-----|-----|--------------------|----|----------|
| 54 | HRS | 120 | Serviços mecânicos | 80 | 9.600,00 |
|----|-----|-----|--------------------|----|----------|

Lote 2

|   |     |    |                    |    |          |
|---|-----|----|--------------------|----|----------|
| 7 | HRS | 60 | Serviços mecânicos | 70 | 4.000,00 |
|---|-----|----|--------------------|----|----------|

Fica o mesmo retificado para os fins legais e mantidas a data e horário de abertura, ficam todos interessados notificados.

Balneário Rincão, 22 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Renata Daros Torres

**Biguaçu****PREFEITURA****CONTRATOS MÊS 12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 363/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: L. MOHR LTDA ME

Valor ..... : 1.637,09 (um mil seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 207/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LIVROS A FIM DE ATUALIZAR O ACERVO JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL.

Aditivo Nº ..... : 224-3/2014 - Contrato Nº.: 224/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

Valor ..... : 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2013

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 364/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor ..... : 169.502,40 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e dois reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 03/11/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 220/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIR ALMOÇO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, POR 01 (UM) ANO, PARA APROXIMADAMENTE 45 SERVIDORES, SENDO MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR, MONITORES DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA MANUTENÇÃO E 02 (DOIS) PESSOAS PARA ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 365/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP

Valor ..... : 5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 03/11/2014 Término: 02/01/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 232/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO O MANDADO DE INTIMAÇÃO PROVENIENTE DO PODER JUDICIÁRIO (ANEXO).

Contrato Nº.: 366/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

Valor ..... : 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 05/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 226/2014



Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO COM 15 OU 16 LUGARES PARA O TRANSPORTE ESCOLAR.

Contrato Nº.: 367/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor ..... : 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 06/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 223/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO 02 (DOIS) ROTEADORES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Aditivo Nº ..... : 600-6/2010 - Contrato Nº: 600-4/2010

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NILTON MARIOT FILHO

Valor ..... : 14.970,24 (quatorze mil novecentos e setenta reais e vinte e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 06/11/2014 Término: 17/10/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 305/2010

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 78, CENTRO, BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº ..... : 378-4/2014 - Contrato Nº: 378/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 07/11/2014 Término: 11/01/2015

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2013

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 94-1/2014 - Contrato Nº: 94/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

Valor ..... : 10.072,70 (dez mil e setenta e dois reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 174/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (168)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE RUAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº ..... : 315-1/2014 - Contrato Nº: 315/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME

Valor ..... : 850,40 (oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU EM ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA.

Aditivo Nº ..... : 99-1/2014 - Contrato Nº: 99/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SANEAMENTO PRE MOLDADOS INDUSTRIA E COM.

LTDA

Valor ..... : 4.646,76 (quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 174/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (168)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE RUAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº ..... : 203-1/2014 - Contrato Nº: 203/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP

Valor ..... : 25.055,77 (vinte e cinco mil e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 68/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (352)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATUALIZAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, RACK E ATIVOS DE REDE DO PRÉDIO DA PREFEITURA E CENTRO ADMINISTRATIVO.

Aditivo Nº ..... : 281-1/2014 - Contrato Nº: 281/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP

Valor ..... : 12.418,00 (doze mil quatrocentos e dezoito reais)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 103/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (397)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MODERNIZAÇÃO DE REDE E CABEAMENTO ESTRUTURA DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Aditivo Nº ..... : 2-1/2014 - Contrato Nº: 2/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA

Valor ..... : 5.861,25 (cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA PARA O ANO DE 2014.

Aditivo Nº ..... : 420-6/2012 - Contrato Nº: 420/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor ..... : 2.596,46 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2012

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM INTUITO DE ATENDER OCORRÊNCIAS POSTERIORES A ESTA LICITAÇÃO, DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANEXO.

Aditivo Nº ..... : 237-6/2012 - Contrato Nº: 237/2012  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: CONSORCIO SQE LUZ  
 Valor ..... : 366.864,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e sessenta e quatro reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 17/01/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012  
 Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (356)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 677-5/2010 - Contrato Nº: 677/2010  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA  
 Valor ..... : 642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 11/11/2014 Término: 17/11/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 186/2010  
 Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 1.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (55), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (114), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (124), 2.084.3.3.90.00.00.00.00.00 (173), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (195), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (219), 2.074.3.3.90.00.00.00.00.00 (223), 2.044.3.3.90.00.00.00.00.00 (233), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (238), 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (246), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (255), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (268), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (24)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIÇÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Contrato Nº.: 368/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ALDO AZEVEDO ALVES ME  
 Valor ..... : 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 224/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO , PARA ATENDER A CASA LAR.

Contrato Nº.: 369/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME  
 Valor ..... : 184.103,50 (cento e oitenta e quatro mil cento e três reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 201/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO, E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANEXO. PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E

## INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº.: 370/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: INTELIO TECNOLOGIA LTDA - ME  
 Valor ..... : 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 17/11/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE, SISTEMA E-DOC MEMORANDO ELETRÔNICO, PARA PROCURADORIA GERAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 371/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: KEEP IT INFORMATICA LTDA - EPP  
 Valor ..... : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 177/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DO FUNCIONÁRIO DO SETOR DE TI FAZENDÁRIO.

Contrato Nº.: 372/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP  
 Valor ..... : 34.800,40 (trinta e quatro mil e oitocentos reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Aditivo Nº ..... : 217-1/2014 - Contrato Nº: 217/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP  
 Valor ..... : 20.474,70 (vinte mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (67), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (102)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Aditivo Nº ..... : 271-1/2014 - Contrato Nº: 271/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MMB TRANSPORTE LTDA  
 Valor ..... : 114.337,00 (cento e quatorze mil trezentos e trinta e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Aditivo Nº ..... : 80-1/2014 - Contrato Nº: 80/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.070.3.3.90.00.00.00.00 (244)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº ..... : 598-6/2009 - Contrato Nº: 598-5/2009  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: LUIZITA CARMEM DA LUZ BORBA  
 Valor ..... : 9.029,98 (nove mil e vinte e nove reais e noventa e oito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/11/2014 Término: 28/11/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 221/2009

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BORN Nº 360 - CENTRO - BIGUAÇU - SC, NO QUARTEL DE BOMBEIROS, COM ÁREA DE 35,00 M², PARA SERVIR DE SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (SAT) E SALA DE AULA PARA A 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 587-6/2008 - Contrato Nº: 587/2008  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MARILDA ELZA MENDES  
 Valor ..... : 20.031,33 (vinte mil e trinta e um reais e trinta e três centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/11/2014 Término: 28/11/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 248/2008

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A CRIAÇÃO DE UMA BASE OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO BAIRRO JARDIM ANÁPOLIS DESTA MUNICIPALIDADE - RECURSOS PRÓPRIOS.

Aditivo Nº ..... : 402-6/2014 - Contrato Nº: 402/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUOES LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/06/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 109/2012

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROJETO BEIRA RIO - PROGRAMA HABITAR BRASIL BID, CONTRATO DE REPASSE Nº 0118.286-36/2002.

Aditivo Nº ..... : 441-6/2012 - Contrato Nº: 441/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA.  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/04/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA.

Aditivo Nº ..... : 92-2/2013 - Contrato Nº: 092/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: INSETILAR CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA ME  
 Valor ..... : 985,50 (novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 232/2012  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA.CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Aditivo Nº ..... : 53-1/2014 - Contrato Nº: 53/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MVFO - EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/12/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 136/2013

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA APOIAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU NA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO INTEGRADO DE URBANIZAÇÃO E ASSENTAMENTO SUBNORMAL - MACROAÇÕES MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA - PROJETO BEIRA RIO, PROGRAMA HABITAR BRASIL BID - HBB.

Aditivo Nº ..... : 352-1/2014 - Contrato Nº: 352/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP  
 Valor ..... : 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 191/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O SETOR DE EXECUTIVO FISCAL, SECON E SECRETARIA DE OBRAS.

Contrato Nº.: 395/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: GINGA EVENTOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 312/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DO EVENTO PARADA DE NATAL.

Aditivo Nº ..... : 234-5/2012 - Contrato Nº: 234/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 30/03/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 65/2012

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Aditivo Nº ..... : 11-4/2014 - Contrato Nº: 11/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 30/05/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO MINHA CASA MINHA VIDA.

Aditivo Nº ..... : 273-1/2014 - Contrato Nº: 273/2014



Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: SAMAIA SM SEGURANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LT

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 08/06/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 83/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER E APLICAR UM MODELO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.(PETI)

Aditivo Nº ..... : 302-1/2014 - Contrato Nº: 302/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 08/06/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 271-2/2014 - Contrato Nº: 271/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MMB TRANSPORTE LTDA

Valor ..... : 457.350,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 09/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 374/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SERRALHERIA CHAPECÓ LTDA ME

Valor ..... : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 262/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA ATENDER A CASA LAR MUNICIPAL.

Contrato Nº.: 375/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Valor ..... : 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 254/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, PARA OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato Nº.: 376/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor ..... : 171,39 (cento e setenta e um reais e trinta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 377/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAULO CESAR MARANA TRANSPORTES - EPP

Valor ..... : 62.820,00 (sessenta e dois mil oitocentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 378/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor ..... : 37.680,00 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 238/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA DE MESA PARA AS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SEMED.

Contrato Nº.: 379/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP

Valor ..... : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 380/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA

Valor ..... : 8.490,00 (oito mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 381/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: BMR CONDICIONADORES DE AR

Valor ..... : 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.

Contrato Nº.: 382/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor ..... : 17.978,00 (dezesete mil novecentos e setenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.

Contrato Nº.: 383/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: SUPRIMOVELS LTDA ME  
 Valor ..... : 5.478,50 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.

Contrato Nº.: 384/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 40.560,00 (quarenta mil quinhentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 279/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR ACOHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Contrato Nº.: 385/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA -ME  
 Valor ..... : 171.982,29 (cento e setenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 17/06/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 244/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DAS SEGUINTE RUAS: RUA JOÃO ALFREDO FERMIANO - BAIRRO FUNDOS, RUA FRANCISCO MANOEL MACHADO - BAIRRO FUNDOS, RUA BERTO DA CUNHA - BAIRRO RIO CAVEIRAS, RUA ALCIONEI ALCIDES - BAIRRO PRAIA JOÃO ROSA, RUA GERÔNIMO MULLER - BAIRRO PRADO DE BAIXO E RUA ANA PAULA RATIERE - BAIRRO PRADO, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Contrato Nº.: 386/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: RAFAEL BARRETO BOSSLE  
 Valor ..... : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 277/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA BANDA FÓRUM PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO REVEILLON 2014/2015, QUE OCORRERÁ NO BALNEÁRIO DE SÃO MIGUEL.

Contrato Nº.: 387/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: BANDA DE MUSICA ARTE SHOW LTDA - ME  
 Valor ..... : 1.300,00 (um mil e trezentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 276/2014  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA BANDA DE MÚSICA ARTE SHOW PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO DE NATAL-2014, NO CENTRO DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 388/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: THIAGO BERNARDINO DA SILVA - ME  
 Valor ..... : 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 272/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCERTO E INSTALAÇÃO DE AQUECEDOR DE ÁGUA DE ACUMULAÇÃO A GÁS, PARA ATENDER A CASA LAR MUNICIPAL.

Contrato Nº.: 389/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA  
 Valor ..... : 130.485,00 (cento e trinta mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 01/05/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 269/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO DA RUA PAULO FREDERICO ALVES WILDNER.

Contrato Nº.: 390/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: SANTOS & SANTOS COMERCIO ATACADISTA LTDA  
 Valor ..... : 5.529,00 (cinco mil quinhentos e vinte e nove reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 273/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIR AS CRIANÇAS CARENTES DO MUNICÍPIO NO EVENTO DE NATAL 2014.

Contrato Nº.: 391/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: FOGOS PRIMAVERA - COMERCIO E SHOW PIROTECNICO LTDA  
 Valor ..... : 19.450,00 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/12/2014 Término: 01/01/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 274/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.051.3.3.90.00.00.00.00 (218)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SHOW PIROTECNICO PARA O REVEILLON NO BALNEÁRIO DE SÃO MIGUEL.

Contrato Nº.: 392/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP  
 Valor ..... : 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELEDRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 393/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada.: JEFERSON DA SILVEIRA ME



Valor ..... : 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELEDRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO.  
Contrato Nº.: 394/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP  
Valor ..... : 17.738,72 (dezesete mil setecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELEDRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 396/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 250/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM GERAL. PAGAMENTOS DE 2015 CORRERÃO PELAS DOTAÇÕES 11.01.2.057.3.390.39.16.00.00.00 E 11.01.2.055.3.390.39.16.00.00.00

Aditivo Nº ..... : 340-1/2014 - Contrato Nº: 340/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
Valor ..... : 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 192/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
EXTRATO CONTRATUAL - FAMABI  
Aditivo Nº ..... : 679-5/2010 - Contrato Nº: 679/2010  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUACU-FAMABI  
Contratada...: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA  
Valor ..... : 10.000,00 (dez mil reais)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 17/11/2015  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2010  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIÇÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO.

Contrato Nº.: 373/2014  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUACU-FAMABI  
Contratada...: DIGITALMIX GRÁFICA E COMUNICAÇÃO LTDA. ME  
Valor ..... : 7.943,00 (sete mil novecentos e quarenta e três reais)  
Vigência ..... : Início: 09/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

35/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA FAMABI.

BIGUAÇU, 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### DECRETO Nº 236/2014

DECRETO Nº 236/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora ELISA MARIA HOFFMANN LOEFF, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora ELISA MARIA HOFFMANN LOEFF, detentora da matrícula funcional nº 546, inscrita no CPF nº 444.892.349-53 e no PASEP nº 1084957461-4, ocupante do cargo de provimento Escriturária, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância R\$ 2.135,31 (dois mil cento e trinta e cinco reais e trinta e um) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DL 312/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 312//2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DO EVENTO PARADA DE NATAL.

EMPRESA CONTRATADA: GINGA EVENTOS LTDA ME

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.01.2.075.36.99.30.09.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

**JUSTIFICATIVA:**

Em razão da ausência de empresas interessadas em participar do processo de Licitação CV 278/2014 para a apresentação do Evento Parada de Natal, optou por Dispensa de Licitação tendo em vista que não há tempo hábil para a repetição do processo, pois a programação feita pelo Município de Biguaçu o Evento de Natal será realizado no dia 20/12/2014.

A Empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo de Licitação CV 278/2014-PMB.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 020/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 020/2014

|                   |  |           |                    |
|-------------------|--|-----------|--------------------|
| CONTRIBUINTE:     | AKI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA EPP   |           |                    |
| ENDEREÇO:         | RUA HIPÓLITO HENRIQUE PFLEGER, Nº 3051, RIO CAVEIRAS, CEP: 88.160-000 – BIGUAÇU / SC |           |                    |
| Inscrição no CMC: | 85848  | CPF/CNPJ: | 08.314.111/0001-84 |
| Processo Fiscal:  | 8186/2014  | IF/AI/NL: | NL 436/2014        |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 8186/2014, que o sujeito passivo acima identificado, foi intimado a apresentar o comprovante de pagamento do ISS da Construção Civil, referente a uma OBRA, com alvará de construção expedido pelo processo nº 549/2009, com área total construída de 303,67 m². Tendo o sujeito passivo, não apresentado o comprovante de pagamento ou justificativa dentro do prazo estabelecido na Intimação Fiscal, por essa razão foi arbitrada a base de cálculo do ISS da Construção Civil, conforme Termo de Arbitramento nº 435/DP/2014, que se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

**Informações:**

a.Base legal do montante devido: LC 03/2007

b.Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007

c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007

d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007

e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 3.637,66

Atualização Monetária: R\$ 1.046,91

Multa: R\$ 1.686,44

Juros: R\$ 2.389,14

Total: R\$ 8.760,15

**Prazo:**

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Décio Pelegrini

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 8132

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 021/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 020/2014

|                   |  |           |                |
|-------------------|--|-----------|----------------|
| CONTRIBUINTE:     | CRISTIANO PAULO KAMER  |           |                |
| ENDEREÇO:         | SERVIDÃO MARIA GORETI MATIAS, Nº 210, VENDAVAL, CEP: 88.164-130 – BIGUAÇU / SC |           |                |
| Inscrição no CMC: | 103020   | CPF/CNPJ: | 033.664.859-65 |
| Processo Fiscal:  | 8142/2014  | IF/AI/NL: | NL 413/2014    |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 8142/2014, que o sujeito passivo acima identificado, foi intimado a apresentar o comprovante de pagamento do ISS da Construção Civil, referente a uma OBRA, com alvará de construção expedido pelo processo nº 9228/2009, com área total construída de 126,44 m². Tendo o sujeito passivo, não apresentado o comprovante de pagamento ou justificativa dentro do prazo estabelecido na Intimação Fiscal, por essa razão foi arbitrada a base de cálculo do ISS da Construção Civil, conforme Termo de Arbitramento nº 413/DP/2014, que se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

**Informações:**

a.Base legal do montante devido: LC 03/2007

b.Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007

c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007

d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007

e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 1.282,22

Atualização Monetária: R\$ 430,69

Multa: R\$ 616,65

Juros: R\$ 1.044,88

Total: R\$ 3.374,44

Prazo:

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.

Décio Pelegrini  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8132

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 022/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 022/2014

|                   |   |           |                |
|-------------------|---|-----------|----------------|
| CONTRIBUINTE:     | JOSÉ LOURINHO PEREIRA   |           |                |
| ENDEREÇO:         | RUA VALENTIM VIEIRA, Nº 2039, PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-000 |           |                |
| Inscrição no CMC: | 5236  | CPF/CNPJ: | 304.695.709-20 |
| Processo Fiscal:  | 6473/2012   | IF/AI/NL: | NL 457/2014    |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 6473/2012, que o sujeito passivo acima identificado, foi estimado para o exercício de 2010, o ISS referente a atividade de borracharia.

Informações:

- a.Base legal do montante devido: LC 03/2007
- b.Tributo: Art. 60, II da LC 03/2007
- c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 146,52  
Atualização Monetária: R\$ 14,90  
Multa: R\$ 17,60  
Juros: R\$ 32,10  
Total: R\$ 211,12

Prazo:

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.

Décio Pelegrini  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8132

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 023/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 023/2014

|                   |   |           |                |
|-------------------|---|-----------|----------------|
| CONTRIBUINTE:     | JOSÉ LOURINHO PEREIRA   |           |                |
| ENDEREÇO:         | RUA VALENTIM VIEIRA, Nº 2039, PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-000 |           |                |
| Inscrição no CMC: | 5236  | CPF/CNPJ: | 304.695.709-20 |
| Processo Fiscal:  | 6473/2012   | IF/AI/NL: | NL 468/2014    |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 6473/2012, que o sujeito passivo acima identificado, foi estimado para o exercício de 2011, o ISS referente à atividade de borracharia.

Informações:

- a.Base legal do montante devido: LC 03/2007
- b.Tributo: Art. 60, II da LC 03/2007
- c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 155,32  
Atualização Monetária: R\$ 15,83  
Multa: R\$ 0,00  
Juros: R\$ 34,03  
Total: R\$ 205,18

Prazo:

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.

Décio Pelegrini  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8132

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 024/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 024/2014

|                   |  |           |                |
|-------------------|--|-----------|----------------|
| CONTRIBUINTE:     | JOSÉ LOURINHO PEREIRA  |           |                |
| ENDEREÇO:         | RUA VALENTIM VIEIRA, Nº 2039, PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-000. |           |                |
| Inscrição no CMC: | 5236   | CPF/CNPJ: | 304.695.709-20 |
| Processo Fiscal:  | 6473/2012  | IF/AI/NL: | NL 479/2014    |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 6473/2012, que o sujeito passivo acima identificado, foi estimado para o exercício de 2011, o ISS referente à atividade de borracharia.

## Informações:

- a.Base legal do montante devido: LC 03/2007  
 b.Tributo: Art. 60, II da LC 03/2007  
 c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007  
 d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007  
 e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

## Montante Devido:

Tributo: R\$ 119,76  
 Atualização Monetária: R\$ 19,79  
 Multa: R\$ 0,00  
 Juros: R\$ 0,00  
 Total: R\$ 139,55

## Prazo:

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.  
 Décio Pelegrini  
 FISCAL DE TRIBUTOS  
 Matrícula nº 8132

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 025/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 025/2014

|                   |   |           |                    |
|-------------------|---|-----------|--------------------|
| CONTRIBUINTE:     | RCL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  |           |                    |
| ENDEREÇO:         | RUA PREFEITO LEOPOLDO FREIBERGER, Nº 357, CENTRO – BIGUAÇU / SC – CEP: 88.160-144 |           |                    |
| Inscrição no CMC: | 83566   | CPF/CNPJ: | 08.244.144/0001-03 |
| Processo Fiscal:  | 11298/2014  | IF/AI/NL: | NL 489/2014        |

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, foi constatado pelo Processo de Fiscalização nº 11298/2014, que o sujeito passivo acima identificado, foi intimado a apresentar o comprovante de pagamento do ISS da Construção Civil, referente a uma OBRA, com alvará de construção expedido pelo processo nº 599/2009, com área total construída de 5.037,69 m². Tendo o sujeito passivo, não apresentado o comprovante de pagamento ou justificativa dentro do prazo estabelecido na Intimação Fiscal, por essa razão foi arbitrada a base de cálculo do ISS da Construção Civil, conforme Termo de Arbitramento nº 488/2014, que se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

## Informações:

- a.Base legal do montante devido: LC 03/2007  
 b.Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007  
 c.Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007  
 d.Juros: Art. 352 da LC 03/2007  
 e.Multa: Art. 346,I da LC 03/2007

## Montante Devido:

Tributo: R\$ 100.616,84  
 Atualização Monetária:

## Multa:

## Juros:

Total: R\$ 100.616,84

## Prazo:

Conforme disposto no art. 281, VI, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.  
 Leo Inacio Lohn  
 FISCAL DE TRIBUTOS  
 Matrícula nº 9357

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.145/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
 SECRETARIA DE SAÚDE  
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.145/2014  
 Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME

Valor: R\$ 3.290,00 (três mil duzentos e noventa reais)

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
 Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.130/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
 SECRETARIA DE SAÚDE  
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.130/2014  
 Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP



Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 10.129/2014 - PROCESSO: PREGÃO  
PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.129/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA  
A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
Nº 10.211/2013 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA - CC  
Nº 109/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.211/2013  
Processo: Concorrência - CC Nº 109/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL",  
PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁ-  
RIO", VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EXTERNAS AO HOSPITAL  
REGIONAL DE BIGUAÇU, NAS CONDIÇÕES FIXADAS NO INSTRU-  
MENTO CONVOCATÓRIO, E EM CONFORMIDADE COM OS ANE-  
XOS ARROLADOS AO EDITAL.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
LTDA.

Vigência: 09/12/2014 a 06/02/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 10.038/2014 - PROCESSO: TOMADA  
DE PREÇO - TP Nº 40/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.038/2014  
Processo: Tomada de Preço - TP Nº 40/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO, CON-  
TEMPLADA NA PORTARIA Nº. 1.380, DE 03 DE JULHO DE 2013,  
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 10.041/2014 - PROCESSO:  
CONCORRÊNCIA - CC Nº 38/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.041/2014  
Processo: Concorrência - CC Nº 38/2014 - FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A EXECUÇÃO DE  
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO HOSPITAL REGIONAL  
DE BIGUAÇU.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PUNIÇÃO 02**

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições que lhe  
são conferidas, consoante ao Termo de Conclusão de Punição do  
Contrato ofício nº11/2014-STC referente ao contrato nº 264/2014  
da Tomada de Preço 91/2014 referente ao Processo Administrativo  
nº 01/AD/2014, aberto no dia 03/10/2014 em face da Empre-  
sa NT CONSTRUCAO E INCORPORACAO EIRELI - EPP com CNPJ  
13965888/0001-49, aplica a pena de SUSPENÇÃO por 12 (doze)  
meses consecutivos sem poder contratar com o Município de Bi-  
guaçu, previsto no inciso III do Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93  
e artigo 7º da Lei nº10.520/2002.

Prefeitura de Biguaçu 23 de Dezembro de 2014  
João Luiz Luz  
Secretário de Administração



**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 10.158/2012 - PROCESSO DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2012**

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 10.158/2012  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2012

CONTRATO RESCINDIDO: Nº. 10.158/2012 - DL Nº 147/2012 - FMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

LOCADOR: SENHOR FRANCISCO JOÃO GONÇALVES.

OBJETO DO CONTRATO: ALUGUEL DE IMÓVEL SITUADO NA RUA AVANIR MARIA FREIBERGER, Nº 148, CENTRO PARA USO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS, DE BIGUAÇU.

PROCESSO Dispensa de Licitação 147/2012 - Contrato nº 10.158/2012

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF, sob o número 82.892.308/0001-53, através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ sob o nº. 08.999.257/0001-00, estabelecida na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, 114 - Praia João Rosa - Biguaçu - CEP: 88160-000, aqui representado pelo Senhor Secretário de Saúde LEANDRO ADRIANO DE BARROS, por delegação e competência (Decreto 149/2012 combinado com a Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), assim estabelece:

CONSIDERANDO que o imóvel foi furtado por duas vezes consecutivas, sendo a primeira no dia 22/08/2014 e a segunda no dia 25/08/2014, sob o registro de Boletim de Ocorrência nº 00146-2014-0670 e 00146-2014-06623, respectivamente;

CONSIDERANDO que foi acordado com o locador que o imóvel já foi desocupado, findando a obrigação financeira oriunda deste contrato no dia 31/12/2014;

CONSIDERANDO que o locatário se compromete a entregar o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu, o qual posteriormente será vistoriado pelo locador, conforme o que consta na cláusula sexta e parágrafo único do contrato de locação;

CONSIDERANDO o aluguel é pago até o 10º (décimo) dia útil de cada mês e que o instrumento contratual deve estar vigente para tal finalidade;

Esta Administração Pública RESOLVE RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato 10.180/2011, firmado com Senhor FRANCISCO JOÃO GONÇALVES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, com Silvia Maria Machado Günther, ambos brasileiros, ele comerciante, natural de Palhoça/SC. Inscrito no CPF nº 932.586.589-00 e RG nº 2.500.787 - SSP/SC, nos termos do art. 79, II e § 1º da Lei Federal 8.666/93, com efeito, a partir do dia 11/01/2015, ante as considerações expostas.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde  
Locatário

Francisco João Gonçalves  
Locador

## Blumenau

## PREFEITURA

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO EDITAL Nº 005/13 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos a contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprezadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

| Edital FMAC | Número do Contrato | Contratante  | Contratado             | Título do Projeto Cultural | Objeto   | Objeto do Aditivo   | Valor (R\$) | Data da assinatura do Contrato | Data da assinatura do Aditivo | Prazo de Execução |
|-------------|--------------------|--|------------------------|----------------------------|--|---|-------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| 005/2013    | 99                 | Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura | Deisy Lara Ehmke       | Estrela Democrática        | Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 019/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD Intitulado "Estrela Democrática", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.                              | As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – da Contrapartida Social e do Produto Cultural | 22.885,57   | 29/05/2014                     | 03/12/2014                    | até 01/02/2015    |
| 005/2013    | 107                | Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura | Gibran José Dambrowski | O Carro dos Sonhos         | Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 045/2013, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção de Roteiro Cinematográfico, Intitulado "O Carro dos Sonhos", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado. | As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – da Contrapartida Social e do Produto Cultural | 20.000,00   | 29/05/2014                     | 13/11/2014                    | até 05/06/2015    |

|          |     |  |                           |                      |  |   |           |            |            |                |
|----------|-----|--|---------------------------|----------------------|--|---|-----------|------------|------------|----------------|
| 005/2013 | 109 | Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura | Ana Paula Lapolli Isensse | As Janelas do Menino | Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 033/2013, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de Livro, Intitulado "As Janelas do Menino", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado. | As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda – Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato, Cláusula Sexta – Contrapartida Social e do Produto Cultural e a Clausula Sétima – Prestação de Contas. | 12.000,00 | 29/05/2014 | 03/12/2014 | até 05/06/2015 |
|----------|-----|--|---------------------------|----------------------|--|---|-----------|------------|------------|----------------|

|          |     |  |                      |             |   |  |           |            |            |                |
|----------|-----|--|----------------------|-------------|---|--|-----------|------------|------------|----------------|
| 005/2013 | 113 | Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura | Ivaldir Zonta Junior | Arte na Rua | Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 025/2013, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Intervenção, Intitulado "Arte na Rua", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado. | As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda – Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato e a Clausula Sétima – Prestação de Contas. | 10.501,37 | 29/05/2014 | 03/12/2014 | até 01/02/2015 |
|----------|-----|--|----------------------|-------------|---|--|-----------|------------|------------|----------------|

Blumenau, 15 de dezembro de 2014.  
 Sylvio João Zimmermann Neto  
 Presidente  
 Fundação Cultural de Blumenau

**EXTRATO Nº 366/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 366/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

AM Santos Assistência Técnica de Equipamentos Odontológicos Ltda.

**ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE**

CONTRATO Nº. 056/2010- TERMO ADITIVO Nº. 004

OBJETO: prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, sem fornecimento de peças, em equipamentos odontológicos instalados no Departamento de Odontologia da FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 029/2010 e Contrato Nº. 056/2010, de 17 de maio de 2010.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 056/2010, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 17 de maio de 2014 até 16 de maio de 2015, totalizando 60 (sessenta) meses contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

A Cláusula Primeira do Contrato nº 056/2010, em seu item 1.3, passa a ter a seguinte redação, a partir da assinatura deste termo aditivo: 1.3.Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 37,94 (trinta e sete reais e noventa e quatro centavos) por hora trabalhada, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme abaixo:

| Quantidade Estimada de Horas Mensais a contar da assinatura deste aditivo | Descrição dos Serviços  | Preço Unitário por Hora Técnica, em R\$ |
|---|---|---|
| 50  | Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Equipamentos Odontológicos Instalados no Departamento de Odontologia da FURB, de acordo com as exigências contidas no Convite nº 029/2010 e seus anexos. | 37,94                                   |

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 056/2010 e aditivos 01 a 03.

DATA: 17/12/2014

**EXTRATO Nº 367/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 367/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Webergráfíc Comércio de Materiais Gráficos Ltda-ME

**ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO**

CONTRATO Nº. 104/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: aquisição de placas de identificação de salas e ambientes para a Policlínica Universitária da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 078/2014 e Contrato Nº. 104/2014 de 21 de julho de 2014.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica o Termo de Contrato nº 104/2014 suplementado em R\$ 295,80 (duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 8,76683% (oito vírgula sete seis seis oito três por cento) do valor global contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalterados os demais dispositivos que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 104/2014.

DATA: 17/12/2014

**EXTRATO Nº 368/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 368/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Kraus Materiais de Construção LTDA. - EPP

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 040/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Compra de Materiais de Construção para a Obra de Construção do Galpão do PPGEF, no Campus II da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 019/2014 e Contrato Nº. 040/2014 de 28 de março de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 040/2014, que passa a ter a seguinte redação:

"[...]1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

[...]

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição dos Materiais  | Marca           | Preço Unitário (R\$) | Preço Total do Item (Preço Unitário x Qtde.) |
|------|-------------|-------|------|--|-----------------|----------------------|--|
| 06   | 33305       | 9500  | Peça | Bloco cerâmico de vedação (tijolo) / 6 furos horizontais / dimensões de fabricação 9x14x29 cm (LxAxC) / características: resistência à compressão maior que 1,5 MPa conforme norma ABNT NBR 15270-1; não deve apresentar defeitos sistemáticos, tais como quebras, superfícies irregulares ou deformações que impeçam o seu emprego na função especificada; deve trazer obrigatoriamente em uma das faces inscrição contendo a identificação da empresa e dimensões de fabricação em centímetros (largura x altura x comprimento). | Cerâmica Felipe | 0,46                 | 4.370,00                                     |

Preço Total do Item 06 (Preço Unitário x Quantidade, por extenso, em reais): Quatro mil e trezentos e setenta reais.

[...]

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência do acréscimo quantitativo do Item 06 do Pregão Presencial nº. 019/2014 (2000 unidades), fica o Contrato nº. 040/2014 suplementado em R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais), equivalentes a 9,5945% (nove vírgula cinco nove quatro cinco por cento) do valor total inicialmente previsto para o mencionado instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalterados os demais dispositivos que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 040/2014.

DATA: 17/12/2014



**EXTRATO Nº 369/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 369/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Fundação Hospitalar de Blumenau - Hospital Santo Antônio

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº. 150/2013- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: "utilização de espaços físicos para ensino/aprendizagem, do diagnóstico e tratamento de patologias nas áreas clínicas e cirúrgicas em pacientes adultos, por parte de alunos e professores da FURB".

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 108/2013 e Contrato Nº. 150/2013, de 16 de agosto de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 150 /2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira do Contrato nº 150/2013, em seu item 1.3 passa a ter a seguinte redação:

[...]

Para o período de vigência do aditivo nº 01, o valor mensal do contrato será de R\$ R\$ 59.202,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e dois reais) mensais, perfazendo o valor global de R\$ 710.424,00 (setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) [...].

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 150/2013 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 17/12/2014

**EXTRATO Nº 370/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 370/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Clinilav 'S Lavanderia Industrial Ltda.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 115/2013- TERMO ADITIVO Nº. 012

OBJETO: Prestação de Serviços de Mão de Obra em Serviços de Manutenção, Serviços Gerais e Jardinagem nos diversos Campi da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 054/2013 e Contrato Nº. 115/2013, de 10 de julho de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 115/2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de agosto de 2014 até 31 de julho de 2015, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica mantido o valor mensal contratual, já estabelecido através do aditivo nº 10 ,conforme redação extraída deste aditivo, abaixo transcrita:

| Item do Anexo I do Pregão Presencial nº 054/2013 | Descrição dos serviços   | Preço mensal Unitário ( posto) em Reais (R\$) | Preço mensal total ( nº postos) em Reais ( R\$) |
|--|--|---|---|
| 01   | Assistente Operacional (para execução de serviços em áreas externas), 44 h semanais, com intervalo de 2a a 6a das 12 às 13h, de Segunda à Quinta-Feira das 07 às 17h e Sexta-Feira das 07 às 16h, de acordo com a descrição constante no Anexo I. Total de 4 postos. | 2.338,71                                      | 9.354,84  |

|    |  |          |           |
|----|--|----------|-----------|
| 02 | Assistente Operacional (para execução de serviços gerais), 44 h semanais, com intervalo de 2a a 6a das 8 às 9h, Segunda à sexta-feira das 05 às 14h e sábado das 05 às 09h, de acordo com a descrição constante no Anexo I. Total de 06 postos.            | 2.397,52 | 14.385,12 |
| 03 | Jardineiro (para execução de serviços em jardins e gramados), 44 h semanais, com intervalo de 2a a 6a das 12 às 13h, Segunda à Quinta-Feira das 07 às 17h e Sexta-Feira das 07 às 16h, de acordo com a descrição constante no Anexo I. Total de 06 postos. | 2.703,64 | 16.221,84 |
| 04 | Jardineiro (para execução de serviços de roçado), 44 h semanais, com intervalo de 2a a 6a das 12 às 13h, Segunda à Quinta-Feira das 07 às 17h e Sexta-Feira das 07 às 16h, de acordo com a descrição constante no Anexo I. Total de 02 postos.             | 2.703,55 | 5.407,10  |

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 115/2013 e Aditivos nos. 001 a 11 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 28/08/2014

**EXTRATO Nº 371/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 371/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Clinilav'S Lavanderia Industrial Ltda.

**ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**

CONTRATO Nº. 167/2008- TERMO ADITIVO Nº. 012

OBJETO: prestação de serviços de lavagem e esterilização de roupa, com transporte, do Centro de Ciências da Saúde da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa 068/2018 e Contrato Nº. 167/2008, de 01 de outubro de 2014.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 167/2008, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a partir de 1º de abril de 2014 até 30 de setembro de 2014, o que resulta num período total de 72 (setenta e dois) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 167/2008 e Termos Aditivos 001 a 011 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 17/12/2014

**EXTRATO Nº 372/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 372/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Anderson Mafra - ME

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 127/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: aquisição de cubas e barras de apoio em aço inox AISI 304 e 316 e tampos em aço inox AISI 316, com garantia, para a Policlínica Universitária da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 094/2014 e Contrato Nº. 127/2014

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera a Cláusula 1.3 do Termo de Contrato nº 127/2014, que passa a ter a seguinte redação a partir da assinatura deste Termo aditivo:

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 40.024,32 (quarenta mil, vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme tabela devidamente alterada, demonstrada abaixo:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição dos Materiais  | Marca    | Preço Unitário | Preço Total do Item<br>(Preço Unt. X Qtde.) |
|------|-------------|-------|------|--|----------|----------------|---|
| 01   | 25903       | 14    | Peça | Cuba em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, com válvula em Aço Inox AISI 304 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011, com quatro cantos arredondados. Medidas: Comprimento: 400 mm; Largura: 400 mm; Altura: 400 mm. | AM Decor | 1147,35        | 16.062,90                                   |
| 02   | 26794       | 24    | Peça | Barra de apoio em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011. Medidas: 1.1/4" x 850 mm (C) x 60 mm (L).   | AM Decor | 193,40         | 4.641,65                                    |
| 03   | 28091       | 2     | Peça | Barra de apoio em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011. Medidas: 1.1/4" x 600 mm (C) x 60 mm (L).   | AM Decor | 158,82         | 317,64                                      |
| 04   | 7659        | 3     | Peça | Cuba em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 304 polido, com válvula em Aço Inox AISI 304 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011, redonda. Medidas: Diâmetro de 380 mm e profundidade de 150 mm.                                 | AM Decor | 278,57         | 835,72                                      |

|                      |       |    |      |  |          |          |              |
|----------------------|-------|----|------|--|----------|----------|--------------|
| 05                   | 35198 | 2  | Peça | Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 2 cubas de 400 mm x 400 mm x 400 mm contendo válvula em Aço Inox AISI 304 polido e 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa. Medidas do tampo: 600 mm (L) x 3.780 mm (C). Demais medidas (expurgo, distância entre cubas e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014). | AM Decor | 4.436,08 | 8.872,16     |
| 06                   | 34528 | 1  | Peça | Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa. Medidas do Tampo: 800 mm (L) x 1.000 mm (C). Demais medidas (expurgo e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).   | AM Decor | 1.458,20 | 1.458,20     |
| 07                   | 34529 | 02 | Peça | Mesa em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, com prateleira inferior gradeada e quebra água. Medidas: 600 mm (L) x 1.900 mm (C) x 900mm (A).<br>□Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).  | AM Decor | 1.920,57 | 3.841,14     |
| 08                   | 35199 | 1  | Peça | Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 1 (uma) cuba de 400 mm x 400 mm x 400 mm contendo válvula em Aço Inox AISI 304 polido e 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa. Medidas: 600 mm (L) x 3.250 mm (C). Demais medidas (expurgo, posicionamento da cuba e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).    | AM Decor | 3.994,84 | 3.994,84     |
| 09                   |       |    |      | Suprimido  |          | 0,00     | 00,00        |
| Preço Total (em R\$) |       |    |      |  |          |          | R\$40.024,32 |

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Fica o Termo de Contrato nº 127/2014 suplementado em R\$ 3.024,32 (três mil, vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 8,17383 % ( oito vírgula um sete três oito três por cento) do valor contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 127/2014, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 17/12/2014

**EXTRATO Nº 373/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 373/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Thema Informática Ltda

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 264/2014- TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: objeto a contratação de serviços de suporte técnico de manutenção, modalidade garantia legal e tecnológica e de suporte técnico de manutenção, modalidade assessoria operacional, para o sistema ERP instalado na FURB..

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 145/2012 e Contrato Nº. 264/2014 30 de novembro de 2012.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do aditivo 01 ao Contrato nº. 264/2012, que passa a ter a seguinte redação:

[...]1.3 Para a vigência do aditivo nº 01, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 204.466,80, acrescidos de R\$ 8.130,60 (oito mil, cento e trinta reais e sessenta centavos), em decorrência da suplementação ocorrida através deste aditivo, conforme alteração demonstrada na tabela abaixo:

| Item | Código FURB | Quantidade | Unidade | Descrição  | Preço Unitário do Item em R\$ | Preço Total, por ano, em R\$ |
|------|-------------|------------|---------|--|-------------------------------|------------------------------|
| 01   | 33496       | 12         | Meses   | Serviço de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade "Garantia Legal e Tecnológica (GLT)". | 16.135,50                     | 193.626,00                   |
| 02   | 33497       | 120 + 90   | Horas   | Serviços de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade Assessoria Operacional.              | 90,34                         | 18.971,40                    |

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº. 264/2012 suplementado em R\$ 8.130,60 (oito mil, cento e trinta reais e sessenta centavos) equivalentes a 3,976489% (três vírgula nove sete seis quatro oito nove por cento) do valor contratado para o período de 30 de novembro de 2013 a 30 de novembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 264/2012 e aditivo n.º 01

DATA: 17/12/2014



**EXTRATO Nº 374/2014 - FURB**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 374/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Inviosat Segurança Ltda.**ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CONTRATO Nº. 048/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 006

OBJETO: prestação de serviços de segurança patrimonial, com fornecimento de mão de obra e a utilização dos equipamentos, estrutura física e pessoal de apoio para as áreas internas e externas, de portaria, estacionamento, controle informatizado de chaves e de acesso de pessoas.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 065/2012 e Contrato nº. 048/2014, de 15 de abril de 2013.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera parcialmente o Item 1.6, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 048/2013, que passa a ter a seguinte redação a partir de 09 de setembro de 2014:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

[..]

"1.6. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$ 259.323,48 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), sendo estes os preços dos itens:

**ITEM 01**

POSTOS DE VIGILANCIA 24 HORAS POR DIA, NA ESCALA 12X36, NO CAMPUS I DA FURB, COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                 | Escala* | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|---------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a domingo | 12X36   | 4                    | 04                                 | 16                                 | 3.918,70                                  | 62.699,20   |

\* Horário das 07h00min às 19h00min e das 19h00min às 07h00min.

**ITEM 02**

POSTOS DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS/SEMANAIS DIURNAS, NO CAMPUS I DA FURB, COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a Sábado | 44hs por semana | 17                   | 01                                 | 17                                 | 4.153,47                                  | 70.608,99   |

\* 07 postos de 2ª a 6ª feira das 06h30min às 14h30min e sábados 06h 30min às 10h30min.

\* 10 postos de 2ª a 6ª feira das 14h30min às 22h30min e sábados 10h 30min às 14h30min.

**ITEM 03**

POSTOS DE SUPERVISORES 24HS/DIA, NA ESCALA 12X36 PARA FURB, COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                 | Escala* | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|---------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a domingo | 12x36   | 01                   | 04                                 | 04                                 | 15.751,91                                 | 15.751,91   |

\* 12h00min às 00h00min e das 00h00min às 12h00min.

**ITEM 04**

POSTOS DE VIGILANCIA 24 HORAS POR DIA, NA ESCALA 12X36, NOS CAMPUS II, III DA FURB, COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                 | Escala* | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|---------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a domingo | 12X36   | 03                   | 04                                 | 12                                 | 14.887,21                                 | 44.661,63   |

\* 07h00min às 19h00min e das 19h00min às 07h00min.

ITEM 05  
POSTOS DE VIGILANCIA 24 HORAS POR DIA, NA ESCALA 12X36, NOS CAMPUS V DA FURB, COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                 | Escala* | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|---------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a domingo | 12X36   | 02                   | 04                                 | 8                                  | 14.887,21                                 | 29.774,42   |

\* 07h00min às 19h00min vigilância desarmada.

\* 19h00min às 07h00min vigilância "ARMADA".

ITEM 06

POSTO DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS NO FORUM UNIVERSITÁRIO COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                 | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a domingo | 44horas/ semana | 02                   | 01                                 | 02                                 | 3.566,71                                  | 7.133,42  |

\* 1 posto de 2ª a 6ª feira das 06h30min às 14h30min e sábados 06h 30min às 10h30min.

\* 1 posto de 2ª a 6ª feira das 14h30min às 22h30min e sábados 10h 30min às 14h30min.

ITEM 07  
POSTO DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS/SEMANAIS DIURNAS NO CAMPUS II DA FURB COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a sábado | 44hs por semana | 04                   | 01                                 | 0                                  | 3.566,71                                  | 14.266,84   |

\* 2 postos de 2ª a 6ª feira das 06h30min às 14h30min. Sábados 06h 30min às 10h30min.

\* 2 postos de 2ª a 6ª feira das 14h30min às 22h30min. Sábados 10h 30min às 14h30min.

ITEM 08  
POSTO DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS/SEMANAIS DIURNAS NA BIBLIOTECA DO CAMPUS I DA FURB COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a Sábado | 44hs por semana | 01                   | 01                                 | 01                                 | 3.566,71                                  | 3.566,71  |

\* 2ª a 6ª feira das 06h30min às 14h30min. Sábados 06h 30min às 10h30min.

ITEM 09 - suprimido a partir da vigência inicial do contrato.

ITEM 10

POSTO DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS/SEMANAIS DIURNAS NO CAMPUS III DA FURB COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira à sábado | 44hs por semana | 02                   | 01                                 | 02                                 | 3.566,71                                  | 7.133,42  |

\* 2ª a 6ª feira das 06h 30min às 14h30min. Sábados 06h 30min às 10h30min.

\* 2ª a 6ª feira das 14h 30min às 22h30min. Sábados 10h 30min às 14h30min.

#### ITEM 11

POSTO MONITORADO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA NO PARQUE DAS ANTENAS NA RUA MUENCHEN BLUMENAU.

| Período                 | Escala*        | Quantidade de Postos | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|-------------------------|----------------|----------------------|---|---|
| Segunda feira a domingo | 24 horas / dia | 01                   | 160,23                                    | 160,23  |

ITEM 12 - suprimido a partir da vigência inicial do contrato.

ITEM 13 - suprimido a partir da vigência inicial do contrato.

ITEM 14 - suprimido a partir da vigência deste aditivo, ou seja, 1º de maio de 2014

ITEM 15 - ( a contar de 09 de setembro de 2014)

POSTO DE VIGILANCIA COM CARGA DE 44 HORAS/SEMANAIS DIURNAS NO CAMPUS 5 DA FURB COM APOIO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES.

| Período                | Escala*         | Quantidade de Postos | Nº. Mínimo de Vigilantes por Posto | Nº. Total de Vigilantes do Item 01 | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Qtde. de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| Segunda-feira a sábado | 44hs por semana | 01                   | 01                                 | 01                                 | 3.566,71                                  | 3.566,71  |

\* 1 postos de 2ª a 6ª feira das 14h30min às 22h30min. Sábados 10h 30min às 14h30min.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 048/2013 e Termos Aditivos nos. 001 a 05

DATA: 17/12/2014.

### EXTRATO Nº 375/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 375/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Khronos Segurança Privada LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 074/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: prestação de Serviços de gerenciamento de 32 (trinta e dois) veículos da frota da FURB, em caráter de comodato (equipamentos) e telemetria, por meio de sistema de gestão de frotas (software de acesso via web), com funcionalidade de rastreamento.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 016/2014 e Contrato Nº. 74/2014 de 03 de junho de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 074/2014, que passa a ter a seguinte redação a partir de 03 de outubro de 2014:

"[...]1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 1.722,19 (mil setecentos e vinte e dois reais e dezenove centavos), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

[...]

| Item  | Código | Quantidade | Unidade     | Descrição dos Serviços  | Preço Mensal dos Serviços (em R\$) | Preço Total do Item (preço mensal x quantidade, em R\$) |
|---|--------|------------|-------------|---|------------------------------------|---|
| 01  | 34278  | 24         | Mensalidade | Serviços de gerenciamento de 33 (trinta e três) veículos da frota da FURB, em caráter de comodato (equipamentos) e telemetria, por meio de sistema de gestão de frota (software de acesso via web), com funcionalidade de rastreamento. | 1.722,19                           | 41.123,80   |
| Preço Total do Item (por extenso, em reais) |        |            |             | Quarenta e um mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos  |                                    |   |

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Em decorrência do acréscimo na cobertura dos serviços, previstos pelo único item do Pregão Presencial nº. 016/2014, fica o Contrato nº. 074/2014 suplementado em R\$ 52,19 (cinquenta e dois reais e dezenove centavos) mensais e R\$ 1.043,80 (mil e quarenta e três reais e oitenta centavos) globais, quantia esta que equivale a 2,60429% (dois vírgula seis zero quatro dois nove por cento) do valor global inicial do Contrato.

O acréscimo em questão implica ainda em um aumento no valor da mensalidade devida à CONTRATADA, que, a partir de 03 de outubro de 2014, passa a ser de R\$ 1.722,19 (mil setecentos e vinte e dois reais e dezenove centavos) mensais.

Ademais, tendo em vista o número de meses restantes para o término da vigência do Contrato nº. 074/2014, atualiza-se o valor global do instrumento para R\$ 41.123,80 (Quarenta e um mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalterados os demais dispositivos que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 074/2014.

DATA: 18/12/2014

**EXTRATO Nº 376/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 376/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Atrativa Serviços Gerais LTDA. - EPP.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 025/2014- TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Prestação de serviços de conservação e limpeza predial, compreendendo as áreas internas, nos Campi da FURB, com a utilização de materiais, utensílios e equipamentos necessários e próprios aos serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 141/2014 e Contrato Nº. 25/2014 de 05 de março de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 025/2014, especialmente a parte grifada no texto e na tabela de seu Item 1.6., que, a partir de 1º de setembro de 2014, passam a ter a seguinte redação:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PRAZO E PREÇO:

1.6. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$ 252.624,71 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) mensais, quantia que, com os devidos cálculos de atualização, perfaz o valor global de R\$ 3.020.251,53 (três milhões, vinte mil e duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos), sendo os preços por item aqueles abaixo listados:

| Item                         | Período   | Nº. de Postos         | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Quantidade de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------------------------------|---|-----------------------|---|--|
| 01                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 25                    | 2.248,99                                  | 56.224,64  |
| 02                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 01, com Insalubridade | 2.559,15                                  | 2.559,15   |
| 03                           | Segunda à sexta-feira das 12hs às 16h, das 17h às 21hs e sábado das 09 às 13h (Campus I)                                      | 16                    | 2.248,99                                  | 35.983,77  |
| 04                           | Suprimido a contar de 1º/04/2014  | 01, com insalubridade | 00,00                                     | 00,00  |
| 05                           | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 13                    | 2.575,47                                  | 33.481,15  |
| 06                           | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 01, com insalubridade | 2.885,64                                  | 2.885,64   |
| 07                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 01 (enc nível I)      | 2.833,04                                  | 2.833,04   |
| 08                           | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 01 (Líder de Grupo)   | 2.798,53                                  | 2.798,53   |
| 09                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus II)  | 10                    | 2.248,99                                  | 22.489,85  |
| 10                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus II)  | 07                    | 2.248,99                                  | 15.742,90  |
| 11                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus II)   | 05                    | 2.195,68                                  | 10.978,39  |
| 12                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)   | 05                    | 2.248,99                                  | 11.244,93  |
| 13                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)   | 01, com insalubridade | 2.559,15                                  | 2.559,15   |
| 14                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)   | 02                    | 2.248,99                                  | 4.497,97   |
| 15                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)   | 03, com insalubridade | 2.559,15                                  | 7.677,45   |
| 16                           | Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)   | 03                    | 2.195,68                                  | 6.587,03   |
| 17                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 02, com insalubridade | 2.505,85                                  | 5.011,69   |
| 18                           | Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (Campus V)                  | 02, com insalubridade | 2.505,85                                  | 5.011,69   |
| 19                           | Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (Campus V)                  | 02, com insalubridade | 2.505,85                                  | 5.011,69   |
| 20                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 02, com insalubridade | 2.505,85                                  | 5.011,69   |
| 21                           | Segunda à sexta-feira das 09h às 12hs, 13hs às 18h48min (Campus V)  | 01 com insalubridade  | 2.505,85                                  | 2.505,85   |
| 22                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 01 (Líder de grupo)   | 2.382,29                                  | 2.382,29   |
| 23                           | Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (NPJ)                       | 01                    | 2.195,68                                  | 2.195,68   |
| 24                           | Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (NPJ)                       | 01                    | 2.195,68                                  | 2.195,68   |
| 25                           | Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)   | 01, com insalubridade | 2.505,85                                  | 2.505,85   |
| 26                           | Segunda à sexta-feira das 13h às 18h, das 19h às 22h e sábado das 09h às 13h (Campus I)                                       | 01                    | 2.248,99                                  | 2.248,99   |
| Preço Total Mensal (em R\$): |   |                       |   | 252.624,71   |

## CLÁUSULA SEGUNDA:

A presente alteração contratual resulta em um acréscimo de R\$ 2.248,99 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e noventa e nove



centavos) mensais ao valor previsto para o instrumento pactual, que perfaz, considerando os meses remanescentes de vigência contratual, o montante de R\$ 15.742,93 (quinze mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos). Tal fato implica, percentualmente, em um aumento de 0,52462% (zero vírgula cinco dois quatro seis dois por cento) da quantia global atualizada prevista para o Contrato nº. 025/2014.

Considerando os demais Termos Aditivos firmados até a atual data, as alterações promovidas no Contrato nº. 025/2014 incorrem em um acréscimo percentual de 0,64849% (zero vírgula seis quatro oito quatro nove por cento) à quantia global atualizada (recomposta) do referido instrumento pactual.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 025/2014 e Termos Aditivos nos. 001 e 002 que não colidirem com este.

DATA: 18/12/2014

**EXTRATO Nº 377/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 377/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Motormac Rental Locação de Equipamentos S.A.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 051/2013- TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Locação de grupo gerador a Diesel para a Divisão de Tecnologia da Informação da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 030/2013 e Contrato Nº. 051/2013, de 19 de abril de 2013.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica a Cláusula Primeira do Contrato nº. 051/2013 parcialmente alterada, sendo que o Item 1.4. do citado instrumento passa a ter a seguinte redação:

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

| Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição dos Materiais   | Marca do Grupo Gerador | Preço Total Mensal (em R\$) |
|-------------|-------|------|---|------------------------|-----------------------------|
| 33648       | 6     | Mês  | Locação mensal de Grupo Motor Gerador, com as seguintes características mínimas descritas no Anexo I (Termo de Referência) e Locação mensal Quadro de Transferência Automática (QTA), ambos com franquias de 30 (trinta) horas. | Cummins                | 2.700,00                    |

"1.4. O prazo de vigência deste instrumento fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar de 1º de novembro de 2014 até 31 de abril de 2015, o que resulta num período total contratado de 24 (vinte e quatro) meses."

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 051/2013 e aditivos n.º 01 e 02.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 378/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 378/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Serv Plus Limpeza e Conservação LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 115/2013- TERMO ADITIVO Nº. 014

OBJETO: "Prestação de Serviços de Mão de Obra em Serviços de Manutenção, Serviços Gerais e Jardinagem nos diversos Campi da FURB"

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 054/2013 e Contrato Nº. 115/2013 de 10 de julho de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do aditivo nº 12 ao Contrato nº 115/2013, que passa a ter a seguinte redação:

"[...] 1.3. Para a vigência do aditivo nº 012, a Contratante pagará o preço global de R\$ 544.426,80 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), acrescidos de R\$ 871,88 (oitocentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), por conta dos aditivos 13 e 14 [...]"

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº 115/2013 suplementado em R\$ R\$ 871,88 (oitocentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), equivalentes a 0,1601464 % (zero vírgula um seis zero um quatro seis quatro por cento) do valor contratado para o período de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 115/2013 e Aditivos nos. 001 a 13 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 379/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 379/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Prótese Dentária Moeller Ltda

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO

CONTRATO Nº.080/2011- TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: a prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para o Departamento de Odontologia da FURB, com fornecimento de materiais.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº. 023/2011 e Contrato Nº. 080/2011, de 1º de agosto de 2011.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, item 1.4 do Contrato nº 080/2011, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de agosto de 2014 até 31 de julho de 2015, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratos;

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira do Contrato nº 080/2011, em seu item 1.3, passa a ter a seguinte redação, a partir da assinatura deste termo aditivo: 1.3.Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará os preços, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

| Item | Código FURB | Quantidade Estimada | Unidade | Descrição da(s) Peça(s) Protética(s)                              | Preço Unitário do Item, em R\$ |
|------|-------------|---------------------|---------|---|--------------------------------|
| 01   | 31492       | 130                 | Peça    | Troquelização Modelos (Unitário)                                  | 16,00                          |
| 02   | 31493       | 2                   | Peça    | Moldeira Individual   | 60,00                          |
| 03   | 31494       | 2                   | Peça    | Placa Base + Cera   | 42,00                          |
| 04   | 31495       | 80                  | Peça    | Núcleo Simples  | 46,00                          |
| 05   | 31496       | 8                   | Peça    | Núcleo Bi Partido   | 77,00                          |
| 06   | 31497       | 5                   | Peça    | Núcleo Tri Partido  | 117,00                         |
| 07   | 31498       | 80                  | Peça    | Coroa Provisoria  | 80,00                          |
| 08   | 31499       | 15                  | Peça    | PPR Provisoria Até 6 Elementos                                    | 115,00                         |
| 09   | 31500       | 15                  | Peça    | PPR Provisoria Mais 6 Elementos                                   | 195,00                         |
| 11   | 31501       | 40                  | Peça    | Protese Total Simples (Dentes Não Incluídos) (*)                  | 220,00                         |
| 12   | 31502       | 10                  | Peça    | Protese Total Palato Incolor (Dentes Não Incluídos) (*)           | 243,00                         |
| 13   | 31503       | 2                   | Peça    | Protese Total Caracterizada STG (Dentes Não Incluídos) (*)        | 369,00                         |
| 14   | 31504       | 15                  | Peça    | Reembasamento   | 85,00                          |
| 15   | 31505       | 4                   | Peça    | Consertos Em Acrílico   | 72,00                          |
| 16   | 31506       | 45                  | Peça    | PPR Simples em Cromo/ Cobalto (Dentes Não Incluídos) (*)          | 293,00                         |
| 17   | 31507       | 4                   | Peça    | PPR Caracterizada STG em Cromo/Cobalto (Dentes Não Incluídos) (*) | 367,00                         |
| 18   | 31508       | 5                   | Peça    | Fresas Intracoronárias (Elemento)                                 | 222,00                         |
| 20   | 31509       | 100                 | Peça    | Coroa Metal Cerâmica  | 196,00                         |
| 21   | 31510       | 6                   | Peça    | Coroa Unitaria Metal Ceramica Ombro Cerâmico                      | 209,00                         |
| 22   | 31511       | 5                   | Peça    | Adesiva Metal Ceramica (1 Pontico + 2 Braços Ret.)                | 319,00                         |
| 24   | 31513       | 10                  | Peça    | Ponto Solda   | 48,00                          |
| 25   | 31514       | 15                  | Peça    | Coroa Ceramica Prensada (Unitario)                                | 315,00                         |
| 26   | 31515       | 20                  | Peça    | Coroa Ceramo Ceramica Alumina                                     | 315,00                         |
| 27   | 31516       | 15                  | Peça    | Coroa Ceramo Ceramica Zircônia                                    | 421,00                         |
| 28   | 31517       | 6                   | Peça    | Adesiva Em Ceromero Reforço Fibra Vidro                           | 500,00                         |
| 29   | 31518       | 40                  | Peça    | On Lay E In Lay Ceromero  | 117,00                         |
| 30   | 31519       | 4                   | Peça    | Laminados Ceromero  | 133,00                         |
| 31   | 31520       | 4                   | Peça    | Laminados Cerâmica  | 329,00                         |
| 32   | 31521       | 3                   | Peça    | Incrustação Metálica  | 94,00                          |
| 33   | 31522       | 4                   | Peça    | Coroa Total Metálica  | 90,00                          |
| 34   | 31523       | 10                  | Peça    | Placa Bruxismo Prensada   | 115,00                         |

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 080/2011 e aditivos 01ª 03.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 380/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 380/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
GTA - Gestão Ambiental Ltda

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº.188/2013- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: "prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde produzidos pela FURB."

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº. 134/2013 e Contrato Nº. 188/2013, de 07 de outubro de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o referido contrato suplementado em R\$ 4.662,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 6,546 % (seis vírgula cinco quatro seis por cento) do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 188/2013, que não colidirem com o presente Termo.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 381/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 381/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Bernard Sistemas LTDA. - EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº.254/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Aquisição de Licença de Uso de Software para a disciplina economia de empresas - Business Games do Departamento de Economia da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 171/2013 e Contrato Nº. 254/2013, de 04 de dezembro de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 254/2013, que passa a ter a seguinte redação:

"[...] Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 6.412,02 (seis mil, quatrocentos e doze reais e seis centavos):

| Item | Quantidade | Descrição   | Preço unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|------------|---|----------------------|-------------------|
| 2    | 03         | Aplicação para turma de 40 (quarenta) alunos para uso do Software Simulador Gerencial Bernard | 2.137,34             | 6.412,02          |

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitarem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 254/2013 e aditivo 001.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 382/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 382/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Rivel Veículos LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

CONTRATO Nº.229/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: serviço de locação de veículos para coleta de amostras no Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis no Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 164/2013 e Contrato Nº. 229/2013, de 07 de novembro de 2013.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 229/2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 17 de novembro de 2014 até 16 de novembro de 2015, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 3.582,52 (três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, sendo este o preço unitário:

| Quantidade | Unidade | Descrição dos sistemas/ equipamentos  | Marca/Modelo dos Veículos | Preço Unitário (em R\$) | Preço total do aluguel mensal dos veículos (em R\$) |
|------------|---------|---|---------------------------|-------------------------|---|
| 02         | Veículo | Veículo utilitário leve tipo furgão para coleta de amostras no programa nacional de monitoramento da qualidade de combustíveis no estado de Santa Catarina. | Fiat/Doblo Cargo 1.4 Flex | 1.791,26                | 3.582,52  |

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 229/2013.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 383/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 383/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Prevenção Extintores LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 078/2014- TERMO ADITIVO Nº. 007

OBJETO: Prestação de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro nível, segundo nível e terceiro nível nos extintores de incêndio e mangueiras de combate a incêndio da FURB, com treinamento de funcionários.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 039/2012 e Contrato Nº. 078/2012 de 10 de maio de 2012.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do aditivo 05 ao Contrato nº. 078/2012, que passa a ter a seguinte redação:

"[...]1.3". Para a vigência do aditivo nº 05, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 17.772,71 (dezesete mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), acrescidos de R\$ 2.378,69 (dois mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), em decorrência da suplementação ocorrida através dos aditivos 06 e 07.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº. 078/2012 suplementado em R\$ 2.378,69 (dois mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos equivalentes a 13,38% (treze vírgula trinta e oito por cento) do valor contratado para o



período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 078/2012 e nos Termos Aditivos nos. 001 a 06.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 384/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 384/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda-ME.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 175/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: aquisição de eletrodomésticos (aparelhos de ar condicionado Split e outros), com garantia, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 122/2014 e Contrato Nº. 175/2014.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 20,63% (vinte vírgula sessenta e três por cento), do valor contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 175/2014, que não colidirem com o presente termo.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e justiça.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 385/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 385/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

DSM - Distribuidora de Móveis e Suprimentos EIRELI EPP.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 174/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: aquisição de eletrodomésticos (aparelhos de ar condicionado Split e outros), com garantia, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 122/2014 e Contrato Nº. 174/2014.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 18.144,00 (dezoito mil, cento e quarenta e quatro reais), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 24,08% (vinte e quatro vírgula zero oito por cento), do valor contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 174/2014, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 386/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 386/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Atena Comércio de Móveis LTDA ME.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 180/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: aquisição de eletrodomésticos (aparelhos de ar condicionado Split e outros), com garantia, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 122/2014 e Contrato Nº. 180/2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 23.160,00 (vinte e três mil, cento e sessenta reais), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 23,52% (vinte e três vírgula cinquenta e dois por cento), do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 180/2014, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 387/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 387/2014

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Atrativa Serviços Gerais LTDA. - EPP.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 025/2014- TERMO ADITIVO Nº. 004

OBJETO: Prestação de serviços de conservação e limpeza predial, compreendendo as áreas internas, nos Campi da FURB, com a utilização de materiais, utensílios e equipamentos necessários e próprios aos serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 122/2014 e Contrato Nº. 180/2014 de 05 de março de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 025/2014, especialmente a parte grifada no texto e na tabela de seu Item 1.6., que, a partir de 1º de dezembro de 2014, passam a ter a seguinte redação:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PRAZO E PREÇO:

1.6. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$ 254.873,70 (duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta centavos) mensais, quantia que, com os devidos cálculos de atualização, perfaz o valor global de R\$ 3.029.247,49 (três milhões, vinte e nove mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos), sendo os preços por item aqueles abaixo listados:

| Item | Período   | Nº. de Postos         | Preço Mensal Unitário (por posto, em R\$) | Preço Mensal Total do Item (Quantidade de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$) |
|------|---|-----------------------|---|--|
| 01   | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 25                    | 2.248,99                                  | 56.224,64  |
| 02   | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 01, com Insalubridade | 2.559,15                                  | 2.559,15   |
| 03   | Segunda à sexta-feira das 12hs às 16h, das 17h às 21hs e sábado das 09 às 13h (Campus I)                                      | 17                    | 2.248,99                                  | 38.232,83  |
| 04   | Suprimido a contar de 1º/04/2014  | 01, com insalubridade | 00,00                                     | 00,00  |
| 05   | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 13                    | 2.575,47                                  | 33.481,15  |

|                              |   |                       |          |                |
|------------------------------|---|-----------------------|----------|----------------|
| 06                           | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 01, com insalubridade | 2.885,64 | 2.885,64       |
| 07                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)                                       | 01 (enc nível I)      | 2.833,04 | 2.833,04       |
| 08                           | Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I) | 01 (Líder de Grupo)   | 2.798,53 | 2.798,53       |
| 09                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus II)  | 10                    | 2.248,99 | 22.489,85      |
| 10                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus II)  | 07                    | 2.248,99 | 15.742,90      |
| 11                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus II)   | 05                    | 2.195,68 | 10.978,39      |
| 12                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)   | 05                    | 2.248,99 | 11.244,93      |
| 13                           | Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)   | 01, com insalubridade | 2.559,15 | 2.559,15       |
| 14                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)   | 02                    | 2.248,99 | 4.497,97       |
| 15                           | Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)   | 03, com insalubridade | 2.559,15 | 7.677,45       |
| 16                           | Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)   | 03                    | 2.195,68 | 6.587,03       |
| 17                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 02, com insalubridade | 2.505,85 | 5.011,69       |
| 18                           | Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (Campus V)                  | 02, com insalubridade | 2.505,85 | 5.011,69       |
| 19                           | Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (Campus V)                  | 02, com insalubridade | 2.505,85 | 5.011,69       |
| 20                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 02, com insalubridade | 2.505,85 | 5.011,69       |
| 21                           | Segunda à sexta-feira das 09h às 12hs, 13hs às 18h48min (Campus V)  | 01 com insalubridade  | 2.505,85 | 2.505,85       |
| 22                           | Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)  | 01 (Líder de grupo)   | 2.382,29 | 2.382,29       |
| 23                           | Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (NPJ)                       | 01                    | 2.195,68 | 2.195,68       |
| 24                           | Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (NPJ)                       | 01                    | 2.195,68 | 2.195,68       |
| 25                           | Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)   | 01, com insalubridade | 2.505,85 | 2.505,85       |
| 26                           | Segunda à sexta-feira das 13h às 18h, das 19h às 22h e sábado das 09h às 13h (Campus I)                                       | 01                    | 2.248,99 | 2.248,99       |
| Preço Total Mensal (em R\$): |   |                       |          | R\$ 254.873,70 |

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

A presente alteração contratual resulta em um acréscimo de R\$ 2.248,99 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos) mensais ao valor previsto para o instrumento pactual, que perfaz, considerando os meses remanescentes de vigência contratual, o montante de R\$ 8.995,96 (oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos). Tal fato implica, percentualmente, em um aumento de 0, 2997867% (zero vírgula dois nove nove sete oito seis sete por cento) da quantia global atualizada prevista para o Contrato nº. 025/2014.

Considerando os demais Termos Aditivos firmados até a atual data, as alterações promovidas no Contrato nº. 025/2014 incorrem em um acréscimo percentual de 0,9484449% (zero vírgula nove quatro oito quatro quatro nove por cento) à quantia global atualizada do referido instrumento pactual.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 025/2014 e Termos Aditivos nos. 001 a 003 que não colidirem com este.

DATA: 19/12/2014

**EXTRATO Nº 388/2014 - FURB**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 388/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Interativa Soluções Informática Ltda**ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**

CONTRATO Nº. 189/2011- TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, peças, suprimentos (exceto papel e grampos), manutenção preventiva e corretiva para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 108/2011 e Contrato Nº. 189/2011, de 10 de janeiro de 2012.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 189/2011, fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 10 de janeiro de 2015 até 09 de janeiro de 2016, totalizando 48 meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 189/2011 e aditivos nº 01 e 02, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/12/2014

**PORTARIA Nº 246/2014 - SETERB**

PORTARIA N.º 246/2014

DETERMINA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E PÁTIO DURANTE AS FÉRIAS COLETIVAS.

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONSIDERANDO o período de férias coletivas previsto no Decreto 8.041/14 de 23 de outubro de 2014.

DETERMINA-SE que os servidores vinculados ao setor de Atendimento ao Público e Pátio desta Autarquia passem a cumprir a seguinte jornada no período compreendido entre 22/12/2014 a 02/01/2015:

Setor de Atendimento ao Público: Atendimento ao público nos dias 22,23,26,29,30 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015, no horário compreendido entre as 10:00h às 16:00. Sem intervalos.

Setor de Pátio: Atendimento ao público nos dias 22,23,26,29,30 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015, no horário compreendido entre as 08:30h às 16:30. Sem intervalos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de 22 de dezembro de 2014.

Blumenau (SC), 05 de dezembro de 2014  
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente - SETERB**PORTARIA Nº 247/2014 - SETERB**

PORTARIA N. 247/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR AMARILDO RUSSI

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**CONCEDER**

Função Gratificada de Confiança ao servidor AMARILDO RUSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Serviços de Vistoria Veicular, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 06 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 11 de dezembro de 2014.  
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente - SETERB**PORTARIA Nº 248/2014 - SETERB**

PORTARIA N.º 248/2014

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS DA PESSOA ABAIXO RELACIONADA.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar n.º 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**TORNAR SEM EFEITO,**

por perda do prazo para posse, de acordo com o artigo 16º, §4º, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, a nomeação da seguinte pessoa para exercer o cargo em provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB:

LILIAN DA SILVA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de novembro de 2013.

Blumenau (SC), 15 de dezembro de 2014.  
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS  
Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 249/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 249/2014

RENOVA CESSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A 15ª SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RENOVAR

cessão com ônus para o SETERB, sem ressarcimento, a servidora pública autárquica municipal TATIANA DIAS DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 22 de maio de 2014 e término em 21 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº96/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de maio de 2014.

Blumenau, em 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 250/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 250/2014

RENOVA CESSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA 088ª ZONA ELEITORAL DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RENOVAR

cessão com ônus para o SETERB, sem ressarcimento, a servidora pública autárquica municipal CRISTIANE VIEIRA COMICHOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 26 de maio de 2014 e término em 25 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº62/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26 de maio de 2014.

Blumenau, em 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 251/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 251/2014

RENOVA CESSÃO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA 088ª ZONA ELEITORAL DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RENOVAR

Cessão com ônus para o SETERB, sem ressarcimento, o servidor público autárquico municipal LUIZ ANTÔNIO BLASI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 22 de maio de 2014 e término em 21 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº106/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de maio de 2014.

Blumenau, em 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 252/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 252/2014

RENOVA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DE BLUMENAU - SESUR.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RENOVAR

cessão com ônus para o SETERB, com ressarcimento, o servidor público autárquico municipal VILMAR MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro de M.M. Oficial, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 09 de maio de 2014 e término em 08 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº107/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09 de maio de 2014.

Blumenau, em 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 253/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 253/2014

RENOVA CESSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DE BLUMENAU - SESUR.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**RENOVAR**

cessão com ônus para o SETERB, com ressarcimento, o servidor público autárquico municipal MARCO DORING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 19 de março de 2014 e término em 18 de março de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº41/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 19 de março de 2014.

Blumenau, em 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 254/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 254 /2014

CONCEDE RETORNO DA CESSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DE BLUMENAU - SESUR.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703/2009, resolve:

**CONCEDER RETORNO DA CESSÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL.**

acordo com o artigo 22, inciso VIII, da Lei Complementar nº 660/2007, regulamentado pelos Decretos nº 7.882/2005 e 8.614/2008, concedido o seguinte servidor público municipal:

| NOME          | PROCESSO | DATA PROCESSO |
|---------------|----------|---------------|
| Marcos Doring | 105/2014 | 29/04/2014    |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de abril de 2014.

Blumenau(SC), 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 255/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 255/2014

CONCEDE RETORNO DE MANDATO ELETIVO DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703/2009, resolve:

**CONCEDER RETORNO DE MANDATO ELETIVO DO SERVIDOR MUNICIPAL.**

acordo com o artigo 22, inciso III, da Lei Complementar nº 660/2007, concedido ao seguinte servidor público municipal:

| NOME       | PROCESSO | DATA PROCESSO |
|------------|----------|---------------|
| Célio Dias | 17/2014  | 29/01/2014    |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 14 de janeiro de 2014.

Blumenau(SC), 15 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 256/2014 - SETERB**

PORTARIA N. 256/2014

SUSPENDE OS PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E DE SINDICÂNCIA QUE ESTÃO TRAMITANDO NA COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR-CPASD E NA COMISSÃO ESPECIAL DE EXONERAÇÃO NO PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso de suas atribuições, dispostas no art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009 e artigo 212, parágrafo único, Lei Complementar Municipal 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**SUSPENDER,**

O prazo dos processos administrativos disciplinares e de sindicância que estão sendo conduzidos pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar- CPASD e da Comissão Especial de Exoneração (processo 01/2014), desta Autarquia durante o período de férias coletivas previsto na Lei Ordinária Municipal n. 8.041/2014, no período que compreende os dias de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de 22 de dezembro de 2014.

Blumenau, 17 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS,  
Diretor Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4632/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4632/2014 de 19 de Dezembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02773/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02773/2014, que tem por objeto Aquisição de Materiais Escolares de Escritório e Materiais Diversos para Manutenção das Atividades do depto do CRAS.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

| Item | Nome do Fornecedor    | Descrição do Produto  | Quant. | Valor (R\$) |
|------|-----------------------|---|--------|-------------|
| 22   | E.M INFORMATICA LTDA. | Cola Lavavel Branca 35 gramas   | 50,00  | 35,00       |
| 25   | E.M INFORMATICA LTDA. | Regua de Metal 30 cm  | 50,00  | 180,00      |
| 28   | E.M INFORMATICA LTDA. | Clips Niquelado nº 4 caixa c/ 100 unid                                    | 5,00   | 5,00        |
| 42   | E.M INFORMATICA LTDA. | Tesoura Escolar s/ ponta aço 5" com cabos coloridos                       | 20,00  | 36,00       |
| 54   | E.M INFORMATICA LTDA. | Apontador Retangular de Ferro   | 50,00  | 39,50       |
| 55   | E.M INFORMATICA LTDA. | Cola Branca Liquida 1 lt  | 10,00  | 62,50       |
| 57   | E.M INFORMATICA LTDA. | Folha A4 Tipo Opaline 180g/m² com 50 folhas diversas cores                | 50,00  | 445,00      |
| 65   | E.M INFORMATICA LTDA. | Caderno 16cm*21cm capa dura espiral 96 folhas                             | 10,00  | 39,90       |
| 118  | E.M INFORMATICA LTDA. | Pasta Escolar Aba Plastica 30 mm com Dimensões 245mm*335mm*30mm cor Fumê  | 60,00  | 171,00      |
| 133  | E.M INFORMATICA LTDA. | Papel Especial para Impressora folha A4 Tipo Vernê 180g/M² diversas cores | 10,00  | 99,00       |

|     |                           |   |       |        |
|-----|---------------------------|---|-------|--------|
| 135 | E.M INFORMATICA LTDA.     | Caixa Clips ACC nº 2/0 Galvanizado contendo 100 Unidades  | 10,00 | 19,00  |
| 140 | E.M INFORMATICA LTDA.     | Bloco Post-It 47,6 cm* 47,6 cm Cubo c/ 400 folhas   | 2,00  | 25,00  |
| 141 | E.M INFORMATICA LTDA.     | Calculadora de Mesa Bateria Solar 8 Digitos   | 6,00  | 75,00  |
| 3   | Telecopy Equipamento Ltda | Caixa de Alfinetes para Mapa nº 1 caixa com 150 unid  | 20,00 | 236,00 |
| 6   | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 0 (zero)   | 20,00 | 31,00  |
| 7   | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 06   | 20,00 | 20,00  |
| 8   | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 08   | 20,00 | 23,00  |
| 9   | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 10   | 20,00 | 26,00  |
| 10  | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 12   | 20,00 | 29,00  |
| 11  | Telecopy Equipamento Ltda | Pincéis para pintura em tecido nº. 14   | 20,00 | 63,00  |
| 14  | Telecopy Equipamento Ltda | Caneta esferografica poligrafo de cor azul ponta media 1.0 mm caixa com 50 unidades                   | 10,00 | 255,00 |
| 16  | Telecopy Equipamento Ltda | Caneta esferografica poligrafo de cor vermelha ponta media 1.0 mm caixa com 50 unidades               | 5,00  | 127,50 |
| 17  | Telecopy Equipamento Ltda | Lápis preto Nº.2 caixa com 72 inidades  | 10,00 | 159,50 |
| 19  | Telecopy Equipamento Ltda | Pincel Atomico Diversas Cores   | 40,00 | 76,00  |
| 20  | Telecopy Equipamento Ltda | Tesoura 660/8 21 cm   | 30,00 | 195,00 |
| 26  | Telecopy Equipamento Ltda | Regua de Alumínio 30 cm   | 50,00 | 150,00 |
| 35  | Telecopy Equipamento Ltda | Fita Crepe Marron 19mm *50m com 6 rolos   | 10,00 | 135,00 |
| 36  | Telecopy Equipamento Ltda | Fita Crepe Branca 18mm *50 m com 6 rolos  | 10,00 | 105,00 |
| 38  | Telecopy Equipamento Ltda | Kit Escolar contendo 12 lapis de cor, 02 lápis preto, 01 apontador retnagular e 01 borra-cha 5cm *4cm | 75,00 | 675,00 |
| 40  | Telecopy Equipamento Ltda | Folhas em EVA 600mm*400mm*2mm pacotes com 10 unidades diversas cores                                  | 50,00 | 900,00 |
| 45  | Telecopy Equipamento Ltda | Pincel quadro branco cor preta caixa com 12 unidades  | 1,00  | 56,00  |
| 47  | Telecopy Equipamento Ltda | Caneta para Retro-projetor preta 2.0 mm caixa com 12 unidades   | 2,00  | 46,00  |
| 48  | Telecopy Equipamento Ltda | Apagador Quadro Branco  | 2,00  | 10,80  |
| 63  | Telecopy Equipamento Ltda | Tinta Guache Lavavel 250 ml diversas cores  | 60,00 | 168,00 |

|     |                           |  |        |        |
|-----|---------------------------|--|--------|--------|
| 92  | Telecopy Equipamento Ltda | Jogo de Xadrez e Gamão com Peças e Tabuleiro de Madeira 40cm*40cm  | 2,00   | 260,00 |
| 124 | Telecopy Equipamento Ltda | Bola Futebol de Campo Profissional   | 5,00   | 241,00 |
| 125 | Telecopy Equipamento Ltda | Bola voley costurada oficial   | 5,00   | 170,00 |
| 126 | Telecopy Equipamento Ltda | Colchonetes em EVA Azul Grosso medidas 173cm*61cm* 04cm  | 20,00  | 950,00 |
| 127 | Telecopy Equipamento Ltda | Bambole Confeccionado em Material Plastico Polietileno, alta densidade, diametro de 60 cm e tubo de 16 mm e parede de 1.2 mm | 20,00  | 99,00  |
| 129 | Telecopy Equipamento Ltda | Corda (popular Soga)   | 50,00  | 100,00 |
| 130 | Telecopy Equipamento Ltda | Bola de Borracha Tamanho 10  | 10,00  | 179,00 |
| 139 | Telecopy Equipamento Ltda | Grampeador de Mesa 26/6 25 folhas  | 4,00   | 46,00  |
| 58  | Ineide Kerkhoff - MEI     | Meadas de Linhas para bordar diversas cores  | 500,00 | 850,00 |
| 109 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Pote Vidro para Amazenar Alimentos 640mm*480 mm  | 6,00   | 108,00 |
| 110 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Pote Grande Retangular em Plastico 1,5 l com Travas na Tampa   | 10,00  | 152,00 |
| 111 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Pote Grande Retangular em Plastico 3,0 L com Travas nas Tampas   | 10,00  | 197,00 |
| 114 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Plastica Organizadora Transparente Tampa e Trava 20 Litros   | 1,00   | 24,00  |
| 115 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Plastica Organizadora Transparente com Tampa e Trava Capacidade 12 Litros  | 1,00   | 20,90  |
| 116 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Plastica Organizadora Transparente com Trava e Tampa Capacidade 10 Litros  | 5,00   | 99,50  |
| 117 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Bacia Plastica Trava e Tampa Capacidade 5 Litros   | 3,00   | 47,70  |
| 119 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Plastica Organizadora Transparente com Tampa e Trava Capacidade 15 Litros  | 1,00   | 22,00  |
| 121 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Organizadora em Plastico ,com travas, capacidade 10000ml   | 5,00   | 149,00 |
| 122 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Organizadora em Plastico ,com travas, capacidade 15000 ml  | 5,00   | 190,00 |
| 123 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Caixa Organizadora em Plastico ,com travas, capacidade 25000 ml  | 5,00   | 200,00 |
| 131 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Telas com Desenho para Bordar, com dimensões 30cm*30cm   | 40,00  | 920,00 |
| 132 | Ineide Kerkhoff - MEI     | Telas com Desenho para Bordar com Dimensões 45cm*45cm  | 20,00  | 560,00 |

|     |                         |  |        |          |
|-----|-------------------------|--|--------|----------|
| 13  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Papel alcalino branco, tamanho A4, formato retangular, proprio para impressora a laser e jato de tinta, medindo 210mmx297mmx75g/m2, pacote com 500 folhas (resma), embalagem especial contra umidade (impermeável), acondicionadas com 10 resmas por caixa | 9,00   | 1.078,20 |
| 15  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Caneta esferografica poligrafo de cor preto ponta media 1.0 mm caixa com 50 unidades   | 5,00   | 127,00   |
| 21  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Canetas Marca Texto Diversas cores   | 10,00  | 15,00    |
| 32  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Fita Crepe Marron 45mm * 40m   | 10,00  | 87,00    |
| 34  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Fita Durex 18 mm*50m com 6 rolos   | 10,00  | 284,00   |
| 49  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Toalha de Rosto 100% algodão 49*80 cm  | 30,00  | 225,00   |
| 51  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Pano de Prato 100% algodão liso Branco Barrado   | 100,00 | 198,00   |
| 60  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Balão sortido pacote com 50 und  | 20,00  | 87,00    |
| 96  | SCS COMÉRCIO LTDA       | Livro Ata c/100fls   | 5,00   | 58,50    |
| 112 | SCS COMÉRCIO LTDA       | Bacia de Plastico para Armazenar Alimentos Redonda 33 cm   | 3,00   | 44,70    |
| 5   | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Pincel Atômico Kit com 4 unidades  | 4,00   | 36,00    |
| 12  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Tintas para Tecido 250 ml varias cores   | 75,00  | 675,00   |
| 18  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Borracha Branca, 5cm* 4 cm, caixa com 40 unid  | 10,00  | 159,00   |
| 23  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Grampo 23/13 caixa com 1.000 unid  | 10,00  | 64,50    |
| 24  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | grampo 26/6 caixa com 5.000 unid   | 10,00  | 25,00    |
| 27  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Clips nº. 1/0 galvanizado caixa com 100 unid   | 10,00  | 198,00   |
| 31  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Caderno Espiral capa dura 200mm*275 mm com 96 folhas   | 50,00  | 157,50   |
| 33  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Fita Crepe branca 45 mm*40 m   | 10,00  | 68,00    |
| 37  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Fita Durex 45mm*40m com 6 rolos  | 20,00  | 245,00   |
| 43  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Pincel Marca Texto Amarelo caixa com 12 unid   | 4,00   | 61,60    |
| 44  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Pincel Marca Texto caixa com 6 cores   | 5,00   | 45,00    |
| 53  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | TNT Cores Diversas Rolo c/ 50 m  | 10,00  | 400,00   |
| 56  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Pincel Escolar kit com 4 pinceis   | 10,00  | 249,00   |
| 59  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | fita de cetim 7mm*100m em rolo diversas cores  | 6,00   | 90,00    |

|     |                         |   |        |        |
|-----|-------------------------|---|--------|--------|
| 61  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Fita para Embalagem 45mm*45m na cor marrom                                    | 20,00  | 73,00  |
| 62  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Fita Crepe Tartan 48mm*50m  | 20,00  | 200,00 |
| 64  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Giz de Cera com 15 cores pacote com 5 caixas                                  | 10,00  | 305,00 |
| 66  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Caderno Colorido 16cm*21cm 96 folhas pacote com 5 unidades                    | 10,00  | 139,00 |
| 94  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Cola Quente Bastão Grosso 11,2 mm em Pacotes de 1 KG                          | 10,00  | 179,00 |
| 95  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Cola Quente Bastão Fino pacote de 1 KG  | 20,00  | 319,00 |
| 97  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Jogo de Domino 28 Peças Coloridas com Estojo                                  | 15,00  | 343,50 |
| 98  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Tabuleiro em MDF com Jogos de Dama Trilha e Jogo da Velha                     | 2,00   | 120,00 |
| 99  | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Jogo de Damas e Moimho (Trilha)   | 2,00   | 238,00 |
| 106 | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Brilho para uso em Atividades Escolares e Trabalhos Artísticos Diversas Cores | 20,00  | 19,00  |
| 107 | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Caneta Hidrográfica com 6 Cores   | 2,00   | 5,90   |
| 113 | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Bacia Oval Gigante Plástica 34 Litros   | 1,00   | 54,00  |
| 120 | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Papel Foto Adesivo A4 Alto Brilho a Prova da Água                             | 200,00 | 98,00  |
| 138 | JP EQUIPAMENTOS LTDA ME | Registrador A/Z c/ Visor Ofício LE Preto Spiral                               | 10,00  | 269,00 |

|   |          |
|---|----------|
| mil duzentos e trinta e um reais e noventa centavos         | 1.231,90 |
| cinco mil quinhentos e trinta e um reais e oitenta centavos | 5.531,80 |
| três mil quinhentos e quarenta reais e dez centavos         | 3.540,10 |
| dois mil duzentos e quatro reais e quarenta centavos        | 2.204,40 |
| quatro mil oitocentos e trinta e seis reais                 | 4.836,00 |

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 19/12/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº5/2014- PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARAGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 DE 04/05/2000- REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS METAS QUADRIMESTRAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 5º/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 DE 04/05/2000- REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS METAS QUADRIMESTRAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal, nº101/2000 de 04/05/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal nos artigos 8º, 9º e 10º e seus parágrafos, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 09 de Janeiro de 2014 as 9:00 horas nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal, será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, para discutir e avaliar as metas quadrimestrais do 3º quadrimestre de 2014.

Maiores informações sobre a Audiência Pública e da Meta Fiscal quadrimestral, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 22 de Dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 954/2014**

LEI MUNICIPAL Nº 954/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

,CRIA O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - PMDR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR, para incentivar e fomentar o desenvolvimento no setor da Agricultura, Pecuária e Atividades Congêneres do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a conceder os incentivos de que tratam.

Art. 3º - A concessão dos incentivos está sujeita a requerimento do interessado que preencher os requisitos, o qual deverá ser instruído com projeto, licenças e/ou laudo demonstrando a aplicação dos recursos, e deverá manter as margens das estradas roçadas.

I - O interessado deverá demonstrar de que os benefícios anteriormente concedidos foram implementados.

II - Que o beneficiário não apresenta pendência financeira de qualquer espécie junto ao Município.

III - Que o beneficiário realiza movimentação econômica compatível com a produção através do bloco de produtor rural.

Art. 4º - Os incentivos visam contemplar as atividades econômicas



do Município, especialmente aquelas assessoradas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e podem ser da seguinte forma:

I - Aplicação de cascalho nas estradas de acesso as propriedades rurais e ao redor das benfeitorias de produção, sem qualquer contrapartida do beneficiário.

II - Incentivo financeiro no valor de R\$ 7,00 (sete reais) por metro quadrado de edificação, para a realização de terraplenagem destinada à instalação de pocilgas, estábulos, galpões, aviários. O valor total do incentivo não poderá ser superior ao do custo com os serviços de terraplenagem.

III - Incentivo financeiro no equivalente a 30% (trinta por cento) do valor investido em aquisição de mudas de pinus e/ou eucalipto, até o limite de duas mil mudas ao ano por beneficiário, devendo comprovar que o plantio se deu em terras situadas em Bom Jesus do Oeste.

IV - Fornecimento de seis cargas de esterco líquido, ao ano, para cada propriedade, cabendo ao beneficiário o pagamento do transporte.

V - Incentivo para a conservação e a abertura de estradas de roça, cabendo ao Município subsidiar 70% (setenta por cento) do custo da hora máquina.

VI - Incentivo no equivalente a 90% (noventa por cento) do valor da hora máquina, para a realização de terraplenagem destinada a construção de habitações.

VII - Incentivo na forma de silagem, cabendo ao beneficiário o pagamento da importância de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) a hora para serviços de enciladeira de uma linha e de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a hora para serviços com enciladeira de duas linhas, cabendo ao Município o pagamento complementar das horas máquinas realizadas na silagem.

VIII - Incentivo no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por ano, para reposição de nitrogênio, ao agricultor proprietário de botijão de sêmen animal, condicionado a comprovação de que possui conhecimento técnico para realizar a inseminação.

IX - Incentivo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora máquina para até 06 (seis) horas de serviços de trator com pneus, ao produtor de grãos que não seja beneficiado com o incentivo previsto no inciso VII deste artigo.

X - Incentivo de 50% (cinquenta por cento) dos valores da hora máquina prestada pelo Município para os piscicultores, destinadas na limpeza ou na construção dos açudes/tanque. O presente incentivo é limitado a 10 (dez) horas na execução da limpeza e de 20 (vinte) horas na construção dos açudes/tanques.

Parágrafo Primeiro - O incentivo que trata o inciso II poderá ser realizado com equipamento do Município, desde que em disponibilidade, mediante a exigência de participação do beneficiário no equivalente a 10% (dez por cento) do valor das horas máquinas aplicadas.

Parágrafo Segundo - O incentivo que trata o inciso VII poderá, alternativamente, ser na modalidade de bônus no equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada hectare de silagem realizada.

Parágrafo Terceiro - O implemento do incentivo está condicionado a comprovação através da medição e da conferência quantitativa dos serviços, que será feita pela equipe da Secretaria Municipal

de Agricultura.

Parágrafo Quarto - Os valores dos incentivos e os valores dos custos de horas máquinas deverão ser atualizados a cada ano.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente PMDR, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 22 de dezembro de 2014.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 955/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 955/14 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE TAXA DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei fixado o valor da taxa de comércio eventual ou ambulante, nos seguintes termos:

I - R\$ 145,80 (cento e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) correspondendo a 45 UFRM por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 307,80 (trezentos e sete reais e oitenta centavos) correspondendo a 95 UFRM por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 469,80 (quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) correspondendo a 145 por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas;

IV - R\$ 502,20 (quinhentos e dois reais e vinte centavos) correspondendo a 155 UFRM por dia de comércio eventual, ou feirante, por banca de venda.

§ 1º Os valores da taxa constante do presente artigo serão reajustados anualmente pelo mesmo índice de aumento da UFRM (Unidade Fiscal de Referência do Município).

§ 2º Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

§ 3º A pessoa física ou jurídica que promover comércio eventual ou feirante no Município deverá manter após o término do evento um posto de atendimento ao consumidor para garantir os direitos dos mesmos, pelo prazo mínimo de 120 dias.



Art. 2º O fiscal exercerá o poder de apreensão da mercadoria no caso de não recolhimento da taxa mencionada no artigo 1º, aplicando-se no que couber o disposto nos artigos 283, V, da Lei nº 820/11, de 16 de dezembro de 2011, sem prejuízo da aplicação das multas legais.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a TABELA XVIII da Lei nº 820/11, de 16 de dezembro de 2011.

Bom Jesus do Oeste/SC, 22 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 956/2014

LEI MUNICIPAL Nº 956/14 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA RECEBER BENS EM DOAÇÃO, NA FORMA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DE BENFEITORIA PÚBLICA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber na modalidade de DOAÇÃO, do Esporte Clube Recreativo 21 de Setembro, bens na forma de materiais de construção para a ampliação do Centro de Eventos do Município.

Art. 2º. A doação corresponde aos materiais para construção civil, conforme as plantas arquitetônicas e o memorial descritivo anexo a este Projeto de Lei, que faz parte integrante do mesmo.

Parágrafo Único - Os custos com a realização das benfeitorias cabem exclusivamente ao Município de Bom Jesus do Oeste, que deverá adotar os procedimentos legais para as obras.

Art. 3º. Na forma de encargo pela doação, fica autorizado o Município a celebrar contrato de Concessão de Uso sem exclusividade, da área ampliada, para a Doadora desenvolver suas atividades recreativas.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 22 de dezembro do ano de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## Brunópolis

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 121

DECRETO Nº 121/2014

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e  
Considerando os feriados de Natal e Ano Novo;  
Considerando o feriado municipal de 29 de dezembro;  
Considerando a necessidade de otimizar o uso dos equipamentos e materiais públicos; e  
Considerando que a economia de recursos financeiros é princípio constitucional aplicada à administração pública,

#### RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo, entre os dias 23 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, inclusive.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 19 de dezembro de 2014.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

#### DECRETO Nº 124

DECRETO Nº 124/2014

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis,

#### RESOLVE

Art.1º. Nomear os servidores abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público 01/2014 e processo Seletivo nº 03/2014:

I - Ana Maria dos Passos Girardi;

II - João Veber Filho;

III - Maria Aparecida Panisson Longhi.

Art. 2º. Compete a Comissão acompanhar a realização dos certames indicados no artigo 1º, decidir a respeito dos casos omissos, responder às indagações eventualmente feitas pelos candidatos e zelar para que os atos administrativos relacionados aos certames

respeitem os princípios constitucionais pertinentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 22 de dezembro de 2014.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

### LEI MUN. Nº 829

LEI Nº. 829, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS - HOSPITAL "HÉLIO ANJOS ORTIZ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei;

FAZ saber a todos os habitantes do Município que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira, com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS - HOSPITAL "HELIO ANJOS ORTIZ", inscrita no CGC/MF sob nº 95.991.113/0001-02 com sede no Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O presente Convênio tem como objetivo, o repasse de verbas pelo Município de Brunópolis, à Fundação, para a manutenção e funcionamento do atendimento ambulatorial/emergencial de pacientes encaminhados pelo Município àquele Hospital.

Art. 3º. O município de Brunópolis repassará, mensalmente à FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das despesas orçamentárias do orçamento do exercício de 2015.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Brunópolis (SC), em 18 de dezembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
Prefeito Municipal

JOSE THIERES ALVES RIBEIRO  
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

## Brusque

### PREFEITURA

#### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2014

CONCORRÊNCIA nº 020/2014

Processo Licitatório nº 226/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para execução das obras de construção de ponte sobre o Rio Itajaí Mirim, fazendo a ligação entre a Rua Maximiliano Furbringer e o Bairro Rio Branco no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/02/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 22/12/2014

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

#### DECRETO Nº. 7.559, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.559, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência, da Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 9.041,97 (Nove Mil e Quarenta e Um Reais e Noventa e Sete Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. Esportes

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.041,97

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. Esportes

3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.041,97

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2014**

TOMADA DE PREÇOS nº 017/2014  
Processo Licitatório nº 227/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução de obras de passeio público com acessibilidade na Rua Azambuja, Município de Brusque. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 27/01/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 22/12/2014

GILMAR VILAMOSKI  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2014 HABILITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 203/2014  
CONCORRÊNCIA nº 017/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM NA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO (POÇO FUNDO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Nona item 9.1 (habilitação jurídica); 9.2 (regularidade fiscal e trabalhista); 9.3. (qualificação técnica) e 9.4 (qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação da empresa CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, nos termos da Ata de Licitação.

22/12/2014  
RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2014 PROPOSTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 203/2014  
CONCORRÊNCIA nº 017/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM NA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO (POÇO FUNDO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA: Após análise da proposta apresentada pela empresa licitante, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global a Empresa CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA com valor global de R\$ 6.282.136,48 (seis milhões e duzentos e oitenta e dois mil e cento e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial. Considerando que o representante da empresa licitante, presente nesta sessão, renunciou expressamente ao prazo recursal (artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93), a Comissão de Licitação encaminha o processo licitatório a autoridade superior recomendando a adjudicação e homologação nos termos supracitados.

22/12/2014  
RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

# Caçador

## PREFEITURA

### **1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2014- FUNDEMA**

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2014- FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETAS E EXECUÇÃO DE ANÁLISES FÍSIO-QUÍMICAS, BACTERIOLÓGICAS E ECOTOXICOLÓGICAS, CONTRATADA: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.322.141/0002-03, com sede na Rua Pará, nº 50, bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, SC, O prazo de vigência da presente prorrogação é de 06 (seis) meses, iniciando no dia 31 de dezembro de 2014 e findando dia 30 de junho de 2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 – FUNDEMA**

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 - FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.153.425/0001-57, com sede na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, nesta cidade de Caçador/SC, CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013, datado em 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2014 e findando dia 31 de dezembro de 2015, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 21.248,16 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos)

### **2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013 - FUNDEMA**

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013 - FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.153.425/0001-57, com sede na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, nesta cidade de Caçador/SC, CONTRATADO: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 003/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2014 e findando dia 31 de dezembro de 2015 O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é

de R\$ 21.248,16 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos), As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 – FUNDEMA**

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 - FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013, REAJUSTE DE PREÇO, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013, datado em 18 de fevereiro de 2013, A Bolsa de Estágio passará a ser de R\$ 750,34 (setecentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário contratado, com data retroativa de 01 de Julho de 2014, mais R\$ 100,00 (cem reais) de auxílio-transporte, com data retroativa de 01 de Junho de 2014. Totalizando o valor de R\$ 850,34 (oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário, para 02 (duas) vagas existentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03-2013 – FUNDEMA**

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013 - FUNDEMA, REAJUSTE DE PREÇO, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013 CONTRATADO: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 003/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, A Bolsa de Estágio passará a ser de R\$ 750,34 (setecentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário contratado, com data retroativa de 01 de Julho de 2014, mais R\$ 100,00 (cem reais) de auxílio-transporte, com data retroativa de 01 de Junho de 2014. Totalizando o valor de R\$ 850,34 (oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário, para 02 (duas) vagas existentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.



**PORTARIA INTERNA Nº 007**

PORTARIA INTERNA Nº 007, de 19 de Dezembro de 2014.

Suspende os Pagamentos de horas extraordinárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posterior sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o esforço desta administração na manutenção do equilíbrio financeiro das despesas com pessoal;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspende temporariamente, a contar de 01 de janeiro de 2015, o pagamento de horas extraordinárias, exceto os setores considerados essenciais, mediante expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA INTERNA Nº 008**

PORTARIA INTERNA Nº 008, de 19 de dezembro de 2014.

Suspende os Pagamentos de conversão de licença prêmio e conversão de férias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posterior sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o esforço desta administração na manutenção do equilíbrio financeiro das despesas com pessoal;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspende temporariamente, a contar de 01 de janeiro de 2015, o pagamento de conversão de licença prêmio e conversão de férias.

Art. 2º - O pagamento poderá ser liberado apenas para as questões emergenciais, com prévia autorização especial do Prefeito Municipal, desde que demonstrada a extrema necessidade.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 24.488**

PORTARIA Nº 24.488, de 03 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

| Código | Nome                             | Cargo             | Local          | A contar de: |
|--------|----------------------------------|-------------------|----------------|--------------|
| 12981  | Vera Lucia Cristaldo de Oliveira | Servente Educação | EMEB Esperança | 03/09/2014   |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.544**

PORTARIA Nº 24.544, de 18 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

| Código | Nome                     | Cargo      | Secretaria | Conv. | Período Aquisitivo         |
|--------|--------------------------|------------|------------|-------|----------------------------|
| 4590   | Solange Margareth Campos | Professora | 005        | 1/3   | 02/02/2004 a<br>02/02/2009 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
18 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.647**

PORTARIA Nº 24.647, de 02 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

| Código | Nome                        | Cargo                         | Local              | A contar de: |
|--------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------|--------------|
| 13168  | Claudia Gislane Cappelletti | Professora 1º ao 5º ano       | EMEB Esperança     | 23/09/2014   |
| 12911  | Solange Santos Danzberg     | Auxiliar de Creche e Berçário | CMEI Pierina Adami | 26/09/2014   |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 24.688

PORTARIA Nº 24.688, de 13 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, escola de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

| Código | Nome                            | Cargo                         | Local de Atuação  | Total de Dias | Dias Lançados | Licença Tratamento Saúde a contar de:                                   |
|--------|---------------------------------|-------------------------------|---|---------------|---------------|---|
| 12920  | Bernadete Carlin do Prado       | Auxiliar de Creche e Berçário | CMEI Pierina Adami  | 15            | 15            | 02/10/2014 a 16/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS |
| 12999  | Carmen Fátima Bertotto Castilho | Professora                    | EMEB Walsin N Garcia 06h<br>EMEB Tabajara- 16h<br>EMEB Ir. Venâncio José- 12h | 180           | 15            | 03/10/2014 a 17/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS |
| 13085  | Eliane Salete Peretti           | Professora                    | CMEI Pierina Adami  | 30            | 15            | 24/09/2014 a 08/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS |
| 13027  | Maria Aparecida Hornburg        | Servente da Educação          | EMEB Alto Bonito  | 22            | 15            | 24/09/2014 a 08/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS |
| 13528  | Maria Juvinde Hirsch            | Auxiliar de Creche e Berçário | EMEB Ulysses Guimarães  | 15            | 15            | 08/10/2014 a 22/10/2014   |
| 13128  | Marinez Ozório                  | Professora                    | CMEI Sonho Encantado  | 15            | 15            | 29/09/2014 a 15/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.689**

PORTARIA Nº 24.689, de 13 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

| Código | Nome                             | Cargo      | Local de Atuação           | Nº de dias | A contar de: |
|--------|----------------------------------|------------|----------------------------|------------|--------------|
| 265    | Eliane Cavilion Lapolli          | Professora | EMEB Henrique Julio Berger | 90         | 10/10/2014   |
| 4259   | Jucelaine Teresinha Pereira      | Professora | CMEI Santa Clara           | 41         | 26/09/2014   |
| 488    | Leni da Silva Machado            | Servente   | EMEB Vereda dos Trevos     | 15         | 02/10/2014   |
| 432    | Lenira de Cassia Carneiro Ruppel | Professora | EMEB Morada do Sol         | 15         | 06/10/2014   |
| 10526  | Marizete Zago                    | Professora | EMEB Morada do Sol         | 30         | 07/10/2014   |
| 824    | Marlene Baziuk                   | Professora | EMEB Irmão Venâncio José   | 60         | 30/09/2014   |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.768**

PORTARIA Nº 24.768, de 30 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

| Código | Nome                     | Cargo      | Secretaria | Conv. | Período Aquisitivo         |
|--------|--------------------------|------------|------------|-------|----------------------------|
| 4590   | Solange Margareth Campos | Professora | 005        | 1/3   | 02/02/2009 a<br>02/02/2014 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
30 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.788**

PORTARIA Nº 24.788, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA do Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado junto a Secretaria de Municipal de Saúde, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e período, conforme segue:

| Código | Nome                     | Cargo  |     | Para | A contar de: |
|--------|--------------------------|--------|-----|------|--------------|
| 13471  | Walter Syrillo das Neves | Médico | 20h | 40h  | 01/11/2014   |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.791**

PORTARIA Nº 24.791, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal NERY DE OLIVEIRA GUERIN, ocupante do cargo de Motorista Caminhão, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.800**

PORTARIA Nº 24.800, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal MAURO DE MELO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 11730, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.801**

PORTARIA Nº 24.801, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA SERRA CARPES BIELA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Fiscal de Postura, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 28 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.808**

PORTARIA Nº 24.808, de 05 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

| Código | Nome                           | Cargo      | C.H. | Ref.  | Escola   | A contar de:            |
|--------|--------------------------------|------------|------|-------|--|-------------------------|
| 13556  | Janice Muniz de Moura Ribeiro  | Professora | 20   | 1.3/A | EMEB Morada do Sol, V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde        | 11/11/2014 a 01/12/2014 |
| 13342  | Jussara Aparecida Veríssimo    | Servente   | 44   | 1.5/A | EMEB Hilda Granemann de Sousa, V.V. Vania Camargo dos Santos               | 11/09/2014 a 01/12/2014 |
| 13558  | Karina Padilha                 | Professora | 40   | 1.3/A | CMEI Pierina Adami, V.V. Eliane Peretti, Licença Tratamento de Saúde       | 14/11/2014 a 19/12/2014 |
| 13514  | Luana Kelli de Liz Pereira     | Professora | 31   | 1.1/A | EMEB Alto Bonito, e EMEB Vereda dos Trevos, V.V. Ana Paula Luz             | 02/11/2014 a 19/12/2014 |
| 13565  | Silmara de Castilho            | Professora | 40   | 1.3/A | CMEI Sonho Encantado, V.V. Marines Ozorio, Licença Tratamento de Saúde     | 18/11/2014 a 27/11/2014 |
| 13533  | Taciele Cristina Batista Costa | Professora | 40   | 1.3/A | CMEI Pirina Adami, V.V. Luciana Maria Barbosa, Licença Tratamento de Saúde | 02/11/2014 a 16/12/2014 |
| 13566  | Vera Regina Kreling            | Professora | 28   | 1.3/A | EMEB Irmão Venâncio José EMEB Tabajara                                     | 22/11/2014 a 19/12/2014 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



**PORTARIA Nº 24.811**

PORTARIA Nº 24.811, de 05 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal VERA LUCIA TIBES, ocupante do cargo de Servente da Educação, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.812**

PORTARIA Nº 24.812, de 05 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal CATARINA SCHKORSKI BARTEZAL, ocupante do cargo de Servente da Educação, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.815**

PORTARIA Nº 24.815, de 06 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal THIAGO MUNIZ DE LIMA, matrícula nº 12764, ocupante do cargo de Médico 10 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.829**

PORTARIA Nº 24.829, de 11 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal JANAINA MENEGAZZO, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Nutricionista, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 10 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.830**

PORTARIA Nº 24.830, de 11 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

| Código | Nome                            | Cargo              | Local  | A contar de: |
|--------|---------------------------------|--------------------|--|--------------|
| 13445  | Claudio Roberto Tibes de Souza  | Professor          | EMEB Alto Bonito                             | 03/11/2014   |
| 13536  | Keila Cristina de Oliveira      | Servente           | EMEB Irmão Venâncio                          | 05/11/2014   |
| 12953  | Francine de Matias              | Secretária Escolar | EMEB Henrique Julio Berger                   | 10/11/2014   |
| 13011  | Elisangela Cristina Kviatkovski | Professora         | EMEB Morada do Sol<br>EMEB Padre José Chamot | 11/11/2014   |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.835**

PORTARIA Nº 24.835, de 13 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 13/10/2014 a 12/11/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

| Código       | Nome                                     | Escola                                 | Faltas      |
|--------------|--|--|-------------|
| 10432        | Graziela Wagner da Costa Bender          | CMEI Pierina Adami                     | 05 dias     |
| 3310         | Marcia Alves Ribeiro                     | CMEI Pierina Adami                     | 04 dias     |
| 12944        | Mario Luiz Cachinski Junior              | EMEB Morada do Sol<br>EMEB Alto Bonito | 04 dias     |
| 12928        | Michellen Azeredo de Moraes              | EMEB Morada do Sol                     | 03 dias e ½ |
| 11913        | Monalize Seidel                          | EMEB Ulysses Guimarães                 | 10 dias     |
| 10828        | Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima | EMEB Ulysses Guimarães                 | 09 dias e ½ |
| 13093        | Nilson Adelino Zart Junior               | EMEB Nossa Senhora Salete              | 06 dias     |
| 526          | Nilva Cendron Czerniak                   | EMEB Pierina Santin Perret             | 06 dias     |
| 13223        | Patricia Gonçalves Ribeiro               | CMEI Educar é Tudo                     | 06 dias     |
| 13137        | Roseli Aparecida Machado                 | CMEI Educar é Tudo                     | 08 dias     |
| 528<br>13170 | Shirley Schmidt                          | EMEB Alcides Tombini                   | 04 dias     |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.  
Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 24.837**

PORTARIA Nº 24.837, de 13 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 13/10/2014 a 12/11/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

| Código | Nome                             | Escola                                    | Faltas     |
|--------|----------------------------------|---|------------|
| 12998  | Alessandra Boeira                | EMEB Morada do Sol                        | 01 dia e ½ |
| 5021   | Cristiane dos Santos Lima        | EMEB Henrique Julio Berger                | 01 dia     |
| 13541  | Derli Ferreira dos Santos        | EMEB Henrique Julio Berger                | 01 dia     |
| 13260  | Edina Mara Ferreira da Silva     | EMEB Ulysses Guimarães                    | 01 dia     |
| 12964  | Joel Caetano                     | EMEB Morada do Sol                        | 01 dia     |
| 13536  | Keila Cristina Oliveira Lima     | EMEB Irmão Venâncio José                  | 06 dias    |
| 13052  | Luciana Aparecida Weber          | EMEB Profª Maria Luiza Martins<br>Barbosa | 01 dia     |
| 3310   | Marcia Alves Ribeiro             | CMEI Pierina Adami                        | 01 dia     |
| 12979  | Maria da Glória Gomes Pereira    | EMEB Ulysses Guimarães                    | 01 dia     |
| 12912  | Marisa Salete Borges Zotto       | CMEI Educar é Tudo                        | 01 dia     |
| 13241  | Mellina Pereira Scalabrin        | EMEB Ulysses Guimarães                    | 01 dia     |
| 13044  | Rosangela da Cunha               | CMEI Sonho Encantado                      | 01 dia     |
| 13142  | Sandra Mara Maceno               | CMEI Educar é Tudo                        | 01 dia     |
| 13336  | Silmara Margarete da Costa Matos | CMEI Educar é Tudo                        | ½ dia      |
| 13551  | Thays Aparecida de Jesus Seixas  | EMEB Walsin Nunes Garcia                  | 01 dia     |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.846**

PORTARIA Nº 24.846, de 17 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/10/2014 a 14/11/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

| Código | Nome                           | Cargo             | Ref. | Sec. | Pontuação |
|--------|--------------------------------|-------------------|------|------|-----------|
| 13312  | Ana Claudia Serra Carpes Biela | Fiscal de Postura | 22   | 006  | 240       |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.847**

PORTARIA Nº 24.847, de 17 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificado: código, nome, cargo, secretária e data de nascimento do filho, conforme segue:

| Código | Nome                            | Cargo                         | Sec. | Data Nasc. |
|--------|---------------------------------|-------------------------------|------|------------|
| 10432  | Graziela Wagner da Costa Bender | Auxiliar de Creche e Berçário | 005  | 10/11/2014 |

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.861**

PORTARIA Nº 24.861, de 21 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER RETORNO aos Servidores Públicos Municipais, que estavam em gozo de Licença para Tratamento de Saúde pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, abaixo relacionados, lotados junto Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo e data do retorno, conforme segue:

| Código | Nome                             | Cargo                           | Retorno a contar de: |
|--------|----------------------------------|---------------------------------|----------------------|
| 12920  | Bernadete Chiesa Carlin do Prado | Auxiliar de Creche e Berçário   | 21/11/2014           |
| 13011  | Elisangela Cristina Kviatkovski  | Professora                      | 11/11/2014           |
| 13060  | Fabiana Daufenbach Wernke        | Professora                      | 20/11/2014           |
| 13102  | Jucelaine Terezinha Pereira      | Professora de Educação Infantil | 12/11/2014           |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.870**

PORTARIA Nº 24.870, de 25 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

| Código | Nome                              | Cargo                       | Nº de dias | Período  |
|--------|-----------------------------------|-----------------------------|------------|--|
| 11056  | Carla Ribeiro                     | Auxiliar de enfermagem      | 30         | 02/11/2014 a 01/12/2014                            |
| 13373  | Carla Siqueira de Santana         | Psicólogo                   | 04         | 14/11/2014 a 14/11/2014<br>17/11/2014 a 19/11/2014 |
| 11937  | Dirce Teresinha Mantovani         | Agente comunitário de saúde | 06         | 03/11/2014 a 05/11/2014<br>11/11/2014 a 13/11/2014 |
| 9137   | Eliana Aparecida Leveck           | Auxiliar de serviços gerais | 15         | 13/11/2014 a 27/11/2014                            |
| 1452   | Evaldo Maurilio                   | Auxiliar de serviços gerais | 05         | 11/11/2014 a 12/11/2014<br>18/11/2014 a 20/11/2014 |
| 4594   | Gelson Luiz Savi                  | Fiscal de postura           | 90         | 23/11/2014 a 20/02/2015                            |
| 11879  | Hortência Teresinha Girardi Ramos | Agente comunitário de saúde | 18         | 04/11/2014 a 06/11/2014<br>10/11/2014 a 24/11/2014 |
| 1146   | Julio Cesar Moschetta da Silva    | Técnico Agrícola            | 14         | 05/11/2014 a 18/11/2014                            |
| 11373  | Lisiane Souza Alves               | Assistente Administrativo   | 3          | 05/11/2014 a 07/11/2014                            |
| 637    | Marcia Regia Mostiack             | Bioquímico                  | 17         | 03/11/2014 a 04/11/2014<br>12/11/2014 a 26/11/2014 |
| 9393   | Maria Helena Moreira Magalhães    | Auxiliar de serviços gerais | 03         | 03/11/2014 a 03/11/2014<br>13/11/2014 a 14/11/2014 |



|       |                                       |  |    |  |
|-------|---------------------------------------|--|----|--|
| 11873 | Maria Salete Moraes dos Santos        | Agente comunitário de saúde                  | 30 | 03/11/2014 a 02/12/2014                            |
| 12893 | Marlene Aparecida dos Anjos           | Contínuo                                     | 15 | 03/11/2014 a 17/11/2014                            |
| 11876 | Miriane Aparecida Galvão Kunzel       | Agente comunitário de saúde                  | 08 | 03/11/2014 a 03/11/2014<br>10/11/2014 a 17/11/2014 |
| 11867 | Morganna Beatriz Braga de Lima        | Agente comunitário de saúde                  | 03 | 06/11/2014 a 07/11/2014<br>14/11/2014 a 14/11/2014 |
| 780   | Oscar Ribeiro Gonçalves               | Guarda patrimonial municipal                 | 37 | 18/11/2014 a 24/12/2014                            |
| 7674  | Patricia Kirschner                    | Técnico em higiene dental                    | 15 | 18/11/2014 a 02/12/2014                            |
| 3799  | Rosangela Rodrigues Ferreira Jeronymo | Fonoaudiólogo                                | 14 | 05/11/2014 a 07/11/2014<br>10/11/2014 a 20/11/2014 |
| 12582 | Silvana de Freitas Andrade Ribeiro    | Secretario executivo do gabinete do prefeito | 03 | 16/11/2014 a 18/11/2014                            |
| 10378 | Vivian de Lemos Estrowispy            | Assistente Administrativo                    | 03 | 12/11/2014 a 14/11/2014                            |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 24.876

PORTARIA Nº 24.876, de 27 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

| Código | Nome                             | Cargo                       | Período da Gratificação | Valor da Gratificação |
|--------|----------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|
| 12591  | Adriana Gonçalves Dias de Moraes | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11932  | Aline Cristiane Telles de Lima   | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11854  | Ana Paula Petrovich              | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11860  | Edemir Januario da Costa         | Agente Comunitário de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 12016  | Fabiola Linhares Gonçalves Bueno | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 12005  | Franciele Carneiro               | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11883  | Gislaine Martins Bueno           | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11959  | Iracema França dos Santos        | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11882  | Ivonete Aparecida Sebem          | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11858  | Izaira Castanheira Mezomo        | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11953  | Janete Aparecida Gabardo         | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11950  | Luci Hinkeldei                   | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11954  | Maria Bernadete Piacentini       | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 12032  | Miriam Germano de Goes           | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11956  | Neusa Tedesco Bressan            | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11963  | Sirlene Ribeiro Tuchlinowicz     | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |
| 11958  | Tatiane de Fátima Amaral Soares  | Agente Comunitária de Saúde | 01/10/2014 a 30/10/2014 | 100,00                |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.879**

PORTARIA Nº 24.879, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal EDINO FERREIRA DA LUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, lotado junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com efeitos a contar de 27 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

**PORTARIA Nº 24.901**

PORTARIA Nº 24.901, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Público Municipais abaixo relacionados, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificado: código, nome, cargo, secretária e data de nascimento do filho, conforme segue:

| Código | Nome                                   | Cargo                                   | Sec. | Data Nasc. |
|--------|--|---|------|------------|
| 13312  | Ana Claudia Serra Carpes Biela         | Fiscal de Postura                       | 006  | 28/10/2014 |
| 10302  | Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes | Agente Municipl de Segurança e Trânsito | 032  | 13/11/2014 |
| 10496  | Gerusa Belo                            | Auxiliar de Contabilidade               | 023  | 04/11/2014 |

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.902**

PORTARIA nº 24.902, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/11/2014 a 30/11/2014, conforme segue:

| Código | Nome                     | Nível Ascendido   |
|--------|--------------------------|-------------------|
| 11031  | Janaina Menegazzo        | Nível 0 – Nível I |
| 10641  | Viviane Susamara Chavala | Nível 0 – Nível I |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.903**

PORTARIA Nº 24.903, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/10/2014 a 14/11/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

| Código | Nome                          | Cargo           | Ref. | Sec.  | Pontuação |
|--------|-------------------------------|-----------------|------|-------|-----------|
| 11775  | Ariel Bleichuehl Dalla-zem    | Fiscal de Obras | 22   | IPPUC | 1.000     |
| 3277   | Gizele Aparecida Mandelli     | Fiscal de Obras | 22   | IPPUC | 1.000     |
| 11776  | Maicon Faccioni de Mello      | Fiscal de Obras | 22   | IPPUC | 1.000     |
| 154    | Silvio José Ferrareze Godinho | Fiscal de Obras | 22   | IPPUC | 1.000     |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.904**

PORTARIA Nº 24.904, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/10/2014 a 14/11/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

| Código | Nome                         | Cargo             | Ref. | Sec. | Pontuação |
|--------|------------------------------|-------------------|------|------|-----------|
| 12763  | Gecione Correa Garcia        | Fiscal Tributaria | 37   | 023  | 1.000     |
| 12872  | Gustavo Spuldaro Tanno       | Fiscal Tributaria | 37   | 002  | 1.000     |
| 6814   | Jaqueline Carneiro Pinzegher | Fiscal Tributaria | 37   | 023  | 1.000     |
| 13315  | Louise Pereira Ruppel        | Fiscal de Postura | 22   | 002  | 1.000     |
| 12577  | Mara do Amaral e Silva       | Fiscal de Postura | 22   | 023  | 1.000     |
| 801    | Nedival Rodrigues Cruz       | Fiscal de Postura | 22   | 023  | 1.000     |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.905**

PORTARIA Nº 24.905, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

| Código | Período Aquisitivo |            | Nome                                   | Período Gozo |            |
|--------|--------------------|------------|--|--------------|------------|
| 7987   | 14/01/2013         | 13/01/2014 | Alessandro Gonçalves                   | 01/11/2014   | 30/11/2014 |
| 11810  | 14/05/2013         | 13/05/2014 | Ana Paula Simioni                      | 05/11/2014   | 24/11/2014 |
| 1794   | 12/05/2009         | 11/05/2010 | Camilo Baseggio                        | 01/11/2014   | 30/11/2014 |
| 10302  | 01/09/2012         | 31/08/2013 | Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes | 19/11/2014   | 08/12/2014 |
| 12027  | 06/07/2013         | 05/07/2014 | Denise Bernadete Scola-ro Batalhon     | 10/11/2014   | 24/11/2014 |
| 11938  | 18/06/2013         | 17/06/2014 | Dirlete Aparecida Peretti              | 01/11/2014   | 30/11/2014 |
| 10799  | 21/03/2012         | 20/03/2013 | Divanilda de Fatima Maciel Santos      | 12/11/2014   | 01/12/2014 |
| 10292  | 13/08/2011         | 12/08/2012 | Edgar Aimi                             | 01/11/2014   | 30/11/2014 |
| 8550   | 16/06/2012         | 15/06/2013 | Edson Ferreira Lopes                   | 01/11/2014   | 30/11/2014 |
| 12028  | 06/07/2013         | 05/07/2014 | Elisa Teresinha de Oliveira Paz        | 10/11/2014   | 24/11/2014 |
| 395    | 24/08/2008         | 23/08/2009 | Elizabeth Mary Kinceler                | 03/11/2014   | 22/11/2014 |
| 3858   | 19/05/2011         | 18/05/2012 | Ercilia Sita Bender                    | 11/11/2014   | 30/11/2014 |
| 7740   | 01/08/2012         | 31/07/2013 | Eunice Linhares Fleck                  | 03/11/2014   | 02/12/2014 |
| 12055  | 01/08/2013         | 31/07/2014 | Franciele Carneiro                     | 16/11/2014   | 30/11/2014 |
| 55     | 01/03/2011         | 29/02/2012 | Gilberto Rodrigues Ribeiro             | 01/11/2014   | 20/20/2014 |

|       |            |            |                                       |            |            |
|-------|------------|------------|---------------------------------------|------------|------------|
| 55    | 01/03/2012 | 28/02/2013 | Gilberto Rodrigues Ribeiro            | 21/11/2014 | 30/11/2014 |
| 11883 | 21/05/2012 | 20/05/2013 | Gislaine Martins Bueno                | 03/11/2014 | 22/11/2014 |
| 11936 | 18/06/2013 | 17/06/2014 | Ionice Aparecida Alves da Cruz        | 21/11/2014 | 30/11/2014 |
| 11864 | 21/05/2012 | 20/05/2013 | Ivone Ribeiro dos Santos Couto        | 03/11/2014 | 22/11/2014 |
| 1092  | 03/10/2012 | 02/10/2013 | João Gomes Soares                     | 17/11/2014 | 26/11/2014 |
| 1092  | 03/10/2013 | 02/10/2014 | João Gomes Soares                     | 27/11/2014 | 16/12/2014 |
| 4595  | 01/03/2010 | 28/02/2011 | Joice Luiza Flores de Matias Wagner   | 07/11/2014 | 16/11/2014 |
| 896   | 01/02/2014 | 31/01/2015 | José Alves Ribeiro                    | 03/11/2014 | 02/12/2014 |
| 12017 | 05/07/2013 | 04/07/2014 | Josiane Domingos Camargo              | 03/11/2014 | 22/11/2014 |
| 10457 | 06/01/2013 | 05/01/2014 | Katia Cilene Bronner                  | 24/11/2014 | 13/12/2014 |
| 11850 | 21/05/2013 | 20/05/2014 | Larissa Strapasson Binder             | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 2529  | 01/01/2011 | 31/12/2011 | Lucia Ribeiro Luz Cavalletti          | 13/11/2014 | 12/12/2014 |
| 581   | 01/02/2014 | 31/01/2015 | Manoel Gonçalves Soares Neto          | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 3517  | 01/02/2009 | 31/01/2010 | Mario da Silva Medeiros               | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 1141  | 02/01/2010 | 01/01/2011 | Nelson Hornburg                       | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 11886 | 23/05/2012 | 22/05/2013 | Paula Francielly Zitkiewicz           | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 11885 | 21/05/2013 | 20/05/2014 | Paulina Voleinik                      | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 413   | 01/01/2008 | 31/12/2008 | Paulo da Silva                        | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 10465 | 19/01/2012 | 18/01/2013 | Paulo Eduardo Estanislowski           | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 10099 | 03/03/2011 | 02/03/2012 | Paulo Voleinik                        | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 9901  | 01/02/2013 | 31/01/2014 | Pedro Roman Ros                       | 25/11/2014 | 24/12/2014 |
| 3799  | 01/04/2013 | 31/03/2014 | Rosangela Rodrigues Ferreira Jeronymo | 21/11/2014 | 10/12/2014 |
| 12596 | 01/03/2013 | 28/02/2014 | Rudyar Fausto Buba                    | 01/11/2014 | 10/11/2014 |
| 12727 | 01/07/2013 | 30/06/2014 | Rudyar Fausto Buba                    | 01/11/2014 | 10/11/2014 |
| 1514  | 01/01/2012 | 31/12/2012 | Ruth Macedo Maciel                    | 24/11/2014 | 23/12/2014 |
| 9493  | 11/11/2012 | 10/11/2013 | Salete Aparecida Adamio               | 01/11/2014 | 10/11/2014 |
| 9493  | 11/11/2013 | 10/11/2014 | Salete Aparecida Adamio               | 11/11/2014 | 30/11/2014 |
| 1004  | 27/05/2012 | 26/05/2013 | Sebastião Miguel Cachoeira            | 03/11/2014 | 17/11/2014 |
| 11968 | 18/06/2013 | 17/06/2014 | Silvana Aparecida Santana de Moraes   | 10/11/2014 | 19/11/2014 |
| 24    | 15/10/2013 | 14/10/2014 | Teresinha Aparecida Martins da Silva  | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 749   | 01/08/2009 | 31/07/2010 | Valdecir José Pereira da Silva        | 01/11/2014 | 30/11/2014 |
| 12035 | 06/07/2013 | 05/07/2014 | Zoraide Neto Silva                    | 21/11/2014 | 30/11/2014 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 24.906**

PORTARIA Nº 24.906, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobre-aviso, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados juntos a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestados durante o mês de Novembro de 2014, especificando: código, nome, cargo, valor da gratificação, conforme segue:

| Código | Nome                   | Cargo                  | Gratificação |
|--------|------------------------|------------------------|--------------|
| 7683   | Nara Tescke            | Técnico em Enfermagem  | 500,00       |
| 693    | Paula Brustolin Xavier | Enfermeira             | 500,00       |
| 1065   | Waltraud Warken Zardo  | Auxiliar de Enfermagem | 500,00       |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.907**

PORTARIA Nº 24.907, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

| Código | Nome                         | Cargo                         | C.H. | Ref. | Prorrogar até: |
|--------|------------------------------|-------------------------------|------|------|----------------|
| 12114  | João Maria Guaripuna Filho   | Agente de Combate às Endemias | 40h  | 11   | 30/06/2015     |
| 12112  | Loriana Lopes                | Agente de Combate às Endemias | 40h  | 11   | 30/06/2015     |
| 12113  | Maria Elena de Oliveira Eger | Agente de Combate às Endemias | 40h  | 11   | 30/06/2015     |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.917**

PORTARIA Nº 24.917, de 02 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 202 de 23/02/2011, que altera, acrescenta e revoga dispositivos na lei complementar nº 114, de 28/08/2007, que institui a Fundação Municipal de Cultura - FMC, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 24.850, de 18 de Novembro de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

“Designar a Servidora Pública Municipal VERA LUCIA BRAUN BERARDI, para responder pela Fundação Municipal de Cultura, a contar de 18 de Novembro de 2014.”

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.918**

PORTARIA Nº 24.918, de 02 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

| Código | Nome                               | Cargo               | C.H. | Ref. | Prorrogar até: |
|--------|------------------------------------|---------------------|------|------|----------------|
| 13449  | Ana Rita Soares Trindade Vargas    | Monitor             | 35h  | 09   | 30/06/2015     |
| 13286  | Andreia Aparecida de Moraes        | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 11187  | Andreia Baltazar                   | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13522  | Denise Gonçalves de Souza          | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13310  | Dianete Caetano da Silva           | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13204  | Doraci Maia Ruppel                 | Educador Social     | 35h  | 18   | 30/06/2015     |
| 13309  | Eciane Silveiro                    | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13201  | Gerson José Tele de Souza          | Educador Social     | 35h  | 18   | 30/06/2015     |
| 13203  | Gicely Urupuckua Laismann          | Monitor             | 35h  | 09   | 30/06/2015     |
| 13289  | Giovana Mabel da Silva Berardi     | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13454  | Jessica Thays Rosa dos Santos      | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13207  | João Berthier Brasil Neto          | Educador Social     | 35h  | 18   | 30/06/2015     |
| 13291  | Jocilene Maisa Guetten             | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13448  | Kaytlmay Leoncio Spalenza          | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13380  | Lais Suellen Nascimento dos Santos | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13205  | Laudo Orlando Belaver              | Pedagogo            | 40h  | 25   | 30/06/2014     |
| 13285  | Leandro Matheus Alves Negetti      | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13519  | Loreni Alves de Almeida            | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |
| 13545  | Mariza Aparecida Moraes            | Professora Monitora | 20h  | 02   | 30/06/2014     |

|       |                               |                     |     |    |            |
|-------|-------------------------------|---------------------|-----|----|------------|
| 13287 | Micheli de Almeida Gomes      | Professora Monitora | 20h | 02 | 30/06/2014 |
| 13202 | Rosiane de Fátima Cardozo     | Monitor             | 35h | 09 | 30/06/2015 |
| 13311 | Silvana Maria Pereira Machado | Professora Monitora | 20h | 02 | 30/06/2014 |
| 13318 | Simone Casagrande             | Educador Social     | 35h | 18 | 30/06/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### **PORTARIA Nº 24.927**

PORTARIA Nº 24.927, de 08 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã KALLAYANA ZANCHI BELLO, no cargo em comissão de Assessora para Assuntos Administrativos - SMS, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, na vaga vinculada a da servidora Fabiana Lima dos Santos Mattia, que encontra-se afastada em Licença Maternidade, com efeitos a contar de 08 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 24.942**

PORTARIA Nº 24.942, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

| Nome                       | Cargo  | Ref. | C.H. | Motivo da contratação           | Período da Contratação  |
|----------------------------|--------|------|------|---------------------------------|-------------------------|
| Sulivan Francisco da Silva | Médico | 33   | 10h  | Falta de servidores concursados | 19/12/2014 a 30/04/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 24.943**

PORTARIA Nº 24.943, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e suas alterações,

#### **RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS de todas as designações das Funções de Confiança, Cargos de Confiança e Funções Gratificadas de todos os servidores efetivos pertencentes ao Quadro Geral da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a contar de 01 de janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA**

### **DECRETO Nº 8.750 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.750 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ROSANE JOHANSON, do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955378, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.589 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.589 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARISE DO CARMO MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000109, Registro no Sistema sob nº 384000, referente ao período aquisitivo 26 de Janeiro de 2014 a 25 de Janeiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.626 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.626 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSENEIDE APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 954871, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2013 a 10 de Novembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 07 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO 126/2014**

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Considerando o pedido de impugnação protocolizado pelo Sr. Diego Barbieri e o parecer jurídico 026/2014, necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe. Sendo assim, EXCLUI-SE o item 7.1.2.10 (7 - DA HABILITAÇÃO):

7.1.2.10 - No mínimo 01 (um) atestado acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, de substituição ou implantação de redes, igual ou superior a 2.100 metros.

Também EXCLUI-SE o item 1.3.2.2 do Termo de Referência:

1.3.2.2 - No mínimo 01 (um) atestado acompanhado da respectiva

Certidão de Acervo Técnico, de substituição ou implantação de redes, igual ou superior a 2.100 metros.

último, ALTERAM-SE a data de abertura, data e horário limite para entrega dos envelopes com a documentação e proposta e data e horário limite para autenticação de documentos por servidor público, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 19/01/2015, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO  
DIA: 19/01/2015  
HORA: 14 HORAS

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 45 minutos do dia 19/01/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

7.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 19 de janeiro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.  
Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).  
Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 22 de dezembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

**DECISÃO IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 126/2014**

DECISÃO IMPUGNAÇÃO  
(Processo Licitatório n.º 126/2014)  
IMPUGNANTE: Diego Barbieri

Ilustríssima Secretária Municipal,

No dia 19/12/2014, o Sr. Diego Barbieri protocolizou pedido de impugnação ao edital, referente processo licitatório nº 126/2014, modalidade Pregão.  
O documento foi encaminhado à assessoria jurídica para análise. Segue abaixo transcrição do Parecer Jurídico:

"PARECER JURÍDICO Nº 026/2014

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE CAMPO ALEGRE/SC QUANTO A IMPUGNAÇÃO DE ITEM EDITALÍCIO.

**RELATÓRIO**

O Município de Campo Alegre/SC promoveu a abertura de certame licitatório visando a contratação de profissional técnico para prestação de serviços técnicos no Sistema de Abastecimento de Água no Município de Campo Alegre/SC, conforme objeto do Edital do Processo Licitatório nº 126/2014 (Pregão Presencial) ora analisado.



Anteriormente a realização da sessão, um interessado, utilizando-se da premissa insculpida na legislação vigente, apresentou tempestivamente, impugnação a determinados itens editalícios, alegando em suma que estes estariam viciando o processo licitatório, ante a exigência de comprovação técnica desnecessária ou exagerada.

Desta feita, visando o regular andamento do procedimento licitatório, o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, encaminhou consulta a esta Assessoria Jurídica acerca do Recurso interposto, o que se faz nos seguintes termos.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A análise da solicitação se dará em observância as Leis Federais nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e a nº 10.520 de 17 de julho de 2.002, ao Decreto Municipal nº 4.792/2007, bem como a legislação, doutrina e jurisprudência que se fizer pertinente.

#### ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO

A Lei Federal nº 8.666/93, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros e explicita, ainda, em seu artigo 3º, caput, que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Não obstante, o direito pátrio traz à tona a aplicação de outros inúmeros princípios norteadores das licitações, como o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, além é claro, de ser regulado em regra, pela Lei Federal nº 8.666/93.

Desta feita, passa-se a análise específica dos pontos recursais das empresas licitantes.

##### 1. Considerações Iniciais

Inicialmente há de se asseverar três pontos importantes acerca da impugnação ora analisada, quais sejam: (i) a tempestividade do recurso; (ii) a inaplicabilidade do Decreto Federal; (iii) o erro material na indicação do item editalício;

No tocante a tempestividade, o impugnante possui respaldo legal para a interposição do presente, visto que está dentro do prazo, nos termos do art. 19, do Decreto Municipal nº 4.792/2007, que regulamenta o Pregão no município de Campo Alegre/SC;

Aliás, é diante da aplicação do referido Decreto, que salienta-se que o Decreto Federal nº 5.450/2005 não é aplicável ao município de Campo Alegre/SC, já que este regulamenta a modalidade licitatória em âmbito federal, contudo, este fato não trará prejuízo ao impugnante.

fim, e não menos importante, denota-se um erro material na peça recursal do Impugnante, já que este fundamenta e requer a nulidade dos itens 1.3.1 e 1.3.2 do Edital, contudo, subentende-se estar se referindo aos itens do Termo de Referência do Edital (Anexo I), o que se fosse declarado nulo, não mudaria a exigência editalícia da habilitação, então presente no item 7 e seguintes do Edital, onde estão previstos os requisitos mínimos para a habilitação.

Contudo, visando a probidade deste certame (ao contracenso do que intenta aduzir o Impugnante quando de forma infeliz, afirma haver favorecimento de interesses difuso ao desta Administração), e baseado no princípio da fungibilidade, entende-se ser plausível considerar que houve apenas erro material no pedido, considerando inclusive que o Impugnante não se fez representar por profissional jurídico, passando-se então a verificar os pontos apontados pela peça recursal em questão.

##### 2. Ilegalidade da Qualificação Técnica

O impugnante alega que o item 1.3.1 do Anexo (e consequentemente

o item 7.1.2.9 do Edital) seria ilegal, o qual "in verbis", aduz:

"Apresentar no mínimo 01 (um) atestado acompanhado da respectiva ART/AFT (CRQ) comprovando a prestação de serviços prestados ao sistema de abastecimento de água para consumo humano, conforme as exigências da portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. Comprovando ter elaborado estudo ou projeto que trate de ações de melhorias operacionais de todo ou parte de um sistema de sistema de abastecimento de água que contemple no mínimo 11.000 habitantes."

Conforme verifica-se da leitura do referido texto que a intenção da Administração Pública é buscar dentre todos os interessados no certame, um profissional com compatibilidade com o serviço a ser contratado, o que se daria mediante comprovação de capacidade técnica, nos termos do art. 30, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, o que em suma, se dá mediante "a comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes", assim como prevê o Edital.

Aliás, em suas razões recursais, o Impugnante não consegue trazer fundamento suficiente para forçar a ilegalidade da exigência, mesmo porque ele próprio aduz que foi "responsável pela manutenção e operação de estação de tratamento de água a uma população de aproximadamente 75.000 habitantes", ou seja, segundo ele, a exigência editalícia estaria cumprida, e portanto caberia a este apenas comprová-la mediante o documento hábil.

Desta feita, não deve prosperar o pedido de nulidade do referido item editalício, visto que o mesmo possui respaldo legal, e compreende o serviço contratado, mesmo porque seria forçoso a Administração Pública acatar um pedido de nulidade quando este não há. Aliás, é visando o interesse público de garantir a contratação de um profissional hábil para o serviço que se está solicitando tal comprovação, o que segundo o impugnante, é possível por este.

##### 3. Exigência de Acervo Técnico

Outro ponto de nulidade elencada pelo Impugnante é no tocante ao a exigência de Certidão de Acervo Técnico de substituição ou implantação de redes, igual ou superior a 2.100 metros, então prevista no item 7.1.2.10 do Edital.

Nesse ponto, embora o Termo de Referência contenha a referida previsão de que o profissional a ser contratado obtenha êxito na supervisão de projetos de implantação e ampliação de redes de abastecimento, há de se asseverar que tal competência não é o objeto principal do presente certame, sendo, em regra, desnecessária a sua comprovação, mesmo porque, a implantação/ampliação da rede depende de outros fatores, podendo, inclusive, não ocorrer no ano da presente contratação.

Assim, entende-se desnecessária a manutenção do presente item editalício, visto que este não visa a comprovação de capacidade técnica dos serviços de "maior relevância técnica e de valor significativo", sendo tal exigência restritiva de competição.

##### 4. Disparidade entre as Exigências Técnicas e os Serviços Contratados

Alega o Impugnante que o edital não prevê determinadas competências, contudo, sem especificar o porque a falta delas acarretaria a nulidade do Edital. Assim, deixamos de analisar tal fundamentação, por não conseguir verificar a motivação do referido tópico na impugnação.

Ademais, cumpre ressaltar que dentro os serviços previstos, está o "controle de Qualidade Água no SAA, Atender as exigências da Portaria 2,914/11 do Ministério da Saúde", ou seja, compreendendo todas as competências previstas na referida regulamentação.

##### 5. Histórico das Contratações

Alega o Impugnante que as referidas exigências, ora impugnadas, não estavam previstas em editais passados desta municipalidade,

e portanto, estaria a Administração tentando privilegiar determinadas "pessoas e empresas" no certame.

Primeiramente, importante evidenciar a infelicidade do Impugnante ao levantar tal questionamento, já que conforme suas próprias alegações, anteriormente ao certame, as contratações se davam mediante Dispensa de Licitação, o que inclusive se fez de forma legal.

Ademais, denota-se que a Administração Municipal procurou, através de licitação, buscar o maior numero de interessados, inclusive o ora Impugnante, utilizando-se de parâmetros corriqueiros do meio licitatório, em contrário aos procedimentos adotados em outras épocas.

Desta feita, não prospera as alegações de "direcionamento do certame" aposta pelo Impugnante, ou sequer deve-se levar em conta tal afirmação, pois se assim fosse, nem o certame seria aberto, quanto menos seria analisada a presente impugnação.

#### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e em verificação a matéria jurídica analisada, esta Assessoria Jurídica OPINA pela retificação do Edital do Pregão Presencial nº 126/2014, retirando deste a exigência contida no item 7.1.2.10, bem como a identica previsão no Termo de Referência, devendo ser reaberto o prazo de publicação, visto que tal item altera a proposta, nos termos da legislação vigente.

Ademais, os demais itens analisados da impugnação não foram suficientes para gerar ou fundamentar a alteração dos demais itens editalícios, devendo o restante do texto ser mantido.

Este é o Parecer, s.m.j."

Este Pregoeiro, no uso de suas atribuições, julga PROCEDENTE EM PARTE o pedido de impugnação do presente certame.

O edital será retificado, conforme parecer jurídico, e a abertura do processo licitatório será remarcada e publicada.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2014.

Irineu Woitskovski Júnior  
Pregoeiro Municipal

#### JULGAMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO (Processo Licitatório n.º 126/2014)

Trata-se de pedido de impugnação ao edital, referente Processo Licitatório 126/2014, modalidade Pregão, interposto pelo Sr. Diego Barbieri, quanto a exigências apresentadas neste.

Considerando o Parecer Jurídico nº 026/2014, e considerando ainda as informações prestadas pelo Pregoeiro;

#### DECIDO:

Conhecer do pedido de impugnação interposto e julgar-lhe procedente em parte.

Intime-se e publique-se.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

#### DECRETO Nº 8.737 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.737 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANA CARLA HÜMMELGEN, do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, Registro no Sistema sob o nº 955366, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

#### DECRETO Nº 8.738 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.738 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANA CAROLINE KROL, do cargo público de Professor V, exercendo a função de Professor de Língua Portuguesa, Registro no Sistema sob o nº 955324, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.739 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.739 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANELIZE TURECK, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955330, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.740 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.740 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANELIZE TURECK, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955330, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.741 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.741 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. CÉLIA REGINA SIMIONI VARELA, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955332, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.742 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.742 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, do cargo público de Professor III, exercendo a função de Professor de Artes, Registro no Sistema sob o nº 955311, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.743 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.743 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. JARDEL FRAGOSO, do cargo público de Professor VI, exercendo a função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob o nº 955311, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.744 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.744 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO, do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, Registro no Sistema sob o nº 955336, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.745 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.745 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Srª LUCIANE WOJCIECHOSKY, do cargo público de Professor VII, exercendo a função de Professor de Ciências, Registro no Sistema sob o nº 955343, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.746 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.746 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Srª MARIANE LOPES, do cargo público de Professor IV, exercendo a função de Professor de Língua Inglesa, Registro no Sistema sob o nº 955319, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO



**DECRETO Nº 8.747 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.747 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Srª MARLI SCHLAGENHAUFER ZOELLNER, do cargo público de Professor VI, exercendo a função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob o nº 955313, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.748 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.748 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Srª MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955326, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.749 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.749 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. PETER HENRY GRIMM, do cargo público de Professor IV, exercendo a função de Professor da Língua Inglesa, Registro no Sistema sob o nº 955314, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.751 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.751 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ROSMARI DE OLIVEIRA, do cargo público de Professor III, exercendo a função de Professor de Artes, Registro no Sistema sob o nº 955315, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO



**DECRETO Nº 8.752 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.752 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. SUELEN ELIZA VIER DREVECK, do cargo público de Professor IV, exercendo a função de Professor de Língua Inglesa, Registro no Sistema sob o nº 955352, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.753 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.753 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. SUELEN ELIZA VIER DREVECK, do cargo público de Professor V, exercendo a função de Professor de Língua Portuguesa, Registro no Sistema sob o nº 955365, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.754 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.754 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. TAÍSE CUBAS MUNHOZ DREVECK, do cargo público de Professor III, exercendo a função de Professor de Artes, Registro no Sistema sob o nº 955328, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.755 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.755 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955367, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.756 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.756 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ZÉLIA APARECIDA VELOSO DO AMARAL, do cargo público de Professor VI, exercendo a função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob o nº 955310, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.757 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.757 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, para exercer o cargo de Professor III - Artes, Registro no Sistema sob o nº 955322; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

**DECRETO Nº 8.758 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.758 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. BIANCA KESTERING GREIPEL, para exercer o cargo de Professor III - Artes, Registro no Sistema sob o nº 955320; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 996,66 (novecentos e quarenta reais, vinte e cinco centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.759 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.759 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. CÁTIA IRENE KERSCHER WEISS, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955329, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

#### **DECRETO Nº 8.760 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.760 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. CAROLINE NEUMANN, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955411, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 996,66 (novecentos e noventa e seis reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

#### **DECRETO Nº 8.761 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.761 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. FRANCILINE DERENIEVICZ, para exercer o cargo de Professor III "não habilitado" - Artes, Registro no Sistema sob o nº 955382; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.245,82 (um mil, duzentos e quarenta e cinco reais, oitenta e dois centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

#### **DECRETO Nº 8.762 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.762 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955403, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

### **DECRETO Nº 8.763 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.763 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

#### **DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. SUELI CARDOZO, para exercer o cargo de Professor III - Artes, Registro no Sistema sob o nº 955321; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos) mensais, pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

### **DECRETO Nº 8.764 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.764 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

#### **DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, para exercer o cargo de Professor

X, na função de Professor Ensino Religioso, Registro no Sistema sob nº 955387 Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 847,16 (oitocentos e quarenta e sete reais, dezesseis centavos), pelo período de 19 de Dezembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

### **DECRETO Nº 8.765 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.765 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2013; Decreta:  
Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 15.748,16 (quinze mil, quatrocentos e setenta e oito reais, dezesseis centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL .

|                     |  |               |
|---------------------|--|---------------|
| 94.00 -             | IPRECAL - Instituto de Previdência Social                      |               |
| 94.02 -             | IPRECAL - Instituto de Previdência Social                      |               |
| 09.272.0066.2.033 - | Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários. |               |
| 300000.00.141 -     | Despesas Correntes   |               |
| 330000.00.141 -     | Outras Despesas Correntes                                      |               |
| 339000.00.141 -     | Aplicações Diretas   |               |
| 339005.00.141 -     | Outros Benefícios Previdenciários                              | R\$ 15.748,16 |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL.

|                     |  |              |
|---------------------|--|--------------|
| 94.00 -             | IPRECAL - Instituto de Previdência Social                      |              |
| 94.02 -             | IPRECAL - Instituto de Previdência Social                      |              |
| 09.272.0066.2.033 - | Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários. |              |
| 300000.00.102 -     | Despesas Correntes   |              |
| 330000.00.102 -     | Outras Despesas Correntes                                      |              |
| 339000.00.102 -     | Aplicações Diretas   |              |
| 339001.00.102 -     | Aposentadorias e Reformas                                      | R\$ 1.200,00 |
| 339001.00.141 -     | Aposentadorias e Reformas                                      | R\$ 7.624,00 |



|                 |         |               |
|-----------------|---------|---------------|
| 339003.00.141 - | Pensões | R\$ 6.654,16  |
|                 | Total   | R\$ 15.478,16 |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de Dezembro 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.566 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.566 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELIANE REGINA NENEVE SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000514, Registro no Sistema sob nº 954610, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.567 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.564 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, referente ao período aquisitivo 02 de Maio de 2014 a 01 de Maio de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.568 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.568 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, JAIRO AFONSO BELLE, Matrícula Funcional nº 000464, Registro no Sistema sob nº 954471, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.569 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.569 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JANETE DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, referente ao período aquisitivo 21 de Fevereiro de 2014 a 20 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.570 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.570 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JOELISE IENSEN, Matrícula Funcional nº 000659, Registro no Sistema sob nº 955085, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.571 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.571 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JOICE LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 31 (trinta e um ) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.572 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.572 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 22 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.573 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.573 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, referente ao período aquisitivo 16 de Março de 2014 a 15 de Março de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.574 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.574 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LILIAN APARECIDA PETERS, Matrícula Funcional nº 000736, Registro no Sistema sob nº 955252, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.575 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.575 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LILIAN APRECIDA PETERS, Matrícula Funcional nº 000736, Registro no Sistema sob nº 955252, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.576 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.576 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LILIAN DA CRUZ KUHNEN, Matrícula Funcional nº 000625, Registro no Sistema sob nº 955063, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 31 (trinta e um) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.577 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.577 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.578 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.578 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.579 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.579 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema sob nº 308130, referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.580 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.580 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema sob nº 308130, referente ao período aquisitivo 01 de Abril de 2013 a 31 de Março de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.581 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.580 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, BEATRIZ WOLLNER DE MELO KOHLBECK, Matrícula Funcional nº 000714, Registro no Sistema sob nº 955206, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.582 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.582 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ELISANDRA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000622, Registro no Sistema sob nº 955051, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.583 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.583 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ELISANDRA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000622, Registro no Sistema sob nº 955051, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.584 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.584 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000147, Registro no Sistema sob nº 298310, referente ao período aquisitivo 19 de Fevereiro de 2014 a 18 de Fevereiro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 11.585 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.585 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, IDALETE UHLIG, Matrícula Funcional Nº 343, Registro no Sistema sob nº 352700, referente ao período aquisitivo 08 de Junho de 2014 a 07 de Junho de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.586 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.585 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, IDALETE UHLIG, Matrícula Funcional Nº 343, Registro no Sistema sob nº 352700, referente ao período aquisitivo 08 de Junho de 2014 a 07 de Junho de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, JOSIANE CLEIA LUCIO, Matrícula Funcional nº 000686, Registro no Sistema sob nº 955126, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.588 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, JOSIANE CLEIA LUCIO, Matrícula Funcional nº 000686, Registro no Sistema sob nº 955126, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro

de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NADIR BUENO TELMA, Matrícula Funcional nº 000218, Registro no Sistema sob nº 227501, referente ao período aquisitivo 03 de Fevereiro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.591 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.591 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NICIMARA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000604, Registro no Sistema sob nº 954842, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.592 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.592 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NICIMARA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000604, Registro no Sistema sob nº 954842, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.593 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.593 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, Matrícula Funcional nº 279, Registro no Sistema sob nº 315770, referente ao período aquisitivo 12 de Fevereiro de 2014 a 11 de Fevereiro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.594 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.594 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSANE APARECIDA FRANCO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000619, Registro no Sistema sob nº 955009, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014

a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.595 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.595 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSANGELA ODIA FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000497, Registro no Sistema sob nº 954544, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.596 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.596 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 50 (cincoenta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob nº 954639, referente aos períodos aquisitivos: 10 de Março de 2013 a 09 de Março de 2014 = 20 (vinte) dias; 10 de Março de 2014 a 09 de Março de 2015 = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 16 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.597 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.597 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 50 (cincoenta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE DE FÁTIMA TEMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob nº 954639, referente aos períodos aquisitivos: 10 de Março de 2013 a 09 de Março de 2014 = 20 (vinte) dias; 10 de Março de 2014 a 09 de Março de 2015 = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 16 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.598 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.598 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LEIDIANE LINZMEYER STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000646, Registro no Sistema sob nº 955075, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.599 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.599 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000598, Registro no Sistema sob nº 954833, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.600 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.600 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LUCIANA FUECKNER DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000593, Registro no Sistema sob nº 954822, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.601 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.601 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, referente ao período aquisitivo 28 de Setembro de 2014 a 27 de Setembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.602 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.602 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA OLÍVIA DOS SANTOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 549500, referente ao período aquisitivo 03 de Fevereiro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSENEIDE MARIA DE SOUZA TELMA, Matrícula Funcional nº 000610, Registro no Sistema sob nº 954915, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.604 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.604 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSENEIDE MARIA DE SOUZA TELMA, Matrícula Funcional nº 000610, Registro no Sistema sob nº 954915, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.605 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.605 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSENEIDE MARIA DE SOUZA TELMA, Matrícula Funcional nº 000610, Registro no Sistema sob nº 954915, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.606 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.606 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, SELMA ROSELINDA PEREIRA, Matrícula Funcional nº 000224, Registro no Sistema sob nº 682300, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.607 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.607 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Auxiliar de Educador, LOURDES GALLAS MARCZAK, Matrícula Funcional nº 000120, Registro no Sistema sob nº 385900, referente ao período aquisitivo

03 de Abril de 2014 a 02 de Abril de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.608 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.608 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Auxiliar de Educador, LUCIA APARECIDA SMENCOSKI LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000091, Registro no Sistema sob nº 295560, referente ao período aquisitivo 09 de Junho de 2014 a 08 de Junho de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, ARLETE SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000627, Registro no Sistema sob nº 955054, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.610 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.610 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HÜMMELGEN, Matrícula Funcional nº 000747, Registro no Sistema sob nº 955294, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.611 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.611 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000690, Registro no Sistema sob nº 955129, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.612 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.612 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, DANIELA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema sob nº 955066, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.613 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.613 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, DANIELA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema sob nº 955066, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.614 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.614 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, FERNANDA MICKUS DREVECK, Matrícula Funcional nº 000743, Registro no Sistema sob nº 955275, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.615 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.615 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema sob nº 955064, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.616 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.616 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, GISLENE MARIA UHLIG FUECKNER, Matrícula Funcional nº 000765, Registro no Sistema sob nº 955372, referente ao período aquisitivo 01 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 20 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.617 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.617 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, IVO-NE GORNIACK DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000754, Registro no Sistema sob nº 955346, referente ao período aquisitivo 18 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.618 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.618 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000725, Registro no Sistema sob nº 955232, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 11.619 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.619 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, JUCARA MARIA PESCHEL, Matrícula Funcional nº 000626, Registro no Sistema sob nº 955053, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.620 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.620 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, KATIA CRISTINA GORNIACK FUECKNER, Matrícula Funcional nº 000753, Registro no Sistema sob nº 955345, referente ao período aquisitivo 18 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.621 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.621 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES, Matrícula Funcional nº 000730, Registro no Sistema sob nº 955247, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, LUCIANE DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000731, Registro no Sistema sob nº 955248, referente aos períodos aquisitivos: 02 de Maio de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez)

dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.623 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.623 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, LUCILDA TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000664, Registro no Sistema sob nº 955090, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.624 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.624 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, PRICILA GREFFIN, Matrícula Funcional nº 000721, Registro no Sistema sob nº 955209, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.625 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.625 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Atendente de Sala, LUCILDA TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000664, Registro no Sistema sob nº 955090, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### PREGÃO ELETRÔNICO 130/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2014

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de kits escolares para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino no exercício de 2015, conforme relação abaixo:

| IT | QT    | UNIDADE | DESCRIÇÃO  | VALOR UNIT. ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|----|-------|---------|--|----------------------|----------------------|
| 01 | 1.000 | Unidade | Apontador confeccionado em polipropileno virgem atóxico, para lápis, sem coletor, de aproximadamente 1,5 x 2,5cm, diversas cores, exceto rosa.   | R\$ 0,40             | R\$ 400,00           |
| 02 | 1.000 | Unidade | Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. Composição: base em PVA, com selo do INMETRO, tubo flexível com abertura da tampa giratória.  | R\$ 1,40             | R\$ 1.400,00         |
| 03 | 400   | Caixa   | Giz de cera (curto e grosso), com 15 cores, atóxica.   | R\$ 2,50             | R\$ 1.000,00         |
| 04 | 1.000 | Caixa   | Lápis de cor longo com 12 cores.   | R\$ 5,00             | R\$ 5.000,00         |
| 05 | 1.500 | Unidade | Lápis preto nº 2, escrever, ultra resistente. Escrita cor grafite. Cor do lápis preto. Dimensões mínimas: 173mmx6mm e redondo.   | R\$ 0,60             | R\$ 900,00           |
| 06 | 800   | Unidade | Pasta de papelão plastificada, com aba e elástico, lisa, (sem ilustração), diversas cores exceto preto e rosa.   | R\$ 2,00             | R\$ 1.600,00         |
| 07 | 1.000 | Unidade | Régua confeccionada em PET, ultra resistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas: 30mmx310mm com espessura 2 mm, peso 24g. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1 mm) graduação impressa de 0 a 30 cm. | R\$ 4,00             | R\$ 4.000,00         |
| 08 | 100   | Unidade | Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade   | R\$ 6,00             | R\$ 600,00           |
| 09 | 400   | Caixa   | Massa de modelar com 06 cores, atóxica, composição: água, carboidrato de cereais, sal, corante e essência.   | R\$ 3,00             | R\$ 1.200,00         |
| 10 | 1.600 | Unidade | Caderno brochura 48 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.  | R\$ 1,20             | R\$ 1.920,00         |
| 11 | 500   | Unidade | Caderno de desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.   | R\$ 1,20             | R\$ 600,00           |
| 12 | 400   | Unidade | Caderno universitário, capa dura, de aproximadamente 198 x 275 mm, 10 matérias, folhas brancas.  | R\$ 9,00             | R\$ 3.600,00         |
| 13 | 800   | Unidade | Caneta esferográfica ponta 1,0 mm azul.  | R\$ 1,00             | R\$ 800,00           |
| 14 | 400   | Unidade | Caneta esferográfica ponta 1,0 mm preta  | R\$ 1,00             | R\$ 400,00           |
| 15 | 1.500 | Unidade | Caderno brochura 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.  | R\$ 1,40             | R\$ 2.100,00         |
| 16 | 100   | Unidade | Caderno brochura 96 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa paisagens da natureza (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.   | R\$ 1,80             | R\$ 180,00           |
| 17 | 300   | Unidade | Caderno caligrafia, 40 folhas brancas, capa flexível, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.  | R\$ 1,30             | R\$ 390,00           |
| 18 | 600   | Unidade | Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.   | R\$ 5,00             | R\$ 3.000,00         |
| 19 | 900   | Unidade | Borracha branca oval. Dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g  | R\$ 2,00             | R\$ 1.800,00         |

|                      |     |         |   |               |              |
|----------------------|-----|---------|---|---------------|--------------|
| 20                   | 450 | Unidade | Tesoura escolar, com pontas arredondadas, Lâmina de metal, cabo plástico em formato anatômico. Tamanho aproximado 13,5 cm   | R\$ 4,40      | R\$ 1.980,00 |
| 21                   | 800 | Unidade | Pasta preta com plástico – 10 folhas – para trabalhos   | R\$ 6,50      | R\$ 5.200,00 |
| 22                   | 380 | Caixa   | Cola colorida – estojo com 6 cores sortidas Altura: 1,00 cm, Largura: 2,00 cm, Profundidade: 15,00 cm, Peso: 15,00 - Quantidade (ml) 25g - atóxica, lavável e secagem rápida.                             | R\$ 7,20      | R\$ 2.736,00 |
| 23                   | 150 | Unidade | Compasso em corpo metálico. Selo do INMETRO. Resina termoplástica, na cor azul com no mínimo 15,2cm de altura e 3,8cm de largura. Profundidade 1,1cm. Roldana de regulação em metal. grafite e regulador. | R\$ 10,00     | R\$ 1.500,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO |     |         |   | R\$ 42.306,00 |              |

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 23/12/2014, às 10h do dia 19/01/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 19/01/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

1.1.As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias no exercício 2015:

|                     |                     |  |
|---------------------|---------------------|--|
| Entidade            | 1                   | Prefeitura Municipal de Campo Alegre                 |
| Órgão               | 05.00               | Secretaria Municipal de Educação                     |
| Unidade             | 05.02               | Serviço de Ensino Fundamental                        |
| Função              | 12                  | Educação   |
| Subfunção           | 361                 | Ensino Fundamental                                   |
| Programa            | 10                  | Ensino Fundamental                                   |
| Projeto             | 2.105               | Manut. e Coord. das Atividades do Ensino Fundamental |
| Elemento de Despesa | 3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                                  |

|                     |                     |   |
|---------------------|---------------------|---|
| Entidade            | 1                   | Prefeitura Municipal de Campo Alegre                |
| Órgão               | 05.00               | Secretaria Municipal de Educação                    |
| Unidade             | 05.03               | Serviço de Educação Infantil                        |
| Função              | 12                  | Educação  |
| Subfunção           | 365                 | Educação Infantil                                   |
| Programa            | 11                  | Educação Infantil                                   |
| Projeto             | 2.106               | Manut. e Coord. das Atividades da Educação Infantil |
| Elemento de Despesa | 3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                                 |

|                     |                     |   |
|---------------------|---------------------|---|
| Entidade            | 1                   | Prefeitura Municipal de Campo Alegre                    |
| Órgão               | 05.00               | Secretaria Municipal de Educação                        |
| Unidade             | 05.06               | Serviço de Manutenção do Salário Educação               |
| Função              | 12                  | Educação  |
| Subfunção           | 361                 | Ensino Fundamental                                      |
| Programa            | 13                  | Salário Educação  |
| Projeto             | 2.108               | Manter e Coordenar Ativ. Específ. do Ensino Fundamental |
| Elemento de Despesa | 3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                                     |

|                     |                     |  |
|---------------------|---------------------|--|
| Entidade            | 1                   | Prefeitura Municipal de Campo Alegre                   |
| Órgão               | 05.00               | Secretaria Municipal de Educação                       |
| Unidade             | 05.06               | Serviço de Manutenção do Salário Educação              |
| Função              | 12                  | Educação   |
| Subfunção           | 365                 | Educação Infantil                                      |
| Programa            | 13                  | Salário Educação                                       |
| Projeto             | 2.805               | Manter e Coordenar Ativ. Específ. da Educação Infantil |
| Elemento de Despesa | 3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                                    |

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **Concess=E3o de T=EDtulo de Cidad=E3o Honor=E1rio**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 424 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário ao Senhor Luiz Roberto Schroeder Franco em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no 1º trimestre de 2015 em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre (SC), 15 de dezembro de 2014.  
RAUL JOHANSON  
Presidente da Câmara Municipal

#### **Concess=E3o de T=EDtulo de Cidad=E3o Honor=E1rio**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 424 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário ao Doutor Manoel Rodrigues Del Olmo, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no 1º

trimestre de 2015 em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre (SC), 15 de dezembro de 2014.  
RAUL JOHANSON  
Presidente da Câmara Municipal

#### **Disp=F5e sobre a Concess=E3o de T=EDtulo de Cidad=E3o Honor=E1rio e d=E1=Outras Provid=EAncias**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 424 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário ao Senhor Luiz Roberto Schroeder Franco em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no 1º trimestre de 2015 em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre (SC), 15 de dezembro de 2014.  
RAUL JOHANSON  
Presidente da Câmara Municipal

#### **Disp=F5e sobre a Concess=E3o de T=EDtulo de Cidad=E3o Honor=E1rio e d=E1=Outras Provid=EAncias**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 424 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário ao Doutor Manoel Rodrigues Del Olmo, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no 1º trimestre de 2015 em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.



Campo Alegre (SC), 15 de dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Câmara Municipal

#### **PORTARIA Nº 11/2014**

PORTARIA Nº 11 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações; Resolve:

Art.1º) Exonerar do quadro de Pessoal o Sr. LUZARDO CHAVES, contratado para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, conforme Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 23 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

#### **PORTARIA Nº 12/2014**

PORTARIA Nº 12 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURIDICO.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações; Resolve:

Art.1º) Exonerar do quadro de Pessoal o Sr. GUSTAVO DANIEL TAVARES BASTOS GAMA, contratado para exercer o cargo de Assessor Jurídico, conforme Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 23 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

#### **PORTARIA Nº 13/2014**

PORTARIA Nº 13 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - ASSESSORA GERAL

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações;

Resolve:

Art.1º) Exonerar do Quadro de Cargos de Função Gratificada - FG-2 Legislativo - Cargo Assessora Geral a Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0026, a partir de 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 23 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

#### **PORTARIA Nº 14/2014**

PORTARIA Nº 14, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - ASSESSOR CONTABIL E RH

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações;

Resolve:

Art.1º) Exonerar do Quadro de Cargos de Função Gratificada - FG-1 Legislativo - Cargo Assessor Contábil e RH o Sr. FERNANDO GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 0027, a partir de 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 23 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### **REPUBLICA DECRETO Nº. 7.209/14 DE 17/12/2014 REGULAMENTA LEI Nº. 4.105/14**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.209/14 DE 17/12/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.105/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 1.646.816,24 (Um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.105/14.

Art. 2º - conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **DECRETO Nº 320/2014**

DECRETO Nº. 320/2014

Aprova E INSTITUI o Plano Municipal de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e da Lei Municipal nº 5.160 de 29/08/2013;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 144/2014 e o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada; Resolve:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional anexo ao presente Decreto, é dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade. A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de dezembro de 2014..

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17 de dezembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 321/2014**

DECRETO Nº. 321/2014

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.200,00m² (Um mil e duzentos metros quadrados), procedido por AGOSTINHO MACHADO, situado na Rua Barão do Rio Branco, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 28.422 e 24.854, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 23 com área de 1.200,00m² pertencente à quadra nº 040, conforme requerimento protocolado sob nº. 7077/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 324/2014**

DECRETO Nº. 324/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 25 de dezembro de 2014, "Natal" e do feriado de 1º de janeiro de 2015, "Confraternização Universal", ficam considerados PONTOS FACULTATIVOS nas repartições administrativas públicas municipais os dias 24 de dezembro de 2014 (quarta-feira), 26 de dezembro de 2014 (sexta-feira), 31 de dezembro de 2014 (quarta-feira) e 02 de janeiro de 2015 (sexta-feira).

Art. 2º - O expediente será normal nos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.474/2014**

LEI Nº. 5.474 DE 16/12/2014

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I das prioridades da Administração Municipal;
- II das metas fiscais;
- III da estrutura e organização dos orçamentos;
- IV das diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;
- V das disposições sobre dívida pública municipal;
- VI das disposições sobre despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII das disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VIII das disposições gerais.

## I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2015, estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 à 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual de 2014 à 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

## II - DAS METAS FISCAIS

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas através dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101 de 2000, que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim estabelecidas:

I - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;

II - Tabela 2 - Demonstrativo I - Metas anuais;

III - Tabela 3 - Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das

metas fiscais do exercício anterior;

IV - Tabela 4 - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

V - Tabela 5 - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;

VI - Tabela 6 - Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII - Tabela 7 - Demonstrativo VI.a - Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

VIII - Tabela 8 - Demonstrativo VI.b - Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

IX - Tabela 9 - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

X - Tabela 10 - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

XI - Tabela 11 - Demonstrativo IX - Despesas da Capital - Aplicação de Recursos em Obras;

XII - Tabela 12 - Demonstrativo X - Metas e Prioridades por Programas

XIII - Tabela 13 - Demonstrativo XI - Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIV - Tabela 14 - Demonstrativo XII - Discriminação das Receitas;

XV - Tabela 15 - Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XVI - Tabela 16 - Demonstrativo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício de 2015, terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução.

### III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importante, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o código da fonte de recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificando o código de destinação de recurso, em consonância com a Portaria MOG nº 42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V - Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX - Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - Projeto de Lei do Orçamento;

II - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada de 2011 até 2013 e estimada de 2014 até 2016;

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada de 2011 até 2013 e estimada de 2014 até 2016;

IV - Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida realizada de 2011 até 2013 e estimada de 2014 até 2016;

V - Evolução da Dívida Fundada realizada dos anos 2011 até 2013 e estimada de 2014 até 2016;

VI - Evolução do Estoque da Dívida Ativa realizada de 2011 até 2013 e estimada de 2014 até 2016.

### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SUAS ALTERAÇÕES



Art. 9º - O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º - Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2015, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o Exercício Financeiro de 2015 a reestimativa do suprimento de receita da Unidade da Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (Art. 9º, e II do § 1º do Art. 31 da Lei Complementar 101/2000)

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12 - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2013. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000)

Art. 13 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2015 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III "b" da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017 ou em lei que autorize sua inclusão. (Art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15 - O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de

arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras. (Art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16 - Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, a título de subvenção social e auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; art. 25, § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 19 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000)

Art. 21 - As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na lei orçamentária ou em créditos adicionais. (Art. 62, I da Lei Complementar 101/2000)

Art. 22 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 23 - A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.



Art. 24 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único - a Lei Orçamentária e as Leis de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. (Art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000)

Art. 25 - O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Parágrafo único - a renúncia de receita estimada para o exercício de 2015, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 - A lei Orçamentária para 2015 garantirá recursos para pagamento de despesas decorrentes de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária ou em suas alterações e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF)

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 31 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 33 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

III - eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34 - Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de CANOINHAS ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (Art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 37 - A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2008, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Executivo Municipal enviará o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015 à Câmara Municipal de Vereadores até o prazo estabelecido no inciso I do artigo 122 da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado

à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 40 - Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 41 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 44 - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no artigo 17 desta Lei.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5.475/2014

LEI Nº. 5.475 DE 16/12/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:  
LEI

### I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Canoinhas, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 137.017.920,00 (Cento e trinta e sete milhões, dezessete mil, novecentos e vinte reais), e fixa a Despesa em R\$ 137.017.920,00 (Cento e trinta e sete milhões, dezessete mil, novecentos e vinte reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

### II - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Art. 2º - O orçamento do Município de Canoinhas (Prefeitura,

Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 137.017.920,00 (Cento e trinta e sete milhões, dezessete mil, novecentos e vinte reais), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 3.550.000,00 (Três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 133.467.920,00 (Cento e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e vinte reais). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA PM DE CANOINHAS, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ao FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, à FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS e à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES em R\$ 22.038.621,66 (Vinte e dois milhões, trinta e oito mil, seiscentos e vinte e reais e sessenta e seis centavos).

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |                |
|------------------------------|----------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 116.317.920,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 20.700.000,00  |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 137.017.920,00 |

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| Código | ORGÃO  | VALOR R\$     |
|--------|--|---------------|
| 02.00  | Gabinete do Prefeito                           | 1.936.000,00  |
| 03.00  | Secretaria Mun. de Adm., Finanças e Orçamento  | 15.539.700,00 |
| 05.00  | Secretaria Municipal de Educação               | 42.416.648,00 |
| 07.00  | Secretaria Municipal de Assistência Social     | 3.469.259,34  |
| 08.00  | Secretaria Municipal de Desenv. Econômico      | 2.801.889,52  |
| 09.00  | Secretaria Municipal de Desenv. Rural          | 1.534.500,00  |
| 10.00  | Secretaria Municipal de Meio Ambiente          | 3.899.500,00  |
| 11.00  | Secretaria Municipal de Planejamento           | 1.452.000,00  |
| 12.00  | Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano | 18.699.051,48 |
| 13.00  | Reserva de Contingência                        | 66.000,00     |
| 22.00  | Fundo Mun. Assist. à Saúde do Servidor – FAS   | 1.320.000,00  |
| 23.00  | Secretaria Municipal de Habitação              | 1.865.350,00  |
| 18.00  | Fundo Municipal de Assistência Social          | 1.965.458,34  |
| 17.00  | Fundo Municipal de Saúde                       | 33.038.333,32 |
| 16.00  | Fundo Municipal da Infância e Adolescência     | 123.200,00    |
| 15.00  | Funrebompm de Canoinhas                        | 463.100,00    |
| 14.00  | Fundação Municipal de Esportes e Lazer         | 703.340,00    |

|       |   |                |
|-------|---|----------------|
| 19.00 | Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer   | 706.640,00     |
| 20.00 | Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural  | 1.466.850,00   |
| 01.00 | Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas   | 3.550.000,00   |
| 21.00 | Fundo Municipal de Saneamento Básico  | 1.100,00       |
| TOTAL |   | 137.017.920,00 |
|       |   |                |
|       | Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66  |
| TOTAL |   | 22.038.621,66  |

## II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO  | VALOR R\$      |      |
|--------|---|----------------|------|
| 01     | LEGISLATIVA   | 3.550.000,00   |      |
| 04     | ADMINISTRAÇÃO   | 14.071.700,00  |      |
| 06     | SEGURANÇA PÚBLICA   | 463.100,00     |      |
| 08     | ASSISTÊNCIA SOCIAL  | 5.557.917,68   |      |
| 10     | SAÚDE   | 33.038.333,32  |      |
| 11     | TRABALHO  | 1.320.000,00   |      |
| 12     | EDUCAÇÃO  | 41.816.648,00  |      |
| 13     | CULTURA   | 706.640,00     |      |
| 15     | URBANISMO   | 16.999.941,00  |      |
| 16     | HABITAÇÃO   | 1.865.350,00   |      |
| 17     | SANEAMENTO  | 1.100,00       |      |
| 18     | GESTÃO AMBIENTAL  | 3.899.500,00   |      |
| 20     | AGRICULTURA   | 4.518.350,00   |      |
| 23     | COMÉRCIO E SERVIÇOS   | 2.984.000,00   |      |
| 27     | DESPORTO E LAZER  | 703.340,00     |      |
| 28     | ENCARGOS ESPECIAIS  | 5.456.000,00   |      |
| 99     | RESERVA DE CONTINGÊNCIA   | 66.000,00      |      |
| TOTAL  |   | 137.017.920,00 |      |
|        |   |                |      |
|        | Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66  |      |
| TOTAL  |   | 22.038.621,66  | 0,00 |

## III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO                                | VALOR R\$     |
|--------|---------------------------------------|---------------|
| 032    | CONTROLE EXTERNO                      | 3.550.000,00  |
| 121    | PLANEJAMENTO                          | 1.452.000,00  |
| 122    | ADMINISTRAÇÃO GERAL                   | 12.619.700,00 |
| 181    | POLICIAMENTO                          | 463.100,00    |
| 243    | ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE   | 123.200,00    |
| 244    | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA               | 5.434.717,68  |
| 301    | ATENÇÃO BÁSICA                        | 12.093.219,20 |
| 302    | ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 17.603.327,80 |

|       |   |                |
|-------|---|----------------|
| 303   | SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO   | 1.413.486,32   |
| 304   | VIGILÂNCIA SANITÁRIA  | 1.115.125,00   |
| 305   | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA   | 813.175,00     |
| 331   | PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR  | 1.320.000,00   |
| 361   | ENSINO FUNDAMENTAL  | 29.105.054,00  |
| 362   | ENSINO MÉDIO  | 498.300,00     |
| 364   | ENSINO SUPERIOR   | 340.000,00     |
| 365   | EDUCAÇÃO INFANTIL   | 11.517.000,00  |
| 366   | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  | 356.294,00     |
| 392   | DIFUSÃO CULTURAL  | 706.640,00     |
| 452   | SERVIÇOS URBANOS  | 16.999.941,00  |
| 482   | HABITAÇÃO URBANA  | 1.865.350,00   |
| 512   | SANEAMENTO BÁSICO URBANO  | 1.100,00       |
| 541   | PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL   | 3.899.500,00   |
| 606   | EXTENSÃO RURAL  | 4.518.350,00   |
| 691   | PROMOÇÃO COMERCIAL  | 2.984.000,00   |
| 812   | DESPORTO COMUNITÁRIO  | 703.340,00     |
| 843   | SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA   | 3.696.000,00   |
| 845   | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS   | 1.100.000,00   |
| 846   | OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS   | 660.000,00     |
| 999   | RESERVA DE CONTINGÊNCIA   | 66.000,00      |
| TOTAL |   | 137.017.920,00 |
|       |   |                |
|       | Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66  |
| TOTAL |   | 22.038.621,66  |

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

| Código | PROGRAMAS                                  | VALOR (R\$)    |
|--------|--|----------------|
| 0001   | LEGISLATIVO EFICIENTE                      | 3.550.000,00   |
| 0010   | ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL             | 5.434.717,68   |
| 0014   | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL                  | 3.899.500,00   |
| 0015   | SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE                | 463.100,00     |
| 0016   | ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA             | 703.340,00     |
| 0017   | CULTURA AO ALCANCE DE TODOS                | 706.640,00     |
| 0018   | MORADIA PARA TODOS                         | 1.865.350,00   |
| 0019   | SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO                  | 1.100,00       |
| 0002   | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE           | 1.936.000,00   |
| 0003   | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA                | 17.459.700,00  |
| 0004   | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL                | 7.502.350,00   |
| 0005   | GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO | 41.816.648,00  |
| 0006   | AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO      | 16.999.941,00  |
| 0007   | PLANEJAMENTO EFICAZ                        | 1.452.000,00   |
| 0008   | SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES        | 33.038.333,32  |
| 0009   | ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE     | 123.200,00     |
| 0999   | RESERVA DE CONTINGÊNCIA                    | 66.000,00      |
| TOTAL  |  | 137.017.920,00 |
|        |  |                |

|  |                      |
|--|----------------------|
| Transferências Financeiras concedidas aos Fundos, Fundação e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>22.038.621,66</b> |

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                         |                       |
|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes      | 112.493.952,00        |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital     | 24.457.968,00         |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | Reserva de Contingência | 66.000,00             |
| <b>TOTAL</b>          |                         | <b>137.017.920,00</b> |

|  |                      |
|--|----------------------|
| Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores | 22.038.621,66        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>22.038.621,66</b> |

## III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Art. 3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 117.038.520,00 (Cento e dezessete milhões, trinta e oito mil, quinhentos e vinte reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores em R\$ 22.038.621,66 (Vinte e dois milhões, trinta e oito mil, seiscentos e vinte e reais e sessenta e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 94.999.898,34 (Noventa e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |                |
|------------------------------|----------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 99.478.520,00  |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 17.560.000,00  |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 117.038.520,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO              | VALOR R\$     |
|--------|---------------------|---------------|
| 04     | ADMINISTRAÇÃO       | 14.071.700,00 |
| 08     | ASSISTÊNCIA SOCIAL  | 3.469.259,34  |
| 11     | TRABALHO            | 1.320.000,00  |
| 12     | EDUCAÇÃO            | 41.816.648,00 |
| 15     | URBANISMO           | 16.999.941,00 |
| 16     | HABITAÇÃO           | 1.865.350,00  |
| 18     | GESTÃO AMBIENTAL    | 3.899.500,00  |
| 20     | AGRICULTURA         | 3.051.500,00  |
| 23     | COMERCIO E SERVIÇOS | 2.984.000,00  |
| 28     | ENCARGOS ESPECIAIS  | 5.456.000,00  |

|       |   |               |
|-------|---|---------------|
| 99    | RESERVA DE CONTINGÊNCIA   | 66.000,00     |
| TOTAL |   | 94.999.898,34 |
|       |   |               |
|       | Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66 |
| TOTAL |   | 22.038.621,66 |

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                         |                      |
|-----------------------|-------------------------|----------------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes      | 74.750.687,09        |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital     | 20.183.211,25        |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | Reserva de Contingência | 66.000,00            |
| <b>TOTAL</b>          |                         | <b>94.999.898,34</b> |

|   |                      |
|---|----------------------|
| Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores. | 22.038.621,66        |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>22.038.621,66</b> |

## IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Art. 4º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.287.817,68 (Um milhão, duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 677.640,66 (Seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos) e fixa as despesas em R\$ 1.965.458,34 (Um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |              |
|------------------------------|--------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 1.287.817,68 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00         |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 1.287.817,68 |

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código       | FUNÇÃO             | VALOR R\$           |
|--------------|--------------------|---------------------|
| 08           | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.965.458,34        |
| <b>TOTAL</b> |                    | <b>1.965.458,34</b> |



## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                     |              |
|-----------------------|---------------------|--------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 1.782.355,01 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 183.103,33   |
| TOTAL                 |                     | 1.965.458,34 |

## V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 17.498.852,32 (Dezessete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos) as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 15.539.481,00 (Quinze milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 33.038.333,32 (Trinta e três milhões, trinta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e três centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 14.358.852,32 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 3.140.000,00  |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 17.498.852,32 |

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO | VALOR R\$     |
|--------|--------|---------------|
| 10     | SAÚDE  | 33.038.333,32 |
| TOTAL  |        | 33.038.333,32 |

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                     |               |
|-----------------------|---------------------|---------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 29.491.469,90 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 3.546.863,42  |
| TOTAL                 |                     | 33.038.333,32 |

## VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 123.200,00 (Cento e vinte e três mil e duzentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |           |
|------------------------------|-----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 79.200,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00      |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 79.200,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO             | VALOR R\$  |
|--------|--------------------|------------|
| 08     | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 123.200,00 |
| TOTAL  |                    | 123.200,00 |

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                     |            |
|-----------------------|---------------------|------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 112.200,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 11.000,00  |
| TOTAL                 |                     | 123.200,00 |

## VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS - FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 331.100,00 (Trezentos e trinta e um mil e cem reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 463.100,00 (Quatrocentos e sessenta e três mil e cem reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 331.100,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00       |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 331.100,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO            | VALOR R\$  |
|--------|-------------------|------------|
| 06     | SEGURANÇA PÚBLICA | 463.100,00 |
| TOTAL  |                   | 463.100,00 |

## II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                     |            |
|-----------------------|---------------------|------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 184.800,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 278.300,00 |
| TOTAL                 |                     | 463.100,00 |



**VIII - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS**

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 21.340,00 (Vinte e um mil, trezentos e quarenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 682.000,00 (Seiscentos e oitenta e dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 703.340,00 (Setecentos e três mil, trezentos e quarenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |           |
|------------------------------|-----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 21.340,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00      |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 21.340,00 |

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

| Código | FUNÇÃO           | VALOR R\$  |
|--------|------------------|------------|
| 27     | DESPORTO E LASER | 703.340,00 |
| TOTAL  |                  | 703.340,00 |

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

|                       |                     |            |
|-----------------------|---------------------|------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 679.140,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 24.200,00  |
| TOTAL                 |                     | 703.340,00 |

**IX - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS**

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundação Cultural de Canoinhas para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 24.640,00 (Vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 682.000,00 (Seiscentos e oitenta e dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 706.640,00 (Setecentos e seis mil, seiscentos e quarenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |           |
|------------------------------|-----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 24.640,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00      |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 24.640,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

| Código | FUNÇÃO  | VALOR R\$  |
|--------|---------|------------|
| 13     | CULTURA | 706.604,00 |
| TOTAL  |         | 706.640,00 |

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

|                       |                     |            |
|-----------------------|---------------------|------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 680.350,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 26.290,00  |
| TOTAL                 |                     | 706.640,00 |

**X - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Art. 10 - Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 735.350,00 (Setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 731.500,00 (Setecentos e trinta e um mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.466.850,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 735.350,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00       |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 735.350,00 |

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

| Código | FUNÇÃO      | VALOR R\$    |
|--------|-------------|--------------|
| 20     | AGRICULTURA | 1.466.850,00 |
| TOTAL  |             | 1.466.850,00 |

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

|                       |                     |              |
|-----------------------|---------------------|--------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 1.433.850,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 33.000,00    |
| TOTAL                 |                     | 1.466.850,00 |

**XI - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art. 11. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 (Zero Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 3.550.000,00 (Três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.550.000,00 (Três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).

§ 1º Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado nos quadros

anexo, com os seguintes desdobramentos:

|                                     |              |
|-------------------------------------|--------------|
| 1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ..... | 3.550.000,00 |
| 2. TOTAL .....                      | 3.550.000,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO      | VALOR R\$    |
|--------|-------------|--------------|
| 01     | LEGISLATIVA | 3.550.000,00 |
| TOTAL  |             | 3.550.000,00 |

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                     |              |
|-----------------------|---------------------|--------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes  | 3.400.000,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas de Capital | 150.000,00   |
| TOTAL                 |                     | 3.550.000,00 |

#### XII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 0,00 (Zero Reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

|                              |          |
|------------------------------|----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES .....  | 1.100,00 |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL ..... | 0,00     |
| 3. RECEITA TOTAL .....       | 1.100,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| Código | FUNÇÃO     | VALOR R\$ |
|--------|------------|-----------|
| 17     | SANEAMENTO | 1.100,00  |
| TOTAL  |            | 1.100,00  |

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                       |                    |          |
|-----------------------|--------------------|----------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | Despesas Correntes | 1.100,00 |
| TOTAL                 |                    | 1.100,00 |

Art. 13. Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme segue:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
R\$ 1,00

|  |                         |           |
|--|-------------------------|-----------|
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA  |                         | 66.000,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00  | Reserva de Contingência | 66.000,00 |
| EVENTOS  |                         |           |
| Descrição  |                         | Valor     |
| Demandas Judiciais não previstas   |                         | 30.000,00 |
| Frustração da arrecadação estimada   |                         | 20.000,00 |
| Outros Riscos Fiscais - Ocorrência de epidemias, enchentes, estiagem e outras situações de calamidade pública. |                         | 16.000,00 |
| TOTAL  |                         | 66.000,00 |

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo. § 2º Não se efetivando até o dia 20/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 14. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Decreto, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Durante a execução orçamentária de 2015, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015.

Art. 15. Poderá o Poder Executivo, nos termos do art. 167, V e VI da Constituição Federal e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais, através de decreto, até o limite de um quarto do montante do orçamento inicialmente previsto, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observados os valores disponíveis por fontes de recursos;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

Parágrafo único: excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo

43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 18. Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 19. Através de Lei específica autorizativa e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único - As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção ou auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 24. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25. A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5.476/2014

LEI Nº. 5.476 DE 19/12/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

### LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de financiamento, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do Programa Pró-Transporte, Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, PAC2 - 3ª Etapa.

Art. 2º - Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo município de Canoinhas/SC para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pró solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previsto no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do município de Canoinhas/SC, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para o financiamento autorizado por esta Lei, dotação suficiente à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários à contrapartida.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 893/2014**

PORTARIA Nº. 893/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogada Portaria 861/2014 que nomeou a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Angela Cristina Damaso da Silveira, Luis Anselmo Chagas e Marilene Terezinha Paulo Artner, sob a presidência da primeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 894/2014**

PORTARIA Nº. 894/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996 e da Lei Municipal nº 4.439/2009 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem - ESF, para atuar na Unidade Básica de Saúde Campo da Água Verde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DAIANE RODRIGUES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 0675, e convocada conforme Edital nº 067 de 24 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 05/01/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Bioquímico, para atuar na Farmácia Básica Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional KARINE KOHL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1540, e convocada conforme Edital nº 063 de 13 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 05/01/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 895/2014**

PORTARIA Nº. 895/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 01/01/2015 da profissional ROSEMERI LUCIANE KLEMPOUZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, para atuar junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 374/SMS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 896/2014**

PORTARIA Nº. 896/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 3.022/1998, da Lei Municipal nº 2.972/1998, da Lei Municipal nº 3.689/2004, da Lei Municipal nº 4.473/2009, da Lei Municipal nº 4.960/2012 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional GISELE APARECIDA SCHINDLER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0254, e convocada conforme Edital nº 064 de 13 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 05/01/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 897/2014**

PORTARIA Nº. 897/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 4.250/2007, e da Lei Municipal nº 5.055/2012; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional DANIELA CRISTINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2781, e convocada conforme Edital nº 067 de 24 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 05/01/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 898/2014**

PORTARIA Nº. 898/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 121 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, combinado com o Artigo 38 da Constituição Federal, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Licença para exercer mandato eletivo a ANTONIO MAURO RODRIGUES DE AGUIAR, efetivo no cargo de Médico junto à Secretaria Municipal de Saúde, durante o período legislativo de 2015 a 2016, conforme requerimento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 899/2014**

PORTARIA Nº. 899/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, resolve:

#### **INTERROMPER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas a MARCIA HACK DOS ANJOS, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/12/2014, conforme comunicação interna nº 304/DP/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de dezembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PUBLICAÇÃO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME.

Recurso acolhido e, negado provimento.

Protocolo n.º 6896 de 08/12/2014.

Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de Concorrência Pública n.º PMC 14/2014.

O teor da resposta da comissão e da manifestação do Prefeito deste Município, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.



Canoinhas, 19 de dezembro de 2014  
PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO  
DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMUNICADO RESPOSTA RECURSO  
RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela  
empresa DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA ME.  
Recurso acolhido e, negado provimento.  
Protocolo n.º 6845 de 08/12/2014.  
Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de Concor-  
rência Pública n.º PMC 14/2014.  
O teor da resposta da comissão e da manifestação do Prefeito  
deste Município, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, está disposição  
dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido  
processo.

Canoinhas, 19 de dezembro de 2014  
PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO  
PRESENCIAL Nº FMS 29/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 29/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 45/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 22/12/2014  
CONTRATADO: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: COMPRA E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDI-  
CIONADO A SEREM INSTALADOS NAS SALAS DE VACINA E SALAS  
DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS ENTRE OU-  
TRAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.180,00 (trinta e seis mil cento e oi-  
tenta reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO  
PRESENCIAL Nº PMC 135/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/14  
HOMOLOGAÇÃO: 22/12/14  
CONTRATADO: CIRURGICA MAFRA LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA  
DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTA-  
RES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUN-  
DAÇÕES MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.100,00 (quinze  
mil cem reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/14  
HOMOLOGAÇÃO: 22/12/14  
CONTRATADO: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA  
DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTA-  
RES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUN-  
DAÇÕES MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos  
reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/14  
HOMOLOGAÇÃO: 22/12/14  
CONTRATADO: Bruthan Comercial Ltda  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA  
DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTA-  
RES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUN-  
DAÇÕES MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta  
reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/14  
HOMOLOGAÇÃO: 22/12/14  
CONTRATADO: NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIO-  
NAIS - EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA  
DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTA-  
RES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUN-  
DAÇÕES MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.653,00 (trinta e três mil seiscentos e  
cinquenta e três reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CONTRATANTE:  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA  
DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTA-  
RES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUN-  
DAÇÕES MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos  
reais)  
DATA: 22/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 10/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Processo Licitatório n.º 218/2014  
Inexigibilidade de Licitação n.º 10/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no  
CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt n.º  
10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de  
Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.  
Objeto: Contratação de diversos shows, para apresentação duran-  
te as Festividades do Natal Feliz 2014, a se realizarem nas datas  
de 20 e 21 de dezembro de 2014.  
Item 01: Grupo TCHÊ CAMPEIRO - responsável Eluir João Pacheco

(CNPJ 20.102.270/0001-10) ao valor de R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais); e  
Item 02: Cantor DANILO DYBA - responsável Ricardo José Cabral da Rosa (CPF 434.476.869-87) ao valor de R\$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 146/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 214/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 146/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/01/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, MADEIRAS SERRADAS, BARRAS DE FERRO, CONEXÕES HIDRÁULICAS, MATERIAIS ELÉTRICOS E DIVERSOS OUTROS MATERIAIS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 12/01/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 147/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 215/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 147/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/01/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO, PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA, GRANILHA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, PEDRA BRITADA (BICA CORRIDA 4A) E PEDREGULHO LIMPO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 22/01/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 148/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 216/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 148/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/01/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE ÁGUA, GÁS E REFRIGERANTE EM

LATA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 21/01/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 149/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 217/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 149/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/01/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/01/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 25/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 210/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 25/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/01/2015, às 11h15min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO ANO LETIVO DE 2015, EM UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 13/01/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|--|--|

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 135/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/6

Total dos Itens Vencedores: 93.503,00

Processo / Ano: 200/2014      Processo Administrativo:

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 1 - 548 - FORTINI EM PÓ, SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM COM 400 GR. NUTRICÁ - Unidade: UN

|       |  |         |         |        |         |           |             |         |
|-------|--|---------|---------|--------|---------|-----------|-------------|---------|
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | FORTINI | 300,000 | 0,0000 | 36,0000 | 10.800,00 | Venceu      | 1 ***** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0       |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0       |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0       |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ  | 300,000 | 0,0000 | 37,0000 | 11.100,00 | Inabilitado | 0       |

Item.....: 2 - 549 - FORTINI EM PÓ, SABOR NEUTRO, EMBALAGEM DE 400 GR. NUTRICAÇÃO P - Unidade: UN

|       |  |         |         |        |         |          |           |         |
|-------|--|---------|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | FORTINI | 100,000 | 0,0000 | 36,0000 | 3.600,00 | Venceu    | 1 ***** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |         | 100,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |         | 100,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |         | 100,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |         | 100,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |

Item.....: 3 - 311042904 - FORMULA INFANTIL NAN PRO1 - Unidade: UN

|       |  |         |         |        |         |          |             |         |
|-------|--|---------|---------|--------|---------|----------|-------------|---------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NAN     | 300,000 | 0,0000 | 13,0000 | 3.900,00 | Venceu      | 1 ***** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0       |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0       |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |         | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0       |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | APTAMIL | 300,000 | 0,0000 | 15,0000 | 4.500,00 | Inabilitado | 0       |

Item.....: 4 - 311042905 - FORMULA INFANTIL NAN PRO II - Unidade: UN

|       |   |     |         |        |         |          |           |         |
|-------|---|-----|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | NAN | 200,000 | 0,0000 | 13,0000 | 2.600,00 | Venceu    | 1 ***** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                          |     | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/6

93.503,00

Processo Administrativo:

200/2014

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 4 - 311042905 - FORMULA INFANTIL NAN PRO II - Unidade: UN

|       |  |         |         |        |         |          |             |   |
|-------|--|---------|---------|--------|---------|----------|-------------|---|
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |         | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0 |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |         | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0 |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | APTAMIL | 200,000 | 0,0000 | 15,0000 | 3.000,00 | Inabilitado | 0 |

Item.....: 5 - 552 - FORMULA NESTOGENO I, EMBALAGEM COM 400 GR. FORMULA INFANTIL - Unidade: UN

|       |  |           |         |        |         |          |             |        |
|-------|--|-----------|---------|--------|---------|----------|-------------|--------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NESTOGENO | 300,000 | 0,0000 | 12,0000 | 3.600,00 | Venceu      | 1 **** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | MILUPA    | 300,000 | 0,0000 | 10,0000 | 3.000,00 | Inabilitado | 0      |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP | SIMILAC   | 300,000 | 0,0000 | 14,9000 | 4.470,00 | Inabilitado | 0      |

Item.....: 6 - 553 - FORMULA NESTOGENO II, EMBALAGEM COM 400 GR. FORMULA INFANTIL - Unidade: UN

|       |  |           |         |        |         |          |             |        |
|-------|--|-----------|---------|--------|---------|----------|-------------|--------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NESTOGENO | 300,000 | 0,0000 | 11,0000 | 3.300,00 | Venceu      | 1 **** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | MILUPA    | 300,000 | 0,0000 | 10,0000 | 3.000,00 | Inabilitado | 0      |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP | SIMILAC   | 300,000 | 0,0000 | 14,9000 | 4.470,00 | Inabilitado | 0      |

Item.....: 7 - 554 - SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTREN ACTIVE, LATA COM 400 GR. SUPLEME - Unidade: UN

|       |  |        |         |        |         |          |           |        |
|-------|--|--------|---------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ | 300,000 | 0,0000 | 25,0000 | 7.500,00 | Venceu    | 1 **** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |        | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0      |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |        | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0      |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |        | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0      |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/6

Processo / Ano: 200/2014      Processo Administrativo: 93.503,00

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor  | Nome do Fornecedor                               | Marca           | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação    | Classificação |
|---|--|-----------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| <b>Item.....: 7 - 554 - SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTREN ACTIVE. LATA COM 400 GR. SUPLEME - Unidade: UN</b>  |  |                 |            |          |                |             |             |               |
| 16066   | NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA                        |                 | 300,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| <b>Item.....: 8 - 555 - SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTREN JUNIOR. LATA COM 400 GR. É UM AL - Unidade: UN</b>  |  |                 |            |          |                |             |             |               |
| 15698   | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ          | 200,000    | 0,0000   | 38,0000        | 7.600,00    | Venceu      | 1 ****        |
| 14027   | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16060   | Bruthan Comercial Ltda                           |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16061   | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16066   | NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA                        | SUSTAIN JR      | 200,000    | 0,0000   | 20,0000        | 4.000,00    | Inabilitado | 0             |
| <b>Item.....: 9 - 556 - SUPLEMENTO ALIMENTAR SUSTAGEM. EMBALAGEM COM 400 GR - Unidade: UN</b>           |  |                 |            |          |                |             |             |               |
| 16060   | Bruthan Comercial Ltda                           | SUSTAGEM        | 400,000    | 0,0000   | 20,0000        | 8.000,00    | Venceu      | 1 ****        |
| 14027   | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |                 | 400,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16061   | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |                 | 400,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16066   | NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA                        | SUSTAIN REGULAR | 400,000    | 0,0000   | 21,0000        | 8.400,00    | Inabilitado | 0             |
| 15698   | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ          | 400,000    | 0,0000   | 24,8700        | 9.948,00    | Inabilitado | 0             |
| <b>Item.....: 10 - 557 - FORMULA INFANTIL NAN COMFORT 1. EMBALAGEM COM 400 GR. COM PR - Unidade: UN</b> |  |                 |            |          |                |             |             |               |
| 14027   | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NAN             | 200,000    | 0,0000   | 12,5000        | 2.500,00    | Venceu      | 1 ****        |
| 15698   | CM HOSPITALAR LTDA                               |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16060   | Bruthan Comercial Ltda                           |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16061   | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |                 | 200,000    | 0,0000   | 0,0000         | 0,00        | Não cotou   | 0             |
| 16066   | NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA                        | APTAMIL         | 200,000    | 0,0000   | 15,0000        | 3.000,00    | Inabilitado | 0             |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/6

93.503,00

Processo Administrativo:

200/2014

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 11 - 558 - LEITE SUSTAGEM KIDS. EMBALAGEM COM 380 GR - Unidade: UN

|       |  |               |        |        |         |        |             |        |
|-------|--|---------------|--------|--------|---------|--------|-------------|--------|
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |               | 50,000 | 0,0000 | 15,0000 | 750,00 | Venceu      | 1 **** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | SUSTAGEM KIDS | 50,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00   | Não cotou   | 0      |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |               | 50,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00   | Não cotou   | 0      |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ        | 50,000 | 0,0000 | 15,0000 | 750,00 | Inabilitado | 0      |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | SUSTAIN JR    | 50,000 | 0,0000 | 17,9000 | 895,00 | Inabilitado | 0      |

Item.....: 12 - 559 - FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES NAN SOY. LATA COM 400 GR - Unidade: UN

|       |  |              |         |        |         |          |             |        |
|-------|--|--------------|---------|--------|---------|----------|-------------|--------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NAN          | 200,000 | 0,0000 | 17,0000 | 3.400,00 | Venceu      | 1 **** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |              | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |              | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |              | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou   | 0      |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | APTAMIL SOJA | 200,000 | 0,0000 | 26,0000 | 5.200,00 | Inabilitado | 0      |

Item.....: 13 - 560 - SUPLEMENTO NUTRICIONAL PEDIASURE. LATA COM 400 GR. SUPLEMENT - Unidade: UN

|       |  |           |         |        |         |           |             |        |
|-------|--|-----------|---------|--------|---------|-----------|-------------|--------|
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP | PEDIASURE | 300,000 | 0,0000 | 29,9100 | 8.973,00  | Venceu      | 1 **** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0      |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |           | 300,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0      |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               | NESTLÉ    | 300,000 | 0,0000 | 35,0000 | 10.500,00 | Inabilitado | 0      |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA                         | FORTINI   | 300,000 | 0,0000 | 37,0000 | 11.100,00 | Inabilitado | 0      |

Item.....: 14 - 561 - SUPLEMENTO ALIMENTAR ENSURE. LATA COM 400 GR. SUPLEMENTO ALI - Unidade: UN

|       |  |        |         |        |         |           |           |        |
|-------|--|--------|---------|--------|---------|-----------|-----------|--------|
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP | ENSURE | 800,000 | 0,0000 | 30,8500 | 24.680,00 | Venceu    | 1 **** |
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      |        | 800,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou | 0      |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/6

93.503,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 200/2014

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 14 - 561 - SUPLEMENTO ALIMENTAR ENSURE, LATA COM 400 GR. SUPLEMENTO ALI - Unidade: UN

|       |                          |         |         |        |         |           |             |   |
|-------|--------------------------|---------|---------|--------|---------|-----------|-------------|---|
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda   |         | 800,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00      | Não cotou   | 0 |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA       | NESTLÉ  | 800,000 | 0,0000 | 35,0000 | 28 000,00 | Inabilitado | 0 |
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA | FORTINI | 800,000 | 0,0000 | 35,0000 | 28 000,00 | Inabilitado | 0 |

Item.....: 15 - 811 - FORMULA INFANTIL NAN COMFORT 2. EMBALAGEM COM 400 GR. COM PR - Unidade: UN

|       |  |     |         |        |         |          |           |         |
|-------|--|-----|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 14027 | MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      | NAN | 200,000 | 0,0000 | 11,5000 | 2.300,00 | Venceu    | 1 ***** |
| 15698 | CM HOSPITALAR LTDA                               |     | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |
| 16060 | Bruthan Comercial Ltda                           |     | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |
| 16061 | NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP |     | 200,000 | 0,0000 | 0,0000  | 0,00     | Não cotou | 0       |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/6

93.503,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 200/2014

Licitação.....: 135/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 15 - 811 - FORMULA INFANTIL NAN COMFORT 2. EMBALAGEM COM 400 GR. COM PR - Unidade: UN

|       |                          |         |         |        |         |          |             |   |
|-------|--------------------------|---------|---------|--------|---------|----------|-------------|---|
| 16066 | NUTRIPORT COMERCIAL LTDA | APTAMIL | 200,000 | 0,0000 | 15,0000 | 3.000,00 | Inabilitado | 0 |
|-------|--------------------------|---------|---------|--------|---------|----------|-------------|---|

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)  
MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... SUPLENTE  
PAULO CESAR SAFANELLI - ..... PREGOEIRO  
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO  
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO  
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC  
VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 165/2014

DECRETO No 165, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 397.911,57 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e onze reais e cinquenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 397.911,57 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0301.04.122.0015.2006 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-016          | Material de consumo                            | 000  | 00 | R\$ | 10.000,00  |
| 33909300-439          | Indenizações e restituições                    | 000  | 00 | R\$ | 36.311,57  |
| 33909100-022          | Sentenças judiciais                            | 000  | 00 | R\$ | 2.500,00   |
| 0302.06.181.0190.2118 | MANUT CONVÊNIO DE TRANSITO COM SESP/DF         | FTR  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-056          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 000  | 00 | R\$ | 700,00     |
| 0501.12.361.0065.2032 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-130          | Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil    | 1019 | 00 | R\$ | 200.000,00 |
| 0502.13.392.0095.2049 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-214          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 15.000,00  |
| 0501.12.365.0060.2029 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR                  | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-444          | Material de consumo                            | 1022 | 54 | R\$ | 4.900,00   |
| 0502.13.392.0095.2143 | EVENTOS ANUAIS DA CULTURA                      | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-234          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 41.000,00  |
| 0601.15.452.0130.2068 | MANUT. AMPL. SISTEMA ILUMINAÇÃO PÚBLICA        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-301          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 28.000,00  |
| 0701.04.122.0150.2074 | MANUT DA SECRET. SAÚDE E DESENV. SOCIAL        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33901400-330          | Diárias – Civil                                | 1000 | 00 | R\$ | 3.500,00   |
| 33903600-332          | Outros serviços de terceiros – pessoa física   | 1000 | 00 | R\$ | 6.000,00   |
| 0601.15.452.0120.2062 | MANUTENÇÃO DOIS SERVIÇOS URBANOS               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-287          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 15.000,00  |
| 0601.15.453.0135.2069 | MANUT SISTEMA TRANSP. COLETIVO URBANO          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-305          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1000 | 00 | R\$ | 35.000,00  |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 397.911,57 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 397.911,57 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir:

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0301.04.122.0015.2006 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-020          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 000  | 00 | R\$ | 48.811,57  |
| 0302.06.181.0190.2118 | MANUT CONVÊNIO DE TRANSITO COM SESP/DF         | FTR  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903600-055          | Outros serviços de terceiros – pessoa física   | 000  | 00 | R\$ | 700,00     |
| 0501.12.361.0065.2032 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-130          | Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil    | 1001 | 00 | R\$ | 200.000,00 |
| 0502.13.392.0095.2049 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-211          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 15.000,00  |
| 0501.12.365.0060.2029 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR                  | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-184          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 4.900,00   |



|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0502.13.392.0095.2143 | EVENTOS ANUAIS DA CULTURA                      | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-233          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 41.000,00  |
| 0601.15.452.0130.2068 | MANUT. AMPL. SISTEMA ILUMONAÇÃO PÚBLICA        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-302          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 28.000,00  |
| 0701.04.122.0150.2074 | MANUT DA SECRET SAÚDE E DESENV SOCIAL          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-331          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 3.000,00   |
| 33903900-333          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 6.500,00   |
| 0601.15.452.0120.2062 | MANUTENÇÃO DOIS SERVIÇOS URBANOS               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-282          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1000 | 00 | R\$ | 15.000,00  |
| 0601.15.453.0135.2069 | MANUT SISTEMA TRANSP COLETIVO URBANO           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-308          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 35.000,00  |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 397.911,57 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
 Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 169/2014

DECRETO No 169, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 339.410,00 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dez reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 339.410,00 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dez reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0801.10.301.0150.2075 | MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA                    | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33901400-009          | Diárias – civil                                | 1002 | 00 | R\$ | 2.500,00   |
| 33903900-014          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1064 | 08 | R\$ | 130.000,00 |
| 0801.10.301.0155.2085 | MANUT DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-065          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1064 | 08 | R\$ | 180.000,00 |
| 0801.10.301.0155.208  | MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT SAÚDE           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-066          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1064 | 08 | R\$ | 26.000,00  |
| 0801.10.305.0150.2084 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓG           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-042          | Material de consumo                            | 1066 | 16 | R\$ | 910,00     |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 339.410,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 339.410,00 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dez reais), na forma do quadro a seguir.

|                       |  |     |    |     |            |
|-----------------------|--|-----|----|-----|------------|
| 0801.10.301.0150.2075 | MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA                    | FTE | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-010          | Material de consumo                            | 002 | 00 | R\$ | 2.500,00   |
| 33903900-012          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 002 | 00 | R\$ | 130.000,00 |
| 0801.10.301.0155.2085 | MANUT DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA           | FTE | DR | R\$ | 0,00       |

|                       |   |      |    |     |            |
|-----------------------|---|------|----|-----|------------|
| 31901100-029          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil | 0102 | 00 | R\$ | 180.000,00 |
| 0801.10.301.0155.208  | MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT SAÚDE          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-032          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil | 0164 | 12 | R\$ | 26.000,00  |
| 0801.10.305.0150.2084 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓG          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 44905200-044          | Equipamentos e material permanente            | 1066 | 16 | R\$ | 910,00     |
|                       | Total   |      |    | R\$ | 339.410,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de novembro de 2014  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
 Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 171/2014

DECRETO No 171, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificada:

|                       |   |     |    |     |           |
|-----------------------|---|-----|----|-----|-----------|
| 1201.27.812.0100.2057 | MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR                     | FTE | DR | R\$ | 0,00      |
| 33903100-007          | Premiações Cult. Art. Cient. Desportivas e outras | 000 | 00 | R\$ | 10.000,00 |
| 33903900-009          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica    | 000 | 00 | R\$ | 8.000,00  |
|                       | Total   |     |    | R\$ | 18.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), na forma do quadro a seguir.

|                       |   |     |    |     |           |
|-----------------------|---|-----|----|-----|-----------|
| 1201.27.812.0100.2057 | MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR                 | FTE | DR | R\$ | 0,00      |
| 31901100-002          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil | 000 | 00 | R\$ | 10.000,00 |
| 33903000-006          | Material de consumo                           | 000 | 00 | R\$ | 8.000,00  |
|                       | Total   | 000 | 00 | R\$ | 18.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 18 de novembro de 2014  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
 Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 173/2014**

DECRETO No 173, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.100 de 13 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

|                       |  |     |    |     |          |
|-----------------------|--|-----|----|-----|----------|
| 1001.08.244.0195.2106 | MANUTENÇÃO DO IGD SUAS INDICE DE GEST DECENT   | FTE | DR | R\$ | 0,00     |
| 33903900-073          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 352 | 00 | R\$ | 2.300,00 |
|                       | Total  | 352 | 00 | R\$ | 2.300,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), na forma do quadro a seguir:

|                       |  |     |    |     |          |
|-----------------------|--|-----|----|-----|----------|
| 1001.08.244.0195.2106 | MANUTENÇÃO DO IGD SUAS INDICE DE GEST DECENT | FTE | DR | R\$ | 0,00     |
| 44905200-078          | Equipamentos e material permanente           | 352 | 00 | R\$ | 2.300,00 |
|                       | Total  | 352 | 00 | R\$ | 2.300,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 18 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 180/2014**

DECRETO No 180, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 369.048,87 (trezentos e sessenta e nove mil, quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 369.048,87 (trezentos e sessenta e nove mil, quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0602.28.122.0000.2166 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 46907100-073          | Principal da dívida contratual resgatado       | 1000 | 00 | R\$ | 5.000,00   |
| 0401.04.122.0045.2012 | MANUT SECRET DA AGRIC E MEIO AMBIENTE          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-076          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1000 | 00 | R\$ | 8.000,00   |
| 0501.04.122.0065.2031 | MANUT SECRET DA EDUCAÇÃO, CULT. ESPORTE        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-106          | Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil  | 1001 | 00 | R\$ | 5.256,00   |
| 0501.12.361.0065.2032 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-130          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1019 | 00 | R\$ | 163.000,00 |
| 33903000-134          | Material de consumo                            | 1001 | 00 | R\$ | 10.000,00  |
| 33903900-138          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1001 | 00 | R\$ | 12.000,00  |
| 0501.12.365.0060.2029 | MANUT DAS CRECHES E PREESCOLAS                 | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-186          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1001 | 00 | R\$ | 10.000,00  |

|                       |   |      |    |     |            |
|-----------------------|---|------|----|-----|------------|
| 0601.15.452.0120.2062 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS                         | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31903400-284          | Outras despesas de pessoal decorrente de contrat. Terc. | 1000 | 00 | R\$ | 3.220,62   |
| 33903900-287          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica          | 1000 | 00 | R\$ | 34.779,38  |
| 0601.15.452.0130.2065 | MANUT SERV COLETA DESTINO FINAL LIXO                    | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31903400-296          | Outras despesas de pessoal decorrente de contrat. Terc. | 1000 | 00 | R\$ | 12.134,67  |
| 0601.15.453.0135.2069 | MANUT SIST TRANSP COLETIVO PASSAGEIROS                  | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-305          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil           | 1000 | 00 | R\$ | 5.000,00   |
| 33901300-306          | Obrigações patronais                                    | 1000 | 00 | R\$ | 12.500,00  |
| 0701.04.122.0150.2074 | MANUT DA SECRET DA SAÚDE E DESENV SOC                   | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903600-332          | Outros serviços de terceiros – pessoa física            | 1000 | 00 | R\$ | 3.700,00   |
| 0601.26.782.0145.2071 | MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS                        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-446          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica          | 1024 | 54 | R\$ | 83.958,20  |
| 1701.04.122.0055.2025 | MANUT SECRET DE DESENVIMENTO ECONÔM                     | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-385          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil           | 1000 | 00 | R\$ | 500,00     |
|                       | Total   |      |    | R\$ | 369.048,87 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 369.048,87 (trezentos e sessenta e nove mil, quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0602.28.122.0000.2166 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 32902100-071          | Juros sobre a dívida por contrato              | 1000 | 00 | R\$ | 5.000,00   |
| 0401.04.122.0045.2012 | MANUT SECRET DA AGRIC E MEIO AMBIENTE          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901300-077          | Obrigações patronais                           | 1000 | 00 | R\$ | 8.000,00   |
| 0501.04.122.0065.2031 | MANUT SECRET DA EDUCAÇÃO, CULT. ESPORTE        | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33901400-108          | Diárias – civil                                | 1001 | 00 | R\$ | 5.256,00   |
| 0501.12.361.0065.2032 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-129          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1001 | 00 | R\$ | 163.000,00 |
| 33903000-136          | Material de consumo                            | 1058 | 49 | R\$ | 12.000,00  |
| 33903900-139          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1019 | 00 | R\$ | 10.000,00  |
| 0501.12.365.0060.2029 | MANUT DAS CRECHES E PREESCOLAS                 | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-184          | Material de consumo                            | 1001 | 00 | R\$ | 3.000,00   |
| 33903900-187          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1058 | 49 | R\$ | 7.000,00   |
| 0601.15.452.0120.2062 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS                | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-282          | Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil  | 1000 | 00 | R\$ | 20.000,00  |
| 31901300-283          | Obrigações patronais                           | 1000 | 00 | R\$ | 18.000,00  |
| 0601.15.452.0130.2065 | MANUT SERV COLETA DESTINO FINAL LIXO           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-297          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 12.134,67  |
| 0601.15.453.0135.2069 | MANUT SIST TRANSP COLETIVO PASSAGEIROS         | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-308          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 17.500,00  |
| 0701.04.122.0150.2074 | MANUT DA SECRET DA SAÚDE E DESENV SOC          | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-333          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 3.700,00   |
| 0601.26.782.0145.2071 | MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS               | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903000-324          | Material de consumo                            | 1000 | 00 | R\$ | 83.958,20  |
| 1701.04.122.0055.2025 | MANUT SECRET DE DESENVIMENTO ECONÔM            | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33901400-386          | Diárias – civil                                | 1000 | 00 | R\$ | 500,00     |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 369.048,87 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 1 de dezembro de 2014  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 185/2014**

DECRETO No 185, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 228.180,00 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 228.180,00 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0801.10.301.0150.2075 | MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA                    | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-005          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 1002 | 00 | R\$ | 118.000,00 |
| 33901400-009          | Diárias Civil                                  | 1002 | 00 | R\$ | 5.000,00   |
| 33903900-014          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1064 | 08 | R\$ | 65.000,00  |
| 0801.10.301.0155.2086 | MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT SAÚDE           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-066          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 0164 | 08 | R\$ | 40.000,00  |
| 0801.10.305.0150.2084 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓG           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 33903900-043          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1066 | 16 | R\$ | 180,00     |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 228.180,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 228.180,00 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta reais), na forma do quadro a seguir.

|                       |  |      |    |     |            |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0801.10.301.0150.2075 | MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA                    | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901300-006          | Obrigações patronais                           | 1002 | 00 | R\$ | 148.000,00 |
| 33903900-012          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1002 | 00 | R\$ | 40.000,00  |
| 0801.10.301.0155.2086 | MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT SAÚDE           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 31901100-032          | Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  | 0164 | 12 | R\$ | 40.000,00  |
| 0801.10.305.0150.2084 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓG           | FTE  | DR | R\$ | 0,00       |
| 44905200-044          | Equipamentos e material permanente             | 1066 | 16 | R\$ | 180,00     |
|                       | Total  |      |    | R\$ | 228.180,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de dezembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças



**Decreto 190/2014**

DECRETO No 190, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.100 de 13 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

|                       |  |      |    |     |          |
|-----------------------|--|------|----|-----|----------|
| 1001.08.241.0170.2095 | ATENDIMENTO SOCIAL A IDOSOS                    | FTE  | DR | R\$ | 0,00     |
| 33903900-002          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |
|                       | Total  | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do quadro a seguir:

|                       |                             |      |    |     |          |
|-----------------------|-----------------------------|------|----|-----|----------|
| 1001.08.241.0170.2095 | ATENDIMENTO SOCIAL A IDOSOS | FTE  | DR | R\$ | 0,00     |
| 33903000-001          | Material de consumo         | 1052 | 00 | R\$ | 1.000,00 |
|                       | Total                       | 1052 | 00 | R\$ | 1.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 193/2014**

DECRETO No 193, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

|                       |  |      |    |     |          |
|-----------------------|--|------|----|-----|----------|
| 1401.16.482.0140.2070 | REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS              | FTE  | DR | R\$ | 0,00     |
| 33903900-006          | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |
|                       | Total  | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Capinzal, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do quadro a seguir.

|                       |                                   |      |    |     |          |
|-----------------------|-----------------------------------|------|----|-----|----------|
| 1401.16.482.0140.2070 | REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS | FTE  | DR | R\$ | 0,00     |
| 33903000-005          | Material de consumo               | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |
|                       | Total                             | 1000 | 00 | R\$ | 1.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de dezembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0081/2014

|  |  |  |
|--|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |  |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  |  |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |  |
| Aditivo Nº.....: TA001/2014 C82 - Contrato Nº: 0082/2013 M<br>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL<br>Contratada....: SAVENHAGO & SAVENHAGO LTDA ME<br>Valor.....: 0,00 (zero)<br>Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015<br>Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2013<br>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00035 / 2013<br>Recursos.....: Dotação:<br>Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |  |

### FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0069/2014

|   |  |  |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA  |  |  |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  |  |  |
| EXTRATO CONTRATUAL  |  |  |
| Aditivo Nº.....: TA 002/2014 C69 - Contrato Nº: 0069/2011<br>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL<br>Contratada....: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA<br>Valor.....: 0,00 (zero)<br>Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015<br>Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2011 Processo_Licitatório.....: 00027 / 2011<br>Recursos.....: Dotação:<br>Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014  |  |  |

**FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0081/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| Aditivo Nº.....: TA001/2014 C82 - Contrato Nº: 0082/2013 M   |  |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: SAVENHAGO & SAVENHAGO LTDA ME  |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2013   |  |
| Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00035 / 2013  |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |

**FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0109/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| Aditivo Nº.....: TA001/2014 C109 - Contrato Nº: 0109/2014  |  |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: FABIANO FRANK - ME   |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2014   |  |
| Processo_Licitatório.....: 00046 / 2014  |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0001/2015  
Pregão Presencial Nº 0001/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2015.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 09/01/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
HORÁRIO: 7:00 às 13:00 horas.  
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 23 de Dezembro de 2014.  
ELISÂNGELA BAGNOLIN  
Diretora de Compras e Licitações

**PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0008/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C08 - Contrato Nº: 0008/2014  |  |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA   |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2014  |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |

**PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0010/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| Aditivo Nº.....: TA001/2014 C10 - Contrato Nº: 0010/2013   |  |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: DALNEI OLIVEIRA CORREA & CIA LTDA ME   |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013 Processo_Licitatório.....: 0009 / 2013   |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |

**PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0081/2014**

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA         |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL |  |
| EXTRATO CONTRATUAL               |  |

Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C82 - Contrato Nº: 0082/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
 Contratada....: SAVENHAGO & SAVENHAGO LTDA ME  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2013 Processo\_Licitató-  
 rio.....: 00035 / 2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação  
 da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme  
 solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.  
 Capinzal, 22 de Dezembro de 2014

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0092/2014

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA         |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL |  |
| EXTRATO CONTRATUAL               |  |

Aditivo Nº.....: TA001/2014 C92 - Contrato Nº: 0092/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
 Contratada....: ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2013 Processo\_Licitató-  
 rio.....: 00040 / 2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação  
 da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme  
 solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.  
 Capinzal, 22 de Dezembro de 2014

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0097/2014

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA         |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL |  |
| EXTRATO CONTRATUAL               |  |

Aditivo Nº.....: TA001/2014 C97 - Contrato Nº: 0097/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
 Contratada....: AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURAN-  
 ÇA DO  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2013 Processo\_Licitató-  
 rio.....: 00043 / 2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação  
 da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme  
 solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.  
 Capinzal, 22 de Dezembro de 2014

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0109/2014

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA         |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL |  |
| EXTRATO CONTRATUAL               |  |

Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C109 - Contrato Nº: 109/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
 Contratada....: AUDITA SERVIÇOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS  
 LTDA  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014 Processo\_Li-  
 citatório.....: 00062 / 2014  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação  
 da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme  
 solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.  
 Capinzal, 22 de Dezembro de 2014

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0170/2014

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA         |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL |  |
| EXTRATO CONTRATUAL               |  |

Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C170 - Contrato Nº: 0170/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
 Contratada....: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MÁQUINAS E SUPRI-  
 MENTOS  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2013 Processo\_Licitató-  
 rio.....: 00084 / 2013  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação  
 da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme  
 solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.  
 Capinzal, 22 de Dezembro de 2014

**PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0221/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| -----  |  |
| Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C221 - Contrato Nº: 0221/2013   |  |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICI  |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2013 Processo_Licitatório.....: 000137 / 2013  |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |

**PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0231/2014**

|  |  |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA   |  |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| EXTRATO CONTRATUAL   |  |
| -----  |  |
| Aditivo Nº.....: TA001/2014 C231 - Contrato Nº: 0231/2013  |  |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL   |  |
| Contratada....: GRATT INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA   |  |
| Valor.....: 0,00 (zero)  |  |
| Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 31/12/2015  |  |
| Licitação.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2013   |  |
| Processo_Licitatório.....: 000136 / 2013   |  |
| Recursos.....: Dotação:  |  |
| Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. |  |
| Capinzal, 22 de Dezembro de 2014   |  |
|  |  |
|  |  |

**Cocal do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/PMCS/2014**

CONTRATO Nº: 154/PMCS/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/PMCS/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/PMCS/2014

Objeto: Constitui do objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para o licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos de Betha Legislação com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

Assinatura: 16/12/2014

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 30/06/2017

Valor: R\$ 4.580,50 (quatro mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos), mais R\$ 605,00 ( seiscientos e cinco reais) estimado com despesas para suporte técnico.

Dotação Orçamentária: 05.01.2006.3.3.90 (16).



# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5946

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.946, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.621, de 13 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de novembro de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão13FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária13.01Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade10.301.0061.2102Ações de Atenção Básica - FMS  
Elemento3.1.90.00.00.00.00Pessoal e Encargos Sociais - Apli-  
cações Diretas

Fonte de Recursos01.020000Receita de Impostos de Saú-  
deR\$211.379,76

TOTAL SUPLEMENTADOR\$211.379,76.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Adminis-  
tração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 5947

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.947, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a transferência de bens móveis a Unidades Admi-  
nistrativas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º, I, da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, para integrar o patrimônio da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, 1 (um) fogão a gás, quatro bocas, marca Atlas, cor cinza, código patrimonial 1061, pertencente ao

patrimônio da Fundação Municipal de Cultura - FMC.

Art. 2º Fica transferido, para integrar o patrimônio do Município, 1 (um) fogão a gás, quatro bocas, marca Realce, código patrimonial 1221, pertencente ao patrimônio da FMC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 833/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 833/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor FER-  
NANDO LUIZ FINGER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-  
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, ao servidor FERNANDO LUIZ FINGER, ocupante do cargo de Mecânico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de novembro de 2009 a 2 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 834/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 834/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa o servidor EDNO GONÇALVES para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor EDNO GONÇALVES, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, no período de 1º a 30 de dezembro de 2014, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse interím, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FUMDEMA será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado, senhor EDNO GONÇALVES, no período de 1º a 30 de dezembro de 2014, na forma estabelecida no Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| JOÃO GIRARDI<br>Prefeito Municipal | BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA<br>Secretária Municipal de Administração |
|------------------------------------|--|

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2014.

**DECRETO Nº 835/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 835/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa a servidora SILVANA CASAGRANDE para responder, interinamente, pela função de Tesoureira do FMAS e FIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e na Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SILVANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Pedagogo, para responder como Tesoureira,

administrar e operacionalizar as contas bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, no período de 8 a 10 de dezembro de 2014, enquanto perdurar o afastamento do servidor Agenor Luis Cembrani.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

|  |   |
|--|---|
| BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA<br>Secretária Municipal de Administração | LAURI GARBOSSA<br>Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação |
|--|---|

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 836/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 836/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 813/2014, de 13 de novembro de 2014, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE DALLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação protocolizada sob nº 23021/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 813/2014, de 13 de novembro de 2014, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE DALLO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 837/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 837/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SEDIANA ZANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2005 a 10 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 838/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 838/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SOLENI LOURDES ROVANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora SOLENI LOURDES ROVANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 88366-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 839/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 839/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA DE LOURDES ZAPALAI KOPSEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora MARIA DE LOURDES ZAPALAI KOPSEL, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2005 a 1º de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 840/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 840/2014, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para

responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, no período de 1º a 30 de dezembro de 2014, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 841/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 841/2014, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa a servidora MERCI ERCI LAUTERT para integrar a Comissão de Controle, Avaliação e Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.040, de 22 de dezembro de 1997 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MERCI ERCI LAUTERT, para integrar a comissão especial com a finalidade de efetuar o Controle, Avaliação e Auditoria do Sistema Municipal de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS, objeto do Decreto nº 34/2013, de 2 de janeiro de 2013, no período de 19 de novembro a 15 de dezembro de 2014, em face do afastamento da servidora Marisa Sprigio, em auxílio-doença.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, no período de 19 de novembro a 15 de dezembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 842/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 842/2014, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 17 de dezembro de 2014 a 15 de janeiro de 2015, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º A Diretora-Geral designada exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pela Ordenadora de Despesas/Diretora-Geral/Superintendente designada da FMEC, senhora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, no período de 17 de dezembro de 2014 a 15 de janeiro de 2015, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 676/2012, de 24 de agosto de 2012 e 95/2013, de 7 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 843/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 843/2014, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede Promoção Horizontal à servidora MARIA LUIZA MARCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARIA LUIZA MARCON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, matrícula 36048-01, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 3 de julho de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 844/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 844/2014, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ALTAIR PEREIRA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 5.338 dias, ou seja: 14 (quatorze) anos, 7 (sete) meses e 18 (dezoito) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ALTAIR PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 6 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 845/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 845/2014, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera o servidor AURI GOTTSCHALCK.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor AURI JOSE GOTTSCHALCK, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Serviços Urbanos, a partir de 8 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 846/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 846/2014, DE 8 DE DEZEMBRO 2014.

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais, nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014, e 2 de janeiro de 2015, será na forma abaixo:

I - nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014, expediente em turno único:

a) serviços administrativos: das 7h às 13h;

b) serviços operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA, Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - SEMURB e Secretaria Municipal de Transportes - SEMUT: das 6h às 12h;

II - ponto facultativo nos dias 26 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015.

Art. 2º Os horários de trabalho fixados nos incisos I e II do art. 1º deste Decreto não se aplicam:

a) ao Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

b) ao Terminal Rodoviário;

c) à Vigilância Sanitária, conforme escala do Setor;

d) aos Agentes da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo único. O atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 03/2014 -FMS**

Contrato Nº : 3/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI  
Licitação : Pregão Presencial 29/2013  
Objeto : Aquisição de medicamentos em farmácia, regulamentados conforme normas da ANVISA, para atendimento de determinações judiciais, Lar Anjo Gabriel, Conselho Tutelar, Recanto do Idoso, Presídio Regional e excepcionalidades, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde, descritos nos anexos ?A? e ?B? deste edital.  
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 31/12/2014  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 100.000,00 (Cem Mil Reais)

Dotação : 223 - 13.001.2105.333903009000000.01020000

Dotação : 363 - 13.001.2105.333903009000000.03020000

Dotação : 225 - 13.001.2105.333903009000000.01670000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903009000000.03640000

Dotação : 224 - 13.001.2105.333903009000000.01640000

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 05/2014 -FMS**

Contrato Nº : 5/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : PADARIA E CONFEITARIA MCECILIA LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 28/2013  
Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de refeições aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico nas cidades de Chapecó e Joaçaba, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.  
Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 31/12/2014  
Assinatura : 10/12/2014  
Valor R\$: 2.286,10 (Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Dez Centavos)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903941000000.01020000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903941000000.03020000

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 151/2013 -FMS**

Contrato Nº : 151/2013  
Aditivo Nº : 1TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA EPP  
Licitação : Inexigibilidade 26/2013  
Objeto : Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.  
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 946.440,00 (Novecentos e Quarenta e Seis Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 152/2013 -FMS**

Contrato Nº : 152/2013  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : ANGEL 'S BOSQUE CENTRO TERAPEUTICO LTDA  
Licitação : Inexigibilidade 26/2013  
Objeto : Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.  
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 946.440,00 (Novecentos e Quarenta e Seis Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 153/2013 -FMS**

Contrato Nº : 153/2013  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE AUCÓLATRAS E TOXICOMANOS  
Licitação : Inexigibilidade 26/2013  
Objeto : Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.  
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 1.174.248,00 (Um Milhão, Cento e Setenta e Quatro Mil e Duzentos e Quarenta e Oito Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 154/2013 -FMS**

Contrato Nº : 154/2013  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA  
Contratada : COMUNIDADE TERAPEUTICA ROSA DE SARON  
Licitação : Inexigibilidade 26/2013  
Objeto : Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.  
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 424.728,00 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil e Setecentos e Vinte e Oito Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.3339039500000000.03650000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 155/2013 -FMS**

Contrato Nº : 155/2013  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA  
Contratada : JVS CENTRO TERAPEUTICO LTDA - ME  
Licitação : Inexigibilidade 26/2013  
Objeto : Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.  
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 18/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 874.440,00 (Oitocentos e Setenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.3339039500000000.03650000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 21/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 21/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Contratada : FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 13/2014  
Objeto : Contratação de empresa para aquisição e instalação de papel de parede e tapetes em atendimento às necessidades do CREAS, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo, CREAS Custeio e CREAS Investimento, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 10/06/2015  
Assinatura : 12/12/2014  
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 253 - 15.001.2203.3339030240000000.01530000

Dotação : 253 - 15.001.2203.3339030990000000.01530000

Dotação : 255 - 15.001.2203.3449052510000000.01530000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 253/2014 -PMC**

Contrato Nº : 253/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Objeto/Valor  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Contratada : GENTE SEGURADORA S.A  
Licitação : Pregão Presencial 74/2014  
Objeto : Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 30/06/2015  
Assinatura : 19/12/2014  
Valor R\$: 4.498,93 (Quatro Mil, Quatrocentos e Noventa e Oito Reais e Três Centavos)

Dotação : 9 - 02.001.2002.3339039690000000.01000001

Dotação : 18 - 03.001.2006.3339039690000000.01000001

Dotação : 28 - 04.002.2045.3339039690000000.01000002

Dotação : 37 - 05.001.2010.3339039690000000.01000001

Dotação : 63 - 06.002.2017.3339039690000000.01010000

Dotação : 91 - 07.001.2026.3339039690000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.3339039690000000.01000001

Dotação : 132 - 09.001.2032.3339039690000000.01000001

Dotação : 144 - 09.002.2605.3339039690000000.01000001

Dotação : 150 - 10.001.2036.3339039690000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2041.3339039690000000.01000001

Dotação : 236 - 15.001.2201.3339039690000000.01000001

Dotação : 291 - 18.001.2501.3339039690000000.01000001

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 02/2013 -FMAS**

Contrato Nº : 2/2013/2013  
Aditivo Nº : 2 TA/2014  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Contratada : TRANSPORTES HELLO LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 14/2012  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de crianças e adolescentes usuárias dos programas do FMAS no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS I  
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 31/12/2015  
Assinatura : 15/12/2014  
Valor R\$: 1.631,70 (Um Mil, Seiscentos e Trinta e Um Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 240 - 15.001.2202.3339039990000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 10/2014 -FMEC**

Contrato Nº : 10/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada na manutenção, fabricação e montagem de estruturas metálicas, para prestação de serviços no Centro de Eventos Concórdia, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo 7D? do Edital.

Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 11/02/2015

Assinatura : 02/12/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 271 - 17.001.1453.344905107000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 188/2014 -PMC**

Contrato Nº : 188/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de Financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 20/03/2015

Execução: Início: 21/12/2014 Término: 20/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC**

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 31/03/2015

Assinatura : 22/12/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

**EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 02/2013 -FMC**

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 7 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 05/05/2015

Assinatura : 20/11/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 269 - 16.001.2403.344905198000000.01000001

Dotação : 320 - 16.001.2403.344905198000000.03000001

**EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 02/2013 -FMC**

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 8 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 05/05/2015

Assinatura : 08/12/2014

Valor R\$ : 55.687,13 (Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Treze Centavos)

Dotação : 269 - 16.001.2403.344905198000000.01000001

Dotação : 320 - 16.001.2403.344905198000000.03000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 24/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 24/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : EDITORA FTD S A

Licitação : Pregão Eletrônico 7/2014

Objeto : Aquisição de livros para as crianças dos Centros de convivência CRAS I e II, com recursos oriundos do Convênio SCFV, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 02/02/2015

Assinatura : 04/12/2014

Valor R\$ : 2.128,00 (Dois Mil e Cento e Vinte e Oito Reais)

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903299000000.01520000

### EXTRATO CONTRATO Nº 25/2014 -FMAS

Contrato Nº : 25/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : JAKSON KIRSTEN EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 7/2014

Objeto : Aquisição de livros para as crianças dos Centros de convivência CRAS I e II, com recursos oriundos do Convênio SCFV, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 02/02/2015

Assinatura : 04/12/2014

Valor R\$ : 8.458,00 (Oito Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais)

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903299000000.01520000

### EXTRATO CONTRATO Nº 427/2014-PMC

Contrato Nº : 427/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 27/2014

Objeto : Aquisição de um veículo de passeio, novo, com recursos oriundos do Convênio nº 792311/2013, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa e a aquisição de um veículo pesado, tipo caminhão, e contratação de empresa para fabricação de carroceria em madeira, novos, com recursos oriundos do Convênio com o Ministério do Trabalho - SENAES, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 17/02/2016

Assinatura : 18/12/2014

Valor R\$ : 32.510,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos e Dez Reais)

Dotação : 93 - 07.001.2026.344905252000000.01240000

Dotação : 287 - 18.001.1501.344905299000000.01000001

Dotação : 380 - 18.001.1501.344905252000000.03000001

Dotação : 403 - 18.001.2503.344905252000000.01240000

Dotação : 403 - 18.001.2503.344905299000000.01240000

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014 -FUMDEMA

Contrato Nº : 3/2014

Contratante : FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica nas áreas contábil e gestão administrativa aos Empreendimentos Econômicos Solidários com recursos oriundos do Ministério do trabalho e Emprego e contrapartida municipal, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 16/12/2014 Término: 15/02/2016

Assinatura : 16/12/2014

Valor R\$ : 20.559,70 (Vinte Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 296 - 18.001.2503.333903905000000.01000001

Dotação : 404 - 18.001.2503.333903905000000.01240000

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2014 -FMC

Contrato Nº : 17/2014

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2014

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos para rede lógica e monitoramento por imagem, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos oriundos do repasse MINC/PRONAC - patrocinados pela Tractebel, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 07/08/2016

Assinatura : 08/12/2014

Valor R\$ : 31.998,60 (Trinta e Um Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 382 - 16.001.2403.344905224000000.01240000

Dotação : 382 - 16.001.2403.344905235000000.01240000

### EXTRATO Nº 02

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 2/2014

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

| RUA             | SERVIÇOS               | Custo Total<br>- R\$ | Valorização<br>dos Lotes<br>- R\$ |
|-----------------|------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| Rua Kuwait      | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 130.349,35           | 70.777,80                         |
| Rua Grécia      | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 148.056,62           | 65.489,11                         |
| Travessa Iraque | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 60.529,52            | 21.165,75                         |
| Rua Inglaterra  | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 137.973,58           | 82.248,65                         |
| Rua Suíça       | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 109.552,76           | 61.381,55                         |
| TOTAL           |                        | 586.461,83           | 301.062,86                        |

MF - meio-fio;

PAV ASF - pavimentação asfáltica;

DR - drenagem pluvial;



CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 8 dias do mês de dezembro de 2014.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO Nº 03

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 3/2014

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

| RUA                    | SERVIÇOS               | Custo Total<br>– R\$ | Valorização<br>dos Lotes<br>– R\$ |
|------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| Travessa dos Limoeiros | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 40.621,62            | 26.631,99                         |
| Rua Ipê                | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 261.151,25           | 147.100,06                        |
| Rua das Amoras         | MF/PAV ASF/DR/<br>CONT | 83.411,37            | 61.750,65                         |
| TOTAL                  |                        | 385.184,24           | 235.482,70                        |

MF - meio-fio;  
PAV ASF - pavimentação asfáltica;  
DR - drenagem pluvial;  
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 8 dias do mês de dezembro de 2014.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 680

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 680, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município adquirir áreas de terras; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a adquirir as áreas de terras abaixo descritas:

I - para fins de implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS:

a) área de terras de 100.103,23m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.284, 1.283, 1.282, 1.281 e 1.280, da Colônia Rancho Grande, com área total levantada de 951.760,21m<sup>2</sup>, situado em Linha Pinhal, neste Município, de propriedade da empresa AGROINDUSTRIAL SIMIONI LTDA., registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 6.296, Livro nº 2 - "AB", tendo a área de 100.103,23m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 368,25m, com a área remanescente da mesma matrícula, lotes rurais nºs. 1.281 e 1.282 de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda; ao sudeste, em linhas descontínuas, na extensão de 156,90m, com o lote rural nº 1.280 de propriedade de Alcides Simioni e na extensão de 458,94m com o lote rural nº 1.651 de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol; ao sudoeste, em linhas descontínuas, na extensão de 157,33m, com o lote Rural nº 1.651 de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol, na extensão de 138,86m com o lote rural nº 1.652 de propriedade de Aquilino Dallagnol, e na extensão de 80m, com os lotes rurais nºs. 1.650 e 1.651 de propriedade de José Alberto Olmi e Marília Clara Poy Olmi; ao noroeste, na extensão de 635,63m com a área remanescente da mesma matrícula, lote rural nº 1.282, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.;

b) área de terras de 46.400,00m<sup>2</sup> caracterizada como: parte do lote rural nº 1.651, da Colônia Rancho Grande, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 5.721, Livro nº 2 - "V";

c) área de terras de 37.630,60m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.651, da Colônia Rancho Grande, com área de 46.400,00m<sup>2</sup>, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.217, Livro nº 2 - "BI", tendo a área de 37.630,60m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, em linhas quebradas, na extensão de 80,00m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., e na extensão de 34,40m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol; ao sudeste, na extensão de 323,40m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi; ao sudoeste: na extensão de 51,10m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Neldo Seidenstucker, e na extensão de 88,70m com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Leonir Correia; ao noroeste, na extensão de 345,60m com a área remanescente da mesma matrícula, lote rural nº 1.651 de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi;



d) área de terras de 65.379,32m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.639 e 1.652, da Colônia Rancho Grande, com área total levantada de 351.025,40m<sup>2</sup>, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de AMÉLIA BUSSOLARO, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.141, Livro nº 2 - "H", tendo a área de 65.379,32m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 91,5m, com a área a desmembrar 02 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao sudeste, na extensão de 486,2m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao sudoeste, na extensão de 173,70m, com a área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao noroeste, na extensão de 161,10m, com o lote rural nº 1.651 de propriedade de Neldo Seidenstucker, e na extensão de 326,90m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi;

e) área de terras de 40.675,21m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.651 e 1.652, com área total levantada de 91.917,80m<sup>2</sup>, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de ADIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACILDA MARIA SIMIONI DALLAGNOL e OLIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACEMA MARIA CASAGRANDE DALLAGNOL, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.969, Livro nº 2 - "S", tendo a área de 40.675,21m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 157,3m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; ao sudeste, em linhas descontínuas, na extensão de 182,4m, com o lote rural nº 1.653, de propriedade de Aquelino Dallagnol, e na extensão de 107,6m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao sudoeste, em linhas descontínuas, na extensão de 174,9m, com a área remanescente da mesma matrícula, parte dos lotes rurais nºs. 1.651 e 1.652, e na extensão de 59,00m, com a área a desmembrar 02 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao noroeste, na extensão de 269,9m com o lote rural nº 1.282, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.;

II - para fins de permuta, com outra área, também necessária à implantação das futuras instalações da UFFS: área de terras de 10.193,89m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.639 e 1.652, da Colônia Rancho Grande, com área total levantada de 351.025,40m<sup>2</sup>, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de AMÉLIA BUSSOLARO, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.141, Livro nº 2 - "H", tendo a área de 10.193,89m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 72,0m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol; ao sudeste, na extensão de 125,5m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao sudoeste, na extensão de 91,5m, com a área a desmembrar 01 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652 de propriedade de Amélia Bussolaro; ao noroeste, na extensão de 124,9m com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol.

Art. 2º O Município efetuará o pagamento das áreas de terras referidas no art. 1º desta Lei, na forma abaixo:

I - R\$ 1.501.548,45 (um milhão, quinhentos e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), pela área de terras de propriedade da empresa AGROINDUSTRIAL SIMIONI LTDA., descrita na alínea "a" do inciso I, sendo R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no mês de março de 2015 e o saldo remanescente dividido em 39 (trinta e nove) parcelas mensais, a partir

do mês de abril de 2015, com vencimento no 5º dia útil, reajustáveis anualmente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas - IGP-DI/FGV;

II - R\$ 1.260.459,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), pelas áreas de terras de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, descritas nas alíneas "b" e "c" do inciso I, sendo R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no mês de abril de 2015 e o saldo remanescente dividido em 39 (trinta e nove) parcelas mensais, a partir do mês de maio de 2015, com vencimento no 5º dia útil, reajustáveis anualmente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas - IGP-DI/FGV;

III - R\$ 980.689,80 (novecentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), pela área de terras de propriedade de AMÉLIA BUSSOLARO, descrita na alínea "d" do inciso I, sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no prazo de 5 (cinco) dias após efetuado o registro do imóvel, e o saldo remanescente dividido em 12 (doze) parcelas mensais, fixas e irreajustáveis, a partir do mês subsequente, com vencimento no 5º dia útil.

IV - R\$ 610.128,15 (seiscentos e dez mil, cento e vinte e oito reais e quinze centavos), pela área de terras de propriedade de ADIR DALLAGNOL e sua mulher, e OLIR DALLAGNOL e sua mulher, descrita na alínea "e" do inciso I, em parcela única, no prazo de 5 (cinco) dias após efetuado o registro do imóvel;

V - R\$ 152.908,35 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos), pela área de terras de propriedade de AMÉLIA BUSSOLARO, descrita no inciso II, em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, após efetuado o registro do imóvel, com vencimento no 5º dia útil.

Art. 3º Fica o Município autorizado a permutar a área de terras constante no inciso II do art. 1º desta Lei, pela área de terras de 10.193,89m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.651 e 1.652, com área total levantada de 91.917,80m<sup>2</sup>, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de ADIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACILDA MARIA SIMIONI DALLAGNOL e OLIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACEMA MARIA CASAGRANDE DALLAGNOL, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.969, Livro nº 2 - "S", tendo a área de 10.193,89m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 59m, com a área a desmembrar 01 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao sudeste, na extensão de 166,5m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao sudoeste, na extensão de 60,0m, com parte do lote rural nº 1.651, de propriedade de José Alberto Olmi e Marília Clara Poy Olmi; ao noroeste, na extensão de 181,6m, com o lote rural nº 1.282, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.

Art. 4º A permuta de que trata o art. 3º desta Lei será efetuada sem compensação de valores para qualquer das partes.

Art. 5º Fica o Município autorizado a receber, em doação, as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para abertura de rua, possibilitando o acesso aos imóveis destinados à implantação das futuras instalações da UFFS, descritas nesta Lei:

I - área de terras de 5.494,805m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.284, 1.283, 1.282, 1.281 e 1.280, da Colônia Rancho Grande, situado em Linha Pinhal, neste Município, de propriedade da empresa AGROINDUSTRIAL SIMIONI LTDA., registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 6.296, Livro nº 2 - "AB", tendo a área de 5.494,805m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: partindo do vértice 08A, frente do referido imóvel, situado no limite com o lote rural nº

1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°13'31,63585" Sul e Longitude 51°56'47,76970" oeste, Datum SIRGAS2000, meridiano central 51° WGr, pelo sistema de coordenada UTM Norte = 6.988.238,9559 m e Leste = 406.268,1610m; seguindo deste no quadrante nordeste, no limite com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., com uma curva, desenvolvimento de 65,708m e raio de 140,000 chega-se ao vértice 08B, de coordenada Norte = 6.988.181,9513 m e Leste = 406.299,6152 m; seguindo deste no quadrante nordeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., com uma distância de 455,876 m, e azimute de 137°39'55" chega-se ao vértice 08C, de coordenada Norte = 6.987.844,9577 m e Leste = 406.606,6305 m; seguindo deste no quadrante sudeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., com uma distância de 10,001m, e azimute de 228°17'12" chega-se ao vértice 08D, de coordenada Norte = 6.987.838,3033 m e Leste = 406.599,1653 m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.651, matrícula nº 14.217 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 14.217, com uma distância de 25,355m, e azimute de 317°39'54", chega-se ao vértice 06, de coordenada norte = 6.987.857,0462m e leste = 406.582,0897m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.650, matrícula nº 2.799 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 2.799, com uma distância de 486,090m, e azimute de 317°39'55" chega-se ao vértice 08E, de coordenada Norte = 6.988.216,3748 m e Leste = 406.254,7261 m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser desmembrada e unificada na matrícula nº 14.217, com uma curva, desenvolvimento de 8,502 m e raio de 160,000, chega-se ao vértice 07A, de coordenada Norte = 6.988.224,3400m e Leste = 406.251,7563m; seguindo deste no quadrante noroeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, com uma distância de 2,012m, e azimute de 48°49'43" chega-se ao vértice 08, de coordenada norte = 6.988.225,6645m e leste = 406.253,2708m; seguindo deste no quadrante noroeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, com uma distância de 19,960m, e azimute de 48°14'49", chega-se ao vértice 08A, ponto inicial da descrição deste perímetro.

II - área de terras de 5.909,864m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 878 e 879, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, situado em Linha São José, neste Município, de propriedade de PEDRINHA ROSSETTO BASSEGIO, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 240, Livro nº 2, tendo a área de 5.909,864m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: partindo do vértice 07G, frente do referido imóvel, situado no limite com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área remanescente, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°13'26,64293" sul e Longitude 51°56'56,55085" oeste, Datum SIRGAS2000, meridiano central 51° WGr, pelo sistema de coordenada UTM norte = 6.988.390,7594m e leste = 406.025,4553m; seguindo deste no quadrante nordeste, no limite com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada

área remanescente, com uma distância de 206,356m, e azimute de 113°04'04", chega-se ao vértice 07H, de coordenada norte = 6.988.309,9051m e leste = 406.215,3120m; seguindo deste no quadrante nordeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área remanescente, com uma distância de 5,128m, e azimute de 114°59'08" chega-se ao vértice 07I, de coordenada norte = 6.988.307,7393m e leste = 406.219,9597m; seguindo deste no quadrante nordeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área remanescente, com um desenvolvimento de 68,586m e raio de 86,114, chega-se ao vértice 07J, de coordenada norte = 6.988.257,1155m e leste = 406.263,5243m; seguindo deste no quadrante nordeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área remanescente, com uma distância de 15,770m, e azimute de 165°46'23" chega-se ao vértice 07K, de coordenada Norte = 6.988.241,8291m e leste = 406.267,4000m; seguindo deste no quadrante nordeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área remanescente, com um desenvolvimento de 2,972m e raio de 140,000 chega-se ao vértice 08A, de coordenada norte = 6.988.238,9558m e leste = 406.268,1611m; seguindo deste no quadrante sudeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, com uma distância de 19,959m, e azimute de 228°14'49" chega-se ao vértice 08, de coordenada norte = 6.988.225,6644m e leste = 406.253,2709m; seguindo deste no quadrante sudeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, com uma distância de 2,012m, e azimute de 228°49'58" chega-se ao vértice 07A, de coordenada norte = 6.988.224,3400m e leste = 406.251,7563m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área a desmembrar, com um desenvolvimento de 13,123m e raio de 160,000 chega-se ao vértice 07B, de coordenada norte = 6.988.236,9138m e leste = 406.248,0134m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área a desmembrar, com uma distância de 15,352m, e azimute de 345°46'23" chega-se ao vértice 07C, de coordenada norte = 6.988.251,7952m e leste = 406.244,2404m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área a desmembrar, com um desenvolvimento de 51,293m e raio de 66,134 chega-se ao vértice 07D, de coordenada norte = 6.988.289,6214m e leste = 406.211,5160m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de Pedrinha Rossetto Bassegio denominada área a desmembrar, com uma distância de 4,458m, e azimute de 294°59'08" chega-se ao vértice 07E, de coordenada norte = 6.988.291,5043m e leste = 406.207,4756m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 878, matrícula 240, de propriedade de e Pedrinha Rossetto Bassegio, denominada área a desmembrar, com uma distância de 208,009m, e azimute de 293°04'04" chega-se ao vértice 07F, de coordenada norte = 6.988.373,0059m e leste = 406.016,0987m; seguindo deste no quadrante noroeste, confrontando neste trecho com o lote com a faixa de domínio BR 153; com uma distância de 20,068m, e azimute de 27°47'26" chega-se ao vértice 07G, ponto inicial da descrição deste perímetro;

III - área de terras de 253,550m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.651, da Colônia Rancho Grande, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.217, Livro nº 2 - "BI", tendo a área de 253,550m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: partindo do vértice 08E, frente do referido imóvel, situado no limite com o lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°13'32,36638" sul e longitude 51°56'48,26430" oeste, Datum SIRGAS2000, meridiano central 51° WGr, pelo sistema de coordenada UTM norte = 6.988.216,3748m e leste = 406.254,7261m; seguindo deste no quadrante nordeste, no limite com o lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, com uma distância de 486,090m, e azimute de 137°39'55" chega-se ao vértice 06, de coordenada norte = 6.987.857,0462m e leste = 406.582,0897 m; seguindo deste no quadrante sudeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 1.651, matrícula nº 14.217 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi; área a ser doada para Prefeitura Municipal de Concórdia, com uma distância de 10,090m, e azimute de 219°59'41" chega-se ao vértice 06A, de coordenada norte = 6.987.849,3160m e leste = 406.575,6045m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 1.650, matrícula nº 2.799 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher Marília Clara Poy Olmi, com uma distância de 431,760m, e azimute de 317°39'55" chega-se ao vértice 08E, de coordenada norte = 6.988.168,4821m e leste = 406.284,8307m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o lote rural nº 1.650, matrícula nº 2.799 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi, com uma curva, desenvolvimento de 56,867m e raio de 160,000 chega-se ao vértice 08E, ponto inicial da descrição deste perímetro;

IV - área de terras de 4.684,441m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.650, da Colônia Rancho Grande, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.799, Livro nº 2 - "K", tendo a área de 4.684,441m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: partindo do vértice 08E, frente do referido imóvel, situado no limite com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°13'32,36637" Sul e Longitude 51°56'48,26430" Oeste, Datum SIRGAS2000, meridiano central 51° WGr, pelo sistema de coordenada UTM Norte = 6.988.216,3749m e Leste = 406.254,7261m; seguindo deste no quadrante nordeste, no limite com o Lote rural nº 1.284, 1.283, 1.282, 1.281, 1.280, matrícula nº 6.296 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; área a ser doada à Prefeitura Municipal de Concórdia da matrícula nº 6.296, com uma distância de 486,0906m, e azimute de 137°39'55" chega-se ao vértice 06, de coordenada Norte = 6.987.857,0462m e Leste = 406.582,0897m; seguindo deste no quadrante Sudeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.651, matrícula nº 14.217 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher Marília Clara Poy Olmi; área a ser doada para Prefeitura Municipal de Concórdia, com uma distância de 10,0903m, e azimute de 219°59'41" chega-se ao vértice 06A, de coordenada Norte = 6.987.849,3160m e

Leste = 406.575,6045m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.650, matrícula nº 2.799 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher Marília Clara Poy Olmi, com uma distância de 431,7597m, e azimute de 317°39'55" chega-se ao vértice 08F, de coordenada Norte = 6.988.168,4821m e Leste = 406.284,8307m; seguindo deste no quadrante sudoeste, confrontando neste trecho com o Lote rural nº 1.650, matrícula nº 2.799 CRI 2º Ofício, Concórdia, SC, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi, com um desenvolvimento de 56,8674 m e raio de 160,0000, chega-se ao vértice 08E, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 6º Os proprietários outorgarão as escrituras públicas das áreas de terras constantes nesta Lei, após a competente autorização legislativa.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 681** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 681, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e alteração, que regulamentam os incisos I, III e IV do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Concórdia; estabelecem normas referentes à política de desenvolvimento econômico, concessão de incentivos fiscais e econômicos; cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Concórdia - FUMDECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e alteração, que regulamentam os incisos I, III e IV do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Concórdia; estabelecem normas referentes à política de desenvolvimento econômico, concessão de incentivos fiscais e econômicos; cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Concórdia - FUMDECON, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º Fica acrescido § 3º ao art. 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)

§ 3º No caso de pessoas jurídicas novas, estas deverão comprovar



que sua constituição formal ocorreu, no mínimo, 6 (seis) meses antes da data do requerimento, para fazer jus aos benefícios previstos nesta Lei.” (AC)

Art. 3º Fica acrescido inciso VIII ao art. 7º, com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

VIII - doação com encargo de área de terra nua ou com benfeitorias, inclusive infraestrutura e instalações, conforme art. 34, IX c/c o art. 87, I, da Lei Orgânica do Município e art. 17, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.” (AC)

Art. 4º O caput do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A concessão dos incentivos previstos nos incisos I a III e VIII do art. 7º desta Lei, será precedida de licitação na modalidade de concorrência, ressalvada a dispensa legal e o disposto nos arts. 87, 88 e 91 da Lei Orgânica do Município.” (NR)

Art. 5º Fica acrescido art. 7º-A, com a seguinte redação:

“Art. 7º-A. Definidos os incentivos em bens imóveis, materiais e serviços a serem fornecidos, o Município quantificará o custo total, incluídos salários e encargos sociais, horas máquina e demais encargos incidentes, comunicando o montante à empresa beneficiada, para conhecimento e eventual impugnação.” (AC)

Art. 6º Fica acrescido § 4º ao art. 15, com a seguinte redação:

“Art. 15º (...)

§ 4º O Município deverá assegurar-se, no ato de concessão de quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei, do efetivo cumprimento pelas empresas beneficiadas, dos encargos assumidos, com cláusula expressa de revogação dos benefícios nos casos de desvios da finalidade inicial e do projeto apresentado, assegurado o ressarcimento dos investimentos efetuados pelo Município.” (AC)

Art. 7º O caput do art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Fica vedada a alienação dos terrenos recebidos do Poder Público Municipal, no todo ou em partes, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades especificadas a que se propôs a empresa, salvo decisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, nos casos relacionados a seguir.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

|   |  |
|---|--|
| BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA<br>ROSA<br>Secretária Municipal de Administração | JOAQUIM PEDRO B. BICCA<br>NETO SEGUNDO<br>Secretário Municipal de Finanças |
|---|--|

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 682

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 682, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º O caput do art. 98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98. A taxa de que trata este Capítulo será calculada de acordo com a tabela do Anexo II desta Lei.” (NR)

Art. 3º O Anexo II passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

|   |  |
|---|--|
| BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA<br>ROSA<br>Secretária Municipal de Administração | JOAQUIM PEDRO B. BICCA<br>NETO SEGUNDO<br>Secretário Municipal de Finanças |
|---|--|

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

“ANEXO II

TABELA DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA

| ATIVIDADE | BASE DE CÁLCULO                     | UFIR Municipal por exercício |             |  |
|-----------|-------------------------------------|------------------------------|-------------|--|
|           |                                     | Permanência                  | Localização |  |
| INDÚSTRIA | até 50m2 de área ocupada            | 55                           | 37          |  |
|           | de 51 a 140m2 de área ocupada       | 109                          | 73          |  |
|           | de 141 a 300m2 de área ocupada      | 137                          | 92          |  |
|           | de 301 a 500m2 de área ocupada      | 191                          | 128         |  |
|           | de 501 a 700m2 de área ocupada      | 328                          | 220         |  |
|           | de 701 a 1.000m2 de área ocupada    | 411                          | 275         |  |
|           | de 1.001 a 1.500m2 de área ocupada  | 657                          | 440         |  |
|           | de 1.501 a 3.000m2 de área ocupada  | 915                          | 613         |  |
|           | de 3.001 a 7.000m2 de área ocupada  | 1.100                        | 737         |  |
|           | de 7.001 a 10.000m2 de área ocupada | 2.200                        | 1.474       |  |
|           | acima de 10.000m2 de área ocupada   | 3.700                        | 2.479       |  |
| COMÉRCIO  | até 20m2 de área ocupada            | 55                           | 37          |  |
|           | de 21 a 40m2 de área ocupada        | 82                           | 55          |  |
|           | de 41 a 70m2 de área ocupada        | 123                          | 82          |  |
|           | de 71 a 100m2 de área ocupada       | 142                          | 95          |  |
|           | de 101 a 130m2 de área ocupada      | 164                          | 110         |  |
|           | de 131 a 180m2 de área ocupada      | 176                          | 118         |  |
|           | de 181 a 250m2 de área ocupada      | 194                          | 130         |  |
|           | de 251 a 330m2 de área ocupada      | 212                          | 142         |  |
|           | de 331 a 400m2 de área ocupada      | 238                          | 159         |  |
|           | de 401 a 500m2 de área ocupada      | 285                          | 191         |  |
|           | de 501 a 600m2 de área ocupada      | 311                          | 208         |  |
|           | de 601 a 700m2 de área ocupada      | 348                          | 233         |  |
|           | de 701 a 800m2 de área ocupada      | 385                          | 258         |  |
|           | de 801 a 900m2 de área ocupada      | 421                          | 282         |  |
|           | de 901 a 1.000m2 de área ocupada    | 476                          | 319         |  |
|           | de 1.001 a 1.500m2 de área ocupada  | 550                          | 385         |  |
|           | acima de 1.501m2 de área ocupada    | 732                          | 490         |  |

| ATIVIDADE   | BASE DE CÁLCULO                  | UFIR Municipal por exercício |             |  |
|---|----------------------------------|------------------------------|-------------|--|
|   |                                  | Permanência                  | Localização |  |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS DE DIVERSÕES PÚBLICAS                               | até 30m2 de área ocupada         | 68                           | 45          |  |
|   | de 31 a 70m2 de área ocupada     | 123                          | 82          |  |
|   | de 71 a 150m2 de área ocupada    | 205                          | 137         |  |
|   | de 151 a 300m2 de área ocupada   | 287                          | 192         |  |
|   | de 301 a 500m2 de área ocupada   | 370                          | 248         |  |
|   | de 501 a 750m2 de área ocupada   | 452                          | 303         |  |
|   | de 751 a 1.000m2 de área ocupada | 575                          | 385         |  |
|   | acima de 1.000m2 de área ocupada | 740                          | 385         |  |
| ESTABELECIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO (BANCÁRIOS)                          | até 30m2 de área ocupada         | 2.877                        | 1.927       |  |
|   | de 31 a 70m2 de área ocupada     | 3.767                        | 2.523       |  |
|   | acima 70m2 de área ocupada       | 7.535                        | 5.048       |  |
| POSTOS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS  | até 30m2 de área ocupada         | 376                          | 251         |  |
|   | de 31 a 70m2 de área ocupada     | 566                          | 379         |  |
|   | acima de 70m2 de área ocupada    | 1.130                        | 757         |  |
| HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES   | até 5 quartos                    | 82                           | 55          |  |
|   | de 6 a 10 quartos                | 123                          | 82          |  |
|   | de 11 a 20 quartos               | 205                          | 137         |  |
|   | de 21 a 50 quartos               | 287                          | 192         |  |
|   | mais de 50 quartos               | 411                          | 275         |  |
|   | por apartamento ou similar       | 11                           | 7           |  |
| PROFISSIONAIS LIBERAIS COM CURSO SUPERIOR E COM REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE | até 30 m2 de área ocupada        | 82                           | 55          |  |
|   | de 31 a 70m2 de área ocupada     | 123                          | 82          |  |
|   | de 71 a 150 m2 de área ocupada   | 205                          | 137         |  |
|   | de 151 a 300 m2 de área ocupada  | 287                          | 192         |  |
|   | de 301 a 500 m2 de área ocupada  | 370                          | 248         |  |
|   | acima de 500 m2 de área ocupada  | 493                          | 330         |  |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS   | com curso superior               | 164                          | 109         |  |
|   | com curso 2º. Grau               | 82                           | 55          |  |
|   | outros                           | 24                           | 16          |  |



| ATIVIDADE  | BASE DE CÁLCULO                   | UFIR Municipal por exercício |             |    |
|--|-----------------------------------|------------------------------|-------------|----|
|  |                                   | Permanência                  | Localização |    |
| ESCRITÓRIOS, GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO E DEPÓSITOS FECHADOS  | até 20 m2 de área ocupada         | 164                          | 110         |    |
|  | de 21 a 40 m2 de área ocupada     | 246                          | 164         |    |
|  | de 41 a 70m2 de área ocupada      | 328                          | 220         |    |
|  | de 71 a 130m2 de área ocupada     | 411                          | 275         |    |
|  | de 131 a 250m2 de área ocupada    | 493                          | 330         |    |
|  | de 251 a 400m2 de área ocupada    | 575                          | 385         |    |
|  | de 401 a 600m2 de área ocupada    | 698                          | 467         |    |
|  | de 601 a 800m2 de área ocupada    | 822                          | 550         |    |
|  | acima de 801m2 de área ocupada    | 986                          | 660         |    |
| AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E EXTRAÇÃO  | para todas as modalidades (fixos) | 82                           | 55          |    |
| DIVERSÕES PÚBLICAS TEMPORÁRIAS   | para todas as modalidades (fixos) | -                            | 82          |    |
| ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, AUTARQUIAS, CORREIOS, EMPRESAS PÚBLICAS, ENTIDADES FILANTRÓPICAS, RELIGIOSAS, FUNDAÇÕES, SINDICATOS, SOCIEDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS E OUTROS | finis não lucrativos              | 10                           | 10          | NR |

**LEI ORDINARIA Nº 4715**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.715, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui o Dia Municipal da Agricultura Familiar no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Agricultura Familiar no Município de Concórdia, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de julho.

§1º Na semana em que recair o dia 25 de julho, serão realizadas as comemorações alusivas à data referida no caput deste artigo, tendo como objetivos:

I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura

familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agroindustrialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III - viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV - criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas ao tema e seu desenvolvimento.

§ 2º Quando da elaboração do Calendário Oficial do Município, deverá ser incluída a semana a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo, através do órgão municipal competente, poderá promover atividades e eventos como palestras, cursos, seminários, visando ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar do Município

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4716**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.716, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre colocação de placas informativas em obras públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica obrigatória colocação de placas informativas nas obras realizadas pela administração pública municipal direta ou indireta, no Município de Concórdia.

Art. 2º As placas de que tratam o art. 1º deverão conter os seguintes dados:

I - data de início da obra;

II - data de conclusão e entrega da obra;

III - indicação da natureza e finalidade da obra;

IV - contato telefônico e eletrônico do órgão fiscalizador;

V - valor total a ser gasto na execução da obra;

VI - valores aditados no decorrer do contrato.

Parágrafo único. No caso de obra realizada com recurso de Contribuição de Melhoria, deverá constar o valor devido pelos munícipes beneficiados e o valor que compete à Administração Municipal.

Art. 3º As placas informativas de que tratam esta Lei deverão ser confeccionada com o tamanho mínimo de 1,00m (um metro) de altura e 2,00m (dois metros) de largura, padronizada com as cores oficiais do Município, contendo o símbolo oficial, a ser fixada no local da obra em área de fácil visibilidade.

Art. 4º Para as obras iniciadas a partir da vigência da presente Lei, a pessoa física ou jurídica vencedora da licitação ficará responsável pela confecção e afixação da placa informativa.

Art. 5º O descumprimento desta Lei acarretará, ao responsável, sanção administrativa correspondente a prestação pecuniária de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) após a notificação, devendo providenciar a regularização em até 30 (trinta) dias;

II - R\$ 1.000,00 (um mil reais) após o término do prazo de 30 (trinta) dias para a regularização.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## **LEI ORDINARIA Nº 4717**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.717, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina vias públicas do Loteamento Parque da Colina, do Bairro Parque de Exposições.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Parque da Colina, no Bairro Parque de Exposições, passam a denominar-se:

I - Rua Rosalina Brusco à Rua A;

II - Rua Moacir Romani à Rua B.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogada a Lei nº 4.585, de 15 de outubro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2014.

MRCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA FMC Nº 25/2014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 25/2014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 2 a 15 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

## **PORTARIA FMC Nº 26/2014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 26/2014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 2 de Janeiro de 2015, horário de trabalho a servidora SIRLEI ANGELINA POZZOBON ocupante do cargo de Responsável de Setor, na forma abaixo:

I - Segunda-feira a Sexta-feira: 9h às 11h30 e das 14h30 às 19h;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia  
GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**PORTARIA Nº 210/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 210/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2013, de 1º de março de 2013;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar em "1" (um) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do programa Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2013.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 211/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 211/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2014, de 8 de abril de 2014;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar para "4" (quatro) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do programa Estratégia Saúde da Família do Bairro Guilherme Reich I e II, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2014.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 212/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 212/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 70/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 658/2014, de 18 de novembro de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora SIRLEI BECKER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 17 de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 213/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 213/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a expressão: "10.5.2014", para: "10.5.2015", relativa a 6ª parcela, constante no art. 1º da Portaria nº 205/2014, de 12 de novembro de 2014, que estabelece o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Egito e Portugal e das Travessas Romênia e Marrocos, de que trata o Edital nº 1/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 214/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 214/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - CLEONICE FERRONATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

II - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Arquiteto, no período de 1º a 7 de dezembro de 2014;

III - MARINES LICHESKI ZANINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 25 a 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 215/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 215/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 185/2013, de 23 de dezembro de 2013 e alterações, que Instauram Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Alceu Roque Ribeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II - secretário: NELSON DOMINGOS COREZZOLLA, servidor estável, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 61816-00;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 216/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 216/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANELISE DANDREIA CHIARELLO GROSS, ocupante do cargo

de Responsável do Setor de Vigilância Sanitária, a partir de 16 de dezembro de 2014;

II - ANI CARINA DOSS GIRARDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 1º a 14 de dezembro de 2014;

III - CATIA PEDROTE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 33880-05, no período de 8 a 21 de dezembro de 2014;

IV- CRISTIANE ROSA POTTRATZ PERONDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97314-00, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

V - DIRLEI SALETE SALARDI ALVES DE BRITO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

VI - ELIANDRO LUIS KOPSEL, ocupante do cargo de Motorista, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

VII - ERICA KOCHI ROBINI, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

VIII - EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

IX - LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, ocupante do cargo de Motorista, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

X - MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 1º a 15 de dezembro;

XI - MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XII - MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XIII - MERLI ALINE ALTHAUS, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XIV - REGIANE MEYER ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XV - ROBERTO GIRARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XVI - ROSANE SALETE SGANZERLA GAIO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição no período de 1º a 8 de dezembro de 2014;

XVII - ROSELI TEREZINHA TAVARES DE JESUS RUVIARO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XVIII - ROZANA ORSOLIN, ocupante do cargo de Psicólogo, no período de 15 a 21 de dezembro de 2014;

XIX - TANIA DENISE ROMANI, ocupante do cargo de Pedagogo, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XX - TANIA MARIA MAIOLI LANZIOTTI, ocupante do cargo de Médico, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014;

XXI - VALDEMAR FONSECA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, no período de 1º a 15 de dezembro de 2014.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 217/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 217/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 12 de dezembro de 2014, a ampliação da carga horária da servidora FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101400-03, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, objeto da Portaria nº 168/2014, de 11 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 218/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 218/2014, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - BEATRIZ PIGATO, ocupante do cargo de Escrevente, no período de 4 a 16 de dezembro de 2014;

II - DEISE JAQUELINE DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 3 a 17 de dezembro de 2014;

III - ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 16 a 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 219/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 219/2014, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006 e considerando a decisão proferida nos Autos nº 00300648-16.2014.8.24.0019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DALIANE RIBEIRO FORNARI, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Comunitário, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, enquanto vigorar os efeitos da decisão liminar proferida nos Autos nº 00300648-16.2014.8.24.0019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 220/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 220/2014, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Arquiteto, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2014;

II - SIRLEI ROMANI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, no período de 8 a 22 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 221/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 221/2014, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria



Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMURB 543/2014, de 3 de dezembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 9 a 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**REGIMENTO INTERNO DAS OFICINAS ARTÍSTICAS 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC -

**REGIMENTO INTERNO DAS OFICINAS ARTÍSTICAS  
DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA - FMC, instituída pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, mantém gratuitamente Oficinas Artísticas de Música, Dança, Ginástica e Teatro, sendo que o presente rege todas as ações das Oficinas Artísticas, bem como normas e condutas, direitos e deveres de alunos, dos profissionais administrativos, Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professores que fazem parte das mesmas. Em sua organização as Oficinas Artísticas reger-se-ão pela legislação oficial específica em vigor e manter-se-ão nos turnos matutino, vespertino e noturno de segunda a sexta-feira.

**CAPITULO I  
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º Objetiva-se por intermédio das oficinas artísticas gratuitas de música, dança, ginástica e teatro:

- I - proporcionar um canal para criação e expressão artística dos alunos com finalidades educacionais que propõe a fruição e ampliação dos conhecimentos por meio do contato com sons e músicas, para estimular a expressão corporal, explorando as possibilidades do corpo, por meio das múltiplas expressões culturais desenvolvidas com a prática da dança, do teatro e ginástica, com a pesquisa e desenvolvimento de atividades em grupos, ouvindo, reconhecendo e produzindo sonoridades;
- II - oferecer cursos de iniciação musical e instrumental de guitarra, teclado, violão, piano, acordeon, à munícipes de Concórdia, para a descoberta de suas potencialidades artísticas, visando valorizar a capacidade através do seu desenvolvimento sócio cultural;
- III - aprimorar os conhecimentos adquiridos em vivências artísticas anteriores, colaborar para a revelação artística e fomentar novos processos criativos;
- IV - oportunizar o contato com a arte, acerca das diversas linguagens e expressões, possibilitando o ingresso em futuros cursos especializados e profissionalizantes.

**CAPITULO II  
DA SECRETARIA DAS OFICINAS ARTÍSTICAS**

Art. 2º É competência da Secretaria das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia:

- I - representar as Oficinas Artísticas nos atos públicos;
- II - responsabilizar-se pelo bom funcionamento das Oficinas Artísticas, buscando o cumprimento do Regimento Interno;
- III - receber, informar e enviar documentos que sejam necessários para o funcionamento das Oficinas Artísticas;

- IV - articular encontros coletivos para planejamentos dos servidores com os demais segmentos da Fundação Municipal de Cultura;
- V - dinamizar coletivamente o planejamento e a construção de atividades, eventos, festivais e mostras das Oficinas Artísticas;
- VI - estimular a reflexão coletiva para a construção das atividades e planejamento de ações junto aos servidores e demais funcionários;
- VII - organizar horários e vagas das Oficinas Artísticas;
- VIII - organizar arquivo documental de modo a assegurar sua preservação;
- IX - elaborar e encaminhar relatórios necessários a Superintendência e administração da Fundação Municipal de Cultura;
- X - redigir e subscrever as atas, comunicados e documentação necessária aos alunos, pais ou responsáveis e servidores;
- XI - exercer demais funções de expedição responsabilizando-se em repassar aos interessados;
- XII - receber e atender as pessoas que se dirigem a secretaria das Oficinas Artísticas;
- XIII - acompanhar alunos, Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor, em eventos externos à Fundação Municipal de Cultura;
- XIV - coordenar as atividades dos Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor.

**CAPITULO III  
DA OFICINA DE MÚSICA**

Art. 3º A modalidade de música compreende:

- I - Violão, teclado, acordeon, piano e guitarra.
- II - ensinamentos práticos e teóricos de música, oportunizando ao aluno a prática instrumental e o desenvolvimento de aptidões e criatividade;
- III - período de frequência das oficinas de Acordeon, violão, teclado, guitarra e piano: permanência máxima por aluno de três anos cursando a oficina.
- IV - Se o aluno precisar se afastar da oficina por motivo de atestado superior ao período de trinta (30) dias, o mesmo terá direito a repor o tempo de afastamento.
- VI - a oficina de música objetiva especialmente pela iniciação a instrumentalização musical.

**CAPITULO IV  
DA OFICINA DE DANÇA**

Art. 4º A modalidade de dança compreende:

- I - DANÇA POPULAR: as coreografias serão elaboradas especialmente para o grupo, onde o aluno terá oportunidade de vivenciar os mais variados temas relacionados com sua realidade. Em cada dança, o aluno terá espaço para expressar-se, desenvolver sua criatividade e consciência corporal;
  - II - DANÇA FOLCLÓRICA: a base desta modalidade é a utilização das danças originais, visando o conhecimento histórico sobre o povo que originou a mesma. Através de pesquisas e histórias contadas por imigrantes entre outros. Dessa forma, o aluno conhecerá os usos e costumes, música, canto, localização geográfica e história da imigração;
  - III - DANÇA DE RUA: As aulas oportunizarão não somente o aprendizado da dança, mas o exercício de suas características básicas fundamentais: força, equilíbrio, coordenação, educação de movimento e expressão. Além da prática, presente na maioria das aulas, o aluno terá a oportunidade de conhecer a história, a origem e o progresso, no Brasil e no mundo, através dos "estudos em dança de rua".
  - IV - DANÇA RECREATIVA: A oficina de Dança Recreativa, desenvolvida coletivamente, terá o tempo máximo de permanência de cinco anos a contar de 1º de janeiro de 2015.
- Art. 5º As oficinas de Dança de Rua, Dança Popular e Folclórica serão desenvolvidas coletivamente e o tempo de permanência do aluno é ilimitado.

**CAPITULO V****DA OFICINA DE GINÁSTICA**

Art. 6º A Oficina de Ginástica compreende atividades relacionadas à prática de atividade física, de acordo com as regras vigentes neste regimento.

I - Será obrigatória a apresentação de atestado médico para a participação da oficina de ginástica, sendo o mesmo válido por um ano.

II - A oficina de ginástica, desenvolvida coletivamente, terá o tempo máximo de permanência de cinco anos, a contar de 1º de janeiro de 2011.

III - A partir do mês de junho o ingresso na oficina de ginástica somente será efetivado após uma avaliação diagnóstica realizada pelo profissional da área.

**CAPITULO VI****DA OFICINA DE TEATRO**

Art. 7º As oficinas de teatro compreendem três níveis:

I - INICIANTE: O aluno conhece a terminologia básica da linguagem teatral e também os diversos espaços físicos: Palco Italiano, Arena, Palco Elisabetano e Palcos Alternativos. A base de treinamento deste nível é a improvisação dirigida, possibilitando ao aluno o desenvolvimento da observação e criatividade, focalizando a formação de plateia;

II - INTERMEDIÁRIO: Neste nível o foco é o treinamento corporal mais intensificado, onde o aluno reconhece no seu corpo limites e tensões, para poder superá-las e agir de forma mais natural. As improvisações dirigidas têm continuidade com a criação de pequenas esquetes. O aluno também é incentivado a fazer leituras de textos teatrais;

III - AVANÇADO: O objetivo principal deste nível é criar autonomia no aluno, desenvolvendo um treinamento onde o mesmo, conhecendo suas limitações irá transformá-las, estabelecendo códigos individuais e criando partituras corporais. Assim, ele criará uma sistemática de trabalho pautada no conhecimento adquirido, sempre orientados pela professora, que, proporá os focos a serem trabalhados. Também serão efetuadas análises e interpretações de textos dramaturgicos, históricos e teóricos.

Parágrafo Primeiro: A oficina de Teatro é uma atividade desenvolvida coletivamente e o tempo de permanência do aluno é ilimitado. Parágrafo Segundo: final de cada ano será elaborada a montagem de uma peça teatral com cada nível.

**CAPITULO VII****DA COMPOSIÇÃO E DAS OFICINAS**

Art. 8º As oficinas serão integradas na forma especificada neste capítulo.

I - Oficinas de Música: Serão ministradas uma vez por semana com duração de 50 (cinquenta) minutos cada da seguinte forma:

a) Teclado: Alunos a partir de 8 (oito) anos completos, atendimento individual ou em grupo de até 3 (três) alunos;

b) Piano: Alunos a partir de 8 (oito) anos completos, atendimento individual.

c) Acordeon: Alunos a partir de 10 (dez) anos completos, atendimento individual ou em grupo de até 2 (dois) alunos;

d) Guitarra: Alunos a partir de 8 (oito) anos completos, atendimento individual ou em grupo de até 2 (dois) alunos;

e) Violão: Alunos a partir de 10 (dez) anos completos, atendimento individual ou em grupo de até 2 (dois) alunos.

II - Oficina de Dança Popular e Folclórica: alunos a partir de 5 (cinco) anos completos, sendo que as turmas serão formadas de acordo com a faixa etária e níveis de aprendizado, com no máximo 20 (vinte) alunos cada turma, com aulas ministradas duas vezes por semana, com duração de uma hora cada;

III - Oficina de Dança de Rua: alunos com idade mínima de 7 (sete) anos completos, sendo que as turmas serão formadas de acordo com a faixa etária e níveis de aprendizado, com no máximo

20 (vinte) alunos cada turma, com aulas ministradas duas vezes por semana, com duração de 1h a 1h30 cada;

IV - Oficina de Dança Recreativa: alunos com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, com no máximo 25 (vinte e cinco) alunos cada turma, com aulas ministradas duas vezes por semana, com duração de 45min cada;

V - Oficina de Teatro: alunos a partir de 10 (dez), com no máximo 16 (dezesesseis) alunos cada turma, sendo de uma a duas vezes por semana, com duração de 1h 50, divididos em níveis conforme descrito capítulo VI;

VI - Oficina de Ginástica: alunas a partir de 18 (dezoito) anos e máximo 60 (sessenta) anos, sendo que as mesmas poderão ser formadas em turmas de acordo com os horários disponíveis, tendo no máximo 25 (vinte e cinco) alunas por turma, com aulas ministradas duas vezes por semana, com duração de 1h cada;

VII - A partir de 2015, quando houver condição técnica e possibilidade do serviço ser implementado por esta instituição, será proposta a Oficina de Dança para Idosos, atendendo demanda do Estatuto do Idoso em vigência no país.

Parágrafo único. Cada aluno poderá frequentar somente uma oficina na Fundação Municipal de Cultura.

Art. 9º Fica estabelecido que:

I - O aluno e ou seus responsáveis, assumem o compromisso com a Fundação Municipal de Cultura, de permanecer na oficina ou no grupo de dança e teatro, até o término das atividades do ano, visto que a ausência nas atividades coletivas prejudica o trabalho proposto;

II - Caso o aluno não se adapte, provocando situações constrangedoras, ou infringindo as regras contidas neste Regimento Interno, caberá a secretaria das oficinas, juntamente com a Superintendência da Fundação Municipal de Cultura, encaminhar aos pais ou responsáveis, comunicado, por escrito, acerca da situação e a reincidência implicará no afastamento do aluno;

III - Em caso de desistência da Oficina de Ginástica e Dança Recreativa, o aluno poderá retornar caso haja vaga disponível e esteja aguardando na lista de espera.

IV - não ser mais aluno iniciante, O aluno que concluir os três anos na oficina artística de música, ou não se adaptar desistindo da mesma, poderá optar por uma nova oficina que não seja afim. Exemplo: cursou violão não poderá cursar guitarra, cursou piano, não poderá cursar teclado ou vice versa, respeitando a disponibilidade de vaga.

V - Alunos das Oficinas de Dança de Rua, Dança Popular e Folclórica e Oficina de Teatro que concluírem o ano letivo, terão o direito, no período da matrícula optar por outra oficina artística desde que haja vaga disponível.

VI - Quando da ausência do auxiliar artístico, técnico artístico I e II e Professor (em caso de atestado médico ou licença prêmio) das oficinas artísticas os alunos serão informados do cancelamento da aula sem reposição da mesma.

Parágrafo único: As faltas não justificadas com apresentação de atestado médico (25% de faltas em cada oficina), conforme Capítulo IX, Art.15, implicará na exclusão do aluno, permitindo que o mesmo possa se matricular em outra oficina artística desde que haja vaga.

**CAPITULO VIII****DAS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS**

Art. 10. As matrículas para novos alunos, se menores de 18 (dezoito) anos, deverão ser acompanhados pelos pais.

Art. 11. Para as Oficinas Artísticas de música (acordeon, teclado, violão, guitarra e piano) será realizada aula experimental com a avaliação do auxiliar artístico, técnico artístico I, conforme disposto neste Regimento.

Art. 12. A Secretaria das Oficinas Artísticas responsabilizar-se-á pelas matrículas e rematrículas bem como datas e prazos de execução, da seguinte forma:

I - Para alunos já matriculados será feita a rematrícula que acontecerá na primeira semana de dezembro, sendo que menores de 18 (dezoito) anos deverão ser efetuadas pelos pais ou responsável legal;

II - As rematrículas serão amplamente divulgadas ainda no período letivo para garantir a vaga do aluno;

III - Para efetuar a matrícula é necessário apresentação de cópia de Identidade, comprovante de residência no município de Concórdia e atestado médico comprovando a aptidão para as atividades físicas desenvolvidas na oficina de ginástica, o mesmo terá validade de um ano;

IV - As matrículas poderão ser efetuadas durante o ano, até o último dia útil do mês de outubro, desde que haja vaga na oficina pretendida. E não havendo vaga, o candidato interessado permanece inscrito em lista de espera e será chamado pela secretaria sempre que abrir vaga, seguindo ordem de inscrição na referida lista, válida por um ano.

V - A lista de espera será zerada anualmente.

VI - Quando o aluno não efetuar a rematrícula em seu tempo hábil, poderá realizar a matrícula no período proposto (janeiro do ano seguinte), caso houver vaga na mesma oficina. Se o aluno optar por fazer outra oficina no período da matrícula e não tendo disponibilidade de vaga poderá aguardar na lista de espera.

VII - Os interessados em ingressar nas oficinas artísticas deverão fazer a matrícula a partir de 15 de janeiro de 2015, de acordo com o cronograma programado pela Secretaria das Oficinas Artísticas, sendo o mesmo amplamente divulgado pelos meios de comunicação, até completar as vagas restantes das rematrículas. As matrículas serão efetuadas de acordo com a ordem de chegada. Caso não se encaixe na vaga e horário oferecido entrará na lista de espera até surgir uma vaga, durante o ano vigente.

Parágrafo único. Somente os alunos devidamente matriculados podem frequentar as oficinas.

#### CAPITULO IX

##### DA CARGA HORÁRIA E FREQUÊNCIA

Art. 13. As Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura terão a seguinte carga horária:

I - OFICINAS COLETIVAS E GINÁSTICA: cada turma terá de uma ou duas aulas semanais com duração de 45min a 01h30min ou no caso de horários disponíveis o quadro será efetuado pela Secretaria;

II - OFICINAS DE MÚSICA: uma aula semanal, com duração de 50 (cinquenta) minutos, tendo um intervalo de 10 (dez) minutos entre cada aula.

Art. 14. É obrigatória a frequência dos alunos em todas as aulas e atividades realizadas pelas Oficinas Artísticas e será registrada em documento próprio da Fundação Municipal de Cultura, com objetivo de acompanhar a participação em cada oficina. O registro de frequência será entregue mensalmente à Secretaria devidamente assinado pelo Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professor.

Art. 15. As faltas serão justificadas somente com apresentação de atestado médico. Quando o aluno atingir 25% (vinte e cinco por cento) de faltas do total de frequência anual da oficina ou três faltas consecutivas para as oficinas que a frequência é 1 (uma) vez por semana e 6 faltas consecutivas para as oficinas que a frequência é 2 (duas) vezes por semana, sendo caracterizado a exclusão do aluno, permitindo assim que seja aberta vaga a novo candidato que tenha disponibilidade para frequentar as aulas.

Art. 16. Os horários estabelecidos deverão ser respeitados por alunos, Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II, Professor e Secretaria das Oficinas Artísticas.

Art. 17. Os alunos poderão chegar ao máximo 10 (dez) minutos antes do início das oficinas e não poderão se ausentar da sala sem o conhecimento ou permissão do Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professor. Os alunos deverão esperar a sua aula na recepção da Fundação Municipal de Cultura e poderão ser

advertidos, caso inflijam as regras contidas neste Regimento.

Art. 18. Após o término das oficinas os pais são totalmente responsáveis por seus filhos, especialmente os menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 19. Nas oficinas os alunos devem participar uniformizados quando estipulado ou para as atividades propostas.

Art. 20. É proibido o uso na sala de aula de celulares, brinquedos ou lanches, a não ser quando solicitado.

Art. 21. Todos os equipamentos utilizados para realização das aulas disponibilizados pela Fundação Municipal de Cultura de Concórdia devem ser zelados como todo e qualquer bem público.

Art. 22. A elaboração dos horários das oficinas é de responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

Art. 23. Cada Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professor manterá um documento que possibilite sistematizar a evolução do aprendizado na oficina frequentada pelo aluno, como instrumento de mensuração do desempenho podendo ser apresentado, se necessário, aos pais ou responsáveis.

#### CAPITULO X

##### DOS ALUNOS

Art. 24. Todo o aluno devidamente matriculado, conforme disposto neste Regimento Interno deverá:

I - frequentar assiduamente e integralmente as aulas, bem como as atividades realizadas pelas Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura;

II - respeitar as normas disciplinares da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia;

III - zelar pela conservação das instalações, dependências, materiais, móveis e utensílios. No caso de depredação, os alunos e seus responsáveis serão chamados a repor ou reparar os danos causados ao patrimônio;

IV - manter uma relação de cortesia e respeito com os Gestores, Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II, Professor, servidores e demais;

V - possuir seus materiais individuais necessários e conservá-los em perfeita ordem;

VI - justificar as faltas por atestado médico;

VII - As faltas somente serão justificadas por atestado médico que deverá ser entregue para o professor, no mês em que for emitido.

VIII - Ser assíduo e pontual nas atividades a serem realizadas;

IX - Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações da Fundação Municipal de Cultura;

X - Comparecer nos ensaios determinados, sendo dispensados somente com justificativa por escrito dos pais ou atestado médico;

XI - Observar os horários de início e término das aulas e dos ensaios;

XII - Caso o aluno chegue atrasado o professor deverá encaminhá-lo à Secretaria das Oficinas, que fará o registro por escrito devidamente assinado por ambas as partes e comunicará aos pais. Quando for efetuado o terceiro registro, considerar-se-á desistente, e somente poderá retornar para outra oficina que não seja afim, desde que haja vaga;

XII - frequentar eventos promovidos pelas suas oficinas artísticas e afins como complemento de seu aprendizado, sendo registrado como presença.

§ 1º Não é permitido o uso de objetos que possam por em risco o processo de aprendizagem.

§ 2º A Fundação Municipal de Cultura não se responsabiliza pela perda de objetos e seus pertences individuais.

§ 3º Para as apresentações de alunos e suas participações em festivais e outros eventos os alunos serão comunicados, por escrito, com antecedência, observando estar no local da apresentação no horário previamente determinado, apresentar-se com o figurino, cabelo e maquiagem conforme solicitado. A presença de todos é imprescindível para a representação da Fundação Municipal de Cultura no evento. As ausências deverão ser justificadas por escrito, com antecedência, à Secretaria das Oficinas Artísticas desde



que não comprometa a participação da Fundação Municipal de Cultura.

§ 4º O aluno devidamente matriculado cederá (sem ônus para a Fundação Municipal de Cultura) o uso de sua imagem para divulgação das atividades da Fundação Municipal de Cultura, sempre com o interesse do desenvolvimento cultural do Município de Concórdia - SC.

Art. 25. O não cumprimento dos deveres e normas deste Regimento Interno implicará:

I - registro em documento específico pelos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II, Professor ou secretaria das Oficinas Artísticas;

II - conversa com os alunos, Pais ou responsáveis, pela secretaria das Oficinas Artísticas;

III - advertência por escrito com ciência dos alunos, pais e ou responsáveis em anexo a este Regimento.

Parágrafo único. Havendo reincidência o aluno será excluído das oficinas.

## CAPITULO XI

### DAS REUNIÕES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS

Art. 26. É de responsabilidade dos alunos acima de 18 (dezoito) anos, pais e ou responsáveis comparecer nas reuniões agendadas pela Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, sendo que os ausentes acatarão as decisões deliberadas.

Art. 27. As reuniões periódicas devem ser organizadas para discutir e planejar ações das Oficinas Artísticas, sendo obrigação dos alunos maiores de 18 (dezoito) anos ou dos pais e ou responsáveis buscar as informações definidas na reunião, no prazo posterior de até 48 horas, na secretaria das Oficinas Artísticas.

Parágrafo único. Todos os comunicados aos pais e ou responsáveis, serão efetuados por escrito pela Secretaria das Oficinas Artísticas da FMC e assinados pela coordenação das Oficinas Artísticas, Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor.

## CAPITULO XII

### REUNIÕES PERIÓDICAS

Art. 28. Rever ideias quanto à elaboração, reestruturação e sistematização dos projetos e eventos entre administração da Fundação Municipal de Cultura, secretaria das Oficinas Artísticas e Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor, a fim de:

I - Planejar, estruturar, organizar e avaliar os projetos e eventos da Fundação Municipal de Cultura de forma coletiva tendo em mente a instituição/aluno/comunidade como sujeitos do processo;

II - Intercâmbio de experiências e práticas entre os Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professor bem como planejamento e organização de atividades que serão desenvolvidas, para que todos trilhem a linha conceitual onde os conhecimentos desenvolvidos estejam em sintonia;

III - Estudos reflexivos de textos, vídeos, reflexões referentes aos clássicos educacionais e culturais.

## CAPITULO XIII

### DOS FIGURINOS E MATERIAIS

Art. 29. Para a elaboração de materiais e figurinos nas Aulas de Dança e Teatro será necessário:

I - Para as Oficinas de Dança e Teatro, cada turma confeccionará pelo menos um figurino no ano. A escolha dos modelos e a confecção ficarão a cargo do Auxiliar Artístico, Técnico Artístico I e II e Professor sendo que os custos são responsabilidade dos alunos e ou dos responsáveis. O figurino deverá ser pago na data definida pelo responsável da Oficina Artística.

## CAPITULO XIV

### DOS AUXILIARES ARTÍSTICOS E TÉCNICOS ARTÍSTICOS I E II E PROFESSOR

Art. 30. O plano de trabalho de cada Auxiliar Artístico, Técnico Artístico I e II e Professor será apresentado no início do ano e reavaliado anualmente pelos autores e equipe administrativa da Fundação Municipal de Cultura visando instrumentalizar para o trabalho educativo.

§ 1º Os Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor terão disponíveis na sua carga horária, o período vespertino das quintas-feiras para planejamento das atividades, ensaios de apresentações e participação em programas contínuos da Fundação Municipal de Cultura. Uma vez ao mês no período vespertino de quinta-feira, será destinado à reuniões administrativas, limitadas a duas horas.

§ 2º Participar em cooperação técnica com as demais secretarias da Prefeitura Municipal de Concórdia entidades escolares e culturais, a fim de ministrar aulas teóricas e práticas quando a Fundação Municipal de Cultura for convidada para atividades com cunho exclusivamente cultural desde que haja disponibilidade do profissional.

§ 3º Participar, na medida do possível, de apresentações, festivais, mostras, solenidades e demais eventos mediante análise dos Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II, Professor e superintendência da Fundação Municipal de Cultura, preservando os interesses da Instituição. Serão analisados somente os convites e convocações solicitadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias, por escrito, através de Ofício, Comunicação Interna ou e-mail.

Art. 31. Será disponibilizado na carga horária dos Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor uma hora por semana exclusivamente para seu planejamento didático, sendo que o mesmo deverá atender no mínimo 35 (trinta e cinco) horas de trabalho com aluno.

Parágrafo único. Os Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor participarão em atividades da Fundação Municipal de Cultura - sob a coordenação da Fundação Municipal de Concórdia, elaboradas e definidas conjuntamente entre as partes.

Art. 32. Os Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II e Professor devem comprometer-se com a aprendizagem significativa dos alunos fazendo com que haja uma apropriação do saber colaborando na construção de novos conceitos. Respeitar os valores culturais artísticos históricos do seu contexto social e proporcionar a elevação do seu desenvolvimento cultural.

Art. 33. As Oficinas Artísticas devem promover a liberdade de criação e expressão dos alunos, colaborando com as atividades realizadas e articuladas pela Fundação Municipal de Cultura para:

I - Manter a disciplina em sala de aula proporcionando um ambiente favorável a aprendizagem;

II - Planejar e organizar seu trabalho, participar de reuniões de estudo, encontros, seminários tendo em vista seu constante aperfeiçoamento;

III - Promover coletivamente um ambiente justo, humano, ético, respeitoso e solidário para elevar o processo educativo;

IV - Dialogar com os pais e alunos a cerca do seu processo educativo, sempre no ambiente de trabalho.

## CAPITULO XV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os procedimentos estabelecidos neste instrumento foram instituídos com a finalidade de proporcionar aos participantes das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia um trabalho de excelência, e para tanto, os mesmos deverão ser seguidos, para que possamos atingir as metas estabelecidas, especialmente pela gratuidade à comunidade.

I - Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pela superintendência da Fundação Municipal de Cultura e de órgãos pertinentes junto a Prefeitura Municipal de Concórdia.

II - Foram realizadas alterações no Regimento Interno das Oficinas Artísticas em dezembro/2014.

Concórdia (SC), 17 de janeiro de 2012.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

#### ANEXO I

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, matriculado na Oficina \_\_\_\_\_, juntamente com meus pais e /ou responsáveis, comprometo-me a conhecer e cumprir com os Deveres e Normas que constam no Regimento Interno das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, de 17 de janeiro de 2011.

Estou ciente da necessidade da reflexão e especificações contidas no regimento, bem como demonstrar interesse no desenvolvimento das atividades das Oficinas Artísticas.

Concórdia - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Aluno

Assinatura do Pai e ou Responsável  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

#### ANEXO II COMUNICADO

Na presença do pai/mãe ou responsável legal e em conformidade com o Regimento Interno das Oficinas Artísticas da FMC, no que tange aos Deveres e as Normas Internas o (a) aluno (a) \_\_\_\_\_,

matriculado na Oficina \_\_\_\_\_, em decorrência das seguintes situações:

Relato e compromisso assumidos neste momento pelo (a) aluno (a) e família.

Concórdia - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Secretaria Pai/Mãe ou Responsável legal Aluno

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

#### ANEXO III

#### AFASTAMENTO

Em decorrência do comunicado, anexo II do Regimento Interno das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, assinado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, listado os compromissos assumidos pelo aluno e/ou pais ou responsável e o seu não cumprimento, comunicamos, nesta data, o afastamento do aluno:

Oficina \_\_\_\_\_

Concórdia - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Secretaria Pai/Mãe ou Responsável legal Aluno

#### EXTRATO 1º TA CONTRATO ACRESCIMO E SUPRESSÃO Nº 285/2014 -PMC

Contrato Nº : 285/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Supressão/Acréscimo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para construção da quadra poliesportiva no CMEI Lua de Cristal, neste Município, com recursos oriundos do FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 09/12/2014 Término: 22/03/2015

Assinatura : 09/12/2014

Valor Suprimido : R\$ 6.915,54 (Seis mil novecentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos)

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905198000000.01580000

Valor acrescido R\$ : 26.452,01 (Vinte e Seis Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Um Centavo)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905198000000.01580000



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 11.2014**

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**  
**Balancete Financeiro**  
 Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                                     |                     | DESPESA                                     |                     |
|---|---------------------|---|---------------------|
| TÍTULOS                                     | NO PERÍODO          | TÍTULOS                                     | NO PERÍODO          |
| ORÇAMENTÁRIAS                               | 6.179,20            | ORÇAMENTÁRIA                                | 271.342,85          |
| Receitas Orçamentárias                      | 6.179,20            | Despesas Correntes                          | 78.179,88           |
| Receitas Correntes                          | 6.179,20            | Pessoal e Encargos Sociais                  | 44.621,18           |
| Receita Patrimonial                         | 6.138,30            | Outras Despesas Correntes                   | 33.558,70           |
| Receita de Serviços                         | 24,90               | Despesas de Capital                         | 187.449,73          |
| Outras Receitas Correntes                   | 16,00               | Investimentos                               | 187.449,73          |
|   |                     | Despesas IntraOrçamentárias                 | 5.713,24            |
|   |                     | Despesas Intraorçamentárias Correntes       | 5.713,24            |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                       | 50.000,00           |   |                     |
| Transferências Financeiras Recebidas        | 50.000,00           |   |                     |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | 165.121,68          | EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | 269.768,41          |
| Depósitos                                   | 24.748,16           | Depósitos                                   | 24.748,16           |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 24.748,16           | Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 24.748,16           |
| Obrigações em Circulação                    | 140.373,52          | Obrigações em Circulação                    | 245.020,25          |
| Obrigações a Pagar                          | 140.571,29          | Obrigações a Pagar                          | 245.020,25          |
| Fornecedores                                | 140.571,29          | Fornecedores                                | 245.020,25          |
| Encargos Sociais a Recolher                 | (197,77)            |   |                     |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR                 | 1.354.252,73        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE             | 1.034.442,35        |
| Bancos Conta Movimento                      | 1.225.232,08        | Bancos Conta Movimento                      | 904.605,44          |
| Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 129.020,65          | Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 129.836,91          |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>1.575.553,61</b> | <b>TOTAL</b>                                | <b>1.575.553,61</b> |

Notas:

\_\_\_\_\_  
 GILMAR LUIZ MONTICELLI  
 Ordenador de Despesa  
 CPF: 210.578.850-53

\_\_\_\_\_  
 LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
 Contador  
 CRC/SC 090502/O-4

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 11.2014**

**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
**Balancete Financeiro**  
 Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                                     |                   | DESPESA                                     |                   |
|---|-------------------|---|-------------------|
| TÍTULOS                                     | NO PERÍODO        | TÍTULOS                                     | NO PERÍODO        |
| ORÇAMENTÁRIAS                               | 2.268,10          | ORÇAMENTÁRIA                                | 59.059,50         |
| Receitas Orçamentárias                      | 2.268,10          | Despesas Correntes                          | 57.396,21         |
| Receitas Correntes                          | 2.268,10          | Pessoal e Encargos Sociais                  | 24.636,00         |
| Receita Patrimonial                         | 2.268,10          | Outras Despesas Correntes                   | 32.760,21         |
|   |                   | Despesas IntraOrçamentárias                 | 1.663,29          |
|   |                   | Despesas Intraorçamentárias Correntes       | 1.663,29          |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                       | 50.000,00         |   |                   |
| Transferências Financeiras Recebidas        | 50.000,00         |   |                   |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | (3.573,79)        | EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | 8.428,61          |
| Depósitos                                   | 8.428,61          | Depósitos                                   | 8.428,61          |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 8.428,61          | Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 8.428,61          |
| Obrigações em Circulação                    | (12.002,40)       |   |                   |
| Obrigações a Pagar                          | (10.352,40)       |   |                   |
| Fornecedores                                | (10.352,40)       |   |                   |
| Consórcios a Pagar                          | (1.650,00)        |   |                   |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR                 | 509.399,29        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE             | 490.605,49        |
| Bancos Conta Movimento                      | 57,80             | Bancos Conta Movimento                      | 50,00             |
| Aplicação Financeira de Recursos Próprios   | 325.159,49        | Aplicação Financeira de Recursos Próprios   | 322.426,52        |
| Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 184.182,00        | Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 168.128,97        |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>558.093,60</b> | <b>TOTAL</b>                                | <b>558.093,60</b> |

Notas:

\_\_\_\_\_  
 ARGEU ALBIERO  
 Contador  
 CRC/SC 027453/O-2

\_\_\_\_\_  
 LEVI ELOI DOS SANTOS  
 DIRETOR / SUPERINTENDENTE

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 11.2014**

**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
**Balancete Financeiro**  
 Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                              |                   | DESPESA                               |                   |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|-------------------|
| TÍTULOS                              | NO PERÍODO        | TÍTULOS                               | NO PERÍODO        |
| ORÇAMENTÁRIAS                        | 9.186,65          | ORÇAMENTÁRIA                          | 231.171,12        |
| Receitas Orçamentárias               | 9.186,65          | Despesas Correntes                    | 210.704,78        |
| Receitas Correntes                   | 9.186,65          | Pessoal e Encargos Sociais            | 81.199,97         |
| Receita Patrimonial                  | 230,70            | Outras Despesas Correntes             | 129.504,81        |
| Receita de Serviços                  | 7.252,00          | Despesas de Capital                   | 11.000,00         |
| Outras Receitas Correntes            | 1.703,95          | Investimentos                         | 11.000,00         |
|                                      |                   | Despesas IntraOrçamentárias           | 9.466,34          |
|                                      |                   | Despesas Intraorçamentárias Correntes | 9.466,34          |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                | 315.000,00        |                                       |                   |
| Transferências Financeiras Recebidas | 315.000,00        |                                       |                   |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                    | (177.002,35)      | EXTRAORÇAMENTÁRIA                     | 18.520,47         |
| Depósitos                            | 18.520,47         | Depósitos                             | 18.520,47         |
| Consignações                         | 83,90             | Consignações                          | 83,90             |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)  | 18.436,57         | Depósitos de Diversas Origens (DDO)   | 18.436,57         |
| Obrigações em Circulação             | (195.522,82)      |                                       |                   |
| Obrigações a Pagar                   | (195.522,82)      |                                       |                   |
| Fornecedores                         | (195.522,82)      |                                       |                   |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR          | 132.635,95        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE       | 30.128,66         |
| Bancos Conta Movimento               | 132.635,95        | Bancos Conta Movimento                | 30.128,66         |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>279.820,25</b> | <b>TOTAL</b>                          | <b>279.820,25</b> |

Notas:

\_\_\_\_\_  
 VILMAR ANTONIO BENTZ  
 Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
 SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
 Contadora  
 CRC/SC 15097/O-2

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 11.2014**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**Balancete Financeiro**  
 Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                              |                   | DESPESA                               |                   |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|-------------------|
| TÍTULOS                              | NO PERÍODO        | TÍTULOS                               | NO PERÍODO        |
| ORÇAMENTÁRIAS                        | 229.683,28        | ORÇAMENTÁRIA                          | 47.431,61         |
| Receitas Orçamentárias               | 229.683,28        | Despesas Correntes                    | 46.048,86         |
| Receitas Correntes                   | 229.683,28        | Pessoal e Encargos Sociais            | 7.998,01          |
| Receita Patrimonial                  | 3.000,80          | Outras Despesas Correntes             | 38.050,85         |
| Transferências Correntes             | 226.682,48        | Despesas IntraOrçamentárias           | 1.382,75          |
|                                      |                   | Despesas Intraorçamentárias Correntes | 1.382,75          |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                | 70.000,00         |                                       |                   |
| Transferências Financeiras Recebidas | 70.000,00         |                                       |                   |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                    | (99.023,04)       | EXTRAORÇAMENTÁRIA                     | 3.205,88          |
| Depósitos                            | 2.668,71          | Depósitos                             | 3.205,88          |
| Consignações                         | 545,66            | Consignações                          | 545,66            |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)  | 2.123,05          | Depósitos de Diversas Origens (DDO)   | 2.660,22          |
| Obrigações em Circulação             | (101.691,75)      |                                       |                   |
| Obrigações a Pagar                   | (101.691,75)      |                                       |                   |
| Fornecedores                         | (101.691,75)      |                                       |                   |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR          | 627.520,79        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE       | 777.543,54        |
| Bancos Conta Movimento               | 172.497,46        | Bancos Conta Movimento                | 175.266,79        |
| Bancos Conta Vinculada               | 455.023,33        | Bancos Conta Vinculada                | 602.276,75        |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>828.181,03</b> | <b>TOTAL</b>                          | <b>828.181,03</b> |

Notas:

LAURI GARBOSSA  
 Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
 Contadora  
 CRC/SC 036995/O-9

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 11.2014****FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                              |                   | DESPESA                             |                   |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-------------------|
| TÍTULOS                              | NO PERÍODO        | TÍTULOS                             | NO PERÍODO        |
| ORÇAMENTÁRIAS                        | 590,94            | ORÇAMENTÁRIA                        | (164,59)          |
| Receitas Orçamentárias               | 590,94            | Despesas Correntes                  | (164,59)          |
| Receitas Correntes                   | 590,94            | Outras Despesas Correntes           | (164,59)          |
| Receita Patrimonial                  | 590,94            |                                     |                   |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                | 17.000,00         |                                     |                   |
| Transferências Financeiras Recebidas | 17.000,00         |                                     |                   |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                    | (13.131,29)       | EXTRAORÇAMENTÁRIA                   | 175,97            |
| Depósitos                            | 133,18            | Depósitos                           | 175,97            |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)  | 133,18            | Depósitos de Diversas Origens (DDO) | 175,97            |
| Obrigações em Circulação             | (13.264,47)       |                                     |                   |
| Obrigações a Pagar                   | (13.264,47)       |                                     |                   |
| Fornecedores                         | (13.264,47)       |                                     |                   |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR          | 113.200,42        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE     | 117.648,69        |
| Bancos Conta Movimento               | 113.200,42        | Bancos Conta Movimento              | 117.648,69        |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>117.660,07</b> | <b>TOTAL</b>                        | <b>117.660,07</b> |

Notas:

LAURI GARBOSSA  
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 11.2014****FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                              |                     | DESPESA                                     |                     |
|--------------------------------------|---------------------|---|---------------------|
| TÍTULOS                              | NO PERÍODO          | TÍTULOS                                     | NO PERÍODO          |
| ORÇAMENTÁRIAS                        | 3.279.333,03        | ORÇAMENTÁRIA                                | 4.061.114,06        |
| Receitas Orçamentárias               | 3.279.333,03        | Despesas Correntes                          | 3.028.410,40        |
| Receitas Correntes                   | 3.279.333,03        | Pessoal e Encargos Sociais                  | 1.267.147,07        |
| Receita Tributária                   | 28.056,45           | Outras Despesas Correntes                   | 1.761.263,33        |
| Receita Patrimonial                  | 21.772,97           | Despesas de Capital                         | 888.922,34          |
| Transferências Correntes             | 3.228.541,75        | Investimentos                               | 888.922,34          |
| Outras Receitas Correntes            | 961,86              | Despesas IntraOrçamentárias                 | 143.781,32          |
|                                      |                     | Despesas Intraorçamentárias Correntes       | 143.781,32          |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS                | 2.441.408,18        |   |                     |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.441.408,18        |   |                     |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                    | (1.009.054,19)      | EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | 292.246,70          |
| Realizável                           | 3.051,82            | Realizável                                  | 3.051,82            |
| Créditos em Circulação               | 3.051,82            | Créditos em Circulação                      | 3.051,82            |
| Depósitos                            | 289.194,88          | Depósitos                                   | 289.194,88          |
| Consignações                         | 961,86              | Consignações                                | 961,86              |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)  | 288.233,02          | Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 288.233,02          |
| Obrigações em Circulação             | (1.301.300,89)      |   |                     |
| Obrigações a Pagar                   | (1.277.666,64)      |   |                     |
| Fornecedores                         | (1.277.666,64)      |   |                     |
| Encargos Sociais a Recolher          | (1.620,36)          |   |                     |
| Obrigações Tributárias               | (23.746,39)         |   |                     |
| Débitos Diversos a Pagar             | 1.732,50            |   |                     |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR          | 3.205.037,67        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE             | 3.563.363,93        |
| Bancos Conta Movimento               | 850.578,37          | Bancos Conta Movimento                      | 1.031.414,32        |
| Bancos Conta Vinculada               | 2.354.459,30        | Bancos Conta Vinculada                      | 1.849.430,12        |
|                                      |                     | Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 682.519,49          |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>7.916.724,69</b> | <b>TOTAL</b>                                | <b>7.916.724,69</b> |

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE  
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
Encarregada do Serviço

**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 11.2014****MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Novembro / 2014

| RECEITA                                     |                      | DESPESA                                     |                      |
|---|----------------------|---|----------------------|
| TÍTULOS                                     | NO PERÍODO           | TÍTULOS                                     | NO PERÍODO           |
| ORÇAMENTÁRIAS                               | 13.146.362,77        | ORÇAMENTÁRIA                                | 7.358.166,63         |
| Receitas Orçamentárias                      | 13.146.362,77        | Despesas Correntes                          | 5.409.004,87         |
| Receitas Correntes                          | 11.277.586,09        | Pessoal e Encargos Sociais                  | 3.766.124,81         |
| Receita Tributária                          | 1.689.216,19         | Juros e Encargos da Dívida                  | 3.000,00             |
| Receita de Contribuições                    | 384.324,18           | Outras Despesas Correntes                   | 1.639.880,06         |
| Receita Patrimonial                         | 260.518,36           | Despesas de Capital                         | 1.317.108,22         |
| Receita Agropecuária                        | 472,50               | Investimentos                               | 1.317.108,22         |
| Receita de Serviços                         | 23.474,26            | Despesas IntraOrçamentárias                 | 632.053,54           |
| Transferencias Correntes                    | 9.881.786,72         | Despesas Intraorçamentárias Correntes       | 632.053,54           |
| Outras Receitas Correntes                   | 398.074,54           |   |                      |
| (-)Deduções das Receitas Correntes          | 1.360.280,66         |   |                      |
| Receitas Intra-Orçamentárias Correntes      | 154.527,90           |   |                      |
| Receitas de Capital                         | 1.714.248,78         |   |                      |
| Operações de Crédito                        | 133.488,02           |   |                      |
| Alienação de Bens                           | 772,52               |   |                      |
| Transferencias de Capital                   | 1.579.988,24         |   |                      |
|   |                      | INTERFERÊNCIAS PASSIVAS                     | 3.210.408,18         |
|   |                      | Transferencias Financeiras Concedidas       | 3.210.408,18         |
| EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | (430.790,44)         | EXTRAORÇAMENTÁRIA                           | 1.196.053,56         |
| Realizável                                  | 17.759,83            | Realizável                                  | 17.759,83            |
| Créditos em Circulação                      | 17.759,83            | Créditos em Circulação                      | 17.759,83            |
| Depósitos                                   | 1.176.553,08         | Depósitos                                   | 1.176.553,08         |
| Consignações                                | 87.360,10            | Consignações                                | 87.360,10            |
| Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 1.089.192,98         | Depósitos de Diversas Origens (DDO)         | 1.089.192,98         |
| Obrigações em Circulação                    | (1.626.844,00)       | Obrigações em Circulação                    | 1.740,65             |
| Obrigações a Pagar                          | (1.530.511,07)       | Obrigações a Pagar                          | 1.740,65             |
| Fornecedores                                | (1.530.511,07)       | Fornecedores                                | 1.740,65             |
| Encargos Sociais a Recolher                 | 1.192,29             |   |                      |
| Obrigações Tributárias                      | (85.855,18)          |   |                      |
| Débitos Diversos a Pagar                    | (350,00)             |   |                      |
| Precatórios de Pessoal a Pagar              | (14.098,04)          |   |                      |
| Consórcios a Pagar                          | 2.778,00             |   |                      |
| Acréscimos Patrimoniais                     | 1.740,65             |   |                      |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR                 | 28.458.429,05        | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE             | 29.409.373,01        |
| Bancos Conta Movimento                      | 923.855,55           | Bancos Conta Movimento                      | 1.049.380,40         |
| Bancos Conta Vinculada                      | 35.387,13            | Bancos Conta Vinculada                      | 35.704,35            |
| Aplicação Financeira de Recursos Próprios   | 10.353.476,59        | Aplicação Financeira de Recursos Próprios   | 9.932.963,12         |
| Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 17.145.709,78        | Aplicação Financeira de Recursos Vinculados | 18.391.325,14        |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>41.174.001,38</b> | <b>TOTAL</b>                                | <b>41.174.001,38</b> |

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de FinançasJOAO GIRARDI  
Prefeito MunicipalLEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 612/2014

DECRETO Nº 612/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica (aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 29

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 20.500,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 37

Fonte de Recursos: 10.01- Ordinários - R\$ 7.500,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 - Manutenção e Ampliação do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 102

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente valor de R\$ 48.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO N. 628/2014

DECRETO Nº 628/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta; o Código Tributário Municipal (Lei nº 11/99 e suas alterações posteriores), especialmente nos termos da Lei Complementar n. 29/2003 e Lei Complementar n. 30/2004 e demais legislações pertinentes;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2015, de conformidade com a Lei Complementar 30/2004, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Os tributos que serão arrecadados mediante a apuração pelo movimento econômico variável serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor originário desta apuração, e, após o vencimento serão até a data do efetivo pagamento serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 4º Os vencimentos constantes do anexo Único, deste Decreto, serão até a data fixada no Calendário fiscal, podendo o Contribuinte antecipar o seu pagamento.

Art. 5º Os tributos não constantes neste Calendário Fiscal serão pagos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Art. 6º A atualização monetária para todos os tributos municipais em 2015, conforme preconiza o art. 59 da Lei Complementar n. 029/2003, fica estipulada em %3,65 (três vírgula sessenta e cinco por cento), considerando o IGPM (dezembro/2013 a novembro/2014).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 22 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### ANEXO ÚNICO AO DECRETO N. 628/2014 CALENDÁRIO FISCAL PARA 2015

| MESES     | IPTU/TCL/TPPS       | ISS          | SERV. ÁGUA | TLLP / ALVARÁ SANITÁRIO |
|-----------|---------------------|--------------|------------|-------------------------|
|           |                     | PARCELAMENTO |            |                         |
|           |                     |              |            |                         |
| Janeiro   |                     |              |            |                         |
| Fevereiro |                     | 10/02/2015   | 15/02/2015 | 27/02/2015              |
| Março     | 10/03 (1ª ou única) | 10/03        | 15/03      |                         |
| Abril     | 10/04               | 10/04        | 15/04      |                         |
| Maiο      | 10/05               | 10/05        | 15/05      |                         |
| Junho     | 10/06               | 10/06        | 15/06      |                         |
| Julho     | 10/07               | 10/07        | 15/07      |                         |
| Agosto    |                     | 10/08        | 15/08      |                         |
| Setembro  |                     | 10/09        | 15/09      |                         |

|          |  |            |            |  |
|----------|--|------------|------------|--|
| Outubro  |  | 10/10      | 15/10      |  |
| Novembro |  | 10/11      | 15/11      |  |
| Dezembro |  | 10/12      | 15/12      |  |
|          |  | 10/01/2016 | 15/01/2016 |  |

\*IPTU e CM - 16% desconto para pagamento à vista, conforme Anexo 1.9, da Lei 675/05.

\*Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

| CM |                               | MESES                   |
|----|-------------------------------|-------------------------|
|    | Cota Única (10% de Desconto)  | 30/01/2015              |
|    | Pagamento Parcelado (até 24x) | 30/01/2015 – 30/01/2017 |

Legenda:

IPTU - Imposto Predial e territorial Urbano

TCL - Taxa de Coleta de Lixo

TPPS - Taxa para Prestação de Serviço

ISS - Imposto Sobre Serviço

Serv. Água - Taxa pelo Fornecimento de Água

TLLP - Taxa de Licença para Localização e Permanência

CM - Contribuição de Melhoria

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## DECRETO N.627/2014

DECRETO Nº627/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

“ FIXA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando os feriados de Natal no dia 25 de dezembro de 2014 e da Confraternização Universal no dia 01 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o Ponto Facultativo aos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e dia 02 de janeiro de 2015, excetuando-se os serviços considerados essenciais, não havendo expediente nos Setores da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de dezembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## EDITAL 001/2014 - CONCURSO PÚBLICO

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

ABRE INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS NO NÍVEL INICIAL DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DEFINE SUAS NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e art. 78, III, da Lei Orgânica do Município, torna público a abertura das inscrições para o Concurso Público n.º 001/2014, destinado ao provimento de cargos do seu Quadro Permanente de Pessoal, nos termos e nas condições do presente edital e sob a responsabilidade da empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Concurso Público é regido por este Edital e pelas normas de Direito aplicáveis, promovido pelo Poder Executivo Municipal de Cordilheira Alta e organizado por uma Comissão de Servidores especialmente designada para esse fim.

1.2. Este Concurso Público selecionará candidatos para as vagas dos cargos adiante identificados, através da aferição de conhecimentos e habilidades por meio de:

a) Provas escritas com questões objetivas aplicadas a todos os concorrentes regularmente inscritos e com a inscrição homologada;

b) prova prática, com quesitos e critérios para a avaliação das habilidades dos concorrentes às vagas do cargo de motorista e operador de máquinas.

1.3. O Concurso Público, para todos os efeitos, terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final com a respectiva classificação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério e no interesse e conveniência da Administração Municipal.

1.4. O período de validade estabelecido para este Concurso Público, considerada a possibilidade de sua prorrogação, gera para a Administração Municipal a obrigatoriedade vinculante de aproveitar todos os candidatos aprovados, restringindo-se ao número de vagas, conforme consta nos quadros do ANEXO I deste Edital. Aos classificados que excedam o número de vagas resta apenas a expectativa de convocação, no caso de surgimento de vagas.

1.5. Os candidatos aprovados serão nomeados e regidos segundo as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, farão carreira nos termos da legislação municipal vigente, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

### CAPÍTULO II

#### DOS CARGOS, DAS VAGAS E DAS HABILITAÇÕES

2.1. Este Concurso Público destina-se à seleção de candidatos para o preenchimento, prioritariamente, das vagas que constam nos quadros do ANEXO I.

2.2. Os classificados que excederem o número de vagas estabelecidas neste Edital poderão ser aproveitados, no caso de surgimento de vagas, respeitada a ordem de classificação e as disposições do item 1.4 deste Edital.

2.3. Os quadros do ANEXO I identificam os cargos, estabelecem o número de vagas, informam a habilitação mínima para a posse e exercício do cargo, a jornada semanal de trabalho, os vencimentos dos cargos em concurso e o valor da inscrição. Os interessados concorrerão a apenas uma das vagas.

2.4. A descrição das atribuições dos cargos, segundo as categorias funcionais, consta do ANEXO II, deste Edital.

### CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.1. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor da inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para este Concurso Público.

3.1.2. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.

3.1.3. As inscrições poderão ser realizadas na modalidade: Internet.

3.1.4. Período: 23/12/2014 a 21/01/2015.

3.1.5. As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir do dia 23 de dezembro de 2014 até dia 21 de janeiro de 2015 às 23h59min, pelo site [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br)

3.1.6. A IOPLAN não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.1.7. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o documento para o pagamento da inscrição. Este será o seu registro provisório de inscrição.

3.1.8. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 22 de janeiro de 2015, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

3.1.9. A IOPLAN, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 22 de janeiro de 2015. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

3.1.10. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa IOPLAN, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital ou da correta comprovação da condição de doador de sangue. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter à IOPLAN cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

3.2. Serão tornadas sem efeito as inscrições cujo pagamento, por qualquer motivo, não apresente liquidez.

3.3. Salvo se cancelada a realização do Concurso, não haverá, em nenhuma outra hipótese, devolução da taxa de inscrição. Também não haverá devolução da taxa de inscrição, caso essa, por não regular, não seja homologada.

3.4. É vedada a participação neste Concurso Público:

a) de diretores, sócios, representantes, empregados ou colaboradores, a qualquer título, da empresa/instituição que executa a operacionalização do presente Concurso Público. Caso tenha ocorrido a inscrição, antes do conhecimento da empresa a ser contratada, a inscrição será cancelada e restituído o valor da taxa cobrada.

b) de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, inclusive, de membros da Comissão do Concurso Público especialmente constituída e seus membros designados para o acompanhamento da organização de todas as fases e procedimentos deste certame.

3.5. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos, via postal, via fac-símile (fax), por e-mail, extemporâneas.

3.6. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações

Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

3.7. Homologação das Inscrições:

3.7.1. As inscrições serão deferidas/indeferidas pela Comissão do Concurso Público no dia 23/01/2015, e comunicadas mediante publicação de Edital, que será afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal e na Internet através do site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

3.7.2. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação, para recorrer das decisões adotadas nesta fase do Concurso.

3.7.3. Os recursos interpostos por candidatos, contestando decisões inerentes à homologação das inscrições, deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC e resolvidos pela Comissão do Concurso Público, no mesmo prazo estabelecido no subitem anterior.

3.7.4. Caso seu nome não conste do Edital de Homologação das inscrições (inscrições deferidas e indeferidas), o candidato deverá encaminhar via fax (49) 3358-0076, dentro do prazo definido no item 3.7.2, requerimento que solicite a regularização da inscrição, com a cópia do comprovante de inscrição anexa. Nesse requerimento deverá ser informado, obrigatoriamente, número de telefone e endereço eletrônico, se possuir, para contato.

### CAPÍTULO IV DAS PROVAS

4.1. As provas serão escritas e práticas, sendo as primeiras (escritas) aplicadas a todos os candidatos às vagas dos cargos deste Concurso Público, com caráter classificatório e eliminatório.

4.2. A prova prática será aplicada, exclusivamente, para os candidatos que concorrerem às vagas do cargo de motorista e operador de máquinas que obtiverem nota igual ou superior a 6,00 (seis) na prova escrita.

4.3. DA PROVA ESCRITA (OU PROVA OBJETIVA):

4.3.1. A prova escrita terá caráter eliminatório e classificatório e será aplicada a todos os concorrentes às vagas dos cargos deste Concurso Público. O não comparecimento à prova escrita resultará na exclusão do candidato ausente.

4.3.2. A prova escrita será aplicada no dia 01 de fevereiro de 2015, nas dependências do Centro Educativo Municipal Mediação, situado na Rua Alberto Maggioni, sem nº, Bairro Rosa Linda, 89819-000, na Cidade de Cordilheira Alta/SC (Próximo ao Ginásio de Esportes Ludovico J. Tozzo), das 08h30min às 11h30min. Os concorrentes deverão comparecer à referida escola com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência.

4.3.3. A prova escrita, com duração de 03 (três) horas, será constituída de questões objetivas, do tipo múltipla escolha, subdivididas em 4 (quatro) alternativas de resposta, sabendo-se que somente uma poderá ser assinalada como correta no CARTÃO-RESPOSTA, sob pena de ser considerada como errada.

4.3.3.1. O conteúdo programático mínimo sugerido para as provas escritas consta do ANEXO III deste Edital.

4.3.4. As provas escritas ou objetivas, por cargo, terão peso, estão distribuídas e serão avaliadas, conforme as disposições dos seguintes quadros:



| CARGO                      | DISCIPLINAS (PROVA OBJETIVA)                        | Nº de Questão | Peso por Questão | PESO TOTAL |
|----------------------------|---|---------------|------------------|------------|
| Todos os Cargos do ANEXO I | Conhecimentos Gerais                                |               |                  |            |
|                            | - Português   | 05            | 0,30             | 1,50       |
|                            | - Conhecimentos do município de Cordilheira Alta/SC | 05            | 0,30             | 1,50       |
|                            | Conhecimentos Específicos                           | 20            | 0,35             | 7,00       |
|                            | TOTAL   |               |                  | 10,00      |

4.3.5. O Caderno da prova escrita identificará, pela impressão original, o cargo, as orientações objetivas aos candidatos, as questões em ordem numérica crescente, a divisão clara e acentuada para cada parte e para cada área de conhecimentos da prova.

4.3.6. A identificação do candidato no caderno da prova far-se-á, exclusivamente, com o número da respectiva inscrição e nome do candidato.

4.3.7. As questões da prova escrita serão respondidas em CARTÃO-RESPOSTA, fornecido aos candidatos junto com o caderno de prova. Os candidatos utilizar-se-ão, para nele indicar suas respostas, exclusivamente de uma caneta esferográfica de escrita na cor azul ou preta.

4.3.8. À prova escrita será atribuída nota nos termos previstos dos quadros do item 4.3.4 acima.

4.3.9. Será(ão) considerada(s) errada(s), com atribuição de nota 0 (zero), a(s) questão(ões) que no CARTÃO-RESPOSTA, contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s);
  - b) mais de uma opção de resposta assinalada;
  - c) em branco, sem nenhuma alternativa assinalada;
  - d) assinalada(s) com lápis, de qualquer espécie, caneta não esferográfica, ou com escrita em cores que não sejam preta ou azul.
- As respostas serão assinaladas, exclusivamente, na forma orientada no próprio CARTÃO-RESPOSTA, consideradas como se erradas fossem as que não atenderem à referida orientação e às disposições deste Capítulo.

4.3.10. O CARTÃO-RESPOSTA preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou detalhadas especificamente neste Edital, ou seja, preenchido com a marcação das respostas com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, não será corrigido e ao candidato será atribuída nota 0 (zero). Também não será corrigido o CARTÃO-RESPOSTA que em conste qualquer anotação, tanto na face, quanto no verso, não solicitadas neste Edital, ou estranhas ao Concurso Público.

4.3.11. Os candidatos devem comparecer, para a prova escrita, no local determinado no item 4.3.2, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento de identidade com foto (aquele informado no ato da inscrição via internet) e de, pelo menos, uma caneta esferográfica, de escrita azul ou preta, para orientar-se e localizar a sala em que prestará prova e acomodar-se adequadamente.

4.3.12. Para fins de identificação dos candidatos, serão aceitos documentos já descritos no item 3.6, deste Edital, contanto que conste do Comprovante de Inscrição.

4.3.13. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento original de identificação, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro dessa ocorrência em órgão policial.

4.3.14. O candidato que não comparecer ao local da prova no horário previsto nos itens 4.3.2, ou não se identificar, nos termos descritos nos itens 4.3.11, 4.3.12 e 4.3.13, acima, será eliminado do processo deste Concurso Público.

4.3.15. Não haverá segunda chamada, estando automaticamente desclassificado e eliminado do Concurso Público o candidato que se apresentar no local da prova escrita, sem a observância ao horário e às condições estabelecidas nos itens anteriores.

4.3.16. Cada candidato, juntamente com o caderno de prova, receberá um CARTÃO-RESPOSTA, que não poderá ser substituído,

em hipótese alguma, salvo constatados erros de impressão.

4.3.17. O CARTÃO-RESPOSTA conterá orientações objetivas acerca de seu preenchimento, a ordem crescente das questões, com as colunas verticais contendo as opções para as respostas e, ainda:

a) o local para o candidato identificar-se, através do número de inscrição e do nome, conforme informado na inscrição;

b) as alternativas identificadas pelas primeiras letras do alfabeto, dispostas em quadriculas próprias, para cada uma das questões e estas em ordem crescente;

4.3.18. Para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada, aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, assinalada a lápis ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada. Também será considerada errada a resposta apontada em alternativa que não atenda à forma identificada no próprio CARTÃO-RESPOSTA.

4.3.19. Durante a realização das provas é vedada qualquer consulta a pessoas alheias à fiscalização do processo ou a outros candidatos, a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como, a utilização de máquina ou aparelhos de calcular ou de outros aparelhos eletrônicos, inclusive de comunicação, sob pena de eliminação do candidato do processo.

4.3.20. Antes da entrega, aos candidatos, do caderno de prova e do CARTÃO-RESPOSTA, os candidatos depositarão em local apropriado materiais, pastas, bolsas, aparelhos de telefone celular, ou quaisquer outros pertences que não lhe sejam necessários no decorrer da prova. A negativa na atenção ao disposto neste item importará na eliminação do concorrente.

4.3.21. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova (08h), não se admitindo qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que o identifique, de acordo com o item 4.3.12 e 4.3.13;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrida uma hora do início da prova;
- e) se ausentar da sala de prova levando o CARTÃO-RESPOSTA e/ou o Caderno de Provas ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- f) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- g) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- h) não devolver integralmente o material recebido;
- i) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como utilizando-se de quaisquer dos recursos mencionados no item 4.3.19 deste Capítulo.
- j) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

4.3.22. O candidato, ao encerrar a prova, e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao(s) fiscal(ais), o CARTÃO-RESPOSTA e o Caderno de Prova e aguardará sua conferência (para verificar a identificação através do número de inscrição e do nome).

4.3.23. O candidato não poderá sair da sala, pela conclusão da prova, antes de transcorrida uma hora do seu início.

4.3.24. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, ou pretexto, portando material de prova (Caderno de Prova e/ou CARTÃO-RESPOSTA). Havendo necessidade de ausentar-se da sala de prova, durante sua realização, somente poderá fazê-lo por motivo justificável e se acompanhado de um fiscal.

4.3.25. Não permanecerão na sala de provas menos de três candidatos.

4.3.26. Os CARTÃO-RESPOSTA, de cada uma das salas de provas, serão acondicionados em envelope próprio.

4.3.27. Conclusos os serviços relativos à prova escrita, em cada uma das salas, será lavrada ata circunstanciada, que será subscrita

pelos respectivos fiscais de provas. Nesta ata deverá constar todas as ocorrências que mereçam destaque, a critério dos subscritores de cada uma das atas.

4.3.28. No dia da realização das provas escritas, será concluso todo o processo de aplicação e recolhimento das mesmas e dos CARTÃO-RESPOSTA, lavradas as atas e tomadas outras providências necessárias para findar o processo de aplicação das mesmas.

4.3.29. O gabarito provisório das provas será publicado no dia seguinte à realização das provas escritas, no sítio [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br), [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br) e também no mural público da Prefeitura Municipal, através de edital.

4.3.30. No dia seguinte à aplicação das provas serão disponibilizados também, no mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, os Cadernos das Provas aplicadas aos candidatos.

4.3.31. Um exemplar de cada um dos cadernos da prova escrita (um para cada cargo em concurso), os CARTÃO-RESPOSTA de cada candidato e os respectivos gabaritos, as listas com a confirmação de presença e as atas tomarão parte, como peças indivisíveis, do processo administrativo deste Concurso Público.

4.3.32. O caderno de provas de cada um dos candidatos permanecerá resguardado, na Prefeitura Municipal, durante o prazo de validade do Concurso Público. Após este período, não havendo qualquer óbice, os cadernos de provas poderão ser incinerados.

4.3.33. Na data de 06/02/2015, será divulgada, através de edital, a listagem provisória com as notas da prova objetiva de todos os candidatos. A divulgação se dará através edital afixado no Mural Público Municipal e na internet, no endereço [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br). A publicação de que trata este item fica condicionada à resolução de todos os recursos eventualmente interpostos.

4.3.34. Outras disposições relativas às provas escritas:

a) O candidato que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la por meio de requerimento protocolado junto à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, no mínimo 5 (cinco) dias antes da realização da prova, no qual declarará a causa da solicitação e informará os recursos especiais necessários à prestação da prova.

b) O atendimento às condições solicitadas, nos termos da alínea anterior, ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

c) A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova escrita poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes da alínea "a", deste item, para adoção das providências necessárias. Haverá fiscal para acompanhar a candidata até o local destinado à amamentação de seu filho, permanecendo com ela, até a satisfação alimentar da criança.

d) Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

e) A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

f) Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas.

g) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

h) Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

i) razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Administração Municipal, ou a empresa IOPLAN, não fornecerá exemplares dos Cadernos das Provas a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público, exceto para o caso previsto no item 4.3.31.

4.3.35. Caráter Eliminatório e Classificatório da Prova Escrita:

A prova escrita tem caráter eliminatório e classificatório, conforme demonstrado abaixo, sendo considerados aprovados os candidatos

que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento), ou seja, com nota igual ou superior a 6,00 (seis), restando os demais eliminados do certame.

4.3.36. Os candidatos às vagas do cargo de motorista e operador de máquinas, que obtiverem a nota mínima para classificação, ou seja, nota igual ou superior a 6,00 (seis) serão submetidos à prova prática, nos termos do presente edital.

4.4. DA PROVA PRÁTICA:

4.4.1. Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo de Motorista e Operador de Máquinas classificados nos termos do item 4.3.36.

4.4.2. O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

4.4.3. A prova prática será realizada no dia 14 de fevereiro de 2015, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, localizado na Rua Rudgero Dal Santo, sem nº, Bairro Bela Vista, no Município de Cordilheira Alta/SC (Próximo ao Atacado Distribuidor Nilo Tozzo), para demonstração de habilidades práticas junto aos veículos (caminhões) e máquinas da municipalidade, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, por sorteio, a ordem de início do teste prático.

4.4.4. Na prova prática para Motorista e Operador de Máquinas, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução de veículos e máquinas, sendo avaliado: 1. habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios); 2. Postura; 3. sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem); 4. manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada); 5. Câmbio; 6. Aceleração; 7. uso do freio; 8. Retrovisor; 9. direção defensiva/ofensiva; e 10. realização de tarefa solicitada.

4.4.4.1. As notas para cada um dos itens serão dadas na seguinte escala, conforme o conceito: Ótimo (1,00 ponto), Bom (0,75 ponto); Satisfatório (0,50), Regular (0,25 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

4.4.5. A nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 10 (dez).

4.4.6. Para efeitos de atribuição de notas, os resultados da prova escrita/objetiva e prática serão somados, depois de aplicados os respectivos pesos.

4.4.7. Poderá, a critério da fiscalização, ser excluído da prova prática o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de direção do veículo ou máquina sem risco de danificá-lo, visando evitar prejuízos à municipalidade.

4.4.8. Para a realização do teste prático deverá o candidato obrigatoriamente apresentar a sua CNH, categoria profissional, devidamente atualizada, sob pena de exclusão da prova.

4.4.9. A nota mínima para classificação no teste prático será igual ou superior a 6,00 (seis), antes da aplicação do respectivo peso.

## CAPÍTULO V

### DA APURAÇÃO DA NOTA FINAL

5.1. A NOTA FINAL dos candidatos, exceto para o cargo de Motorista e Operador de Máquinas, será a obtida do resultado da prova escrita, apurada de acordo com o item 4.3.4 deste edital.

5.2. Para os candidatos às vagas do cargo de Motorista e Operador de Máquinas, a NOTA FINAL será o resultado do somatório das notas da prova escrita e da prova prática obtidas com a aplicação dos seguintes pesos:

I - Prova Escrita - Peso 3

II - Prova Prática - Peso 7

5.3. Serão eliminados do concurso público os candidatos que obtiverem NOTA FINAL inferior a 6,00 (seis)

## CAPÍTULO VI

### DA APROVAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A Nota Final apurada nos termos do Capítulo V, acima,

determinará a ordem de classificação em cada um dos cargos desta seleção pública.

6.2. A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente das notas finais, em cada um dos cargos deste Concurso.

6.3. Ocorrendo empate na nota final, terá preferência para efeito de classificação:

6.3.1. O candidato que tiver maior idade (parágrafo único do art. 27, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), para os candidatos com idade igual ou superior aos 60 (sessenta) anos de idade;

6.3.2. O candidato que obtiver maior nota na prova prática, para os candidatos às vagas dos cargos de Motorista e Operador de Máquinas;

6.3.3. O candidato que apresentar maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

6.3.4. O candidato que apresentar maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa;

6.3.5. O candidato que apresentar maior número de acertos nas questões de Conhecimentos do município de Cordilheira Alta/SC.

6.3.6. Permanecendo, ainda, o empate, será realizado sorteio público, ato que será comunicado através de Edital publicado e notificação pessoal, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data de sua realização.

6.4. Serão inclusos no Edital que publicar o Resultado Final e a Classificação Final em cada um dos cargos deste Concurso Público, todos os concorrentes que obtiverem como resultado final a nota mínima prevista no Capítulo V deste Edital, podendo ainda a Administração publicar o resultado geral, de todos os candidatos.

6.5. O Edital com as listagens dos classificados será divulgado através de afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal, e na internet através do site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

6.5.1. Para os candidatos ao cargo de Motorista e Operador de Máquinas, o resultado final será publicado após a realização da prova prática, conforme cronograma.

6.6. Os candidatos que se sentirem prejudicados com o resultado das provas escritas e das provas práticas ou com o resultado final e classificação, terão o prazo em dias úteis, contados da data da publicação dos respectivos editais, para interpor recursos à IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para a coordenação e operacionalização das fases do Concurso Público, observadas os prazos, formalidades e procedimentos previstos no Capítulo VII, a seguir.

6.7. A publicação dos resultados se fará por Edital específico, com quadros individualizados para cada cargo desta seleção.

## CAPÍTULO VII DOS RECURSOS

7.1. Caberá recurso:

7.1.1. deferimento ou indeferimento da inscrição - o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação do Edital com as inscrições homologadas e com as inscrições não homologadas, com o pedido protocolado na Prefeitura Municipal, dirigido à Comissão especialmente constituída e designada para a coordenação e acompanhamento deste Concurso Público.

7.1.2. realização da prova escrita e suas questões - no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, da data de disponibilização das mesmas junto à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, nos termos do item 4.3.31 deste Edital.

7.1.3. gabaritos - no mesmo prazo previsto no item anterior.

7.1.4. resultado das provas escritas, do resultado das provas práticas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, da efetiva publicação dos respectivos resultados.

7.1.5. classificação provisória, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do respectivo edital no Mural Público da Prefeitura Municipal e na internet, através do site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

7.1.6. Os recursos interpostos em face das provas e dos gabaritos deverão ser apresentados por petição à Comissão Municipal do Concurso Público, protocolados na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, que serão processados de acordo com as normas do Direito Administrativo. Na petição, o candidato deverá identificar o cargo que disputa e a(s) questão(ões) contraditada(s), além da fundamentação e justificativa das razões do recurso.

7.1.7. Os recursos em face de critérios de avaliação das provas práticas deverão ser apresentados por petição à Comissão Municipal do Concurso Público, protocolados na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, que serão processados de acordo com as normas do Direito Administrativo. Na petição, o candidato deverá identificar o cargo que disputa e o(s) critério(s) ou quesito(s) contraditado(s), além da fundamentação e justificativa das razões do recurso.

7.1.8. Os recursos interpostos em face dos resultados do Concurso Público (do resultado da prova escrita, da prova prática ou do resultado final) serão apresentados por petição à Comissão Municipal do Concurso Público, protocolados na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, os quais serão processados, de forma objetiva, de acordo com as normas de Direito Administrativo. Na petição deverá constar a identificação nominal do recorrente, o número de inscrição e do documento de identidade informado pelo candidato no ato de sua inscrição e o cargo a que está concorrendo, além da fundamentação e justificativa(s) do recurso.

7.1.9. Os recursos, uma vez protocolados na Prefeitura Municipal, serão imediatamente encaminhados à IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para análise e manifestação acerca do arguido.

7.1.10. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido.

7.1.11. O resultado do julgamento dos recursos será publicado e disponibilizado aos recorrentes ou procuradores, através de endereço eletrônico (e-mail) constante na ficha de inscrição.

7.1.12. Admitido o recurso, decidir-se-á pela reforma ou manutenção do ato recorrido, determinando sua publicação.

7.1.13. Não serão admitidos pedidos de revisão, ou recursos via fax e/ou pelo correio eletrônico.

7.1.14. Julgado o pedido de revisão ou o recurso, a decisão será comunicada ao solicitante ou recorrente. Para receber o resultado, o candidato recorrente apresentará o comprovante de inscrição e respectivo documento de identidade. Se o recebimento for através de procurador, este apresentará o instrumento próprio.

7.1.15. Além da disponibilização da decisão de cada recurso, nos termos do item anterior, o resultado dos mesmos, também, será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal e na internet, no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

7.1.16. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do Resultado das Provas Escritas, das Provas Práticas ou do Resultado Final, novos editais serão publicados no Mural Público da Prefeitura Municipal e na internet através do site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

7.1.17. Todos os recursos terão efeito suspensivo.

## CAPÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Findos os trabalhos relativos a todas as fases do Concurso Público, publicados os resultados e a respectiva classificação, transcorrido o prazo para a interposição de recursos, julgados e resolvidos os interpostos, o resultado será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que após fazê-lo, publicará o resultado definitivo através de ato próprio e adequado.

8.2. A realização da segunda etapa, para os candidatos aos cargos de Motorista e Operador de Máquinas, não impedirá a conclusão do processo e homologação dos resultados em relação aos demais cargos, ou seja, daqueles não submetidos à prova prática.



**CAPÍTULO IX****DO PROVIMENTO DAS VAGAS**

9.1. O provimento das vagas dos cargos deste Concurso Público obedecerá estritamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados, em cada um dos cargos desta seleção.

9.2. A convocação, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dos aprovados, nomeados, e aptos à posse é estabelecida segundo as efetivas necessidades, interesse e conveniência da Administração Municipal, observado o prazo de validade do Concurso Público e a efetiva ordem de classificação.

9.3. Os candidatos às vagas dos cargos desta seleção serão nomeados, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e convocados à posse, com obediência absoluta da ordem de classificação.

9.4. A posse dos candidatos nomeados e convocados fica sujeita:

9.4.1. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e à apresentação da documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e dos requisitos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta/SC, ou seja:

-Prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, idade mínima 18 anos (cópia identidade);

-Fotocópia do CPF;

-Fotocópia do título eleitoral; Comprovante da última votação;

-Fotocópia Certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;

-Fotocópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

-Fotocópia do Diploma ou Certificado de conclusão para comprovar a escolaridade exigida e inscrição no órgão fiscalizador da profissão;

-Fotocópia de inscrição no Pis/Pasep;

-01 foto 3x4;

-Declaração de endereço atualizado;

-Declaração de não- acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

-No caso de acumulação legal de cargos, funções ou empregos ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;

-Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;

-Declaração de BENS ou IRRF;

-Declaração de dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;

-Fotocópia do certificado militar ou dispensa CDI ( masculino);

-Atestado de Aptidão Mental para o exercício do cargo; (psicólogo);

-Laudo Médico oficial para exercício do cargo;

- Folha Corrida Judicial;

-Conta Corrente - Banco do Brasil;

-Comprovante de frequência escolar, para crianças a partir de 07 (sete) anos;

-Apresentar, caso houver, declaração judicial no qual comprove a dependência de alguém que viva às suas custas.

9.4.2. A não apresentação dos documentos antes listados até a data marcada para a posse implicará na exclusão do Concurso Público do candidato aprovado e convocado, exceto, se houver solicitação justificada para reclassificação, caso em que o mesmo irá para o final da lista dos classificados.

9.5. Os candidatos aprovados e nomeados submeter-se-ão a estágio probatório, que se inicia com a posse, na forma estabelecida na Constituição Federal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta/SC.

9.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo, quando convocado, poderá solicitar, com fundamento e justificação, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados, no respectivo cargo a que concorreu.

9.7. O candidato nomeado que não tomar posse no prazo estabelecido será sumariamente exonerado e eliminado da relação dos aprovados ou classificados.

**CAPÍTULO X****DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO  
E DO INGRESSO NA CARREIRA**

10.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos da legislação municipal própria, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

10.2. Os admitidos nos cargos deste Concurso farão carreira, inclusive com progressões esporádicas e conquistadas pelos titulares, nos termos da legislação municipal específica e aplicável em cada caso.

10.3. Os avanços em carreira ou a obtenção de vantagens e adicionais ocorrerão de acordo com a legislação municipal.

**CAPÍTULO XI****DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

11.1. Qualquer cidadão é parte legítima para, tempestiva, motivada e justificadamente, propor a impugnação deste Edital.

11.1.1. A petição que intencionar a impugnação deste Edital deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de protocolo na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, até 03 (três) dias após a publicação deste edital.

11.2. Na petição deverá constar a(s) razão(ões) da impugnação, acompanhada(s) de justificativa(s), sendo imprescindível a fundamentação legal. Ausentes estas condições a impugnação não será conhecida.

11.3. Os pedidos de impugnação serão decididos também no prazo de 03 (três) dias após o protocolo.

**CAPÍTULO XII****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. O prazo de validade deste Concurso Público, nos termos estabelecidos no item 1.3 deste Edital, é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

12.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das instruções e normas aqui estabelecidas. Decorrido o prazo estabelecido para a impugnação do Edital, conforme Capítulo anterior, restará caracterizada, por parte de quem vier a se inscrever, a aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham dispostas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento e a elas ficará vinculado, o candidato e a Administração, até o encerramento do procedimento.

12.3. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos apresentados, mesmo que verificadas a posteriori ou a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação ou da posse, acarretarão na nulidade da inscrição com todas suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.4. O candidato deverá manter o endereço atualizado junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, enquanto perdurar a validade do Concurso Público. Na convocação, para posse, de aprovado ou classificado, não encontrado no endereço informado, será o mesmo convocado por edital, com prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.5. A aprovação no Concurso Público assegura ao candidato o direito à investidura, até o limite de vagas abertas neste Edital, no prazo de validade do presente concurso público e sua eventual prorrogação. A classificação (além do número de vagas abertas neste edital) gera apenas a expectativa de direito de ser admitido, em caso de surgimento de vagas dentro do prazo de validade do concurso ou de sua prorrogação.

12.6. A Administração Municipal contratou, através de precedente processo licitatório, empresa tecnicamente habilitada para a operacionalização de todas as fases deste concurso Público,

especialmente o processo de elaboração, aplicação e correção das provas, aplicação da prova prática e fiscalização das provas, apuração dos resultados para divulgação pela Administração, apreciação de pedidos de revisão e de recursos com fornecimento de subsídios para o julgamento administrativo, e demais atividades e ações decorrentes das especificidades contratadas e para a execução cabal deste Concurso Público.

12.7. As publicações relativas a este Concurso Público, em todas as suas fases (Editais, instruções, avisos, etc), serão feitas por editais, publicados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC e na internet, através do sítio [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e também no sítio [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br) em observância às datas fixadas no CRONOGRAMA GERAL DAS FASES DO CONCURSO (ANEXO I V).

12.8. É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Concurso Público, através do Mural Público da Prefeitura Municipal, na imprensa, se desejar a Administração Municipal, ou pela internet através do sítio anunciado no item anterior. Os resultados de cada uma das fases serão publicados através de Editais que receberão numeração específica.

12.9. Os candidatos que recusarem o provimento de vagas deste Concurso Público, ou manifestarem sua desistência por escrito, serão excluídos do cadastro dos aprovados ou classificados.

12.10. Decorrido do prazo de validade do Concurso Público e, não se caracterizando qualquer óbice, é facultado a incineração dos Cadernos de Provas. No período previsto neste item os candidatos poderão requerer o seu caderno de prova, exclusivamente, para pleitear a impugnação judicial do Concurso Público.

12.11. A Administração Municipal de Cordilheira Alta/SC e a IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., não assumem, ou não terão qualquer compromisso quanto ao transporte, à alimentação e à estadia dos candidatos, quando da realização da prova escrita, ou de qualquer outro ato decorrente deste Concurso Público.

12.12. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, em fase administrativa, entre a Administração Municipal (através da Comissão Municipal do Concurso Público) e a IOPLAN na forma do item 12.6 acima, obedecidas às formas previstas e aplicáveis à matéria.

12.13. Informações adicionais e a íntegra do Edital podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, telefone (49) 3358-9100, ou na internet, no sítio [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e também com a empresa IOPLAN pelos telefones (49) 3323-8630/9965-6773, no sítio [www.ioplan.com.br](http://www.ioplan.com.br).

12.14. Constituem anexos deste Edital:

- a) ANEXO I - Quadro de Cargos, Vagas, Habilitações e Valor das Inscrições;
- b) ANEXO II - Descrição das atribuições dos cargos em seleção;
- c) ANEXO III - Conteúdo Programático Prova Escrita;
- d) ANEXO IV - Cronograma Geral das Fases do Concurso;
- e) ANEXO V - Modelo Formulário de Recursos;

12.15 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimir toda e qualquer questão inerente a este Concurso Público, que não encontre solução na área administrativa.

Cordilheira Alta/SC, 22 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### PREVISÃO DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTO E VALOR INSCRIÇÃO

| DESCRIÇÃO DOS CARGOS   | N.º DE VAGAS | ESCOLARIDADE E/OU OUTROS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O CARGO NA POSSE | CARGA HORÁRIA SEMANAL | VENCIMENTO   | VALOR INSCRIÇÃO |
|--|--------------|--|-----------------------|--------------|-----------------|
| <b>NÍVEL FUNDAMENTAL</b>   |              |  |                       |              |                 |
| Auxiliar de Serviços Gerais  | 02+CR        | Alfabetizado   | 40 horas              | R\$ 974,96   | R\$ 80,00       |
| Agente Comunitário de Saúde-micro área 01(Sede do Município e Bairro COHAB).                             | 01+CR        | 4ª série do ensino fundamental                                     | 40 horas              | R\$ 1.081,65 | R\$ 80,00       |
| Agente Comunitário de Saúde-micro área 03 (Linha Ipiranga, Linha Ipiranga Alta e Linha Bento Gonçalves). | 01+CR        | 4ª série do ensino fundamental                                     | 40 horas              | R\$ 1.081,65 | R\$ 80,00       |
| Agente Comunitário de Saúde-micro área 05 (Sede Distrito Fernando Machado)                               | 01+CR        | 4ª série do ensino fundamental                                     | 40 horas              | R\$ 1.081,65 | R\$ 80,00       |



|  |       |  |          |               |            |
|--|-------|--|----------|---------------|------------|
| Motorista  | 01+CR | Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador da carteira nacional de habilitação profissional categoria mínima "C".     | 40 horas | R\$ 1.411,22  | R\$ 80,00  |
| Operador de Máquina                              | 02+CR | Alfabetizado, com experiência na área de atuação e portador da carteira nacional de habilitação profissional categoria mínima "C".     | 40 horas | R\$ 1.615,08  | R\$ 80,00  |
| NIVEL SUPERIOR                                   |       |  |          |               |            |
| Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária | 01+CR | Ensino superior completo com formação em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.                                       | 40 horas | R\$ 2.446,39  | R\$ 120,00 |
| Assistente Social                                | 01+CR | ensino superior em serviço social, com registro no órgão fiscalizador da profissão   | 40 horas | R\$ 3.220,66  | R\$ 120,00 |
| Engenheiro(a) Civil                              | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão   | 20 horas | R\$ 2.446,39  | R\$ 120,00 |
| Médico(a) Clínico Geral                          | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 40 horas | R\$ 11.698,52 | R\$ 120,00 |
| Médico(a) Especialista (Ginecologista)           | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 12 horas | R\$ 4.222,03  | R\$ 120,00 |
| Odontólogo(a)                                    | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 20 horas | R\$ 1.849,58  | R\$ 120,00 |
| Nutricionista                                    | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 20 horas | R\$ 2.028,10  | R\$ 120,00 |
| Contador(a)                                      | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 40 horas | R\$ 3.220,66  | R\$ 120,00 |
| Procurador (a) Jurídico                          | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 30 horas | R\$ 3.220,66  | R\$ 120,00 |
| Auditor(a) Fiscal de Tributos                    | 01+CR | ensino superior nas áreas de direito, ciências contábeis, economia ou administração, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. | 40 horas | R\$ 2.813,98  | R\$ 120,00 |
| Psicólogo(a)                                     | 01+CR | ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.  | 20 horas | R\$ 1.849,58  | R\$ 120,00 |
| Professor(a) de Educação Infantil                | 02+CR | ensino superior em pedagogia.  | 20 horas | R\$ 1.072,65  | R\$ 120,00 |

|   |       |                                    |          |              |            |
|---|-------|------------------------------------|----------|--------------|------------|
| Professor(a) de Educação Física (Atividades Desportivas Educação Infantil e Ensino Fundamental)                                 | 02+CR | Curso superior na área de atuação. | 40 horas | R\$ 2.145,30 | R\$ 120,00 |
| Professor(a) de Habilidades Artísticas Culturais – ARTE (Ensino Fundamental) (anos iniciais 1º ao 5º ano e finais 6º ao 9º ano) | 01+CR | Curso Superior na área de atuação. | 20 horas | R\$ 1.072,65 | R\$ 120,00 |
| Professor(a) do Ensino Fundamental (anos finais 6º ao 9º) Ciências  | 01+CR | Curso Superior na área de atuação. | 20 horas | R\$ 1.072,65 | R\$ 120,00 |
| Professor(a) de Matemática  | 01+CR | Curso Superior na área de atuação. | 20 horas | R\$ 1.072,65 | R\$ 120,00 |
| Professor(a) de História  | 01+CR | Curso Superior na área de atuação. | 10 horas | R\$ 536,32   | R\$ 120,00 |
| Professor(a) do Ensino Fundamental (anos iniciais 1º ao 5º ano)   | CR    | Curso Superior na área de atuação. | 20 horas | R\$ 1.072,65 | R\$ 120,00 |

\* CR: Cadastro de Reserva

## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM SELEÇÃO

#### 1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição Analítica: Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; Executar trabalhos braçais; Executar serviços de calçamento, construção e consertos das edificações; Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas; Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa; Requisitar material necessário aos serviços; Processar cópia de documentos; Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; Receber e transmitir mensagens; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; Relatar as anormalidades verificadas; Atender telefone e transmitir ligações; Atender usuários da Biblioteca; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 2. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Descrição Analítica: Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações inter-setoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; Cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados; Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 3. MOTORISTA

Descrição Analítica: Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos; Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência

de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificante e manutenção em geral; Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; Tratar os passageiros com respeito e urbanidade; Manter atualizado o documento de habilitação profissional de acordo com o Código Nacional de Trânsito e do veículo; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 4.FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Descrição Analítica: Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviço, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo formal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; Executar inspeção de livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município; Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes; Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais; Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 5.OPERADOR DE MÁQUINAS

Descrição Analítica: Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, motoniveladora, tratores, pás carregadeiras, retro-escavadeiras e similares; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação de acordo com o Código Nacional de Trânsito e a documentação da máquina; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 6. ASSISTENTE SOCIAL

Descrição Analítica: Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial; Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que

possam proporcionar os benefícios necessários à população; Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social; Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição; Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

#### 7. MÉDICO CLINICO GERAL

Descrição Analítica: Realizar atendimento ambulatorial; Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas; Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e programas de saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias; Auxiliar nos programas de educação de saúde; Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

#### 8. MÉDICO ESPECIALISTA - (Ginecologista)

Descrição Analítica: Realizar atendimento ambulatorial especializado, na respectiva área de atuação, seguindo as normas inerentes à especialidade que possui; Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas; Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; Prestar à clientela assistência médica especializada, através de: diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e educação sanitária; Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

#### 9. ODONTÓLOGO

Descrição Analítica: Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários; Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço; Atender o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado; Fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado; Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando

os resultados; Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo a população sobre métodos eficazes para evitá-las; Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo; Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil; Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental; Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade; Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle; Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos; Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública; Apresentar proposta de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação; Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

#### 10. NUTRICIONISTA

Descrição Analítica: Planejar e elaborar os cardápios, de acordo com as necessidades das escolas municipais; Orientar o trabalho das Agentes de apoio operacional responsáveis pela merenda escolar, supervisionando o preparo, distribuição das refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição; Planejar e racionalizar a quantidade de gêneros alimentícios necessários, de acordo com o cardápio preestabelecido; Estimar custo mensal das refeições, por meio de fichas de controle diário (saída de alimentos da despensa), cotação de preços e número de refeições servidas; Elaborar periodicamente tabelas e quadros demonstrativos do consumo de gêneros alimentícios; Elaborar escalas mensais de trabalho, prevendo a disponibilidade de recursos humanos no mês, para atendimento da demanda de consumo prevista; Programar e desenvolver o treinamento do serviço das agentes de apoio operacional que atuam nas unidades escolares, objetivando racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços; Controlar a qualidade e a quantidade de gêneros alimentícios recebidos; Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas do local e instalações relacionadas com o serviço de alimentação, orientando e supervisionando o pessoal auxiliar, providenciando recursos adequados, para assegurar a confecção de alimentação sadia; Planejar e desenvolver treinamentos, palestras e outros eventos, sobre sua especialização; Participar de equipes multiprofissionais em estudos de sua competência; Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biosegurança; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Auxiliar no planejamento para aplicação de técnicas de trabalho visando a qualidade dos serviços prestados no setor de sua atuação; Fazer orientação dietética e dietoterápica; Fazer o planejamento das atividades da área; Emitir boletins, relatórios e pareceres sobre assunto da sua especialidade; Planejar, estabelecer e orientar a aplicação de técnicas de trabalho, visando a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários na sua área de atuação; Preparar projetos dentro de sua área de atuação, visando ou não a captação de recursos; Desenvolver técnicas para o controle de qualidade das refeições; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

#### 11. PSICÓLOGO

Descrição Analítica: Assessorar, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa; Realizar atendimento ambulatorial; Participar das atividades de apoio médico das Unidades; Planejar, coordenar, controlar, avaliar e aplicar programas e projetos na área da Psicologia aplicada a indivíduos, grupos e comunidades; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Participar no desenvolvimento de pesquisas

médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; Emitir pareceres e laudos, quando solicitado; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Apresentar relatório de suas atividades; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

#### 12. PROCURADOR JURÍDICO

Descrição Analítica: Representar o Município judicial e extra-judicialmente, recebendo as citações, intimações e notificações judiciais dirigidas contra a Prefeitura ou ao Município; defender em juízo os interesses da Administração; realizar cobrança judicial da dívida ativa; elaborar pareceres nos processos administrativos; elaborar defesas e prestar informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado; prestar informações ao Poder Judiciário, Defensoria Pública do Estado, e outros entes públicos conjunta ou separadamente com a Assessoria Jurídica; elaborar minutas de documentos para as Secretarias e Departamentos; elaborar projetos de lei a serem encaminhados à Câmara municipal; planejar, elaborar e coordenar os assuntos jurídicos do município; interpretar e fiscalizar o cumprimento da lei; manter arquivo das ações judiciais e de outros procedimentos legais, em ordem; Executar outras tarefas necessárias ao pleno desempenho do seu cargo. (com redação da LC.nº 100/2013 de 13 de setembro de 2013).

#### 13. CONTADOR(A)

Descrição Analítica: Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; Elaborar registros de operações contábeis; Organizar dados para a proposta orçamentária; Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis; Fazer acompanhar a legislação sobre execução orçamentária; Controlar empenhos e anulação de empenhos; Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; Assinar balanços e balancetes; Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo, se for o caso, as soluções cabíveis em tese; Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias. redação da LC.nº 100/2013 de 13 de setembro de 2013).

#### 14. AUDITOR(A) FISCAL DE TRIBUTOS

Descrição Analítica: I em caráter exclusivo, relativamente aos impostos de competência do Município, às taxas e às contribuições administradas pela Secretaria Municipal de Fazenda: realizar as ações de tributação, arrecadação, constituição e cobrança administrativa das espécies tributárias de competência do Município; realizar as atividades de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos instituídos por outros entes federados, na forma da Lei ou Convênio; constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo; controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções; supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais



com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio; avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores; desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, na forma do § 2º, do art. 17, desta lei; analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos e contribuições, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária; estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta; elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária; supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos; elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial; prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados da representação judicial do Município; informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados, antes do termo prescricional; planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições; realizar pesquisa e investigação relativas a inteligência fiscal; examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso; verificar livros e documentos fiscais que serviram de base para apuração dos repasses constitucionais; emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes, Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.

II em caráter geral: assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Fazenda ou de outros órgãos da Administração e prestar - lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos judiciais em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; Proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento gerencial, físico e financeiro da execução orçamentária; Orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos setoriais de orçamento; planejar, coordenar, desenvolver, implantar e avaliar as atividades relativas à tecnologia de informações tributárias e sistemas operacionais e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar e planejar, concursos de acesso, programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Tributários e demais servidores relacionados à Administração Tributária; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município; executar atividades com a finalidade

de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e disciplina funcionais dos Auditores Fiscais Tributários, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos em matéria tributária; realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativa às atividades de competência tributária do Município; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; controlar os repasses decorrentes das transferências constitucionais; exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais. Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

III - São prerrogativas dos servidores detentores de cargo de carreira de Auditor Fiscal de Tributos, no exercício do cargo: dar início e concluir a ação fiscal; iniciar ação fiscal, imediatamente, e independentemente de ordem ou autorização superior, quando observar algum indício, ato ou fato, em situação conflitante com a legislação tributária; no exercício de suas funções, o livre acesso a qualquer órgão, ou entidade pública, ou empresa estatal, estabelecimento empresarial, de prestação de serviços, comercial, industrial, imobiliário, agropecuário, instituições financeiras e residências para vistoriar imóveis, ou examinar arquivos e equipamentos, eletrônicos ou não, documentos, livros, papéis, bancos de dados, com efeitos comerciais ou fiscais, e outros elementos que julgue necessários ao desenvolvimento da ação fiscal ou ao desempenho de suas atribuições, podendo fazer sua apreensão; a requisição e obtenção do auxílio da força pública para assegurar o desempenho de suas funções, nos termos do art. 200 da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro 1966; o recebimento de recursos prioritários para realização de suas atividades; a atuação de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastro e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio, entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; livre acesso e permanência em logradouros públicos ou em estabelecimentos regulamentados, no exercício de suas funções; fé pública no desempenho de suas atribuições funcionais, dotando seus atos de presunção relativa de legitimidade, veracidade e legalidade. Executar outras tarefas necessárias ao pleno desempenho do seu cargo. (com redação da LC.nº 100/2013 de 13 de setembro de 2013).

#### 15.ENGENHEIRO CIVIL

Descrição Analítica: Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, ampliação, manutenção e locação de edificações e equipamentos de uso público, bem como a definição das instalações e equipamentos; Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feito para áreas operacionais; Análise técnica de processos relativos à execução de obras públicas, compreendendo especificações quanto às normas e padronizações, projetos complementares (estrutural, hidro- sanitário , elétrico, telefônico, preventivo contra incêndio); Análise de projetos particulares (segundo as Leis e suas alterações, que dispõe sobre o zoneamento Urbano, o Código de Edificações e Parcelamento do solo) para aprovação de projetos e liberação do alvará de construção, emitindo laudo e assumindo a responsabilidade técnica quanto à aprovação; Participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de engenharia para execução, reestruturação, manutenção, ampliação ou remoção de edificações; Estudo, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica relativos à especialidade; Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços; Monitorar edificações do patrimônio público e em uso temporário, controlando o uso; Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão público; Participar de comissões técnicas; Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos públicos (iluminação, bancos, coletores de lixo, placas, entre outros); Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como



baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais; Projetar, analisar, fiscalizar e executar estruturas, instalações elétricas (baixa tensão), telefônicas, sinalização, acústica e relógio sincronizado; Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria; Apresentar relatórios de suas atividades; Desempenhar demais atividades que, por sua natureza, se incluam no âmbito de sua profissão; Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias. (acrescentado pela LC nº 96/2013 de 30 de julho de 2013).

## 16. PROFESSOR

Descrição Analítica: Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam a aprendizagem; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente a execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola; Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e Legislação federal, estadual e municipal; Participar das reuniões pedagógicas, dias de estudo, conselhos de classe, assembleias e demais atividades organizadas pela escola e/ou pela Secretaria municipal de educação e/ou pela Administração Municipal; Desempenhar outras tarefas afins determinadas por seus superiores.

### ANEXO III

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA

## 1. CONHECIMENTOS GERAIS

### 1.1. PORTUGUES - PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL (05 questões)

#### Conteúdos:

1) Interpretação de texto: poesia e prosa. Classes de palavras e seus mecanismos de flexão (substantivo, adjetivo, verbo, artigo, numeral, pronome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). 2) Acentuação gráfica. 3) Crase. 4) Regência verbal e nominal. 5) Concordância verbal e nominal. 6) Ortografia. 7) Pontuação. Silaba e tonicidade - separação silábica. 8) Frase - oração - período. 9) Emprego das iniciais maiúsculas e minúsculas. 10) Ortofonia (ortoépia e prosódia). 11) Colocação pronominal. 12) Análise sintática: termos da oração.

### 1.2. PORTUGUES - PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (05 questões)

#### Conteúdos:

1) Compreensão e interpretação de texto(s). 2) Ortografia oficial. 3) Acentuação gráfica. 4) Flexão nominal e verbal. 5) Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. 6) Emprego de tempos e modos verbais. 7) Vozes do verbo. 8) Concordância nominal e verbal. 9) Emprego da crase. 10) Pontuação. 11) Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. 12) Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial.

### 1.3. Conhecimento Histórico e Geográfico - PARA TODOS OS CARGOS (05 questões)

#### Conteúdos:

Aspectos Históricos, Geográficos, Políticos, Constitucionais, Econômicos, Sociais, Culturais e Atualidades relacionados ao Município de Cordilheira Alta.

## 2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### 2.1. CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

#### Conteúdos:

Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. Saúde: riscos de contaminação (doenças). Riscos e cuidados na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho. Noções básicas de limpeza e conservação de móveis e equipamentos. Remoção de lixo e detritos. Segurança e higiene do trabalho. Conhecimentos básicos de arrumação organização de ambientes. Coleta e armazenamento e tipos de recipientes, coleta seletiva de lixo; Materiais utilizados na limpeza em geral. Controle de Estoque de Material de Limpeza. Uso correto dos EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual). Demais conteúdos gerais relacionados com as atribuições do cargo.

### 2.2. CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

#### Conteúdos:

Conhecimentos básicos sobre a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde; Ações de saneamento e de prevenção às moléstias; Prevenção e correção das condições e riscos à saúde da população; Conhecimento acerca da estratégia de Saúde da Família - ESF e da estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - PACS; Campanhas de vacinação e de imunização e sobre outras ações e serviços de saúde pública, além de conhecimento da legislação aplicável aos servidores públicos Municipais. Conhecimentos básicos e elementares relativos à Constituição Federal, especialmente artigos 196 a 198, Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, Lei Orgânica do Município, normas de saúde pública, emanadas por colegiados específicos ou por órgãos governamentais de saúde, quando pertinentes à ação dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS e à estratégia de Saúde da Família - ESF, especialmente a Portaria nº 648, de 28 de março de 2006 - Política Nacional de Atenção Básica (do Ministério da Saúde) e da Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009 - Regulamento do Sistema Único de Saúde - SUS (também do Ministério da Saúde) e de outras normas aplicáveis à operacionalização da estratégia de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde; Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação; Conhecimentos sobre regras e relacionamento interpessoal e social no ambiente de trabalho; Conhecimentos sobre o relacionamento dos servidores públicos, entre eles, com as autoridades e com a comunidade; conhecimentos acerca da abordagem nas visitas domiciliares e no relacionamento com as pessoas, as famílias e as comunidades da micro área de atuação; Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

### 2.3. CARGO: MOTORISTA

#### Conteúdos:

Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; equipamentos obrigatórios; Condução de Escolares; Documentos de Porte Obrigatório; Habilitação; Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Infrações; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição

Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes; PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados.

NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção do veículo; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

#### 2.4. CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Conteúdos:

Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; equipamentos obrigatórios; Condução de Escolares; Documentos de Porte Obrigatório; Habilitação; Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Infrações; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes; PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. Operação de tratores, patrôas e retroescavadeiras. Noções de mecânica: motor, sistema de transmissão, direção e freios. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

#### 2.5. CARGO: PSICÓLOGO(A)

Conteúdos:

Organizações e trabalho. Saúde do trabalhador. Desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes segundo Piaget e Vygotsky. Teorias da Personalidade. Psicopatologias. Grupos (terapêuticos, operativos, de apoio). Análise Institucional. Legislação em Psicologia e Código de Ética Profissional. História das Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto 7.508 de 28 de Junho 2011; Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Pública; Saúde Coletiva. Reforma Psiquiátrica; Lei 10.216/02; Saúde Mental Coletiva; Política Nacional de Saúde Mental. Níveis de complexidade da atenção à saúde nas políticas públicas de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

#### 2.6. CARGO: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdos:

Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem, aquisição da língua escrita; Aquisição dos conceitos matemáticos fundamentais; Aquisição das linguagens expressivas; Educação inclusiva; Processos de avaliação; Formação de pessoal para a Educação Infantil; Técnicas de trabalho em grupo, supervisão de programas pedagógicos; Registros da avaliação na Educação Infantil; Processo de desenvolvimento e aprendizagem nos primeiros anos de vida; A importância do brincar; Organização do trabalho na educação infantil: tempo e espaço; Cuidar e educar - função indissociável na educação infantil; Consciência fonológica; Maus tratos na infância; Currículo na Educação Infantil; Relação família escola; Rotina na Educação Infantil. 15)

Conhecimentos básicos do crescimento e desenvolvimento infantil. Lei nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Os direitos fundamentais da criança: saúde, proteção, educação, lazer e esporte. Necessidades nutricionais na infância. Fundamentos e métodos da educação infantil. Relação professor/aluno. Lei nº 10.639, de 09/01/2003 - Alteração da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira". Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

#### 2.7. CARGO: PROFESSOR(A) DE ENSINO FUNDAMENTAL (anos iniciais 1º ao 5º ano)

Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

#### 2.8. CARGO: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Atividades Desportivas Educação Infantil e Ensino Fundamental)

Conteúdos:

Educação Física: concepção e importância social. A Educação Física como cultura corporal. Cultura corporal e cidadania. Aprender e ensinar Educação Física: automatismos e atenção, afetividade e estilo pessoal, portadores de necessidades especiais. Objetivos gerais e específicos de Educação Física para a educação fundamental. Os conteúdos de Educação Física na educação fundamental: critérios de seleção e organização dos conteúdos. Critérios gerais e específicos de avaliação de Educação Física para o ensino fundamental; Jogos, recreação e lazer. Objetivos Gerais e Específicos de Educação Física para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à educação e ao esporte: lazer e as interfaces com a educação física, esporte, mídia e os desdobramentos na educação física. Nutrição e atividade física. Socorro de urgência aplicado à educação física. A educação física no currículo da educação básica, significados e possibilidades: as diferentes tendências pedagógicas da educação física na escola. Educação física escolar e cidadania. A Educação Física como área de conhecimento escolar: finalidades e diretrizes. Conhecimento escolar: os saberes e práticas que compõem o ensino da Educação Física: organização curricular, conteúdos de ensino, metodologias, avaliação do processo

ensino aprendizagem. Estatuto da criança e do adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 e alterações); Constituição Federal: arts. 205 a 217. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Proposta Curricular de Santa Catarina. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.9. CARGO: PROFESSOR(A) DE HABILIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS-ARTE (Ensino Fundamental anos iniciais 1º ao 5º ano e finais 6º ao 9º ano)

### Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.10. CARGO: PROFESSOR(A) DO ENSINO FUNDAMENTAL (anos finais 6º ao 9º ano) CIÊNCIAS

### Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos:

movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.11. CARGO: PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA

### Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.12. CARGO: PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA

### Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre



ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

### 2.13. CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

#### Conteúdos:

Conhecimento e procedimentos de pesquisa para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida das populações, serviços próprios da assistência social, áreas e políticas públicas de seguridade social; Movimentos sociais, recursos orçamentários nos benefícios e serviços sócio-assistenciais em Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, elaboração e avaliação do Plano de Assistência Social; Perícias, visitas técnicas, laudos, informações e pareceres, procedimentos de atendimento individual e coletivo em CRAS e CREAS, direção e coordenação em CRAS, CREAS, campanhas públicas de combate às drogas, ao alcoolismo e à gravidez precoce, crianças e adolescentes em situação de risco; Noções de política de seguridade social, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), redes de atendimento, desenvolvimento local (concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais), família (novas modalidades e metodologias de abordagem), Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei que Regulamenta a profissão e Código de Ética Profissional. Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142, de 28/12/90. A Assistência Social e a trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. Serviço Social na área de saúde e participação comunitária. Intervenções metodológicas do Serviço Social: abordagens individuais e grupais. O papel do Serviço Social nas ações de inclusão social. Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Portaria 2488 de 21 de Outubro de 2011 e a 154/2008 do Ministério da Saúde. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

### 2.14. CARGO: ODONTÓLOGO

#### Conteúdos:

Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não cariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática

odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Noções sobre Políticas de Saúde. Financiamento do SUS. Determinantes e Condicionantes da Saúde-doença. Noções sobre os principais Sistemas de Informação em Saúde - SIM, SINAN, SINASC, SIAB, SAI-SUS, SIH-SUS. Programa de Saúde da Família. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

### 2.15. CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

#### Conteúdos:

Conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo, de acordo com o Plano de Carreira do Município de Cordilheira Alta. Constituição Federal sobre Saúde Pública (arts. 196 a 200). Legislação do SUS: Lei nº 8080/90 e 8142/90. Lei nº 1.283, de 18/12/1950 sobre Inspeção Animal: na íntegra. Noções sobre Doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis mais comuns: prevenção e tratamento. Vigilância epidemiológica: Guia de Vigilância Epidemiológica (Dengue pag. 231 a 253 portal da ANVISA). Esterilização: Métodos Físicos e Químicos. Classificação das Cirurgias Segundo o Potencial de Contaminação: Portaria nº 930 27/08/1992 do Ministério da Saúde. Controle e Prevenção da Infecção Hospitalar. Lixo Hospitalar. Normas de Segurança no Trabalho. Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999: Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências: na íntegra. Lei Federal nº 6437/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, com atualizações: na íntegra. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

### 2.16. CARGO: NUTRICIONISTA

#### Conteúdos:

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolíticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização

hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.17. CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Conteúdos:

Supervisão, coordenação e orientação técnica: estudos, planejamentos, projetos e especificações em geral. Laudo técnico. Parecer técnico. Estudos de viabilidade técnico-econômica: assistência e assessoria. Orçamento: tipos. Perícia técnica: exame, vistoria e avaliação (Código de Processo Civil). Fiscalização de obras e serviços. Preparação do terreno: topografia. Projeto estrutural: especificação e detalhamento da armadura. Resistência do concreto. Instalações prediais de água fria esgoto sanitário. Calhas, condutores verticais e condutores horizontais para esgotamento de águas pluviais. Sistema preventivo contra incêndio. Alvenaria. Aberturas. Piso. Pintura. Entrega da obra. Mensuração da obra e serviço. Controle de qualidade: dos materiais e dos serviços. Elaboração de projetos: assessoria e supervisão. Técnicas de projeto integrado. Ambiente organizacional: operacionalização e funcionalidade de um escritório técnico. Uso e manuseio dos recursos de informática voltados a levantamentos topográficos, projetos e apresentação de "lay out". Normas técnicas. Problemas patológicos em edificações. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.18. CARGO: MÉDICO(A) CLÍNICO GERAL

Conteúdos:

Doenças de Notificação Compulsória, Prevenção, Diagnóstico e Tratamento. Programa de Controle de Infecção Hospitalar. Código de Ética Profissional. Cuidados preventivos de saúde: princípios de avaliação e tratamento; Principais patologias do recém-nascido, principais doenças infectos contagiosas da infância; Principais doenças cirúrgicas da infância; Doenças cardiovasculares; Doenças respiratórias; Doenças renais; Doenças gastrointestinais; Doenças hepáticas, da vesícula e vias biliares; Doenças hematológicas; Doenças metabólicas; Doenças nutricionais; Doenças endócrinas; Doenças do sistema ósseo; Doenças do sistema imune; Doenças músculo esqueléticas e do tecido conjuntivo; DST/AIDS - Medidas Preventivas e Diagnóstico Diferencial; Doenças parasitárias; Doenças neurológicas; Doenças de pele e tumores; Urgências e Emergências; Epidemiologia e Saúde; Medicina Ambulatorial; Planejamento Familiar: Métodos Contraceptivos, Aleitamento Materno; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde Mental; Saúde do Idoso; Diabete e Hipertensão; Alcoolismo e Tabagismo; Saúde do Trabalhador; Saúde Ocupacional e Ambiental; Acidentes por animais Peçonhentos. Papel do médico no Programa de Saúde da Família. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico. Sistema Único de Saúde. Educação em Saúde. Lei Federal nº 8.080 e 8.142/90. Estratégia Saúde da Família (ESF). Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação. Preenchimento de receitas médicas. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.19. CARGO: MÉDICO(A) ESPECIALISTA (Ginecologista)

Conteúdo:

Anatomia dos órgãos genitais femininos. Embriologia dos genitais femininos. Fisiologia menstrual e sexual. Endocrinologia do aparelho genital feminino. Ciclo Menstrual. Climatério. Puberdade fisiológica e patológica. Propedêutica clínica e complementar em

tocoginecologia. Disfunções menstruais. Doenças sexualmente transmissíveis. Cito genética. Dismenorreia. Tensão pré-menstrual. Distopias genitais. Processos inflamatórios dos genitais femininos. Esterilidade conjugal. Incontinência urinária na mulher. Fístulas genitais. Ginecologia da infância e da adolescência. Mastopatias benignas e malignas. Anticoncepção. Medicina psicossomática em ginecologia. Urgências ginecológicas. Afecções da vulva e da vagina. Afecções do colo e do corpo uterino. Afecções dos ovários e trompas. Oncologia ginecológica. Moléstia trofoblástica. Endometriose. Cirurgias ginecológicas. Anomalias do desenvolvimento genital. Algias pélvicas. Disfunções sexuais. Leucorréias. Estados hiperandrogênicos. Estados hiperprolactínicos. Intersexualidade. Hemorragias disfuncionais. Gravidez ectópica. Abortamento. Ovulação. Fertilização. Transporte Ovular. Nidação. Deciduação. Placenta. Cordão Umbilical. Sistema Aminiótico. Estudo do Feto. Modificações gerais e locais do organismo materno. Endocrinologia do ciclo gravídico puerperal. Bacia obstétrica. Relações Útero-fetais. Gravidez. Conceito. Duração, diagnóstico. Assistência pré-natal. Aspectos psicológicos do ciclo gravídico-puerperal. Trajeto pélvico genital. Contratilidade Uterina. Parto. Conceitos. Evolução Clínica do Parto. Assistência ao parto. Fenômenos mecânicos do parto. Fenômenos plásticos do parto. Analgesia e anestesia no parto. Puerpério e lactação. Doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal. Doença hipertensiva específica da gravidez. Gemelaridade. Sofrimento fetal. Doença hemolítica perinatal. Distocias. Acidentes e complicações de parto. Discinesias. Prematuridade. Puerpério patológico. Tocotraumatismos maternos e fetais. Aspectos médico-legais em tocoginecologia. Patologia do feto e do recém-nascido. Mortalidade pré-natal. Distocias do trajeto e desproporção céfalo-pélvica. Cirurgias obstétricas. Diagnóstico e terapêutica das patologias obstétricas. Efeitos de drogas sobre o conceito. Gravidez molar. Rotura prematura de membranas. Prolapso do cordão umbilical. Aspectos ético-legais da prática obstétrica. Assistência pré-natal. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde. Preenchimento de receitas médicas. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

## 2.20. CARGO: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

Conteúdo:

Conceitos de Auditoria. Formas e tipos de Auditoria. Auditoria nas Organizações. Normas Técnicas e Profissionais. Planejamento de Auditoria. Programa de Auditoria. Estrutura e Controle da Administração Pública: Controle Interno e Externo. Auditoria no Sistema de Controles Internos. Metodologia COSO ERM. Amostragem de Auditoria. Risco de Auditoria. Relevância de Auditoria. Procedimentos e Técnicas de Auditoria. Achados e Evidências de Auditoria. Papéis de trabalho. Auditoria de Demonstrações Contábeis Públicas. Relatório de Auditoria. Certificado de Auditoria. Contabilidade Pública. Orçamento Público. Constituição Federal de 1988. Lei Federal nº 4.320/64. Decreto Lei nº 200/1967. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 10.520/2002. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

Direito Tributário: Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Princípios constitucionais do Direito Tributário. Limitações do Poder de Tributar. Competência tributária. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies.

Legislação Institucional: Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta/SC e posteriores alterações; Regimento Interno da Câmara



Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta/SC e posteriores alterações; Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta/SC (Lei Complementar nº 018/2001) e posteriores alterações; Plano de Cargos e Salários do Município de Cordilheira Alta/SC (Lei Complementar nº 093/2013) e posteriores alterações;

## 2.21. CARGO: Contador

### Conteúdos:

Contabilidade Geral: Conceito, Objetivo, Campo de Aplicação, Análise de Demonstrativos Contábeis (Quocientes de Liquidez e Endividamento). Patrimônio e Suas Variações. Princípios e Convenções Contábeis. Escrituração. Apuração de Resultado e Demonstrativos Contábeis. Correção Monetária de Demonstrativos. Orçamentos: Conceito e Princípios, Regimes Financeiros. Classificação da Receita. Classificação da Despesa: Institucional, Funcional-Programática e Natureza. Créditos Adicionais: Espécies, Características e Recursos de Cobertura. Contabilidade Pública: Características. Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias. Receitas e Despesas Orçamentárias Efetivas e Mutações, Variações Independentes de Execução Orçamentária. Registros Extra-patrimoniais. Apuração de Resultado e Demonstrativos Contábeis. Auditoria no Setor Público: Princípios, Normas Técnicas, Procedimentos, Avaliação de Controles Internos, Papéis de Trabalhos: Relatório e Pareceres. Lei 4.320/1964 e alterações. Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Execução de Convênios. Execução orçamentária. Prestação de contas. Inventário. Inscrição da Dívida Ativa e dos Restos a pagar. Balanços Gerais. Controle Externo pelo Tribunal de Contas e Câmara Municipal. Controle Interno (normas constitucionais e legislação municipal, normas do Tribunal de Contas do Estado). Sistema de Auditoria de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Constituição do Estado de Santa Catarina (Títulos VI e VII). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 5ª edição: Síntese das Alterações - MCASP - 5ª edição, Parte Geral - Introdução MCASP, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos, Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Parte VI - Perguntas e Respostas, Parte VII - Exercício Prático, Parte VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas e Anexos à 5ª Edição do MCASP

(<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp1>); Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993. Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta. Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta.

## 2.22. CARGO: PROCURADOR(A) JURÍDICO

### Conteúdo:

Direito Administrativo: Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens

públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. nacionalidade. direitos políticos. partidos políticos. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Organização do Estado. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. Servidores Públicos. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Poder Executivo. Funções Essenciais a Justiça.

Direito Tributário: Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Princípios constitucionais do Direito Tributário. Limitações do Poder de Tributar. Competência tributária. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies.

Direito Processual: Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica. Condições. Classificação. Elementos. Cumulação de ações. Processos: Conceito. Espécies. Procedimento. Princípios. Pressupostos. Formação do Processo. Prazos: Conceito. Classificação. Princípios. Comunicação. Preclusão. Decadência. Sujeitos da Relação Processual: partes e dos procuradores. Juiz. Ministério Público. Órgãos Auxiliares da Justiça. Sujeitos. Capacidade. Representação. Substituto processual. Litisconsórcio e suas espécies: Assistência. Intervenção de terceiros. Oposição. Nomeação à autoria. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Atos processuais: Forma, tempo e lugar. Teorias das Nulidades. Preclusão. Decadência. Procedimento Ordinário: Peculiaridades. Procedimento Sumário: Peculiaridades. Procedimento Sumaríssimo: Peculiaridades. Petição inicial: Conceito. Requisitos. Pedido. Juízo de Admissibilidade. Aditamento. Indeferimento. Pedido: Espécies. Modificação. Cumulação. Resposta do Réu: Contestação. Exceções. Reconvenção. Revelia: Conceito. Caracterização. Efeitos. providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação da Tutela. Prova: Conceito. Modalidades. Princípios Gerais. Espécies. Objeto. Ônus. Valoração. Audiência de Instrução e Julgamento. Sentença. coisa Julgada. Recursos: Conceito. Princípios. Fundamentos. Classificação. Pressupostos de Admissibilidade. Efeitos. Juízo de mérito. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Retido. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Recurso Ordinário. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Embargos de Divergência. Ação Rescisória. Nulidades. Processo de Execução: Pressupostos. Princípios. Espécies. Penhora. Avaliação. Arrematação. Incidentes. defesa dos Executados. Embargos do Devedor: Natureza Jurídica. Procedimento. Embargos de Terceiro: Natureza Jurídica. Legitimidade. Procedimento. Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80): características. Processamento. Ação Monitoria. Processo Cautelar: Disposições Gerais. Poder Geral de Cautela. Requisitos para o deferimento da medida cautelar. Procedimentos cautelares Específicos: Arresto. Sequestro. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de provas. Arrolamento

de bens. Justificação. Protestos. ação de consignação em pagamento. ações possessórias. ação de Usucapião. Mandado de Segurança. Ação popular.

Legislação Institucional: Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta/SC e posteriores alterações; Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta/SC e posteriores alterações; Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta/SC (Lei Complementar nº 018/2001) e posteriores alterações; Plano de Cargos e Salários do Município de Cordilheira Alta/SC (Lei Complementar nº 093/2013) e posteriores alterações;

#### ANEXO IV

##### CRONOGRAMA GERAL DAS FASES DO CONCURSO

| ITEM | ATIVIDADES   | DATA INICIAL | DATA FINAL |
|------|--|--------------|------------|
| 1    | Publicação do extrato de edital  | 22/12/2014   |            |
| 2    | Publicação do edital   | 23/12/2014   |            |
| 3    | Período de inscrição   | 23/12/2014   | 21/01/2015 |
| 4    | Data Final para pagamento do boleto bancário   |              | 22/01/2015 |
| 5    | Publicação das inscrições deferidas e indeferidas  |              | 23/01/2015 |
| 6    | Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições   | 26/01/2015   | 27/01/2015 |
| 7    | Listagem das Inscrições Homologadas  | 28/01/2015   | 29/01/2015 |
| 8    | Data da Prova Escrita  |              | 01/02/2015 |
| 9    | Divulgação do Gabarito Provisório  |              | 02/02/2015 |
| 10   | Interposição de recurso com relação às questões da prova e do gabarito                                     | 03/02/2015   | 04/02/2015 |
| 11   | Divulgação do Gabarito Definitivo  |              | 05/02/2015 |
| 12   | Publicação da Classificação Provisória da Prova Escrita  |              | 06/02/2015 |
| 13   | Interposição de recurso quanto a classificação   | 09/02/2015   | 10/02/2015 |
| 14   | Publicação da Homologação da classificação final do Concurso para todos os cargos.                         |              | 12/02/2015 |
| 15   | Homologação do Resultado Final do Concurso, exceto para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas.     | A partir de  | 12/02/2015 |
| 16   | Data da Prova Prática Motorista e Operador de Máquinas   |              | 14/02/2015 |
| 17   | Publicação da Classificação da Prova Prática Motorista e Operador de Máquinas                              |              | 18/02/2015 |
| 18   | Interposição de recurso quanto a classificação da Prova Prática  | 19/02/2015   | 20/02/2015 |
| 19   | Publicação da classificação final do Concurso, somente para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas. |              | 23/02/2015 |
| 20   | Homologação do Resultado Final do Concurso, somente para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas     | A partir de  | 23/02/2015 |

#### ANEXO V

##### MODELO DE RECURSO, EM FACE DAS FASES DO CONCURSO INSCRIÇÕES, PROVAS OBJETIVAS E PROVAS PRÁTICAS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

NOME: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_ Nº INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO

|                                   |                               |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO | REF. PROVA                    |
| ( ) CONTRA GABARITO DA PROVA      | Nº QUESTÃO: _____             |
| ( ) OBJETIVA                      | Resposta Gabarito Preliminar/ |
| ( ) CONTRA RESULTADO PROVA        | Oficial: _____                |
| ( ) OBJETIVA                      | Resposta Candidato: _____     |
| CONTRA RESULTADO PROVA PRÁTICA    |                               |

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

---



---



---



---



---

Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Obs.: para cada questão contraditada apresentar um recurso, nos termos deste modelo.

**Coronel Martins****PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 027/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 027/2014

MÊS/ANO: JANEIRO /2015 NÚMERO CONTRATO: 027/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/01/2015

DESCRIÇÃO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação da empresa LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA:

| Item | Descrição  | Quan.  | Valor unit    | Valor Total    |
|------|--|--------|---------------|----------------|
| 1    | Atendimento Médico para prestar serviços na área de Clínica Médica Geral, em regime de plantão, caracterizados por atendimentos de urgência e emergência para consultas e/ou pequenos procedimentos passíveis de realização em consultório médico, sem limites quantitativos, no horário das 17h00 (dezesete horas) até as 07h45min (sete horas e quarenta e cinco minutos) de segunda-feira a domingo.  | 1000un | R\$125,00     | R\$ 125.000,00 |
| 2    | Contratação de serviços médicos, para atendimento no âmbito da Unidade Básica de Saúde central e no posto de saúde da linha Caliarí interior do município de Coronel Martins, para a população do município, em clínica médica, para o desenvolvimento e manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que ficará responsável além de seus deveres profissionais, verificar e atestar óbito, pequenas procedimentos, realização de cirurgias de pequeno porte passíveis de serem feitas na unidade de saúde, realizar palestras educativas a serem definidas no calendário da Secretaria de Saúde conforme escala determinada, e apoiar a realização das atividades vinculadas ao programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e apoio aos agentes comunitários de saúde. | 12     | R\$ 20.000,00 | R\$240.000,00  |

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 08.779.523/0001-90

CONTRATADO: LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA

VENCIMENTO CONTRATO: 05 de janeiro de 2016.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 048/2014 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 048/2014 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO:024/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2014

**CLÁUSULA I- DO OBJETO**

Prestação de serviços na elaboração, gestão, implantação e acompanhamento do movimento financeiro de Convênios e projetos com atuação voltada, principalmente, para com os órgãos Federais e Estaduais com objetivo de promover a melhoria da Infraestrutura e patrimonial e dos serviços públicos oferecidos à população através do Município de Coronel Martins.

**CLÁUSULA II- PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

1. O valor total a ser pago pelo objeto do presente contrato será de R\$ 3.990,00 (três mil e novecentos e noventa e nove reais), mensais.

2. O pagamento será feito em moeda corrente nacional, de acordo com a melhor proposta apresentada sendo com até 30 (trinta) dias após o ato da prestação do serviço e emissão da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA III- PRAZO**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA IV-**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 17.392.149/0001-66  
CONTRATADO: VAGNER VISOLI

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2014 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2014 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO:026/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 026/2014, firmado em 14 de abril de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2014, Tomada de Preço nº 001/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 14 de março de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA-**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01  
CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 045/2014 DE CONTRATO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 045/2014 DE CONTRATO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: AGOSTO/2012. NÚMERO CONTRATO: 115/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/08/2012

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto da presente contratação direta por Inexigibilidade de empresa para prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, para fornecimento de acessos móveis, com assinatura, tráfego de voz e dados e serviços e com fornecimento de equipamentos em comodato para o Município de Coronel Martins, conforme a seguir:

1.1 Contratação de empresa prestadora de Serviço Móvel Pessoal - para assinatura, tráfego de voz e dados, serviços de valor adicionado, para 20 (vinte) acessos móveis, com fornecimento de equipamentos em comodato

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Pela prestação do Serviço Móvel Pessoal, conforme descrito na CLÁUSULA 1. DO OBJETO, e na proposta comercial apresentada, a CONTRATANTE pagará mensalmente, à CONTRATADA, o valor de R\$ 1.213,50 (um mil duzentos e treze reais com cinquenta centavos). O valor global contratado, por período de 12 meses é de R\$ 14.562,00 (quatorze mil quinhentos e sessenta e dois reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

QUARTA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 40.432.544/0001-47  
CONTRATADO: CLARO S.A.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 046 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 046 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2014. NÚMERO CONTRATO: 008/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/02/2013

**CLÁUSULA I.-  
DO VALOR**

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 008/2013, firmado em 19 de fevereiro de 2013, fica corrigido a partir de 10 de junho de 2014 no percentual de 6,0786% tendo



por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passando a ser de R\$ 424,31(quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

**CLÁUSULA II- PRAZO**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA III.-**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 015.785.819-74

LOCADOR: TEREZINHA MARIA RAVARENA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 047 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 047 DE CONTRATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: JANEIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 004/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/01/2013.

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 004, firmado em 21 de janeiro de 2013, vinculado às normas previstas na Lei n. 8.666/93, e Convite PM n. 001/2013, conforme condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR**

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 004/2013, firmado em 21 de janeiro de 2013, fica corrigido a partir de 31 de janeiro de 2015 no percentual de 6,33% tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passando a ser de 5.051,01 (Cinco mil cinquenta e um reais e um centavo) mensais, totalizando no prazo de 01 (um) ano o valor de R\$ 60.612,18 (cinquenta e sete mil e três reais com oitenta e quatro centavos), que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.812.513/0001-13

CONTRATADO: Comachio & Baptista Advogados Associados.

**DECRETO Nº. 294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº.614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.599,18 (cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) na seguinte Programação de despesa:

| 04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO                    |                    |          |         |          |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica |                    |          |         |          |
| Categoria   | Descrição          | Reduzido | Fonte   | Valor    |
| 3.1.90.00.00.00                                   | Aplicações Diretas | 17       | 01.0018 | 5.599,18 |

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.599,18 (cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0018 - Fundeb.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 295 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 295 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.253,10 (seis mil duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos) na seguinte Programação de despesa:

| 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO                              |                    |          |         |          |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais |                    |          |         |          |
| Categoria   | Descrição          | Reduzido | Fonte   | Valor    |
| 3.3.90.00.00.00   | Aplicações Diretas | 53       | 01.0000 | 6.253,10 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.253,10 (seis mil duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos) da seguinte



## Programação de despesas:

| 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO                              |                    |          |         |          |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais |                    |          |         |          |
| Categoria   | Descrição          | Reduzido | Fonte   | Valor    |
| 3.1.90.00.00.00   | Aplicações Diretas | 51       | 01.0000 | 1.145,30 |

| 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO                              |                    |          |         |          |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais |                    |          |         |          |
| Categoria   | Descrição          | Reduzido | Fonte   | Valor    |
| 3.2.90.00.00.00   | Aplicações Diretas | 52       | 01.0000 | 4.198,58 |

| 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO                              |                    |          |         |        |
|---|--------------------|----------|---------|--------|
| 28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais |                    |          |         |        |
| Categoria   | Descrição          | Reduzido | Fonte   | Valor  |
| 4.6.90.00.00.00   | Aplicações Diretas | 54       | 01.0000 | 909,22 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 12 de dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 215/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 215/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição - 2005 - Consolidada, e pelo art. 19 e seguintes da Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27/08/2013;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

### RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Função Gratificada, por dedicação exclusiva e integral, devidas pelo exercício das funções próprias do cargo em regime de plantão e de sobreaviso, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre o respectivo vencimento, aos servidores efetivos, ocupantes dos cargos de Motorista lotados na Secretaria Municipal de Saúde, abaixo nominados:

| MATRÍCULA | NOME                 | CARGO     |
|-----------|----------------------|-----------|
| 358       | Lodacir Spricigo     | Motorista |
| 580       | Mareci Ângelo Trento | Motorista |

Art. 2º. Os servidores designados nesta Portaria deverão atuar inclusive aos sábados, domingos e feriados, não fazendo jus a adicional pela prestação de serviço extraordinário porquanto subordinados ao regime de dedicação integral.

§ 1º. Será adotada escala de revezamento para atendimento aos chamados noturnos, finais de semana e feriados a qual será confeccionada e divulgada mensalmente pela respectiva Secretaria, devendo assegurar que o descanso semanal recaia, preferencialmente, em domingos e feriados pelo sistema de rodízio entre os servidores.

§ 2º. O servidor terá conhecimento prévio da escala referida no § 1º deste artigo, com antecedência mínima de uma semana.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir do dia 17 de dezembro de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário à portaria Nº158/2013 de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 19 de dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

# Curitibanos

## PREFEITURA

### LEI Nº 5.378/2014

LEI Nº 5.378/2014

DISPÕE SOBRE A SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES NAS AGÊNCIAS E POSTOS BANCÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º As instituições financeiras situadas no Município de Curitibanos/SC, exceto Casas Lotéricas, ficam obrigadas a instalar em suas agências e postos de atendimento ao público tapumes, biombo ou estruturas similares entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, de modo a proporcionar privacidade e segurança aos consumidores em suas operações financeiras;

Parágrafo único: As estruturas referidas no caput deverão possuir no mínimo 2m (dois metros) de altura e serem confeccionadas em material opaco que impeça a visibilidade das pessoas que estejam nos caixas.

Art. 2º As instituições financeiras terão o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para se adequarem ao disposto nesta lei.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator à pena de multa no valor correspondente a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro caso o estabelecimento, depois de notificado, não se adequar às determinações no prazo estabelecido.

Parágrafo único: Os valores arrecadados em razão da aplicação da multa prevista nesta Lei serão revertidos ao PROCON do Município de Curitibanos/SC.

Art. 4º O não atendimento às determinações desta lei após notificação e atuação acarretará à instituição financeira infratora a perda do alvará de funcionamento, ficando a concessão deste, condicionada ao cumprimento da presente lei.

Art. 5º O valor da multa fixado será reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Art. 6º A fiscalização do cumprimento desta Lei e aplicação de penalidades competirá ao PROCON de Curitibanos/SC;

Art. 7º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.534/2014

DECRETO Nº 4.534/2014

ATUALIZA VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 da Lei Complementar nº 028/2002 - Código Tributário Municipal

#### DECRETA

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 41,23 (quarenta e um reais e vinte e tres centavos) o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, para o exercício de 2015, conforme índice de reajuste do IPCA no percentual de 6,5554 %, na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 22 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.535/2014

DECRETO Nº 4.535/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0006.2038 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
3191000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM... ..R\$ 15.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL  
4490000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS . ..R\$ 23.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 38.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 4.536/2014**

DECRETO Nº 4.536/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013  
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.846.0000.0005 PAGAMENTO AO PASEP  
33900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 136 /2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Edital de chamada Publica nº 136 /2014

O Município de Curitibanos através da secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria do Meio ambiente e Desenvolvimento Rural, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 21, da Resolução/CD/FNDE número 38, de 16/7/2009, torna publico para o conhecimento dos interessados, que está realizando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura de Curitibanos\_SC, durante o período de 10/02/2015 a 20/12/2015, com finalidade de apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as entidades executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do artigo 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009.

1.1 Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- a) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física(CPF);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP principal, ou da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o grupo informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os agricultores familiares participantes;
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2 Os Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associação deverão entregar:

- a) A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS,FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de Associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do controle social, registrada em cartório de registro civil de pessoa jurídica;
- e) Projeto de venda de gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art.24 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

3. Produtos a serem adquiridos para alimentação escolar dos Centros de Educação Infantil;

| PRODUTOS           | Und  | Qtde no Período |
|--------------------|------|-----------------|
| ALFACE             | und  | 2678            |
| BATATA DOCE        | Kg   | 880             |
| BATATA SALSA       | Kg   | 216             |
| BETERRABA          | kg   | 1752            |
| BROCOLIS           | Kg   | 554             |
| CEBOLA VERDE       | Maço | 2532            |
| CENOURA            | Kg   | 1288            |
| CHUCHU             | Kg   | 545             |
| COUVE FOLHA        | Maço | 2016            |
| FEIJÃO             | Kg   | 4745            |
| MILHO VERDE ESPIGA | Kg   | 375             |
| MORANGO            | Kg   | 1060            |
| PEPINO             | Kg   | 165             |
| REPOLHO            | und  | 1380            |
| SALSA              | Maço | 2554            |
| SUCO MORANGO       | Kg   | 256             |
| TOMATE             | Kg   | 110             |
| TOMATE CEREJA      | KG   | 150             |
| UVA                | Kg   | 5355            |

4. Os produtos eventualmente apresentados pela Agricultura Familiar deverão ser disponibilizados para teste de aceitabilidade com os Alunos e obrigatoriamente, respeitar as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, manter preço compatível com o mercado, além de ser acobertados por documento fiscal correspondente.

4.1 Para o cadastramento, os interessados deverão se fazer junto ao departamento de Alimentação Escolar do dia 10/01/2015 até 25/01/2015 no horário das 09:00h às 11:30 h e 14:00h às 16:30h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Curitiba, localizada na Rua Marcos Gonçalves de Farias, nº427, bairro São José, antigo CESESC, com a Nutricionista ou responsável pela merenda escolar.

5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

6. Aplicar-se-ão aquisições a serem efetivas pela Entidade executora o artigo 37 da constituição Federal, a Lei das Licitações e demais disposições legais aplicáveis ao tema.

O presente Edital vigorará a partir de sua publicação.

Curitiba (SC), 19 de Dezembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima

Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Neide Furlan

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Edital de chamada Pública nº 137 /2014

O Município de Curitiba através da secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria do Meio ambiente e Desenvolvimento Rural, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 21, da Resolução/CD/FNDE número 38, de 16/7/2009, torna publico para o conhecimento dos interessados, que está realizando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura de Curitiba, SC, durante o período de 10/02/2015 a 20/12/2015, com finalidade de apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação

escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as entidades executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do artigo 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009.

1.1 Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física(CPF);
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP principal, ou da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o grupo informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os agricultores familiares participantes;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2 Os Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associação deverão entregar:

- A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- Cópias das certidões negativas junto ao INSS,FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de Associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do controle social, registrada em cartório de registro civil de pessoa jurídica;
- Projeto de venda de gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art.24 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

3. Produtos a serem adquiridos para alimentação escolar dos Núcleos Municipais (Escolas);

| PRODUTOS | UND | QTDE NO PERÍODO |
|----------|-----|-----------------|
|----------|-----|-----------------|

|               |      |      |
|---------------|------|------|
| ABOBRINHA     | Kg   | 1028 |
| ALFACE        | und  | 6726 |
| BATATA DOCE   | Kg   | 2676 |
| BATATA SALSA  | Kg   | 1848 |
| BETERRABA     | kg   | 5294 |
| BROCOLIS      | Kg   | 2808 |
| CEBOLA        | Kg   | 936  |
| CEBOLA VERDE  | Maço | 4670 |
| CENOURA       | Kg   | 5152 |
| CHUCHU        | Kg   | 1050 |
| COUVE CHINESA | kg   | 264  |
| COUVE FOLHA   | Maço | 4352 |
| COUVE FLOR    | Kg   | 726  |
| ERVILHA       | Kg   | 120  |
| ESPINAFRE     | kg   | 690  |
| FEIJÃO        | Kg   | 4380 |



|                    |      |      |
|--------------------|------|------|
| MILHO VERDE ESPIGA | Kg   | 882  |
| MORANGA CABOTIÁ    | kg   | 2619 |
| MORANGO            | Kg   | 840  |
| ORÉGANO            | Maço | 874  |
| PEPINO             | Kg   | 462  |
| PINHÃO             | Kg   | 468  |
| REPOLHO            | und  | 5566 |
| SALSA              | Maço | 4278 |
| TOMATE             | Kg   | 695  |
| TOMATE CEREJA      | KG   | 150  |
| UVA                | Kg   | 100  |

4. Os produtos eventualmente apresentados pela Agricultura Familiar deverão ser disponibilizados para teste de aceitabilidade com os Alunos e obrigatoriamente, respeitar as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, manter preço compatível com o mercado, além de ser acobertados por documento fiscal correspondente.

4.1 Para o cadastramento, os interessados deverão se fazer presente ao departamento de Alimentação Escolar do dia 10/01/2015 até 25/01/2015 no horário das 09:00h às 11:30 h e 14:00h às 16:30h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Curitiba, localizada na Rua Marcos Gonçalves de Farias, nº427, bairro São José, antigo CESESC, coma a Nutricionista ou responsável pela merenda escolar.

5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

6. Aplicar-se-ão aquisições a serem efetivas pela Entidade executora o artigo 37 da constituição Federal, a Lei das Licitações e demais disposições legais aplicáveis ao tema.

O presente Edital vigorará a partir de sua publicação.

Curitiba (SC), 19 de dezembro de 2014.  
Kleberson Luciano Lima  
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Neide Furlan  
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE RODA ARO 24 PARA USO NA MOTONIVELADORA CASE 845B DE USO DO SETOR DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 21/01/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 21/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das

propostas classificadas.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE CONFECÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/01/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 19/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 22 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **LEI Nº 5.373/2014**

LEI Nº 5.373/2014

DISPÕE SOBRE A INFORMATIZAÇÃO DE ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

#### **CAPÍTULO I**

**DA INFORMATIZAÇÃO DOS ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de atos e processos administrativos será admitido nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário conforme disciplinado em decreto.

Art. 2º O envio de atos administrativos e tramitação de processos em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio conforme disciplinado em decreto do executivo.

§ 1º O credenciamento no município será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao



sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º Os órgãos do Poder Executivo poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo.

Art. 3º Consideram-se realizados os atos administrativos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do município, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando o ato administrativo for enviado para atender prazo, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

## CAPÍTULO II

### DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS administrativos

Art. 4º O município poderá criar informativos eletrônicos, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos administrativos próprios, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica e quando em uso interno poderão ser assinados utilizando matrícula e senha na forma do artigo 1º, III, alínea b.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no informativo eletrônico.

§ 4º Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º A criação do informativo eletrônico deverá ser acompanhada de ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante 30 (trinta) dias no informativo oficial em uso.

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo do ato administrativo nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

Art. 6º Os atos administrativos de que dispõe a presente lei compreendem rotinas e procedimentos contábeis, licitatórios, tributários, de pessoal, educacionais, jurídicos, de saúde e das demais rotinas que compõe a administração municipal.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Art. 7º O município poderá desenvolver sistemas eletrônicos de processos administrativos por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º As intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias,

digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

§ 3º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do município se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 4º O município deverá manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de documentos.

Art. 8º. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2º deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 2º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao protocolo no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após decisão de última instância.

§ 3º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Art. 9º. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2º O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de menor custo, considerada sua eficiência.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º. Os sistemas a serem desenvolvidos pelo município deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.

Art. 10. Salvo impossibilidade que comprometa o acesso ao protocolo, a parte deverá informar, ao distribuir o processo administrativo, o número no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, perante a Secretaria da Receita Federal.

Art. 11. O município regulamentará esta Lei, no que couber, no âmbito de sua respectiva competência.

Art. 12. Ficam convalidados os atos praticados por meio eletrônico até a data de publicação desta Lei, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo para as partes.

Art. 13. Os municípios que não tiverem acesso aos meios digitais poderão realizar os protocolos de processos administrativos e demais requerimentos no balcão, onde serão disponibilizados meios para digitalização.

Parágrafo único. Nesse caso o município terá que intimar pessoalmente o munícipe de todos os atos, podendo se estabelecer que a intimação ocorra através de endereço eletrônico.

Art. 14. Está lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.377/2014**

LEI Nº 5.377/2014

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RENY PEREIRA".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "RENY PEREIRA" a Rua sem denominação, a qual tem início ao lado Sul da Rua Virgílio de Oliveira Lemos, seguindo sentido Norte/Sul, até encontrar a Rua Manoel Rodrigues de Lima, seguindo paralelamente ao lado Leste com a Rua Ângelo Soncini, no Bairro Bom Jesus, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.379/2014**

LEI Nº 5.379/2014

Autoriza a baixa no patrimônio e a doação ao poder executivo municipal, dos bens móveis inservíveis E DOS BENS EM DESUSO pertencentes à Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, e da outras providências.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, autorizado a proceder à baixa no patrimônio do Poder Legislativo municipal, dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis ou em desuso, conforme listagem anexa à presente Lei, resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais realizado pela empresa Instituto FAEE LTDA e por Comissão Especial interna designada à este fim.

Art. 2º Fica o presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, autorizado a doar ao Poder Executivo Municipal os bens constantes no Anexo I,

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO I**

Relação de bens móveis inservíveis da  
Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

Quantidade Marca Modelo Nº Patrimônio

01 Teclado Mtek K297 S/N  
02 Fitas de Impressora Epson FX-2170/LQ2170 S/N  
01 Mouse Compaq S/N  
01 Roteador Genius 8 portas S/N  
01 Estabilizador 300VA S/N  
01 Câmera de Vídeo S/N  
01 Monitor Fivestar 14 polegadas Nº 0249  
01 Pedestal de Microfone Nº 0106  
01 Monitor LG 575N Nº 0271  
01 Cabo de energia e/ou telefone  
02 Gavetas velhas em madeira  
01 Impressora Epson FX-2180 Nº 0266  
01 Impressora/Copiadora SP3200SF  
01 Aquecedor James TCC1400 Nº 0323  
01 Máquina de Escrever Tenpo ET112 Nº 0321  
01 Impressora HP Deskjet9300 Nº 0367  
01 Suporte duplo para quadro S/N  
01 Copiadora XEROX 5014 Nº 0173  
01 Impressora HP Deskjet610C Nº 0314  
01 Máquina de escrever Olivetti ET121 Nº 0180  
01 Ap. de Fax-simile TCE MK2099 Nº 0273  
01 telefone de parede Intelbras Branco S/N  
02 Telefones de parede Intelbras Preto S/N  
01 Scanner AOC F610 Nº 0268  
03 Caixas de som de computador S/N  
01 Telefone de Mesa Intelbras TC500 S/N  
01 Estabilizador APC 300VA Nº 0383  
01 Telefone de mesa Intelbras Premium S/N  
02 Telefones Intelbras Pleno S/N  
15 Cadeiras universitárias com braço fixo lado direito, em ferro preto, fôrmica marrom, assento estofado em couro marrom e guarda volumes, sem plaquetas de identificação.  
07 BANCADAS DO PLENÁRIO COR MARROM.

|    |   |
|----|---|
| 01 | APARELHO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS CONSUL            |
| 01 | APARELHO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS ELECTROLUX        |
| 01 | BALCÃO EM MADEIRA 2 PORTAS                                |
| 01 | BALCÃO EM MDF 2 PORTAS                                    |
| 06 | MESA EM MADEIRA 3 GAVETAS COM CHAVE                       |
| 01 | MESA EM MADEIRA PARA COMPUTADOR COM PORTA CPU             |
| 01 | MESA PARA MÁQUINA DE ESCRIVER EM FÓRMICA                  |
| 01 | TELEVISOR 20" SEMP  |
| 01 | TRIBUNA OU PÚLPITO EM MADEIRA                             |
| 01 | VENTILADOR DE TETO MARCA TRON                             |
| 01 | ESCRIVANINHA EM PADRÃO MOGNO TAMPO EM VIDRO               |
| 01 | VENTILADOR DE TETO MARCA LOA 3 PÁS                        |
| 01 | MESA OVAL PADRÃO CEREJEIRA                                |
| 01 | CENTRAL TELEFÔNICA INTELBRAS 3 LINHAS E 26 RAMAIS         |
| 01 | MESA PADRÃO CEREJEIRA                                     |
| 01 | MESA OVAL COR BEGE  |
| 07 | CADEIRAS FIXAS EM CORVIM COM ENCOSTO DE BRAÇO E SEM RODAS |
| 01 | ESTANTE PADRÃO CEREJEIRA 2 PRATELEIRAS E 2 PORTAS         |
| 01 | MESA PADRÃO CEREJEIRA PARA MICROCOMPUTADOR                |
| 01 | ARMÁRIO 2 PORTAS 3 PRATELEIRAS COM CHAVE                  |
| 01 | VENTILADOR DE TETO  |

|    |   |
|----|---|
| 01 | LONGARINA 3 LUGARES COR BEGE                                  |
| 01 | BALCÃO DE RECEPÇÃO EM CURVA 2 GAVETAS BEGE                    |
| 01 | CPU AMD ATLON 2,2 GHZ 480 MB RAM                              |
| 01 | APARELHO DE AR CONDICIONADO 14.000 BTUS KOMECO                |
| 04 | APARELHO DE AR CONDICIONADO ELGIN                             |
| 01 | ARMÁRIO 2 PORTAS EM MADEIRA COR BEGE 4 PRATELEIRAS COM CHAVES |
| 01 | AQUECEDOR VENTISOL  |
| 01 | ARMÁRIO EM AÇO CINZA  |
| 04 | CADEIRA DE COZINHA BRANCA COM ASSENTO AZUL                    |
| 01 | MESINHA PADRÃO MOGNO COM RODAS                                |
| 01 | ARMÁRIO PADRÃO MOGNO 4 PORTAS DE CORRER 2 EM VIDRO            |
| 01 | JOGO DE COZINHA BRANCA 11 PORTAS E 3 GAVETAS                  |
| 01 | ARMÁRIO 2 PORTAS BEGE 4 PRATELEIRAS COM CHAVES                |
| 01 | GAVETEIRO 4 GAVETAS BEGE                                      |
| 01 | ESTANTE 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS BEGE                         |
| 01 | BALCÃO 2 PORTAS COM CHAVES BEGE                               |

Relação de móveis em desuso da  
Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

62 Cadeiras universitárias com braço fixo lado direito, em ferro preto, fórmica marrom, assento estofado em courvin marrom e guarda volumes, com números de patrimônio: CV277, CV278, CV279, CV280, CV281, CV282, CV283, CV284, CV285, CV286, CV287, CV288, CV289, CV290, CV291, CV292, CV293, CV294, CV295, CV296, CV297, CV298, CV299, CV300, CV301, CV302, CV303, CV304, CV305, CV306, CV307, CV308, CV309, CV310, CV311, CV312, CV313, CV314, CV315, CV316, CV317, CV318, CV319, CV320, CV321, CV322, CV323, CV324, CV325, CV326, CV327, CV328, CV329, CV330, CV331, CV332, CV333, CV334, CV335, CV336, CV337 e CV338.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 5.380/2014

LEI Nº 5.380/2014

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA LAURINDO PASA".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Rua Laurindo Pasa" a rua sem denominação 34, situada no Bairro Bom Jesus, iniciando ao lado Leste da Avenida Leoberto Leal, seguindo sentido Leste até encontrar terrenos particulares, posicionada paralelamente (lado Sul) à Rua Augusto Groener.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.381/2014

LEI Nº 5.381/2014

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA ANTENOR MIGUEL TAGLIARI".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Rua Antenor Miguel Tagliari" a rua sem denominação 16, situada no Bairro Bom Jesus, iniciando ao lado Sul da Rua Carlos Goetten, seguindo sentido Norte/Sul até encontrar o Córrego Pessegueirinho, posicionada paralelamente (lado Leste) à Rua Projetada 01.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.382/2014

LEI Nº 5.382/2014

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA CAPITÃO PETERS"

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Rua Capitão Peters" a rua sem denominação, situada no Bairro Bom Jesus, iniciando ao lado leste da rua Pedro Ronsani, seguindo sentido Oeste/Leste até encontrar a Rua Sem Denominação, posicionada paralelamente (lado Norte) à Rua Virgílio de Oliveira Lemos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 101/2014

DECRETO Nº 101, de 12 de dezembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.331,64.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 7.331,64 (sete mil trezentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

|                         |   |          |
|-------------------------|---|----------|
| 06.001.10.301.0150.2024 | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL       |          |
| 06.001.10.301.0150.2024 | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                            |          |
| 06.001.10.301.0150.2024 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE              |          |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                                  |          |
| 330000                  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                           |          |
| 339300                  | TRANSF CONSÓRCIO PÚBLICO                            |          |
| 1235503                 | FARMACIA BÁSICA DO ESTADO                           | 1.351,16 |
| 1671300                 | FARMACIA BÁSICA                                     | 980,48   |
| TOTAL                   |   | 2.331,64 |
| 06.002.08.244.0140.2022 | SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL        |          |
| 06.002.08.244.0140.2022 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL               |          |
| 06.002.08.244.0140.2022 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL |          |
| 400000                  | DESPESAS DE CAPITAL                                 |          |
| 440000                  | INVESTIMENTOS                                       |          |
| 449000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                                  |          |
| 1000000                 | RECURSOS ORDINARIOS                                 | 5.000,00 |
| TOTAL                   |   | 5.000,00 |
| TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO |   | 7.331,64 |

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 7.331,64 (sete mil trezentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

|                         |   |  |
|-------------------------|---|--|
| 06.001.10.301.0150.2024 | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |  |
| 06.001.10.301.0150.2024 | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                      |  |
| 06.001.10.301.0150.2024 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE        |  |

|                              |   |          |
|------------------------------|---|----------|
| 300000                       | DESPESAS CORRENTES                                  |          |
| 330000                       | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                           |          |
| 339000                       | APLICAÇÕES DIRETAS                                  |          |
| 1235503                      | FARMACIA BÁSICA DO ESTADO                           | 1.351,16 |
| 1671300                      | FARMACIA BÁSICA                                     | 980,48   |
| TOTAL                        |   | 2.331,64 |
| 06.002.08.244.0140.2022      | SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL        |          |
| 06.002.08.244.0140.2022      | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL               |          |
| 06.002.08.244.0140.2022      | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL |          |
| 300000                       | DESPESAS CORRENTES                                  |          |
| 310000                       | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                          |          |
| 319000                       | APLICAÇÕES DIRETAS                                  |          |
| 1000000                      | RECURSOS ORDINÁRIOS                                 | 5.000,00 |
| TOTAL                        |   | 5.000,00 |
| TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO |   | 7.331,64 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 12 de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### DECRETO Nº 102/2014

DECRETO Nº 102, de 12 de dezembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 43.415,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 43.415,00 (quarenta e três mil quatrocentos e quinze reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

|                         |   |  |
|-------------------------|---|--|
| 06.001.10.301.0150.2024 | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |  |
| 06.001.10.301.0150.2024 | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                      |  |
| 06.001.10.301.0150.2024 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE        |  |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                            |  |



|                         |  |           |
|-------------------------|--|-----------|
| 310000                  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                   |           |
| 319000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                           |           |
| 1020000                 | RECURSOS IMPOSTOS E TRANSFERENCIA SAUDE      | 35.000,00 |
| 1671300                 | FARMACIA BÁSICA                              |           |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                           |           |
| 330000                  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                    |           |
| 339000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                           |           |
| 1640800                 | PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA-PAB                  | 5.600,00  |
| TOTAL                   |  | 40.600,00 |
| 05.001.12.361.0050.2008 | SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL |           |
| 05.001.12.361.0050.2008 | DIVISÃO EDUCAÇÃO                             |           |
| 05.001.12.361.0050.2008 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL             |           |
| 400000                  | DESPESAS DE CAPITAL                          |           |
| 440000                  | INVESTIMENTOS                                |           |
| 449000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                           |           |
| 1580000                 | SALÁRIO EDUCAÇÃO                             | 2.815,00  |
| TOTAL                   |  | 2.815,00  |
| TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO |  | 43.415,00 |

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 43.415,00 (quarenta e três mil quatrocentos e quinze reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

|                         |   |           |
|-------------------------|---|-----------|
| 06.001.10.301.0150.2024 | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |           |
| 06.001.10.301.0150.2024 | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                      |           |
| 06.001.10.301.0150.2024 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE        |           |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                            |           |
| 330000                  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                     |           |
| 339000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                            |           |
| 1020000                 | RECURSOS IMPOSTOS E TRANSFERENCIA SAUDE       | 35.000,00 |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                            |           |
| 330000                  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                     |           |
| 339300                  | TRANSF CONSÓRCIO PÚBLICO                      |           |
| 1640800                 | PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA-PAB                   | 5.600,00  |
| TOTAL                   |   | 40.600,00 |
| 05.001.12.361.0050.2008 | SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL  |           |
| 05.001.12.361.0050.2008 | DIVISÃO EDUCAÇÃO                              |           |
| 05.001.12.361.0050.2008 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL              |           |
| 300000                  | DESPESAS CORRENTES                            |           |
| 330000                  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                     |           |
| 339000                  | APLICAÇÕES DIRETAS                            |           |

|                              |                  |           |
|------------------------------|------------------|-----------|
| 1580000                      | SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2.815,00  |
| TOTAL                        |                  | 2.815,00  |
| TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO |                  | 43.415,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 12 de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### DECRETO Nº 106/2014

DECRETO nº 106, de 15 de Dezembro de 2014.

Dispõe sobre o Cronograma de Ações para aplicação e implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere art. 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de cada Ente da Federação estabelecer e divulgar o cronograma de ações a adotar até 2014 para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, conforme definido no art. 1º da Portaria nº 828, de 14 de Dezembro de 2011, alterada pela Portaria nº 231, de 29 de Março de 2012, e pela Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012, todas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

### DECRETA

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com a finalidade de elaborar o planejamento e implementar medidas que possibilitem:

I - Adaptação da contabilidade municipal as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;

II - Adoção do Novo Plano de Contas Aplicável ao setor Público - PCASP;

III - Adaptação e integração dos sistemas de informações com a contabilidade, possibilitando a geração de registros contábeis;

IV - Implementação do Cronograma de Ações estabelecido no Anexo I, deste decreto.

Art. 2º - Em cumprimento as disposições da Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e suas alterações, os Procedimentos Contábeis Padronizados serão adotados, no que for aplicável, na forma do anexo I deste decreto.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base nas disposições ditadas pelo MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público expedido por Portaria da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, bem como por instrumentos legais e orientações editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Para os prazos estabelecidos no anexo deste Decreto, nos casos em que, naquela data, o Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal e/ou os sistemas de captura de dados dos órgãos



de controle externo não estiverem adequados, far-se-á a prorrogação, estabelecendo-se novos prazos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de Dezembro de 2014; 260 ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 15 de Dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade

#### ANEXO I

| ITEM   | Cronograma de Ações |
|--|---------------------|
| 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.                        |                     |
| 1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, não incluindo dívida ativa   | 31/12/2016          |
| 1.1.1 - Avaliação dos créditos tributários no setor de receita, com referência aos valores registrados, bem como a metodologia de lançamento, e suas alterações e cancelamentos        | 31/12/2016          |
| 1.1.2 - Integração dos sistemas de contabilidade com o setor de tributação de forma diária   | 31/12/2016          |
| 1.1.3 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência   | 31/12/2016          |
| 1.1.4 - Criação de metodologia ajustes de perdas   | 31/12/2016          |
| 1.1.5 - Registros de ajustes de perdas   | 31/12/2016          |
| 1.2 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, com referência a dívida ativa  | 31/12/2016          |
| 1.2.1 - Avaliação dos créditos tributários ou não no setor competente, com referência aos valores registrados, bem como a metodologia de lançamento, e suas alterações e cancelamentos | 31/12/2016          |
| 1.2.2 - Integração dos sistemas de contabilidade com o setor de tributação de forma diária   | 31/12/2016          |
| 1.2.3 - Registro dos créditos tributários ou não, com referência a dívida ativa pelo regime de competência   | 31/12/2016          |
| 1.3 - Criação de metodologia ajustes de perdas da dívida ativa   | 31/12/2016          |
| 1.4 - Registros de ajustes de perdas da dívida ativa   | 31/12/2016          |
| 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.  |                     |
| 2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência  | 31/12/2016          |
| 2.1.1 - Separar as provisões de crédito  | 31/12/2016          |
| 2.1.2 - Separar as provisões de obrigações   | 31/12/2016          |
| 2.1.2.1 - Apurar os valores e criar metodologia de Provisão de Pessoal e Encargos  | 31/12/2016          |
| 2.1.2.2 - Apurar os valores e criar metodologia de Provisão de precatórios e processos   | 31/12/2016          |
| 2.2 - Divulgação de cada classe de provisão/registro   | 31/12/2016          |
| 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.  |                     |
| 3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.   | 31/12/2016          |
| 3.1.1 - Setor de patrimonio com os valores corretos- atualizados   | 31/12/2016          |
| 3.1.1.1 - Levantamento Físico dos Bens Móveis  | 31/12/2015          |

|   |            |
|---|------------|
| 3.1.1.2 - Levantamento dos Bens Imóveis (incluindo bens de uso comum)   | 31/12/2016 |
| 3.1.1.3 - Levantamento dos Bens Intangíveis   | 31/12/2016 |
| 3.1.1.4 - Atualização dos Valores dos Bens  | 31/12/2016 |
| 3.1.2 - Integração do sistema Patrimonio x Contabilidade  | 31/12/2016 |
| 3.1.2.1 - Ajustes na Contabilidade de acordo com os registros de Patrimonio   | 31/12/2016 |
| 3.1.2.2 - Integração dos softwares utilizados na Contabilidade e no Patrimonio  | 31/12/2016 |
| 4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.  |            |
| 4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/ exaustão, e vida útil dos bens móveis.  | 31/12/2015 |
| 4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.  | 31/12/2015 |
| 4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.  | 31/12/2016 |
| 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;   |            |
| 5.1 - Identificação de Bens de Infraestrutura   | 31/12/2017 |
| 5.2 - Valorização dos Bens de Infraestrutura  | 31/12/2017 |
| 5.3 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.  | 31/12/2017 |
| 5.4 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura  | 31/12/2017 |
| 5.5 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura   | 31/12/2017 |
| 5.6 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura  | 31/12/2017 |
| 6 – Implementação de Sistema de Custos  |            |
| 6.1 - Identificação dos serviços que terão os custos levantados.  | 31/12/2019 |
| 6.1.1 - Verificar se os componentes de custos(depreciação, organização de almoxarifado, organização de materiais, informações de recursos humanos, informação contábil... etc) foram atendidos. | 31/12/2019 |
| 6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras, econômicas, custos diretos e indiretos para estabelecimento de custos.  | 31/12/2019 |
| 6.3 - Implementação do sistema de custos.   | 31/12/2019 |
| 7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais   |            |
| 7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.   | 01/01/2015 |
| 7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.   | 01/01/2015 |
| 8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público   |            |
| 8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.   | 31/12/2015 |
| 8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.  | 31/12/2016 |
| 8.3 - Implementação das demonstrações contábeis conforme MCASP.   | 31/12/2015 |

## ANEXO I

| ITEM   | CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO) |
|--|--------------------------------------|
| 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas. |                                      |
| 1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa;  | Exercício de 2016                    |
| 1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.   | Exercício de 2016                    |
| 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.  |                                      |
| 2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência;   | Exercício de 2016                    |
| 2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.   | Exercício de 2016                    |
| 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.  |                                      |
| 3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.   | Exercício de 2016                    |
| 4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.                       |                                      |
| 4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis;  | Exercício de 2015                    |
| 4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;   | Exercício de 2015                    |
| 4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.           | Exercício de 2016                    |
| 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infra-estrutura.   |                                      |
| 5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura;   | Exercício de 2017                    |
| 5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura;  | Exercício de 2017                    |
| 5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;   | Exercício de 2017                    |
| 5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura.  | Exercício de 2017                    |
| 6 – Implementação de Sistema de Custos.  |                                      |
| 6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados;   | Exercício de 2019                    |
| 6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos;  | Exercício de 2019                    |
| 6.3 – Implementação do sistema de custos.  | Exercício de 2019                    |
| 7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas Nacionais.   |                                      |
| 7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP;  | Exercício de 2015                    |
| 7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.  | Exercício de 2015                    |
| 8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.   |                                      |
| 8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial;                          | Exercício de 2015                    |
| 8.2 – Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.  | Exercício de 2016                    |

**PORTARIA Nº 162/2014**

PORTARIA no 162, de 19 de Dezembro de 2014.

Designa Pregoeiros e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; resolve:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho para o exercício de 2015, os servidores:

| PREGOEIRA TITULAR                        | PREGOEIRO SUBSTITUTO               |
|--|------------------------------------|
| Jaqueline Cesário<br>CPF: 053.893.889/76 | Aline Langa<br>CPF: 054.588.279/61 |

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, as servidoras:

|   |   |   |
|---|---|---|
| Cristiane Tonolli Tomelini<br>CPF: 904.679.909-30 | Neuza Fátima Girelli<br>CPF: 776.795.479-04 | Tassiana Ouriques Becker<br>CPF: 059.306.289-20 |
|---|---|---|

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 19 de Dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 163/2014**

PORTARIA no 163, de 19 de Dezembro de 2014.

Designa composição da Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações, resolve:

**I - DESIGNAR A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

1.1 - A Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2015 fica composta pelos seguintes membros:

| NOME                  | FUNÇÃO     |
|-----------------------|------------|
| Mário Benício Viviani | PRESIDENTE |
| Paulo Andrey Vicente  | SECRETÁRIO |
| Juliana Purim         | MEMBRO     |

**II - RATIFICAR AS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

2.1 - Sem prejuízo das demais atribuições fixadas em Lei compete à Comissão Permanente de Licitações processar, analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e os documentos e propostas relativas às licitações efetivadas pelo Município de Doutor Pedrinho - SC, no exercício de 2015, sem ônus para a municipalidade.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 19 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**DECRETO Nº 103/2014****DECRETO Nº 103, de 12 de dezembro de 2014.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 400,00.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

|                                     |   |               |
|-------------------------------------|---|---------------|
| 06.001.10.301.0150.2024             | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |               |
| 06.001.10.301.0150.2024             | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                      |               |
| 06.001.10.301.0150.2024             | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE        |               |
| 300000                              | DESPESAS CORRENTES                            |               |
| 330000                              | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                     |               |
| 339300                              | TRANSF CONSÓRCIO PÚBLICO                      |               |
| 1640800                             | PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA-PAB                   | 400,00        |
| <b>TOTAL</b>                        |   | <b>400,00</b> |
| <b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b> |   | <b>400,00</b> |

**Art.2º**-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 400,00

**Art.3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 12 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 12 de dezembro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**

Técnica em Contabilidade.

**DECRETO Nº 104/2014****DECRETO Nº 104, de 15 de dezembro de 2014.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 43.872,24.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 43.872,24 (Quarenta e três mil oitocentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

|                                     |   |                  |
|-------------------------------------|---|------------------|
| 05.001.12.361.0050.2008             | SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL  |                  |
| 05.001.12.361.0050.2008             | DIVISÃO EDUCAÇÃO                              |                  |
| 05.001.12.361.0050.2008             | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL              |                  |
| 300000                              | DESPESAS CORRENTES                            |                  |
| 330000                              | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                     |                  |
| 339000                              | APLICAÇÕES DIRETAS                            |                  |
| 1580000                             | SALÁRIO EDUCAÇÃO                              | 5.129,59         |
| <b>TOTAL</b>                        |   | <b>5.129,59</b>  |
| 06.001.10.301.0150.1028             | SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |                  |
| 06.001.10.301.0150.1028             | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE                      |                  |
| 06.001.10.301.0150.1028             | AQUISIÇÃO DE VEICULOS                         |                  |
| 400000                              | DESPESAS DE CAPITAL                           |                  |
| 440000                              | INVESTIMENTOS                                 |                  |
| 449000                              | APLICAÇÕES DIRETAS                            |                  |
| 1235599                             | TRANSF CONVÊNIOS SAÚDE - OUTROS               | 38.742,65        |
| <b>TOTAL</b>                        |   | <b>38.742,65</b> |
| <b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b> |   | <b>43.872,24</b> |

**Art.2º**-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 43.872,24

**Art.3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.



**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 15 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 15 de dezembro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**

Técnica em Contabilidade.

**DECRETO Nº 105/2014****DECRETO Nº 105, de 15 de dezembro de 2014.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.055,80.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 5.055,80 (cinco mil cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

|                                     |  |                 |
|-------------------------------------|--|-----------------|
| 05.001.12.365.0050.2031             | SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL       |                 |
| 05.001.12.365.0050.2031             | DIVISÃO EDUCAÇÃO                                   |                 |
| 05.001.12.365.0050.2031             | MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL |                 |
| 300000                              | DESPESAS CORRENTES                                 |                 |
| 330000                              | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                          |                 |
| 339000                              | APLICAÇÕES DIRETAS                                 |                 |
| 3000000                             | RECURSOS ORDINARIOS                                | 5.055,80        |
| <b>TOTAL</b>                        |  | <b>5.055,80</b> |
| <b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b> |  | <b>5.055,80</b> |

**Art.2º**-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----R\$ 5.055,80

**Art.3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 15 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 15 de dezembro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**  
Técnica em Contabilidade.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 230/PMF/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 230/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços de mão de obra, através de empresa do ramo pertinente, para manutenção de hardware e software dos equipamentos e estrutura de informática da Prefeitura Municipal de Forquilha e Fundo Municipal de Saúde.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de janeiro de 2015 às 07:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 0361/2014

DECRETO Nº 0361, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde                                |     |           |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde                           |     |           |
| 10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde |     |           |
| 3.1.90.00 – Aplicações Diretas                             | R\$ | 35.000,00 |
| 0.1.0400 (9)   |     |           |
| Total  | R\$ | 35.000,00 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde  |     |           |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde   |     |           |
| 10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde                           |     |           |
| 3.3.50.00 – Transferências a instituições Privadas sem Fins Lucrativos 0.1.0400 (10) | R\$ | 35.000,00 |
| Total  | R\$ | 35.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### DECRETO Nº 0362/2014

DECRETO Nº 0362, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| 05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento                                   |     |          |
| 05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento                                   |     |          |
| 04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento         |     |          |
| 3.3.50.00 – Transferências a instituições Privadas sem Fins Lucrativos 0.1.0200 (27) | R\$ | 2.500,00 |
|  |     |          |
| Total  | R\$ | 2.500,00 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| 05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento                           |     |          |
| 05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento                           |     |          |
| 04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento |     |          |
| 3.3.90.00 – Aplicações Diretas - 0.1.0200 (29)                               | R\$ | 2.500,00 |
|  |     |          |
| Total  | R\$ | 2.500,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5185/2014**

PORTARIA Nº 5.185, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora ELIANE FERREIRA MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 064.064.729-42, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 51862014**

PORTARIA Nº 5.186, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora ELAINE FERREIRA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 080.064.559-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5187/2014**

PORTARIA Nº 5.187, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01505/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 843, de 31 de março de 2014, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 6, para o servidor RAVEL RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 008.540.539-64, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - MATEMÁTICA, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5188/2014**

PORTARIA Nº 5.188, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 990.610.159-87, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas

semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5189/2014**

PORTARIA Nº 5.189, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.548.829-98, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5190/2014**

PORTARIA Nº 5.190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01508/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.029, de 22 de agosto de 2013, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 3, para a servidora NEIVANIA APARECIDA MOLIN MARCELINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 732.783.519-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5191/2014**

PORTARIA Nº 5.191, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01509/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 0315, de 29 de janeiro de 2013, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 3, para a servidora ELISA MARIA MACIEL DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 023.489.579-90, ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5192/2014**

PORTARIA Nº 5.192, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01510/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 0214, de 11 de janeiro de 2013, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 2, para a servidora ODETE DEDOMENICO SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 548.224.599-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 5193/2014**

PORTARIA Nº 5.193, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora ROSENILDA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 893.419.969-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5194/2014**

PORTARIA Nº 5.194, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01513/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 406, de 03 de fevereiro de 2014, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 2, para a servidora SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 915.444.759-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5195/2014**

PORTARIA Nº 5.195, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora LILIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 030.321.019-21, nomeada no cargo de provimento em comissão

de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5196/2014**

PORTARIA Nº 5.196, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 01515/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 407, de 03 de fevereiro de 2014, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor da Escolar - Nível 2, para a servidora VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 015.863.169-23, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5197/2014**

PORTARIA Nº 5.197, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora SILMARA APARECIDA OLIVO BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 038.833.009-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5198/2014**

PORTARIA Nº 5.198, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0525/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRESSA MELO MORAES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.029.869-18, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 5199/2014**

PORTARIA Nº 5.199, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01527/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARGARETE DA SILVA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.778.899-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 5200/2014**

PORTARIA Nº 5.200, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 01526/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora CINTIA REGIANE BOTH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.251.479-23, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, no período de 11 de janeiro 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

# Galvão

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO 03 E CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GALVÃO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: INSTITUTO FAE S/C LTDA

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 004/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula sexta do Contrato 026/2013, no que se refere ao prazo.

Contrato Nº: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2014

Contratante: Município de Galvão

Contratada: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MAQ. E SUP. LTDA.

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 021/2014

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 095/2014, no que se refere a vigência.

Contrato Nº: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2014

Contratante: Município de Galvão

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA.

Vigência: Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Pregão Presencial nº 009/2014

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 057/2014, no que se refere a vigência

Contrato n 043/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: BOTTEGA E STRADA ENGENHARIA E ARQUITETURA S/S LTDA

Valor: 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Carta Convite N 003/2014

Recursos: Dotação

Objeto: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS

DE ENGENHARIA NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, DETALHAMENTO OU REVISÃO, ADAPTAÇÃO DE PROJETOS, ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E APOIO A SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA I, II E III ETAPA DA UNIDADE BASICA DE SAUDE.

Contrato n 100/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: GARBIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: 18.430,95 (dezoito mil quatrocentos e trinta reais noventa e cinco centavos)

Vigência: Início: 26/11/2014 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço N 005/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA EM PEDRA DUPLADA A SER EXECUTADA SOBRE O RIO SAUDADINHA NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato Nº: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2013

Contratante: Município de Galvão

Contratada: CLEBER PARIS.

Licitação: Pregão Presencial nº 001/2013

Objeto: Fica alterado a cláusula segunda do Contrato 008/2013, no que se refere ao valor contratual.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 011/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna público que realizará no dia 23 de dezembro de 2014, Dispensa de Licitação para locação de um prédio para abrigamento da Unidade Básica de Saúde, sendo fato público e notório a inexistência de outro imóvel na cidade de Galvão com as mesmas condições e instalações, a partir de 03 de janeiro de 2015. O fundamento legal é o Art. 24, inciso X a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 22 de dezembro de 2014.

Neri Pedersetti

Prefeito Municipal

Vanderlei Bez Batti

Gestor do Fundo

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 194/2014

DECRETO N.º 194, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 42.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

|   |           |
|---|-----------|
| 16.01 - IPREGOBA-INSTITUTO DE PREVIDENCIA           | 42.000,00 |
| 28.27200602.071 - Amparo ao Inativos e Pensionistas | 42.000,00 |
| 3.1.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas           | 42.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2014  
PMG

Ata nº. 90/2014; Processo nº.185/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: VALE SUL CONFECÇÕES LTDA; Objeto: Registro de Preço para aquisição parcelada de uniforme para atender aos alunos da rede municipal de ensino, da Secretária de Educação do Município de Garopaba. Valor: R\$ 104.940,00; Data da Assinatura: 23/12/2014.

### LEI Nº 1.856, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.856, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida, de acordo com o art. 37, X, da Constituição Federal, revisão geral anual de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento) aos servidores ativos, inativos, comissionados e agentes políticos, do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba.

Art. 2º. A Revisão prevista na presente Lei será concedida em parcela única, no mês de janeiro do ano de 2015.

Art. 3º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento de 2015.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01º de janeiro de 2015.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 23/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

# Garuva

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 456/2014

PORTARIA Nº 456, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

#### RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ADRIANE APARECIDA DA CRUZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 146/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 457/2014

PORTARIA Nº 457, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

#### RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ALESSANDRA CRISTINA DE CASTRO GARCIA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 212/2014, de 24 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 458/2014

PORTARIA Nº 458, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

#### RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DERLI APARECIDA DOS SANTOS VAZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº.

190/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 459/2014

PORTARIA Nº 459, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

#### RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELIETE TEREZINHA RAIMONDI, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 187/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 460/2014

PORTARIA Nº 460, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

#### RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELIS REGINA CIOLA DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 188/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 461/2014**

PORTARIA Nº 461, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ERICA HATTENHAUER DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 140/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 462/2014**

PORTARIA Nº 462, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JANETE BUCCHORN, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 135/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 463/2014**

PORTARIA Nº 463, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JESSICA ANTONIA NUNES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 137/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 464/2014**

PORTARIA Nº 464, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCIA DE FÁTIMA PADILHA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 131/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 465/2014**

PORTARIA Nº 465, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA MADALENA FAGUNDES EBLE, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 131/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 466/2014**

PORTARIA Nº 466, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, OTILDA ISABEL TONTINI PADILHA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 128/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 467/2014**

PORTARIA Nº 467, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, RAFAEL FUCKNER, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 192/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 468/2014**

PORTARIA Nº 468, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANE MARCONCINI, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 138/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 469/2014**

PORTARIA Nº 469, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANGELA PIETRZAKA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 133/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 470/2014**

PORTARIA Nº 470, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSEMARY FAGUNDES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 234/2014, de 06 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 471/2014**

PORTARIA Nº 471, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SANDRA APARECIDA RIBEIRO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 127/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 472/2014**

PORTARIA Nº 472, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, TEREZINHA BATISTA VELEM, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 189/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 473/2014**

PORTARIA Nº 473, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SANDRA ELISA SCHLOGL DE OLIVEIRA, do cargo de Supervisora Escolar, admitida através da Portaria nº. 047/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 474/2014**

PORTARIA Nº 474, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ALINE STREY DE AMORIM, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 060/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 475/2014**

PORTARIA Nº 475, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 279/2014, de 25 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 476/2014**

PORTARIA Nº 476, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 253/2014, de 12 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 477/2014**

PORTARIA Nº 477, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 276/2014, de 21 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 478/2014**

PORTARIA Nº 478, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAÚJO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 168/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 479/2014**

PORTARIA Nº 479, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DAIANE DE MELO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 278/2014, de 25 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 480/2014**

PORTARIA Nº 480, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DAIANE DE MELO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 121/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 481/2014**

PORTARIA Nº 481, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DAIANI JARECKI FERREIRA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 117/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 482/2014**

PORTARIA Nº 482, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DAIANI JARECKI FERREIRA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 064/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 483/2014**

PORTARIA Nº 483, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DENISE APARECIDA CECCATTO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 070/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 484/2014**

PORTARIA Nº 484, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DENISE APARECIDA CECCATTO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 069/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 485/2014**

PORTARIA Nº 485, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DIRCELIA APARECIDA BUENO CHAMPOSKI, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 084/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 486/2014**

PORTARIA Nº 486, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELIANE SPANIOL, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 264/2014, de 26 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 487/2014**

PORTARIA Nº 487, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, EVERTON TETU ALVES, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 151/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 488/2014**

PORTARIA Nº 488, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, EVERTON TETU ALVES, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 061/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 489/2014**

PORTARIA Nº 489, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, FERNANDA DA VEIGA MAIA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 122/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 490/2014**

PORTARIA Nº 490, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, FRANCIELE LEITE CARNEIRO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 197/2014, de 19 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 491/2014**

PORTARIA Nº 492, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, HENDRYL ALSENO WASEN, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 293/2014, de 04 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 492/2014**

PORTARIA Nº 491, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, HENDRYL ALSENO WASEN, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 288/2014, de 1º de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 493/2014**

PORTARIA Nº 493, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, IVONE DARUCESKI, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 150/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 494/2014**

PORTARIA Nº 494, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, IVONE DARUCESKI, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 102/2014, de 30 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 495/2014**

PORTARIA Nº 495, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JENIFFER CRISTINA FERREIRA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 078/2014, de 24 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 496/2014**

PORTARIA Nº 496, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JENIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 116/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 497/2014**

PORTARIA Nº 497, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 050/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 498/2014**

PORTARIA Nº 498, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JESSICA BUENO DA ROSA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 044/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 499/2014**

PORTARIA Nº 499, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JESSICA EVARISTO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 049/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 500/2014**

PORTARIA Nº 500, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOELMA STONOGA XAVIER, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 123/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 501/2014**

PORTARIA Nº 501, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOELMA STONOGA XAVIER, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 124/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 502/2014**

PORTARIA Nº 502, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 178/2014, de 13 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 503/2014**

PORTARIA Nº 503, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JULIANA CORDEIRO DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 157/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 504/2014**

PORTARIA Nº 504, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JULIANA NAGEL, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 066/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 505/2014**

PORTARIA Nº 505, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JULIANE FRANCINE UMLAUF, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 172/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 506/2014**

PORTARIA Nº 506, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, KATIA CRISTINA SOMMER, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 099/2014, de 30 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 507/2014**

PORTARIA Nº 507, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LEONI APARECIDA VALIATTI STONOGA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 170/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 508/2014**

PORTARIA Nº 508, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LILIAN THALITA DIERSCHNABEL, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 283/2014, de 26 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 509/2014**

PORTARIA Nº 509, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 201/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 510/2014**

PORTARIA Nº 510, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA ELIZABETE CORRÊA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 100/2014, de 30 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 511/2014**

PORTARIA Nº 511, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA REGINA DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 118/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 512/2014**

PORTARIA Nº 512, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA RITA DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 297/2014, de 07 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 513/2014**

PORTARIA Nº 513, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA RITA DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 265/2014, de 14 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 514/2014**

PORTARIA Nº 514, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA ROSIANE SANTOS, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 156/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 515/2014**

PORTARIA Nº 515, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIANE LARA CORREA SIMMERMAN, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 155/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 516/2014**

PORTARIA Nº 516, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARINILDA DA SILVA MARIAN, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 048/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 517/2014**

PORTARIA Nº 517, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ODETTE CRISTINA DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 125/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 518/2014**

PORTARIA Nº 518, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ODETTE CRISTINA DA SILVA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 120/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 519/2014**

PORTARIA Nº 519, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, OLGA DA SILVA FRANCO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 075/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 520/2014**

PORTARIA Nº 520, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, OLGA DA SILVA FRANCO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 046/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 521/2014**

PORTARIA Nº 521, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 238/2014, de 10 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 522/2014**

PORTARIA Nº 522, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, PRISCILA MUNCH, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 153/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 523/2014**

PORTARIA Nº 523, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, PRISCILA MUNCH, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 154/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 524/2014**

PORTARIA Nº 524, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 068/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 525/2014**

PORTARIA Nº 525, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, REGINA MARIA LEGNHAGHI, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 081/2014, de 24 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 526/2014**

PORTARIA Nº 526, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, REGINA SARAMENTO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 081/2014, de 24 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 527/2014**

PORTARIA Nº 527, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 250/2014, de 26 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 528/2014**

PORTARIA Nº 528, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSELY MANICALDI, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 227/2014, de 06 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 529/2014**

PORTARIA Nº 529, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSENETE LANGE GONÇALVES, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 113/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 530/2014**

PORTARIA Nº 530, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSENETE LANGE GONÇALVES, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 112/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 531/2014**

PORTARIA Nº 531, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILMARA FRANCIELI ZOCCHETO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 092/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 532/2014**

PORTARIA Nº 532, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVANA FATIMA ESSER, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 200/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 533/2014**

PORTARIA Nº 532, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVANA NAGEL WASEN, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 166/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 534/2014**

PORTARIA Nº 534, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVIA CRISTINA DOS SANTOS, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 169/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 535/2014**

PORTARIA Nº 535, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 281/2014, de 25 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 536/2014**

PORTARIA Nº 536, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SUELEN PAOLA CASAGRANDE, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 062/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 537/2014**

PORTARIA Nº 537, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SUELEN PAOLA CASAGRANDE, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 063/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 538/2014**

PORTARIA Nº 538, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, TATIANE DE MIRANDA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 262/2014, de 14 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 539/2014**

PORTARIA Nº 539, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, VIVIANE GERCKER LEANDRO, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 101/2014, de 30 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 540/2014**

PORTARIA Nº 540, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, WILLIAM GONÇALVES, do cargo de Professor Nível I, admitido através da Portaria nº. 167/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 541/2014**

PORTARIA Nº 541, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ANDREIA MARTINHAK, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 263/2014, de 14 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 542/2014**

PORTARIA Nº 542, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ARUAN LOPES CONSTANTINO, do cargo de Professor Nível II, admitido através da Portaria nº. 091/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 543/2014**

PORTARIA Nº 543, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, BARBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 074/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 544/2014**

PORTARIA Nº 544, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, BARBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 072/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 545/2014**

PORTARIA Nº 545, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CLAUDIA LUCI DOS SANTOS MACHADO, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 254/2014, de 12 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 546/2014**

PORTARIA Nº 546, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CRISTIANO DAMIÃO, do cargo de Professor Nível II, admitido através da Portaria nº. 071/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 547/2014**

PORTARIA Nº 547, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DOROTÉIA NAGEL CARNEIRO, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 038/2014, de 22 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 548/2014**

PORTARIA Nº 548, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELAINE CRISTINA ZIETZ, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 088/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 549/2014**

PORTARIA Nº 549, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, FERNANDA MENDES MOTA, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 059/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 550/2014**

PORTARIA Nº 550, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, GUIOMAR LEITE, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 230/2014, de 06 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 551/2014**

PORTARIA Nº 551, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, HELOY TOMAZ SANTOS, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 054/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 552/2014**

PORTARIA Nº 552, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOSIANE EDNA PEREIRA, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 057/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 553/2014**

PORTARIA Nº 553, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCIA AMORIM, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 236/2014, de 10 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 554/2014**

PORTARIA Nº 554, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCIANO FELIPPI, do cargo de Professor Nível II, admitido através da Portaria nº. 067/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 555/2014**

PORTARIA Nº 555, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

**RESOLVE:**

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARCIA REGINA DE SOUZA, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 042/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 19/2014**

RESOLUÇÃO Nº 19/2014

Dispõe sobre exoneração a pedido de servidor.

Considerando Requerimento apresentado pelo servidor, parte integrante deste;

A presidente da Câmara, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50 paragrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonera a pedido o Sr. Adamastor Saad Benedet Junior nomeado através da Resolução 005/2014, do cargo de Diretora Geral.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/12/2014.

Gabinete do Presidente, em 22 de dezembro de 2014.

|                         |
|-------------------------|
| Helena Aparecida Chaves |
|-------------------------|

|                    |
|--------------------|
| Presidente da Mesa |
|--------------------|

**RESOLUÇÃO 20/2014**

RESOLUÇÃO Nº 20/2014

Dispõe sobre exoneração a pedido de servidora.

Considerando Requerimento apresentado pela servidora, parte integrante deste;

A presidente da Câmara, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50 paragrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonera a pedido a Srta. Cristhiane Cattaneo Alebrandt nomeada através da Resolução 007/2014, do cargo de Chefe de Gabinete.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/12/2014.

Gabinete do Presidente, em 22 de dezembro de 2014.

|                         |
|-------------------------|
| Helena Aparecida Chaves |
|-------------------------|

|                    |
|--------------------|
| Presidente da Mesa |
|--------------------|

**Grão Pará****PREFEITURA****JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA MERENDA ESCOLAR (ASTE)**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos: 382, 491, 563, 933, 892, 745, 746, 852, 853, 1277, 1276, 1273, 1274, 1441, 1569, 1885, 2190, 2431, 2610, 3049, 2909, 2916, 2577, 3444, 3444, 3372, 3516, 3524, 3637, 3620, 4180, 4446, 2265, 3036, 3923, 3525, 4157, 538, 1020 e 1269.

Valor: R\$ 10.962,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO LICITACAO 143 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 143/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : REFORMA DO CONTRAPISO E PISO DO CEI SANTINA SCHORCK, ATINGIDO PELA ENCHENTE DE JUNHO DE 2014.

Entrega dos Envelopes: 12/01/2015 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 12/01/2015 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00 h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 22/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 402/2014

DECRETO Nº. 402/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

17.001.0010.0302.0006.2036

3339000000000000

10200 ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

17.001.0010.0302.0006.2036

3319000000000000

10200 ..... R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretaria de Administração e Finanças

### DECRETO N º 409/2014

DECRETO Nº. 409/2014

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado consultivo, participante do controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - analisar e opinar sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, após a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - publicar o relatório da situação de salubridade sanitária do Município;

IV - Gerir o Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas de saneamento básico financiados com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - desobrigar a apresentação de contrapartida na transferência de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VII - definir os critérios para comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública, para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

IX - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

X - analisar e opinar sobre as propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

XI - atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;

XII - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XIII - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XIV - elaborar e aprovar o seu próprio Regimento Interno;

XV - analisar e opinar sobre o Regimento Interno da Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XVI - analisar e opinar sobre a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XVII - convocar, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo, a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XVIII - opinar sobre a delegação da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico municipal;

XIX - analisar e opinar sobre as classes de resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, que podem ser consideradas como resíduo sólido urbano;

XX - analisar e opinar sobre projetos e as prioridades nas ações na área de saneamento básico aprovados no Plano Municipal de Saneamento;

XX - fiscalizar os contratos e a prestação de contas dos prestadores de serviços até a criação da Agência Reguladora;

XXI - solicitar sempre que houver interesse de algum dos membros do Conselho os contratos, balancetes, licitações e projetos dos prestadores de serviço de forma a garantir o controle social.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico, formado pela composição paritária de órgãos governamentais e entidades não-governamentais, constituído por 12 (doze) membros assim definidos:

I - Órgãos Governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- b) Secretaria Municipal de Saúde
- c) Secretaria Municipal de Infraestrutura
- d) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
- e) Fundação Municipal do Meio Ambiente
- f) Águas de Guaramirim

II - Entidades Não-Governamentais:

- a) Representante dos prestadores de serviços públicos;
- b) Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA-SC)
- c) Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Estado de Santa Catarina - EPAGRI;
- d) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guaramirim (ACIAG): uma vaga específica para representantes da Indústria;
- e) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guaramirim (ACIAG): uma vaga específica para representantes do comércio e agricultura;
- f) Associação de Moradores (CLIC)

Art. 4º. A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA Nº. 001

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, DA TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO DOMICILIAR, DA TAXA DE ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO - TLL E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN NA MODALIDADE FIXO, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015.

DENILSON WEISS, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Guaramirim/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em cumprimento ao que determina o inciso IV, do art. 37, da Lei Complementar Municipal nº 001/94 (Código Tributário Municipal - CTM), em conformidade com os arts. 142, 144 e 145, da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional- CTN) torna público a seguinte NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, da Taxa de Alvará de Licença e Localização - TLL e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade fixo, relativos ao exercício de 2015:

1. Ficam os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona urbana, ou, de expansão urbana do Município de Guaramirim - SC e os usuários de serviços urbanos, notificados do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar referentes ao exercício de 2015.
2. Ficam as pessoas físicas e jurídicas, inscritas no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município de Guaramirim, notificados do lançamento da Taxa para renovação do Alvará de Licença e Localização. Ainda, ficam também notificados os contribuintes pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais), do lançamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISQN, valor fixo anual, a ser pago em cota única até 30/04/2015.
3. Nos termos do Decreto nº 403/2014, de 15 de dezembro de 2014, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar em cota única ou, parceladamente, da seguinte forma: à vista com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 10/04/2015, e com desconto de 05% (cinco por cento), de 11/04/2015 até 10/05/2015; parcelado em até 06 (seis) vezes, sem desconto, com o vencimento da primeira parcela para o dia 10/04/2015 e as demais com vencimentos sempre no dia 10 dos meses subsequentes, findando em 10/09/2015.
4. Fica assegurado ao contribuinte que optar pelo pagamento à vista o desconto de 10 (dez por cento) ou 5% (cinco por cento), de acordo com a data de pagamento, conforme estipulado no artigo 5º. Do Decreto nº. 403/2015.). As isenções do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, previstas nos artigos 180-C, 180-D e 181 da Lei Complementar Municipal nº 001/1994 (Código Tributário Municipal - CTM), poderão ser requeridas até 10/09/2015.
5. O valor da UFM foi corrigido monetariamente, conforme os termos do artigo 279 da Lei Complementar nº 01/1994 (Código Tributário Municipal) no período de novembro/2013 a outubro de 2014 e fixado no valor de R\$ 77,99 (setenta e sete reais e noventa e nove centavos) a partir de 01 de janeiro de 2015, conforme disposto Decreto nº 392/2014.
6. Os contribuintes que até o dia 31 de março de 2015 não receberem o carnê de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, que poderão ser retirados em local a ser definido e amplamente divulgado através das formas de comunicação usual, deverão retirá-los até o dia 10 de abril de 2014, junto ao Setor de Tributos da Prefeitura de Guaramirim, situado à Rua 28 de Agosto, nº 2042, Centro, nesta cidade, no horário das 08:00 às 12:00, e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Também estará disponível a emissão de 2ª via no site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

sc.gov.br,, no Portal do Cidadão.

7. Após o dia 10 de abril de 2015, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos da lei, ficando os contribuintes sujeitos aos acréscimos legais previstos, além da inscrição em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

8. Os dados sobre o lançamento da inscrição imobiliária estão disponíveis no Setor de Cadastro Técnico da Guaramirim.

Guaramirim/SC, 17 de dezembro de 2014.

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## LEI 4182/2014

LEI Nº. 4182/2014

Altera artigo 3º da Lei nº. 3296/2007, que autoriza o Poder Executivo Municipal a participar de Consórcio Intermunicipal de Saúde.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o art. 3º, da Lei nº. 3296/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do Consórcio, no valor mínimo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e máximo de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) mensal por habitante do Município.”

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei nº. 3296/2007 permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## LEI 4183/2014

LEI Nº. 4183/2014.

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Guaramirim para o Exercício Financeiro de 2015”

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de GUARAMIRIM para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 137.924.820,00 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil e oitocentos e vinte reais), sendo R\$ 100.609.520,00 (cem milhões, seiscentos e nove mil e quinhentos e vinte reais) do Orçamento Fiscal, R\$ 37.315.300,00 (trinta e sete milhões, trezentos e quinze mil e trezentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 137.924.820,00 (cem milhões, seiscentos e nove mil e quinhentos e vinte reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), em R\$ 135.224.820,00 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos e vinte reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexo, com o seguinte desdobramento:

|   |                |
|---|----------------|
| 4.1. RECEITAS CORRENTES                     | 110.339.820,00 |
| 4.1.1 Receita Tributária                    | 12.082.000,00  |
| 4.1.2 Receita de Contribuições              | 1.600.000,00   |
| 4.1.3 Receita Patrimonial                   | 380.500,00     |
| 4.1.6 Receita de Serviços                   | 5.260.000,00   |
| 4.1.7 Transferências Correntes              | 89.333.320,00  |
| 4.1.9 Outras Receitas Correntes             | 1.684.000,00   |
| 4.2. RECEITAS DE CAPITAL                    | 27.520.000,00  |
| 4.2.1 Operações de Crédito                  | 8.500.000,00   |
| 4.2.2. Alienação de Bens                    | 140.000,00     |
| 4.2.4 Transferências de Capital             | 18.880.000,00  |
| 4.7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS | 65.000,00      |
| 4.7.6 Receita de Serviços                   | 65.000,00      |
| TOTAL                                       | 137.924.820,00 |

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

|  |               |
|--|---------------|
| 01.00 - Câmara Municipal De Vereadores                 | 3.000.000,00  |
| 02.00 - Gabinete Do Prefeito Municipal                 | 1.387.000,00  |
| 03.00 - Procuradoria                                   | 1.070.000,00  |
| 04.00 - Secretaria De Administração e Finanças         | 7.678.590,00  |
| 05.00 - Secretaria De Planejamento e Desenvolv. Urbano | 2.465.000,00  |
| 06.00 - Secretaria Municipal De Educação               | 35.766.700,00 |
| 07.00 - Secretaria De Desenvolvimento Social           | 682.000,00    |
| 08.00 - Secretaria De Infra-Estrutura                  | 33.370.800,00 |
| 09.00 - Secretaria De Desenvolvimento Econômico        | 2.855.000,00  |
| 10.00 - Secretaria Municipal De Agricultura            | 1.793.000,00  |
| 11.00 - Controladoria Geral Do Município               | 470.000,00    |
| 12.00 - Fundo Municipal De Saúde De Guaramirim         | 20.328.230,00 |
| 13.00 - Fundo Mun. De Assistência Social De Guaramirim | 6.139.300,00  |
| 15.00 - Fundo Municipal Da Infância e Adolescência     | 191.000,00    |
| 16.00 - Fundo Municipal De Desenvolvimento Econômico   | 102.000,00    |
| 17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio               | 10.552.000,00 |
| 18.00 - Secretaria De Esporte e Lazer                  | 2.194.000,00  |
| 19.00 - Fundação Cultural De Guaramirim                | 1.032.000,00  |
| 20.00 - Fundação Do Meio Ambiente De Guaramirim        | 556.000,00    |
| 21.00 - Secretaria Municipal De Gestão Estratégica     | 165.000,00    |
| 22.00 - Fundo municipal de Defesa Civil de Guaramirim  | 430.000,00    |



|                                      |                |
|--------------------------------------|----------------|
| 26.00 - Encargos Gerais do Município | 5.647.200,00   |
| 99.00 - Reserva de Contingência      | 50.000,00      |
| Total                                | 137.924.820,00 |

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|                              |                |
|------------------------------|----------------|
| 01 - Legislativa             | 2.700.000,00   |
| 04 - Administração           | 12.563.590,00  |
| 06 - Segurança Pública       | 892.000,00     |
| 08 - Assistência Social      | 6.435.300,00   |
| 10 - Saúde                   | 30.880.230,00  |
| 11 - Trabalho                | 206.000,00     |
| 12 - Educação                | 35.771.700,00  |
| 13 - Cultura                 | 1.039.000,00   |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 410.000,00     |
| 15 - Urbanismo               | 16.927.000,00  |
| 16 - Habitação               | 622.000,00     |
| 17 - Saneamento              | 10.668.000,00  |
| 18 - Gestão Ambiental        | 556.000,00     |
| 20 - Agricultura             | 1.793.000,00   |
| 22 - Indústria               | 545.000,00     |
| 23 - Comércio e Serviços     | 1.875.000,00   |
| 26 - Transporte              | 6.149.800,00   |
| 27 - Desporto e Lazer        | 2.194.000,00   |
| 28 - Encargos Especiais      | 5.647.200,00   |
| 99 - Reserva de Contingência | 50.000,00      |
| Total geral:                 | 137.924.820,00 |

## III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

|   |               |
|---|---------------|
| 31 - Ação Legislativa                               | 2.700.000,00  |
| 62 - Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário | 660.000,00    |
| 121 - Planejamento e Orçamento                      | 1.465.000,00  |
| 122 - Administração Geral                           | 7.229.590,00  |
| 123 - Administração Financeira                      | 166.000,00    |
| 124 - Controle Interno                              | 470.000,00    |
| 125 - Normatização e Fiscalização                   | 570.000,00    |
| 126 - Tecnologia da Informatização                  | 1.275.000,00  |
| 127 - Ordenamento Territorial                       | 18.000,00     |
| 129 - Administração de Receitas                     | 710.000,00    |
| 181 - Policiamento                                  | 462.000,00    |
| 182 - Defesa Civil                                  | 430.000,00    |
| 241 - Assistência ao Idoso                          | 312.250,00    |
| 242 - Assistência ao Portador de Deficiência        | 413.450,00    |
| 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente        | 1.533.400,00  |
| 244 - Assistência Comunitária                       | 4.176.200,00  |
| 301 - Atenção Básica                                | 15.296.500,00 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial         | 14.922.010,00 |
| 304 - Vigilância Sanitária                          | 410.720,00    |
| 305 - Vigilância Epidemiológica                     | 251.000,00    |
| 306 - Alimentação e Nutrição                        | 3.224.000,00  |
| 333 - Empregabilidade                               | 382.000,00    |

|  |                |
|--|----------------|
| 361 - Ensino Fundamental                             | 18.161.000,00  |
| 362 - Ensino Médio                                   | 506.500,00     |
| 364 - Ensino Superior                                | 5.000,00       |
| 365 - Educação Infantil                              | 13.758.200,00  |
| 366 - Educação de Jovens e Adultos                   | 117.000,00     |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 618.000,00     |
| 392 - Difusão Cultural                               | 421.000,00     |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos      | 410.000,00     |
| 451 - Infra-Estrutura Urbana                         | 11.537.000,00  |
| 452 - Serviços Urbanos                               | 2.188.000,00   |
| 453 - Transportes Coletivos Urbanos                  | 90.000,00      |
| 482 - Habitação Urbana                               | 622.000,00     |
| 512 - Saneamento Básico Urbano                       | 10.668.000,00  |
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental            | 724.000,00     |
| 542 - Controle Ambiental                             | 2.606.000,00   |
| 543 - Recuperação de Áreas Degradadas                | 7.000,00       |
| 544 - Recursos Hídricos                              | 7.000,00       |
| 602 - Promoção da Produção Animal                    | 305.000,00     |
| 606 - Extensão Rural                                 | 1.488.000,00   |
| 661 - Promoção Industrial                            | 545.000,00     |
| 691 - Promoção Comercial                             | 605.000,00     |
| 695 - Turismo  | 1.418.000,00   |
| 782 - Transporte Rodoviário                          | 6.149.800,00   |
| 811 - Desporto de Rendimento                         | 41.000,00      |
| 812 - Desporto Comunitário                           | 2.153.000,00   |
| 846 - Outros Encargos Especiais                      | 5.647.200,00   |
| 999 - Reserva de Contingência                        | 50.000,00      |
| Total geral:   | 137.924.820,00 |

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

|   |                |
|---|----------------|
| 000 - Encargos Especiais                      | 5.647.200,00   |
| 001 - Processo Legislativo                    | 2.700.000,00   |
| 002 - Gestão Administrativa Superior          | 2.628.000,00   |
| 003 - Serviços de Utilidade Pública           | 2.303.000,00   |
| 004 - Administração Geral                     | 10.037.590,00  |
| 005 - Mais Educação, Mais Cidadania           | 35.766.700,00  |
| 006 - Saúde Priorizada                        | 30.880.230,00  |
| 007 - Saneamento Básico                       | 13.576.000,00  |
| 008 - Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário | 1.793.000,00   |
| 009 - Assistência Social                      | 7.062.300,00   |
| 010 - Desenvolvimento Cultural                | 1.032.000,00   |
| 011 - Infra-Estrutura                         | 18.761.800,00  |
| 012 - Apoio a Indústria, Comércio e Turismo   | 2.325.000,00   |
| 013 - Meio Ambiente                           | 738.000,00     |
| 014 - Defesa Civil                            | 430.000,00     |
| 015 - Esporte é Vida                          | 2.194.000,00   |
| 999 - Reserva de Contingência                 | 50.000,00      |
| Total:  | 137.924.820,00 |

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

|  |                |
|--|----------------|
| Despesas Correntes                                 | 103.370.420,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 58.912.200,00  |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos Da Dívida | 462.000,00     |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes  | 43.996.220,00  |
| Despesas De Capital                                | 34.504.400,00  |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos              | 30.272.400,00  |
| 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras      | 286.000,00     |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização Da Dívida      | 3.946.000,00   |
| Reserva De Contingência                            | 50.000,00      |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência    | 50.000,00      |
| Total:   | 137.924.820,00 |

Art. 3º. Os recursos da reserva de contingência poderão ser remanejados e utilizados mediante decreto, para atender passivos contingentes e outros riscos e eventuais fiscais imprevistos, bem como para suplementar as dotações que se mostrarem insuficientes.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Primeiro: Os créditos extraordinários serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao poder Legislativo.

Parágrafo Segundo: Os créditos adicionais especiais serão previamente autorizados pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Terceiro: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e ainda especificamente para o excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operação de crédito e outras, serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou

através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor, da data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.

Lauro Frohlich

Prefeito Municipal

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**LEI 4184/2014**

LEI Nº 4184/2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2015 e dá outras providências.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Guaramirim, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas na Constituição Federal e na Legislação Nacional, notadamente da Lei Complementar nº. 101, 2000, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades da Administração Municipal para 2015;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos anexos desta lei.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas nos anexos desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Autarquias e entidades da Administração Direta e Indireta, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais poderão ter contabilidade descentralizada ou incluída na contabilidade da Prefeitura conforme conveniência econômica da administração e legislação vigente.

Art. 7º. A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

### III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos, e Autarquias e Entidades da Administração Direta e Indireta. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 9º. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não

atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa desde que justificada a alteração.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo.

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,04% (quatro décimos percentuais) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, desde que os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 15. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 16. Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 17. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. Estes benefícios não poderão ultrapassar de 2% da Receita Corrente. A não prestação de contas impossibilitará a entidade beneficiada a receber novas transferências.

Parágrafo único. Recursos para investimentos que tenham prazo de execução superior ao prazo de prestação de contas definido no caput deste artigo, poderão ter o prazo de prestação de contas prorrogado pela Secretaria de Administração e Finanças, desde que acompanhado de plano de aplicação do recurso elaborado pela entidade beneficiada.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser elaborados sempre que obrigatórios conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante por mês e, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 20. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 21. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Elemento de Despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do executivo Municipal, conforme art. 167, VI da CF.

§ 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado abrir crédito adicional suplementar por Decreto, para as dotações que se mostrarem insuficientes no decorrer da execução orçamentária de 2015 até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da receita orçada de cada unidade gestora.

§ 2º O orçamento será elaborado até o nível da 'natureza da despesa e modalidade de aplicação'.

§ 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a reconhecer no orçamento as despesas não empenhadas na época própria, em elemento de despesa específico, desde que devidamente liquidadas.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

Art. 23. As metas serão desdobradas quadrimestralmente para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro, e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pela Lei.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei específica, poderá em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, inclusive através de reclassificação do nível de vencimento, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 26. Quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, nos termos do artigo 22 § único, V da LRF.

Art. 27. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 28. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Guaramirim, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".



**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 29. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 30. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O Executivo municipal fixará por decreto as datas de vencimentos dos tributos municipais para 2015, bem como fica autorizado a reajustar os mesmos por índice oficial conforme previsto na legislação tributária vigente.

Art. 31. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

**VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 32. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta da Lei Orçamentária à Câmara Municipal que a apreciará e a devolverá para sanção no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 33. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único. Fica o Executivo Municipal autorizado a colaborar com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta na prestação de serviços que sejam de sua competência e essenciais ao Município

Art. 36. Fica autorizada a adequação automática das metas, ações e programas do PPA, de acordo com as alterações realizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Art. 37. Revoga-se a Lei 4.150/2014.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.  
Lauro Frohlich  
Prefeito Municipal

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI 4185/2014**

LEI Nº. 4185/2014

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários".

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim - "Bombeiros Voluntários", objetivando a cooperação mútua entre os partícipes na prevenção de incêndios, através de análise de projetos de prevenção de incêndios; vistorias para liberação de alvarás de funcionamento e fiscalização preventiva no âmbito das construções, para fins comerciais, industriais, de prestação de serviços e residenciais.

Art. 2º. A vigência do Convênio dar-se-á pelo prazo de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Para a execução do convênio que trata o artigo 1º desta lei, o Município de Guaramirim repassará à entidade auxílio financeiro no valor R\$ 7.003,50 (sete mil, três reais e cinquenta centavos) mensais, no período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 4º. A prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.  
Lauro Frohlich  
Prefeito Municipal

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI 4186/2014**

LEI Nº. 4186/2014

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários".

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários



de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1574/1992, de 10 de julho de 1992.

Art. 2º. Para execução de convênio de que trata o artigo 1º, o Município de Guaramirim repassará à entidade subvenção social o valor de R\$ 20.821,50 (vinte mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) mensais no período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 3º. A prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.

Lauro Frohlich

Prefeito Municipal

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI COMPLEMENTAR 78/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 78/2014

Altera a Lei Complementar nº 001/1994, de 28 de dezembro de 1994, que instituiu o Código Tributário do Município de Guaramirim, revogando o artigo 49 e o § 3º, do artigo 74, incluindo os artigos 74-A e 74-B, alterando o artigo 79, o § 2º do artigo 97 e o artigo 122.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica integralmente revogado o artigo 49, da Lei Complementar nº 01/1994.

Art. 2º. Fica integralmente revogado o § 3º, do artigo 74, da Lei Complementar nº 01/1994.

Art. 3º. Acrescenta o artigo 74-A à Lei Complementar nº 01/1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74. -A - Existindo débitos vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, é permitida a concessão do pagamento em parcelas.

§ 1º O pagamento referido neste artigo será solicitado através de requerimento; se deferido, a repartição competente somará os débitos, calculará a correção monetária, multa e juros de mora nos termos definidos nesta lei, até a data do parcelamento, ficando o vencimento da primeira parcela para até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Parcelamento, o qual, assinado, terá o efeito de confissão de dívida e reconhecimento da certeza e liquidez do débito fiscal. As demais parcelas vencerão a cada 30 (trinta) dias, a partir da primeira parcela.

§ 2º O pagamento na forma deste artigo poderá se dar em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, desde que o valor da parcela não seja inferior a 1 (uma) Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa física, e 2 (duas) Unidades Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa jurídica, incidindo juros de 1,0% (um por cento) ao mês em cada parcela.

§ 3º Admitir-se-á o parcelamento administrativo uma única vez, cujo valor total da dívida será devidamente corrigido e atualizado, nos termos do § 1º deste artigo podendo ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, desde que o valor da parcela não seja inferior a 1 (uma) Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa física, e 2 (duas) Unidades Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa jurídica, incidindo, também, juros de 1,0% (um por cento) ao mês, em cada parcela.

§ 4º A falta de pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, nos prazos fixados, importará na caducidade do parcelamento ou reparcelamento, implicando na imediata execução judicial do débito remanescente somado aos acréscimos legais."

Art. 4º. Acrescenta o artigo 74-B à Lei Complementar nº 01/1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74-B - Admitir-se-á, uma única vez, o parcelamento de débitos fiscais na fase judicial, oriundos ou não dos §§ 2º e 3º, do artigo 74-A, desta Lei Complementar, após serem atualizados monetariamente, abrangidos juros e multas de mora, eventuais custas processuais e honorários advocatícios, até a data da concessão, podendo o pagamento se dar em até 06 (seis) vezes, sendo uma entrada de pelo menos 20% (vinte por cento) do valor total do débito, mais 05 (cinco) parcelas consecutivas e mensais, com vencimento a cada 30 (trinta) dias, a partir da entrada, desde que o valor da parcela não seja inferior a 1 (uma) Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa física, e 2 (duas) Unidades Fiscal Municipal - UFM vigente, quando tratar-se de contribuinte pessoa jurídica, incidindo juros de 1,0% (um por cento) ao mês em cada parcela.

§ 1º Sendo a proposta aceita pelas partes e deferida pelo(a) juiz(a), os atos executivos serão suspensos, implicando a aceitação no reconhecimento da dívida pelo sujeito passivo, afastando a contestação judicial do débito, mantidas eventuais garantias.

§ 2º A falta de pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, implicará no vencimento das subseqüentes, bem como no prosseguimento do processo, com imediato início ou continuidade dos atos executivos."

Art. 5º. Altera o artigo 79, da Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. - O direito de cobrança dos créditos tributários prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva."

Art. 6º. Altera o §2º, do artigo 97, da Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º O débito inscrito em Dívida Ativa poderá ser parcelado, nos termos dos artigos 74-A e 74-B desta Lei Complementar;"

Art. 7º. Acrescenta parágrafo único ao artigo 98, da Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único: Será emitida "Certidão Positiva de Débitos, com Efeitos de Negativa", tendo os mesmos efeitos da certidão prevista nesse artigo, quando for constatada a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por uma das hipóteses previstas no artigo 59 dessa Lei Complementar."

Art. 8º. Acrescenta o artigo 98-B à Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98-B - A certidão negativa, válida pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos para o fim a que se destinar, terá efeito liberatório quanto aos tributos que mencionar, salvo no referente a créditos tributários que venham a ser posteriormente apurados, ressalva essa que deverá constar da própria certidão, ou quando emitida na forma a que se refere o artigo seguinte.”

Art. 9º. Altera o artigo 122, da Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 122. Os débitos decorrentes de tributos, adicionais e/ou penalidades, não recolhidos na data em que deveriam ter sido pagos, terão seu valor atualizado monetariamente pelo INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.”

Art. 10. As demais disposições da Lei Complementar nº 01/1994 permanecem inalteradas.

Art. 11. Esta lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretario de Administração e Finanças

### **LEI Nº 4179**

LEI Nº. 4179/2014

Concede abono de natal aos servidores públicos municipais.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder abono de natal aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único: O abono concedido será no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por servidor público municipal.

Art. 2º. O abono a que se refere o artigo anterior, não servirá como base de cálculo para nenhuma gratificação adicional, não se incorporando ao salário base, pagos a qualquer título.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim, 19 de Dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito Municipal

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **RETIFICAÇÃO DECRETO Nº 405/2014**

#### **NOTA DE RETIFICAÇÃO**

Publicação realizada no dia 19/12/2014 (sexta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1642, página 242.

Onde se lê: Decreto Nº. 405/2013, leia-se: Decreto Nº. 405/2014.

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

DECRETO Nº. 405/2014

Altera horário de expediente da Administração Central da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Não haverá expediente da administração central da Prefeitura Municipal de Guaramirim nos dias 24 (período vespertino), 26, 31 de dezembro de 2014, e 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua data de publicação.

Guaramirim/SC, 17 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 71

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 71/2014 - Pregão Presencial Nº. 39/2014.  
Objeto: Contratação de seguros para os veículos Peugeot Part F TH Amb. MFP 8866, Fiat Uno MFF 9635 e Fiat Ducato Adapta Ambulância MGC 2857, utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul e para o veículo Ônibus VW HD QHF 9397 utilizado pela Secretaria Municipal de Educação no transporte escolar do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 12/01/2015 ( 10:15 Documentação - 10:30 Abertura).

Editais e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 22 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 219\_2014

Decreto Municipal 219/2014  
PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO da parte da chacara nº 06, sem acessões, com área de 701,21m² (Setecentos e um metros e vinte e um decímetros quadrados), situada na Rua Antônio Duarte da Rosa, esquina com a Rua José Seibt, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 9.457, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 9.457)

PARTE DA CHÁCARA nº 06, com área de 701,21m² (Setecentos e um metros e vinte e um decímetros quadrados), sem acessões, situada na situada na Rua Antônio Duarte da Rosa, esquina com a Rua José Seibt, na cidade de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote urbano nº 02, da quadra 66, medindo 33,20metros;  
OESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 22,30metros;  
SUL, Com a Rua José Seibt, medindo 33,12metros;  
LESTE, Com a parte da mesma chacara nº 06, medindo 20,04metros.

### ÁREA DESDOBRADA

PARTE DA CHÁCARA nº 06, com área de 401,21m² (Quatrocentos e um metros e vinte e um decímetros quadrados), sem acessões, situada na situada na Rua Antônio Duarte da Rosa, esquina com a Rua José Seibt, na cidade de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote urbano nº 02, da quadra 66, medindo 18,51metros;  
OESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 22,30metros;  
SUL, Com a Rua José Seibt, medindo 18,47metros;  
LESTE, Com a parte da mesma chacara nº 06, medindo 20,99metros.

Decreto Municipal 219/2014

### ÁREA REMANESCENTE

PARTE DA CHÁCARA nº 06, com área de 300,0m² (Trezentos metros quadrados), sem acessões, situada na situada na Rua José Seibt, na cidade de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote urbano nº 02, da quadra 66, medindo 14,69metros;  
OESTE, Com a parte da mesma chacara nº 06, medindo 20,99metros;  
SUL, Com a Rua José Seibt, medindo 14,65metros;  
LESTE, Com a parte da mesma chacara nº 06, medindo 20,04metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 18 de Dezembro de 2014

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária da Administração e Fazenda

### DECRETOS ADMINISTRATIVOS NºS 217 E 220

Decreto Administrativo nº 0217/2014.

Finda Turno único na Secretaria que especifica, e contém outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Cíveis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1º A partir de 01 de janeiro de 2015, finda o Turno único na jornada de trabalho dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, adotado conforme Decreto nº 0175/2014 de 25/10/2014,

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 18 de dezembro de 2014 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo 0220/2014.  
DECRETA PONTO FACULTATIVO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, nas datas de: 24, 26 e 31 do presente mês e ano.

Parágrafo único. A reposição da jornada de trabalho, será na proporção de 01h00min por dia, para os servidores com jornada de trabalho em período integral, totalizando 18 dias úteis e de 00h30m para os servidores com jornada de trabalho de 20 horas semanais, totalizando 24 dias úteis, a partir da na data que findar o turno único.

Art. 2º O presente Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 18 de dezembro de 2014 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 20\_2014**

Lei Complementar nº 020/2014.

CONCEDE ABONO NATALINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito do Município de Guarujá do Sul, autorizado a conceder ABONO NATALINO, incluso junto a folha de pagamento neste mês de Dezembro de 2014, na importância de R\$ 50,00(cinquenta reais).

Art. 2º. Terão direito ao recebimento do Abono Natalino, aquele servidor que constar da folha de pagamento dos servidores referente ao mês de dezembro, de ambos os Poderes, sendo:

I - os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo;

II - os servidores detentores dos cargos de livre nomeação e exoneração;

III - os aposentados pagos pelo Município;

IV - os servidores contratados temporariamente por excepcional interesse público, na forma da lei .

§ 1º. Não receberá o Abono Natalino o servidor que tiver mais de 10 (dez) faltas não justificadas no ano do pagamento do benefício, servidores em gozo de licença para tratar de assunto particular, na forma da Lei.( Estatuto dos Servidores Públicos do Município), servidores que estejam suspensos, preventivamente ou não, em

decorrência de processo administrativo ou sindicância, Servidores com aplicação de penalidades disciplinares, servidores em afastamento por motivo de doença ou de acidente de trabalho em serviço, recebendo auxílio doença pagos pela Previdência Social e, em Licença maternidade.

§ 2º. Depois de efetuado o pagamento do Abono Natalino, se o Servidor deixar de comparecer ao serviço por período superior a 10(dez) dias, no mês de dezembro do ano do pagamento do Abono, desde que não justificadas, o Município descontará da rescisão ou do pagamento referente ao mês de janeiro de 2015, o valor integral do Abono.

§ 3º. O servidor detentor de dois cargos públicos, legalmente acumuláveis, receberá somente um pagamento em uma das folhas, a título do Abono Natalino., na importância fixada no Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Não terá direito ao recebimento do Abono Natalino os agentes políticos, assim considerados o Prefeito Municipal, o Vice Prefeito, os Secretários Municipais, os Vereadores, os Conselheiros Tutelares e os estagiários.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a suplementação, caso seja necessário.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, EM 19 de dezembro de 2014.

63º Ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

ROSA ISABEL MONTAGNER  
Secretária de Administração e Fazenda

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.399\_2014**

LEI Nº 2.399/2014.

Concede Revisão Geral Anual a remuneração dos Servidores Públicos Municipais e dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e Secretários Municipais, e Aumento Real sobre a remuneração dos Servidores Públicos Municipais, e adota outras providências.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, é concedida nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, pela aplicação do índice de 3,65% (três vírgula sessenta e cinco por cento), sobre a Remuneração dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e Secretários Municipais, e da remuneração dos Aposentados do Poder Executivo Municipal,

Art. 2º. Conforme Caput do § 1º, do Art. 38, Seção V, Capítulo IV, da Lei Municipal 2.255/2013 de 15 de março de 2013, fica estendido ao Subsídio dos Conselheiros Tutelares(detentores de mandato eletivo), o mesmo índice da Revisão Geral Anual de que trata o Art. 1º da presente Lei.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, autorizado a conceder no mês de janeiro de 2015, um aumento real sobre a remuneração dos cargos de servidores públicos efetivos e comissionados, aposentados, num percentual de 6,35% (seis vírgula cinco por cento).



Art. 3º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento , e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 19 de Dezembro de 2014 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

-Certifico que a presente Lei Complementar foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.400\_2014**

LEI Nº 2.400/2014.

Concede Revisão Geral Anual na remuneração dos cargos de Servidores, dos Subsídios dos Cargos Eletivos e Secretários do Poder Legislativo, e Aumento Real na Remuneração dos cargos de Servidores do Poder Legislativo Municipal e adota outras providências.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, é concedida nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, pela aplicação do índice de 3,65% (três vírgula sessenta e cinco por cento), sobre a Remuneração dos cargos de Servidores públicos, dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e Secretários do Poder Legislativo Municipal, correspondente à apuração da variação da inflação registrada pelo Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M, acumulada nos últimos 12 meses, período de dezembro de 2013 a novembro de 2014.

Art. 2º. Autoriza a conceder no mês de janeiro de 2015, um aumento real sobre a remuneração dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão de servidores do Poder Legislativo Municipal, num percentual de 6,35% (seis vírgula cinco por cento).

Art. 3º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento , e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 19 de Dezembro de 2014 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

-Certifico que a presente Lei Complementar foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.401/2014**

Lei Municipal nº 2.401/2014

Autoriza o poder executivo a revalidar a aprovação de Plano de Loteamento e Autorização para concessão de licença da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a revalidar a aprovação do Loteamento denominado "LOTEAMENTO INDUSTRIAL ALCIDES VOLKWEIS", a ser executado sobre a PARTE DO LOTE RURAL nº 08, com área de 174.737,05m² (Cento e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete metros e cinco decímetros quadrados); PARTE DO LOTE RURAL nº 09, com área de 12.128,01m² (Doze mil, cento e vinte e oito metros e um decímetro quadrados) e PARTE DO LOTE RURAL nº 10, com área de 20.200,0m² (vinte mil e duzentos metros quadrados), perfazendo uma área total de 207.065,06m², (Duzentos e sete mil, sessenta e cinco metros e seis decímetros quadrados), situado no perímetro urbano de Guarujá do Sul, sem benfeitorias, com os limites e confrontações em conjunto constantes na Matrícula 11.612, do Ofício de Registro de Imóveis, Comarca de São José do Cedro, aprovado pela Lei Municipal 2.323/2013 de 18 de dezembro de 2013.

Art. 2º A revalidação mencionada no artigo primeiro terá validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
19 de Dezembro de 2014

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretaria da Administração e Fazenda.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023A/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023A/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa METROMED COM. MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.157.032/0001-22 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 1.306,12 (Um mil trezentos e seis reais e doze centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Jorge Henrique da Silva<br>Sócio Administrador<br>CPF: 481.293.139-87<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36   |

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023B/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023B/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto

Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.247.385/0001-49 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 1.549,00 (Um mil quinhentos e quarenta e nove reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Christiano Altair Mattana Giordani<br>Sócio Administrador<br>CPF: 076.332.029-39<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36  |

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023C/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023C/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.501.603/0001-65 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 15.421,50 (Quinze mil quatrocentos e vinte e um real e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Gilmar Lamego<br>Sócio Administrador<br>CPF: 539.236.009-25<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                               |

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023D/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023D/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.223.342/0001-04 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 121.752,64 (Cento e vinte um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Marta Irene Gessele<br>Sócio Administrador<br>CPF: 666.744.339-34<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                     |

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023E/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023E/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.505.263/0001-40 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 65.220,90 (Sessenta e cinco mil duzentos e vinte reais e noventa centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Marileusa Aparecida Stinghen<br>Sócio Administrador<br>CPF: 633.595.539-34<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36  |

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023F/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023F/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 em decorrência do Processo

Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 38.108,84 (trinta e oito mil cento e oito reais e oitenta e quatro centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Anacleto Ferrari<br>Sócio Administrador<br>CPF: 523.140.819-00<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                  |

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023G/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023G/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 02.756.441/0001-43 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 10.297,62 (dez mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Jandir Luiz Tres<br>Sócio Administrador<br>CPF: 324.986.400-53<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                  |

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023H/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023H/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 95.368.320/0001-05 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 29.059,40 (vinte e nove mil cinquenta e nove reais e quarenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Maria Rosangela Ronssen Dambros<br>Sócio Administrador<br>CPF: 855.226.439-00<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36   |



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023I/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023 I/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.083,90 (seis mil e oitenta e três reais e noventa centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Animari Terezinha Guimarães<br>Sócio Administrador<br>CPF: 896.860.049-04<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36   |

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023J/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023J/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.200.303/0001-22

em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 20.972,00 (vinte mil novecentos e setenta e dois reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Nedio Justino Massochin Junior<br>Sócio Administrador<br>CPF: 010.448.960-00<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36  |

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023K/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023K/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, inscrita no CNPJ nº 33.255.787/0001-91 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Dirceu Amauri Kobs<br>Procurador<br>CPF: 554.441.999-04<br>Pela Empresa |
|--|---|

|   |   |
|---|---|
| Testemunhas:                                  |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36 |

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023L/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023L/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 15.025.636/0001-65 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 3.376,00 (três mil trezentos e setenta e seis reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Jackson Antonio Bugança<br>Sócio Administrador<br>CPF: 000.595.430-43<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36   |

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023M/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023M/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 02 de DEZEMBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs pelo período de

12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 94.516.671/0002-34 em decorrência do Processo Licitatório nº083/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 12.574,00 (doze mil quinhentos e setenta e quatro reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2014.

|  |   |
|--|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito Municipal<br>CPF: 501.589.459-72<br>Pelo Município | Ademar Paulo Schuster<br>Sócio Administrador<br>CPF: 219.912.940-34<br>Pela Empresa |
| Testemunhas:   |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                                  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                       |

**TERMO ADITIVO Nº 064/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

CNPJ/MF 85.240.620/0001-50

Empresa: "LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA"

Endereço: Rua São Pedro, nº 421 E

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 064/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada por seu gestor Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.240.620/0001-50, estabelecida na Rua São Pedro, nº 421 E, Centro, Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Paulo Ricardo Cordova, brasileiro, portador CPF nº 637.688.799-68, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 006/2014, Processo Licitatório nº 069/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto



Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 057/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

|   |   |
|---|---|
| Nelson Guindani<br>Prefeito<br>CPF: 501.589.459-72<br>Contratante | Paulo Ricardo Cordova<br>Sócio Administrador<br>CPF: 637.688.799-68<br>Contratada |
| Testemunhas:  |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                     | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                     |

#### TERMO ADITIVO Nº 065/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 015 - Centro  
Contratante

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Empresa: "Clínica Femina LTDA".  
CNPJ/MF Nº 05.934.261/0001-00  
Endereço: Av. XV de Novembro, 180, SL 102 E 103  
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 065/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Saúde", pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 015 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Contratante, e de outro lado a Empresa CLINICA FEMINA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.934.261/0001-00 estabelecida na Av. XV de Novembro, 180, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Sr. Lucio Saavedra Teran, portador do CPF nº 018.288.018-44, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011, Processo Licitatório Nº 014/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2012.

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 003/2012 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito  
CPF: 501.589.459-72  
Contratante

Lucio Saavedra Teran  
Sócio Administrador  
CPF: 018.288.018-44  
Contratada

|   |  |   |
|---|--|---|
| Testemunhas:                                  |  |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87 |  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36 |

#### TERMO ADITIVO Nº 066/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
Credenciante

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
Empresa: "Clínica Reviver LTDA".  
CNPJ/MF Nº 01.728.890/0001-15  
Endereço: Rua Albino Alberto Benemann, 01 - Centro  
Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 066/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Saúde", pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado de ora em diante denominada de Credenciante, e de outro lado a clínica Reviver Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.728.890/0001-15 estabelecida na Rua Albino Alberto Benemann, 01, Centro, no Município de Ibicaré neste ato representada pelo Sr. Rossano Zanchi, portador do CPF nº 601.713.919-34, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011, Processo Licitatório Nº 015/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2012.

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 004/2012 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito  
CPF: 501.589.459-72  
Contratante

Rossano Zanchi  
Administrador  
CPF: 601.713.919-34  
Contratada

|   |  |   |
|---|--|---|
| Testemunhas:                                  |  |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87 |  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36 |

### TERMO ADITIVO Nº 067/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
Credenciante

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Empresa: "CEPAC Centro de Pesquisa em Análises Clínicas LTDA".  
CNPJ/MF Nº 04.419.357/0001-60  
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 388 - Centro  
Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 067/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Saúde", pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CREDENCIANTE e de outro lado a Empresa CEPAC Centro de Pesquisa em Análises Clínicas LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.357/0001-60 estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 388, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Christian Ouriques Breda, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-2.205.877 e CPF nº 020.596.879-18, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 020/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2012.

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 006/2012 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Sócio  
CPF: 501.589.459-72  
Contratante

Christian Ouriques Breda  
Administrador  
CPF: 020.596.879-18  
Contratada

|   |  |   |
|---|--|---|
| Testemunhas:                                  |  |   |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87 |  | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36 |

### TERMO ADITIVO Nº 068/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
Contratante

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Empresa: "TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA"  
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09  
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.  
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 068/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014  
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 008/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Concorrência Pública para Serviços de Engenharia nº 003/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 008/2013, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

|   |  |
|---|--|
| Nelson Guindani<br>Prefeito<br>CPF: 501.589.459-72<br>Contratante | Juleide Inês D'Agostini<br>Administradora<br>CPF: 437.061.009-59<br>Contratada |
| Testemunhas:  |  |
| Rubens Antonio Correia<br>CPF: 687.857.399-87                     | Mariana Colusso Fabrin<br>CPF: 052.051.949-36                                  |

**TERMO ADITIVO Nº 069/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 015 - Centro

Credenciante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Empresa: "G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patologias LTDA".

CNPJ/MF Nº 78.491.172/0001-00

Endereço: Av. XV de Novembro, 138

Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 069/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a Empresa G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patologias LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00 estabelecida na Av. XV de Novembro, 138, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Sr. Gláucio Grando Galli, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.074.697 e CPF nº 503.656.819-20, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos e Processo Licitatório Nº 009/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2012.

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 001/2012 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Gláucio Grando Galli

Administrador

CPF: 503.656.819-20

Contratada

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin

CPF: 052.051.949-36

**Imbituba****PREFEITURA****EXTRATO: FUNREBOM 2014/21 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/21 A00

Contratada: SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEG E SINALIZAÇÃO.

C.N.P.J: 03.928.511/0001-66

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DO DESENCARCERADOR HIDRÁULICO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS.

Valor: R\$ 55.277,86 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 203/2010 Dispensa 79/2010

Imbituba, 16 de dezembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante do Bombeiro Militar de Imbituba

Contratante

Sos Sul Resgate Com e Ser de Seg. e Sinalização

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2014/54 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/54 A02

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: RATIFICAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO 19/2014 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PASSANDO O VALOR DE R\$40.000,00(- QUARENTA MIL REAIS) PARA O CONTRATO PMI SEAGP 54/2014.

Valor: R\$ 40.000,00

Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 05/2013

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

Omega Comunicação Ltda Me

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUCE 2010/63 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2010/63 A05

Contratada: ZULEIGA DE OLIVEIRA ME

C.N.P.J: 81.779.084/0001-05

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 67/2010 Pregão 43/2010

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretário Municipal de Educação

Contratante

Zuleiga de Oliveira Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUCE 2013/08 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 2013/08 A05  
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA  
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46  
Objeto: ACRÉSCIMO DE 12,1272(DOZE INTEIROS E UM MIL DUZENTOS E SETENTA E DOIS DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$ 189.244,90  
Fundamento: Processo nº. 131/2012 Concorrência 04/2012

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.  
Michela da Silva Freitas  
Secretário Municipal de Educação  
Contratante

Construtora Formigoni Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUCE 2014/257 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 2014/257 A00  
Contratada: MDG SERVIÇOS ELETRICOS LTDA  
C.N.P.J: 13.891.073/0001-62  
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SISTEMAS PREVENTIVOS CONTRA INCENDIO, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES, NAS UNIDADES MUNICIPAIS SEDIADAS NAS INSTALAÇÕES DO CAIC.  
Valor: R\$ 48.333,32 Prazo: 16/06/2014  
Fundamento: Processo nº. 150/2014 Carta Convite 11/2014

Imbituba, 16 de dezembro de 2014.  
Michela da Silva Freitas  
Secretário Municipal de Educação  
Contratante

Mdg Serviços Eletricos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEFAZ 2013/21 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEFAZ 2013/21 A02  
Contratada: OMEGA - ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA  
C.N.P.J: 68.852.870/0001-22  
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.  
Fundamento: Processo nº. 20/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.  
Ivan Vitória  
Secretário Municipal da Fazenda  
Contratante

Omega Engenharia de Software Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/27 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEINFRA 2014/27 A01  
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18  
Objeto: ACRÉSCIMO DE 17,032818%(DEZESSETE INTEIROS E TRINTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E DEZOITO MILIONÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$ 48.313,61  
Fundamento: Processo nº. 35/2014 Pregão 28/2014

Imbituba, 12 de dezembro de 2014.  
José Afonso de Carvalho  
Secretário Municipal da Seinfra  
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SETUR 2014/255 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETUR 2014/255 A00  
Contratada: JEDSON DE MORAIS ME  
C.N.P.J: 08.415.380/0001-37  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PROMOVER UM SHOW NACIONAL A SER REALIZADO NO DIA 17 DE JANEIRO DE 2015 DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DO 16º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO.  
Valor: R\$ 14.900,00 Prazo: 17/01/2015  
Fundamento: Processo nº. 155/2014 Pregão 95/2014

Imbituba, 16 de dezembro de 2014.  
Adilson Jorge Silvestre  
Secretário Municipal de Turismo  
Contratante

Jedson de Moraes Me  
Representante Legal  
Contratada

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ERRATA  
COMUNICAÇÃO: onde se lê "Imbituba, 22 de dezembro de 2013", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 103/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 22 de dezembro de 2014, ler-se-á "Imbituba, 22 de dezembro de 2014".

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial



**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "Imbituba, 22 de dezembro de 2013", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 104/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 22 de dezembro de 2014, ler-se-á "Imbituba, 22 de dezembro de 2014".

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "Imbituba, 22 de dezembro de 2013", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 36/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 22 de dezembro de 2014, ler-se-á "Imbituba, 22 de dezembro de 2014".

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA CMI Nº 59/2014**

PORTARIA CMI Nº 59/2014

"Concede Férias à Servidora Rosalba da Silveira".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, à Sr.<sup>a</sup> Rosalba da Silveira, Auxiliar de Serviços, férias regulamentares de 30 (dias) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de dezembro de 2014, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2014 a 09/01/2015, a ser gozada no período de 12/01/2015 a 31/01/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 02/02/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 17 de Dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 14/10/2014.

**Indaial**

---

**PREFEITURA**

---

**DECRETO Nº 1213/14**

. DECRETO Nº 1213/14

. De 22 de dezembro de 2014

Designa membros do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Indaial - INDAPREV.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais atribuições legais em vigor, e considerando o Decreto nº1091/14,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados e nomeados, nos termos da Lei Complementar nº 64/05 e alterações, como representantes dos servidores públicos municipais no Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial, os funcionários abaixo relacionados, legalmente eleitos:

**CONSELHO ADMINISTRATIVO**

- Salvador Bastos - Membro representante servidores ativos  
- Paulo Ricardo Dornelles - Membro representante servidores ativos  
- Marili Herta Paul Bogo - Membro representante servidores inativos

**CONSELHO FISCAL**

Hélio Espíndula - Membro representante servidores ativos  
Wilson Bohmann - Membro representante servidores ativos  
Ernério José Back - Membro representante servidores inativos

Art. 2º - Ficam designados pelo Poder Executivo para integrarem o Conselho de Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial, os seguintes funcionários:

- Karina Fabricia Rebelo Nuber  
- Francisco Nunes  
- Jânio Vilson de Aviz

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de dezembro de 2014..

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 22 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 1214/14**

. DECRETO Nº 1214/14

. De 22 de dezembro de 2014

Exonera Auxiliar de Direção/  
Roseli Antt de Brito

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada do cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), ROSELI ANTT DE BRITO, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 22 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1215/14**

. DECRETO Nº 1215/14

. De 22 de dezembro de 2014

Exonera Auxiliar de Direção/  
Helena Mendes

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada do cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), HELENA MENDES, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 22 de dezembro de 2014)

**DECRETO Nº 1216/14**

. DECRETO Nº 1216/14

. De 22 de dezembro de 2014

Exonera Auxiliar de Direção/  
Márcia Leão da Silva

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada do cargo em comissão de Auxiliar de

Direção (DAE-2), MÁRCIA LEÃO DA SILVA, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 22 de dezembro de 2014)

**DECRETO Nº 1217/14**

. DECRETO Nº 1217/14

. De 22 de dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA APLICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas do artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º - Em cumprimento as disposições da Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº. 634, de 19 de novembro de 2013, os Procedimentos Contábeis Padronizados serão adotados, no que for aplicável, a partir dos exercícios especificados em quadro abaixo (itens um a oito):

| ITEM   | CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO) |
|--|--------------------------------------|
| 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas. |                                      |
| 1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa;  | Exercício de 2015                    |
| 1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.   | Exercício de 2015                    |
| 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.  |                                      |
| 2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência;   | Exercício de 2015                    |
| 2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.   | Exercício de 2015                    |
| 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.  |                                      |
| 3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.   | Exercício de 2015                    |
| 4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.                       |                                      |
| 4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis;  | Exercício de 2015                    |
| 4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;   | Exercício de 2015                    |
| 4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.           | Exercício de 2015                    |
| 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infra-estrutura.   |                                      |

|   |                   |
|---|-------------------|
| 5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura;  | Exercício de 2015 |
| 5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura;                             | Exercício de 2015 |
| 5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;  | Exercício de 2016 |
| 5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura.   | Exercício de 2016 |
| 6 – Implementação de Sistema de Custos.   |                   |
| 6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados;  | Exercício de 2016 |
| 6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos;                                       | Exercício de 2016 |
| 6.3 – Implementação do sistema de custos.   | Exercício de 2016 |
| 7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas Nacionais.                                  |                   |
| 7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP;   | Exercício de 2015 |
| 7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.   | Exercício de 2015 |
| 8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.  |                   |
| 8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial; | Exercício de 2015 |
| 8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.   | Exercício de 2015 |

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base nas disposições ditas pelo MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público expedido por Portaria da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, bem como por instrumentos legais e orientações editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Para os prazos estabelecidos nos itens do quadro constante do art. 1º deste Decreto, nos casos em que naquela data, o Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal e ou os sistemas de captura de dados dos órgãos de controle externo não estiverem adequados, far-se-á a prorrogação estabelecendo-se novos prazos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº2476/12.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5113

. LEI Nº 5113  
. de 19 de dezembro de 2014

Altera Anexos I - De Receitas e II - De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global da Lei 4.869/13 referente PPA - Plano Plurianual da vigência 2014 a 2017.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I - De Receitas, da Lei nº4.869/13 e demais alterações, que passa a vigorar com as fontes e valores de receitas constantes do Anexo de Receitas da presente Lei.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II - De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global para os quatro exercícios (2014 a 2017) do art. 4º da Lei nº 4.869/13 e demais alterações, que passa a vigorar em conformidade do novo quadro constante de Ações e Metas Globais da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5114

. LEI Nº 5114  
. de 19 de dezembro de 2014

Altera Tabelas 1 e 3 do Anexo I e Tabela 9 do Anexo II, ambas constantes do art. 2º da Lei 5.064/14, que trata da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela 1 - De Metas Anuais, do ANEXO I - De Metas Fiscais para 2015, constante do art. 2º da Lei nº 5.064/14, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 2º Fica alterada a Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, do ANEXO I - De Metas Fiscais para 2015, constante do art. 2º da Lei nº nº 5.064/14, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 3º Fica alterada a Tabela 9 - De Metas Físicas Priorizadas para o exercício financeiro de 2015, do ANEXO II - Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2015, constante do art. 2º da Lei nº 5.064/14, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5115**

. LEI Nº 5115

de 19 de dezembro de 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa a LOA - Lei Orçamentária Anual do Município de Indaial para o Exercício Financeiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, faço saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****DA PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO****CAPÍTULO I****DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral (consolidado) do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2015, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$255.283.871,70 (duzentos e cinquenta e cinco milhões duzentos e oitenta e três mil oitocentos e setenta e um reais e setenta centavos).

Parágrafo 1º - A Receita do Município (Consolidada), será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Quadro I abaixo, e em anexos da presente Lei, com o seguinte desdobramento:

I-Demonstrativo da Participação das Origens (MCASP), antiga classificação de Fontes (lei 4.320/64) de Receita em percentual (%) do Total Geral de Receitas:

| DEMONST. DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA em % do TOTAL DE RECEITAS |                     |           |       |
|---|---------------------|-----------|-------|
| Receitas  | Valores em R\$ 1,00 | % s/Total |       |
| RECEITAS CORRENTES  | 201.488.079,99      |           | 78,93 |
| Receita Tributária  | 30.569.707,11       | 11,97     |       |
| Receitas de Contribuições   | 5.145.000,00        | 2,02      |       |
| Receita Patrimonial   | 10.785.500,00       | 4,22      |       |
| Receita Industrial  | 304.175,00          | 0,12      |       |
| Receitas de Serviços  | 1.454.043,75        | 0,57      |       |
| Transferências Correntes  | 132.286.784,94      | 51,82     |       |
| Outras Receitas Correntes   | 20.942.869,19       | 8,20      |       |
| RECEITAS DE CAPITAL   | 42.848.441,71       |           | 16,78 |
| Operações de Crédito  | 20.728.257,12       | 8,12      |       |
| Alienação de Bens   | 50.000,00           | 0,02      |       |
| Transferências de Capital   | 15.370.184,59       | 6,02      |       |
| Outras Transferências de Capital  | 6.700.000,00        | 2,62      |       |
| RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA Corrente   | 10.947.350,00       | 4,29      | 4,29  |
| RECEITA TOTAL ORÇAMENTÁRIA  | 255.283.871,70      |           |       |

Parágrafo 2º - A Despesa do Município (consolidada), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação Institucional, por Função e por Categoria Econômica de Despesa (funcional programática), distribuídas em

conformidade dos quadros II, III e IV destacados abaixo:

II - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Órgão/Unidade para o exercício financeiro de 2015:

| DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA POR PODER/ÓRGÃO - 2015 |   |                    |           |
|---|---|--------------------|-----------|
| Cód.  | Descrição do Órgão                                    | Valores em R\$1,00 | % repres. |
| 1   | CAMARA DE VEREADORES                                  | 5.144.248,80       | 2,02      |
| 2   | GABINETE DO PREFEITO                                  | 15.888.268,00      | 6,22      |
| 4   | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS                | 14.342.132,67      | 5,62      |
| 5   | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO                                | 54.495.160,53      | 21,35     |
| 6   | SECRETARIA DE AGRICULTURA                             | 3.797.212,00       | 1,49      |
| 8   | SECRETARIA DE OBRAS                                   | 19.141.740,00      | 7,50      |
| 9   | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO                            | 6.906.395,14       | 2,71      |
| 10  | SECRETARIA DE SANEAMENTO BASICO                       | 5.600.000,00       | 2,19      |
| 20  | FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO                          | 2.050.000,00       | 0,80      |
| 21  | DEMUTIN   | 3.890.000,00       | 1,52      |
| 22  | FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL               | 10.464.193,60      | 4,10      |
| 23  | FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO - FUMPAV              | 34.325.982,52      | 13,45     |
| 24  | FUNDO DE REEQ. E MELHORIAS DA PM/SC - FUNREPOM        | 500.000,00         | 0,20      |
| 25  | RESERVA DE CONTINGÊNCIA                               | 550.000,00         | 0,22      |
| 26  | FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC              | 4.004.000,00       | 1,57      |
| 27  | FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE                      | 35.000,00          | 0,01      |
|   | SUB TOTAL PREFEITURA                                  | 175.990.084,46     | 68,94     |
| 30  | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                              | 40.587.457,43      | 15,90     |
| 31  | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                 | 9.982.900,00       | 3,91      |
| 32  | FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESC.                | 266.430,00         | 0,10      |
| 33  | FUNDO M. DE ASS. A SAÚDE DOS SERVIDORES - FASSPI      | 4.267.357,94       | 1,67      |
| 40  | FUNDAÇÃO MUNIC. DE ESPORTES MARO M. HADLICH -FME      | 3.717.000,00       | 1,46      |
| 41  | FUNDAÇÃO IND. DE CULTURA - PREF. VICTOR PETTERS       | 3.403.901,01       | 1,33      |
| 50  | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - INDAPREV (Incluso Reserva) | 11.924.492,06      | 4,67      |
|   | SUB TOTAL FUNDOS, FUND. E INSTITUTO                   | 74.149.538,44      | 29,05     |
| TOTAL   |   | 255.283.871,70     |           |

III - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Função de Governo para o exercício financeiro de 2015:

| DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO |                       |
|---|-----------------------|
| FUNÇÃO DE GOVERNO                                 | FIXADO Exercício 2015 |
| LEGISLATIVA                                       | 5.144.248,80          |
| JUDICIÁRIA  | 580.000,00            |
| ADMINISTRAÇÃO                                     | 18.162.132,67         |

|                          |                |
|--------------------------|----------------|
| SEGURANÇA PÚBLICA        | 8.379.000,00   |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL       | 14.250.257,94  |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL       | 7.630.000,00   |
| SAÚDE                    | 40.547.457,43  |
| EDUCAÇÃO                 | 54.484.160,53  |
| CULTURA                  | 3.403.901,01   |
| DIREITOS DA CIDADANIA    | 306.430,00     |
| URBANISMO                | 57.374.117,66  |
| HABITAÇÃO                | 2.050.000,00   |
| SANEAMENTO               | 13.574.193,60  |
| AGRICULTURA              | 3.797.212,00   |
| INDÚSTRIA                | 1.480.000,00   |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS      | 3.968.268,00   |
| DESPORTO E LAZER         | 8.983.000,00   |
| ENCARGOS ESPECIAIS       | 6.325.000,00   |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA  | 4.844.492,06   |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS | 255.283.871,70 |

**IV - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa para o exercício financeiro de 2015:**

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA (Consolidado) POR CATEGORIA ECONÔMICA DE DESPESA e GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA |                |
|--|----------------|
| DESPESAS   | FIXADO 2015    |
| DESPESAS CORRENTES   | 166.986.603,12 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS   | 73.406.582,44  |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA   | 1.680.000,00   |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 91.900.020,68  |
| DESPESAS DE CAPITAL  | 72.505.426,52  |
| INVESTIMENTOS  | 67.860.426,52  |
| INVERSÕES FINANCEIRAS  | -              |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  | 4.645.000,00   |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA  | 550.000,00     |
| RESERVA DO RPPS (INDAPREV)   | 4.294.492,06   |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES   | 10.947.350,00  |
| TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA  | 255.283.871,70 |

**TÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DO ORÇAMENTO FISCAL (CF/88 art. 165, § 5º, I).**

**Seção I - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA (Órgão Central)**

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal (Órgão Central) para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$222.457.683,62

(duzentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos) e Fixa Despesa em R\$175.990.084,46 (cento e setenta e cinco milhões novecentos e noventa mil, e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) em conformidade dos anexos da presente lei.

Parágrafo 1º -Serão realizadas transferências financeiras a título de despesas com inativos e pensionistas a serem pagos com próprios do executivo, e pagamento de parcelamento de recursos previdenciários de exercícios anteriores ao INDAPREV (RPPS).

Parágrafo 2º -O valor de R\$46.467.599,16 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos) constitui-se em repasses financeiros (transferências financeiras) cotas concedidas aos Fundos, Fundações e ao Poder Legislativo Municipal (Câmara de Vereadores do Município).

**Seção II - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial, para o exercício financeiro de 2015 estima a Receita em R\$14.973.458,08 (quatorze milhões, novecentos e setenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) e fixa a Despesa em R\$40.587.457,43 (quarenta milhões quinhentos e oitenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$25.613.999,35 (vinte e cinco milhões seiscentos e treze mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

**Seção III - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial para o exercício financeiro de 2015 estima a Receita em R\$1.085.000,00 (um milhão e oitenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$9.982.900,00 (nove milhões novecentos e oitenta e dois mil e novecentos reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$8.897.900,00 (oito milhões oitocentos e noventa e sete mil e novecentos reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

**Seção IV - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência de Indaial para o exercício financeiro de 2015 estima receita em R\$100.000,00 (cem mil reais) e fixa despesa em R\$266.430,00 (duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e trinta reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$166.430,00 (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e trinta reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

**Seção V - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME**

Art. 6º - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich - FME de Indaial para o exercício financeiro de 2015 estima a Receita em R\$430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$3.717.000,00 (três milhões setecentos e dezessete mil reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$3.287.000,00 (três milhões e



duzentos e oitenta e sete mil reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

#### Seção VI - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - PREF. VICTOR PETTERS

Art. 7º - O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura Pref. Victor Petters para o exercício financeiro de 2015 estima a Receita em R\$45.880,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$3.403.901,01 (três milhões quatrocentos e três mil e novecentos e um real e um centavo) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$3.358.021,01 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil e vinte e um reais e um centavo) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

#### Seção VII - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE INDAIAL - FASSPI

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - FASSPI para o exercício financeiro de 2015 estima Receita e fixa a Despesa R\$4.267.357,94 (quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos) em conformidade dos anexos da presente lei.

#### Seção VIII - DOS SUBSÍDIOS E DA FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INDAIAL - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 9 - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Indaial - Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2015 estima recursos financeiros que serão repassados pelo Órgão Central do Tesouro Municipal por meio de Transferência Financeira sob a forma de subsídios da ordem de R\$5.144.248,80 (cinco milhões cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) fixando a Despesa no montante de R\$5.144.248,80 (cinco milhões cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) em conformidade dos anexos da presente lei.

### CAPÍTULO II

#### DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (CF/88 art. 165, § 5º, III).

#### Seção I - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL - INDAPREV (RPPS)

Art. 10º - O Orçamento Do Instituto De Aposentadorias e Pensões Dos Servidores Públicos Municipais De Indaial - INDAPREV (RPPS) para o exercício de 2015 estima Receita Orçamentária em R\$11.924.492,06 (onze milhões novecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais seis centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$7.630.000,00 (sete milhões seiscentos e trinta mil reais) em conformidade dos anexos da presente lei.

Parágrafo 1º - Fica fixado a Reserva do RPPS ao montante de R\$4.294.492,06 (quatro milhões duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais e seis centavos).

Parágrafo 2º - Também darão entrada no sistema financeiro Do Instituto De Aposentadorias e Pensões Dos Servidores Públicos Municipais De Indaial - INDAPREV as Transferências Financeiras providas de Juros e Amortização de Empréstimos e oriundas de

obrigações com Inativos e Pensionistas do Órgão Central do Poder Executivo.

### Capítulo III

#### Seção I - DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos dos artigos 31 e 32 da Lei Municipal nº 5.064/14 (LDO/15), obedecidas às disposições dos art. 7º, inciso I, e art. 43 da Lei Federal 4.320/64, a abrir ou remanejar créditos adicionais suplementares, por Decreto Municipal, até o limite de 1/3 (um terço) da Receita estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, quando utilizados como fonte de recursos os casos em que se menciona abaixo:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

III - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

Parágrafo 1º - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares e especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo 2º - Nos casos previstos do inciso III deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir ou remanejar créditos adicionais suplementares por Decreto, dentro de cada categoria de programação, definida pelo art. 4º, parágrafo único da Lei Municipal nº 5.064/14 (LDO/15), o saldo das dotações das categorias econômicas de despesa que o compõem.

Parágrafo 3º - Nos casos previstos do inciso III deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, definida pelo art. 4º, parágrafo único da Lei Municipal nº 5.064/14 (LDO/15), o saldo de Destinação de Recursos aprovados nesta Lei Orçamentária, a fim de atender as necessidades de execução do Orçamento.

Art. 12 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício financeiro de 2015, constantes no Anexo II, tabela 9 da LDO - Lei Municipal nº 5.064/14 e ou em Leis que vierem a alterá-la (LDO - Lei 5.064/14 art. 2 e 33).

Art. 13 - Os créditos à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, poderão ser utilizados, observando o disposto no inciso III, do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, segundo critérios estabelecidos pelo Anexo III, Tabela 10 previsto do art. 2º da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2015, seja, o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a tomar durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.



## Capítulo IV

## Seção I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - As despesas consignadas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante efetivamente ingressado.

Parágrafo único - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 16 - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17 - As operações de crédito ao longo do exercício de 2015 destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento só serão executadas e ou contratadas se autorizadas por Lei específica.

Parágrafo único - Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 18 - Autorizado por Lei específica, poderá o Executivo Municipal, conceder benefícios fiscais (Lei Municipal nº 5.064/14, art. 43 e 44).

Parágrafo único - Os benefícios fiscais de que tratam o caput deste artigo estão dispostos da Tabela 7 - De Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita do Anexo I - De Metas Fiscais do art. 2º da Lei Municipal nº 5.064/14 (LDO/15).

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover alienação de bens móveis inservíveis, mediante laudo de comissão especialmente instituída para esse fim.

Art. 20 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 21 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e outros da esfera Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta, indireta e fundacional.

Art. 22 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 277/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 277/2014.

Inexigibilidade nº 028/2014-10430

Objeto: Locação de imóvel para instalação de unidade de educação infantil - Rua Equador - Bairro das Nações.

Entrega dos envelopes: 23/12/2014.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 278/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

Licitatório nº 278/2014.

Tomada de Preços nº 005/2014-19208

Objeto: Construção de edificação em alvenaria com cobertura metálica destinada à academia de saúde com área de 79,19m².

Entrega dos envelopes: 27/01/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 27/01/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 147

Lei Complementar nº 147 de 22 de dezembro de 2014

Inclui § 8º, 9º, 10 e 11 a Subseção VI do art. 74 e dá nova redação ao artigo 207 da Lei Complementar 1045/97.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona de promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Inclui parágrafos 8º, 9º, 10 e 11 a Subseção VI do art. 74.

Subseção VI

§ 7º .....

§ 8º - Fica criada a Taxa de Exames e Projetos de Segurança Contra Incêndio, que será de 1,6% do valor da VRM (valor de referência municipal), por metro quadrado de área construída, cobrada por ocasião da concessão de habite-se das construções;

§9º - Fica criada a Taxa de Vistoria de Sistemas contra Incêndios, cobrada por ocasião da alteração ou renovação da Taxa de Licença e Localização, calculada sobre o metro quadrado de construção observado a seguinte proporção:

Construção-m²

1 metro a 50 metro - 2,00% da VRM

51 metros a 200 metros - 1,60% da VRM

201 metros a 1.000 metros - 1,20% da VRM

1001 a 50.000 metros - 0,60% da VRM - até o limite máximo de 5.000 metros de construção.

§10 - Para liberação do Alvará de Licença e Localização a partir do ano de 2016, fica condicionado a apresentação do Laudo de Vistoria dos Bombeiros para retirada do mesmo junto ao Setor de Tributação.

§11 - Ficam isentas de pagamento de taxas relativos aos §8º e §9º todos os imóveis públicos pertencentes aos governos Municipais, Estaduais e Federais.

§ 12 - Os valores a serem lançados para cobrança relativo as taxas dos §8º e §9º, deverão estar acompanhados de Laudo de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros da área construída.

Art. 2º - O artigo 207 passa a vigorar com a seguinte redação:

O Valor de Referência Municipal será reajustado mensalmente de acordo com a variação do IGPM, ou outro indexador que venha a substituí-lo.(NR)

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 22 de dezembro de 2014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1752

LEI Nº 1752 de 22 de dezembro 2.014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ipumirim Estado de Santa Catarina, aprovou e, eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL até o valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), no âmbito do Programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa, nos Termos da Portaria MCIDADES nº 53 de 1º de fevereiro de 2013 e suas alterações, no artigo 9º W da resolução CMN nº 2827, de 30 de março de 2001 e suas alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a operação objeto da Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que serão destinados a pavimentação de ruas do perímetro urbano do Município.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipumirim-SC,  
aos 22 dias do mês de Dezembro de 2014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1753

LEI Nº 1753 de 22 de dezembro de 2014.

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA COM A SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IPUMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 86 da Lei Orgânica deste Município faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Município de Ipumirim autorizado a realizar programa de cooperação técnico administrativa com a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim, visando executar as atividades de fiscalização dos Sistemas de Prevenção contra Incêndio.

Parágrafo Único- consideram-se atividades de fiscalização dos sistemas de prevenção contra incêndios, procedimentos que visem contatar, obter, estudar, analisar, consolidar, registrar informações e dados e emitir laudos sobre sistemas e equipamentos de segurança contra incêndio em edificações, necessários para o fornecimento de alvarás de construção, andamento de obras e habite-se, bem como de utilização de ambientes para funcionamento de estabelecimentos e atividades.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no artigo 12 da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Fica o Município autorizado a repassar os recursos financeiros arrecadados na execução dos programas dispostos no artigo 1º e parágrafo único da presente Lei, será depositado em conta especial, e repassado em favor da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim mediante Convênio .

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 22 de dezembro de 2014  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2014,  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: contratação de empresa para transporte de alunos da Educação Básica e Ensino Médio, residentes em Linha Jundiáí, interior do Município de Ipumirim, para escola no vizinho Município de Arabutã, para o exercício de 2015.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 22/12/2014  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2014,DISPENSA  
DE LICITAÇÃO Nº 22/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de serviços de suporte, sistema de Cadastro Escolar "Escola Via Net", Secretaria e manutenção de Sistema, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 22/12/2014  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 83, IL 7/2014/PM**

|  |   |
|--|---|
| <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b><br><br>CNPJ: 82.814.575/0001-02<br>AV. DOM PEDRO II, 230<br>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC | <b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b><br><br><b>Nr.: 7/2014 - IL</b><br><br><b>Processo Administrativo:</b><br><b>Processo de Licitação:</b> 83/2014<br><b>Data do Processo:</b> 22/12/2014 |
|  | Folha: 1/1  |

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 83/2014  
b ) Licitação Nr.: 7/2014-IL  
c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d ) Data Homologação: 22/12/2014  
e ) Objeto da Licitação: contratação de empresa para transporte de alunos da Educação Básica e Ensino Médio, residentes em Linha Jundiaí, interior do Município de Ipumirim, para escola no vizinho Município de Arabutã, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ANTONINHO ZANETTI-ME (9528)**

|   |  |     |      |        |       |       |
|---|--|-----|------|--------|-------|-------|
| 1 | passando de Linha Progresso Município de Arabutã a Linha Jundiaí acesso à propriedade de Wilmar Schwarzbach numa extensão de 9,8 km por dia. | DIA | 1,00 | 0,0000 | 54,50 | 54,50 |
|---|--|-----|------|--------|-------|-------|

**Total do Fornecedor: 54,50**

**Total Geral: 54,50**

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 84, DL 22/2014/PM**

|  |   |
|--|---|
| <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b><br><br>CNPJ: 82.814.575/0001-02<br>AV. DOM PEDRO II, 230<br>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC | <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b><br><b>Nr.: 22/2014 - DL</b><br><br><b>Processo Administrativo:</b><br><b>Processo de Licitação:</b> 84/2014<br><b>Data do Processo:</b> 22/12/2014 |
|  | Folha: 1/1  |

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 84/2014  
b ) Licitação Nr.: 22/2014-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 22/12/2014  
e ) Objeto da Licitação: contratação de serviços de suporte, sistema de Cadastro Escolar "Escola Via Net", Secretaria e manutenção de Sistema, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO LTDA (9077)**

|   |     |       |        |        |          |
|---|-----|-------|--------|--------|----------|
| 1 contratação de serviços de suporte, sistema de Cadastro Escolar "Escola Via Net", Secretaria e manutenção de Sistema, para o exercício de 2015. | SER | 12,00 | 0,0000 | 386,97 | 4.643,64 |
|---|-----|-------|--------|--------|----------|

**Total do Fornecedor: 4.643,64**

**Total Geral: 4.643,64**

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2743/2014

Decreto nº 2.743/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 14.580,00 (Quatorze mil quinhentos e oitenta reais), conforme discriminação seguinte:

|   |                    |               |
|---|--------------------|---------------|
| 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS        |                    |               |
| 02 – PODER EXECUTIVO                            |                    |               |
| 09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA              |                    |               |
| 2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos |                    |               |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (103)                | Aplicações Diretas | R\$ 14.580,00 |
| T O T A L R\$ 14.580,00                         |                    |               |

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

|   |                    |               |
|---|--------------------|---------------|
| 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS        |                    |               |
| 02 – PODER EXECUTIVO                            |                    |               |
| 09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA              |                    |               |
| 2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos |                    |               |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (104)                | Aplicações Diretas | R\$ 14.580,00 |
| T O T A L R\$ 14.580,00                         |                    |               |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 536/2014

PORTARIA Nº 536/2014.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 092/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a pedido, os efeitos da Portaria nº 092/2014 de

05/02/2014, que designou a servidora efetiva do Hospital Municipal Bom Jesus CRISTIANE KRÜGER para as atribuições de Coordenadora do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 22 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 537/2014

PORTARIA Nº 537/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a ARIADNE BARBOSA, servidora efetiva admitida para desempenhar o emprego público de Enfermeira - ESF, portadora da CNH Registro nº 06256432202, categoria B, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade do Fundo Municipal de Saúde, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 538/2014

PORTARIA Nº 538/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a ESENILDA TEREZINHA MIRANDA, servidora efetiva admitida para desempenhar o emprego público de Técnica de Enfermagem - ESF, portadora da CNH Registro nº 05842022415 categoria B, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade do Fundo Municipal de Saúde, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 539/2014**

PORTARIA N º. 539/2014.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 51, § 4º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

**Presidente:**

Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

**Secretária:**

Andressa Bendlin.

**Membros:**

Patrícia Fabiane Fronczak

Reinaldo Stasiak

Márcia Maria Kerscher

Cassiana Lais Brand Rodrigues.

Art. 2º. No caso de impedimento da Presidente, passará a substituí-la nessa condição a servidora Patrícia Fabiane Fronczak.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2015, ficando revogada a Portaria nº 321/2014 de 30/06/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 22 de Dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****D E C R E T O N. 264, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

D E C R E T O N. 264, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Declara fracassado o edital do Processo Licitatório n. 168/2014 do Município de Itapiranga SC, na modalidade Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

**D e c r e t a:**

Art. 1º. Fica declarado fracassado o Processo Licitatório 168/2014 do Município de Itapiranga SC, na modalidade Pregão Presencial, julgado em 18/12/2014.

Parágrafo único. A motivação do fracasso constante do caput deste artigo é em decorrência das empresas participantes não atenderem às exigências do Edital, ficando inabilitadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 265, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 265, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 166/2014, de 01/12/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, REGIS K. BITTENCOURT e RICARDO KRAEMER para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 166/2014, de 01/12/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 19/12/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 18 de dezembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração

#### **DECRETO Nº 262, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 262, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na fonte de recurso: 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
20.606.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria  
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 16 de dezembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

#### **DECRETO Nº 263, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 263, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Comissão para avaliar e fixar valor mínimo de locação de uma sala do Terminal Rodoviário Pedra Vermelha do município de Itapiranga SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.306/2006, de 4 de abril de 2006;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores, ADEMIR ROHDEN, MAURO JOSÉ DELAVY, NELSON ANTONIO ARENHARDT E IVAN ROHDEN para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão que irá avaliar e fixar o valor mínimo de locação a ser cobrado no Terminal Rodoviário "Pedra Vermelha", nesta cidade.

Parágrafo único. A nomeação constante no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de dezembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

#### **DECRETO Nº 266, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 266, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente Município de Itapiranga SC:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental  
12.362.0068.2035 - Manutenção do Ensino Médio  
33.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500,00

Artigo 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental  
12.362.0068.2035 - Manutenção do Ensino Médio  
33.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de dezembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

#### **DECRETO Nº 267, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 267, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 110 - Transf. de Rec. da União - Salário Educação, no valor de R\$ 50.300,00 (cinquenta mil e trezentos reais). Fonte de recurso: 113- Transf. Rec. do Estado - Transp. Escolar, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais):

06.01 - Secretária Municipal Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atv. Da Educação do Ensino Fundamental  
33.90.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de dezembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

#### **DISPENSA Nº 42/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório nº 42/2014  
Dispensa de Licitação nº 42/2014  
Partes: Fundo Municipal de Saúde e Christian Ody Weis.  
Objeto: Locação de espaço para funcionamento da Vigilância em Saúde (vigilância sanitária e vigilância ambiental - dengue).  
Fundamento: Inciso X, artigo 24, da Lei nº 8.666/93  
Valor: R\$ 18.000,00

Itapiranga - SC., 23 de dezembro de 2014  
Luis Carlos Steffenon  
Adm.do FMS

## **Itapoá**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº124/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: SILVA E DAL MOLIN PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA-ME, com sede á Rua des. Estanislau Cardoso, nº 389, Xaxim, Curitiba/PR, CEP: 81.810-380, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.663.333/0001-02, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. ERLON CARLON DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 016.661.919-14, e do CI.RG nº 5.554.682-7 SSP/PR.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 - PROCESSO Nº 164/2014;  
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de dança a fim de atender o Projeto verão 2014/2015, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.  
Valor total: R\$ 14.700,00 (catorze mil e setecentos reais)  
Data da assinatura: 19/12/2014;  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura e o seu término está condicionado à entrega do objeto ou até 10/02/2015.

Itapoá, 19 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº125/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: SIMPLES MARKETING PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, com sede á Rua Úrsula Ercone Cumin, nº 3245, Samambaia, Campo Largo/PR, CEP: 83.535-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.029.553/0001-81, representada neste ato por sócio administradora, a Sra. SIMONE MARIA NUNES, portador do CNPF/MF nº 819.994.709-82, e do CI.RG nº 4528457-3 SESP/PR.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 - PROCESSO Nº 164/2014;  
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de dança a fim de atender o Projeto verão 2014/2015, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.  
Valor total: R\$ 15.199,97 (quinze mil cento e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)  
Data da assinatura: 19/12/2014;  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura e o seu término está condicionado à entrega do objeto ou até 10/02/2015.

Itapoá, 19 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO N. 84/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 84/2014

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE BAIXA DEFINITIVOS .

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam ratificados o Termo de Baixa Definitivo nº. 01/2013/CP, o Termo de Baixa Definitivo nº. 02/2013/CP, o Termo de Baixa Definitivo nº. 03/2014/CP e o Termo de Baixa Definitivo nº. 04/2014/CP para fins de baixa patrimonial dos bens descritos, objetivando a aplicação dos princípios da economicidade e eficácia, evitando assim que os gastos com controle patrimonial superem os valores dos bens.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 03 de dezembro de 2014.

OSNI OCKER

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº10/2014**

RESOLUÇÃO Nº10/2014

Aprova a Instrução Normativa nº02/2014 que Dispõe sobre regulamentação de solicitação e prestação de contas de diárias no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itapoá.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, II, XIII e XXX do Regimento Interno:

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa nº02/2014 de 19 de dezembro de 2014, que regulamenta a solicitação e prestação de contas de diárias no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itapoá, conforme determina a Instrução Normativa N.TC nº14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Instrução Normativa nº02/2014, da Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá, é parte integrante desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 19 de dezembro de 2014.

Osni Ocker

Presidente

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONTROLE INTENO Nº02/2014**

Regulamentação a solicitação e prestação de contas de diárias no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itapoá.

A Controladoria Interna do Poder Legislativo de Itapoá, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 13 da Resolução nº17/2010 da Câmara de Vereadores de Itapoá, de 14 de abril de 2010, em concordância com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Itapoá e Lei Complementar Municipal nº009/05, de 19 de agosto de 2005, considerando o que rege a Lei Federal nº4320/64 e objetivando cumprir as disposições contidas na Instrução Normativa N.TC nº14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**INSTRUI O SEGUINTE REGULAMENTO**

Art. 1º - Fica regulamentada no âmbito do Poder Legislativo Municipal, a solicitação e prestação de contas de diárias aos servidores efetivos e em cargos comissionados, assessores, bem como aos vereadores e o Presidente da Câmara, conforme o que dispõe a presente Instrução Normativa, e em obediência à lei 4320/64 e Instrução Normativa N.TC nº14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Entende-se por diária para fins desta instrução, a compensação financeira estabelecida nos artigos 91 e 92 da Lei Complementar Municipal nº44/2014, e seus valores serão pagos conforme dispõe as Portarias nº01/2013 e nº02/2013 do Poder Legislativo de Itapoá/SC, ou outra norma que venha supri-la.

Art. 3º - A solicitação de diária será formalizada em formulário próprio, conforme o anexo I, parte integrante desta Instrução Normativa, que deverá ser preenchido e assinada pelo solicitante, autorizada pelo Presidente da Câmara de Vereadores e entregue ao setor contábil com pelo menos 3 (três dias) de antecedência.

§1º O pedido fora do prazo poderá ser acatado à critério do Presidente da Câmara, em casos de urgência fundamentada, demonstrando a necessidade da viagem por comprovado interesse público ou prejuízo à Câmara ou demais entes da administração pública caso o pedido seja rejeitado.

§ 2º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais em que comprovadamente não possa fazê-lo, fundamentando os motivos e demonstrando o interesse público, desde que acatado pelo Presidente da Câmara.

§ 3º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pelo Presidente da Câmara.

§ 4º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto será acompanhado da fundamentação que comprove a sua necessidade e conter a autorização da prorrogação concedida pelo Presidente da Câmara.

§ 5º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

§ 6º Os valores das diárias para viagens ao exterior fixados em moeda estrangeira devem ser convertidos e pagos em moeda nacional.

§ 7º O beneficiário é obrigado a restituir integralmente aos cofres públicos, por meio de depósito em conta bancária da Câmara de Vereadores de Itapoá, as diárias consideradas indevidas, apresentando cópia do efetivo depósito junto ao setor contábil, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 8º No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo 3 (três) dias úteis.

Art. 4º Os beneficiários deverão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prestar contas do benefício recebido, por meio do formulário de prestação de contas próprio, anexo II, integrante da presente Instrução Normativa, a fim de comprovar efetivamente a viagem, a participação e o cumprimento dos objetivos a que se destinava a diária, apresentando ao menos um documento de cada um dos incisos I e II ou I e III abaixo indicados:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.



## III - do cumprimento do objetivo da viagem:

a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;

b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem;

Parágrafo Único - No caso do inciso I deste artigo, não dispondo a Câmara de Vereadores de veículo próprio, será aceito como comprovante a nota fiscal de abastecimento de veículo particular.

Art. 5º - Não prestando contas o beneficiário no prazo estabelecido na presente Instrução Normativa, ou não cumprindo com os requisitos nela estabelecidos, deverá ressarcir aos cofres públicos no valor correspondente à diária, por meio de desconto a ser lançado na sua próxima folha de pagamento, nos termos do art. 156, §1º da Lei Complementar Municipal nº44/2014.

Art. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 19 de dezembro de 2014.

Maria Inês Vargem Yalçinkaya

Controladora Interna o Poder Legislativo

Osni Ocker  
Presidente

## ANEXO I

| SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA   |  |  |
|---|--|--|
| 1 – BENEFICIÁRIO(A)   |  | 2 – MATRÍCULA FUNCIONAL:                       |
| 3 – LOTAÇÃO:<br>C.M.V. I  | 4 – CARGO/FUNÇÃO:  |  |
| 5 – DESTINO:  | 6 – MEIO DE TRANSPORTE:<br>( ) RODOVIÁRIO - ( ) VEÍCULO OFICIAL<br>( ) VEÍCULO PRÓPRIO - ( ) AÉREO | 7 – QUILMETROS RODADOS:                        |
| 8 – HORÁRIO DE SAÍDA:<br>HORÁRIO DE SAÍDA:  |  | 9 – HORÁRIO DE CHEGADA:<br>HORÁRIO DA CHEGADA: |
| 12 – PERÍODO DA VIAGEM:   | 13 – NÚMERO DE DIÁRIA(S):  |  |
| 14 – preencher somente p/ depósito:<br>BCO: AG: C/C:  | 15 – VALOR DA DIÁRIA<br>R\$  | 16 – TOTAL A EMPENHAR:<br>R\$                  |
| 17 – FINALIDADE DA VIAGEM: _____  |  |  |
| _____   |  |  |
| _____   |  |  |
| Eu, Servidor, abaixo-assinado autorizo o Poder Lxecutivo descontar em minha folha de pagamento o valor desta diária, caso não apresente os documentos comprobatórios no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de chegada. |  |  |
| ASSINATURA/SOLICITANTE  |  |  |

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo o deslocamento do(a) solicitante acima, concedendo-lhe diária(s) no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ),

para os fins acima especificados, Nos termos da Instrução Normativa N-TC14/2012, Intrução Normativa IN-CI/CMI nº14/2014 do Controle interno da Câmara de Vereadores de Itapoá .

Itapoá-SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 201\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Ordenador de Despesa  
Presidente da Câmara

ANEXO II  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIA

|                            |                       |            |
|----------------------------|-----------------------|------------|
| Nome:                      |                       | Matrícula: |
| Cargo:                     | Destino:              |            |
| Data da Saída:             | Data do Retorno:      |            |
| Motivo da viagem:          |                       |            |
|                            |                       |            |
|                            |                       |            |
| DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS  |                       |            |
| Tipo do Documento e Número | Nome do Emitente/CNPJ |            |
|                            |                       |            |
|                            |                       |            |
|                            |                       |            |
|                            |                       |            |
|                            |                       |            |
| Obs:                       |                       |            |
|                            |                       |            |

Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_.

Beneficiário

## DADOS DO RECEBEDOR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

|  |                   |
|--|-------------------|
| Responsável:   | Matrícula:        |
| Comprovação Conferida e de Acordo: ( ) sim - ( ) Não             |                   |
| Em caso de devolução de diária anexar o comprovante do depósito: |                   |
|  |                   |
| Data: ____/____/201__.   | Assinatura: _____ |

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 348, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 348, de 19 de dezembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 e letra "c", do inciso II, do artigo 97 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o artigo 51 da Lei nº. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Bruna Rudolfo, Eliane Aparecida Rodrigues Eyng, Eliana Damann Costa e Tânia Maria Beling de Carvalho, sendo presidida pela primeira e secretariada pelo segundo.

Art. 2º - Integrarão a Comissão Permanente de Licitação como membros suplentes, Zuleide Dumes Hessmann e Joseane Rosa Sieves.

Art. 3º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Ituporanga será de 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

### LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 58, de 22 de dezembro de 2014

Altera as alíquotas do IPTU dispostas na Lei Complementar nº 2/2001 - Código Tributário Municipal - e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e II do § 3º do art. 176, da Lei Complementar nº 2, de 21 de dezembro de 2001 - Código Tributário do Município de Ituporanga, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 176. (...)

I - imóvel edificado: 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) do valor venal;

II - imóvel não edificado:

a) localizado em logradouro não pavimentado: 0,56% (zero vírgula cinquenta e seis por cento) do valor venal;

b) localizado em logradouro pavimentado: 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento) do valor venal

Art. 2º. Os incisos I e II do caput do art. 176, da Lei Complementar nº 2, de 21 de dezembro de 2001 - Código Tributário do Município de Ituporanga, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - imóvel edificado: 0,30% (zero vírgula trinta por cento) do valor venal;

II - imóvel não edificado:

a) localizado em logradouro não pavimentado: 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) do valor venal;

b) localizado em logradouro pavimentado: 0,71% (zero vírgula setenta e um por cento) do valor venal.

Art. 3º. Revoga-se § 2º do art. 176, da Lei Complementar nº 2, de 21 de dezembro de 2001 - Código Tributário do Município de Ituporanga.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições anteriores.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Município de Ituporanga

### LEI Nº 2.589, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.589, de 22 de dezembro de 2014.

Fixa normas para o licenciamento ambiental no Município de Ituporanga, institui taxas relativas ao licenciamento ambiental e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Considerando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 140/2011, que atribui aos Municípios a execução e implementação das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, fica autorizado o Município de Ituporanga a realizar os licenciamentos ambientais em seu âmbito.

Art. 2º. Para fins de cumprimento desta lei, utilizar-se-á como parâmetros os procedimentos dispostos no Decreto Estadual nº 2.955, de 20 de janeiro de 2010 e a listagem definida na Resolução do Consema nº 14/2012.

Art. 3º. Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia decorrente da emissão de autorização ambiental, licença simplificada, licença prévia, de instalação e de operação e respectivas renovações, para empreendimentos ou para o exercício de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Município e no interesse da proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

§ 1º A base de cálculo da Taxa Ambiental é o custo do serviço e o seu valor é apurado, mediante a aplicação das alíquotas próprias, constantes no Anexo Único.

§ 2º A Taxa é devida por ocasião do requerimento, inclusive por sua renovação, se cabível.

§ 3º São contribuintes da taxa a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, responsável pelo pedido de licença ambiental, em qualquer de suas modalidades.

Art. 4º. As taxas objeto desta lei serão calculadas de acordo com a tabela contida no Anexo Único, sendo lançada com base em enquadramento prévio declarado pelo requerente.

§ 1º Os critérios de cálculo das taxas variam, conforme o tipo de licença e o porte do empreendimento e, conforme o caso, de acordo a quantificação da atividade em unidades de medida ou utilização.

§ 2º Os parâmetros para definição do porte do empreendimento estão definidos no Anexo único desta lei.

§ 3º Caso, durante a análise dos documentos apresentados, fique demonstrado que as informações para enquadramento, prestadas pelo requerente, na forma do caput deste artigo, são falsas, será lançada de ofício a diferença da Taxa Ambiental, para imediato recolhimento pelo responsável pelo requerimento, e ainda a aplicação de multa no valor correspondente a duas vezes o valor da taxa.

§ 4º O processo administrativo de licenciamento ficará suspenso até o efetivo recolhimento da diferença de taxa apurada na forma do parágrafo anterior.

Art. 5º. As taxas deverão ser recolhidas previamente ao pedido das licenças ou de sua renovação, sendo seu pagamento pressuposto para análise dos projetos.

Parágrafo único. O prazo para recolhimento será o constante no documento de arrecadação.

Art. 6º. Aplica-se às taxas previstas na presente lei, no que couber, a legislação tributária do Município de Ituporanga.

Art. 7º. Os estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, licenciados ou não, que já se encontrarem em fase de implantação ou de operação no Município de Ituporanga até 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta lei, devem, no que couber, adequar-se ao disposto na presente norma.

Art. 8º. Sujeitam-se à autorização ambiental, definida nesta lei, a supressão de vegetação ou replantio e o exercício de atividades dependentes do ato regulatório, que tiverem início a partir da vigência da presente norma.

Art. 9º. Terão eficácia, no âmbito municipal, as licenças concedidas pelo órgão estadual de meio ambiente, antes da data de publicação desta lei, passando as atividades a submeterem-se ao regulamento municipal, depois de expirado o prazo de validade das mesmas, ou excedido 1 (um) ano da concessão da licença, o que ocorrer primeiro.

Art. 10. O descumprimento do disposto nesta lei torna os responsáveis pelo estabelecimento, empreendimento ou atividade, passíveis das penalidades previstas na legislação ambiental.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Município de Ituporanga

## ANEXO ÚNICO

### 1 - TABELA Nº 01

#### TABELA DE ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRAÇÃO AMBIENTAL

|                         |   | POTENCIAL POLUIDOR DEGRADADOR GERAL |     |     |
|-------------------------|---|-------------------------------------|-----|-----|
|                         |   | P                                   | M   | G   |
| PORTE DO EMPREENDIMENTO | P | P.P                                 | P.M | P.G |
|                         | M | M.P                                 | M.M | M.G |
|                         | G | G.P                                 | G.M | G.G |

1.1 O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos em Resolução do CONSEMA, que define por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

### 2 - TABELA Nº 02

#### VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

| LICENÇAS | CLASSE   |          |          |          |           |           |           |           |           |
|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|          | P.P      | M.P      | P.M      | M.M      | G.P       | P.G       | M.G       | G.M       | G.G       |
| LAP      | 198,19   | 350      | 611,56   | 1.067,94 | 1.601,91  | 1.868,10  | 2.669,86  | 3.267,29  | 5.715,97  |
| LAI      | 493,03   | 870,68   | 1.521,35 | 2.656,68 | 3.985,02  | 4.647,19  | 6.641,70  | 8.127,92  | 14.219,42 |
| LAO      | 986,07   | 1.741,38 | 3.042,73 | 5.313,42 | 7.970,12  | 9.294,48  | 13.283,54 | 16.256,00 | 28.439,12 |
| TOTAL    | 1.677,29 | 2.962,06 | 5.175,64 | 9.038,04 | 13.557,06 | 15.809,77 | 22.595,10 | 27.651,21 | 48.374,51 |

2.1 Nas Classes das tabelas acima, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

|   |           |
|---|-----------|
| Autorização Ambiental – AUA Certidões         | R\$ 64,80 |
| Autorização Ambiental – AUA para Suinocultura | R\$ 35,35 |

### 3 - TABELA Nº 3

**VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS**

|       | CLASSE     |          |            |          |            |          |
|-------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|
|       | I          |          | II         |          | III        |          |
|       | A          | B        | A          | B        | A          | B        |
|       | P.P OU M.P | P.M      | M.M OU G.P | P.G      | M.G OU G.M | G.G      |
| LAP   | 195,75     | 223,88   | 360,90     | 433,08   | 721,81     | 866,18   |
| LAI   | 541,97     | 649,39   | 1.082,72   | 1.299,27 | 987,16     | 2.598,54 |
| LAO   | 360,91     | 433,08   | 721,81     | 866,18   | 1.443,64   | 1.732,37 |
| TOTAL | 1.098,63   | 1.188,52 | 2.165,44   | 2.598,53 | 4.330,91   | 5.197,09 |

**4 - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)**

4.1 Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme determina a legislação ambiental em vigor, na determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, sem prejuízo dos valores estabelecidos no item 2 deste Anexo e de outros valores previstos em lei, serão acrescidos, em cada uma das fases do licenciamento, os seguintes custos dos serviços de análise:

**4.2 Custo total das análises**

CT = TT + VT + CE + CA + AP, onde:

**a) trabalho técnico**

TT = T x H (R\$ 85,00/hora)

**b) vistoria técnica**

VT = T x H (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R (R\$ 0,84/Km)

**c) consultoria externa**

CE = T x H (R\$ 150,00/hora)

**d) custo administrativo**

CA = (TT + VT + CE + AP) x 0,30

**e) audiência pública**

AP = T x H (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R (R\$ 0,84/Km)

**Legenda**

CT custo total

TT trabalho técnico

VT vistoria técnica

CE consultoria externa

CA custo administrativo

H número de horas trabalhadas

D número de dias trabalhados

R total de quilômetros rodados

T número de técnicos

V número de veículos

AP custo de audiência pública

OBS: Os valores já estão corrigidos de acordo com a Lei nº 15.940/2012 e portarias Fatima 33/2011, 123/2011 e 74/2012.

**LEI Nº 2.590, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2014.

Altera o anexo de metas fiscais (AMF) - demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) da Lei nº 2.584/2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o anexo de metas fiscais (AMF) - demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) da Lei nº 2.584/2014, conforme planilha anexa.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

# Joaçaba

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 285 DE 19 DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 285 DE 19 DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2011 - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC) faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Ficam alterados número de vagas dos cargos das Categorias 6, 13 e 19 do Anexo I - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL da Lei Complementar nº 211/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

#### Anexo I

#### Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal

| Categoria | Grupo    | Código do cargo | Nomenclatura          | Número de vagas |
|-----------|----------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| 6         | IV – TEP | 3.7             | Técnico em Enfermagem | 21              |
| 13        | V-TEC    | 6.6             | Enfermeiro            | 10              |
| 19        | V-TEC    | 8.6             | Médico                | 14              |

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### LEI Nº 4.552 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.552 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CRIAR O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME E INSTITUI O CONSELHO-GESTOR DO FME, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI :

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Fundo Municipal de Esportes - FME, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas esportivas, fomentando as práticas esportivas.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Esportes - FME é constituído por:

- I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função do desporto;

- II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados

ao FME;

III - recursos provenientes de repasses de convênios;

IV - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organização;

V - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FME; e

VI - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Art. 3º. FME será gerido pelo Diretor de Esportes, responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação de recursos financeiros, observadas as disposições aplicáveis.

Parágrafo único. A realização da gestão contará com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

Art. 4º. As aplicações dos recursos do FME serão destinadas às ações vinculadas aos programas e projetos esportivos que contemplem:

- I - fomento às entidades e associações desportivas;

- II - promoção do desporto comunitário, de iniciação e de rendimento;

- III - aperfeiçoamento em diversas áreas inerentes às modalidades desportivas;

- IV - ações que possibilitem o desenvolvimento do desporto em geral;

- V - participação em competições de todos os níveis, promovidas pelos órgãos vinculados ao Governo do Estado e ao Governo Federal;

- VI - disponibilização de áreas destinadas à prática de atividades esportivas.

Art. 5º. A contabilidade do Fundo Municipal de Esportes terá por objetivo evidenciar a sua atuação orçamentária, financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidos em Lei e normas da contabilidade pública.

Art. 6º. Caberá ao Poder Executivo municipal proceder à adequação orçamentária para a implementação do Fundo criado pela presente Lei.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 01º de janeiro de 2015.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### LEI Nº 4.557 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.557 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste - LIESJHO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 01.122.214/0001-01, destinados ao pagamento de despesas com a realização do Desfile das Escolas de Samba no exercício de 2015, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo, é fixado em R\$ 385.498,68 (trezentos oitenta e cinco mil quatrocentos noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), a ser repassado a partir de 01 de fevereiro de 2015,



sendo que a prestação de contas deverá ser feita no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento.

Art. 2º Fica autorizada a Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste - LIESJHO a realização e exploração comercial e publicitária do Desfile das Escolas de Samba e carnaval de blocos na Praça da Catedral.

Parágrafo único - A exploração publicitária do Desfile das Escolas de Samba e carnaval de blocos na Praça da Catedral compreenderá a utilização de espaços públicos para divulgação do evento.

Art. 3º A coordenação das atividades previstas nesta Lei será exercida pela Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste - LIESJHO.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento dos exercícios financeiros de 2015.

ÓRGÃO 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 06 GERENCIA DE EVENTOS

PROJ/ATIV 2.023 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **LEI Nº 4.560 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.560 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O RATEIO DE VALOR DO PMAQ - PROGRAMA DA MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a utilização de 30% do valor total repassado ao Município através do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), referente ao período de junho de 2013 a fevereiro de 2014, para rateio entre todos os profissionais da atenção básica, diretamente ligados ao Programa Estratégia da Família.

§ 1º. Não terão direito a integrar o rateio os profissionais que no período constante no caput estiveram em gozo de licença tratamento de saúde; por motivo de doença em pessoa da família, em gozo de licença gestação ou readaptados, por período igual ou superior a 30 dias, seguido ou intercalado;

§ 2º. Terá direito à percepção do rateio, de forma proporcional, o servidor que tenha trabalhado ao menos 75% do período citado no caput, em virtude do ingresso na equipe após junho de 2013 ou do desligamento antecipado, desde que a saída não seja decorrente de demissão por infração disciplinar.

Art. 2º - O rateio a que se refere o artigo anterior será pago com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, instituído pela Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, definido

através da Portaria nº 1.089, de 28 de maio de 2012, ambas do Ministério da Saúde.

Art. 3º - Farão jus ao rateio criado por esta lei, de forma igualitária, os servidores em atividade nas unidades de atenção básica que aderiram ao PMAQ, independentemente da categoria profissional, conforme relação e cargos descrita no Anexo I desta Lei.

Art. 4º - Os valores referentes às gratificações de desempenho referidas nesta lei serão atribuídos aos servidores que a elas fazem jus em função do alcance das metas de desempenho da unidade de lotação do servidor.

Art. 5º - As gratificações decorrentes desta lei não serão objeto de incorporação, para nenhum efeito.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.3.064.0

Valor: R\$ 160.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

#### **01/2014 TA 01 IMPRESS**

CONTRATO Nº 01/2014 - IMPRES - TA 01

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES, com sede a Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.298.824/0001-03 representado neste ato por sua diretora-presidente, Sra. ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede administrativa na Rua JOAO PESSOA, 134, 10º ANDAR, na cidade de CRICIÚMA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da C.I. nº 24.757 OAB/SC e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na cidade de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 01/2014/IMPRESS, firmado em 02/01/2014, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2013/IMPRES - EDITAL PP Nº 1/2013/IMPRES, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusivos, com acesso simultâneo de usuários, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 03 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Diante da prorrogação, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais).

**CLAUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014.  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora-Presidente

BETHA SISTEMAS LTDA  
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**12/2009 TA 07**

CONTRATO Nº 12/2009 - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e a Sra. THEA BERTA ELISABETH KLEINE, portadora do CPF nº 294.845.969-91, a seguir denominada simplesmente LOCADORA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2009, celebrado em 07 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 162/2008, instaurado através da Dispensa nº 25/2008, homologado no dia 15 de dezembro de 2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, casa mista, localizado na Rua Quintilhan Morgade, 86, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SENTINELA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 23.727,24 (vinte e

três mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LOCATÁRIO

THEA BERTA ELISABETH KLEINE  
LOCADORA

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

**DECRETO N 4.715 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO N 4.715 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 205.564,64 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do ensino fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-92

Valor: R\$ 198.938,89

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0058.000000-227

Valor: R\$ 6.625,75

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 1.035 Const. e ampliação Unidades e Parques de educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0058.000000-101

Valor: R\$ 6.625,75

Proj./Atividade: 1.037 Aquisição de Veículos-Educação

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-85

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 2.083 Manutenção da alimentação Escolar Ensino

Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-75

Valor: R\$ 79.084,69

Proj./Atividade: 2.098 Manutenção da alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-77

Valor: R\$ 115.467,50

Proj./Atividade: 2.099 Manutenção da alimentação Escolar Educação Pré-Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-79

Valor: R\$ 3.386,70

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.711 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.711 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo indicadas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 18 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

**DECRETO Nº 4.712 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.712 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Complementar nº 31/97 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os prazos para o recolhimento de Impostos e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM a vigorar para o exercício de 2015 a seguir discriminados:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM

FEVEREIRO

ISS FIXO - Autônomos e Profissionais Liberais

Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto .....15/02/2015

1ª Parcela .....15/02/2015

Renovação do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

(art.180, parágrafo 2º, Decreto-Lei 1948/99) .....20/02/2015

MARÇO

ISS FIXO

2ª Parcela .....15/03/2015

ABRIL

IPTU/COLETA DE LIXO

1ª Cota Única com 15% (quinze por cento) de desconto no IPTU .....13/04/2015

1ª Parcela ..... 13/04/2015

ISS FIXO

3ª Parcela .....15/04/2015

MAIO

IPTU/COLETA DE LIXO

2ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto no IPTU ....13/05/2015

2ª Parcela ..... 13/05/2015

ISS FIXO

4ª Parcela .....15/05/2015

JUNHO

IPTU/COLETA DE LIXO

3ª Parcela ..... 13/06/2015

ISS FIXO

5ª Parcela .....15/06/2015

JULHO

IPTU/COLETA DE LIXO

4ª Parcela .....13/07/2015

ISS FIXO

6ª Parcela .....15/07/2015

AGOSTO

IPTU/COLETA DE LIXO

5ª Parcela .....13/08/2015

ISS FIXO

7ª Parcela .....15/08/2015

SETEMBRO

IPTU/COLETA DE LIXO

6ª Parcela .....13/09/2015

ISS FIXO

8ª Parcela .....15/09/2015

OUTUBRO  
IPTU/COLETA DE LIXO  
7ª Parcela .....13/10/2015

ISS FIXO  
9ª Parcela .....15/10/2015

NOVEMBRO  
IPTU/COLETA DE LIXO  
8ª Parcela .....13/11/2015

ISS FIXO  
10ª Parcela .....15/11/2015

DEZEMBRO  
ISS FIXO  
11ª Parcela .....15/12/2015

MENSAL: ISS HOMOLOGADO - Recolhimento até o dia 15 do mês subsequente as operações realizadas.

Art. 2º No caso de descumprimento dos prazos fixados no CATRIM serão aplicados encargos de acordo com o disposto no Art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Art. 3º Fica fixado o valor de R\$ 34,61 como parcela mínima, para efeito de pagamento de IPTU.

Art. 4º Para efeito do disposto no art. 17 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações, a atualização monetária do IPTU para o exercício de 2015, fica fixada em 6,33% o que corresponde à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) nos últimos 12 meses.

§ ÚNICO - Caso aprovado pelo Legislativo o Projeto de Lei Complementar nº 313/2014 - nova Planta de Valores, e transformado em Lei pela sanção do Chefe do Poder Executivo, o percentual descrito no caput deste artigo será aplicado tão somente no Imposto Predial Urbano.

Art. 5º Para efeito do disposto no art. 340 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações o valor da UR, para o exercício de 2015, fica fixado em R\$ 86,53.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

JOAÇABA (SC), em 18 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

#### **DECRETO Nº 4.713 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 4.713 de 19 de DEZEMBRO de 2014

“APROVA REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MELHOR IDADE, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Centro de Referência da Melhor Idade, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do conselho em reunião ordinária no dia 11 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

Regimento Interno  
Do  
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MELHOR IDADE - CRMI

CAPÍTULO I  
Da Denominação, Sede, Natureza e Finalidade

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Centro de Referência da Melhor Idade.

Parágrafo único. A partir deste parágrafo o Centro de Referência da Melhor Idade de que trata o caput deste artigo será mencionada pela sigla CRMI.

Art. 2º - O CRMI está localizado na Rua Antônio Nunes Varela, no 1374, Vila Pedrini, município de Joaçaba - SC, em imóvel da Prefeitura Municipal, matrícula nºR3-8422 no Registro de Imóveis do 1º Ofício - Joaçaba/SC.

Art. 3º - O CRMI foi criado através da Lei no 3.677 de 24 de outubro de 2007, e tem por finalidade a execução e desenvolvimento da política de direitos dos idosos, promovendo a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de atividades que promovam a melhoria da condição de sociabilidade de idosos, redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Art. 4º - O CRMI é de responsabilidade do poder público municipal, mantido com recursos próprios e transferência fundo a fundo das demais esferas de governo.

§ 1º - A mantenedora oficial do CRMI é a Secretaria Municipal de Assistência Social por meio do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Joaçaba.

§ 2º - Os serviços ofertados no CRMI poderão ser acessados por qualquer idoso, desde que residentes no Município de Joaçaba.

§ 3º - Os familiares dos idosos somente poderão participar das atividades/eventos quando o CRMI entender que é cabível.

Art. 5º - O CRMI funcionará de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 19:00 horas.

§ 1º - Nos finais de semana ou feriados, o CRMI poderá funcionar para a realização de eventos promovidos pela equipe de servidores do Centro ou pelos Grupos de Idosos cadastrados, desde que o pedido seja formalizado e deferido pela Secretaria de Assistência Social.

§ 2º - Nas dependências do CRMI não é permitido o consumo de bebida alcoólica, de tabaco e cobrança de valor monetário de qualquer título.

CAPÍTULO II  
Do Acolhimento

Art. 6º - O CRMI atenderá idosos de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais.

Art. 7º - Poderão participar das atividades ofertadas, voluntários cadastrados nos Grupos de Idosos (bairros e interior), sendo ofertados aos voluntários, no máximo 03 (três) vagas por atividade, desde que haja disponibilidade de horário.



Art. 8º - Terão prioridade de acessar as atividades todas as pessoas maiores de 60 (sessenta) anos, residentes em Joaçaba.

Parágrafo único - Em cada turma de atividade proporcionada serão disponibilizados duas vagas para o público prioritário da Assistência Social, o não preenchimento das vagas, acarretará na sua disponibilização para os demais usuários.

Art. 9º - A recepção dos usuários dar-se-á através de acolhida, do preenchimento da ficha de identificação, bem como, apresentação da estrutura física e integração com demais participantes.

Art. 10 - Os usuários participantes das atividades ofertadas ficarão sob a responsabilidade da coordenação e demais servidores que atuam no CRMI, sendo que, na ausência da coordenação, a responsabilidade é do servidor da equipe da atividade em que o usuário se encontra naquele momento.

### CAPITULO III

#### Da Equipe de Trabalho

##### Seção I - Dos Servidores

Art. 11 - O Centro de Referência da Melhor Idade conta com a seguinte equipe de servidores, contratados pelo Município de Joaçaba/SC:

I - Coordenação;

II - Assessor Administrativo ou Técnico Administrativo;

III - Profissionais habilitados;

##### Seção II - Da Carga Horária

Art. 12 - O horário de trabalho dos servidores será fixado em portaria específica.

Art. 13 - Os servidores poderão trabalhar em horários diferentes desde que prévia e formalmente autorizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

##### Seção III - Das Responsabilidades e das Atribuições

Art. 14 - São responsabilidades dos servidores:

a) Exercer as funções que lhes compete, conforme o cargo assumido e as atribuições inerentes a ele;

b) Respeitar e seguir os princípios que norteiam a metodologia do trabalho;

c) Cumprir a carga horária estabelecida, conforme portaria;

d) Zelar pela conservação dos materiais e equipamentos;

e) Manter absoluto sigilo dos casos e atendimentos ocorridos no CRMI;

f) Comunicar imediatamente e formalmente a coordenação qualquer dificuldade encontrada no desenvolvimento das atividades;

g) Ao detectar a falta ou estrago de qualquer material comunicar imediatamente e formalmente a coordenação;

h) Relatar informações importantes aos responsáveis do CRMI.

Art. 15 - As atribuições de cada servidor estão especificadas no Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura de Joaçaba.

Parágrafo Único - Os servidores do CRMI deverão ainda realizar as atribuições constantes nas orientações dos serviços de proteção social básica que dizem respeito ao idoso.

Art. 16 - Aos servidores que descumprirem as atribuições constantes neste regimento, serão aplicadas as medidas previstas no estatuto do servidor público municipal.

##### Seção IV - Do Uso dos Equipamentos

Art. 17 - O uso dos utensílios de copa e cozinha e dos aparelhos e equipamentos diversos existentes no CRMI está restrito aos interesses do centro e deverão ser utilizados com cuidado e zelo.

### CAPÍTULO IV

#### Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 18 - São órgãos de fiscalização do CRMI:

I - Conselho Municipal do Idoso de Joaçaba;

II - Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS;

Parágrafo Único - Os órgãos acima citados fiscalizarão o funcionamento do CRMI, sendo que cientes de qualquer irregularidade comunicarão formalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social e a coordenação para que tomem as providências cabíveis.

### CAPÍTULO V

#### Seção I - Das regras de convívio social

Art. 19 - Para o bom convívio social o CRMI adotará as seguintes regras como deveres dos usuários:

a) Respeitar a equipe técnica e de trabalho, bem como demais usuários e voluntários;

b) Contribuir para a preservação da estrutura física do CRMI;

c) Zelar pela manutenção, cuidado e organização de materiais e objetos recebidos;

d) Zelar pelos seus pertences pessoais quando da participação das atividades;

e) Respeitar as orientações recebidas, bem como as regras do CRMI;

f) Frequentar as atividades e participar dos Grupos realizados pelo CRAS;

g) Incentivar idosos do público prioritário a participar das atividades ofertadas no CRMI;

Art. 20 - Em benefício de todos os usuários não será admitida a permanência de animais de qualquer espécie.

#### Seção II - Das Medidas Disciplinares

Art. 21 - É vedado submeter os idosos e demais participantes do CRMI, à constrangimento ou violência física ou emocional.

Art. 22 - Quando o idoso não cumprir com suas obrigações e normas será submetido às consequências gradativas pela Coordenação do CRMI de acordo com o grau de desobediência:

I - Advertência verbal;

II - Advertência por escrito;

III - Suspensão por 30 dias e, se reincidente, suspensão por 180 dias.

#### Seção III - Do Atendimento A Saúde

Art. 23 - Os usuários que estando em atividades no CRMI e forem acometidos por mal súbito serão atendidos pelo Sistema Único de Saúde do Município ou SAMU, conforme o caso.

Parágrafo Único - Em caso de emergência os usuários serão levados ao ESF do Bairro Vila Pedrini, e se necessário encaminhado para unidade hospitalar. Concomitante, serão comunicados os familiares.

#### Seção IV - Das Atividades

Art. 24 - As atividades serão norteadas pelas orientações dos serviços referentes a política do idoso e pela tipificação dos serviços socioeducativos executados por meio de projetos a serem



elaborados pela equipe de servidores, podendo contar com a colaboração de voluntários e possíveis parceiros do CRMI.

Art. 25 - Serão ofertados, sempre que possível as seguintes atividades:

- a) Atividades Físicas;
- b) Atividades Culturais
- c) Atividades de Lazer;
- d) Atividades Esportivas
- e) Atividades de Artesanato;
- f) Atividades Educativas;
- g) Atividades Informativas;
- h) Atividades Socioeducativas.

§ 1º - Para participar das diversas atividades haverá um cronograma constando horário e turmas fixado em lugar visível.

§ 2º - No início de cada ano será elaborado cronograma de execução de atividades onde será definido o número de turmas e participantes por turmas.

§ 3º - A participação em determinada atividade em um ano não é pré requisito para a participação no ano subsequente na mesma turma ou horário. No início de cada ano será expedido edital para inscrições nas atividades, divulgado na página do município e afixado na sede do CRMI e na Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 4º - Os usuários poderão acessar o espaço físico do CRMI para realizar as atividades de segunda a sexta feira das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 18:00.

§ 5º - É vedada a utilização da cancha de bocha fora do horário estabelecido no parágrafo anterior.

§ 6º - As inscrições serão por livre demanda e por escolha do usuário.

## CAPÍTULO VII

### Da Documentação

Art. 26 - Serão mantidas no arquivo do CRMI, dados pessoais e de saúde dos idosos participantes das atividades, bem como documentação administrativa e técnica.

Parágrafo Único - A documentação administrativa refere-se à ficha de identificação do usuário, calendário individual de atividades, livro ponto, listas de presença de todas as atividades, registro de patrimônio, cadastro individual dos funcionários, banco de voluntários, avisos e ofícios em geral, entre outros.

Art. 27 - Para inscrever-se nas atividades de Hidroginástica e Ginástica é obrigatória a apresentação de Atestado Médico, declarando estar em condições de participar de tais atividades.

§1º - Além do atestado os participantes de atividades físicas e esportivas assinarão uma declaração responsabilizando-se por estar apto a fazer a mesma.

§2º - O profissional ao observar mudança no estado de saúde do idoso deverá solicitar formalmente um novo Atestado Médico para continuar apto a realizar as atividades físicas.

Art. 28 - As ações e experiências vivenciadas no CRMI deverão ser registradas, bem como informadas nos instrumentos informatizados, resguardando a responsabilidade pública pelo serviço.

## CAPÍTULO VIII

### Do Trabalho dos Voluntários

Art. 29 - Poderão ser prestados serviços voluntários no CRMI em benefício direto/indireto dos usuários, mediante prévia e formal

autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e programação da coordenação.

Parágrafo Único - Os trabalhos voluntários dizem respeito a colaboração nas atividades relacionadas no Art. 26, e ações voltadas para a área da saúde, especialmente estágio gratuito obrigatório.

Art. 30 - Os trabalhos voluntários poderão ser prestados por pessoas da comunidade e região e/ou mediante convênio ou em parceria com empresas locais, obedecendo às regras do presente Regimento, bem como, do sigilo inerente à atividade.

Art. 31 - As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários serão orientadas pela coordenação e técnico de referencia, devendo estar vinculadas às ações e projetos do CRMI ou mediante aprovação do seu plano de trabalho.

Art. 32 - Os interessados deverão preencher ficha de inscrição e firmar Termo de Adesão de Voluntariado.

Art. 33 - As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários não deverão ultrapassar a duas horas semanais ou oito horas mensais.

Art. 34 - É vedado ao voluntário interferir nas atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho.

Art. 35 - É permitido aos voluntários participar das reuniões organizadas pela coordenação, para avaliação dos projetos e integração com os objetivos do programa.

Art. 36 - O trabalho voluntário restringe-se às atividades propostas, não incluindo acesso as informações confidenciais e discriminatórias, bem como informações pessoais dos usuários.

## CAPÍTULO IX

### Das Disposições Gerais

Art. 37 - O presente regimento interno poderá ser alterado, mediante adendo, através da aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referendado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião convocada para esta finalidade, de acordo com as necessidades da dinâmica de trabalho do CRMI, devendo ser aprovado por ato do Chefe do Executivo.

Art. 38 - A equipe de trabalho diligenciará da melhor forma a receber a equipe de fiscalização prevista neste Regimento Interno.

Art. 39 - Fica estabelecido que tanto os servidores quanto os idosos terão que respeitar os horários, normas e rotinas estabelecidos neste Regimento Interno.

Parágrafo Único - As normas e rotinas para as atividades e utilização dos espaços serão elaboradas pela equipe e aprovadas pelo Conselho no prazo de até 180 dias após a publicação deste Regimento Interno, sendo revistas anualmente até a última reunião do Conselho.

Art. 40 - Os grupos que realizam seus encontros nas dependências do CRMI estão sujeitos ao cumprimento das regras e normas já estabelecidas.

§1º - As monitoras ou membros da diretoria dos grupos de que trata o caput deste artigo ficam expressamente proibidas de cobrar qualquer valor dos idosos seja qual for a finalidade.

Art. 41 - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a coordenação e referendados pelos órgãos fiscalizadores.

Art. 42 - Este regimento interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

Joaçaba, 11 de dezembro de 2014.

#### **EXTRATO PL 35/2014/FMS - TP 05/2014/FMS**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2014/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2014/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem das Unidades de Saúde (ESFs) do Município de Joaçaba, SC. Forma de julgamento: Menor preço. Data da abertura: Dia 22/01/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 22/01/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações - Avenida XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba - SC. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 22 de dezembro de 2014.

MARCOS WEISS

Gestor do FMS

#### **EXTRATO PL 36/2014/FMS - IN 4/2014/FMS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2014 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2014 - FMS

##### **1 - DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

##### **2 - DA JUSTIFICATIVA**

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

##### **3 - DAS CREDENCIADAS**

- VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. Luis Antonio Lima da Cunha, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 5.423.619 e CPF nº 696.470.030-72.

- SIIM - SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Miguel Igor Russowski, portador da Carteira de Identidade nº 191.056 e CPF nº 400.941.389-15.

##### **4 - DO VALOR**

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2015, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

##### **5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

##### **2.014 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - CEM**

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000000 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000000 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0057.000000 - Aplicações Diretas

##### **2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

##### **6 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 22 de dezembro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS WEISS

Secretário

#### **HOMOLOG PL 85/2014 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 85/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 57/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

VENCEDOR:

GUILHERME BRAGHIROLI-ME

VALOR R\$ 627.670,00

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA-ME

VALOR R\$ 692.120,00

SUPERMERCADO RANSAN LTDA

VALOR R\$ 1.215,040,30

TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$ 411.462,00

Fiscais : José Otavio Dalmedico e Fernanda Lunardi

##### **2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.**

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

José Luiz Junqueira de Carvalho

Secretário

**HOMOLOG PL 88/2014**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 88/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 88/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 61/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal

VENCEDOR:

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA

VALOR R\$ 123.614,50

POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA

VALOR R\$ 706.420,00

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

VALOR R\$ 151.750,00

POSTO ESTRELA LTDA

VALOR R\$ 121.797,50

Fiscais : Ilton Antonio Schmitz

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

**HOMOLOG PL 89/2014 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 89/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 62/2014/PMJ.

Objeto: a aquisição de 02 (dois) televisores, destinados ao acesso da 11ª CIRETRAN ao sistema de vídeo monitoramento das vias públicas do Município de Joaçaba.

VENCEDOR:

TARCIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

VALOR R\$ 3.120,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

**LEI Nº 4.556 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.556 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA PAGAMENTO DE VALORES EM VIRTUDE DAS OBRAS DO PARQUE MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de

Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba autorizado a pagar à Sra. Maria Mirtes Breda, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 484.170.179-68, o valor de até 01 (um) salário mínimo nacional mensal a título de auxílio aluguel, até a cassação da liminar ou transito em julgado do processo judicial n. 037.14.000561-3.

§ 1º. Tal despesa é medida preventiva objetivando garantir a realização da obra de construção do Parque Municipal a ser realizada na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba.

§ 2º. O pagamento fica condicionado à apresentação de contrato de locação pelo beneficiário.

Art. 2º. Os valores serão pagos até o dia 30 de cada mês subsequente ao vencido.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

**LEI COMPLEMENTAR Nº 282 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 282 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2001, QUE INSTITUIU A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA; ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 173/2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica revogada na íntegra a Lei Complementar n. 53/2001 que instituiu a Fundação Municipal de Esportes e Eventos do Município de Joaçaba, extinguido-se a Fundação Municipal de Esportes e Eventos - FEEJ e sua sucedânea, nos termos do art. 26, da Lei Complementar n. 173/2009, a Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE.

§ 1º. Com a extinção da FEEJ e da FMCE, na forma prevista no caput deste artigo, os patrimônios serão revertidos ao Município de Joaçaba, e os servidores lotados naqueles órgãos serão redistribuídos no quadro de pessoal do Município de Joaçaba, nos termos do art. 38, da Lei Complementar n. 76/2003.

§ 2º. Os servidores serão redistribuídos procedendo-se sua lotação na Secretaria Municipal de Educação, na Diretoria de Esportes e na Gerência de Cultura, de acordo com a necessidade e o interesse público, observando-se as atribuições dos cargos.

§ 3º. As obrigações contratuais assumidas pela Fundação Municipal de Cultura e Esportes passarão a ser de responsabilidade do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 2º. Ficam inseridos no art. 5º, da Lei Complementar n. 173/2009, os incisos XI e XII, que passam a vigorar com a seguinte redação:

## Art. 5º

...

XI - Diretoria de Esportes:

a) Assessoria de Esportes;

XII - Gerência de Cultura:

a) Assessoria de Cultura;

b) Assessoria Administrativa da Gerência de Cultura.

Art. 3º. Ficam inseridos no art. 7º, da Lei Complementar n. 173/2009, os parágrafos 9º e 10, que passam a vigorar com a seguinte redação:

## Art. 7º.

...

§ 9º. Cabe à Diretoria de Esportes: desenvolver a prática do esporte no Município de Joaçaba através das seguintes ações:

I - promover a execução do Plano Municipal de Esportes e Eventos;

II - orientar, fomentar e promover a prática de atividades esportivas;

III - instituir programas de aperfeiçoamento e difusão de práticas esportivas, promovendo parcerias com entidades públicas e privadas;

IV - celebrar convênios, parcerias, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, com o objetivo de desenvolver o desporto educacional, de participação e de rendimento;

V - adotar medidas destinadas à captação dos recursos necessários e indispensáveis ao desenvolvimento e divulgação das atividades esportivas;

VI - desempenhar atividades de pesquisa, planejamento, coordenação, controle, avaliação e divulgação de métodos e técnicas necessárias à evolução e expansão das práticas esportivas no Município;

VII - incentivar as competições esportivas locais e regionais.

§ 10. Cabe à Gerência de Cultura promover o desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e folclóricas no âmbito do Município de Joaçaba, em observância a política municipal voltada à cultura, valorizando e difundindo as manifestações culturais da comunidade local.

Art. 4º. Ficam revogados na íntegra a alínea b, do inciso IX, do art. 3º; os artigos 25 e 26; e o Anexo II, todos da Lei Complementar n. 173/2009.

Art. 5º. Ficam alterados o inciso IX, do art. 19; e o parágrafo 2º, do art. 29, da Lei Complementar n. 173/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

## Art. 19.

...

IX - formular e executar as políticas culturais, recreativas e desportivas, em articulação com a Diretoria de Esportes e a Gerência de Cultura;

## Art. 29

...

§ 2º. O Procurador Geral do Município, o Chefe de Gabinete do Prefeito, os Secretários Municipais, os Coordenadores Municipais, o Presidente do Instituto de Previdência do Município e o Diretor de Esportes, são considerados, para todos os efeitos legais, ordenadores primários das despesas das unidades e órgãos que lhes são subordinados.

Art. 6º. Fica revogada a tabela, constante do Anexo IV, da Lei Complementar n. 173/2009, que trata das funções gratificadas da Fundação Municipal de Cultura e Esportes; inserindo-se no Anexo IV, da Lei Complementar n. 173/2009 as funções gratificadas da Diretoria de Esportes e da Gerência de Cultura, que passam a

vigorar com a seguinte redação:

## ANEXO IV

## DIRETORIA DE ESPORTES

| Funções de Confiança   | Código | Qnt | Valor (R\$) |
|--|--------|-----|-------------|
| Chefe da Coordenação Técnica   | FC - 1 | 01  | 698,96      |
| Chefe do Setor de Eventos Esportivos                                   | FC - 1 | 01  | 698,96      |
| Chefe do Setor de Fiscalização de Parcerias e Convênios e Planejamento | FC - 1 | 01  | 698,96      |
| Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário                        | FC - 1 | 01  | 698,96      |

## GERÊNCIA DE CULTURA

| Funções de Confiança                   | Código | Qnt | Valor (R\$) |
|--|--------|-----|-------------|
| Chefe do Setor das Oficinas Artísticas | FC - 1 | 01  | 698,96      |

Art. 7º. Ficam inseridos no Anexo I, da Lei Complementar n. 173/2009, no quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta, do Gabinete do Prefeito Municipal, os seguintes cargos:

## ANEXO I

## GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

| Cargos   | Quantidade | Códigos |
|--|------------|---------|
| Diretor de Esportes                            | 01         | CC-2    |
| Assessor de Esportes                           | 01         | CC-5    |
| Gerente de Cultura                             | 01         | CC-3    |
| Assessor de Cultura                            | 01         | CC-5    |
| Assessor Administrativo da Gerência de Cultura | 02         | CC-5    |

Art. 8º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 01º de janeiro de 2015.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

## LEI COMPLEMENTAR Nº 283 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 283 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 211, QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica revogado na íntegra o Anexo VI, da Lei Complementar n. 211/2011.

Art. 2º. Fica alterado, no Anexo I, da Lei Complementar n.



211/2011, o cargo de item 4.7, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL  
(...)

| Categorias | Grupo   | Código do Cargo | Nomenclaturas            | Número de vagas | Carga horária semanal | A-I R\$  |
|------------|---------|-----------------|--------------------------|-----------------|-----------------------|----------|
| 9          | V - TEC | 4.7             | Professor (Licenciatura) | 30              | 40                    | 1.697,00 |

Art. 3º. Ficam alteradas as atribuições e requisitos para o cargo de Professor, constante do Anexo II, da Lei Complementar n. 211/2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

PROFESSOR

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- Desenvolver atividades inerentes à Diretoria de Esportes e à Gerência de Cultura, desenvolvendo programas, escolinhas para treinamento esportivo da iniciação ao rendimento e escolinhas de artes, realizando controle de participação, e elaborando relatórios de atividade.
- Participar de competições esportivas e/ou culturais, acompanhando e orientando os atletas e alunos.
- Participar da organização e realização de eventos esportivos e/ou culturais.
- Ministras aulas conforme determinações da Administração.
- Executar outras tarefas afins.

REQUISITOS PARA O CARGO

Formação: Licenciatura Plena específica na área de atuação, sendo que para as atividades na Diretoria de Esportes e da Gerência de Cultura serão exigidas habilitações conforme a área de atuação, nos seguintes termos:  
(...)

Art. 4º. Fica suprimida no Anexo IV - Tabela de enquadramento da Lei Complementar n. 211/2011, a expressão "Tabela de Enquadramento da Fundação Municipal de Cultura e Esporte", mantendo-se as tabelas de dos cargos de professor com magistério, professor e professor pós-graduado.

Art. 5º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 01º de janeiro de 2015.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

## LEI COMPLEMENTAR Nº 284 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 284 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC) Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei Complementar regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo Único - Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

### CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

#### SEÇÃO I DAS DIRETRIZES

Art. 2º - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para

tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º - Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

#### SEÇÃO II DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA INSCRIÇÃO

Art. 4º - É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempreendedor individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º - A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:



I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º - Os órgãos competentes disporão do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da realização da consulta do REGIN e mediante apresentação da documentação, para emitir o respectivo parecer, o qual será pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º - O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do art. 18, § 22-B, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 4º - Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade pelo REGIN, podendo ser feita diretamente na prefeitura.

§ 5º - A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 5º - O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º - A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 4º desta lei.

§ 2º - A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º - No primeiro exercício o microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à sua inscrição.

§ 4º - A partir do segundo ano da inscrição municipal, a taxa do alvará de licença para localização e fiscalização de funcionamento será lançada com o valor de 0,5 da U.R. para os microempreendedores individuais.

Art. 6º - Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

§ 1º Nos casos referidos no caput deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I - instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

II - em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

§ 2º O Alvará de funcionamento será cancelado se após a fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos.

§ 3º O Município deverá regulamentar o grau de risco das atividades no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º - O MEI fica isento de taxas e outros valores relativos à fiscalização da Vigilância Sanitária.

### SEÇÃO III DA BAIXA DE ATIVIDADE

Art. 7º - A baixa de atividade referente a empresários e pessoas jurídicas ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

§ 1º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 3º A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 4º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 5º O Município tem o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 6º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

Art. 8º - Não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas:

I - excetuados os casos de autorização prévia, quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo

para comprovação do endereço indicado;

III - comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

Art. 9º - Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

#### SEÇÃO VII

##### DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSÓRIAS

Art. 10 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I - emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II - manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes. § 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

§ 2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

§ 3º A exigência de declaração única pela Receita Federal do Brasil, conforme art. 25 da Lei Complementar 123/2006, não sobriga a prestação de informações relativas a terceiros.

§ 4º É vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional além daquelas estipuladas pelo CGSN e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como, o estabelecimento de exigências adicionais e unilaterais pelos entes federativos, exceto os programas de cidadania fiscal.

§ 5º. A escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente não poderá ser exigida da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo se, cumulativamente, houver:

I - autorização específica do CGSN, que estabelecerá as condições para a obrigatoriedade

II - disponibilização por parte da administração tributária estipulante de aplicativo gratuito para uso da empresa optante

§ 6º. A exigência de apresentação de livros fiscais em meio eletrônico aplicar-se-á somente na hipótese de substituição da entrega em meio convencional, cuja obrigatoriedade tenha sido prévia e especificamente estabelecida pelo CGSN.

§ 7º As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

§ 8º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I - deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo MEI para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

§ 9º. Cabe ao CGSN dispor sobre a exigência da certificação digital para o cumprimento de obrigações principais e acessórias por parte da microempresa, inclusive o MEI, ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, inclusive para o recolhimento do FGTS.

§ 10. O CGSN poderá disciplinar sobre a disponibilização, no portal do SIMPLES Nacional, de documento fiscal eletrônico de venda ou de prestação de serviço para o MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional

§ 11. O desenvolvimento e a manutenção das soluções de tecnologia, capacitação e orientação aos usuários relativas ao disposto no § 8º, bem como as demais relativas ao Simples Nacional, poderão ser apoiadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

§ 12. O ato de emissão ou de recepção de documento fiscal por meio eletrônico estabelecido pelas administrações tributárias, em qualquer modalidade, de entrada, de saída ou de prestação, na forma estabelecida pelo CGSN, representa sua própria escrituração fiscal e elemento suficiente para a fundamentação e a constituição do crédito tributário

§ 13. Os dados dos documentos fiscais de qualquer espécie podem ser compartilhados entre as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando emitidos por meio eletrônico, na forma estabelecida pelo CGSN, a microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional fica desobrigada de transmitir seus dados às administrações tributárias.

#### CAPÍTULO II

##### DO REGIME TRIBUTÁRIO

##### SEÇÃO I

##### DA INSTITUIÇÃO E RECOLHIMENTO

Art. 11 - Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 12 - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviço - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº123/2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 13 - Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconseilhar tratamento fiscal diferente, a autoridade fiscal poderá exigir ou autorizar o recolhimento do Imposto por estimativa para microempresas e empresas de pequeno porte, na forma prevista no Código Tributário Municipal.

§ 1º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 2º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 14 - A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no

mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 15 - As empresas que executarem serviços exclusivos de contabilidade, e sejam optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISSQN de forma fixa, conforme determinado no Código Tributário Municipal, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 16 - Os microempreendedores individuais ficam dispensados da impressão do livro de registro de ISSQN, bem como da utilização da ferramenta eletrônica adotada pelo

município.

Art. 17 - Os microempreendedores individuais pagarão, a título de ISSQN, o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) mensais, corrigido de acordo com determinação do Comitê Gestor do Simples Nacional.

#### SEÇÃO II DA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

Art. 18 - A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

Art. 19 - A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;

II - for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade de que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III - for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV - a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;

V - tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;

VI - a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

VII - comercializar mercadorias objeto de contrabando ou desca-minho;

VIII - houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

IX - for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X - for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do caput do art. 10;

XII - omitir de forma reiterada da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, ardis ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável segundo o regime especial previsto nesta Lei Complementar.

§ 3º A exclusão de ofício será realizada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, cabendo o lançamento dos tributos e contribuições apurados aos respectivos entes tributantes.

§ 4º A competência para exclusão de ofício do Simples Nacional obedece ao disposto no art. 23, e o julgamento administrativo, ao disposto no art. 29, ambos desta Lei Complementar.

§ 5º Nas hipóteses de exclusão previstas no caput, a notificação: I - será efetuada pelo ente federativo que promoveu a exclusão; e II - poderá ser feita por meio eletrônico, observada a regulamentação do CGSN.

§ 6º A notificação de que trata o § 5º aplica-se ao indeferimento da opção pelo Simples Nacional.

§ 7º Considera-se prática reiterada, para fins do disposto nos incisos V, XI e XII do caput:

I - a ocorrência, em 2 (dois) ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos 5 (cinco) anos-calendário, formalizadas por intermédio de auto de infração ou notificação de lançamento; ou

II - a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, ardis ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo.

Art. 20 - A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á: I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

IV - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, quando não estiver no ano-calendário de início de atividade.

§ 1º A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:



I - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro;

II - na hipótese do inciso II do caput deste artigo, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação;

III - na hipótese do inciso III do caput:

a) até o último dia útil do mês seguinte àquele em que tiver ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao de início de atividades, caso o excesso seja inferior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite;

IV - na hipótese do inciso IV do caput:

a) até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do caput do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do caput do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 2o A comunicação de que trata o caput deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida pelo Comitê Gestor.

§ 3o A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses:

I - alteração de natureza jurídica para Sociedade Anônima, Sociedade Empresária em Comandita por Ações, Sociedade em Conta de Participação ou Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira;

II - inclusão de atividade econômica vedada à opção pelo Simples Nacional;

III - inclusão de sócio pessoa jurídica;

IV - inclusão de sócio domiciliado no exterior;

V - cisão parcial; ou

VI - extinção da empresa.

Art. 21. A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - na hipótese do inciso I do caput do art. 20 desta Lei Complementar, a partir de 1o de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no § 4o deste artigo;

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 20 desta Lei Complementar, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III - na hipótese do inciso III do caput do art. 20 desta Lei Complementar:

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1o de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006;

IV - na hipótese do inciso IV do caput do art. 20:

a) a partir do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006;

b) a partir de 1o de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3o da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 1o Na hipótese prevista no inciso III do caput do art. 20 desta Lei Complementar, a microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subsequente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

§ 2o No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese

do inciso I do caput do art. 20 desta Lei Complementar, os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

§ 3o Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, uma vez que o motivo da exclusão deixe de existir, havendo a exclusão retroativa de ofício no caso do inciso I do caput do art. 21 desta Lei Complementar, o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir.

Art. 22 - As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 1o Para efeitos do disposto no caput deste artigo, na hipótese da alínea a do inciso III do caput do art. 21 desta Lei Complementar, a microempresa ou a empresa de pequeno porte desenhadrada ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, tão-somente, de juros de mora, quando efetuado antes do início de procedimento de ofício.

§ 2o Para efeito do disposto no caput deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido, lucro real trimestral ou anual.

§ 3o Aplica-se o disposto no caput e no § 1o em relação ao ICMS e ao ISS à empresa impedida de recolher esses impostos na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites a que se referem os incisos I e II do caput do art. 19, relativamente ao estabelecimento localizado na unidade da federação que os houver adotado.

### SEÇÃO III

#### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 - A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 19 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

§ 1o As Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados poderão celebrar convênio com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização a que se refere o caput deste artigo.

§ 2o. Dispensa-se o convênio de que trata o § 1o na hipótese de ocorrência de prestação de serviços sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município.

§ 3o. A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

§ 4o O valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

Art. 24 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

§ 1º - Nos moldes do caput deste artigo, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º - Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 25 - Quando na visita for constatada qualquer irregularidade,

será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º - Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.

§ 2º - Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de ajuste de conduta - (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

Art. 26 - Fica autorizado o Município de Joaçaba a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

#### SEÇÃO IV

##### DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS

Art. 27 - Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 28 - As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias para com os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, terão redução de:

I - 90% (noventa por cento) para os MEI;

II - 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional

Parágrafo único. As reduções de que tratam os incisos I e II do caput não se aplicam na:

I - hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;

II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

#### SEÇÃO V

##### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 29 - O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento, o indeferimento da opção ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

§ 1º O Município poderá, mediante convênio, transferir a atribuição de julgamento exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza.

§ 2º No caso em que o contribuinte do Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão de receita de que não se consiga identificar a origem, a autuação será feita utilizando a maior alíquota prevista nesta Lei Complementar, e a parcela autuada que não seja correspondente aos tributos e contribuições federais será rateada entre Estados e Municípios ou Distrito Federal.

§ 3º Na hipótese referida no § 2º deste artigo, o julgamento caberá ao Estado ou ao Distrito Federal.

§ 4º A intimação eletrônica dos atos do contencioso administrativo observará o disposto nos §§ 1º-A a 1º-D do art. 16 da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 5º A impugnação relativa ao indeferimento da opção ou à exclusão poderá ser decidida em órgão diverso do previsto no caput, na forma estabelecida pela respectiva administração tributária.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o CGSN poderá disciplinar procedimentos e prazos, bem como, no processo de exclusão, prever

efeito suspensivo na hipótese de apresentação de impugnação, defesa ou recurso.

Art. 30 - As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor.

#### CAPÍTULO III

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 32 - Esta Lei Complementar entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogando-se a Lei Complementar nº 182 de 23 de novembro de 2009.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 286 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 286 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2011 - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado a carga horária e a remuneração das Categorias 20 e 21 do Anexo I - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL da Lei Complementar nº 211/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:.



Anexo I  
**QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

| Categoria | Nomenclatura                                | CARGA HORÁRIA SEMANAL | A - I R\$    |
|-----------|---|-----------------------|--------------|
| 20        | Médico com especialização em clínica médica | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Cardiologista                        | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Dermatologista                       | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Gastroenterologista                  | 15 H                  | R\$ 6.000,00 |
|           | Médico Geriatra                             | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Ginecologista                        | 20 H                  | R\$ 8.000,00 |
|           | Médico Infectologista                       | 20 H                  | R\$ 8.000,00 |
|           | Médico Neurologista                         | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Oftalmologista                       | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Ortopedista                          | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Otorrinolaringologista               | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Pediatra                             | 15 H                  | R\$ 6.000,00 |
|           | Médico Pneumologista                        | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
|           | Médico Psiquiatra                           | 20 H                  | R\$ 8.000,00 |
|           | Médico Urologista                           | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |
| 21        | Médico Cirurgião de cabeça e pescoço        | 10 H                  | R\$ 4.000,00 |

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.  
 Rafael Laske  
 Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 287 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 287 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 210/2011 - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS, DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS PARA OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º. Fica alterada a redação dos dispositivos abaixo descritos:

Art. 13. [...]  
 [...]

§ 3º Para a escolha de que trata o parágrafo anterior, terá preferência, na ordem decrescente da maior pontuação, os servidores classificados com observância dos seguintes critérios:

- 1,00 ponto para cada mês de exercício no cargo de provimento efetivo;
- maior formação na área de atuação
- 1,00 ponto para cada hora presencial de cursos, seminários e/

ou formação oferecida em áreas afins pela Secretaria Municipal de Educação nos últimos 03 anos;  
 d) cursos presenciais a interesse do servidor na área de atuação, computando-se o número de horas dos cursos concluídos.  
 e) no caso de empate, sorteio com a presença dos candidatos envolvidos.

Art. 18. A jornada de trabalho dos servidores do Magistério Público Municipal será aquela prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º É permitida a acumulação de dois cargos públicos, limitada a soma da carga horária em até 40 horas semanais, visto que, o sistema de ensino municipal prevê somente atendimento diurno.

§ 2º O servidor do Magistério Público Municipal desenvolverá sua carga horária semanal, preferencialmente, em uma Escola Municipal, podendo ser em mais de uma instituição, desde que haja compatibilidade de área de atuação, horário e transporte oferecido pela Secretaria de Educação entre as respectivas

instituições, requisitos que devem ser observados na escolha de vagas e nos atos posteriores.  
 [...].

Art. 19. O servidor do Magistério Público Municipal estável ou efetivo com carga horária de trabalho inferior a 40 horas semanais, mediante edital de iniciativa do Município, poderá ampliar a sua carga horária efetiva até 40 horas semanais, quando houver vaga disponível na rede municipal de ensino, somente após cumprir o estágio probatório.

[...]

§ 8º Para efeito de carga horária destinada a estudo e planejamento, prevista na Lei 11.738/16/07/2008, será estabelecido o que segue na tabela abaixo:

| CARGA HORARIA | CARGA DE TRABALHO 2/3 | CARGA PLANEJAMENTO 1/3 | TOTAL |
|---------------|-----------------------|------------------------|-------|
| 40h           | 28 aula               | 12aula                 | 40h   |
| 30h           | 20 aula               | 10aula                 | 30h   |
| 20h           | 14 aula               | 06aula                 | 20h   |
| 10h           | 07aula                | 03aula                 | 10h   |

§ 9º A carga horária destinada a planejamento, estudos e avaliação, será complementada pelas disciplinas de Educação Física, Língua Estrangeira (Inglês), Artes, Ensino Religioso.

§ 10. O tempo determinado para cada hora aula e de 56 minutos, sendo que nestas será observado o tempo de 16 minutos de intervalo dos alunos e dos professores.

§ 11. O professor que ministrar aulas excedentes, ou seja, trabalhar mais aulas que o previsto em sua carga horária, fará jus a complementação do valor sobre a aula excedente de R\$ 80,00 (oitenta reais). O tempo de duração da aula excedente é de 56 minutos.

Art. 20. O servidor do Magistério Público Municipal estável, com carga horária de trabalho inferior a 40 horas semanais, mediante edital de iniciativa do Município, poderá ampliar sua carga horária até 40 horas semanais, por tempo determinado, para atender a necessidade da rede municipal de ensino.

[...]

§ 3º A classificação dos candidatos inscritos em cada área de atuação, dar-se-á por lista, conforme nível de habilitação na área de atuação, iniciando-se pela maior até a menor, na ordem decrescente da maior pontuação, pelos seguintes critérios:

- 1,00 ponto para cada mês de exercício no cargo de provimento efetivo;
- maior formação na área de atuação;
- 1,00 ponto para cada hora presencial de cursos, seminários e/ou formação oferecida em áreas afins pela Secretaria Municipal de

Educação nos últimos 03 anos;  
d) cursos presenciais a interesse do servidor  
e) no caso de empate, sorteio com a presença dos candidatos envolvidos.

[...]

§ 5º O quadro de vagas disponíveis para a ampliação temporária da carga horária de trabalho será publicado através de edital, sendo que a necessidade será verificada a partir da efetivação das matrículas, pela Secretaria Municipal de Educação.

[...].

Art. 22 Os professores com carga horária de 40 horas semanais, cumprirão sua jornada de trabalho com seis horas ininterruptas, sendo exclusividade das unidades de ensino que permanecem por mais de dez horas com atendimento à criança.

§ Único. A jornada de seis horas ininterruptas terá turno matutino das 7h às 13h e turno vespertino das 12h às 18:30h.

Art. 28. O estágio probatório do servidor do Magistério Público Municipal ficará suspenso no caso de afastamento e licenças não consideradas como tempo de efetivo exercício do cargo.

§ 1º O servidor da Secretaria Municipal de Educação que durante estágio probatório que for cedido a outra secretaria perderá sua respectiva lotação na Unidade de Ensino ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O servidor que estiver afastado temporariamente por readaptação e/ou cedido para outra órgão municipal não terá direito à escolha de turmas, sendo que ao voltar a assumir a vaga, assumirá a vaga que estiver disponível no ano corrente.

Art. 38. A cessão de servidores do Quadro do Magistério para Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, ou para exercer cargo em comissão em órgão da União, dos Estados ou de outros municípios, ou ainda cedido para outro órgão por convênio, será sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 39. O servidor que permanecer cedido nas hipóteses previstas no artigo 37 desta lei por prazo superior a quatro anos, ininterruptos, ou por cinco anos ou mais, intercalados, num período de oito anos, perderá a lotação funcional de origem, devendo ser lotado em vaga existente quando do seu retorno.

Parágrafo Único - Verificada a hipótese prevista no caput, o servidor ao reassumir o exercício do cargo no Município será obrigatoriamente lotado funcionalmente em local de sua escolha, consideradas as vagas existentes na oportunidade.

Art. 55. O servidor do Magistério Público Municipal, em atividade em sala de aula, que esteja ministrando aulas diretamente aos educandos, fará jus, mensalmente, aos valores abaixo descritos à título de regência de classe.

I - Professor sem habilitação/magistério R\$200,00 (duzentos reais);

II - Professor com habilitação efetivo R\$300,00 (trezentos reais);

III - Professor com graduação e/ou pós graduação em contrato temporário (ACT) R\$300,00 (trezentos reais);

IV - Professor efetivo com pós graduação (especialista, mestrado e/ou doutorado) R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

§ 1º. Os valores descritos nos incisos anteriores correspondem à carga horária de 40h semanais. O professor com carga horária inferior perceberá valor proporcional à sua carga horária.

§ 2º A gratificação de que trata o parágrafo anterior será suspensa, no caso de o servidor do Magistério Público Municipal licenciar-se ou se afastar das atividades inerentes ao seu cargo, ressalvados os seguintes casos:

- a) licença gestante;
- b) férias;
- c) licença à adotante;
- d) licença prêmio;

§ 3º A Gratificação de Incentivo à Regência de Classe caracteriza-se, para todos os efeitos legais, como vantagem inerente ao local de trabalho.

§ 4º Não será devida a gratificação no período em que o servidor estiver em gozo de licença para tratamento de saúde ou readaptado..

Art. 56. A avaliação de desempenho para fins da progressão horizontal do servidor do Magistério Público Municipal será realizada de acordo com o disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério, especialmente o Anexo VI.

Art. 2º. Fica alterado o número de vagas do Anexo I, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

| Anexo I   |                 |                                  |                 |                       |          |
|---|-----------------|----------------------------------|-----------------|-----------------------|----------|
| PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL   |                 |                                  |                 |                       |          |
| PADROES DE VENCIMENTO   |                 |                                  |                 |                       |          |
| CATEGORIAS  | CÓDIGO DO CARGO | NOMENCLATURAS                    | NÚMERO DE VAGAS | CARGA HORÁRIA SEMANAL | A-I R\$  |
| 1   | 1.1.11          | Professor com licenciatura plena | 250             | 40                    | 1.697,00 |
| O valor do vencimento para as cargas horárias de 10, 20 e 30 horas semanais serão proporcionais ao estabelecido neste anexo |                 |                                  |                 |                       |          |

Art. 3º. Insere § 3º no art. 23 e o art. 59A

Art. 23. [...]

[...]

§ 3º O mês destinado as férias dos professores, terá seu início no dia 02/01 de cada ano, sendo seu termino na data de 31/01 de cada ano, salvo exceção no calendário escolar.

Art. 59A. Após cinco anos ininterruptos de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, fará jus a três meses de Licença como Prêmio, com a remuneração do cargo efetivo, a critério dos órgãos da administração municipal e observado o interesse público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 103/2005).

§ 1º Não se concederá licença como prêmio ao servidor que durante o período aquisitivo:

I - tenha sofrido penalidade disciplinar;

II - tenha sido beneficiado por licença para o tratamento de interesses particulares ou por motivo de doença em pessoa da família, superior a 15 (quinze) dias por ano;

III - tenha sido condenado a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

IV - tenha faltado injustificadamente ao serviço por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou intercalados.

V - Tenham gozado licença para tratamento de saúde superior a 120 (cento e vinte dias) consecutivos ou não.

§ 2º Os períodos de licença de que trata o caput são acumuláveis até o limite de cinco anos e o benefício não poderá ser convertido em pecúnia.

Art. 4º. Insere Anexo VI, nos seguintes termos:

Art. 4º As demais disposições constantes na Complementar nº 210/2011 permanecem inalteradas.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

## ANEXO VI

## AVALIAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE JOAÇABA - SC

A presente avaliação será realizada junto aos servidores efetivos do magistério, que integram o sistema público municipal de Joaçaba.

## DA COMPOSIÇÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação é composta por dois eixos norteadores.

O primeiro reporta-se ao Eixo das Dimensões do Perfil Profissional, que subdivide-se em outros três eixos menores que contemplam: Trabalho Pedagógico, Profissão Docente e Cidadania e Domínio dos Conteúdos Curriculares.

O segundo compreende o Eixo dos Objetos do Conhecimento, que apresentam todas as áreas contempladas no currículo, seu domínio e ensino.

## DA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Será realizada no mês de outubro de cada ano, a partir da segunda quinzena. A Secretaria Municipal de Educação organizará a agenda com as instituições, sendo que os servidores deverão comparecer na data e horários agendados. O servidor que não comparecer na data agendada, será realizada sua avaliação na Secretaria Municipal de Educação, em agenda posterior ao término da realização da avaliação em todas as Unidades Escolares.

Os servidores que se encontram em estágio probatório, farão anualmente duas avaliações, sendo estas semestrais.

## DA VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação servirá como base para progressão funcional do servidor, sendo que somente a obterá o servidor que atingir 70%(setenta) da pontuação exigida. O total de pontos que compõe a avaliação é de 90(noventa) pontos, sendo assim, é pré requisito para a obtenção da progressão funcional que o servidor obtenha em sua avaliação o mínimo de 63(sessenta e três) pontos.

## DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação será composta por:

- o gestor de cada unidade escolar;
- o coordenador pedagógico de cada unidade escolar (se houver);
- o coordenador da área de ensino da Secretaria Municipal de Educação (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

A avaliação do servidor comissionado será efetivada mediante a presença do gestor imediato (Secretário Municipal de Educação e o Diretor da Unidade Escolar).

## DOS RECURSOS

O servidor que sentir-se prejudicado em sua avaliação funcional, deverá protocolar junto à Secretaria Municipal de Educação, ofício pedindo revisão da mesma, elencando quais informações não foram adequadas em sua avaliação, juntando à esta, situações (portifólio documental) de que suas ações são pertinentes ao seu pedido, sendo o mesmo analisado pela seguinte comissão:

- um representante do Conselho Municipal de Educação;
- um representante do Conselho Escolar;
- o gestor de cada unidade escolar;
- o coordenador pedagógico de cada unidade escolar (se houver);
- o coordenador da área de ensino da Secretaria Municipal de Educação (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

## DA PONTUAÇÃO

Em cada eixo norteador existem subitens que serão avaliados. A pontuação é organizada através de números, que registram os seguintes prospectos:

- 01: insuficiente (o servidor não desempenha suas atribuições).
- 02: bom (o servidor realiza suas atribuições de forma eficaz).
- 03: ótimo (o servidor realiza suas atribuições de forma pró ativa).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

NOME: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO: \_\_\_\_\_

| EIXO DAS DIMENSÕES DO PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO  | PONTOS |    |    |
|---|--------|----|----|
| 1 - Trabalho Pedagógico   | 01     | 02 | 03 |
| a) Conhece as atividades de seu trabalho dominando métodos e técnicas para desenvolvê-las.  |        |    |    |
| b) Busca novos conhecimentos e propõe alternativas de novas práticas que visem a resolução de problemas.  |        |    |    |
| c) Estabelece objetivos, metas e ações para o desenvolvimento de sua área de atuação, segundo as diretrizes educacionais vigentes.  |        |    |    |
| d) Adequa as estratégias de ensino aprendizagem aos conteúdos programáticos de acordo ao nível etário e as aprendizagens anteriores dos alunos.                                     |        |    |    |
| e) Organiza suas atividades de forma científica e pedagógica, visando a construção do conhecimento do aluno.  |        |    |    |
| f) Aplica diferentes metodologias e tecnologias em suas aulas.  |        |    |    |
| g) Utiliza procedimentos de acompanhamento e avaliação de forma articulada e coerente com as estratégias pedagógicas compostas no Projeto Político Pedagógico.                      |        |    |    |
| h) Otimiza o espaço físico de forma condizente à faixa etária de trabalho, mantendo a organização periodicamente.   |        |    |    |
| i) Otimiza tempo e espaço em situações que permitam o desenvolvimento e aprendizado.  |        |    |    |
| 2 - Profissão Docente e Cidadania   |        |    |    |
| a) Compreende os aspectos culturais, sociais, ambientais, políticos, econômicos e tecnológicos da sociedade e suas interfaces com a educação e os aplica em suas ações pedagógicas. |        |    |    |
| b) Atua em situações do cotidiano escolar de acordo com a legislação vigente, colocando-a em prática cotidiana.   |        |    |    |
| c) Participa e promove ações, no âmbito da comunidade escolar, com vistas à inclusão e ao respeito às diversidades.   |        |    |    |
| d) Age com ética, atuando com sigilo, discricção e justiça, não praticando discriminação em relação aos colegas de trabalho, superiores, alunos e comunidade escolar.               |        |    |    |
| e) Utiliza o tempo de trabalho para a realização das atribuições do cargo, cumprindo regras, normas, regulamentos da instituição e ordens de serviço;                               |        |    |    |
| f) Utiliza a hora atividade para desenvolver seus estudos, planos de aula e avaliação na Unidade Escolar.   |        |    |    |
| g) É comprometido e empenhado com seu trabalho, sendo assíduo, pontual, e quando há afastamento apresenta justificativa.  |        |    |    |
| h) Zela pela utilização e manutenção dos materiais e equipamentos da instituição, buscando evitar desperdícios.   |        |    |    |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| i)Age com respeito e discrição em relação ao atendimento aos pais/responsáveis.   |  |  |  |
| j)Aceita opiniões contrárias e sabe discernir entre o que é correto e o que é legal.  |  |  |  |
| k)É pontual na entrega de documentos(di-<br>ários, planejamento, avaliações, trabalhos,<br>plano de curso, projetos).   |  |  |  |
| l)Participa das ações promovidas pela Uni-<br>dade Escolar e convocações para cursos de<br>formação continuada em recesso escolar.                                  |  |  |  |
| 3 - Domínio dos Conteúdos Curriculares  |  |  |  |
| a) Comunica-se com coerência e coesão por<br>meio de texto escrito e oralmente.   |  |  |  |
| b)Compreende e utiliza os conteúdos<br>curriculares, apresentados em diferentes<br>linguagens, inserindo neles diferentes meto-<br>dologias.                        |  |  |  |
| c)Emprega conhecimento referente aos<br>conteúdos curriculares para resolver situa-<br>ções-problemas, objetivando a facilitação da<br>internalização de conceitos. |  |  |  |
| d) Articula conhecimentos referentes aos di-<br>ferentes conteúdos curriculares para análise<br>de fenômenos do mundo natural e social.                             |  |  |  |
| e)Avalia a partir dos pressupostos teórico<br>contidos no Projeto Político Pedagógico.  |  |  |  |
| EIXO DOS OBJETOS DE CONHECIMENTO<br>NO NÍVEL DE ENSINO EM QUE ATUA  |  |  |  |
| a)Conhece as Políticas Educacionais e as<br>utiliza em seu trabalho.  |  |  |  |
| b)Otimiza organização e gestão do trabalho<br>pedagógico, possibilitando o sistematização<br>do conhecimento.   |  |  |  |
| c)Apresenta conhecimento teórico científico<br>sobre Desenvolvimento, Ensino e Aprendiza-<br>gem da faixa etária que trabalha.                                      |  |  |  |
| d)Domina os conceitos e conteúdos das<br>disciplinas a serem trabalhados, realizando<br>práticas que permitam o desenvolvimento e<br>o aprendizado.                 |  |  |  |

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

| Entidade  | Função | Nominação | Assinatura |  |
|---|--------|-----------|------------|--|
| Gestor Escolar  |        |           |            |  |
| Coordenador Escolar                                       |        |           |            |  |
| Secretaria Municipal<br>de Educação                       |        |           |            |  |
| JOAÇABA, ____/____/____ ASSINATURA DO AVALIA-<br>DO:_____ |        |           |            |  |

**LEI COMPLEMENTAR Nº 288 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 288 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2009  
- DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITU-  
RA MUNICIPAL DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a  
Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica alterado o vencimento das funções do ANEXO IV -  
FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUN-  
CIONAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da Lei Comple-  
mentar nº 173/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| Funções de Confiança do<br>Magistério | Código | Qnt. | Valor        |
|---------------------------------------|--------|------|--------------|
| Diretor de Escola                     | FCM-1  | 15   | R\$ 1.200,00 |
| Assistente de Direção                 | FCM-2  | 12   | R\$ 950,00   |
| Coordenador de Ensino<br>Fundamental  | FCM1A  | 01   | R\$ 1.200,00 |
| Coordenador de Ensino<br>Infantil     | FCM1A  | 01   | R\$ 1.200,00 |

Art. 2º As demais funções permanecem inalteradas.

Art. 3º As demais disposições constantes na Complementar nº  
173/2009 permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua  
publicação.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 289 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 289 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICI-  
PAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

## LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O Art. 110 da Lei Complementar nº 31/1997 passa vigorar  
com a seguinte redação:

Art. 110 - O montante da obrigação principal referente à Taxa  
de Coleta de Lixo será o produto da multiplicação entre a alíquo-  
ta determinada de acordo com a Tabela Freqüencial de Coleta  
constante do Anexo VIII desta Lei Complementar, o valor da U.  
R. - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, e a área edifi-  
cada do imóvel, exceto garagens, telheiros, terraços, caixa d'água,  
elevatórias de caixa d'água e subestação de energia elétrica, até o  
limite de 200 m² (duzentos metros quadrados).

Art. 2º. A tabela para cobrança da taxa de Licença para Execução  
de Obras, constante do Anexo V, da Lei Complementar nº 31/97,  
passa a vigorar com a seguinte redação:

## ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO  
DE OBRAS

|   | NATUREZA DAS OBRAS                                       | ALÍQUOTA (%)<br>SOBRE U.R |
|---|--|---------------------------|
| 1 | ANÁLISE DE PROJETOS:                                     |                           |
|   | a) Análise de projetos arquitetônicos, por<br>processo   | 300%                      |
|   | b) Reanálise de projetos arquitetônicos, por<br>processo | 200%                      |
| 2 | CONSTRUÇÕES DE:  |                           |



|   |  |                           |
|---|--|---------------------------|
|   | a) Edificações de madeira bruta utilizada para fins residenciais por área construída em metro quadrado   | 0,67%                     |
|   | b) Edificações de madeira beneficiada, para fins residenciais por área construída em metro quadrado  | 0,90%                     |
|   | c) Edificações de composição mista (alvenaria, madeira e outros), utilizadas para fins residenciais por área construída em metros quadrados            | 1,20%                     |
|   | d) Edificações de alvenaria utilizadas para fins residenciais, por área construída em metro quadrado   | 1,50%                     |
|   | e) Edificações utilizadas para fins comerciais, por área construída em metros quadrados  | 1,50%                     |
|   | f) Edificações utilizadas para fins industriais, por área construída em metros quadrados   | 1,20%                     |
| 3 | REPAROS, REFORMAS E DEMOLIÇÕES:  |                           |
|   | a) Reformas, reparos e demolições de edificações constantes do item anterior alínea "A", "B" e "C", por metro quadrado                                 | 0,80%                     |
|   | b) Reformas, reparos e demolições de edificações constantes do item anterior alínea "D", "E" e "F", por metro quadrado                                 | 1,00%                     |
| 4 | ARRUAMENTOS:   |                           |
|   | a) Com áreas de até 200.000 m <sup>2</sup> excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doados ao Município, por m <sup>2</sup> | 10% ou o preço do serviço |
|   | b) Com áreas de até 10.000 m <sup>2</sup> excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doados ao Município, por m <sup>2</sup>  | 10% ou o preço do serviço |
| 5 | PARCELAMENTOS:   |                           |
|   | a) Desmembramento / remembramento por lote   | 40%                       |
|   | b) Aprovação de mapa, por processo   | 60%                       |
| 6 | LOTEAMENTOS:   |                           |
|   | a) Consulta prévia   | 60%                       |
|   | b) Diretrizes Urbanísticas   | 60%                       |
|   | c) Aprovação do projeto  | 300%                      |
|   | d) Aprovação do projeto definitivo, por lote   | 40%                       |
|   | e) Vistoria final do loteamento, por vistoria  | 300%                      |
| 7 | QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:   |                           |
|   | a) Por metro linear  | 5%                        |
|   | b) Por metro quadrado  | 10%                       |
| 8 | OUTORGA DE HABITE-SE:  |                           |
|   | a) Residencial madeira bruta por m <sup>2</sup>  | 0,60%                     |
|   | b) Residencial madeira beneficiada por m <sup>2</sup>  | 0,80%                     |
|   | c) Residencial mista por m <sup>2</sup>  | 1,10%                     |
|   | d) Residencial alvenaria por m <sup>2</sup>  | 1,40%                     |
|   | e) Comerciais por m <sup>2</sup>   | 1,40%                     |
|   | f) Industriais por m <sup>2</sup>  | 1,10%                     |

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor após 90 dias de sua publicação.

Joaçaba SC, 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 4.551 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.551 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015."

### DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Joaçaba para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 125.809.959,39 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 86.388.553,16 (oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 39.421.406,14 (trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e seis reais e quatorze centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

| ENTIDADE  | VALOR ORÇADO  |
|---|---------------|
| Prefeitura Municipal de Joaçaba                                     | 50.500,00     |
| Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS                        | 3.733.236,42  |
| Fundo Municipal de Infância e Adolescência – FIA                    | 30.000,00     |
| Instituto de Previdência Servidores Públicos – IMPRES               | 12.726.770,00 |
| Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos - PLASS | 3.279.550,00  |
| Fundo Municipal de Saúde – FMS                                      | 19.601.349,72 |
| TOTAL   | 39.421.406,14 |

### DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 125.809.959,39 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                   | VALOR          |
|---------------------------------|----------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES           | 104.359.579,39 |
| 1.1. Receita Tributária         | 22.076.436,27  |
| 1.2. Receita de Contribuições   | 5.670.675,00   |
| 1.3. Receita Patrimonial        | 4.909.970,03   |
| 1.6. Receita de Serviços        | 14.825.257,00  |
| 1.7. Transferências Correntes   | 54.312.229,09  |
| 1.9. Outras Receitas Correntes  | 2.565.012,00   |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL          | 13.511.300,00  |
| 2.2. Alienação de Bens          | 23.300,00      |
| 2.4. Transferências de Capital  | 13.488.000,00  |
| 7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 7.939.080,00   |
| TOTAL                           | 125.809.959,39 |

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à



classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO   | VALOR                 |
|---|-----------------------|
| 01. Câmara de Vereadores  | 3.380.000,00          |
| 02. Gabinete do Prefeito  | 6.714.273,60          |
| 03. Gabinete do Vice-Prefeito                                   | 182.200,00            |
| 04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa               | 1.854.300,00          |
| 05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira                   | 9.908.816,25          |
| 06. Secretaria Municipal de Ação Social                         | 9.500,00              |
| 07. Secretaria Municipal de Educação                            | 20.556.610,00         |
| 09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura                     | 20.660.905,00         |
| 10. Conselho Tutelar  | 152.000,00            |
| 11. Procuradoria Geral do Município                             | 1.007.230,00          |
| 12. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos            | 12.726.770,00         |
| 13. Fundação Municipal de Cultura e Esporte                     | 2.704.574,00          |
| 14. Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto                     | 15.701.000,00         |
| 15. Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos | 3.279.550,00          |
| 16. Fundo Municipal de Assistência Social                       | 3.733.236,42          |
| 17. Fundo Municipal de Infância e Adolescência                  | 30.000,00             |
| 18. Fundo Municipal de Saúde                                    | 19.601.349,72         |
| 19. Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares      | 548.294,40            |
| 20. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável            | 2.881.850,00          |
| 21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social            | 169.500,00            |
| 99. Reserva de Contingência                                     | 8.000,00              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>125.809.959,39</b> |

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| ESPECIFICAÇÃO             | VALOR         |
|---------------------------|---------------|
| 01. Legislativa           | 3.380.000,00  |
| 04. Administração         | 10.421.957,60 |
| 06. Segurança Pública     | 1.733.107,40  |
| 08. Assistência Social    | 3.526.623,34  |
| 09. Previdência Social    | 7.507.113,08  |
| 10. Saúde                 | 19.601.349,72 |
| 11. Trabalho              | 3.146.760,00  |
| 12. Educação              | 20.556.610,00 |
| 13. Cultura               | 275.000,00    |
| 14. Direitos da Cidadania | 183.000,00    |
| 15. Urbanismo             | 15.013.952,00 |
| 16. Habitação             | 169.500,00    |
| 17. Saneamento            | 20.746.834,13 |
| 18. Gestão Ambiental      | 179.320,00    |
| 19. Ciência e Tecnologia  | 50.000,00     |
| 20. Agricultura           | 2.130.000,00  |
| 22. Indústria             | 652.550,00    |
| 23. Comércio e Serviços   | 49.300,00     |
| 24. Comunicações          | 15.000,00     |
| 26. Transporte            | 779.636,00    |
| 27. Desporto e Lazer      | 4.956.574,00  |

| ESPECIFICAÇÃO               | VALOR                 |
|-----------------------------|-----------------------|
| 28. Encargos Especiais      | 5.720.002,12          |
| 99. Reserva de Contingência | 5.015.770,00          |
| <b>TOTAL</b>                | <b>125.809.959,39</b> |

## III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

| ESPECIFICAÇÃO                        | VALOR                 |
|--------------------------------------|-----------------------|
| 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES         | 86.436.444,50         |
| 3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais | 48.369.284,93         |
| 3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida | 1.300.000,00          |
| 3.3.00.00 Outras Despesas Correntes  | 36.767.159,57         |
| DESPESAS CORRENTES INTRA             | 8.090.070,80          |
| 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL        | 26.267.674,09         |
| 4.4.00.00 Investimentos              | 24.474.497,98         |
| 4.5.00.00 Inversões Financeiras      | 151.000,00            |
| 4.6.00.00 Amortização da Dívida      | 1.642.176,11          |
| 9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA    | 5.015.770,00          |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>125.809.959,39</b> |

## DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 82.865.555,27 (oitenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) e fixa a despesa em R\$ 64.105.184,85 (sessenta e quatro milhões, cento e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) proporcionando um superávit de R\$ 18.760.370,42 (dezoito milhões, setecentos e sessenta mil, trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

| ESPECIFICAÇÃO                  | VALOR                |
|--------------------------------|----------------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES          | 70.855.555,27        |
| 1.1. Receita Tributária        | 21.448.356,27        |
| 1.2. Receita de Contribuições  | 1.586.304,00         |
| 1.3. Receita Patrimonial       | 325.583,28           |
| 1.6. Receita de Serviços       | 151.360,00           |
| 1.7. Transferências Correntes  | 45.357.571,72        |
| 1.9. Outras Receitas Correntes | 1.986.380,00         |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL         | 12.010.000,00        |
| 2.2. Transferência de Capital  | 12.010.000,00        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>82.865.555,27</b> |

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO            | VALOR        |
|--------------------------|--------------|
| 02. Gabinete do Prefeito | 6.714.273,60 |

|  |                      |
|--|----------------------|
| 03. Gabinete do Vice-Prefeito                        | 182.200,00           |
| 04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa    | 1.854.300,00         |
| 05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira        | 9.908.816,25         |
| 06. Secretaria Municipal de Ação Social              | 9.500,00             |
| 07. Secretaria Municipal de Educação                 | 20.556.610,00        |
| 09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura          | 20.660.905,00        |
| 10. Conselho Tutelar                                 | 152.000,00           |
| 11. Procuradoria Geral do Município                  | 1.007.230,00         |
| 20. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável | 2.881.850,00         |
| 21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social | 169.500,00           |
| 99. Reserva de Contingência                          | 8.000,00             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>64.105.184,85</b> |

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder e receber Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

#### I - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

| ESPECIFICAÇÃO  | VALOR                |
|--|----------------------|
| <b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>                       |                      |
| Câmara Municipal                                       | 3.380.000,00         |
| Fundação Municipal de Cultura e Esporte                | 2.693.774,00         |
| Fundo Municipal de Assistência Social                  | 2.710.622,02         |
| Fundo Municipal de Saúde                               | 9.864.000,00         |
| Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares | 111.974,40           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>18.760.370,42</b> |

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2015 fixa a despesa orçamentária em R\$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira repassada pela Prefeitura.

Parágrafo único - A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO             | VALOR               |
|---------------------------|---------------------|
| 01 - Câmara de Vereadores | 3.380.000,00        |
| <b>TOTAL</b>              | <b>3.380.000,00</b> |

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 9.737.349,72 (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 19.601.349,72 (dezenove milhões, seiscentos e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 9.864.000,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, de receita patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                  | VALOR               |
|--------------------------------|---------------------|
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>   | <b>8.529.349,72</b> |
| 1.1. Receita Tributária        | 249.000,00          |
| 1.3. Receita Patrimonial       | 94.206,75           |
| 1.7. Transferências Correntes  | 8.185.142,97        |
| 1.9. Outras Receitas Correntes | 1.000,00            |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>  | <b>1.208.000,00</b> |
| 2.4. Transferência de Capital  | 1.208.000,00        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>9.737.349,72</b> |

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO            | VALOR         |
|--------------------------|---------------|
| Fundo Municipal de Saúde | 19.601.349,72 |

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.022.614,40 (um milhão, vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.733.236,42 (três milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 2.710.622,02 (dois milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e vinte e dois reais e dois centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                 | VALOR               |
|-------------------------------|---------------------|
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>  | <b>752.614,40</b>   |
| 1.3. Receita Patrimonial      | 11.100,00           |
| 1.7. Transferências Correntes | 741.514,40          |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b> | <b>270.000,00</b>   |
| 2.4. Transferência de Capital | 270.000,00          |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>1.022.614,40</b> |

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO                         | VALOR               |
|---------------------------------------|---------------------|
| Fundo Municipal de Assistência Social | 3.733.236,42        |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>3.733.236,42</b> |

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Infância e Adolescente - FIA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em

igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, multas, transferências correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                  | VALOR     |
|--------------------------------|-----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES          | 30.000,00 |
| 1.3. Receita Patrimonial       | 1.000,00  |
| 1.7. Transferências Correntes  | 28.000,00 |
| 1.9. Outras Receitas Correntes | 1.000,00  |
| TOTAL                          | 30.000,00 |

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO                                  | VALOR     |
|--|-----------|
| Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente | 30.000,00 |
| TOTAL  | 30.000,00 |

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - FUNREBOM para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 436.320,00 (quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e vinte reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 548.294,40 (quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), proporcionando um déficit de R\$ 111.974,40 (cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                            | VALOR      |
|--|------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES                    | 396.360,00 |
| 1.1. Receita Tributária                  | 379.080,00 |
| 1.3. Receita Patrimonial                 | 17.280,00  |
| 7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária | 39.960,00  |
| TOTAL                                    | 436.320,00 |

§ 2º - A Despesa do FUNREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO   | VALOR      |
|---|------------|
| Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - FUNREBOM | 548.294,40 |
| TOTAL   | 548.294,40 |

#### DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

Art. 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.704.574,00 (dois milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais), proporcionando um déficit de R\$ 2.693.774,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e setenta e quatro reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de capital, outras receitas correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                  | VALOR     |
|--------------------------------|-----------|
| 1. RECEITAS CORRENTES          | 10.800,00 |
| 1.3. Receita Patrimonial       | 10.800,00 |
| 1.9. Outras Receitas Correntes | 0,00      |
| TOTAL                          | 10.800,00 |

§ 2º - A Despesa da FMCE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO                                   | VALOR        |
|---|--------------|
| Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE | 2.704.574,00 |
| TOTAL   | 2.704.574,00 |

#### DO ORÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS - PLASS

Art. 10. - O Orçamento do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 3.279.550,00 (três milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                             | VALOR        |
|---|--------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES                     | 2.628.440,00 |
| 1.2. Receita de Contribuições             | 1.528.340,00 |
| 1.3. Receita Patrimonial                  | 1.100.000,00 |
| 1.9. Outras Receitas Correntes            | 100,00       |
| 7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES | 651.110,00   |
| TOTAL                                     | 3.279.550,00 |

§ 2º - A Despesa do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO   | VALOR               |
|---|---------------------|
| Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – PLASS | 3.279.550,00        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>3.279.550,00</b> |

#### DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS- IMPRES

Art. 11. - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 12.726.770,00 (doze milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                                    | VALOR                |
|--|----------------------|
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>                     | <b>5.660.031,00</b>  |
| 1.2. Receita de Contribuições                    | 2.556.031,00         |
| 1.3. Receita Patrimonial                         | 3.000.000,00         |
| 1.9. Outras Receitas Correntes                   | 104.000,00           |
| <b>7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b> | <b>7.066.739,00</b>  |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>12.726.770,00</b> |

§ 2º - A Despesa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO  | VALOR                |
|--|----------------------|
| Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba – IMPRES | 12.726.770,00        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>12.726.770,00</b> |

#### DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL SIMAE

Art. 12. - O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.701.000,00 (quinze milhões, setecentos e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO                                    | VALOR                |
|--|----------------------|
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>                     | <b>15.496.429,00</b> |
| 1.3. Receita Patrimonial                         | 350.000,00           |
| 1.6. Receita de Serviços                         | 14.673.897,00        |
| 1.9. Outras Receitas Correntes                   | 472.532,00           |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>                    | <b>23.300,00</b>     |
| 2.4. Alienação de bens                           | 23.300,00            |
| <b>7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> | <b>181.271,00</b>    |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>15.701.000,00</b> |

§ 2º - A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO                                       | VALOR                |
|---|----------------------|
| Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – JHL SIMAE | 15.701.000,00        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>15.701.000,00</b> |

Art. 13. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 4.536 de 28 de outubro de 2014.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os passivos contingentes previstos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 14. - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 15. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais suplementares abertos



por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 17. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 18. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 19. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 20. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 21. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 22. - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 23. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 24. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM e AMMOC.

Art. 25. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo Único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Art. 26. - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

## **LEI Nº 4.553 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.553 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A LEI Nº 3938/2009 - SISTEMA DESPORTIVO MUNICIPAL DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso I, do art. 3º; art. 6º, caput, e incisos II e VII; o parágrafo único do art. 12; e caput do art. 14; todos da Lei n. 3938/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

I - A Diretoria de Esportes;  
(...)

### **CAPÍTULO II**

#### **DA DIRETORIA DE ESPORTES**

Art. 4º. À Diretoria de Esportes compete organizar, planejar, executar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento da Política Municipal de Esportes, como membro do Sistema Desportivo Municipal, em parceria com demais integrantes do Sistema.

Parágrafo único. O Diretor de Esportes exercerá a Presidência do Conselho de Esportes.

Art. 6º. Ao Conselho Municipal de Esporte de Joaçaba, órgão colegiado com funções consultivas e fiscalizadoras em matéria de desporto, sem prejuízo das normas vigentes, cabe:

(...)

II - Elaborar, em conjunto com a Diretoria de Esportes, e as demais entidades desportivas do Município, o plano e a política municipal de desporto;

(...)

VII - Propor prioridade para o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Esportes;

Art. 12. (...)

Parágrafo único. O Certificado de Capital Esportivo será conferido pelo Conselho Municipal de Esporte, sendo efetuada a outorga do título através de solenidade promovida pela Diretoria de Esportes.

Art. 14. As entidades de prática desportiva, reconhecidas pelo Conselho Municipal de Esporte, poderão ser beneficiadas com repasse de recursos financeiros por parte do Município, através do Fundo Municipal de Esportes, na forma da Lei nº 13.019 e da Legislação Municipal que disciplina o assunto, sendo os recursos destinados a programas e projetos de caráter esportivo e paradesportivo.

Art. 2º Ficam revogados o inciso VIII do art. 13; o Parágrafo Único do Art. 14; os artigos 15, 16, 17 e 18, todos da Lei nº 3938/2009.

Art. 3º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.  
RAFAEL LASKE



**LEI Nº 4.554 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.554 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

**"ALTERA A LEI Nº 4.499 QUE DISPÕE SOBRE PROGRAMA BOLSA ATLETA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Ficam alterados o parágrafo único, do art. 1º; o art. 2º; o art. 3º; os incisos IV, VIII e X; o caput e § 2º, do art. 5º; o art. 8º; o art. 9º; e o art. 10; todos da Lei n. 4.499/2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O Programa Bolsa Atleta atenderá às modalidades constantes dos programas da Diretoria de Esportes, com prioridade àquelas em que o Município vem apresentando melhor desempenho técnico, mediante série histórica de resultados em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Art. 2º. O Programa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro, fornecido pelo Município, por meio do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 3º. O Bolsa Atleta será concedido em caráter individual, ao atleta amador com registro federativo no estado de Santa Catarina que esteja ou não vinculado à Associação Desportiva cadastrada no Sistema Desportivo Municipal, e que represente o Município de Joaçaba nas competições esportivas oficiais.

Art. 4º. (...)

IV - estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Diretoria de Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o ensino superior;

(...)

VIII - apresentar mensalmente à Diretoria de Esportes, declaração do Técnico da Modalidade e/ou do Presidente da Associação Desportiva, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando esta Entidade e o Município;

(...)

X - o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Diretoria de Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Joaçaba e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, o brasão do Município de Joaçaba e/ou de seus programas.

Art. 5º. As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pelo órgão e/ou entidade de prática desportiva a qual o atleta está vinculado, acompanhadas do seu plano de aplicação e de trabalho, para a Diretoria de Esportes, dentro do prazo estipulado em Edital, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 4º desta Lei.

(...)

§2º. As solicitações aprovadas seguirão para a comissão de seleção desportiva que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esportes, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, para a Diretoria de Esportes para a celebração de convênio.

(...)

Art. 8º. O valor do Bolsa Atleta será definido pelo comissão de seleção, nos termos do apresentado no projeto pela entidade e/ou órgão, tendo como teto o valor equivalente de até 10 (dez) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) mensais, por atleta.

(...)

Art. 9º. O benefício do Bolsa Atleta poderá ser cancelado pela Diretoria de Esportes em caso de:  
(...)

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos Recursos orçamentários da Fundo Municipal de Esportes.

Art. 2º - Fica revogado o Art. 6º da Lei nº 4.499/2014

Art. 3º - Os demais dispositivos permanecem inalterados

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

**LEI Nº 4.555 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.555 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

**"INSTITUI NORMAS GERAIS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ESPORTIVO EM COMPLEMENTAÇÃO À LEI FEDERAL 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Esta Lei institui normas gerais para celebração de parcerias voluntárias, na forma de contratos de fomento, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, humanos e materiais, a serem estabelecidos pelo Município de Joaçaba, com entidades de prática desportiva, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, em complementação às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como redefine o Sistema Desportivo Municipal.

§ 1º. Somente serão beneficiadas entidades de prática desportiva que preencham a qualidade de organização da sociedade civil, nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e estejam devidamente cadastradas no Sistema Desportivo Municipal.

§ 2º. É vedado ao Município firmar contratos de parceria de fomento para desenvolvimento do desporto de rendimento profissional.

Art. 2º. O Município de Joaçaba poderá firmar contratos de fomento com entidades de prática desportiva sediadas neste município, exclusivamente para atividades aqui desenvolvidas, para fornecimento dos seguintes recursos:

I - financeiros;

II - humanos;

III - materiais.

§ 1º. Os recursos humanos consistirão, exclusivamente, na cessão de profissionais de educação física para treinamento do público-alvo do plano de trabalho desenvolvido pela entidade beneficiada.

§ 2º. Os recursos materiais consistirão, exclusivamente, no comodato de espaços físicos de propriedade do Município de Joaçaba, para treinamento do público-alvo do plano de trabalho desenvolvido pela entidade beneficiada.

Art. 3º. O fornecimento de recursos públicos para entidades de prática desportiva fica condicionado à aprovação de plano de trabalho, submetido pela entidade interessada, e que atenda às condições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, desta lei e do edital de chamamento público.

§ 1º. O plano de trabalho, sob pena de indeferimento sumário, deverá justificar e quantificar financeiramente todos os recursos pretendidos, inclusive os humanos e materiais, em termos de valor mensal.

§ 2º. Na quantificação financeira dos recursos humanos, a entidade deverá considerar a remuneração e respectivos encargos do profissional de educação física servidor público indicado no plano de trabalho, na proporção das horas a serem dedicadas ao desenvolvimento do plano de trabalho.

§ 3º. O edital de chamamento público conterá o nome, a carga horária disponível e o valor do salário mensal dos profissionais de educação física disponibilizados para trabalho, mediante contrato de parceria, nas entidades esportivas.

§ 4º. Na quantificação financeira dos recursos materiais, a entidade deverá considerar o valor do aluguel mensal do espaço público pretendido, levando em consideração os valores fixados no edital de chamamento público.

Art. 4º. A cessão de profissionais de educação física para trabalho nas entidades parceiras será destinada às atividades de treinamento esportivo, no horário normal de expediente do servidor público cedido.

§ 1º. Havendo solicitação da entidade e concordância do servidor cedido, o Diretor de Esportes poderá deferir alteração do horário de trabalho, desde que isso não importe em redução da carga horária ou em dispensa do controle de ponto.

§ 2º. O Município não cederá, às suas expensas, profissional de educação física para trabalho nas entidades em carga horária acima do seu regime de trabalho ou fora do horário normal de seu expediente, a ser fixado pelo Diretor de Esportes.

§ 3º. O Município, por sua Diretoria de Esportes, poderá autorizar o profissional de educação física a acompanhar as equipes esportivas, mantidas pelas entidades parceiras, em viagens realizadas para fins de competição esportiva fora do Município, durante seu expediente de trabalho e mediante prévia solicitação.

§ 4º. O profissional de educação física cedido, em viagem de competição previamente autorizada, não poderá realizar horas extras as expensas do Município além de seu expediente normal de trabalho e nem terá direito à percepção de diárias.

§ 5º. É condição para assinatura dos contratos de fomento que a entidade parceira declare ciência da proibição constante no parágrafo 4º deste artigo e de que eventuais despesas oriundas do trabalho do profissional de educação física em viagem competitiva, que ultrapassem os termos do plano de trabalho, serão suportadas exclusivamente por si própria, vedada utilização de recursos financeiros da parceria para esta finalidade.

§ 6º. Não se aplica o disposto nos parágrafos 4º e 5º quando se tratar de competição oficial da qual participe o Município.

Art. 5º. Na forma do artigo 47 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, até o máximo de 15% (quinze por cento) do valor dos recursos humanos do plano de trabalho poderá consistir em tempo dedicado, pelo profissional de educação física cedido à organização da atividade esportiva.

§ 1º. A forma do exercício da jornada de trabalho do profissional de Educação Física dedicado à organização da entidade, na forma do caput, deverá ser regulamentado por decreto.

§ 2º. Havendo mais de um profissional de educação física cedido a uma mesma entidade parceira, nenhum deles dedicará, na organização da atividade esportiva, mais de 10% (dez por cento) de sua carga horária dedicada ao plano de trabalho para o qual foi cedido.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Esporte, criado pela Lei Municipal nº 3.940, de 10 de dezembro de 2009, atuará como conselho de política pública na área do desporto municipal, nos termos do inciso IX do artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 7º. O Diretor de Esporte é o servidor público gestor das

parcerias de fomento, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 8º. A comissão de seleção desportiva é o órgão da administração pública municipal com as funções previstas no inciso X do artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e terá por incumbência processar e julgar os chamamentos públicos lançados pelo Município de Joaçaba para parcerias de fomento das atividades esportivas e os pedidos de concessão de Bolsa Atleta.

§ 1º. A comissão de seleção será formada pelo Diretor de Esporte e mais dois servidores públicos efetivos, indicados pelo Prefeito.

§ 2º. Para julgamento das propostas, a comissão de seleção e julgamento observará os critérios do edital.

Art. 9º. A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento esportivo será formada por 3 (três) membros, sendo:

I - o Diretor de Esportes, que a presidirá;

II - 2 (dois) servidores efetivos designados por ato do Prefeito.

§ 1º. Cada parceria de fomento esportivo será monitorada e avaliada por um dos servidores efetivos indicados pelo Prefeito, na forma do inciso II do caput, o qual deverá exarar parecer a respeito do cumprimento satisfatório ou não, pela entidade beneficiada, dos termos do contrato de fomento.

§ 2º. O servidor fiscalizador será responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

§ 3º. O relatório técnico será submetido à comissão de monitoramento e avaliação para homologação.

§ 4º. O servidor responsável pela elaboração de relatório, por ocasião da apreciação, para fins de homologação, do relatório por si elaborado, votará como relator.

§ 5º. O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

I - exclusão da entidade do Sistema Desportivo Municipal, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, sob responsabilidade do gestor;

II - rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária;

III - impedimento de cadastro da entidade no Conselho Municipal de Esporte, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua exclusão.

Art. 10. Os planos de trabalho deverão prever a manutenção das atividades de treinamento e prática esportiva entre 1º de fevereiro e 23 de dezembro de cada ano.

§ 1º. No mês de janeiro de cada ano o Município de Joaçaba lançará, se houver recursos disponíveis, edital de chamamento público para parcerias de fomento esportivo através de planos de trabalho, do qual poderão participar as entidades esportivas regularmente cadastradas no Conselho Municipal de Esporte.

§ 2º. Processado o chamamento público e selecionados os planos de trabalho a serem contemplados, será realizada audiência pública para:

I - assinatura dos contratos de fomento;

II - advertência pública quanto às responsabilidades de cada entidade na execução dos planos de trabalho.

Art. 11. O edital de chamamento público para contratação de parcerias de fomento estabelecerá critérios objetivos para julgamento das propostas e, na análise dos planos de trabalho, levará em consideração:

I - o número de pessoas atendidas;

II - a faixa etária das pessoas atendidas;

III - se a modalidade esportiva é individual ou coletiva;

IV - se o plano visa ao desporto educacional, de participação ou de rendimento, com maior atribuição de pontuação ao desporto educacional e menor ao de rendimento;

V - número de pessoas atendidas em cada manifestação do desporto: educacional, de participação ou de rendimento;

VI - índice de aporte de recursos da entidade, privilegiando aquelas que necessitem de menos recursos públicos.

§ 1º. Nenhuma entidade será beneficiada com mais de 80% (oitenta por cento) de suas despesas através de recursos públicos municipais.

§ 2º. Previamente à avaliação dos critérios objetivos, a comissão de seleção fará a análise da adequação da proposta e respectivo plano de trabalho ao plano e política municipal de desporto, devendo rejeitar liminarmente as propostas inadequadas, de forma justificada.

§ 3º. É condição para apreciação do plano de trabalho que a entidade proponente se comprometa a ceder seus atletas para representar o Município de Joaçaba nas competições oficiais.

Art. 12. Os recursos contra as decisões das comissões de seleção e de avaliação e monitoramento serão julgados em instância última pelo Prefeito.

Art.13. Os profissionais de educação física disponibilizados pelo edital de chamamento não poderão participar das comissões de seleção, de monitoramento e avaliação e nem do Conselho Municipal de Esporte de Joaçaba.

Art. 14. As entidades esportivas manterão, nos locais de funcionamento de suas atividades, quadro com as informações sobre o cronograma de suas atividades, a fim de possibilitar o controle público das atividades e do investimento público.

Parágrafo único. A falta de informações ou a execução das atividades em desacordo com o plano de trabalho importará no reconhecimento da execução insatisfatória do plano de trabalho e nas consequências previstas no parágrafo 5º, do artigo 9º desta lei.

Art. 15. Revoga-se a Lei Municipal nº 3.939, de 10 de dezembro de 2009.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Joaçaba, SC, 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

## **LEI Nº 4.558 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.558 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC)."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), será ampliado na seguinte conformidade e pontos demarcatórios:

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o IMÓVEL CHÁCARA Nº.44; Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.44 com o azimute de 357°15'16" e a distância de 1230.38 m até o marco '2' (E=447993.044 m e N=6992221.131 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.44, 45, 46 E 48 com o azimute de 288°23'12" e a distância de 1047.57 m até o marco '3' (E=446998.950 m e N=6992551.567 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 319°52'45" e a distância de 155.80 m até o marco '4'

(E=446898.550 m e N=6992670.709 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 334°12'54" e a distância de 100.98 m até o marco '5' (E=446854.625 m e N=6992761.633 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 319°27'53" e a distância de 226.90 m até o marco '6' (E=446707.161 m e N=6992934.074 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 314°11'42" e a distância de 161.91 m até o marco '7' (E=446591.073 m e N=6993046.945 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 308°01'39" e a distância de 183.22 m até o marco '8' (E=446446.747 m e N=6993159.816 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 294°15'33" e a distância de 175.51 m até o marco '9' (E=446286.733 m e N=6993231.928 m); Daí segue por montante pelo lajeado confrontando com LAJEADO RIBEIRO com o azimute de 286°41'17" e a distância de 98.26 m até o marco '10' (E=446192.608 m e N=6993260.146 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.64 E 63 com o azimute de 271°44'04" e a distância de 310.76 m até o marco '11' (E=445881.994 m e N=6993269.552 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.63 com o azimute de 271°06'03" e a distância de 326.36 m até o marco '12' (E=445555.691 m e N=6993275.823 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.63 E 87 com o azimute de 221°59'59" e a distância de 968.05 m até o marco '13' (E=444907.942 m e N=6992556.415 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.89 com o azimute de 312°29'25" e a distância de 310.02 m até o marco '14' (E=444679.333 m e N=6992765.825 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.90 com o azimute de 38°11'15" e a distância de 201.76 m até o marco '15' (E=444804.070 m e N=6992924.409 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.90 com o azimute de 311°53'56" e a distância de 67.06 m até o marco '16' (E=444754.155 m e N=6992969.193 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.90 com o azimute de 355°27'51" e a distância de 100.35 m até o marco '17' (E=444746.219 m e N=6993069.231 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.90 E 92 com o azimute de 334°16'41" e a distância de 330.69 m até o marco '18' (E=444602.699 m e N=6993367.153 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.92 com o azimute de 322°17'55" e a distância de 318.00 m até o marco '19' (E=444408.228 m e N=6993618.757 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 340°06'07" e a distância de 156.20 m até o marco '20' (E=444355.066 m e N=6993765.631 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 52°47'05" e a distância de 98.17 m até o marco '21' (E=444433.246 m e N=6993825.006 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 19°06'21" e a distância de 85.99 m até o marco '22' (E=444461.390 m e N=6993906.255 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 343°17'22" e a distância de 65.26 m até o marco '23' (E=444442.627 m e N=6993968.755 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 313°51'44" e a distância de 82.75 m até o marco '24' (E=444382.966 m e N=6994026.092 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 341°09'46" e a distância de 145.28 m até o marco '25' (E=444336.058 m e N=6994163.592 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 324°40'11" e a distância de 91.93 m até o marco '26' (E=444282.896 m e N=6994238.591 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 338°11'04" e a distância de 67.32 m até o marco '27' (E=444257.878 m e N=6994301.091 m); Daí segue por linha seca confrontando com



IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.97 E 99 com o azimute de 297°08'00" e a distância de 137.04 m até o marco '28' (E=444135.917 m e N=6994363.590 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.99 com o azimute de 303°59'06" e a distância de 475.20 m até o marco '29' (E=443741.892 m e N=6994629.214 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.99 com o azimute de 212°50'05" e a distância de 397.95 m até o marco '30' (E=443526.116 m e N=6994294.841 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.103, 102, 07, 06, 05, 04, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 E 22 com o azimute de 296°29'47" e a distância de 4535.15 m até o marco '31' (E=439467.322 m e N=6996318.158 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.22 E 11 com o azimute de 37°16'34" e a distância de 579.54 m até o marco '32' (E=439818.325 m e N=6996779.312 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.11 com o azimute de 299°16'27" e a distância de 81.05 m até o marco '33' (E=439747.629 m e N=6996818.943 m); Daí segue por travessia e linha seca confrontando com TRAVESSIA DA RODOVIA FEDERAL BR - 282 E CHÁCARA Nº.11 com o azimute de 28°24'47" e a distância de 900.62 m até o marco '34' (E=440176.168 m e N=6997611.078 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 126°37'18" e a distância de 180.16 m até o marco '35' (E=440320.761 m e N=6997503.608 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 111°43'45" e a distância de 82.77 m até o marco '36' (E=440397.653 m e N=6997472.964 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 96°09'57" e a distância de 91.00 m até o marco '37' (E=440488.122 m e N=6997463.190 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 123°40'17" e a distância de 61.70 m até o marco '38' (E=440539.469 m e N=6997428.983 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 105°56'05" e a distância de 71.20 m até o marco '39' (E=440607.932 m e N=6997409.436 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 108°25'22" e a distância de 92.78 m até o marco '40' (E=440695.956 m e N=6997380.115 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 155°04'47" e a distância de 75.44 m até o marco '41' (E=440727.743 m e N=6997311.701 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 105°44'26" e a distância de 99.07 m até o marco '42' (E=440823.102 m e N=6997284.824 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 123°09'36" e a distância de 75.94 m até o marco '43' (E=440886.674 m e N=6997243.286 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 130°00'37" e a distância de 79.81 m até o marco '44' (E=440947.802 m e N=6997191.975 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 127°51'20" e a distância de 83.61 m até o marco '45' (E=441013.820 m e N=6997140.664 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 125°15'12" e a distância de 122.76 m até o marco '46' (E=441114.069 m e N=6997069.806 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 77°28'47" e a distância de 45.08 m até o marco '47' (E=441158.081 m e N=6997079.579 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 84°33'48" e a distância de 51.58 m até o marco '48' (E=441209.429 m e N=6997084.466 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 99°27'21" e a distância de 59.49 m até o marco '49' (E=441268.111 m e N=6997074.693 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 160°32'49" e a distância de 44.05 m até o marco '50' (E=441282.782 m e N=6997033.155 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 216°16'24" e a distância de 45.46 m até o marco '51' (E=441255.885 m e N=6996996.505

m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 162°38'04" e a distância de 40.96 m até o marco '52' (E=441268.111 m e N=6996957.411 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 112°49'09" e a distância de 50.40 m até o marco '53' (E=441314.568 m e N=6996937.863 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 130°13'00" e a distância de 41.63 m até o marco '54' (E=441346.354 m e N=6996910.986 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 124°58'23" e a distância de 59.68 m até o marco '55' (E=441395.257 m e N=6996876.779 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.60 com o azimute de 29°37'07" e a distância de 846.00 m até o marco '56' (E=441813.370 m e N=6997612.237 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 86°47'15" e a distância de 45.20 m até o marco '57' (E=441858.495 m e N=6997614.769 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 128°16'14" e a distância de 41.59 m até o marco '58' (E=441891.149 m e N=6997589009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 125°31'08" e a distância de 29.56 m até o marco '59' (E=441915.209 m e N=6997571.835 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 61°07'50" e a distância de 56.91 m até o marco '60' (E=441965.049 m e N=6997599.313 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 51°21'36" e a distância de 55.01 m até o marco '61' (E=442008.014 m e N=6997633.661 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 91°03'36" e a distância de 92.82 m até o marco '62' (E=442100.818 m e N=6997631.943 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 127°07'38" e a distância de 71.13 m até o marco '63' (E=442157.532 m e N=6997589.009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 134°00'32" e a distância de 71.68 m até o marco '64' (E=442209.090 m e N=6997539.204 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 137°16'12" e a distância de 30.39 m até o marco '65' (E=442229.714 m e N=6997516.878 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 77°21'59" e a distância de 188.45 m até o marco '66' (E=442413.605 m e N=6997558.096 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 113°18'13" e a distância de 108.35 m até o marco '67' (E=442513.117 m e N=6997515.231 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 92°02'38" e a distância de 60.78 m até o marco '68' (E=442573.856 m e N=6997513.063 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 95°11'26" e a distância de 47.92 m até o marco '69' (E=442621.578 m e N=6997508.728 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 125°49'06" e a distância de 48.15 m até o marco '70' (E=442660.624 m e N=6997480.548 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 104°48'59" e a distância de 76.29 m até o marco '71' (E=442734.377 m e N=6997461.039 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 111°26'02" e a distância de 65.25 m até o marco '72' (E=442795.115 m e N=6997437.195 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 118°03'21" e a distância de 73.74 m até o marco '73' (E=442860.191 m e N=6997402.512 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 113°22'13" e a distância de 87.43 m até o marco '74' (E=442940.452 m e N=6997367.829 m); Daí segue por jusante pelo lajeado

confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 129°04'27" e a distância de 89.41 m até o marco '75' (E=443009.867 m e N=6997311.469 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 109°50'32" e a distância de 83.02 m até o marco '76' (E=443087.959 m e N=6997283.289 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 87°59'31" e a distância de 123.72 m até o marco '77' (E=443211.604 m e N=6997287.625 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 79°20'15" e a distância de 152.31 m até o marco '78' (E=443361.280 m e N=6997315.804 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 83°39'51" e a distância de 157.14 m até o marco '79' (E=443517.463 m e N=6997333.146 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 111°01'26" e a distância de 120.84 m até o marco '80' (E=443630.262 m e N=6997289.792 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 83°12'57" e a distância de 91.75 m até o marco '81' (E=443721.369 m e N=6997300.631 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 133°14'39" e a distância de 50.62 m até o marco '82' (E=443758.246 m e N=6997265.948 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 132°29'25" e a distância de 35.30 m até o marco '83' (E=443784.277 m e N=6997242.103 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 69°27'26" e a distância de 74.13 m até o marco '84' (E=443853.691 m e N=6997268.115 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 120°56'45" e a distância de 113.82 m até o marco '85' (E=443951.306 m e N=6997209.588 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 119°43'38" e a distância de 69.94 m até o marco '86' (E=444012.044 m e N=6997174.905 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°13'42" e a distância de 120.65 m até o marco '87' (E=444132.364 m e N=6997166.009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 76°46'07" e a distância de 75.76 m até o marco '88' (E=444206.118 m e N=6997183.351 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 120°07'26" e a distância de 77.75 m até o marco '89' (E=444273.363 m e N=6997144.333 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 133°34'57" e a distância de 62.89 m até o marco '90' (E=444318.917 m e N=6997100.979 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°53'44" e a distância de 76.20 m até o marco '91' (E=444394.839 m e N=6997094.476 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 71°34'38" e a distância de 61.73 m até o marco '92' (E=444453.408 m e N=6997113.985 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 136°31'41" e a distância de 56.75 m até o marco '93' (E=444492.454 m e N=6997072.799 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 103°13'54" e a distância de 75.76 m até o marco '94' (E=444566.207 m e N=6997055.458 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 134°58'47" e a distância de 64.40 m até o marco '95' (E=444611.761 m e N=6997009.936 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 152°34'34" e a distância de 65.94 m até o marco '96' (E=444642.129 m e N=6996951.409 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 86°03'27" e a distância de 63.06 m até o marco '97' (E=444705.037 m e N=6996955.744 m); Daí segue por jusante pelo lajeado

confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 51°43'46" e a distância de 104.99 m até o marco '98' (E=444787.467 m e N=6997020.775 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°04'57" e a distância de 60.89 m até o marco '99' (E=444848.205 m e N=6997016.439 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 146°17'29" e a distância de 54.72 m até o marco '100' (E=444878.574 m e N=6996970.918 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 180°00'00" e a distância de 65.03 m até o marco '101' (E=444878.574 m e N=6996905.888 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 134°58'48" e a distância de 42.93 m até o marco '102' (E=444908.943 m e N=6996875.540 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 90°00'00" e a distância de 78.09 m até o marco '103' (E=444987.034 m e N=6996875.540 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 72°40'45" e a distância de 114.65 m até o marco '104' (E=445096.481 m e N=6996909.672 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 96°20'09" e a distância de 39.29 m até o marco '105' (E=445135.527 m e N=6996905.337 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 149°36'11" e a distância de 72.88 m até o marco '106' (E=445172.404 m e N=6996842.474 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 147°30'38" e a distância de 113.08 m até o marco '107' (E=445233.142 m e N=6996747.096 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 127°12'55" e a distância de 68.10 m até o marco '108' (E=445287.372 m e N=6996705.910 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 72°46'12" e a distância de 65.86 m até o marco '109' (E=445350.279 m e N=6996725.419 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 36°42'33" e a distância de 137.90 m até o marco '110' (E=445432.710 m e N=6996835.971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 60°52'09" e a distância de 129.13 m até o marco '111' (E=445545.509 m e N=6996898.834 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 86°28'52" e a distância de 141.27 m até o marco '112' (E=445686.507 m e N=6996907.505 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 78°14'23" e a distância de 212.71 m até o marco '113' (E=445894.752 m e N=6996950.858 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 86°21'01" e a distância de 102.16 m até o marco '114' (E=445996.705 m e N=6996957.361 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 172°17'55" e a distância de 80.93 m até o marco '115' (E=446007.551 m e N=6996877.157 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 197°42'44" e a distância de 106.95 m até o marco '116' (E=445975.013 m e N=6996775.76 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 195°57'22" e a distância de 78.91 m até o marco '117' (E=445953.321 m e N=6996699.407 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 185°56'08" e a distância de 167.81 m até o marco '118' (E=445935.967 m e N=6996532.496 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 210°23'48" e a distância de 72.88 m até o marco '119' (E=445899.091 m e N=6996469.633 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 231°08'07" e a distância de 86.36 m até o marco '120' (E=445831.845 m e N=6996415.441 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 230°52'33" e a distância de 120.24 m até o marco '121' (E=445738.569 m e N=6996339.572 m); Daí segue por jusante



pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 207°42'58" e a distância de 97.95 m até o marco '122' (E=445693.015 m e N=6996252.865 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 208°30'45" e a distância de 86.34 m até o marco '123' (E=445651.800 m e N=6996176.996 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 173°28'33" e a distância de 76.36 m até o marco '124' (E=445660.477 m e N=6996101.127 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 109°58'12" e a distância de 50.78 m até o marco '125' (E=445708.200 m e N=6996083.785 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 60°49'11" e a distância de 84.47 m até o marco '126' (E=445781.953 m e N=6996124.971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 90°00'00" e a distância de 62.91 m até o marco '127' (E=445844.860 m e N=6996124.971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 110°47'03" e a distância de 86.18 m até o marco '128' (E=445925.428 m e N=6996094.392 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 99°27'21" e a distância de 118.75 m até o marco '129' (E=446042.566 m e N=6996074.883 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 62°15'29" e a distância de 46.57 m até o marco '130' (E=446083.780 m e N=6996096.559 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.99 com o azimute de 40°56'04" e a distância de 172.16 m até o marco '131' (E=446196.580 m e N=6996226.620 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.99 com o azimute de 27°25'45" e a distância de 786.40 m até o marco '132' (E=446558.838 m e N=6996924.614 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.99 com o azimute de 30°25'48" e a distância de 274.33 m até o marco '133' (E=446697.782 m e N=6997161.154 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.70 com o azimute de 63°45'37" e a distância de 1055.71 m até o marco '134' (E=447644.699 m e N=6997627.912 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 156°02'10" e a distância de 90.07 m até o marco '135' (E=447681.280 m e N=6997545.610 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 146°01'11" e a distância de 125.97 m até o marco '136' (E=447751.686 m e N=6997441.151 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 125°09'04" e a distância de 141.55 m até o marco '137' (E=447867.424 m e N=6997359.654 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 97°11'27" e a distância de 133.63 m até o marco '138' (E=448000.000 m e N=6997342.928 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 110°57'13" e a distância de 77.23 m até o marco '139' (E=448072.120 m e N=6997315.310 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 138°25'06" e a distância de 95.32 m até o marco '140' (E=448135.380 m e N=6997244.013 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 94°39'49" e a distância de 121.03 m até o marco '141' (E=448256.014 m e N=6997234.172 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 146°01'12" e a distância de 58.33 m até o marco '142' (E=448288.617 m e N=6997185.800 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 146°01'13" e a distância de 149.52 m até o marco '143' (E=448372.186 m e N=6997061.809 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 148°53'01" e a distância de 126.12 m até o marco '144' (E=448437.361 m e N=6996953.836 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute

de 140°49'31" e a distância de 69.58 m até o marco '145' (E=448481.314 m e N=6996899.895 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 107°50'31" e a distância de 112.18 m até o marco '146' (E=448588.099 m e N=6996865.524 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 101°00'14" e a distância de 71.28 m até o marco '147' (E=448658.068 m e N=6996851.919 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 71°14'41" e a distância de 71.88 m até o marco '148' (E=448726.131 m e N=6996875.030 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 118°06'22" e a distância de 95.51 m até o marco '149' (E=448810.379 m e N=6996830.034 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 163°23'04" e a distância de 81.05 m até o marco '150' (E=448833.554 m e N=6996752.371 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 163°23'04" e a distância de 130.14 m até o marco '151' (E=448870.767 m e N=6996627.667 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 139°35'47" e a distância de 72.84 m até o marco '152' (E=448917.979 m e N=6996572.200 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 139°34'51" e a distância de 72.84 m até o marco '153' (E=448965.208 m e N=6996516.744 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 117°27'29" e a distância de 61.11 m até o marco '154' (E=449019.438 m e N=6996488.564 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 104°01'36" e a distância de 44.72 m até o marco '155' (E=449062.822 m e N=6996477.725 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 74°45'18" e a distância de 49.46 m até o marco '156' (E=449110.545 m e N=6996490.732 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.51 com o azimute de 26°34'53" e a distância de 237.54 m até o marco '157' (E=449216.837 m e N=6996703.164 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.51 E 50 com o azimute de 93°23'20" e a distância de 293.36 m até o marco '158' (E=449509.680 m e N=6996685.823 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.50 E 49 com o azimute de 71°19'19" e a distância de 385.89 m até o marco '159' (E=449875.249 m e N=6996809.405 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 134°26'40" e a distância de 164.07 m até o marco '160' (E=449992.387 m e N=6996694.518 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 133°07'56" e a distância de 95.12 m até o marco '161' (E=450061.802 m e N=6996629.487 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 143°43'36" e a distância de 80.66 m até o marco '162' (E=450109.525 m e N=6996564.457 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.47 com o azimute de 29°49'54" e a distância de 444.79 m até o marco '163' (E=450330.784 m e N=6996950.304 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEIS CHÁCARAS Nº.38, 39, 40, 41 E 42 com o azimute de 118°31'14" e a distância de 1011.29 m até o marco '164' (E=451219.350 m e N=6996467.440 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL CHÁCARA Nº.42 com o azimute de 14°48'24" e a distância de 1263.44 m até o marco '165' (E=451542.232 m e N=6997688.921 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 118°35'37" e a distância de 56.93 m até o marco '166' (E=451592.216 m e N=6997661.676 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 129°22'51" e a distância de 54.87 m até o marco '167' (E=451634.626 m e N=6997626.863 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com

o azimute de 87°08'22" e a distância de 60.66 m até o marco '168' (E=451695.213 m e N=6997629.891 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 94°34'15" e a distância de 37.99 m até o marco '169' (E=451733.079 m e N=6997626.863 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 115°00'06" e a distância de 50.14 m até o marco '170' (E=451778.519 m e N=6997605.673 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 98°21'36" e a distância de 52.05 m até o marco '171' (E=451830.017 m e N=6997598.105 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 91°47'19" e a distância de 48.49 m até o marco '172' (E=451878.486 m e N=6997596.592 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 119°43'39" e a distância de 48.84 m até o marco '173' (E=451920.897 m e N=6997572.374 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 151°54'38" e a distância de 51.47 m até o marco '174' (E=451945.132 m e N=6997526.966 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 141°05'45" e a distância de 60.29 m até o marco '175' (E=451982.998 m e N=6997480.045 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 101°18'11" e a distância de 39.08 m até o marco '176' (E=452021.321 m e N=6997472.385 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 79°23'16" e a distância de 49.31 m até o marco '177' (E=452069.791 m e N=6997481.467 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 74°59'30" e a distância de 64.29 m até o marco '178' (E=452131.892 m e N=6997498.116 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 70°07'40" e a distância de 75.70 m até o marco '179' (E=452203.081 m e N=6997523.847 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 88°21'53" e a distância de 53.03 m até o marco '180' (E=452256.094 m e N=6997525.361 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 107°29'03" e a distância de 146.10 m até o marco '181' (E=452395.443 m e N=6997481.467 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 206°23'11" e a distância de 128.30 m até o marco '182' (E=452338.423 m e N=6997366.532 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 203°54'05" e a distância de 129.34 m até o marco '183' (E=452286.017 m e N=6997248.281 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 202°03'01" e a distância de 76.55 m até o marco '184' (E=452257.279 m e N=6997177.330 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 197°39'43" e a distância de 78.01 m até o marco '185' (E=452233.612 m e N=6997103.001 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°58'24" e a distância de 78.48 m até o marco '186' (E=452230.910 m e N=6997024.569 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 194°19'56" e a distância de 103.43 m até o marco '187' (E=452205.305 m e N=6996924.354 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 190°26'41" e a distância de 82.39 m até o marco '188' (E=452190.369 m e N=6996843.329 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 178°05'23" e a distância de 64.00 m até o marco '189' (E=452192.502 m e N=6996779.363 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 188°43'08" e a distância de 92.37 m até o marco '190' (E=452178.500 m e N=6996688.056 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de

183°28'55" e a distância de 60.02 m até o marco '191' (E=452174.855 m e N=6996628.150 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°21'54" e a distância de 61.22 m até o marco '192' (E=452173.397 m e N=6996566.948 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°20'15" e a distância de 69.41 m até o marco '193' (E=452171.776 m e N=6996497.553 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 175°50'15" e a distância de 72.39 m até o marco '194' (E=452177.031 m e N=6996425.354 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 162°44'50" e a distância de 79.72 m até o marco '195' (E=452200.676 m e N=6996349.217 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 166°38'52" e a distância de 108.15 m até o marco '196' (E=452225.653 m e N=6996243.987 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 157°30'22" e a distância de 82.41 m até o marco '197' (E=452257.180 m e N=6996167.849 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 163°31'00" e a distância de 134.42 m até o marco '198' (E=452295.321 m e N=6996038.950 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 167°36'39" e a distância de 110.21 m até o marco '199' (E=452318.967 m e N=6995931.308 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 159°00'47" e a distância de 84.36 m até o marco '200' (E=452349.180 m e N=6995852.546 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 168°21'31" e a distância de 136.71 m até o marco '201' (E=452376.767 m e N=6995718.649 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 164°06'15" e a distância de 91.20 m até o marco '202' (E=452401.746 m e N=6995630.933 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 189°52'22" e a distância de 99.56 m até o marco '203' (E=452384.677 m e N=6995532.850 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 205°13'35" e a distância de 70.51 m até o marco '204' (E=452354.624 m e N=6995469.061 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 214°51'45" e a distância de 56.89 m até o marco '205' (E=452322.103 m e N=6995422.378 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 224°31'40" e a distância de 66.66 m até o marco '206' (E=452275.358 m e N=6995374.856 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 244°35'08" e a distância de 81.73 m até o marco '207' (E=452201.540 m e N=6995339.782 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 261°05'25" e a distância de 139.75 m até o marco '208' (E=452063.474 m e N=6995318.137 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 265°16'00" e a distância de 179.00 m até o marco '209' (E=451885.082 m e N=6995303.366 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 256°43'58" e a distância de 91.35 m até o marco '210' (E=451796.166 m e N=6995282.401 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 257°30'24" e a distância de 75.91 m até o marco '211' (E=451722.054 m e N=6995265.980 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 282°04'44" e a distância de 74.80 m até o marco '212' (E=451648.912 m e N=6995281.632 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 304°31'00" e a distância de 73.17 m até o marco '213' (E=451588.623 m e N=6995323.094 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de



281°39'05" e a distância de 49.92 m até o marco '214' (E=451539.732 m e N=6995333.175 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 251°29'49" e a distância de 76.63 m até o marco '215' (E=451467.065 m e N=6995308.857 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 234°52'56" e a distância de 108.28 m até o marco '216' (E=451378.497 m e N=6995246.569 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°24'01" e a distância de 75.63 m até o marco '217' (E=451314.782 m e N=6995205.822 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 222°28'02" e a distância de 67.03 m até o marco '218' (E=451269.523 m e N=6995156.373 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 205°50'20" e a distância de 101.02 m até o marco '219' (E=451225.492 m e N=6995065.449 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 213°15'24" e a distância de 91.79 m até o marco '220' (E=451175.154 m e N=6994988.689 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 243°28'52" e a distância de 31.70 m até o marco '221' (E=451146.789 m e N=6994974.536 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°59'48" e a distância de 86.55 m até o marco '222' (E=451073.394 m e N=6994928.667 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°41'38" e a distância de 78.03 m até o marco '223' (E=451007.443 m e N=6994886.965 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 239°46'28" e a distância de 53.92 m até o marco '224' (E=450960.852 m e N=6994859.820 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 232°52'24" e a distância de 74.86 m até o marco '225' (E=450901.163 m e N=6994814.634 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 243°33'39" e a distância de 86.81 m até o marco '226' (E=450823.436 m e N=6994775.984 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 229°27'45" e a distância de 103.71 m até o marco '227' (E=450744.620 m e N=6994708.579 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 221°04'34" e a distância de 253.33 m até o marco '228' (E=450578.167 m e N=6994517.610 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 221°33'21" e a distância de 134.77 m até o marco '229' (E=450488.765 m e N=6994416.758 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 236°50'40" e a distância de 193.15 m até o marco '230' (E=450327.059 m e N=6994311.119 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 214°07'59" e a distância de 56.13 m até o marco '231' (E=450295.564 m e N=6994264.660 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 180°00'00" e a distância de 73.44 m até o marco '232' (E=450295.564 m e N=6994191.225 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 216°29'19" e a distância de 42.87 m até o marco '233' (E=450270.069 m e N=6994156.755 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 188°45'08" e a distância de 39.42 m até o marco '234' (E=450264.070 m e N=6994117.789 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 225°01'13" e a distância de 57.25 m até o marco '235' (E=450223.577 m e N=6994077.324 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 183°22'08" e a distância de 76.57 m até o marco '236' (E=450219.077 m e N=6994000.891 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de

180°00'00" e a distância de 92.92 m até o marco '237' (E=450219.077 m e N=6993907.973 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 185°04'59" e a distância de 67.71 m até o marco '238' (E=450213.078 m e N=6993840.532 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 173°21'11" e a distância de 220.06 m até o marco '239' (E=450238.550 m e N=6993621.951 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 171°21'25" e a distância de 119.76 m até o marco '240' (E=450256.547 m e N=6993503.555 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 194°31'15" e a distância de 131.59 m até o marco '241' (E=450223.553 m e N=6993376.166 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 183°51'34" e a distância de 133.69 m até o marco '242' (E=450214.554 m e N=6993242.783 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 192°38'31" e a distância de 178.17 m até o marco '243' (E=450175.561 m e N=6993068.935 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 193°35'42" e a distância de 121.23 m até o marco '244' (E=450147.064 m e N=6992951.099 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°50'56" e a distância de 185.93 m até o marco '245' (E=450141.065 m e N=6992765.262 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 189°37'35" e a distância de 179.37 m até o marco '246' (E=450111.070 m e N=6992588.417 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 193°00'12" e a distância de 179.96 m até o marco '247' (E=450070.577 m e N=6992413.071 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 219°55'32" e a distância de 91.45 m até o marco '248' (E=450011.883 m e N=6992342.937 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 232°36'51" e a distância de 96.26 m até o marco '249' (E=449935.396 m e N=6992284.488 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°50'16" e a distância de 178.51 m até o marco '250' (E=449768.924 m e N=6992220.044 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°48'39" e a distância de 186.59 m até o marco '251' (E=449594.954 m e N=6992152.603 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 217°28'13" e a distância de 88.75 m até o marco '252' (E=449540.963 m e N=6992082.165 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 206°12'58" e a distância de 105.24 m até o marco '253' (E=449494.471 m e N=6991987.748 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 178°48'20" e a distância de 143.91 m até o marco '254' (E=449497.470 m e N=6991843.874 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 163°58'55" e a distância de 190.23 m até o marco '255' (E=449549.961 m e N=6991661.034 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 162°04'51" e a distância de 162.30 m até o marco '256' (E=449599.896 m e N=6991506.610 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 182°54'46" e a distância de 220.71 m até o marco '257' (E=449588.680 m e N=6991286.185 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°24'41" e a distância de 205.47 m até o marco '258' (E=449583.619 m e N=6991080.779 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 190°22'09" e a distância de 172.59 m até o marco '259' (E=449552.554 m e N=6990911.004 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de

197°17'25" e a distância de 139.07 m até o marco '260' (E=449511.222 m e N=6990778.223 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 213°24'29" e a distância de 103.61 m até o marco '261' (E=449454.175 m e N=6990691.733 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 219°56'45" e a distância de 106.03 m até o marco '262' (E=449386.094 m e N=6990610.441 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 242°36'12" e a distância de 142.07 m até o marco '263' (E=449259.957 m e N=6990545.068 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°58'34" e a distância de 83.55 m até o marco '264' (E=449181.971 m e N=6990515.094 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 265°55'02" e a distância de 105.25 m até o marco '265' (E=449076.988 m e N=6990507.601 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 289°01'14" e a distância de 194.52 m até o marco '266' (E=448893.090 m e N=6990570.996 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 292°17'20" e a distância de 128.21 m até o marco '267' (E=448774.455 m e N=6990619.625 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 294°35'59" e a distância de 96.72 m até o marco '268' (E=448686.511 m e N=6990659.888 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 296°14'01" e a distância de 111.26 m até o marco '269' (E=448586.710 m e N=6990709.069 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 296°14'01" e a distância de 148.40 m até o marco '270' (E=448453.596 m e N=6990774.666 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 298°26'17" e a distância de 456.73 m até o marco '1' (E=448051.978 m e N=6990992.166 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 42.031.058,68 m<sup>2</sup>.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei o Memorial Descritivo, Planilha do Cálculo Analítico da Área e Planta Baixa do Perímetro Urbano aprovado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas na Lei Nº 4.215 de 21 de dezembro de 2011.

Joaçaba, SC, em 19 de dezembro de 2014.  
Rafael Laske  
Prefeito

#### **LEI Nº 4.559 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.559 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 205.564,64 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação  
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do ensino fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-92

Valor: R\$ 198.938,89

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000-227

Valor: R\$ 6.625,75

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Proj./Atividade: 1.035 Const. e ampliação Unidades e Parques de educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000-101

Valor: R\$ 6.625,75

Proj./Atividade: 1.037 Aquisição de Veículos-Educação

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-85

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 2.083 Manutenção da alimentação Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-75

Valor: R\$ 79.084,69

Proj./Atividade: 2.098 Manutenção da alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-77

Valor: R\$ 115.467,50

Proj./Atividade: 2.099 Manutenção da alimentação Escolar Educação Pré-Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-79

Valor: R\$ 3.386,70

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal

#### **LEI Nº 4.561 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.561 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA com o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST visando o repasse de recursos financeiros para compra de equipamento e realização de cirurgias eletivas conforme demanda e campanhas, à população do Município de Joaçaba(SC).

Art. 2º O valor a ser repassado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ao HUST, será de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em contrapartida o HUST realizará 200 (duzentas) cirurgias eletivas conforme demanda e campanhas promovidas pela Secretaria de Saúde do Município de Joaçaba, além daquelas cirurgias eletivas que são objeto das campanhas realizadas pela Secretaria do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O valor a ser repassado pelo Fundo Municipal de Saúde será de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em duas parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cada, a serem pagas no exercício de 2015.

Art. 3º O prazo de vigência deste convênio é de 24 (vinte quatro) meses a contar da data da assinatura do convênio, podendo ser renovado por termo aditivo de prazo, mediante o interesse das partes.

Art. 4º As despesas provenientes da execução deste convênio correrão por conta do orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 5º Os equipamentos adquiridos com recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Joaçaba deverão ser instalados no HUST e estar identificados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

## **LEI Nº 4.562 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 4.562 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI :

Art. 1º É concedido, aos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (SC), revisão geral anual e reajuste salarial incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de janeiro de 2015, na seguinte forma:

I revisão geral anual na ordem de 6,33% (Seis vírgula trinta e três por cento), conforme variação do INPC do período de dezembro/12 a novembro /13, sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores de que trata as Leis Complementares nºs 209, 210 e 211/2011, a Lei Complementar nº 80 de 12 de março de 2004 e alterações, inativos e pensionistas regidos pela Lei Complementar nº 099 de 24 de junho de 2005, Lei Complementar 97/2005; Lei Complementar 101/2005 e alterações; Lei Complementar 119/2006 e alterações; Lei Complementar 140/2007 e alterações; Lei Complementar 145/2007 e alterações; Lei Complementar 147/2007 e alterações; Lei Complementar 173/2009 e alterações; Lei nº 4.217 de 23 de dezembro de 2011 (Subsídio/legislatura 2013-2016);

II revisão geral anual na ordem de 6,33% (Seis vírgula trinta e três por cento), sobre os vencimentos dos servidores do SIMAE, regidos pela Lei Complementar nº 193/2010.

III revisão geral anual na ordem de 6,33% (Seis vírgula trinta e três por cento), sobre os vencimentos dos servidores efetivos, e

proventos dos cargos em comissão do Quadro Geral da Câmara de Vereadores;

IV reajuste na ordem de 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) sobre o vencimento dos servidores públicos municipais da Prefeitura já relacionados no inciso I, SIMAE, inativos e pensionistas com direito à paridade, e servidores públicos municipais da Câmara de Vereadores, com exceção de agentes políticos de que trata a LC 173/2009 e alterações.

Art. 2º Fica revisado em 7% (sete por cento) o valor da remuneração de referência para concessão do auxílio alimentação de que trata o art. 1º, §2º da Lei nº 4.025/2010 e do Quadro Geral da Câmara de Vereadores.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

## **RESOLUÇÃO Nº 001/2014 - CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Resolução nº 001/2014

Altera o horário de atendimento do Conselho Tutelar de Joaçaba por período determinado.

CONSIDERANDO a Resolução nº 152/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

CONSIDERANDO a Resolução nº 004/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamenta o processo dos Conselheiros Tutelares no município de Joaçaba, mandato 2012/2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a posse dos novos membros do Conselho Tutelar de Joaçaba, gestão 2012/2015.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 278/2014 do município de Joaçaba.

CONSIDERANDO o desligamento das conselheiras tutelares nomeadas Daiani Cristina Samora Hoff e Tânia Maria Schneider.

CONSIDERANDO que suplentes nomeados não assumiram o cargo de Conselheiro Tutelar quando convocado.

CONSIDERANDO que de cinco vagas para conselheiro tutelar de Joaçaba apenas três estão ocupadas.

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Joaçaba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.995/93, resolve:

Art. 1º. Alterar o horário de atendimento do Conselho Tutelar de Joaçaba, pelo período necessário até a contratação de duas conselheiras tutelares, definindo o mesmo para de segunda à



sexta-feira, das 13:30 às 17:30 horas.

Parágrafo Único - Fica definido que o Conselho Tutelar de Joaçaba realizará plantões nos períodos matutino e noturno de segunda à sexta-feira, e por período integral nos sábados, domingos e feriados.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, 22 de dezembro de 2014.

Cheila Sacchetti

Presidente do Conselho Municipal de  
Direitos da Criança e do Adolescente.

### RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 03/2014/SME

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 03/2014/SME

EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS DESTINADO AOS PROFESSORES DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ESPORTE PARA ATUAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PREFEITO DE JOAÇABA, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Preliminar do Processo de Escolha de Vagas destinado aos professores da Fundação de Cultura e Esportes para atuação junto à rede municipal de ensino:

1 - Consta no ANEXO I a classificação preliminar do Processo de Escolha de Vagas destinado aos professores da Fundação de Cultura e Esportes para atuação junto à rede municipal de ensino.

Parágrafo único - Nos termos do Item 2.9 do Edital n. 03/2014/SME, Processo de Escolha de Vagas, podem os interessados interpor recurso, devidamente protocolado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação.

2 - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 19 de dezembro de 2014.

José Luiz Junqueira de Carvalho

Secretário de Educação

Rafael Laske

Prefeito Municipal

| ESCOLA   | HABILITAÇÃO             | NUMERO DE VAGAS | CARGA HORÁRIA | TURNO               | CLASSIFICAÇÃO | PROFESSOR             |
|--|-------------------------|-----------------|---------------|---------------------|---------------|-----------------------|
| Centro Educacional Frei Bruno                  | Educação Física         | 01              | 40h           | Matutino/Vespertino | 1º            | MIRIAN DOLZAN         |
| Centro Educacional Frei Bruno                  | Educação Física         | 01              | 20h           | Matutino/Vespertino | 1º            | PAULO H. STROHER      |
| Centro Educacional Roberto Trompowsky          | Educação Física         | 01              | 20h           | Matutino/Vespertino | 1º            | ELISABETH BARETTA     |
| Escola Municipal Anita Lopes Vieira / NUPERAJO | Educação Física - Dança | 01              | 40h           | Matutino/Vespertino | 1º            | DEBORAH A. SUFRE-DINI |

|                                       |                            |    |      |                     |    |                           |
|---------------------------------------|----------------------------|----|------|---------------------|----|---------------------------|
| Escola Municipal Rotary Fritz Lucht   | Educação Física - Judô     | 01 | 20h  | Matutino/Vespertino | 1º | OUMAR CASSOL              |
| Escola Municipal Rotary Fritz Lucht   | Educação Física - Oficinas | 01 | 40 h | Matutino/Vespertino | 1º | EMERSON VIEIRA            |
| NUPERAJO                              | Educação Física            | 01 | 40h  | Matutino/Vespertino | 1º | MARIAROSA M. FIEDLER      |
| Centro Educacional Roberto Trompowsky | Educação Física            | 01 | 40h  | Matutino/Vespertino | 1º | EVERTON LOCATELLI (20HRS) |

13/2014 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 1/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |                                   |             |             |                |
|---|--|-------|-----------------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |                                   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor                        | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 1   | BANANA TIPO CATURRA  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,8500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,8900         |
| 2   | LARANJA TIPO PÊRA  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,8800         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,8900         |
| 3   | BATATINHA LAVADA   | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,5000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,5300         |
| 4   | APIM - NOVO, LIMPO, CASCA SÃ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE E RESISTENTE; PRAZO DE VALIDADE SEMANAL. | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,9000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 3,2800         |
| 5   | CENOURA  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,1500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,2000         |
| 6   | Repolho verde, tamanho médio, novo, com folhas sãs e sem rupturas  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,6000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,6200         |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 2/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |  | Data do Registro: 10/12/2014 |                                   | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |
|---|--|------------------------------|-----------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |                              |                                   |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação  | Unid.                        | Fornecedor                        | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 7   | BETERRABA  | KG                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 2,6000         | 1        |
|   |  |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                        | 0           | 2,9900         | 2        |
| 8   | Alho nacional, bulbo inteiro, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvido; isento de sujidades, parasitas e larvas.     | KG                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 15,5000        | 1        |
|   |  |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                        | 0           | 15,8000        | 2        |
| 9   | Alface nova; folhas sãs e sem rupturas, isentas de sujidades, parasitas e larvas.  | PÉ                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 1,7500         | 1        |
|   |  |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                        | 0           | 1,7900         | 2        |
| 10  | MORANGA CABUTIÁ  | KG                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 2,2000         | 1        |
|   |  |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                        | 0           | 2,2800         | 2        |
| 11  | Maçã Gala ou Fuji, tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie; sem ferimentos, firme, tenra e com brilho; isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. | KG                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 4,1000         | 1        |
|   |  |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                        | 0           | 4,2000         | 2        |
| 12  | MAMÃO  | KG                           | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |                        | 0           | 3,1500         | 1        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 3/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |                                   |             |             |                |
|---|--|-------|-----------------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |                                   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor                        | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 3,1800         |
| 13  | Chuchu novo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.   | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,0800         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,1000         |
| 14  | TOMATE TIPO A  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 3,5000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 3,5500         |
| 15  | TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)  | MÇ    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,9000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,9300         |
| 16  | ABOBRINHA - NOVA, COM CASCA Sã E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.                                    | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,5500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,5900         |
| 17  | Chicória nova, folhas sãs e sem rupturas; isenta de sujidades, parasitas e larvas.   | PÉ    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 1,7500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 1,7900         |
| 18  | Brócolis novo, tamanho grande, com folhas sãs e sem rupturas; isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. | MÇ    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,7000         |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 4/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |                                   |             |             |                |
|---|--|-------|-----------------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |                                   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor                        | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,7500         |
| 20  | MELÃO BRANCO   | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 4,2000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 4,2500         |
| 21  | MELANCIA   | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,0000         |
|   |  |       | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,8000         |
| 22  | MANGA  | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,9500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 3,0000         |
| 23  | Abacaxi pérola, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiro próprio, tamanho e coloração uniforme, polpa firme e intacta, casca sã e sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas. | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 4,7500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 4,9600         |
| 24  | CEBOLA   | KG    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132) |             | 0           | 2,3500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |             | 0           | 2,3900         |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 5/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |  |             |              |                |
|---|--|-------|--|-------------|--------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |  |             |              |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Desccto. (%) | Preço Unitário |
| 25  | COUVE FLOR - NOVA, TAMANHO GRANDE, COM FOLHAS SÁS E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. | UN    | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)                  |             | 0            | 3,3500         |
| 26  | OVOS DE GRANJA VERMELHOS A - TIPO 1 - DUZIA  | DZ    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    | JOAÇABA     | 0            | 3,4000         |
| 27  | LEITE TIPO "C" - PASTEURIZADO  | LTO   | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)                  |             | 0            | 4,0000         |
|   |  |       | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL       | 0            | 4,0500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0            | 2,5200         |
| 28  | LEITE UHT INTEGRAL "LONGA VIDA"  | LTO   | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL       | 0            | 2,5400         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0            | 2,5000         |
| 29  | Leite sem lactose  | LTO   | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL       | 0            | 2,5500         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0            | 3,8000         |
| 30  | IOGURTE 900 ML   | UN    | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL       | 0            | 3,8400         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0            | 4,0000         |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 6/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |   |       |  |             |             |                |
|---|---|-------|--|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |       |  |             |             |                |
| Item  | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0           | 4,0500         |
| 31  | logurte 900 ml - sem lactose  | UN    | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL       | 0           | 6,7000         |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0           | 6,8000         |
| 32  | QUEIJO TIPO MUSSARELA EMBALAGEM DE 200 GR                               | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    | DELISABORE  | 0           | 4,5800         |
|   |   |       | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) |             | 0           | 4,6000         |
| 33  | CREME DE LEITE -300 GR  | UN    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    | PIRACAMJUBA | 0           | 2,3300         |
|   |   |       | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) |             | 0           | 2,3500         |
| 34  | DOCE DE LEITE 900 GR  | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)  | MIRIAM      | 0           | 7,1500         |
|   |   |       | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) |             | 0           | 8,7000         |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |             | 0           | 8,8900         |
| 35  | CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª (PACOTE DE KG CONGELADO, NÃO EMBALADO A VÁCUO) | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    | RANSAN      | 0           | 19,4000        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014**

Página: 7/18

**Número do Registro de Preços:** 12/2014      **Data do Registro:** 10/12/2014      **Válido até:** 10/12/2015  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

| Item | Especificação  | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| 36   | FÍGADO PCT DE 1 KG CONGELADO                             | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | RANSAN      | 0           | 19,5000        | 2        |
|      |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             |             |                |          |
| 37   | CARNE BOVINA - PATINHO (CORTADA EM TIRAS PARA STROGNOFF) | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | RANSAN      | 0           | 19,9000        | 1        |
|      |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             |             |                | 2        |
| 38   | COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO                    | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | SEARA       | 0           | 5,7200         | 1        |
|      |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             |             |                | 2        |
| 39   | SALSICHA CONGELADA                                       | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | SEARA       | 0           | 7,6800         | 1        |
|      |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             |             |                | 2        |
| 40   | PRESUNTO FATIADO - 200 GR                                | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | DELISABORE  | 0           | 4,8200         | 1        |
|      |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             |             |                | 2        |
| 41   | PEIXE - FILÉ DE MERLUZA - PCTE DE 1 KG CONGELADO         | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | DO ALASKA   | 0           | 18,9000        | 1        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 8/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |   | Data do Registro: 10/12/2014 |   | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |
|---|---|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |                              |   |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor  | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|   |   |                              | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |                        | 0           | 19,0000        | 2        |
| 42  | PALETA BOVINA S/OSSO CORTADA EM ISCAS, CONGELADA, SEM GORDURA (PERCENTUAL ADMITIDO DE ATÉ 5% POR PEÇA), SEM CARTILAGENS E NERVOS, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA, FIRME DE ODOUR AGRADÁVEL. ACONDICIONADA EM PACOTE DE 01 QUILO, ROTULADO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. A ROTULAGEM DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, DATA DE VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA, NOME E/OU MARCA, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. | KG                           | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | RANSAN                 | 0           | 14,2500        | 1        |
| 43  | PEITO DE FRANGO SEM OSSO, CONGELADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.  | KG                           | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | SEVA                   | 0           | 9,7800         | 1        |
|   |   |                              | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |                        | 0           | 9,8000         | 2        |
| 44  | AÇÚCAR CRISTAL  | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | ALTO ALEGRE            | 0           | 1,9900         | 1        |
|   |   |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |                        | 0           | 2,0600         | 2        |
| 45  | ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1   | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | ALFINETE               | 0           | 1,9900         | 1        |
|   |   |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |                        | 0           | 2,2300         | 2        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 9/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |   |       | Data do Registro: 10/12/2014                      |             | Válido até: 10/12/2015 |                |          |
|---|---|-------|---|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |       |   |             |                        |                |          |
| Item  | Especificação                                     | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 46  | FARINHA DE TRIGO ESPECIAL                         | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | BEATRIZ     | 0                      | 1,9300         | 1        |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0                      | 1,9500         | 2        |
| 47  | FEIJAO PRETO TIPO 01                              | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | VO TITA     | 0                      | 3,8000         | 1        |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0                      | 3,8300         | 2        |
| 48  | LENTILHA - PACOTE COM 500 gr                      | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | KONTI       | 0                      | 6,2000         | 1        |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0                      | 6,2800         | 2        |
| 49  | MASSA COM OVOS TIPO SPAGUETTI/ PARAFUSO/ FARFALLE | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | OLIARI      | 0                      | 4,1000         | 1        |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0                      | 4,1200         | 2        |
| 50  | DOCE DE FRUTAS EM PASTA (FIGO, UVA, MORANGO)      | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | MIRIAM      | 0                      | 6,7000         | 1        |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0                      | 6,7800         | 2        |
| 51  | ÓLEO DE SOJA                                      | LT    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | COCAMAR     | 0                      | 3,3500         | 1        |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 10/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |                                     | Data do Registro: 10/12/2014 |   | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |
|---|-------------------------------------|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação                       | Unid.                        | Fornecedor  | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| 52  | OLEO DE MILHO                       | LT                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | COCAMAR                | 0           | 5,6000         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| 53  | MARGARINA COM SAL - 77% DE LIPÍDIOS | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | COAMO                  | 0           | 7,1000         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| 54  | EXTRATO DE TOMATE - LATA DE 870 GR  | LTA                          | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | QUERO                  | 0           | 6,5000         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| 55  | FERMENTO EM PÓ, LATA COM 250 GR     | LTA                          | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | DR OCTKER              | 0           | 5,2500         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
| 56  | AMIDO DE MILHO                      | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | NEILOR                 | 0           | 6,7000         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |                                     |                              |   |                        |             |                |          |
|   |                                     |                              |   |                        | 0           | 6,8800         | 2        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 11/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |   |             |             |                |
|---|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 57  | SAL REFINADO IODADO  | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | ZIZO        | 0           | 1,3500         |
| 58  | VINAGRE DE VINHO TINTO 1000 ML                               | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | KOLLER      | 0           | 2,3600         |
| 59  | FERMENTO BIOLOGICO - PACOTE COM 500 GRAMAS                   | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | LEVEPAN     | 0           | 12,0000        |
| 60  | FARINHA DE FUBÁ - FINA - 285 KG - SOCIAL E 561 KG - EDUCAÇÃO | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | BEATRIZ     | 0           | 1,7300         |
| 61  | BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA / MARIA/ LEITE/ COCO              | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | BOLAMEL     | 0           | 6,6500         |
| 62  | BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL / CREAM CRAKER              | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | BOLAMEL     | 0           | 7,2500         |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 12/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |   | Data do Registro: 10/12/2014 |   | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |
|---|---|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |                              |   |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor  | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |   |                              |   |                        |             |                | 2        |
| 63  | BISCOITO DOCE (SEM GLÚTEM) - INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, OVOS, LEITE EM PÓ, MARGARINA E SAL. CONTÉM BICARBONATO DE AMÔNIA. NENHUM INGREDIENTE PODERÁ CONTER GLÚTEM. EMBALAGEM 200 GRAMAS. | PCT                          | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | NAZINHA                | 0           | 16,8000        | 1        |
| 64  | BISCOITO CASEIRO, SABORES VARIADOS (MAISENA, COCO, AÇÚCAR MASCADO, MEL, ETC.)   | UN                           | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | ALICE                  | 0           | 8,6900         | 1        |
| 65  | SAGU  | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | PRATA                  | 0           | 4,7000         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |   |                              |   |                        |             |                | 2        |
| 66  | CHÁ - ERVA DOCE/ CAMOMILA/ CIDREIRA/ MELISSA - CAIXA COM 25 UNIDADES  | CX                           | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | LEAO                   | 0           | 5,9200         | 1        |
| MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)   |   |                              |   |                        |             |                | 2        |
| 67  | Suco concentrado 100% natural - sabores uva e laranja   | LTR                          | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | PERIM                  | 0           | 7,2500         | 1        |
| SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)   |   |                              |   |                        |             |                | 2        |
| 68  | MASSA FINA COM OVOS (CABELO DE ANJO, LETRINHAS, CONCHINHAS)   | KG                           | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | ORQUIDEA               | 0           | 4,9500         | 1        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 13/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |   |       |   |             |             |                |
|---|---|-------|---|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |       |   |             |             |                |
| Item  | Especificação   | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 4,9900         |
| 70  | CAFÉ TORRADO E MOÍDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA ABIC | KG    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | CABOCLO     | 0           | 14,2000        |
|   |   |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             | 0           | 14,9800        |
| 71  | CHOCOLATE EM PÓ - 500 GR - PCTE                       | PCT   | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | NEILOR      | 0           | 4,7000         |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 4,7400         |
| 72  | CHOCOLATE EM PÓ (SEM GLUTEM)                          | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | NEILAR      | 0           | 9,4000         |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 9,4800         |
| 73  | CEREAL MATINAL DE MILHO EM FLOCOS - SEM AÇÚCAR        | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | ALCA FOODS  | 0           | 5,7900         |
| 74  | FARINHA INTEGRAL                                      | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | BEATRIZ     | 0           | 3,3000         |
|   |   |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 3,3400         |
| 75  | FARINHA DE MANDIOCA - TORRADA                         | KG    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | MANFIL      | 0           | 5,4000         |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 14/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |   |             |             |                |
|---|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 5,4800         |
| 76  | MILHO VERDE EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS. | CX    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | GOIAS       | 0           | 1,5200         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 1,5500         |
| 77  | ERVILHA EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS      | CX    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | GOIAS       | 0           | 1,5400         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 1,6000         |
| 79  | PIPOCA DOCE PCTE 60 GR   | PCT   | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | EXPLOSAO    | 0           | 1,1200         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 1,1300         |
| 80  | BOMBOM DE 30 GR  | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | SERENATA    | 0           | 0,8300         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 0,8400         |
| 81  | PIRULITO REDONDO 10 GR   | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | POP MANIA   | 0           | 0,4000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 0,4200         |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 15/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 10/12/2014      Válido até: 10/12/2015   |  |       |   |             |             |                |
|---|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |  |       |   |             |             |                |
| Item  | Especificação  | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 82  | AVEIA EM FLOCOS FINOS - 250 GR   | UN    | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) | APTI        | 0           | 3,0000         |
|   |  |       | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   |             | 0           | 3,0500         |
| 83  | CAFÉ TORRADO E MÓIDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 500 GR - (Associação Brasileira de Indústria do Café) - 500 gr) | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | MELITA      | 0           | 9,3000         |
|   |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             | 0           | 9,3500         |
| 84  | FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ N. 103 - COM 30 UNIDADES   | CX    | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | BRIGITA     | 0           | 2,3400         |
|   |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             | 0           | 2,3500         |
| 85  | AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL - PCTE 5 KG   | PCT   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | DUCULA      | 0           | 9,9200         |
|   |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             | 0           | 9,9500         |
| 86  | AGUA MINERAL SEM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDOS COM 12 UNIDADES   | FDO   | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                   | RANDON      | 0           | 11,8000        |
|   |  |       | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)                 |             | 0           | 11,8500        |
|   |  |       | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029) |             | 0           | 11,9000        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2014

Página: 16/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014   |   | Data do Registro: 10/12/2014 |  | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |   |
|---|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|---|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |   |                              |  |                        |             |                |          |   |
| Item  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |   |
| 87  | ÁGUA MINERAL COM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDO COM 12 UNIDADES | FDO                          | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | SANTA CATARINA         | 0           | 14,4000        | 4        |   |
|   |   |                              | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) |                        |             |                |          | 1 |
|   |   |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)                    |                        |             |                |          | 2 |
|   |   |                              | GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)                  |                        |             |                |          | 3 |
|   |   |                              | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) |                        |             |                |          | 1 |
| 88  | LEITE UHT INTEGRAL - LONGA VIDA - CX C/ 12 LITROS                 | CX                           | TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390) | TIROL                  | 0           | 26,4000        | 1        |   |
|   |   |                              | MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)  |                        | 0           | 28,0000        | 2        |   |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014**

Página: 17/18

| Número do Registro de Preços: 12/2014  |               | Data do Registro: 10/12/2014 |                          | Válido até: 10/12/2015 |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|--------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| <b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |               |                              |                          |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor               | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|  |               |                              | SUPERMERCADO RANSAN LTDA |                        | 0           | 28,0800        | 3        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 18/18

|   |               |                              |            |                        |             |                |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|
| Número do Registro de Preços: 12/2014   |               | Data do Registro: 10/12/2014 |            | Válido até: 10/12/2015 |             |                |
| Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. |               |                              |            |                        |             |                |
| Item  | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário |
|   |               |                              |            |                        |             | Classif.       |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2014  
PROCESSO Nº 85/2014

- (6878) - SUPERMERCADO RANSAN LTDA
- (10029) - MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME
- (10132) - GUILHERME BRAGHIROLI - ME
- (10390) - TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Joaçaba, 10 de Dezembro de 2014.

ATA 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

| Número do Registro de Preços: 14/2014      Data do Registro: 17/12/2014      Válido até: 17/12/2015  |  |       |  |             |             |                |
|--|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |  |       |  |             |             |                |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 1  | GASOLINA COMUM   | LTO   | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)               | PETROBRAS   | 0           | 3,0350         |
|  |  |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 3,0370         |
|  |  |       | POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. (10926)              |             | 0           | 3,0400         |
|  |  |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0           | 3,0700         |
| 2  | ÓLEO DIESEL S-10   | LTO   | POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. (10926)              | PETROBRAS   | 0           | 2,7170         |
|  |  |       | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)               |             | 0           | 2,7180         |
|  |  |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 2,7190         |
|  |  |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0           | 2,7800         |
| 3  | Óleo Lubrificante para Motores a Diesel - 30 API CF (balde 20 litros)    | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 250,0000       |
|  |  |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 279,0000       |
| 4  | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W40 API CI-4 (BALDE 20 LITROS) | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 251,0000       |
|  |  |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0           | 252,0000       |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

Página: 27

| Número do Registro de Preços: 14/2014      Data do Registro: 17/12/2014      Válido até: 17/12/2015  |   |       |  |             |             |                |
|--|---|-------|--|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |   |       |  |             |             |                |
| Item   | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 5  | Óleo Lubrificante Semi-Sintético 15W40 CG 4 para Motores a Diesel (litro)     | LTO   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 28,6000        |
|  |   |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 28,7000        |
| 6  | ÓLEO LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO 10W40 PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL (LITRO) | LTO   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 30,3000        |
|  |   |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0           | 30,4000        |
| 7  | ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL (LITRO)                | UN    | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 22,0000        |
|  |   |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 23,0000        |
| 8  | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W50 PARA MOTORES A 04 TEMPOS (MOTOCICLETA)            | LTR   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 20,0000        |
| 9  | OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A 02 TEMPOS (500ml)                            | FRC   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 16,0000        |
|  |   |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0           | 16,1000        |
| 10   | ÓLEO THF 11 PARA TRANSMISSÃO - BALDE 20 LITROS                                | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 323,5000       |
|  |   |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0           | 323,8000       |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

Página: 37

| Número do Registro de Preços: 14/2014      Data do Registro: 17/12/2014      Válido até: 17/12/2015  |  |       |  |             |             |                |
|--|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |  |       |  |             |             |                |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| 11   | ÓLEO ATF PARA TRANSMISSÃO HIDRÁULICA API 30 TDTO - BALDE 20 LITROS | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 347,4000       |
|  | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)         |       |  |             | 0           | 347,5000       |
| 12   | ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 30 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS                | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 548,0000       |
|  | POSTO ESTRELA LTDA (8523)  |       |  |             | 0           | 548,8000       |
| 13   | Óleo transmissão SAE 40 TDTO TO-4 (balde 20 litros)                | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 481,8000       |
|  | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)         |       |  |             | 0           | 482,0000       |
| 14   | ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 50 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS                | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 577,8000       |
|  | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)         |       |  |             | 0           | 578,0000       |
| 15   | ÓLEO HIDRÁULICO 68 API - 10 W - BALDE 20 LITROS                    | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0           | 278,3000       |
|  | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)         |       |  |             | 0           | 278,5000       |
| 16   | ÓLEO HIDRÁULICO 10 W HYDO - BALDE COM 20 LITROS                    | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0           | 279,0000       |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

Página: 4/7

| Número do Registro de Preços: 14/2014  |   |       | Data do Registro: 17/12/2014                               |             | Válido até: 17/12/2015 |                |          |
|--|---|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |   |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
|  |   |       | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |             | 0                      | 280,0000       | 2        |
| 17   | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL 5 PARA ENGRENAGENS - BALDE 20 LITROS      | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0                      | 277,9000       | 1        |
|  |   |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0                      | 278,0000       | 2        |
| 18   | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 API GL 5 PARA ENGRENAGENS - BALDE 20 LITROS     | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0                      | 278,0000       | 1        |
|  |   |       | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |             | 0                      | 278,2000       | 2        |
| 19   | Óleo Lubrificante SAE 80W/140 API GL 5 para Engrenagens (balde 20 litros) | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0                      | 459,0000       | 1        |
| 20   | GRAXA AZUL - BALDE 20 KG  | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0                      | 524,0000       | 1        |
| 21   | GRAXA GRAFTADA INDUSTRIAL COMUM - TAMBOR COM 170 QUILOS                   | TBR   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0                      | 2.199,0000     | 1        |
| 22   | GRAXA GRAFTADA NLG#2 COM 3% DE MOLIBDÊNIO - BALDE 20 KG                   | BDE   | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS   | 0                      | 624,0000       | 1        |
| 23   | GRAXA PARA ROLAMENTOS - BALDE 20 KG                                       | BDE   | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR          | 0                      | 478,8000       | 1        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

Página: 5/7

| Número do Registro de Preços: 14/2014  |   | Data do Registro: 17/12/2014 |  | Válido até: 17/12/2015 |             |                |          |
|--|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |   |                              |  |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|  |   |                              | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |                        | 0           | 479,0000       | 2        |
| 24   | LÍQUIDO DE FREIO DOT 3 - FRASCOS 500 ML                                 | FRC                          | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS              | 0           | 14,0000        | 1        |
|  |   |                              | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  |                        | 0           | 15,0000        | 2        |
| 25   | LÍQUIDO DE FREIO DOT 4 - FRASCOS 500 ML                                 | FRC                          | POSTO ESTRELA LTDA (8523)                                  | BR                     | 0           | 20,0000        | 1        |
|  |   |                              | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) |                        | 0           | 21,0000        | 2        |
| 26   | OLEO MINERAL PARA FREIO   | UN                           | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS              | 0           | 84,0000        | 1        |
| 27   | ARLA 32 PARA VEÍCULO A DIESEL SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA) - LITRO | LTO                          | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS              | 0           | 2,5900         | 1        |
| 28   | Aditivo para radiador 40°C + 125°C (litro)                              | LTO                          | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | PETROBRAS              | 0           | 27,8000        | 1        |





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2014

Página: 77

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 14/2014  |               | Data do Registro: 17/12/2014 |            | Válido até: 17/12/2015 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2014  
PROCESSO N° 88/2014

- (8523) - POSTO ESTRELA LTDA
- (9776) - POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA.
- (10066) - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA
- (10926) - POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA.

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2014.

**PLASS****EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 06/2014 - PP 01/2014/PLASS**

PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2014.
- Objeto: Fornecimento de medicamentos, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2015, mediante desconto em folha de pagamento.
- Empresa Vencedora:
- FARMÁCIA JOAÇABA LTDA.
- Desconto total: 62% (sessenta e dois por cento).

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

**SIMAE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 004/2014 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2014

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0013/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Cimento, Cal e Areia para utilização na confecção de pré-moldados (lajes de transição para poços de visita e caixas de proteção de válvulas) para área de esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0013/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - CIMENTO CP II, SACOS COM 50 KG, Quantidade - 600 Unidade de medida - SACO.

1º. Colocado - Empresa: Herval Materiais de Construções Ltda, no valor de R\$ 25,40 (Vinte e cinco reais e quarenta centavos);

Item 02 - AREIA MÉDIA, Quantidade - 60 Unidade de medida - METROS CUBICOS.

1º. Colocado - Empresa: Planalto Portas e Esquadrias de Madeiras Ltda, no valor de R\$ 117,90 (Cento e dezessete reais e noventa centavos));  
dezenove reais).

Item 03 - CAL HIDRATADA SACOS COM 20 KG, Quantidade - 100 Unidade de medida - SACO.

1º. Colocado - Empresa: Planalto Portas e Esquadrias de Madeiras Ltda, no valor de R\$ 7,95 (Sete reais e noventa e cinco centavos));

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Cimento, Cal e Areia, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0013/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

**4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 O Cimento, Cal e Areia deverá ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE-Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, o material deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do cimento, cal e areia com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará

no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### 5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

#### 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

#### 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega do Material (Cimento, Cal ou Areia) após

solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

#### 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

#### 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

#### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 08 de abril de 2014 .

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeiro

Equipe de Apoio  
Graciela Prato Bordin da Rosa Monica Saraiva Romani

Claudiomar Saretta  
HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Sergio Francisco Bucco  
PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA

#### **INEXIBILIDADE JHL 0004/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0004/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO 0077/2014  
PROTOCOLO Nº 3321/2014

O SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, ATRAVÉS DE SUA DIRETORA PRESIDENTE, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, TORNA PÚBLICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

JUSTIFICATIVA: INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL: CAPUT DO ART.25, LEI 8666/93.

JOAÇABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE DO SIMAE

#### **PORTARIA JHL 271/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 271/2014 DE 22/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Washington Luiz Rui Provencini Papini, ocupante do cargo de Operador de ETA, enquadrado no P-6, N-1, Ref. A, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Fiorino Placa MGR- 3980, no período de 05 de janeiro à 03 de fevereiro de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 272/2014**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 272/2014 DE 22/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: Evald Hommerding Junior, Operadora de ETA, P-6, N-3, Ref-J-9, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, no período de 05 a 24 de janeiro de 2015, e que será exercido cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, por motivo de férias do titular.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de janeiro de 2015, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 274/2014**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 274/2014 DE 22/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: o servidor Paulo César Lamin, Químico, P-8, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Diretor Técnico, no período de 05 à 24 de Janeiro de 2015, por motivo de férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como Assessor da Qualidade, conforme Portaria 111/2014 de 16/07/2014 para o período em que estiver respondendo pela função de Direção.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 275/2014**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 275/2014 DE 22/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: o servidor Vinicius Vieceli Melo, Auxiliar



Administrativo, P-3, N-1, Ref.A, para responder pela Função de Gerente do Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio do SIMAE, no período de 19 de Janeiro à 02 de fevereiro de 2015, por motivo de férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 276/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 276/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: o servidor Locemar Ferrari, Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-8, para responder pela Função de Gerente do Setor Comercial do SIMAE, no período de 19 de Janeiro à 02 de Fevereiro de 2015, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 277/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 277/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: a servidora Mônica Saraiva Romani, Escriturário, P-5, N-1, Ref. F-1, para responder pela Função de Encarregado de Serviço - Compras, Licitações e Contratos do SIMAE, no período de 20 de Janeiro à 18 de Fevereiro de 2015, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 278/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 278/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar: a servidora Patricia Callegari Warken, Contadora, P-8, N-1, Ref.C-2, para responder pela Função de Diretora Administrativa, no período de 26 de Janeiro à 14 de Fevereiro de 2015, por motivo de férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

#### **PORTARIA JHL 279/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 279/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art.1º Designar: a servidora Janete Farenzena, Auxiliar Técnico, P-5, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Gerente do Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura do SIMAE, no período de 26 de Janeiro à 14 de Fevereiro de 2015, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente



**PORTARIA JHL 280/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 280/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar: o servidor Edson Rodrigo Besbati, Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.B, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção Eletromecânica, no período de 26 de Janeiro à 14 de Fevereiro de 2015, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 145/2013 de 30/08/2013 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 281/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 281/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar: a servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. C, para responder pela Função de Encarregado de Serviço -Recursos Humanos, no período de 26 de Janeiro à 14 de Fevereiro de 2015, por motivo de férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 282/2014**

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 282/2014 DE 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar: a servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. C, para responder pela Função de Encarregado de Serviço - Recursos Humanos, no período de 05 à 16 de Janeiro de 2015, por motivo de Licença Prêmio da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0105/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0105/2014

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0060/2014

PROTOCOLO JHL 3433/2014

PROCESSO 0083/2014

Data: 22/12/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para perfuração de 05 (cinco) poços de monitoramento na Estação de Tratamento de Esgoto de Herval d'Oeste, conforme NBR 15495:2007, incluindo materiais, relatórios, ART e serviços de escritório

Contratado: ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.

Valor do Contrato : R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 22/12/2014 a 21/06/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0106/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0106/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO JHL 0003/2014

PROTOCOLO JHL 2478/2014

PROCESSO 0052/2014

Data: 22/12/2014

Objeto: PERMISSÃO ESPECIAL DE USO para Ocupação Longitudinal, Transversal e Pontual da faixa de domínio da rodovia federal BR-282/SC, no município de Joaçaba/SC, com ocupação longitudinal Km 386+650m ao Km 386+900, ocupação transversal Km 386+900m e ocupação pontual Km 386+650m, 386+716m, 386+813m, 386+897m, 386+900, ocupando uma área total de 176,42 m², com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSÃO, para utilização de rede de distribuição de esgoto sanitário.

Contratado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES -DNIT.

Valor Anual do Contrato : R\$ 1.237.32 (um mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), em parcela única.

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.062.

ELEMENTO: 3.3.90.39.90

Prazo de vigência: 22/12/2014 a 21/12/2019

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

# Lages

## PREFEITURA

### **ANULAÇÃO PP 08-2014 FUNREBOM** **ANULAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 - PROCESSO Nº 09/2014 - FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE LAGES.

O Município de Lages, representado neste ato pela Executiva de Licitações e Contratos Interina, fundamentado no parecer jurídico Nº 1294/2014 da Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe. Atenciosamente.

Lages, 19 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2014- 1º TERMO ADITIVO**

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SERRA CATARINENSE - CISAMA - 1º TERMO ADITIVO.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant,13 - centro, representada pelo Prefeito em Exercício Excelentíssimo Senhor Antonio Arcanjo Duarte, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 11.173.405/0001-48, representado pelo seu Presidente, Sr. José Valdori Hemkemaier, Prefeito de Palmeira, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, celebram o presente Contrato de Programa, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem: Cláusula Primeira. Fica acrescido ao valor original do contrato de rateio de 2014, o valor de R\$ 1.777,92 (hum mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), passando o Contrato a vigorar com o valor total de R\$ 25.758,81(vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Cláusula Segunda. Ficam acrescidos aos objetivos originais o licenciamento e regularização de cascalheiras a ser desenvolvido através do Projeto orçamentário de Meio Ambiente, através de repasse ao Município na classificação orçamentária 3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes.

Cláusula Terceira. O valor constante da cláusula primeira será pago em parcela única a ser empenhada no mês de Dezembro.

Cláusula Quarta. Ficam mantidas as demais normas do Contrato original e, por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente aditivo contratual em 03 (três) vias de igual forma.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Consortado/Contratante

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2014- PML- 3º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 051/2014 PML- 3º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Guerino Omizzolo, Fortunato Dias Batista, Hilda Schimidt Piccinini e Joaquim Borges de Melo, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato, assim identificadas:

- Lote 01 - Rua Guerrino Omizzolo;
- Lote 02 - Rua Fortunato Dias Batista;
- Lote 03 - Rua Hilda Schimidt Piccinini;
- Lote 04 - Rua Joaquim Borges de Melo.

De acordo com justificativa apresentada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 44.642,54 (quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), referente à Rua Guerino Omizzolo da Silva.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 22 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2014 - PML - 1º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0141/2014 FMS-1º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PAULO AMARAL TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 14.034.976/0001-90, com sede a Rua Amador Duarte Ávila, 79 - Centro, CEP 88501-440 - Lages/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para, Transportar pacientes do SUS para as cidades de Santa Catarina para fins de consultas e cirurgias com enfermeiros e/ou acompanhantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução fica prorrogado até 30/03/2015.

4.3 Do Contrato fica prorrogado até 30/03/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 18 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2014 - PML- 1º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 275/2014 -PML- 1º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TORTELLI MOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 79.240.354/0001-63, sediada a Avenida Presidente Vargas 1394 - Bairro Coral, CEP 88509-501 - Lages/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Mecânicos de Manutenção de Motosserras, Podadores e Roçadeiras, Por Hora Cheia Trabalhada, com Fornecimento de Material, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.3 De Execução: fica prorrogado até 30/04/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

Fica prorrogado até 30/04/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 304/2014- PML-1º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO 304/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 14.694.138/0001-42, com sede à Rua Odilio Garcia, 729 - ITAJAI - SC - CEP: 88.310-180.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

Conforme desistência apresentada pela empresa, Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Turismo e Parecer Jurídico favorável, SUMPRIME-SE, do valor inicial Contratado o item 11, o qual totaliza R\$ 1.650,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta reais), ficando o Contrato com valor de R\$ 1.575,00 (hum mil quinhentos e setenta e cinco reais) sendo que refere-se ao item 4.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 305/2014 - 1º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO CONTRATO 305/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PAULO CESAR DOS SANTOS COMÉRCIO EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 12.795.418/0001-11, com sede a Rua Delgado Ozias Algauer, 128 - Ganchinho CEP 81935-397 - Curitiba/PR  
Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 187/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 83/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

Conforme desistência apresentada pela empresa, Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Turismo e Parecer Jurídico favorável, SUMPRIME-SE, do valor inicial Contratado os itens 1, 2 e 3 o qual totaliza R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), ficando o Contrato com valor de R\$ 5.220,00 (cinco mil, duzentos e vinte reais) sendo que refere-se ao item 12.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2014 - PML- 1º TERMO ADITIVO**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO CONTRATO 306/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ROGÉRIO CAMARGO ME, inscrita no CNPJ sob n.º 20.153.523/0001-85, com sede a Rua Santo Agostinho, 800 - Bairro Cordeiros, CEP 88310-200 - Itajaí/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 187/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 83/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

Conforme desistência dos primeiros colocados, Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Turismo e Parecer Jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial Contratado o valor de R\$ 140.640,00 (cento e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais), totalizando o valor contratado para 204.840,00 (duzentos e quatro mil, oitocentos e quarenta reais)

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 358/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 358/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 234/2014, correlato à Dispensa de Licitação 90/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS Santa Monica, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 11.766,36 (onze mil setecentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 360/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 360/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 230/2014, correlato à Dispensa de Licitação 96/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no CRAS I, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 50.065,46 (cinquenta mil e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 361/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 361/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NENE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 18.679.799/0001-50, com sede a Rua Aujor Luz, Nº 560 - Santa Catarina - CEP 88.512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 239/2014, correlato à Dispensa de Licitação 91/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS Caça e Tiro, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 7.831,29 (sete mil e oitocentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 362/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 362/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 236/2014, correlato à Dispensa de Licitação 88/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS São Francisco, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 11.061,90 (onze mil e sessenta e um reais e noventa centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 363/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 363/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 235/2014, correlato à Dispensa de Licitação 89/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS São Cristovão, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 10.098,50 (dez mil e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 364/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 364/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADRUGA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA inscrita no CNPJ n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Av Marechal Floriano, 1500 - Centro - CEP 88.501-103 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 252/2014, correlato à Dispensa de Licitação 107/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no CEIM Domingas Bianchini, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 41.833,40 (quarenta e um mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 365/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 365/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADRUGA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA inscrita no CNPJ n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Av Marechal Floriano, 1500 - Centro - CEP 88.501-103 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 251/2014, correlato à Dispensa de Licitação 109/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no EMEB Anjo da Guarda, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 21.959,52 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 366/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 366/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Aujor Luz, 791 - Centro - CEP 88512-400 - Lages/SC.

este Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 241/2014, correlato à Dispensa de Licitação 86/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Frei Rogério, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.663,89 (dez mil seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 367/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 367/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Aujor Luz, 791 - Centro - CEP 88512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 242/2014, correlato à Dispensa de Licitação 103/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Conta Dinheiro, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 11.766,36 (onze mil setecentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 368/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 368/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCOS ARNAUTOS DE CHAVES EIRELLI - ME inscrita no CNPJ n.º 21.395.192/0001-52, com sede a Rua Eleuterio Silva Furtado, 639 - Centenário - CEP 88.512-060 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 231/2014, correlato à Dispensa de Licitação 98/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reparos em próprios municipais no EMEB Lupercio de Oliveira Koech, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.341,74 (dez mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 369/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 369/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSE MOACIR DA CRUZ NUNES - ME inscrita no CNPJ n.º 11.974.705/0001-26, com sede a Rua Terezinha Arruda Michelin, 43 - Bom Jesus - CEP 88.203-425 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 243/2014, correlato à Dispensa de Licitação 110/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na Fundação Cultural, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 249.984,78 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 370/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NENE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 18.679.799/0001-50, com sede a Rua Aujor Luz, Nº 560 - Santa Catarina - CEP 88.512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 254/2014, correlato à Dispensa de Licitação 85/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS Habitação, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 11.278,57 (onze mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 371/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 371/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NENE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 18.679.799/0001-50, com sede a Rua Aujor Luz, Nº 560 - Santa Catarina - CEP 88.512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 253/2014, correlato à Dispensa de Licitação 111/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na CRAS II, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 6.104,24 (seis mil cento e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 372/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 372/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 250/2014, correlato à Dispensa de Licitação 106/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS Bairro Popular, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 20.140,79 (vinte mil cento e quarenta reais e setenta e nove centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 373/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 373/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 229/2014, correlato à Dispensa de Licitação 104/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na Secretaria de Agricultura, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 19.121,24 (dezenove mil cento e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 374/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 374/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCOS ARNAUTOS DE CHAVES EIRELLI - ME inscrita no CNPJ n.º 21.395.192/0001-52, com sede a Rua Eleuterio Silva Furtado, 639 - Centenário - CEP 88.512-060 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 238/2014, correlato à Dispensa de Licitação 99/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reparos em próprios municipais no EMEB Ondina Neves Blayer, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 36.738,88 (trinta e seis mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 375/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 375/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCOS ARNAUTOS DE CHAVES EIRELLI - ME inscrita no CNPJ n.º 21.395.192/0001-52, com sede a Rua Eleuterio Silva Furtado, 639 - Centenário - CEP 88.512-060 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 237/2014, correlato à Dispensa de Licitação 100/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reparos em próprios municipais no CEIM Chapeuzinho Vermelho, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.378,39 (sete mil trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 376/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 376/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Aujor Luz, 791 - Centro - CEP 88512-400 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 240/2014, correlato à Dispensa de Licitação 87/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Petrópolis, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 19.746,80 (dezenove mil setecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 377/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 377/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 247/2014, correlato à Dispensa de Licitação 105/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Bairro Copacabana, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.709,27 (oito mil setecentos e nove reais e vinte e sete centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 378/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 378/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 244/2014, correlato à Dispensa de Licitação 108/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na CRAS VI, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 21.146,71 (vinte e um mil cento e quarenta e seis reais e setenta e um centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 379/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 379/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 245/2014, correlato à Dispensa de Licitação 112/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Gethal, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.789,20 (sete mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 380/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 380/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 246/2014, correlato à Dispensa de Licitação 102/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Bairro São Pedro, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 17.312,95 (dezessete mil trezentos e doze reais e noventa e cinco centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 384/2014- PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 384/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: VIP CAR VEICULOS, inscrita no CNPJ n.º 05.586.628/0001-34, com sede a AV Centenário, nº 5820 - Bairro Prospera, CEP: 88.801-001 - Criciúma/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Veículo para uso da Defesa Civil, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão da Autorização de Fornecimento, na Prefeitura Municipal de Lages, à Rua Benjamin Constant nº 13, Bairro Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 30/05/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 76.700,00 (setenta e seis mil e setecentos reais),

Lages, 19 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº359/2014-PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 359/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 233/2014, correlato à Dispensa de Licitação 95/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na UBS Universitário, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 13.398,50 (treze mil trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Lages, 15 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**REVOGAÇÃO CC 01-2014 PML**

REVOGAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PML.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/AUTÔNOMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGES E QUE FREQUENTAM AS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DA ÁREA URBANA, ALÉM DOS DEFICIENTES FÍSICOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS PARA AS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS E DE ENSINO REGULAR.

O Presente os termos da exposição de motivos formulada pela Secretário Municipal de Educação, caracterizando fato superveniente no trâmite do Processo Licitatório em voga, fundamentado no parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, priorizando a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento.

Atenciosamente,

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lages, 19 de dezembro de 2014.



**Lauro Muller****PREFEITURA****EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 63/2014 FMS**

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 63/2014 FMS

Contrato Original: 63/2014

Processo Licitatório nº 28/2014 - Carta Convite nº 28/2014

Objeto:

Contratação de empresas do ramo pertinente para execução das obras de REFORMA do CAPS Município de LAURO MULLER/SC

Valor aditivado: R\$ 9.125,03 (nove mil cento e vinte e cinco reais e tres centavos).

Contratado: Construtora Nelgui LTDA ME

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 63/2014 PMLM**

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 63/2014 PMLM

Contrato Original: 63/2014

Processo Licitatório nº 28/2014 - Carta Convite nº 28/2014

Objeto: contratação de empresa para executar serviços de manutenção da rede de iluminação publica do Município, envolvendo mão de obra, e deslocamento, nos bairros, distritos, e sede, praças, trevos, postes e espaços públicos conforme discriminação.

Valor aditivado: R\$ 4.518,36 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e trinta e seis centavos).

Contratado: ANGELO ARAUJO FILHO ME.

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 198/2014 PMLM**

EXTRATO DE CONTRATO 198/2014 PMLM

Contrato 198/2014

Processo Licitatório nº 118//2014 - CARTA CONVITE 118/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente pavimentação de base para instalação de academia ao ar livre na Praça Paulo Gazola, Arizona

Contratado: ANOAR PROINELLI &amp; CIA LTDA ME

Valor: R\$ 40.708,52 (quarenta mil setecentos e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Prazo de Vigência: 10/12/2014 à 10/03/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 199/2014 PMLM**

EXTRATO DE CONTRATO 199/2014 PMLM

Contrato 199/2014

Processo Licitatório nº 130//2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 129/2014

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para execução da reforma na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, devido a insuficiência de participantes na CV 120/2014.

Contratado: ANOAR PROINELLI &amp; CIA LTDA ME

Valor: R\$ 6.667,71 (seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos)

Prazo de Vigência: 16/12/2014 à 01/03/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 76/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 76/2014 FMS

Contrato 76/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP

Valor: R\$ 4.422,15 (quatro mil quatrocentos e vinte e dois reais e quinze centavos).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 77/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 77/2014 FMS

Contrato 77/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA

Valor: R\$ 3.563,74 (tres mil quinhentos e setenta e tres reais e setenta e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 78/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 78/2014 FMS

Contrato 78/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 932,35 (novecentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 79/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 79/2014 FMS

Contrato 79/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: ATEKI INFORMATICA LTDA EPP

Valor: R\$ 4.475,52 ( quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 80/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 80/2014 FMS

Contrato 80/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: TM SCHLICKMANN &amp; CIA LTDA ME

Valor: R\$ 2.766,50 ( dois mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 81/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 81/2014 FMS

Contrato 81/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA ME

Valor: R\$ 6.719,00 ( seis mil setecentos e dezenove reais).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 82/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 82/2014 FMS

Contrato 82/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: HERCILIO DE MATTIA ME

Valor: R\$ 2.448,00 ( dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 83/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 83/2014 FMS

Contrato 83/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para equipar a Unidade de Saúde do Guatá do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: MARIA CIRLEI VEIGA ME

Valor: R\$ 6.672,00 ( seis mil seiscentos e setenta e dois reais).

Prazo de Vigência: 2/12/2014 à 02/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 84/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 84/2014 FMS

Contrato 84/2014

Processo Licitatório nº 43/2014 - TOMADA DE PREÇO 43/2014  
Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade do Bairro de Itanema localizada no Itanema no Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: EMPRESA CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor: R\$ 71.709,94 ( setenta e um mil setecentos e nove reais e noventa e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 22/12/2014 à 31/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 85/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 85/2014 FMS

Contrato 85/2014

Processo Licitatório nº 44/2014 - TOMADA DE PREÇO 44/2014  
Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade Básica de Saúde ESF Barro Branco localizada no Itanema no Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: EMPRESA CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor: R\$ 63.935,46 (sessenta e três mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Prazo de Vigência: 22/12/2014 à 31/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 86/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 86/2014 FMS

Contrato 86/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - TOMADA DE PREÇO 46/2014  
Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Ampliação da Unidade Básica de Saúde ESF Sumaré localizada no Itanema no Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: EMPRESA CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor: R\$ 113.411,88 ( cento e treze mil quatrocentos e onze reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de Vigência: 22/12/2014 à 31/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**EXTRATO DE CONTRATO 87/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 87/2014 FMS

Contrato 87/2014

Processo Licitatório nº 47/2014 - TOMADA DE PREÇO 47/2014

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Ampliação da Unidade Básica de Saúde ESF Arizona localizada no Itanema no Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: EMPRESA CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor: R\$ 99.926,68( noventa e nove mil novecentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos)

Prazo de Vigência: 22/12/2014 à 31/06/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Lebon Regis****PREFEITURA****DECRETO Nº 114/2014**

DECRETO Nº. 114/2014, 12 de Dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1503/2014 de 11 de Dezembro de 201;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais ), nas seguintes dotações orçamentárias:

**02.50 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

| Dotação | Funcional   | Valor         |
|---------|---|---------------|
| 19      | 00002.00050.00004.00122.00002.2.000010-3.3.9.0 Aplicações Diretas | R\$ 40.000,00 |

**01.10 – CAMARA MUNICIPALDE VEREADORES**

| Dotação | Funcional   | Valor         |
|---------|---|---------------|
| 3       | 00001.00010.00001.00031.00001.2.000001-4.4.9.0 Aplicações Diretas | R\$ 30.000,00 |

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

**02.50 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

| Dotação | Funcional   | Valor         |
|---------|---|---------------|
| 50/2014 | 00002.00060.00012.00361.00011.2.000017.3.3.3.9.0 Aplicações Diretas | R\$ 40.000,00 |

**01.10 – CAMARA MUNICIPALDE VEREADORES**

| Dotação | Funcional   | Valor         |
|---------|---|---------------|
| 2/2014  | 00001.00010.00001.00031.00001.2.000001.3.3.3.9.0-Aplicações Diretas | R\$ 30.000,00 |

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 em 12 de Dezembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 12 de Dezembro de 2014, no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 115/2014**

DECRETO Nº. 115/2014, 12 de Dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1505/2014 de 11 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**02.60 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

| Dotação | Funcional                                       | Valor         |
|---------|---|---------------|
| 44      | 2.60 - 12- 361-2.017-3.1.9.0 Aplicações Diretas | R\$ 40.000,00 |

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

**02.60 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

| Dotação | Funcional  | Valor         |
|---------|--|---------------|
| 61      | 2.60 - 12 - 361- 11- 2.057-.3.1.9.0 Aplicações Diretas | R\$ 40.000,00 |

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 em 12 de Dezembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 12 de Dezembro de 2014, no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 116/2014**

DECRETO Nº 116/2014, de 12 de Dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| Órgão | Unidade | Função | Sub função | Programa | Proj/Atividade | Elemento | Fonte Recurso | Valor R\$. |
|-------|---------|--------|------------|----------|----------------|----------|---------------|------------|
| 2     | 60      | 12     | 361        | 11       | 2.055          | 3390     | 0.3.58        | 98.000,00  |

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

| IDUso | Grupo | Especificação TCE | Valor R\$. |
|-------|-------|-------------------|------------|
| 0     | 1     | 58                | 98.000,00  |

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Dezembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 12 de Dezembro de 2014, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**LEI MUNICIPAL Nº 1.506/2014**

Lei Municipal nº 1506/2014 - de 18 de dezembro de 2014.

"DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Do Orçamento do Município**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Lebon Régis para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 23.540.720,90 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e mil, setecentos e vinte reais e noventa centavos) e fixa a Despesa em R\$ 23.540.720,90 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e mil, setecentos e vinte reais e noventa centavos) do Orçamento Fiscal.

**Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal**

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 23.540.720,90 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e mil, setecentos e vinte reais e noventa centavos) e fixa a Despesa da Câmara Municipal em R\$. 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais) em R\$. 4.113.256,20 a Despesa do Fundo Municipal de Saúde, em R\$. 147.901,00 as despesas para o Fundo da Criança e Adolescente, em R\$. 959.834,00 (novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais) as despesas para o Fundo de Assistência Social, em R\$. 1.682.074,10 (um milhão seiscentos e oitenta e dois mil, setenta e quatro reais e dez centavos), as despesas para o Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, em R\$. 15.567.655,60 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) as despesas da Prefeitura Municipal. E em R\$. 5.242.408,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e vinte centavos), as transferências financeiras, a Câmara Municipal, Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social, Fundo da Infância e Adolescência, e ao Hospital e

## Maternidade Municipal Santo Antônio.

§ 1º - A Receita Consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

|                                  |               |
|----------------------------------|---------------|
| Receitas                         | 23.540.720,90 |
| RECEITAS CORRENTES               | 26.252.176,50 |
| RECEITAS DE CAPITAL              | 80.602,40     |
| (-)DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB | -2.792.058,00 |
| Total:                           | 23.540.720,90 |
| Total geral:                     | 23.540.720,90 |

§ 2º - A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

|   |               |
|---|---------------|
| 01.00 - PODER LEGISLATIVO                 | 1.070.000,00  |
| 02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO               | 20.810.063,80 |
| 91.00 - FUNDO MUN. DE SAUDE - LEBON REGIS | 4.113.256,20  |
| 92.00 - FUNDO MUN. CRIANÇA E ADOLESCENTE  | 147.901,00    |
| 93.00 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL     | 959.834,00    |
| 94.00 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO     | 1.682.074,10  |
| Total:                                    | 28.783.129,10 |
| (-) Transferências aos Fundos Municipais  | 4.172.408,20  |
| (-) Transferências a Câmara de Vereadores | 1.070.000,00  |
| (-) Total das Transferências Financeiras: | 5.242.408,20  |
| Total geral:                              | 23.540.720,90 |

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| 01 - Legislativa             | 1.070.000,00  |
| 04 - Administração           | 1.465.065,40  |
| 06 - Segurança Pública       | 102.720,00    |
| 08 - Assistência Social      | 1.107.735,00  |
| 10 - Saúde                   | 5.795.330,30  |
| 12 - Educação                | 9.886.387,20  |
| 13 - Cultura                 | 62.140,00     |
| 15 - Urbanismo               | 1.398.580,95  |
| 16 - Habitação               | 21.421,40     |
| 17 - Saneamento              | 21.421,40     |
| 18 - Gestão Ambiental        | 81.341,40     |
| 20 - Agricultura             | 438.742,80    |
| 22 - Indústria               | 133.550,70    |
| 23 - Comércio e Serviços     | 14.980,00     |
| 26 - Transporte              | 635.590,70    |
| 27 - Desporto e Lazer        | 186.921,65    |
| 28 - Encargos Especiais      | 1.108.092,00  |
| 99 - Reserva de Contingência | 10.700,00     |
| Total geral:                 | 23.540.720,90 |

## III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

|                       |              |
|-----------------------|--------------|
| 31 - Ação Legislativa | 1.070.000,00 |
|-----------------------|--------------|

|  |               |
|--|---------------|
| 121 - Planejamento e Orçamento               | 83.481,40     |
| 122 - Administração Geral                    | 1.381.584,00  |
| 181 - Policiamento                           | 70.720,00     |
| 182- Defesa Civil                            | 32.000,00     |
| 242 - Assistência ao Portador de Deficiência | 18.190,00     |
| 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente | 172.901,00    |
| 244 - Assistência Comunitária                | 916.644,00    |
| 301 - Atenção Básica                         | 4.113.256,20  |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  | 1.682.074,10  |
| 306 - Alimentação e Nutrição                 | 230.200,00    |
| 361 - Ensino Fundamental                     | 9.253.986,50  |
| 364 - Ensino Superior                        | 38.520,00     |
| 365 - Educação Infantil                      | 405.690,00    |
| 366 - Educação de Jovens e Adultos           | 7.280,00      |
| 367 - Educação Especial                      | 10.710,70     |
| 392 - Difusão Cultural                       | 2.140,00      |
| 451 - Infraestruturas Urbana                 | 443.049,55    |
| 452 - Serviços Urbanos                       | 955.531,40    |
| 482 - Habitação Urbana                       | 21.421,40     |
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental    | 81.341,40     |
| 606 - Extensão Rural                         | 460.164,20    |
| 661 - Promoção Industrial                    | 133.550,70    |
| 695 - Turismo                                | 14.980,00     |
| 782 - Transporte Rodoviário                  | 635.590,70    |
| 812 - Desporto Comunitário                   | 86.910,95     |
| 813 - Lazer                                  | 100.010,70    |
| 846 - Outros Encargos Especiais              | 1.108.092,00  |
| 999 - Reserva de Contingência                | 10.700,00     |
| Total geral:                                 | 23.540.720,90 |

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

|                                    |               |
|------------------------------------|---------------|
| 01 - Processo Legislativo          | 1.070.000,00  |
| 04 - Administração                 | 1.465.065,40  |
| 06 - Serviços de Segurança Pública | 102.720,00    |
| 08 - Assistência Social            | 1.107.735,00  |
| 10 - Saúde                         | 5.795.330,30  |
| 12 - Educação                      | 9.886.387,20  |
| 13 - Cultura                       | 62.140,00     |
| 15 - Urbanismo                     | 1.398.580,95  |
| 16 - Habitação                     | 21.421,40     |
| 17 - Saneamento                    | 21.421,40     |
| 18 - Gestão Ambiental              | 81.341,40     |
| 20 - Agricultura                   | 438.742,80    |
| 22 - Indústria e Comércio          | 133.550,70    |
| 23 - Turismo                       | 14.980,00     |
| 26 - Transporte Rodoviário         | 635.590,70    |
| 27 - Desporto e Lazer              | 186.921,65    |
| 28 - Encargos Especiais            | 1.108.092,00  |
| 99 - Reserva de Contingência       | 10.700,00     |
| Total geral:                       | 23.540.720,90 |



## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                         |               |
|-------------------------|---------------|
| DESPESAS                | 23.540.720,90 |
| DESPESAS CORRENTES      | 21.981.022,85 |
| DESPESAS DE CAPITAL     | 1.548.998,05  |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 10.700,00     |
| Total geral:            | 23.540.720,90 |

## Do Orçamento da PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 20.810.063,80 (vinte milhões oitocentos e dez mil, sessenta e três centavos e oitenta centavos), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.242.408,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e vinte centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                     |               |
|---------------------|---------------|
| Receitas            | 20.810.063,80 |
| RECEITAS CORRENTES  | 20.802.221,40 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 7.842,40      |
| Total geral:        | 20.810.063,80 |

§ 2º - A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 14.454.625,35 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.064.679,00  |
| JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 391.192,00    |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 6.998.754,35  |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 1.102.330,25  |
| INVESTIMENTOS              | 567.330,25    |
| AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA      | 535.000,00    |
| RESERVA DE CONTINGENCIA    | 10.700,00     |
| RESERVA DE CONTINGENCIA    | 10.700,00     |
| Total geral:               | 15.567.655,60 |

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.924.936,00 (um milhão novecentos e vinte e quatro mil novecentos e trinta e seis reais) e as transferências financeiras em R\$ 2.188.320,20 (dois milhões cento e oitenta e oito mil trezentos e vinte reais e vinte centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| Receitas                   | 1.924.936,00 |
| RECEITAS CORRENTES         | 1.852.176,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL        | 72.760,00    |
| Total:                     | 1.924.936,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS | 2.188.320,20 |

|              |              |
|--------------|--------------|
| Total geral: | 4.113.256,20 |
|--------------|--------------|

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 3.809.362,50 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.885.521,90 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 1.923.840,60 |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 303.893,70   |
| INVESTIMENTOS              | 303.893,70   |
| Total geral:               | 4.113.256,20 |

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 403.434,00 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) e as transferências financeiras em R\$ 556.400,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| Receitas                   | 403.434,00 |
| RECEITAS CORRENTES         | 403.434,00 |
| Transferencias Financeiras | 556.400,00 |
| Total geral:               | 959.834,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 905.264,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 406.600,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 498.664,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 54.570,00  |
| INVESTIMENTOS              | 54.570,00  |
| Total Geral:               | 959.834,00 |

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 6º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 4.212,00 (quatro mil duzentos e doze reais) e as transferências financeiras em R\$ 143.689,00 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| Receitas                   | 4.212,00   |
| RECEITAS CORRENTES         | 4.212,00   |
| Transferências Financeiras | 143.689,00 |
| Total geral:               | 147.901,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| DESPESAS CORRENTES        | 137.201,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 137.201,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL       | 10.700,00  |
| INVESTIMENTOS             | 10.700,00  |
| Total geral:              | 147.901,00 |

#### Do Orçamento do HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

Art. 7º - O Orçamento da entidade HOSPITAL para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 398.075,10 (trezentos e noventa e oito mil, setenta e cinco reais e dez centavos) e as transferências financeiras em R\$ 1.283.999,00 (Hum milhão duzentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| Receitas                   | 398.075,10   |
| RECEITA PATRIMONIAL        | 3,00         |
| RECEITAS CORRENTES         | 398.072,10   |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS | 1.283.999,00 |
| Total Geral                | 1.682.074,10 |

§ 2º - A Despesa da entidade HOSPITAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 1.615.270,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 654.800,00   |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 10.700,00    |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 949.770,00   |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 66.804,10    |
| INVESTIMENTOS              | 56.104,10    |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA      | 10.700,00    |
| Total geral:               | 1.682.074,10 |

#### Do Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Art. 8º - O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS para o exercício de 2015 fixa as Despesas em R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais) e as transferências financeiras em R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS | 1.070.000,00 |
| Total geral:               | 1.070.000,00 |

§ 2º - A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 1.059.300,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 898.800,00   |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 160.500,00   |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 10.700,00    |
| INVESTIMENTOS              | 10.700,00    |
| Total Geral:               | 1.070.000,00 |

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme a seguir:

|                                      |           |
|--------------------------------------|-----------|
| UNIDADE GESTORA: PREFEITURA          |           |
| RESERVA DE CONTINGENCIA              | 10.700,00 |
| 9.9.00.00. - RESERVA DE CONTINGENCIA | 10.000,00 |
| Total:                               | 10.000,00 |

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11 - Fica o Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e os recursos oriundos de convênios.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 18 de dezembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 051/2014-PMLL

CONTRATO Nº 051/2014 - PMLL

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Leoberto Leal e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, com sede administrativa na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Senhor GILSONI LUNARDI ALBINO.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 790, de 08/02/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Regin: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o Regin, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a

operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo;

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

**DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais).

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 5347-3 e conta corrente nº 463-4 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

OU

Cláusula oitava. O CIGA emitirá mensalmente, até o último dia de cada mês, boleto bancário relativo à cobrança do valor estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

**DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica),

prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.112, de 16 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual).

**DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

**PUBLICAÇÃO**

Cláusula décima quinta - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

|   |   |
|---|---|
| TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA<br>Prefeito de Leoberto Leal | GILSONI LUNARDI ALBINO<br>Diretor Executivo do CIGA |
|---|---|

**TESTEMUNHAS:**

|   |   |
|---|---|
| SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES<br>CPF/MF nº 017.410.949-09 | JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN<br>CPF/MF nº 005.166.179-90 |
|---|---|

## **CONTRATO Nº 052/2014 - PMLL**

CONTRATO Nº 052/2014 - PMLL

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Leoberto Leal e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, com sede administrativa na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Senhor GILSONI LUNARDI ALBINO.

**Das disposições gerais**

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 790, de 08/02/2011.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

**Do objeto**

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Leoberto Leal no Diário Oficial dos



Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.  
Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;

2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;

3. A manutenção e suporte técnico;

4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;

5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e

6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;

2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;

3. Receber suporte técnico;

4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio.

Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;

2. Zelar pela correta execução dos serviços;

3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;

4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;

5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais).

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Oitava deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.112, de 16 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima sexta - Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Do foro

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Publicação

Cláusula décima nona - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito de Leoberto Leal

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.649/2.014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 2.649/2.014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com a Lei Complementar nº 242/2014 de 12 de novembro de 2014, que Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal do Idoso,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas a comporem o Conselho Municipal do Idoso:

I. Representante da Diretoria de Assistência Social:

- Adriana Tebaldi - titular
- Fernanda Ramos - suplente

II. Representante da Secretaria de Saúde e Ação Social:

- Ana Beatriz Baldissera - Titular
- Sandra Pereira - Suplente

III. Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

- Salete Benelli - Titular
- Joana Caroline Spricigo - Suplente

IV. Representante do Governo Municipal - Administração:

- Sirlei Cason Correa - titular
- Leonardo Júnior Cavalier - suplente

V. Representante do Centro de Referência da Assistência Social:

- Sônia Maria da Luz Mendes - Titular
- Dinara Signor Kiekow - Suplente

VI. Representante de Sindicatos e Associações de Aposentados:

- Osvino Zuanazzi - Titular
- Fabricia Vicenzi - Suplente

VII. Representantes das Organizações de Idosos:

- André Oldoni - Titular
- Lírio Agustini - Suplente
- Arlindo Bertol - Titular
- Genir Pereira - Suplente

VIII. Representante de Credos Religiosos:

- Bolivar Dilda - Titular
- Ademar Zuanazzi - Suplente

IX. Representante do Conselho Municipal de Assistência Social

- Márcia Pradella Vargas - Titular
- Alan Junior Pizzato - Suplente

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 19 de dezembro de 2.014  
Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO Nº 2.650/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.650/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

#### DECRETA

Art. 1º Nomear IRMA LOURDES BONISSONI VOLPATO, para exercer as funções de Conselheira Tutelar, em função das férias dos Conselheiros Titulares, percebendo subsídios próprios da função, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 19 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### EXTRATO PREGÃO 68/2014

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
Edital de Pregão Presencial 68/2014

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de sêmen bovino botijões e materiais para inseminação artificial, a realizar-se no dia 14 de janeiro de 2015, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal.

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 1962

DECRETO Nº 1962 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 25.850,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADÇÃO, apurado até esta data, na Fonte 52 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV e Acessuas e por conta do provável excesso na Fonte 00 - Recursos Ordinários, verificado a tendência no exercício, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída às seguintes classificações orçamentárias:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade - 1201.08.241.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte - 01.00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte - 01.00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.450,00  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte - 01.00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 600,00  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 0.1.52 - Benefícios Eventuais ..... R\$ 100,00

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 0.1.52-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV...R\$ 8.250,00  
Fonte 0.1.52 - Acessuas ..... R\$ 4.450,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 25.850,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### DECRETO 1963

DECRETO Nº 1963 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 123.780,00 (cento e vinte e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADÇÃO apurado até esta data e ou o provável excesso de arrecadação, verificado a tendência no exercício, nas Fontes abaixo especificadas, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Saúde ..... R\$ 78.000,00  
Fonte 64 - Programa Agentes de Saúde ..... R\$ 20.080,00  
Fonte 64 - Estratégia da Família ..... R\$ 20.760,00  
Fonte 64 - Saúde Bucal ..... R\$ 4.940,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 123.780,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### DECRETO 1965

DECRETO Nº 1965 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 1.663,90 (um mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECADÇÃO, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, verificado a tendência no exercício, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída às seguintes classificações orçamentárias:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade - 1201.08.244.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte - 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.663,90

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo

do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## DECRETO 1966

DECRETO Nº 1966 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 68.072,05 (sessenta e oito mil, setenta e dois reais e cinco centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECAÇÃO, verificada a tendência no exercício, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do art.43 da Lei nº 4.320/64, atribuído às seguintes classificações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.548,00

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0201.04.122.004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 100,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.020,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00

Atividade-0601.04.122.0007.2008-Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 6.614,05

Encargos Especiais - 0602.28.845.0000.0014 - Pagamento de Contribuição ao PASEP

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 290,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto - 0901.20.606.0052.1086 - Programa de Melhoria da Propriedade Rural

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferência a Instituições Provadas em fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 4.500,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 25.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 68.072,05

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO 1968

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

DECRETO Nº 1968 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 95.111,94 (noventa e cinco mil, cento e onze reais e noventa e quatro centavos) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECAÇÃO, verificada a tendência no exercício, na Fonte 18 Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica), na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica) ..... R\$ 58.654,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal

e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica) .....

..... R\$ 36.457,94

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 95.111,94

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO 1969

DECRETO Nº 1969 de 18 de dezembro de 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, verificada a tendência no exercício, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído às seguintes classificações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 33.400,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 19/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 19/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

| Espécie  | Recebido no Período |
|--|---------------------|
| <b>Receitas Orçamentárias</b>  | <b>127.750,63</b>   |
| 4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União                            | 140.368,32          |
| 4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União                   | 140.368,32          |
| 4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios | 140.292,64          |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.00 Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b        | 140.292,64          |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.01 Cota-Parte do FPM 60%                              | 84.175,58           |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.02 Cota-Parte do FPM 25%                              | 35.073,16           |
| 4.1.7.2.1.01.02.10.03 Cota-Parte do FPM 15%                              | 21.043,90           |
| 4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural    | 75,68               |
| 4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota-Parte do ITR 60%                              | 45,40               |
| 4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota-Parte do ITR 25%                              | 18,92               |
| 4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota-Parte do ITR 15%                              | 11,36               |
| 4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS                 | 15.455,95           |
| 4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB                      | 15.455,95           |
| 4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB 60%                  | 9.273,57            |
| 4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB                      | 6.182,38            |
| 9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União    | -28.073,64          |
| 9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União    | -28.073,64          |
| 9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB          | -28.058,52          |
| 9.1.7.2.1.01.02.10.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB          | -28.058,52          |
| 9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR     | -15,12              |

Luzerna, 22/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



# Macieira

## PREFEITURA

### DECRETO 1453

DECRETO Nº 1453, de 05 de dezembro de 2014.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO PARA O EXERCÍCIO DE DEZEMBRO/2014 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;

CONSIDERANDO, que final de ano tem fechamento das contas da prefeitura municipal;

CONSIDERANDO, já ser uma praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, nos finais de ano;

CONSIDERANDO, por fim, tornar-se improdutivo a realização de expediente nestes dias;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido PONTOS FACULTATIVOS para o mês de dezembro/2014, nas Secretarias de Agricultura e Infraestrutura de 08/12/14 a 31/12/2014, nas demais Secretarias da administração pública municipal, será de 22/12/14 a 31/12/14, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Durante o Ponto facultativo, a Prefeitura Municipal não se responsabiliza com acidentes de funcionários que não estavam convocados por seus secretários, trabalhando para prefeitura municipal.

Art. 5º. No período entre 15 a 31 de dezembro de 2014, fica extremamente vetado o pagamento de diárias, pela prefeitura municipal.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 05 de dezembro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 1454

DECRETO Nº 1454, 15 de dezembro de 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelo proprietário do imóvel, Sr. Donato Rossi e Iloni Maria Rossi;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 1.373,08 m², de propriedade do Sr. Donato Rossi e Iloni Maria Rossi, localizado na Rua José Augusto Royer, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 32.385, do CRI da Comarca de Caçador, SC, desmembrando em 02 lotes urbanos:

#### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Área Total.: 1.373,08 m²

Inicia-se se no marco denominado '1', dividindo-o com DILETA ALVES CANONICA (Área de Posse); Daí segue confrontando com DILETA ALVES CANONICA (Área de Posse) com o azimute de 117°52'36" e a distância de 39,26 m até o marco '2'; Daí segue confrontando com HELGA SCHUH PEDROSO e ELEODORO PEDROSO (Matrícula - 24.919) com o azimute de 242°32'34" e a distância de 41,56 m até o marco '3'; Daí segue confrontando com ORLANDO WOSNIAK (Matrícula - 2457) com o azimute de 294°04'44" e a distância de 40,55 m até o marco '4'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 62°59'42" e a distância de 5,50 m até o marco 'E1'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 62°32'27" e a distância de 25,08 m até o marco 'E2'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 61°09'30" e a distância de 7,33 m até o marco 'E3'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 59°01'10" e a distância de 6,55 m até o marco '1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.373,08 m².

2.1. GLEBA A - 686,54 m²

Proprietários: DONATO ROSSI  
ILONI MARIA ROSSI

#### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '1', Daí segue confrontando com DILETA ALVES CANONICA (Área de Posse) com o azimute de 117°52'36" e a distância de 39,26 m até o marco '2'; Daí segue confrontando com HELGA SCHUH PEDROSO e ELEODORO PEDROSO (Matrícula - 24.919) com o azimute de 242°32'34" e a distância de 21,66 m até o marco '5'; Daí segue confrontando com AVELINO TASCA (Gleba B) com o azimute de 300°13'05" e a distância de 20,96 m até o marco '6'; Daí segue confrontando com AVELINO TASCA (Gleba B) com o azimute de 290°40'42" e a distância de 18,84 m até o marco '7'; Daí segue confrontando com AVELINO TASCA (Gleba B) com o azimute de 62°32'27" e a distância de 9,24 m até o marco 'E2'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 61°09'30" e a distância de 7,33 m até o marco 'E3'; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 59°01'10" e a

distância de 6,55 m até o marco '1' ; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 686,54 m².

2.1. GLEBA B - 686,54 m²

Proprietários: DONATO ROSSI

ILONI MARIA ROSSI

#### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '7', dividindo-o com AVELINO TASCA (Gleba A); Daí segue confrontando com AVELINO TASCA (Gleba A) com o azimute de 110°40'42" e a distância de 18,84 m até o marco '6' ; Daí segue confrontando com AVELINO TASCA (Gleba A) com o azimute de 120°13'05" e a distância de 20,96 m até o marco '5' ; Daí segue confrontando com HELGA SCHUH PEDROSO e ELEODORO PEDROSO (Matrícula - 24.919) com o azimute de 242°32'34" e a distância de 19,89 m até o marco '3' ; Daí segue confrontando com ORLANDO WOSNIAK (Matrícula - 2457) com o azimute de 294°04'44" e a distância de 40,55 m até o marco '4' ; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 62°59'42" e a distância de 5,50 m até o marco 'E1' ; Daí segue confrontando com RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER com o azimute de 62°32'27" e a distância de 15,84 m até o marco '7' ; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 686,54 m².

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 15 de dezembro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### DECRETO 1455

DECRETO Nº1455, DE 16, DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso

De arrecadação do Exercício de 2014 - FUNDEB

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 766 de 16/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do FUNDEB.

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
20.37 Manutenção Ensino Fundamental  
31.90.19 Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### LC 70

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº48, DE 22/01/2013, QUE TRATA DA ADEQUAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS I, DA PREFEITURA DE MACIEIRA SC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;  
LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Altera Art. 1º. da Lei Complementar nº48, de 22/01/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 1º.-Os servidores públicos municipais, ocupantes da categoria funcional - cargo de motorista, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Assistência Social, em igualdade de condições, serão enquadrados no Anexo I, Agentes de Serviços Operacional, alínea b e d da Lei Complementar nº 55/2013, conforme dispõe o artigo 27 do mesmo dispositivo.

Art. 2º. Os demais itens permanecem inalterados;

Art. 3º. -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.  
Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

#### LEIS 766

LEI Nº766, DE 16, DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso  
De arrecadação do Exercício de 2014 - FUNDEB

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do FUNDEB.

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
20.37 Manutenção Ensino Fundamental  
31.90.19 Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

# Massaranduba

## CÂMARA MUNICIPAL

### DISPENSA 008/2014

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2014

OBJETO: Locação de Licença de direito de uso, manutenção e suporte do Sistema de Ata Eletrônica Legislativa Audio/Vídeo e de equipamentos inerentes ao sistema, para o exercício 2015.

CONTRATADO: TV UNIVERSAL LTDA

CNPJ: 00.276.079/0001-88

PROCESSO Nº.: 008/2014

VALOR: R\$ 3.370,80 (Três mil, trezentos e setenta reais e oitenta centavos)

| Item | Qtidade | Unit R\$ | Unid | Descrição  |
|------|---------|----------|------|--|
| 01   | 12      | 280,90   | mês  | Locação de Licença de direito de uso, manutenção e suporte do Sistema Ata Eletrônica Legislativa (Áudio/Vídeo) e de equipamentos inerentes ao sistema conforme abaixo:<br>* 01 Chaveador de Câmeras (Switch) (com identificação de patrimônio da empresa)<br>* 01 Placa de captura instalada no Computador da Contratante (com identificação de patrimônio da empresa) |

#### FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

#### FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores utiliza-se deste sistema a mais de um ano, o qual dispensa novo treinamento do pessoal envolvido. Outro fator importante é que este sistema atende as necessidades diárias para a boa prestação de informações aos munícipes, ele possibilita a gravação de áudio e vídeo das imagens capturadas da sessão plenária e permite a exportação de suas informações, vídeos com áudio e relatórios para o site da Câmara, possibilitando que os Munícipes assistam na íntegra as sessões ocorridas no Plenário. Também permite a geração de ata documental da sessão.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 19 de Dezembro de 2014.

MAURO BRAMORSKI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

### DISPENSA 009/2014

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2014

OBJETO: Prestação de serviços de locação de uma impressora e fotocopadora multifuncional para atender as necessidades da Câmara de Vereadores para o exercício 2015.

CONTRATADO: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP

CNPJ: 04.398.513/0001-53

PROCESSO Nº.: 009/2014

VALOR: R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)

| Item | Qtidade | Unit R\$ | Unid | Descrição  |
|------|---------|----------|------|--|
| 01   | 12      | 150,00   | mês  | Locação de impressora e fotocopadora multifuncional, com franquias mensal de 2.500 páginas, impressão colorida, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento/reposição de peças e material de consumo, exceto papel |

#### FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

#### FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores realiza a reprodução de diversos documentos relativos aos trabalhos e atividades realizadas pela Câmara de Vereadores, como também fornece cópias de documentos para Vereadores, Servidores e população em geral que solicita informações sobre processos e leis que tramitam no legislativo e também a impressão de documentos provenientes dos trabalhos internos, sendo mais viável economicamente a locação pois já estão incluídas despesas de reposição de tinta/tonner, assistência técnica e todo material de consumo necessário, exceto o papel.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foram realizados três orçamentos e o preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 19 de Dezembro de 2014.

MAURO BRAMORSKI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

### DISPENSA 010/2014

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2014

OBJETO: Locação de sistema de informática, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos, locação do Módulo SIC e Servidor de E-mail da Câmara de Vereadores para o exercício 2015.

CONTRATADO: INFODIGITALLE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

CNPJ: 86.731.494/0001-08

PROCESSO Nº.: 010/2014 VALOR: R\$ 7.780,08

| Item | Qt | Unit R\$ | Unid | Descrição   |
|------|----|----------|------|---|
| 01   | 12 | 278,82   | mês  | Locação de sistema de informática destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis, decretos legislativos, portarias, correspondências, contratos, requerimentos, pareceres jurídicos, editais, indicações, moções, resoluções, projetos de leis, atas de sessões e outros). |
| 02   | 12 | 57,01    | mês  | Hospedagem da Legislação no portal www.legislacaomunicipal.com de propriedade da contratada, com link para a Página da Câmara   |
| 03   | 12 | 91,21    | mês  | Locação de módulo SIC – Sistema de Informação do Cidadão destinado ao gerenciamento eletrônico dos Pedidos de Informação feitos por cidadãos em conformidade com a Lei Federal 12.527/2011.   |
| 04   | 12 | 221,30   | mês  | Hospedagem do Site no servidor web da contratada em plano com as seguintes características, servidor Linux + PHP + MySQL + 2 Contas FTP + 30 contas de e-mails + 10.000Mb de espaço em disco e limite de tráfego mensal de 50.000Mb.  |

**FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:****FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

**JUSTIFICATIVA:**

A Câmara de Vereadores utiliza-se deste sistema a mais de um ano, o qual dispensa novo treinamento do pessoal envolvido. Outro fator importante é que este sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos Legislativos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Indicações, Moções, Pedidos de Informações, Resoluções, Lei Orgânica, Atas das Sessões e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital. Também um fator importante é a implantação do Módulo SIC que possibilita que qualquer cidadão solicite informações e possa acompanhar passo a passo a tramitação do mesmo, além de atender a exigência da Lei Federal 12.527/2011.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 19 de Dezembro de 2014.

MAURO BRAMORSKI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

**DISPENSA 011/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PORTAL DA CAMARA MUNICIPAL (PGCV), DESTINADO A PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRONICO NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA O EXERCICIO 2015. CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CNPJ: 09.427.503/0001-12

PROCESSO Nº.: 011/2014

VALOR: R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais)

| Item | Qtidade | Unit R\$ | Unid | Descrição  |
|------|---------|----------|------|--|
| 01   | 12      | 325,00   | mês  | Serviços de tecnologia da informação – Portal da Câmara de Vereadores (Locação Mensal) |

**FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:****FUNDAMENTO LEGAL:**

É dispensada a realização de licitação pública com fundamento no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 11.107/05, no artigo 18 do Decreto Federal nº. 6.017/07 e no artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art.24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

"XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº. 11.107, de 2005)".

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Considerando que o CIGA é órgão público, portanto sem fins lucrativos, não existe competição entre possíveis interessados, daí porque é desnecessário realizar pesquisa de preço para o serviço objeto do contrato.

Massaranduba (SC), 19 de Dezembro de 2014.

MAURO BRAMORSKI

Presidente do Poder Legislativo Municipal



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2014 AO CONTRATO Nº 043/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 043/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC.  
Objeto: Desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes.  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 15 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2014 AO CONTRATO Nº 081/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 081/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MÁTERIA PRIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 17 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2014 AO CONTRATO Nº 091/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 091/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: BRITAGEM BOSA LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE SUB - BASE DE SEIXO ROLADO PARA COLOCAÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO (MEL 158, MEL 255, MEL 355, MEL 361, MEL 462, MEL 465).  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 17 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 AO CONTRATO Nº 042/2013

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 042/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Locação de sistemas integrados de gestão pública, para a Administração direta e indireta, com acesso simultâneo de usuários, conforme anexo I do edital.

Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015

Data da assinatura: 15 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 AO CONTRATO Nº 046/2013

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 046/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.  
Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando sistemas de informática e profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de dados, Software de apoio a Recuperação fiscal e Informática, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária.  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 15 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 AO CONTRATO Nº 075/2013

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 075/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO ESCOLAR.  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 15 de dezembro de 2014.

### EXTRATO ADITIVO Nº 007/2014 AO CONTRATO Nº 027/2011

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 027/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MANOEL IRINEU DA ROSA ME  
Objeto: Compõe o objeto do presente termo aditivo de Contrato a prestação de serviços contínuos de triagem de resíduos sólidos domésticos e comerciais urbano produzidos no município de Meleiro.  
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Data da assinatura: 15 de dezembro de 2014.



**EXTRATO ADITIVO Nº 007/2014 AO CONTRATO Nº 102/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)  
Contrato nº. 102/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA  
Objeto: Prestação de serviço de engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.  
Vigência: Início: 02/11/2014 Término: 01/05/2015  
Data da assinatura: 31 de outubro de 2014.

**Modelo****PREFEITURA****PORTARIA Nº 175/2014**

PORTARIA Nº 0175/2014 de 18.12.2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA ADOTANTE À CONSELHEIRA TUTELAR LESIA SALETE CENTA BORTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.027/2012, Lei Federal nº 10.421/2002 e Art. 71-A da Lei Federal 12.873/2013 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,  
Considerando Termo de Guarda e Responsabilidade Judicial com Autos nº 0001155-46.2014.8.24.0085, em adoção à menor Aline Fernandes, assinado em 12.12.2014,  
Considerando afastamento concedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Modelo/SC, na forma da Resolução CMDCA nº 018/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido à Conselheira Tutelar LESIA SALETE CENTA BORTOLIN, 120 (cento e vinte) dias consecutivos de Licença Gestante à Adotante, com remuneração a ser paga diretamente pela Previdência Social conforme benefício nº 163.090.157-9, no período de 12.12.2014 a 10.04.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12.12.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 18 de dezembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2014 PMN

Ata Abertura de Licitação - Pregão Presencial nº 213/2014 PMN  
E agendamento para continuação.

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES PRINTSUL, CELIA REGINA, LINEAR, BLUNAC, MÁXIMA PAPELARIA, AQUINPEL, K&K PAPELARIA, RSUL LTDA, BELA VISTA, (TODOS ESTES DEVIDAMENTE CREDENCIADOS). ELMO PAPELARIA, TIAGO ALEXANDRE, LUIZ MINIOLI, COMERCIAL ESQUADRO (NÃO CREDENCIADOS-REPRESENTANTES AUSENTES)-(OBS. ELMO PAPELARIA APRESENTOU CÓPIA DA PROCURAÇÃO E DISSE QUE NÃO PODERIA DEIXAR A ORIGINAL POIS IRIA UTILIZAR EM OUTRA LICITAÇÃO, TIAGO ALEXANDRE DEIXOU ENVELOPE E FOI EMBORA TAMBÉM FICOU PENDENTE A DECLARAÇÃO DE ME) NÃO POSSUEM O BENEFÍCIO DE ME/EPP MÁXIMA PAPELARIA, AQUINPEL, TIAGO ALEXANDRE, LUIZ MINOLI, ENIA DO ROCIO, AS DEMAIS LICITANTES TODAS SÃO ME/EPP  
APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS COMEÇOU A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS. EMPRESA ELMO APRESENTOU OUTRA PROPOSTA DE OUTRA LICITAÇÃO (DESCLASSIFICADO), COMERCIAL ESQUADRO NÃO APRESENTOU FICHAS TÉCNICAS E INMETRO (DESCLASSIFICADO), DE MOMENTO FORAM ESTAS AS DESCLASSIFICADAS, ENTRETANTO O PREGOEIRO EM COMUM ACORDO COM OS PRESENTES COMUNICOU QUE COMO NÃO HAVIA TEMPO PARA TERMINAR A ANÁLISE, QUE DIA 24/12/2014 AS 10H IRIAM CONTINUAR A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS, E APÓS IRIAM PARA FASE DE LANCES AS CLASSIFICADAS. FICAM DESDE JÁ INTIMADOS QUE CASO COMPAREÇA UM REPRESENTANTE DIFERENTE DO ATUAL, QUE O MESMO DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO CREDENCIAMENTO. NÃO HAVENDO APONTAMENTOS SUSPENDE A SESSÃO PARA REINÍCIO DIA 24/12/2014 AS 10H NO MESMO LOCAL

Navegantes 22 de dezembro de 2014  
Douglas Lemos  
Pregoeiro

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 01/2014 FUMAN.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 01/2014 FUMAN.

Ao(s) 22 de Dezembro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 176, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 1/2014, Licitação nº. 1/2014 - FUMAN, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia. Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:  
ANDIARALU RUBIA MATEUS PRESENTE MAS NÃO CREDENCIADO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ANDIARALU RUBIA MATEUS, IMPLANTEST, AMBAS NÃO CREDENCIADAS, O REPRESENTANTE DA EMPRESA IMPLANTEST ESTAVA

AUSENTE E O DA EMPRESA ANDIARALU RUBIA MATEUS ESTAVA COM O CPF DIGITADO ERRADO NA PROCURAÇÃO. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA ANDIARALU NÃO CUMPRIU COM O SOLICITADO NO ITEM 5.4 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA RESTANDO HABILITADA SOMENTE A EMPRESA IMPLANTEST. FICANDO DEFINIDO QUE NO DIA 12/01/2015 ONDE SERÁ ABERTO OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA HABILITADA. NÃO HAVENDO APONTAMENTOS SUSPENDE A SESSÃO PARA REINÍCIO DIA 12/01/2015 AS 09 H NO MESMO LOCAL.

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

MARIA BENEDITA CORREA  
ADRIANA CORREA  
CARLA CLAUDINO

Navegantes, 22 de Dezembro de 2014.

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 239/2014.

Inexigibilidade PMN Nº 239/2014.

Processo: IL239/2014.

Data: 19/12/2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MEIO ELETRÔNICO DE ACESSO PÚBLICO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, EM ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: Betha Sistemas Ltda.

CNPJ: 00.456.865/0001-67.

Valor: R\$ 9.660,00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

### PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3084/2014

PORTARIA Nº. 3084 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Professor de Sala de Recurso Multifuncional, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 05/12/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ROSE LEDI GOETZ 1447/09
2. ROSE LEDI GOETZ 1447/10

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3085/2014**

PORTARIA Nº. 3085 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Professor de Sala de Recurso Multifuncional, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 30/11/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ALINE LUISA SOUZA GONZALES 19787/02
2. ANA LUCIA FREIBERGER 17716/06
3. ANA LUCIA FREIBERGER 17716/07
4. LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES 632670/01
5. LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES 632670/02
6. MARILIA MARIA DE SOUZA 2479/10
7. MARILIA MARIA DE SOUZA 2479/11
8. ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS 18139/05
9. ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS 18139/06

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3086/2014**

PORTARIA Nº. 3086 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 19/12/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ANGELICA DA SILVA 63215/01
2. JORGEANE WOSNIAK 632684/01
3. MARICELIA SOUZA 63175/01

**4. TEREZINHA MARQUES PONTIOLI 63141/02**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3087/2014**

PORTARIA Nº. 3087 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Instrutor de Informática, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 30/11/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ANA CAROLINE RAUE 62242/07
2. MARCOS DIAS MENEGHEL 62923/03

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3088/2014**

PORTARIA Nº. 3088 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Monitores de Educação Especial, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a

partir de 30/11/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA 62065/05
2. ANA CAROLINA ROSA 62918/03
3. ANA PAULA DE OLIVEIRA 62600/05
4. ANDRE FELIPE DA COSTA 62919/02
5. ANGELA ROVER LEAL 62908/02
6. BRENDA CAROLINE GODOY SCHON 63264/01
7. CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA 62498/05
8. CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA 63041/04
9. CELSO ZAMPARONI 62822/02
10. CHARLENE FATIMA DA SILVA 632743/01
11. CHRISTIANE DOS SANTOS 2164/08
12. CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA 62084/04
13. CLAUDIA MARIA SATO DELGADO 20519/03
14. CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA 5033/09
15. CLEDINEI APARECIDA FERREIRA 632686/02
16. CRISTIANE VICENTE 62817/03
17. DANIELA CORREA DA SILVA DE MELLO 4615/11
18. DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES 63246/01
19. DEBORA SCHUELTER 632627/01
20. DEVANIR MARIA ZAMARIOLA 62890/02
21. DORENILCE TAVARES COSTA REIS 632750/01
22. EDINA DE MIRANDA 62067/05
23. EDNILÇA PAULO DA SILVA VICENTE 16801/08
24. ELAINE ANCINI DOS SANTOS 632638/01
25. ELAINE CRISTINA VASTRES 19836/04
26. ELENÍ LUZIA AUGUSTO MACIEL 62807/02
27. ELIANE BORBA COUTO 1434/05
28. ELISANDRA PAULINA 62903/02
29. FABIANA DA SILVA COELHO 632603/02
30. FRANCINE SIMAS 632637/01
31. GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA 62811/02
32. GILMARA FATIMA DOS SANTOS 62725/04
33. GLAIS DOS SANTOS 63249/02
34. IANAIANA MARQUES DE LIMA 632742/01
35. IVANI DE BORBA 62891/02
36. IVONETE IRACEMA DA SILVA 63240/01
37. JAQUELINE RITA CELISTA 18228/07
38. JAQUELINE SUZANA DE SOUZA 497708
39. JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA 62575/03
40. JEFERSON ANDRE PEREIRA 63247/01
41. JOSE MIRALDO DOS SANTOS JUNIOR 63276401
42. JOSIANE APARECIDA GUIDI MAGAROTTO 632636/01
43. JOSIANE DA CUNHA MARTINS 4795/04
44. JUCELY MARTINS 63243/02
45. JULIANA ARDIGO 5007/08
46. JULIANA DA SILVA COELHO MUSSO COSTA 62427/03
47. KAREN SUZANE RODRIGUES 62982/02
48. KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI 63267/01
49. KARLA DENISE BUENO COLLA 62943/02
50. KELI CRISTINA SOUZA DE JESUS 4182/02
51. KETLIN SCHMITT 632793/01
52. LAIZ CRISTINA BEBER 62843/04
53. LEANDRA REGEAN RIBEIRO SOUTO 62072/05
54. LETICIA ALVES JURADO 63266/01
55. LUANA LACERDA 62240/06
56. LUCIANA DESCHAMPS 62497/04
57. LUCIEIDE CONCARI 632617/01
58. MAIK ANACLETO LUCREZIA 62812/03
59. MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA 632798/02
60. MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ 62639/06
61. MARIA CECILIA PIOLLA SEARA 62532/05
62. MARIA DOLORES EHLERS 62909/02
63. MARIA GISELI DA SILVEIRA 17946/07
64. MARIA GORETTI DUPLAA SOARES 17977/05
65. MARILEI APARECIDA GOMES RIBEIRO 632804/02

66. MARILIA LIRA DE SOUZA 63259/01
67. MARILIN MOREIRA 632601/02
68. MIRIAM VIEIRA A 3438/13
69. MIRIAN MARIA GESSER 62043/04
70. NELSI MIRANDA DETTONI 63216/01
71. NORAIDES JUSTINO DE FREITAS 2652/05
72. PATRICIA DE SOUZA 62069/06
73. PATRICIA RODRIGUES TAVARES 62338/03
74. RAFAELA KERTICHKA PEREIRA 632692/02
75. ROBERTO MACHADO 4549/10
76. ROSA MARIA DA SILVA 18286/11
77. ROSANGELA BARBOZA REBELLO 632643/02
78. ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA 62595/04
79. ROSELI CORREA DE ALMEIDA 3995/16
80. SANDRA LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA 62905/02
81. SONIA MARIA DA SILVA 632616/01
82. SONIA QUINONES ABASTO 62046/07
83. SORAIA CRISTINA DOS SANTOS 632722/02
84. STEFANI LARISSA DE SOUZA 632685/02
85. SUELEN CRISTINE CAMACHO 62734/04
86. SUELI DA APARECIDA SOUZA 63130/02
87. SUNAMITA TABITA DOS SANTOS 62634/03
88. SYLVANA ELIZABETH BECKER 62897/04
89. TAISE DE AUGUSTINHO 632744/01
90. TATIANA RIBEIRO VILELA CAMARGO 632710/01
91. THAIS COSTA DE MAGALHAES 62051/06
92. VANESSA CARDOZO OURIQUES 62541/02
93. VANIA MARIA DE ALMEIDA 62496/04
94. VILMA ARAUJO PORTO 62814/03

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de novembro de 2014.

### PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3089/2014

PORTARIA Nº. 3089 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

#### RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Monitor Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 05/12/2014.

#### Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ANGELA BRANGRATES 62431/03
2. CARULINI ALEXANDRINA 63059/02
3. CLAUDIA DE AZEVEDO VELHO DE SOUZA 63252/01
4. CLEUNICE PAES DE QUEIROZ 63227/01
5. CLEUZA APARECIDA GOMES 632605/01
6. GRASIELE GOMES SANTIAGO 62501/04



**7. JESSICA DOS SANTOS 62946/02**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3090/2014**

PORTARIA Nº. 3090 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR, do cargo de Monitor Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 30/11/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA  
1. ARILSON PEREIRA 63251/01

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3091/2014**

PORTARIA Nº. 3091 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR, do cargo de Monitor de Educação Especial, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a

partir de 19/12/2014.

**Nº SERVIDOR MATRICULA**

1. AMABILE LAIS FELICIANO 62912/02
2. ANDREA RAMOS 15161/09
3. BRUNA EDUARDA NAGEL 63244/01
4. CAROLINE SOUZA SANTOS 18437/09
5. EDILENE NEUSA DE SOUZA 62827/02
6. GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA 19978/04
7. IZETE ZIMERMANN PORFIRIO 62078/06
8. JOSIANE RITA CELISTA 20005/07
9. MARIA APARECIDA VIEIRA BORTOLATO 632772/01
10. MARIA ELENA GUBERTT 62443/08
11. MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA 2159/10
12. MIRIAN RODRIGUES 632745/01
13. NELZI NELI INACIO BITTENCOURT 62913/02
14. SILVANIA NARCIZA SAGAS 16991/09
15. TAMARA LUZ DOMINGOS 632644/02
16. TANIA WENDHAUSEN RAMOS DA SILVA 632609/01
17. VALQUIRIA BERENICE DE MELO AGUIAR 632723/01
18. VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA 62947/02

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

**PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3092/2014**

PORTARIA Nº. 3092 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR, do cargo de Monitor de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 19/12/2014.

**Nº SERVIDOR MATRICULA**

1. AMANDA CAROLINA DOS SANTOS MENDES 632816/01
2. AMANDA VITORIA DA COSTA 632610/01
3. ANA CAROLINE OURIQUES 63253/01
4. ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA 62089/05
5. ANA PAULA BRECKENBROCK 62917/02
6. ANDREA ALTINI 3217/05
7. ANDREIA NOGUEIRA DA SILVA 63218/01
8. ANDREIA PEREIRA DE ANDRADE 4763/08
9. ANE KAROLINE PORTELLA 18225/08
10. ANGELA APARECIDA CELESTINO 63262/01
11. BIANCA PATRICIO 632828/01
12. BRUNA REGINA PEREIRA 63003/02
13. CARINE BORECK RODRIGUES 62955/02
14. CINARA APARECIDA JUSTINO 62217/02



15. CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA 63194/01
16. DAIANE CRISTINA DE ASSIS 63185/01
17. DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO 632604/01
18. ELAINE GONÇALVES MACIEL 63250/01
19. ELICA DA SILVA 63199/01
20. ELISANDRA FRANCISCO PEREIRA 632614/01
21. ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA 62702/03
22. ERICA HELENA DE SOUZA 19841/02
23. FABIANA ALVES 632631/01
24. FERNANDA LEMES BRITES 632649/01
25. FRANCIÉLE RODRIGUES 62985/02
26. GERUZA DARCI FRANCISCO 62941/02
27. GISELE CRISTINA LOURENÇO DO NASCIMENTO 62463/04
28. GLEICIANE DAVILA MACHADO 62806/02
29. GREICI KELLY INDTHURN 632615/01
30. HINDIANARA MENDES 20076/02
31. IOLANDA FRANCIÉLE BORGES 63186/01
32. IVANA APARECIDA HARBS 63182/01
33. JANAINA CORREA 63051/02
34. JORDANIA LEITE MORAIS 632602/01
35. JULIANA STANCK 63200/01
36. KARINA SATIRO DA SILVA 632624/01
37. KEILA PATRICIA RODRIGUES 62869/02
38. LETICIA DE PAULA ALMEIDA 62942/02
39. MARIA NILZIDETH DA SILVA SANTOS 632811/01
40. MARIELE ALVES DE MIRANDA 62675/03
41. NAYARA DOS SANTOS 62945/02
42. NICOLY IANKA MOREIRA 632648/01
43. PRISCILA SILVA SOUZA DO VALE 18846/03
44. RAFAELA INTHURN 63212/01
45. ROBERTA ALINE DA LUZ PATRICIO 63195/01
46. ROSETE CELESTINO DA SILVA 4504/02
47. RUTE CORDEIRO 15876/07
48. SABRINA DA SILVA MANGRICH 63103/02
49. SHANNA FRANCESCA BORGES 4078/07
50. SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES 62145/05
51. SOLANGE APARECIDA CANOFRE 63205/01
52. STEFANY ALINE CARDOSO 632663/01
53. TACIARA WIERBISTKI DE ALMEIDA ROSANELLI 63192/01
54. VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES 63183/01
55. VIVIANE BENTA DA CRUZ 62424/04

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3093/2014**

PORTARIA Nº. 3093 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Professor, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 05/12/2014.

#### **Nº SERVIDOR MATRICULA**

1. ANTONIA EDINICE R. DE ARAUJO 3376/23
2. CARLOS ALBERTO MEDEIROS 4088/08
3. CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA 62914/03
4. CLAUDIA RUTH DA SILVA 4575/08
5. ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA 632774/01
6. FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES 2441/22
7. FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA 4037/05
8. JOCIMARA PEREIRA MEZZON 61878/05
9. KATIA CILENE KLOPPPEL MIRANDA 62147/04
10. KATIA DA SILVA FIGUEIREDO 62415/04
11. KATIA DA SILVA FIGUEIREDO 62415/05
12. LETICIA RANGUET NASCIMENTO 63209/01
13. MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS 632623/01
14. MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS 632623/02
15. NEUZA MARIA DE SOUZA 62572/04
16. PATRICIA BITTENCOURT 632622/01
17. REGINA MARIA DA SILVA 62013/07
18. REGINA MARIA DA SILVA 62013/08
19. SONIA MARA SCHULER VILLA 632621/02
20. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA 4946/16
21. TATIANY REGINA FABENI 63213/01
22. VALDELIRIA MIOTTO 4333/05
23. VALDILEA DOS SANTOS COIMBRA ROCHA 15922/02
24. VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO 3565/19

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3094/2014**

PORTARIA Nº. 3094 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - EXONERAR, do cargo de Professor, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 19/12/2014.

#### **Nº SERVIDOR MATRICULA**

1. ADRIANA CRISTINI DE SOUZA 17067/07
2. ADRIANA ERBS 2672/11
3. ADRIANA PRESTES FURTADO 4916/12
4. ADRIANA PRESTES FURTADO 4916/13
5. ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA 62064/02
6. ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA 62064/03
7. ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL 4374/11

8. ALESSANDRA VIEIRA 4003/12  
9. ALESSANDRA VIEIRA 4003/13  
10. ALESSANDRO MAFRA 632613/01  
11. ALESSANDRO MAFRA 632613/02  
12. ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES 1089/23  
13. ALICE DA SILVA 4289/12  
14. ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI 632711/01  
15. ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI 4831/02  
16. AMANDA BORBA COUTO 62610/03  
17. ANA ALICE TEIXEIRA 16829/02  
18. ANA DEISE LOPES 3429/13  
19. ANA PAULA JORGE BERNARDES 4764/08  
20. ANA PAULA JORGE BERNARDES 4764/09  
21. ANALU COSTA MAFRA 4076/11  
22. ANDREA APARECIDA GRITTENS 16982/09  
23. ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA 62408/05  
24. ANDREIA DA SILVA ALVES 63236/01  
25. ANDREIA GERALDO 1852/13  
26. ANGELA RAMOS LIMA 1708/18  
27. ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES 19977/05  
28. ANTONIA EDINICE R. DE ARAUJO 3376/22  
29. ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO 16990/15  
30. ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL 19828/03  
31. ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL 19828/04  
32. ARIANE CAROLINA DA CRUZ 4189/09  
33. ARIANE DA COSTA MENDES 3810/08  
34. ARIANE SOARES ALVES 62875/02  
35. ARIANE SOARES ALVES 62875/03  
36. ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA 3600/07  
37. ARMANDO CARMO DA SILVA JUNIOR 2957/19  
38. BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA 4313/17  
39. BRIGITE HEMMER 62911/03  
40. CARMEN CLEIDI SCHWERTZ ALVES 4474/16  
41. CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO 62414/06  
42. CAROLINE MENDES BORTOLATO MODOLON 61833/05  
43. CAROLINE MENDES BORTOLATO MODOLON 61833/06  
44. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ 16797/07  
45. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ 16797/08  
46. CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA 62914/04  
47. CIBELE DAVILA VIEIRA 2262/15  
48. CINARA ROCHA SANTOS 1171/23  
49. CINARA ROCHA SANTOS 1171/24  
50. CINTIA RENATA CABRAL 3246/16  
51. CINTIA RENATA CABRAL 3246/17  
52. CINTIA SOARES 3832/22  
53. CINTIA SOARES 3832/23  
54. CLAUDEMIRIA NOVAIS ALVES 61911/02  
55. CLAUDEMIRIA NOVAIS ALVES 61911/03  
56. CLAUDIA RUTH DA SILVA 4575/09  
57. CLAUDIANE PIERRE 667/19  
58. CLAUDINEIA PEDRO 4921/03  
59. CLAUDINEIA PEDRO 4921/04  
60. CLEO JUVENAL GONÇALVES 62400/04  
61. CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA 462/11  
62. CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA 15112/13  
63. CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA 15112/14  
64. CRISTIANE MARILENA DA SILVA 17168/03  
65. CRISTIANE MARILENA DA SILVA 17168/04  
66. CRISTIANE MERI FELICIO 2202/04  
67. CRISTIANE SEVERINO DA COSTA 529/19  
68. CRISTINA PAULO MONTEIRO 2639/10  
69. CRISTINA PAULO MONTEIRO 2639/11  
70. DAIANE DE JESUS 62402/05  
71. DAMARIS CORREA 19853/07  
72. DANIELA BARON KOELHER 2457/07  
73. DANIELA BARON KOELHER 2457/08  
74. DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA 4268/15  
75. DENISE REGINA COSTA DA SILVA 2386/11  
76. DILZA DE FATIMA NODA SERRANO 4769/06

77. DILZA DE FATIMA NODA SERRANO 4769/07  
78. DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS 17062/05  
79. DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS 17062/06  
80. EDILENE IRIS CALDEIRA 62629/02  
81. EDSON FABRICIO DE SOUZA 20073/07  
82. ELAINE CRISTINA DA TRINDADE 4980/05  
83. ELIANE DA SILVA UESLER 16836/06  
84. ELIANE DA SILVA UESLER 16836/07  
85. ELIANE DE FATIMA RAMOS 632654/01  
86. ELIANE GONÇALVES 632822/01  
87. ELIANE HASSE BUCHHOLZ 5034/11  
88. ELIANE MARISA MONERETTO 62797/02  
89. ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA 632674/01  
90. ELISABETE ALVES DA SILVA 4677/07  
91. ELISANGELA SILVA LINALDI 5083/20  
92. ELISANGELA SILVA LINALDI 5083/21  
93. ELISEU GOMES ISRAEL 62888/03  
94. EMERSON JOSE DA SILVA 20115/10  
95. ERALDO LOPES CARNEIRO 63232/01  
96. ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO 62394/05  
97. ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO 62394/06  
98. ESTER ROSELAIN CORREA DE LIMA 632774/02  
99. EVANDRO ROBSON SCHAEFER 632657/01  
100. EVANDRO ROBSON SCHAEFER 632657/02  
101. FABIA SIMONE DE AGUIAR 62465/03  
102. FABIA SIMONE DE AGUIAR 62465/04  
103. FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES 2441/23  
104. FABIANA REGINA SOUZA SANTOS 1324/17  
105. FABIANA REGINA SOUZA SANTOS 1324/18  
106. FABIANA VENTURI 62251/06  
107. FABIANE DALLAGO 17772/13  
108. FABRICIA INOCENCIO 2742/07  
109. FABRICIA INOCENCIO 2742/08  
110. FERNANDA GALVEZ NOCETTI 3691/11  
111. FERNANDA MEDEIROS 3287/02  
112. FLAVIA REGINA FERREIRA FELICIO 3518/06  
113. FRANCIELE CANDIDO 19778/03  
114. FRANCIELE CRISTINA SCHMITT 62011/07  
115. FRANCIELE CRISTINA SCHMITT 62011/08  
116. FRANCIELI CAROLINE CABRAL 61968/09  
117. FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA 16785/05  
118. GABRIELA CRISTINA PALMEIRA 61967/06  
119. GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA 19875/07  
120. GABRIELA REINERT 62603/03  
121. GABRIELA REINERT 62603/04  
122. GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS 62022/05  
123. GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS 62022/06  
124. GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA 17063/14  
125. GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA 17063/15  
126. GILBERTO DA ROSA JUNIOR 62839/02  
127. GISELE DE FATIMA BALDO 17083/08  
128. GRAZIELA DA SILVA FLORES 16887/08  
129. GRAZIELA DA SILVA FLORES 16887/09  
130. GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA 15109/05  
131. GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA 15109/06  
132. HELOISA GRAF LENOIR 62396/06  
133. HELOISA GRAF LENOIR 62396/07  
134. HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS 61959/05  
135. JANAINA BEATRIZ ROCHA DA LUZ 4291/07  
136. JANAINA FORLIM DE SOUZA 3842/16  
137. JANAINA FORLIM DE SOUZA 3842/17  
138. JEAN CARLOS RIBEIRO 12901/07  
139. JEAN CARLOS RIBEIRO 12901/08  
140. JENIFFER PEREIRA 63220/01  
141. JENIFFER PEREIRA 63220/03  
142. JOCIMARA PEREIRA MEZZON 61878/04  
143. JORGE BARGORDAKIS JUNIOR 62422/05  
144. JORGE BARGORDAKIS JUNIOR 62422/06  
145. JOSIANE DOS SANTOS VICTOR 3434/12

146. JOSIANE MAIA 62074/05  
 147. JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE 62576/06  
 148. JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE 62576/07  
 149. JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA 15881/13  
 150. JULIANA HARUMI NAKUI 632629/01  
 151. JULIANA LUCINEIA ANDRE DE SOUZA 632619/01  
 152. JULIANA MELLIES BRAATZ 4938/02  
 153. JURACI MARIA ANTONIETTI 63221/01  
 154. JUSSARA MARIA THEISS 3625/13  
 155. KARIN MARCELLOS PEREIRA 17072/12  
 156. KARIN MARCELLOS PEREIRA 17072/13  
 157. KATIA CILENE KLOPPLE MIRANDA 62147/05  
 158. KATIANE MARIA GARCIA 63239/01  
 159. LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO 632620/01  
 160. LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO 632620/02  
 161. LILIAN MAURICIO SCHWERTZ 62057/05  
 162. LILIAN MAURICIO SCHWERTZ 62057/06  
 163. LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA 62035/06  
 164. LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA 62035/07  
 165. LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO 632612/01  
 166. LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO 632612/02  
 167. LUCIANA MABA DA SILVA 1172/13  
 168. LUCIANA MABA DA SILVA 1172/14  
 169. LUCIANA TRAMONTIN NOLLI 1246/11  
 170. LUCIANE GILDA DOS SANTOS 63270/01  
 171. LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA 63219/01  
 172. LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA 63219/03  
 173. LUCILE PATRICIA FONSECA 3594/15  
 174. MAELLY CUSTODIO PIVATTO 61997/04  
 175. MAIARA FERNANDES 4860/04  
 176. MAILA ANACLETO 62435/04  
 177. MARCIA DA SILVA 3388/11  
 178. MARCIA DENYSE MACEDO DA SILVA 62922/02  
 179. MARCIA RODRIGUES CARDOSO 4115/16  
 180. MARCIA RODRIGUES CARDOSO 4115/17  
 181. MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA 62189/08  
 182. MARGARETE ELSA GOSS REINKE 2260/11  
 183. MARIA DE FATIMA DE SOUZA 62831/02  
 184. MARIA DE FATIMA DE SOUZA 62831/03  
 185. MARIA ELI LOURENÇO 4204/05  
 186. MARIA ELI LOURENÇO 4204/06  
 187. MARIA IZABEL EMILIO REBELLO 62779/02  
 188. MARIA LIDIA PEREIRA PROVESI 63222/01  
 189. MARILENE CLAUDINO 62428/05  
 190. MARISE LINDOMAR COUTO 14944/04  
 191. MARISE LINDOMAR COUTO 14944/05  
 192. MARISTELA CAMILO DA SILVA 4920/07  
 193. MARISTELA COELHO GALVEZ 2682/06  
 194. MARISTELA COELHO GALVEZ 2682/07  
 195. MARISTELA VIEIRA 3441/06  
 196. MARISTELA VIEIRA 3441/07  
 197. MARLI DE SOUZA 15616/08  
 198. MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS 17064/08  
 199. MARLI REGINA PACHECO FAUSTO 3764/17  
 200. MATHEUS CAMARGO MARTINS 4013/05  
 201. MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO 3590/10  
 202. NADIA NICE DA LUZ 18634/04  
 203. NADIA NICE DA LUZ 18634/05  
 204. NELCI MARIA VIEIRA ALBINO 3788/04  
 205. NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA 62571/03  
 206. NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA 62571/04  
 207. NEUZA MARIA DE SOUZA 62572/05  
 208. OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR 62397/05  
 209. OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR 62397/06  
 210. PATRICIA BITTENCOURT 632622/02  
 211. PATRICIA HERING DOS SANTOS 932/22  
 212. PATRICIA HERING DOS SANTOS 932/23  
 213. PATRICIA ONDINA COELHO 1562/07  
 214. PATRICIA ONDINA COELHO 1562/08

215. PAULA PRICILA DA SILVA KORB 62041/03  
 216. PAULA RUBIA GAYA 3519/12  
 217. PAULA RUBIA GAYA 3519/13  
 218. PRISCILA ALVES 17068/05  
 219. PRISCILA ALVES 17068/06  
 220. RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN 632639/01  
 221. RAQUEL PALOMA DA SILVA 17378/14  
 222. RAQUEL PALOMA DA SILVA 17378/15  
 223. REGIANE FERNANDA CALDONHO 2282/06  
 224. REGIANE FERNANDA CALDONHO 2282/07  
 225. RENETA LUIZ 3240/09  
 226. RENATALU MAFRA MIANES 19768/05  
 227. RENATALU MAFRA MIANES 19768/06  
 228. RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT 1015/15  
 229. RITA ROSE KORMANN 3808/16  
 230. ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR 62902/03  
 231. ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR 62902/04  
 232. RODRIGO DALTON FRUTUOSO 20601/08  
 233. RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN 20054/12  
 234. RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN 20054/13  
 235. RODRIGO LIMA MOTHE 62617/05  
 236. ROSA BARBOSA 617/15  
 237. ROSANGELA APARECIDA ROTERS 62211/08  
 238. ROSANGELA CARLA PAULINI 62438/05  
 239. ROSANGELA CARLA PAULINI 62438/06  
 240. ROSANGELA MARIA SENFF WILLE 62520/05  
 241. ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES 4352/07  
 242. ROSAURA DE ABREU GAUTERIO 63238/01  
 243. ROSELI CUNHA 1718/23  
 244. ROSELI CUNHA 1718/24  
 245. ROSEMERIE FARIAS DA SILVA 3427/14  
 246. ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI 292410  
 247. SAMARA MAELI DA SILVA 62764/02  
 248. SAMIA HASSAN RESLAN 4856/14  
 249. SAMIA HASSAN RESLAN 4856/15  
 250. SANDRA ELIZABETH LIMA GUIMARAES NAVARRET 4215/10  
 251. SANDRA ELIZABETH LIMA GUIMARAES NAVARRET 4215/11  
 252. SELONI APARECIDA RAMOS 2941/15  
 253. SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI 4508/15  
 254. SILVANA LETICIA DUMKE 19819/08  
 255. SILVANA LETICIA DUMKE 19819/09  
 256. SILVIA NASCIMENTO LIBORIO 3452/10  
 257. SILVIA NASCIMENTO LIBORIO 3452/11  
 258. SIMONE ALVES TEODORO COELHO 4370/05  
 259. SIRLEY CRISTINE MEDEIROS 16833/08  
 260. SOLANGE GORETI DA SILVA 4767/04  
 261. SONIA MARA SCHULER VILLA 632621/01  
 262. SUELLI DREWS 62038/04  
 263. SUELLI DREWS 62038/05  
 264. SUSANA MARIA FRANCISCO DESPESELL 16715/05  
 265. SUZANA JOSE DA SILVA 15629/11  
 266. SUZANA JOSE DA SILVA 15629/12  
 267. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO 53470/12  
 268. TANELISE VIGARANI PRUST 3569/06  
 269. TANIA APARECIDA ALEXANDRE 3632/04  
 270. TANIA REGINA GALVEZ PINTO 1456/17  
 271. TANIA REGINA GALVEZ PINTO 1456/18  
 272. TATHIANA CRISTINE PEREIRA 62802/03  
 273. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA 4946/15  
 274. TATIANY REGINA FABIEN 63213/02  
 275. TAYANA VIEIRA DA COSTA 20692/07  
 276. TEREZA DOS SANTOS INACIO 1558/20  
 277. TEREZA DOS SANTOS INACIO 1558/21  
 278. TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA 2244/09  
 279. TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA 2244/10  
 280. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA 63234/01  
 281. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA 63234/02  
 282. VALDELIRIA MIOTTO 4333/04  
 283. VALDILEA DOS SANTOS COIMBRA ROCHA 15922/03

284. VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ 632656/01  
285. VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ 632656/02  
286. VIVIANE BATHEKE INOCENCIO 632611/01  
287. VIVIANE CORREA FRANCO 3554/08  
288. ZAIRA IRIAS DA SILVA 62604/04  
289. ZORAIDE WALDETE DA SILVA 4765/13

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3095/2014**

PORTARIA Nº. 3095 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

##### **RESOLVE:**

I - EXONERAR, do cargo de Professor, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 30/11/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI 632711/02
2. ANDERSON DO ROSARIO 4080/13
3. ANDRE LUIZ DA LUZ 1733/29
4. JEANE CAROLINE THEISS 62651/02
5. LUIZ OTAVIO CORREIA 1538/07
6. MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO 2366/21
7. MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO 17125/08

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de novembro de 2014.

#### **PORTARIA DE EXONERAÇÃO COLETIVA 3166/2014**

PORTARIA Nº. 3166 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

##### **RESOLVE:**

I - EXONERAR, do cargo de Monitores de Educação Especial, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Educação, os funcionários abaixo relacionados a partir de 01/12/2014.

Nº SERVIDOR MATRICULA

1. ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS 62920/03
2. JANAINA CAMPOS DA LUZ HENRIQUE 4537/02
3. JANAINA MUNIZ 62926/03
4. NEIVA FATIMA DE SOUZA 62056/07
5. PRISCILA MELCHERT VIEIRA 632756/01

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 28 de novembro de 2014.



## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **TERMO ADITIVO 01 AO CONVÊNIO 01/2014 CÂMARA** MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

Termo Aditivo 01 ao convênio 01/2014

COVENIADO: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
COVENENTE : Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC

DO REAJUSTE: valor ajustado conforme o IGPM passara a ser de R\$ 43,85 (quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos), havendo o acréscimo de R\$ 1.85 (um real e oitenta e cinco centavos) por mês, excepcionalmente no mês de dezembro 2014 (quarenta e dois reais) o pagamento será no valor de R\$ 45,70 (quarenta e cinco reais e setenta centavos) para compensar o valor pago a menor em novembro de 2015.

Novo Horizonte, 18 de dezembro de 2014.

José Ivanir Dallanora

Presidente

## Orleans

### PREFEITURA

#### **1117**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1117/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|---------------|
| IJY2651 | 55035892E        | 5010/0                           | 26/09/2014       | 162*I         |
| LUM5981 | 55036098E        | 6653/1                           | 20/09/2014       | 230*XII       |
| LYM5981 | 55036099E        | 6408/0                           | 20/09/2014       | 221           |
| LZB1079 | 55034429E        | 5010/0                           | 25/09/2014       | 162*I         |
| LZB1079 | 55034430E        | 6661/0                           | 25/09/2014       | 230*XII       |
| LZB1079 | 55034434E        | 5010/0                           | 28/09/2014       | 162*I         |
| MBD9649 | 55033929E        | 5010/0                           | 25/09/2014       | 162*I         |
| MDT7696 | 55034969E        | 6599/2                           | 06/10/2014       | 230*V         |
| MDT7696 | 55034970E        | 5010/0                           | 06/10/2014       | 162*I         |
| MFR7252 | 55033919E        | 6599/2                           | 25/09/2014       | 230*V         |
| MGV2819 | 55036097E        | 5010/0                           | 20/09/2014       | 162*I         |
| MIB7846 | 55034109E        | 6610/2                           | 05/10/2014       | 230*VII       |
| MIS6175 | 55033916E        | 6912/0                           | 22/09/2014       | 232           |
| MJA5702 | 55035893E        | 6599/2                           | 26/09/2014       | 230*V         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1118/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR



DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUCTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|---------------|
| BCL0313 | 55033262E        | 5185/1                           | 27/09/2014       | 167           |
| HMJ1012 | 55035960E        | 5509/0                           | 12/09/2014       | 181*XIII      |
| LWS1822 | 55034432E        | 5835/0                           | 25/09/2014       | 195           |
| LYM5981 | 55033261E        | 5207/0                           | 24/09/2014       | 169           |
| LZS4674 | 55033277E        | 5185/1                           | 06/10/2014       | 167           |
| MCT3796 | 55033917E        | 5380/0                           | 25/09/2014       | 181*I         |
| MCV1721 | 55034842E        | 5525/0                           | 16/09/2014       | 181*XV        |
| MDD2038 | 55034840E        | 5185/1                           | 13/09/2014       | 167           |
| MED8287 | 55033920E        | 5487/0                           | 25/09/2014       | 181*XI        |
| MFW2180 | 55033260E        | 5207/0                           | 24/09/2014       | 169           |
| MGY1458 | 55033923E        | 5525/0                           | 25/09/2014       | 181*XV        |
| MHN1191 | 55033924         | 5185/1                           | 25/09/2014       | 167           |
| MHP3360 | 55035877E        | 7030/2                           | 17/09/2014       | 244*I         |
| MID4037 | 55036100E        | 5541/4                           | 23/09/2014       | 181*XVII      |
| MKS7111 | 55034847E        | 5541/1                           | 16/09/2014       | 181*XVII      |
| MLW8790 | 55035959E        | 5541/4                           | 12/09/2014       | 181*VII       |
| MMH4610 | 55034958E        | 7366/2                           | 24/09/2014       | 252*VI        |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.  
VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1119/2014.  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| IOB4632 | 55033620E        | 6637/2                           | 23/07/2014       | R\$127,69         | 230*IX        |
| LXG7019 | 55033582E        | 6912/0                           | 22/07/2014       | R\$53,20          | 232           |
| MCC1224 | 55034481E        | 6599/2                           | 09/07/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MCC1224 | 55034483E        | 6637/1                           | 09/07/2014       | R\$127,69         | 230*IX        |
| MCI6895 | 55033617E        | 7340/0                           | 20/07/2014       | R\$85,12          | 252*IV        |

|         |           |        |            |             |       |
|---------|-----------|--------|------------|-------------|-------|
| MCT1848 | 55034548E | 5169/1 | 23/08/2014 | R\$1.915,38 | 165   |
| MKG0015 | 55033577E | 5045/0 | 13/07/2014 | R\$191,53   | 162*V |
| MKQ6680 | 5503337E  | 6408/0 | 18/08/2014 | R\$85,12    | 221   |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE NOVEMBRO DE 2014  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1120/2014.  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| AJJ7822 | 55036058E        | 5550/0                           | 12/08/2014       | R\$85,12          | 181*XVIII     |
| LYM9418 | 55034851E        | 5738/0                           | 30/05/2014       | R\$191,53         | 186*II        |
| MBV2183 | 55035185E        | 5835/0                           | 21/07/2014       | R\$127,69         | 195           |
| MCC1224 | 55033592E        | 7048/1                           | 27/07/2014       | R\$191,53         | 244*II        |
| MCC1224 | 55033593E        | 6858/0                           | 28/07/2014       | R\$85,12          | 231*VII       |
| MCI6895 | 55033615E        | 5835/0                           | 20/07/2014       | R\$127,69         | 195           |
| MCI6895 | 55033616E        | 5207/0                           | 20/07/2014       | R\$53,20          | 169           |
| MCI6895 | 55033618E        | 7064/0                           | 20/07/2014       | R\$191,53         | 244*IV        |
| MDT2241 | 55033360E        | 7366/2                           | 04/07/2014       | R\$85,12          | 252*VI        |
| MEE2745 | 55033368E        | 5720/0                           | 07/07/2014       | R\$127,69         | 186*I         |
| MJM0556 | 55034948E        | 5185/1                           | 12/06/2014       | R\$127,69         | 167           |
| MKX3233 | 55033600E        | 7366/2                           | 06/08/2014       | R\$85,12          | 252*VI        |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE NOVEMBRO DE 2014  
VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1121/2014.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|---------------|
| BQJ4163 | 55033660E        | 5010/0                           | 02/10/2014       | 162*I         |
| LYL8373 | 55033934E        | 6599/2                           | 01/10/2014       | 230*V         |
| LYP6889 | 55035894E        | 5010/0                           | 26/09/2014       | 162*I         |
| LYP6889 | 55035895E        | 6599/2                           | 26/09/2014       | 230*V         |
| MBM4875 | 55033662E        | 6599/2                           | 05/10/2014       | 230*V         |
| MCD7486 | 55033656E        | 6599/2                           | 29/09/2014       | 230*V         |
| MEJ6834 | 55035968E        | 6599/2                           | 19/10/2014       | 230*V         |
| MGD9012 | 55034043E        | 6599/2                           | 25/10/2014       | 230*V         |
| MGD9012 | 55034044E        | 5045/0                           | 25/10/2014       | 162*V         |
| MGD9012 | 55034045E        | 6912/0                           | 25/10/2014       | 232           |
| MHA3233 | 55033515E        | 6599/2                           | 07/10/2014       | 230*V         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC,16 DE DEZEMBRO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1122/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|---------------|
| GCE7474 | 55034438E        | 5541/4                           | 01/10/2014       | 181*XVII      |
| IKJ3269 | 55033278E        | 5185/1                           | 06/10/2014       | 167           |
| LXB5213 | 55035200E        | 5541/4                           | 04/10/2014       | 181*XVII      |
| LXG1687 | 55034894E        | 5380/0                           | 30/09/2014       | 181*I         |

|         |           |        |            |          |
|---------|-----------|--------|------------|----------|
| LXH0599 | 55034966E | 5478/0 | 03/10/2014 | 181*X    |
| LYM0315 | 55034900E | 5185/1 | 19/10/2014 | 167      |
| MAD3285 | 55033290E | 5185/1 | 15/10/2014 | 167      |
| MAF9345 | 55035984E | 8185/1 | 30/10/2014 | 167      |
| MAU9513 | 55034974E | 7366/2 | 06/10/2014 | 252*VI   |
| MAV7466 | 55033279E | 5185/1 | 06/10/2014 | 167      |
| MBJ5117 | 55033938E | 5541/1 | 01/10/2014 | 181*XVII |
| MBZ4153 | 55033941E | 5541/1 | 01/10/2014 | 181*XVII |
| MDA5281 | 55033272E | 5207/0 | 03/10/2014 | 169      |
| MEH3006 | 55033944E | 5380/0 | 01/10/2014 | 181*I    |
| MGO6911 | 55034442E | 5541/1 | 01/10/2014 | 181*XVII |
| MGW0857 | 55033730E | 5541/4 | 17/10/2014 | 181*XVII |
| MHL8934 | 55034449E | 5487/0 | 04/10/2014 | 181*XI   |
| MHM1030 | 55034026E | 5525/0 | 16/10/2014 | 181*XV   |
| MIS3575 | 55033502E | 5541/1 | 07/10/2014 | 181*XVII |
| MIZ2920 | 55034016E | 5541/1 | 10/10/2014 | 181*XVII |
| MKM6708 | 55033506E | 5380/0 | 07/10/2014 | 181*I    |
| MKZ2030 | 55034439E | 5541/1 | 01/10/2014 | 181*XVII |
| MKZ7607 | 55034036E | 5185/1 | 25/10/2014 | 167      |
| MLB7303 | 55034013E | 5541/1 | 10/10/2014 | 181*XVII |
| MLP4915 | 55033269E | 5207/0 | 03/10/2014 | 169      |
| MMB6312 | 55033735E | 7366/2 | 20/10/2014 | 252*VI   |
| QHE3030 | 55035891E | 5509/0 | 26/09/2014 | 181*XIII |
| QHJ8880 | 55034413E | 5185/1 | 22/09/2014 | 167      |
| QIS0880 | 55033508E | 5541/1 | 07/10/2014 | 181*XVII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1123/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| NBK1067 | 55034348E        | 5010/0                           | 22/08/2014       | R\$ 574,61        | 162*I         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS

DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1124/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| IVE5636 | 55035958E        | 5509/0                            | 03/09/2014       | R\$ 85,12         | 181*XIII      |
| JOF2024 | 55033647E        | 5509/0                            | 22/08/2014       | R\$85,12          | 181*XIII      |
| LAA9302 | 55036056E        | 5428/1                            | 12/08/2014       | R\$191,53         | 181*V         |
| MAQ7403 | 55034874E        | 5738/0                            | 25/08/2014       | R\$191,53         | 186*II        |
| MBJ3343 | 55033895E        | 5207/0                            | 24/08/2014       | R\$53,20          | 169           |
| MJD5708 | 55035576E        | 5614/4                            | 26/08/2014       | R\$127,69         | 182*V         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014  
VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1125/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|-------|------------------|-----------------------------------|------------------|---------------|
|-------|------------------|-----------------------------------|------------------|---------------|

|         |           |        |            |         |
|---------|-----------|--------|------------|---------|
| LYM5981 | 55033946E | 6408/0 | 01/10/2014 | 221     |
| LYM5981 | 55033947E | 6637/2 | 01/10/2014 | 230*IX  |
| LYM5981 | 55033948E | 6912/0 | 01/10/2014 | 232     |
| MAO2111 | 55033676E | 6653/1 | 14/10/2014 | 230*XII |
| MDK3233 | 55033698E | 6599/2 | 29/10/2014 | 230*V   |
| MDK3233 | 55033699E | 6556/1 | 29/10/2014 | 230*I   |
| MEF9564 | 55035756E | 5169/1 | 25/10/2014 | 165     |
| MII0220 | 55035970E | 5010/0 | 21/10/2014 | 162*I   |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1126/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|------------------|---------------|
| HTV3985 | 55033716E        | 5541/4                            | 08/10/2014       | 181*XVII      |
| LYR8199 | 55033685E        | 5550/0                            | 23/10/2014       | 181*XVIII     |
| LZN0540 | 55033747E        | 5525/0                            | 23/10/2014       | 181*XV        |
| MDB9361 | 55033749E        | 5550/0                            | 23/10/2014       | 181*XVIII     |
| MDS7049 | 55034898E        | 5550/0                            | 03/10/2014       | 181*XVIII     |
| MDS7377 | 55033672E        | 5452/2                            | 14/10/2014       | 181*VIII      |
| MEU4898 | 55035966E        | 5967/0                            | 18/10/2014       | 203*V         |
| MFE6395 | 55033526E        | 5207/0                            | 10/10/2014       | 169           |
| MGP7881 | 55033293E        | 5185/1                            | 18/10/2014       | 167           |
| MHP7279 | 55035965E        | 5738/0                            | 18/10/2014       | 186*II        |
| MHX2413 | 55033292E        | 5207/0                            | 18/10/2014       | 169           |
| MJE2884 | 55033743E        | 5487/0                            | 23/10/2014       | 181*XII       |
| MKU5934 | 55034029E        | 5541/4                            | 22/10/2014       | 181*XVII      |
| MLA2632 | 55033741E        | 5380/0                            | 23/10/2014       | 181*I         |
| MMK2133 | 55033682E        | 5550/0                            | 20/10/2014       | 181*XVIII     |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4



E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1127/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| AKG9330 | 55033888E        | 5010/0                            | 20/08/2014       | R\$ 574,61        | 162*I         |
| CHH2560 | 55036092E        | 5010/0                            | 20/09/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| CHH2560 | 55036093E        | 6599/2                            | 20/09/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| LYA5038 | 55034347E        | 6599/2                            | 22/08/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MCN1728 | 55035559E        | 5010/0                            | 20/08/2014       | R\$574,61         | 162*I         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1128/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| LZB5277 | 55035855E        | 5550/0                            | 30/08/2014       | R\$ 85,12         | 181*XVIII     |
| MCF8407 | 55034460E        | 5207/0                            | 18/06/2014       | R\$53,20          | 169           |
| MCF8407 | 55034461E        | 5525/0                            | 18/06/2014       | R\$85,12          | 181*XV        |
| MCF8407 | 55034462E        | 5835/0                            | 18/06/2014       | R\$127,69         | 195           |

|         |           |        |            |           |       |
|---------|-----------|--------|------------|-----------|-------|
| MHI4739 | 55033602E | 5185/1 | 05/07/2014 | R\$127,69 | 167   |
| MKL1190 | 55033645E | 6122/0 | 22/08/2014 | R\$191,53 | 214*I |
| MKM3179 | 55036145E | 5185/1 | 28/08/2014 | R\$127,69 | 167   |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1129/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/ Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|------------------|---------------|
| AVZ2795 | 55033513E        | 6912/0                            | 07/10/2014       | 232           |
| DIJ9475 | 55035110E        | 6599/2                            | 02/11/2014       | 230*V         |
| GKL3012 | 55035139E        | 5169/1                            | 10/11/2014       | 165           |
| GTA6909 | 55035127E        | 5045/0                            | 10/11/2014       | 162*V         |
| LYQ6139 | 55035126E        | 6599/2                            | 07/11/2014       | 230*V         |
| MAC5247 | 55033321E        | 6599/2                            | 09/11/2014       | 230*V         |
| MAC5247 | 55033322E        | 6408/0                            | 09/11/2014       | 221           |
| MAC5247 | 55033323E        | 6637/2                            | 09/11/2014       | 230*IX        |
| MAV7466 | 55033330E        | 6599/2                            | 12/11/2014       | 230*V         |
| MCB9884 | 55033710E        | 5010/0                            | 05/10/2014       | 162*I         |
| MCB9884 | 55033713E        | 5010/0                            | 06/10/2014       | 162*I         |
| MCN1728 | 55033708E        | 5010/0                            | 05/10/2014       | 162*I         |
| MCN1728 | 55033709E        | 6556/1                            | 05/10/2014       | 230*I         |
| MDS7617 | 55033529E        | 6599/2                            | 10/10/2014       | 230*V         |
| MGZ2249 | 55033316E        | 6599/2                            | 09/11/2014       | 230*V         |
| MGZ2249 | 55033318E        | 6408/0                            | 09/11/2014       | 221           |
| MGZ2249 | 55033320E        | 6912/0                            | 09/11/2014       | 232           |
| MIC0168 | 55033412E        | 6599/2                            | 08/11/2014       | 230*V         |
| MJP6434 | 55033663E        | 5010/0                            | 05/10/2014       | 162*I         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DÍAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1130/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|---------------|
| AEH3741 | 55035121E        | 5509/0                           | 07/11/2014       | 181*XIII      |
| AXT1459 | 55034977E        | 7374/0                           | 15/11/2014       | 253           |
| BYM6716 | 55034975E        | 7366/2                           | 06/10/2014       | 252*VI        |
| IKW2641 | 55034676E        | 5185/1                           | 05/11/2014       | 167           |
| LXS5559 | 55033301E        | 5185/1                           | 03/11/2014       | 167           |
| MAD3285 | 55034691E        | 5185/1                           | 11/11/2014       | 167           |
| MAO2111 | 55033334E        | 6122/0                           | 12/11/2014       | 214*I         |
| MAR9501 | 55035137E        | 5738/0                           | 10/11/2014       | 186*II        |
| MAV7466 | 55033329E        | 7366/2                           | 12/11/2014       | 252*VI        |
| MBF1031 | 55035129E        | 5541/4                           | 10/11/2014       | 181*XVII      |
| MBF7315 | 55035994E        | 5185/1                           | 05/11/2014       | 167           |
| MCB9884 | 55033711E        | 5835/0                           | 06/10/2014       | 195           |
| MCB9884 | 55033712E        | 7030/2                           | 06/10/2014       | 244*I         |
| MCS8066 | 55033517E        | 5207/0                           | 07/10/2014       | 169           |
| MCS8066 | 55033518E        | 5835/0                           | 07/10/2014       | 195           |
| MFR2524 | 55035131E        | 5487/0                           | 10/11/2014       | 181*XII       |
| MFY0343 | 55033504E        | 5460/0                           | 07/10/2014       | 181*IX        |
| MGT3008 | 55034971E        | 5509/0                           | 06/10/2014       | 181*XIII      |
| MGZ2249 | 55033317E        | 7048/1                           | 09/11/2014       | 244*II        |
| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Enquadramento |
| MHK0423 | 55034967E        | 7366/2                           | 03/10/2014       | 252*VI        |
| MHL8934 | 55034448E        | 5380/0                           | 04/10/2014       | 181*I         |
| MHV6351 | 55034054E        | 5541/1                           | 13/11/2014       | 181*XVII      |
| MIA9541 | 55034684E        | 5541/4                           | 08/11/2014       | 181*XVII      |
| MID9451 | 55035142E        | 7366/2                           | 13/11/2014       | 252*VI        |
| MIS4568 | 55035995E        | 5509/0                           | 05/11/2014       | 181*XIII      |
| MIZ2160 | 55033661E        | 7366/2                           | 05/10/2014       | 252*VI        |
| MJC0121 | 55033271E        | 5207/0                           | 03/10/2014       | 169           |
| MKK5175 | 55034443E        | 5410/0                           | 01/10/2014       | 181*IV        |
| MKN8760 | 55033266E        | 5185/1                           | 03/10/2014       | 167           |

|         |           |        |            |          |
|---------|-----------|--------|------------|----------|
| MLE6875 | 55033723E | 5509/0 | 13/10/2014 | 181*XIII |
| MLJ3399 | 55033303E | 5185/1 | 03/11/2014 | 167      |
| MMB6999 | 55033312E | 5541/1 | 06/11/2014 | 181*XVII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1131/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | Auto de Infração | Código de Infração/Desdobramento | Data de Infração | Valor da Infração | Enquadramento |
|---------|------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| CEZ5786 | 55035166E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$ 127,69        | 233           |
| CLG7833 | 55035849E        | 6599/2                           | 14/06/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| CMO3089 | 55035117E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | 127,69            | 233           |
| DJC4815 | 55035180E        | 6912/0                           | 15/07/2014       | R\$53,20          | 232           |
| GUS6887 | 55035841E        | 5010/0                           | 09/06/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| LXM4257 | 55034399E        | 5010/0                           | 19/06/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| LXM4257 | 55034400E        | 6912/0                           | 19/06/2014       | R\$53,20          | 232           |
| LYQ5797 | 55035490E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| LYQ8134 | 55035499E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| LZA5443 | 54440939E        | 5010/0                           | 22/06/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| MAR0659 | 55035498E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| MBD9649 | 55034946E        | 5010/0                           | 12/06/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| MBU6703 | 54440938E        | 6912/0                           | 19/06/2014       | R\$53,20          | 232           |
| MCC4217 | 55035831E        | 6670/0                           | 01/06/2014       | R\$127,69         | 230*XIII      |
| MCL2264 | 55034425E        | 6599/2                           | 25/09/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MDD4786 | 55034328E        | 6912/0                           | 14/07/2014       | R\$53,20          | 232           |
| MDJ9542 | 55035164E        | 6599/2                           | 12/06/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MEK1914 | 55035494E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| MEL5745 | 55035500E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| MFH2130 | 55034512E        | 6599/2                           | 27/07/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MFH2130 | 55034513E        | 5010/0                           | 27/07/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| MGJ9963 | 55034790E        | 6599/2                           | 14/06/2014       | R\$191,53         | 230*V         |
| MGK4395 | 55035497E        | 6920/0                           | 18/06/2014       | R\$127,69         | 233           |
| MGU5760 | 55035874E        | 5010/0                           | 14/06/2014       | R\$574,61         | 162*I         |
| MIF2331 | 55033366E        | 6556/4                           | 04/07/2014       | R\$191,53         | 230*I         |
| MIS8397 | 55034934E        | 6599/2                           | 05/06/2014       | R\$191,53         | 230*V         |



|         |           |        |            |           |       |
|---------|-----------|--------|------------|-----------|-------|
| KKK3800 | 55035596E | 5045/0 | 16/09/2014 | R\$191,53 | 162*V |
|---------|-----------|--------|------------|-----------|-------|

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1132/2014.  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,  
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE  
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS  
DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO  
COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO,  
CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DE-  
FESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,-  
CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA  
LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CON-  
TRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO,  
A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO  
ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de<br>Infração | Código de<br>Infração/<br>Desdobra-<br>mento | Data de<br>Infração | Valor da<br>Infração | Enquadra-<br>mento |
|---------|---------------------|--|---------------------|----------------------|--------------------|
| AOA0982 | 55033351E           | 5541/1                                       | 25/06/2014          | R\$ 53,20            | 181*XVII           |
| AQC1818 | 55033854E           | 5185/1                                       | 29/06/2014          | R\$127,69            | 167                |
| CLG7833 | 55035850E           | 5835/0                                       | 14/06/2014          | R\$127,69            | 195                |
| CRO9218 | 55033355E           | 5193/0                                       | 28/06/2014          | R\$191,53            | 168                |
| DTT3736 | 55035485E           | 5460/0                                       | 18/06/2014          | R\$85,12             | 181*IX             |
| KVO0754 | 55035175E           | 5380/0                                       | 03/07/2014          | R\$85,12             | 181*I              |
| LYM5981 | 55035861E           | 5207/0                                       | 02/09/2014          | R\$53,20             | 169                |
| LZA5155 | 54440941E           | 5185/1                                       | 22/06/2014          | R\$127,69            | 167                |
| LZE1767 | 55036130E           | 5185/1                                       | 09/08/2014          | R\$127,69            | 167                |
| MAL8726 | 55033559E           | 5193/0                                       | 04/07/2014          | R\$191,53            | 168                |
| MAZ4599 | 55035589E           | 5185/1                                       | 13/09/2014          | R\$127,69            | 167                |

| Placa   | Auto de<br>Infração | Código de<br>Infração/<br>Desdobra-<br>mento | Data de<br>Infração | Valor da<br>Infração | Enquadra-<br>mento |
|---------|---------------------|--|---------------------|----------------------|--------------------|
| MBO5701 | 55034940E           | 5452/1                                       | 06/06/2014          | R\$ 127,69           | 181*VIII           |
| MCL2264 | 55034424E           | 5185/1                                       | 25/09/2014          | R\$127,69            | 167                |
| MCN1728 | 55034490E           | 5207/0                                       | 15/07/2014          | R\$53,20             | 169                |
| MCN1728 | 55034491E           | 5835/0                                       | 15/07/2014          | R\$127,69            | 195                |
| MCY3034 | 55034941E           | 5509/0                                       | 06/06/2014          | R\$85,12             | 181*XIII           |
| MDB6892 | 55035848E           | 5193/0                                       | 14/06/2014          | R\$191,53            | 168                |
| MFE6965 | 55034944E           | 5509/0                                       | 09/06/2014          | R\$85,12             | 181*XIII           |
| MFN6083 | 55035024E           | 5509/0                                       | 06/06/2014          | R\$85,12             | 181*XIII           |
| MFU1400 | 55034854E           | 5525/0                                       | 02/06/2014          | R\$85,12             | 181*XV             |
| MHJ4105 | 55034390E           | 5185/1                                       | 10/06/2014          | R\$127,69            | 167                |
| MHR3584 | 55035173E           | 5509/0                                       | 03/07/2014          | R\$85,12             | 181*XIII           |

|          |           |        |            |           |          |
|----------|-----------|--------|------------|-----------|----------|
| MIC2440  | 55034458E | 5380/0 | 18/06/2014 | R\$85,12  | 181*I    |
| MIF5745  | 55035031E | 5509/0 | 09/06/2014 | R\$85,12  | 181*XIII |
| MIF9980  | 55034420E | 5185/1 | 25/09/2014 | R\$127,69 | 167      |
| MIQ5079  | 55034376E | 5185/2 | 07/06/2014 | R\$127,69 | 167      |
| MJO3795  | 55035836E | 5380/0 | 06/06/2014 | R\$85,12  | 181*I    |
| MJV3795E | 55035010E | 7366/2 | 31/05/2014 | R\$85,12  | 252*VI   |
| MKA8912  | 55034930E | 8185/1 | 04/06/2014 | R\$127,69 | 167      |
| MKW3169  | 55034474E | 5460/0 | 27/06/2014 | R\$85,12  | 181*IX   |
| MKZ2030  | 55035478E | 7366/2 | 13/06/2014 | R\$85,12  | 252*VI   |
| MLE5706  | 55035862E | 5509/0 | 02/09/2014 | R\$85,12  | 181*XIII |
| MGL2118  | 55035007E | 5441/5 | 30/05/2014 | R\$53,20  | 181*XVII |
| MLK4416  | 55033370E | 5452/1 | 07/07/2014 | R\$127,69 | 181*VIII |
| MLX0093  | 55034457E | 5380/0 | 18/06/2014 | R\$85,12  | 181*I    |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.  
VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1133/2014.  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,  
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE  
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS  
DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO  
COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO,  
CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DE-  
FESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,-  
CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA  
LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CON-  
TRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO,  
A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO  
ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | Auto de<br>Infração | Código de<br>Infração/Des-<br>dobramento | Data de<br>Infração | Enquadra-<br>mento |
|---------|---------------------|--|---------------------|--------------------|
| MBH8518 | 55035996E           | 5010/0                                   | 05/11/2014          | 162*I              |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

**2.586**

LEI Nº 2.586 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º.) - Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA IND. E COMÉRCIO

04.01 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA

0.001. - Pagamento de Precatórios

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art.2º.) - A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado os seguintes créditos suplementares:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.005 - Manutenção da Administração Geral

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Orleans/SC, em 16 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

**2.587**

LEI Nº 2.587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 2.544, DE 25 DE MARÇO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a repassar mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em parcela única, como auxílio financeiro, para auxiliar no transporte de alunos, residentes no Município, que estiverem cursando ensino superior nas Universidades que abaixo seguem:

- Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (Campus Tubarão) e

- Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - UNESC (Campus Criciúma).

Art. 2º As despesas com a implantação desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária nº 06.01.2.016-3.3.90.00 - Auxílio Financeiro e Transporte Escolar Universitário.

Art. 3º Permanecem em vigor os dispositivos da Lei n. 2544 de 25

de março de 2014, não alterados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria de Administração aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

**2.588**

LEI N. 2.588 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar a Fundação Hospitalar Santa Otília, recursos financeiros na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em parcela única.

Parágrafo Único. O valor a ser transferido deverá ser utilizado na manutenção de seus serviços essenciais.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente transferência, deverá apresentar a respectiva prestação de contas, na forma da Legislação, num prazo de 60 (sessenta) dias, que deverá conter:

- a) Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- b) Comprovante de despesas;
- c) Extrato bancário;
- d) Conciliação bancária;
- e) Outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 2 desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos convênios pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2.017- FR 01.0003 - Recursos Ordinários - 3.3.50.00 - Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta secretaria de Administração aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino.

**2.589**

LEI Nº 2.589 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais até o limite de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte cinco mil reais), as dotações constantes no relatório em anexo.

Art.2º A anulação de que trata o Artigo 1º serão utilizadas para suplementação de dotações, que se fizerem necessárias até o encerramento do exercício financeiro de 2014, da Prefeitura e principalmente com a folha de pagamento dos servidores do Fundo Municipal de Saúde, além, das despesas de manutenção como aluguel, energia, telefone, agropecuária, transferência para a Fundação Hospitalar e outros.

Art.3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, comprometido em enviar ao Legislativo Municipal até o dia 15 de fevereiro de 2015, todos os Decretos referentes a esta Lei.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria de Administração aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

**2.590**

LEI N. 2.590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE REPOSIÇÃO E REAJUSTE SALARIAL, AOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO DE ORLEANS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º) Ficam reajustados em 12,66% (dose virgula sessenta e seis por cento), os vencimentos atribuídos aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Orleans.

Parágrafo Único. A reposição salarial ficou estimada em 6,33% (seis virgula trinta e seis por cento) conforme índice do INPC/IBGE, cumulado dos últimos 12 (doze meses), e o reajuste em igual percentual.

Art. 2º) A reposição, bem como, o reajuste serão aplicados somente a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º) As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2015.

Art. 5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 19 de maio de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EUARDO BERTONCINI  
Secretário Interino de Administração

**3.790**

DECRETO Nº 3.790 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte Dotação Orçamentária:

10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017- Manutenção da Secretaria de Saúde

F.R. - 010080- Gestão Plena

3.3.50.00 - Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 15.782,80

F.R. - 010003 - Recursos Próprios

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.225,44

TOTAL R\$ 51.008,24

Art.2º A conta do recurso do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017- Manutenção da Secretaria de Saúde

F.R. - 010080- Gestão Plena

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.782,80

F.R. - 010003 - Recursos Próprios

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.225,44

TOTAL R\$ 51.008,24

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 9 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de administração, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

**3.791**

DECRETO Nº 3.791 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.586 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º.) - Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações

orçamentárias:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA IND. E COMÉRCIO  
04.01 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA  
0.001. - Pagamento de Precatórios  
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
  
TOTAL R\$ 40.000,00

Art.2º.) - A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado os seguintes créditos suplementares:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
2.005 - Manutenção da Administração Geral  
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
  
TOTAL R\$ 40.000,00

Orleans/SC, em 16 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

### 3.792

DECRETO N.º 3.792 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n 2.527 de 03 de Dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1ª) - Fica anulada total ou parcial als seguinte dotação Orçamentaria:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO  
2.002 - Manutenção do Prefeito e Vice  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.610,23

TOTAL R\$ 2.610,23

Art. 2º) - Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO  
2.002 - Manutenção do Prefeito e Vice  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.610,23

TOTAL R\$ 2.610,23

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 16 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

### 3.794

DECRETO N.º 3.794 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º) - Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
08.02 - Departamento de Serviços Urbanos  
2.021 - Manutenção e Sinalização do Transito  
F.R. - 01.0100 - Convenio Transito - Militar  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art.2º) - Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação, na seguinte Fonte de Recurso:

F.R. - 01.0100 - Convenio Transito - Militar R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 18 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino

### 3.795

DECRETO N.º 3.795 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n 2.589 de 19 de Dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1ª) - Fica anulada total ou parcial als seguinte dotação Orçamentaria:



04.00 - SECRETARIA MUN.DA FAZENDA IND. COMÉRCIO

04.01 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA

2.005 - Pagamento de Precatórios

F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º) - Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.030 - Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios

3.3.50.00 - Transf. A Instituições Privadas s/fins Luc. R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

### 3.796

DECRETO Nº 3.796 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu Art.113;

DECRETA:

Art.1º. As Tarifas de Água e Esgoto, bem como os demais Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, passam a ser os constantes das tabelas anexo ao presente Decreto.

Art.2º. As tabelas mencionadas no Art.1º, são partes integrantes deste Decreto.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação para as contas vencíveis a partir de 01/02/2014.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

SAMAE DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - SERVIÇO MEDIDO ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014 PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014

| CATEGORIA DOMICILIAR – A                     |  |
|--|--|
| FAIXA DE CONSUMO                             | VALORES TARIFARIOS                           |
| Até 10m³                                     | R\$ 25,10                                    |
| De 11m³ a 15m³                               | R\$ 25,10 + R\$ 4,57 p/m³ excedente de 10m³  |
| De 16m³ a 20m³                               | R\$ 47,93 + R\$ 5,04 p/m³ excedente de 15m³  |
| De 21m³ a 30m                                | R\$ 73,15 + R\$ 5,33 p/m³ excedente de 20m³  |
| De 31m³ a 40m³                               | R\$ 126,44+ R\$ 5,64 p/m³ excedente de 30m³  |
| Acima de 40m³                                | R\$ 182,81 + R\$ 5,53 p/m³ excedente de 40m³ |
| CATEGORIA TARIFA SOCIAL                      |  |
| FAIXA DE CONSUMO                             | VALORES TARIFARIOS                           |
| Até 10m³                                     | R\$ 12,56                                    |
| De 11m³ a 15m³                               | R\$ 12,56 + R\$ 4,04 p/m³ excedente de 10m³  |
| De 16m³ a 20m                                | R\$ 32,78 + R\$ 4,57 p/m³ excedente de 15m³  |
| De 21m³ a 30m                                | R\$ 55,62 + R\$ 4,88 p/m³ excedente de 20m³  |
| De 31m³ a 40m³                               | R\$ 104,38 + R\$ 5,04 p/m³ excedente de 30m³ |
| Acima de 40m³                                | R\$ 154,81 + R\$ 5,16 p/m³ excedente de 40m³ |
| CATEGORIA B1 – COMERCIAL E PODERES PUBLICOS  |  |
| FAIXA DE CONSUMO                             | VALORES TARIFARIOS                           |
| Até 15m                                      | R\$ 36,86                                    |
| Acima de 15m                                 | R\$ 36,86 + R\$ 5,04 p/m³ excedente de 15m³  |
| * CATEGORIA – B 2 - MICRO E PEQUENO COMERCIO |  |
| FAIXA DE CONSUMO                             | VALORES TARIFARIOS                           |
| Até 10m³                                     | R\$ 25,10                                    |
| Acima de 10m                                 | R\$ 25,10 + R\$ 5,04 p/m³ excedente de 15m³  |
| CATEGORIA INDUSTRIAL                         |  |
| FAIXA DE CONSUMO                             | VALORES TARIFARIOS                           |
| Até 40m³                                     | R\$ 179,80                                   |
| Acima de 40m                                 | R\$ 179,80 + R\$ 5,79 p/m³ excedente de 40m³ |

Observações:

1. A tarifa referente a prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá 60% (sessenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.

2. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, etc equiparam-se as de Categoria Comercial.

3. Condições para classificação na Categoria B2:

- Espaço físico até 50m².

- Não estar em débito com o SAMAE.

- Requerer junto ao SAMAE o enquadramento na categoria.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

SAMAE DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - SERVIÇO NÃO MEDIDO ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014 PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014



| SERVIÇO NÃO MEDIDO |                        |              |
|--------------------|------------------------|--------------|
| CATEGORIA          | CONSUMO ESTIMADO<br>M³ | VALOR EM R\$ |
| RESIDENCIAL - R1   | 10                     | 25,10        |
| - R2               | 20                     | 55,62        |
| - R3               | 30                     | 104,38       |
| - R4               | 40                     | 154,81       |
| COMERCIAL - C1     | 10                     | 25,10        |
| - C2               | 15                     | 36,86        |
| INDUSTRIAL - I1    | 15                     | 67,42        |
| - I2               | 40                     | 179,80       |

R1 - com área ate 40m²

R2 - com área de 41 a 80m²

R3 - com área de 81 a 120m²

R4 - com área acima de 120m²

C1 - Pequeno Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 - Grande Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente para higiênicos.

I1 - Pequena Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.

I2 - Grande Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

SAMA E DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - OUTROS SERVIÇOS

ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014

PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014

| RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA                 | VALOR R\$        |
|--|------------------|
| No cavalete por falta de pagamento                       | 38,17            |
| AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:                                 |                  |
| Por solicitação do usuário até 3/4"                      | 11,93            |
| Por solicitação do usuário até 1"                        | 47,82            |
| Por solicitação do usuário até 1 1/2"                    | 71,80            |
| Por solicitação do usuário até 2"                        | 99,03            |
| DESLIGAÇÃO:  |                  |
| Por solicitação do usuário-temporária (art.73 letra g)   | 18,08            |
| VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:                          |                  |
| Por solicitação do usuário até 2 pavimentos              | 25,36            |
| Por solicitação do usuário - por pavimento excedente a 2 | 12,69            |
| CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES ETC:                 |                  |
| Custo fixo de consumo até 15 dias                        | 120,65           |
| Custo fixo mensal permanência superior a 15 dias         | 241,30           |
| CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:                           |                  |
| De encanador   | 6,12             |
| De auxiliar  | 3,90             |
| DESLOCAMENTO DO CAVALETE:                                |                  |
| Por solicitação do usuário (cfe.material empregado)      | 10,69            |
|  | + mat. Utilizado |

|   |        |
|---|--------|
| NOTIFICAÇÃO:  |        |
| (art. 73 parágrafo 1.letra a e parágrafo 3.)        | 6,12   |
| TAXA DE EXPEDIENTE:                                 |        |
| Emissão de 2.via, extrato, alteração Cadastral. Etc | 3,42   |
| ANÁLISE DE ÁGUA:                                    |        |
| Físico-químico                                      | 52,09  |
| Bacteriologia                                       | 69,45  |
| HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO                  |        |
| Valor das peças empregadas mais taxas de aferição   |        |
| Hidrômetro  | 102,44 |

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração InterinoSAMA E DE ORLEANS-SC

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - INFRAÇÕES

ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014

PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014

| ITEM | INFRAÇÕES  | VALOR EM R\$  |
|------|--|---|
| 01   | Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.  | 74,65   |
| 02   | Ligações clandestinas.   | 198,21  |
| 03   | Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.   | 237,84  |
| 04   | Interconexão da inst.predial com canalizações de água ou outra procedência.  | 58,60   |
| 05   | Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.  | 65,77   |
| 06   | Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial   | 317,22  |
| 07   | Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio  | 198,21  |
| 08   | Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.  | 396,54  |
| 09   | Início de obras de instalação de água e /ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMA E.            | 1.982,82  |
| 10   | Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMA E. | 794,92  |
| 11   | Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SAMA E.  | Até 30 dias<br>..... 2%<br>de 31 a 60 dias<br>... 5%<br>acima de 61 dias<br>10% |

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino

SAMAE DE ORLEANS-SC  
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - LIGAÇÕES DE ÁGUA  
ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014  
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014

| CONDIÇÕES     | VALOR DA PRESTAÇÃO EM R\$ | VALOR TOTAL EM R\$ |
|---------------|---------------------------|--------------------|
| A VISTA       | -                         | 175,94             |
| 02 pagamentos | 89,10                     | 178,20             |
| 03 pagamentos | 59,69                     | 179,07             |
| 04 pagamentos | 44,99                     | 179,96             |
| 05 pagamentos | 36,17                     | 180,85             |
| 06 pagamentos | 30,29                     | 171,74             |

OBS. Com diâmetro acima de 25mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.

SAMAE DE ORLEANS-SC  
TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - LIGAÇÕES DE ESGOTO  
ANEXO DO DECRETO n. Nº 3.796 de 19 de dezembro de 2014  
PARA CONTAS COM VENCIMENTO A PARTIR 01/02/2014

| CONDIÇÕES     | VALOR DA PRESTAÇÃO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|---------------|------------------------|-----------------|
| A VISTA       | -                      | 113,66          |
| 02 pagamentos | 57,68                  | 115,36          |
| 03 pagamentos | 38,65                  | 115,95          |
| 04 pagamentos | 29,13                  | 116,52          |
| 05 pagamentos | 23,42                  | 117,10          |
| 06 pagamentos | 19,61                  | 117,66          |

OBS.: Com diâmetro acima de 100 mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.  
O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido da ligação.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino

### 3.797

DECRETO N.º 3.797 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n 2.589 de 19 de Dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1ª) - Fica anulada total ou parcial as seguinte dotação Orçamentaria:

04.00 - SECRETARIA MUN.DA FAZENDA IND. COMÉRCIO  
04.01 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA

2.005 - Pagamento de Precatórios  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º) - Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.017 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
3.3.50.00 - Transf. A Instituições Privadas s/fins Luc. R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino

### 3.798

DECRETO Nº 3.798 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO FUNDEB".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições legais conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº de 2.580 de 26 de novembro de 2014 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB e atendendo a Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Eliete Bianco Zanini Damazio  
Suplente: Rosilei Carrer Della Justina

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Valdair Della Giustina Bagio

Suplente: Ariel Alberton Bernardino Borges

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Adelir de Fátima Bonetti Zanini

Suplente: Fernanda Ricardo Heindrickson Crocetta

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Glaucel Feltrin Canever

Suplente: Marcilane Dalazen Carrer

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Vanderléia Debiasi Sufinski Veronezi

Suplente: Sinara Albertina Bonetti Pavei

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Diani Benedito

Suplente: Teresinha Mendes Ricardo Neve

Titular: Jucélia Ribeiro Antunes

Suplente: Zeferina Ribeiro Moraes

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Janice Gainski Baggio

Suplente: Jacir Sebastião

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADOS PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Titular: Mariana Leandro Rabelo

Suplente: Lourival Vitor de Souza

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Tania Benedet Mazzuco

Suplente: Michele Vicente Machado

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Mary Lanne Lopes Lucio

Suplente: Rosaria Ferreira Souza

Art. 2º O período de vigência deste mandato será de 19/12/14 a 19/12/16.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Orleans, 19 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101º anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

## AVISO DE CREDENCIAMENTO 1/2014

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação INFORMA as empresas e profissionais interessados que, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA) PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS, EXAMES DE RADIOGRAFIAS E ULTRASSONOGRAFIAS, E EXAMES DE CITOLOGIA, COM RESPECTIVA EMISSÃO DE LAUDOS DOS EXAMES REALIZADOS, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS - SUS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - SC, sito a Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 3886-0100, a partir do dia 19/01/2015.

Maiores informações através do e-mail [licitacao3@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao3@orleans.sc.gov.br)

Orleans, 22 de Dezembro de 2014.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2565

DECRETO Nº. 2565/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0158 - SALÁRIO EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 873/2013, 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.894,03 (doze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| 04.01 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE               |     |           |
| 12.361.1201.2.000017 – Manut. do Transp. Escolar – Ens. Fundamental    |     |           |
| 3.3.3.900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0158 – Salário Educação - 33 | R\$ | 12.894,03 |
| TOTAL GERAL  | R\$ | 12.894,03 |

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.58 - Salário Educação, conforme apurado até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Dezembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

### DECRETO Nº2566

DECRETO Nº. 2566/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0118 - TRANSF. DO FUNDEB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 873/2013, 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.473,41 (Quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
|--|--|
| 04.01 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE |  |
|--|--|

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| 12.361.1201.2.000016 – Manutenção do Ensino Fundamental                |     |           |
| 3.3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Fonte 0118 – Transf. FUNDEB - 24 | R\$ | 47.473,41 |
| TOTAL GERAL  | R\$ | 47.473,41 |

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.18 - Transf. do FUNDEB, conforme apurado até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Dezembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

### DECRETO Nº2567

DECRETO Nº. 2567/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0164 - ATENÇÃO BÁSICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 873/2013, 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.986,91 (Quatorze mil, novecentos e oitenta reais e noventa e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE   |     |           |
| 10.301.1001.2.000050 – Manut. dos Ações e Serv. Públicos de Saúde        |     |           |
| 3.3.3.1.9.0.00.00 – Aplicações Diretas – Fonte 0164 – Atenção Básica - 4 | R\$ | 14.986,91 |
| TOTAL GERAL  | R\$ | 14.986,91 |

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.64 - Atenção Básica, conforme apurado até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Dezembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

**DECRETO Nº2568**

DECRETO Nº. 2568/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar e anulação de dotação e da outras providências".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 873/2013, 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| 12.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE      |     |          |
| 08.243.0803.2.000058 – Manutenção dos Programas do MDS |     |          |
| 09 – 3.4.4.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas        |     |          |
| Fonte 0148   | R\$ | 9.000,00 |

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado recurso da seguinte dotação orçamentária:

|  |     |          |
|--|-----|----------|
| 12.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE      |     |          |
| 08.243.0803.2.000058 – Manutenção dos Programas do MDS |     |          |
| 06 – 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas        |     |          |
| Fonte 0148   | R\$ | 9.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Dezembro de 2014.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário Mun. de Administração e Gestão

**Palhoça****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 3773/2014.**

PORTARIA Nº. 3773/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CRISTIANE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Sonia Henz da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3782/2014.**

PORTARIA Nº. 3782/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTINA ZAPELINE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia/Ciências, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Rudnei Alves, que se encontra exercendo suas funções junto a EJA.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 3770/2014.**

PORTARIA Nº. 3770/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE JUNKES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Vidal, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3786/2014.**

PORTARIA Nº. 3786/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 532 de 20 de fevereiro de 2014, que Contratou Por Tempo Determinado da servidora ANNA KARLA MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/02/2014 a 19/12/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3788/2014.**

PORTARIA Nº. 3788/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para GALHEIGO JAKES FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria

de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3769/2014.**

PORTARIA Nº. 3769/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3597 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANDREIA LEONEL VIEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3771/2014.**

PORTARIA Nº. 3771/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BIANCA DE OLIVEIRA MASSANEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Vidal, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3772/2014.**

PORTARIA Nº. 3772/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA TAVARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Lucelia Barcelos Postai, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3774/2014.**

PORTARIA Nº. 3774/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Manoel da Silva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Enedina Dias Ramos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3775/2014.**

PORTARIA Nº. 3775/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA NAIR DA SILVA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Ligia Coelho P. de Lima, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3776/2014.**

PORTARIA Nº. 3776/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THAISE BAPTISTA VELOSO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Laurita Wagner da Silveira, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Adelia Silva de Souza Santana, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3778/2014.**

PORTARIA Nº. 3778/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

| Nome                           | De | Para | Período                 |
|--------------------------------|----|------|-------------------------|
| Ana Luiza Leivas Simões Pires  | 10 | 20   | 19/11/2014 a 19/12/2014 |
| Bernardina Maria Candido Rosa  | 40 | 20   | 02/12/2014 a 19/12/2014 |
| Daniela Luzia Vitorino         | 40 | 30   | 24/11/2014 a 19/12/2014 |
| Maely Francisco                | 40 | 20   | 25/11/2014 a 19/12/2014 |
| Maristela Marlene de Espindola | 40 | 30   | 27/11/2014 a 19/12/2014 |
| Michelly Lucia Soarez de Abreu | 20 | 30   | 24/11/2014 a 19/12/2014 |

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3779/2014.**

PORTARIA Nº. 3779/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2014.

**ANEXO I**

| MATRICULA | SERVIDOR                | DE         | PARA      |
|-----------|-------------------------|------------|-----------|
| 401522-3  | Alex Sandro Folster     | R\$ 300,00 | RS 500,00 |
| 125307-2  | Patrícia Regina de Góis | R\$ 300,00 | RS 600,00 |

|          |                       |            |           |
|----------|-----------------------|------------|-----------|
| 402046-1 | Sinara Galvão de Lima | R\$ 500,00 | RS 730,00 |
|----------|-----------------------|------------|-----------|

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3780/2014.**

PORTARIA Nº. 3780/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDEMILSON NERI DA ROSA, matrícula nº. 400072-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2008 a 01/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/01/2015 à 05/02/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3781/2014.**

PORTARIA Nº. 3781/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Antonieta Silveira de Souza, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3784/2014.**

PORTARIA Nº. 3784/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) MARISTELA MARLENE DE ESPINDOLA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 27/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3787/2014.**

PORTARIA Nº. 3787/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CLEUSA MARLETE DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3789/2014.**

PORTARIA Nº. 3789/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 509 de 20 de fevereiro de 2014, que Contratou Por Tempo Determinado da servidora ALINE DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/02/2014 a 19/12/2014, e não

como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

---

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 078/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 078/2014, QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 014/2011 - INEXIGIBILIDADE N.º 012/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DMI DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA  
OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 079/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 079/2014, NONO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 051/2012 - Inexigibilidade n.º 058/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CITE CLINICA MÉDICA KAREM FRANCESCA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Terceira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 080/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 080/2014, QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 068/2012 - Inexigibilidade n.º 072/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANA PAULA PACHECO DEOLINDO & CIA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Terceira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 081/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 081/2014, QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 051/2012 - Inexigibilidade n.º 057/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CITE CLINICA MÉDICA KAREM FRANCESCA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Terceira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 19/12/2014.



**EXTRATO DE CONTRATO N.º 082/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 082/2014, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 088/2013 - Dispensa de Licitação n.º 044/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e CARLOS AUGUSTO PEREIRA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 083/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 083/2014, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 053/2012 - INEXIGIBILIDADE N.º 56/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GABE VIDA LABORATORIO MEDICO DE ANALISE CLINICA LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 084/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 084/2014, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 054/2012 - INEXIGIBILIDADE N.º 55/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIOLOGICO LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 085/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 085/2013, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 056/2012 - INEXIGIBILIDADE N.º 53/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS SÃO GERÔNIMO LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 22/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 086/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 086/2014, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 057/2012 - INEXIGIBILIDADE N.º 54/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 19/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 087/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 087/2014, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 039/2011 - Concorrência n.º 141/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/03/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Oitava do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 19/12/2014.

**Passo de Torres****PREFEITURA****PORTARIA 101/2014**

PORTARIA 101, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Lisiane Scheffer da Silva onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Lisiane Scheffer da Silva até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 22/11/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 24 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de novembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário em exercício de Administração e Finanças.

**PORTARIA 102/2014**

PORTARIA 102, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Vera Regina dos Santos Boch onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Vera Regina dos Santos Boch até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.



Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de novembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário em exercício de Administração e Finanças.

#### **PORTARIA 110/2014**

PORTARIA 110, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Marione da Silva Rosa Cardoso, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Marione da Silva Rosa Cardoso, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### **PORTARIA 111/2014**

PORTARIA Nº 111, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LUCI PERES CABREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Luci Peres Cabreira, referente ao período aquisitivo de 01/03/2006 à 01/03/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 01/12/2014 e com término em 28/02/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2014.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de Dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### **PORTARIA 112/2014**

PORTARIA 112 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Mara Janice Teixeira Antônio, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Mara Janice Teixeira Antônio, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Passos Maia****PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0001/2014 AO CONTRATO N.0058/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO n. 0001/2014 AO CONTRATO n.0058/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0032/2014

CONVITE n. 0002/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SAMARA MARIANI

Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0058/2014, passando a vigorar até 30 de novembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia, SC, 22 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 48/2014

DECRETO Nº48/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.593/2013 - LOA,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 14.000,00  
15.452.0008.2.031 - Manutenção E Melhoria da Iluminação Pública R\$ 14.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.17.000000 - COSIP - no valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

### DECRETO Nº 49/2014

DECRETO Nº49/2014

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 140.000,00  
12.361.0004.1.009 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 140.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) da fonte 0.1.19.000000 - FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de Dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 29/2014

Ata nº 29/2014; Processo nº 63/2014; Objeto: Aquisição de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Contratada: AUTO POSTO VALTELINO LTDA, valor: R\$ 775.119,00 (Setecentos e setenta e cinco mil cento e dezenove reais).Data da Assinatura: 22/12/2014.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 37/2014. Processo nº 065/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. CONTRATADO: INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA- ME ; CNPJ : 18.634.342/0001-29; Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na aplicação de Processo Seletivo. Valor: R\$ 22.200,00 (Vinte e dois mil e duzentos reais). Data da Assinatura: 19/12/2014.

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2013, DE 12/06/2013

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 81/2013, de 12/06/2013 conforme Processo Licitatório 42/2013. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA. CNPJ Nº 00.456.865/0001-67, OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 81/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2015. Data da Assinatura: 19/12/2014

### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2012 DE 05/12/2012

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 119/2012 DE 05/12/2012 conforme Processo Licitatório 70/2012. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA. CNPJ Nº 00.456.865/0001-67, OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 119/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2015. Data da Assinatura: 19/12/2014

**EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 100/2012 DE 17/05/2012**

Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº. 100/2012 DE 17/05/2012 conforme Processo Licitatório 39/2012. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA. CNPJ Nº 00.456.865/0001-67, OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 100/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2015. Data da Assinatura: 19/12/2014

**PORTARIA Nº 439/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 439/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Julmar de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 811.677.339-91, matrícula nº 717 ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 09/01/2015, conforme benefício nº 6013087826 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Dezembro de 2014.

Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 440/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 440/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Gilberto Antunes, brasileiro, portador do CPF nº 052.080.189-00, matrícula nº 10949, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 12/01/2014, conforme benefício nº 6089692453 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 441/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 441/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, Resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Ione Sussel Daniel, portadora do CPF nº 029.790.279-28 matrícula nº 11009, ocupante do Cargo de Monitora I, contratado temporariamente pela portaria nº 117/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Assistente Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 442/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 442/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, Resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karine Angelo de Bida da Silva, portadora do CPF nº 018.053.549-81 matrícula nº 11010 ocupante do Cargo de Monitora I, contratada temporariamente pela portaria nº 118/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Assistente Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 443/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 443/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, Resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rosilene Botega Fernandes, portadora do CPF nº 664.896.799-49 matrícula nº 11016 ocupante do Cargo de Monitora II, contratada temporariamente pela portaria nº 137/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Assistente Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 444/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 444/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, Resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Clarice Maria Gonçalves, portadora do CPF nº 040.318.569-62 matrícula nº 11007 ocupante do Cargo de Monitora II, contratada temporariamente pela portaria nº 115/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Assistente Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 445/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 445/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Caroline Correa Cheung, brasileira, portadora do CPF nº 009.027.599-30, matrícula nº 10965 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 16/12/2014 á 30/12/2014, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 446/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 446/2014

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Alécio Lício Pereira, brasileiro, efetivo e estável, portadora do CPF nº 538.543.819-72, matrícula nº 37, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, no período de 17/12/2014 à 15/01/2015, referente ao quinquênio de 02/06/2007 á 01/06/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Dezembro de 2014.  
Evandro Joao dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 447/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 447/2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Isabel Cristina Geraldo, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 050.431.209-08, matrícula nº 1037, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição na Secretaria Municipal de Educação no período de 18/12/2014 à 16/01/2015, referente ao quinquênio de 07/02/2006 á 06/02/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Dezembro de 2014.  
Evandro Joao dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 448/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº448 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Marcio Vilela de Oliveira, portadora do CPF nº 057.991.178-08, matrícula 11054, ocupante do cargo de Professor - ACT, contratado temporariamente pela portaria nº 359/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 449/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº449 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Karina Ribeiro de Melo, portadora do CPF nº 090.366.979-05, matrícula 11058, ocupante do cargo de Professor - ACT, contratado temporariamente pela portaria nº 414/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 450/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº450 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública

Municipal, brasileira, Vanessa Custodio Inácio, portadora do CPF nº 080.620.659-44, matrícula 11030, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 204/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 451/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº451/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Jeane Aparecida Santos Martins, portadora do CPF nº 059.159.249-56, matrícula 11034, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 244/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 452/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº452/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Kelli Rodrigues Cabral, portadora do CPF nº 046.657.029-50 matrícula nº 11025, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratado pela portaria nº 170/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 453/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº453 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Cristiane Cardoso de Abreu, portadora do CPF nº 078.090.649-75, matrícula 11038, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 290/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 454/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº454 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Eva Maria Bernardo Fernandes, portadora do CPF nº 509.576.439-34, matrícula 11039, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 291/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 455/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº455 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Suelen Pereira Machado, portadora do CPF nº 049.614.909-11, matrícula 11040, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 292/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 456/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº456/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Adirleia Sousa da Silva, portadora do CPF nº 868.446.369-20 matrícula nº 11024, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 169/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 457/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº457/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública

Municipal, brasileiro, Maysa Rodrigues Jacques Correa, portadora do CPF nº 009.625.059-35 matrícula nº 11022, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 159/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 458/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº458/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Claudia Cardamoni, portadora do CPF nº 111.615.108-18 matrícula nº 11020, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 148/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 459/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº459 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karina Andréia Tavares, portadora do CPF nº 072.880.719-01, matrícula 11013, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 134/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 460/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº460/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Tânia Ramos da Silva, portadora do CPF nº 017.711.319-77, matrícula nº 11006, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 112/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 461/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº461/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Silvana Rita Zucchi dos Anjos, portadora do CPF nº 916.114.079-15, matrícula nº 11001, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 106/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 462/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº462/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Aline Rosa da Silva, portadora do CPF nº 066.921.669-00, matrícula nº 11000, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 105/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 463/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº463/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Simoni de Sousa Crescêncio, portadora do CPF nº 049.874.765-41 matrícula nº 10999, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 104/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 464/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº464/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública

Municipal, brasileiro, Noemi Aparecida da Silva Machado, portadora do CPF nº 050.480.909-18, matrícula nº 10998, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 103/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 465/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº465/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Marilene Dagmar Pires, portadora do CPF nº 009.253.259-45, matrícula nº 10997, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 102/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 466/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 466/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a Servidora Pública Municipal, Letícia Viana Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 072.718.629-94, matrícula nº 11046, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 328/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 467/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº467/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Deise Alexandre Cabral, portadora do CPF nº 017.991.119-89 matrícula nº 10996, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 101/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 468/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº468/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Denize Aparecida da Rosa, portadora do CPF nº 025.467.489-55 matrícula nº 10994, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 099/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 469/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº469/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço, portadora do CPF nº 613.396.609-20, matrícula nº 10993, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 098/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 470/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº470 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Alessandra Ana Fernandes de Souza, portadora do CPF nº 024.387.309-35, matrícula 10991, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 096/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 471/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº471/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública



Municipal, brasileiro, Joana Maria Santos Martins, portadora do CPF nº 066.917.999-09, matrícula nº 10990, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 095/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 472/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº472/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Ana Regina Moreira dos Santos, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 10988, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 062/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 473/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº473/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Silvani de Oliveira Martins, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10986, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 091/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 474/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº474/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Edineia Dilma Borges Rodrigues, portadora do CPF nº 927.572.519-53, matrícula nº 10983, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 064/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 475/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº475/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Ariana Marilene Fortunato Alexandre, portadora do CPF nº 055.872.229-69, matrícula nº 10982, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 063/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 476/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº476/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileiro, Maria Aparecida Santos, portadora do CPF nº 837.405.115-91, matrícula nº 10981, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 062/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 477/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº477/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Emanuel Luiz Correia, portadora do CPF nº 455.212.639-34, matrícula nº 10979, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratado pela portaria nº 060/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 478/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº478/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública

Municipal, brasileira, Marjorie Azevedo Vasques, portadora do CPF nº 971.403.840-53, matrícula nº 10977, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 058/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 479/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº479/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Pablini Kiuni dos Santos Fernandes, portadora do CPF nº 058.374.099-55, matrícula nº 10976, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 057/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 480/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 480/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Marcelo Santana, brasileiro, portador do CPF nº 015.003.239-00 matrícula nº 11053, ocupante do Cargo de Motorista, contratado pela portaria 355/2014, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 481/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 481/2014

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Joel Pedro Moraes, brasileiro, efetivo e estável, portadora do CPF nº 008.844.379-57, matrícula nº 727, ocupante do Cargo de Vacinadora Agropecuário, a disposição da Secretaria Municipal de Agricultura, no período de 19/12/2014 à 16/02/2015, referente ao quinquênio de 02/04/2007 à 01/04/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro Joao dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 482/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 482/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, Juliana Aparecida da Rosa Soares, brasileira, portadora do CPF nº 057.471.979-24, matrícula nº 11044 ocupante do cargo em comissão de Secretaria de Unidade Escolar, a disposição da Secretária Municipal de Educação, nomeada pela portaria nº 301/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 483/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 483/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, Ana Paula Ramos, brasileira, portadora do CPF nº 069.495.529-98, matrícula nº 11023 ocupante do cargo em comissão de Secretaria de Unidade Escolar, a disposição da Secretária Municipal de Educação, nomeada pela portaria nº 168/2014 com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 484/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 484/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, o Servidor Público Municipal, Renato Fernandes Vicente, brasileiro, portador do CPF nº 004.208.929-82, matrícula nº 11011 ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento e Cultura e Turismo, a disposição da Secretária Municipal de Educação, nomeado pela portaria nº 119/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 485/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 485/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, brasileira, Maria Isabel

de Bona Correa, portadora do CPF nº 062.404.139-50, matrícula nº 11015, ocupante do cargo de Diretora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, contratada pela portaria nº 136/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 486/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 486/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Adriani Luzia Costa, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 789.919.279-04, matrícula nº 658, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 05/02/2015, conforme benefício nº 6080192407 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

## **Penha**

### **PREFEITURA**

#### **PP06/2014 - FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2014 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014 - FME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO 2º CIRCUITO MUNICIPAL DE VERÃO EM PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 12/01/2015 até as 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 13/01/2015 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231.Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 22 de Dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

#### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014 - PMP - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014- PMP

A Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria nº272/2014, homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014- PMP, para preenchimento da vaga de Auxiliar Operacional:

| CLASSIFICAÇÃO | INSCRIÇÃO Nº | NOME                              | PONTUAÇÃO |
|---------------|--------------|-----------------------------------|-----------|
| 01            | 05           | LORENI NUNES DE ALMEIDA           | 80        |
| 02            | 06           | ALTINO TROFINO CORRÊA             | 40        |
| 03            | 09           | FRANCISCO CARLOS FERNANDES        | 40        |
| 04            | 10           | GEONIR DE SOUZA                   | 20        |
| 05            | 04           | ADRIANO VIEIRA                    | 20        |
| 06            | 08           | OLAVIO REBELO                     | 20        |
| 07            | 03           | PAULO CESAR WAGNER                | 20        |
| 08            | 02           | JACKSON LUIZ SEVERIANO DOS SANTOS | 20        |
| 09            | 07           | WEEGENS CHARLES                   | 20        |
| 10            | 01           | JAN PIERRE HENCKEL                | 20        |
|               |              |                                   |           |

Penha, 22 de dezembro de 2014.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº01/2014- PMP:

Maikil Gileno dos Santos

Maurilio Pedro Leite

Luciano Santana

Juliana Bueno Perciani

**Peritiba****CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 5-2014**

PORTARIA 5-2014

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL EM ATENDIMENTO ÀS NORMAS DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - MCASP.

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pelos trabalhos de levantamento, avaliação e controle dos bens patrimoniais da Câmara Municipal em atendimento às normas constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Art. 2º A Comissão Especial mencionada no artigo anterior, será composta pelos membros abaixo relacionados, cuja presidência dos trabalhos será exercida pelo primeiro membro:

I - Geovane Petter;

II - César Claudir da Silva.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de dezembro de 2014.

Mara Regina Hermes Petter

Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 6-2014**

PORTARIA 6-2014

DECLARA BENS SEM VALOR CONTÁBIL

GEOVANE PETTER, presidente da COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS da Câmara Municipal de Peritiba, no uso das suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam declarados sem valor contábil, após levantamento e avaliação por esta Comissão, os bens com os seguintes números e descrições do patrimônio da Câmara Municipal de Peritiba:

I - Nº 003 Impressora Multi Funcional HP Deskjet F4180;

II - Nº 004 Gravador Sony;

III - Nº 005 Arquivo de Aço 04 Gavetas;

IV - Nº 006 Aparelho No Break 650 VA Bivolt;

V - Nº 008 Tampo para Plenário em MDF;

VI - Nº 010 Impressora HP M1120;

VII - Nº 017 Cafeteira Melody Dolce Gusto Arno;

VIII - Nº 018 Leitor de Cartão Inteligente Smart Perto;

IX - Nº 020 Quadro de Vereadores 6ª Legislatura.

Art. 2º Os bens relacionados no artigo 1º continuarão a compor o patrimônio.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 21 de dezembro de 2014.

Geovane Petter

Presidente

**Ponte Serrada****PREFEITURA****DECRETO 705**

DECRETO Nº 705/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

"EXONERA SECRETARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica exonerada a Sra. RUBIA CAROLINE WRUBEL, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Padrão "CC", Nível "01", com 44:00 horas/semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.298, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.298, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DECRETO Nº 1.294, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no artigo 339 da Lei Complementar Municipal nº 33/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 4º do Decreto nº 1.294, de 11 de dezembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O cronograma para execução do Loteamento Andorinha Center respeitará a seguinte programação, a partir da publicação do presente Decreto:

I - Execução do sistema viário : até seis meses;

II - Execução de drenagem pluvial: até seis meses;

III - Serviços de rede de água: até dez meses;

IV - Execução da rede de distribuição elétrica: até dez meses;

V - Execução da rede de Iluminação: até doze meses.

Art. 2º Fica alterado o Art. 6º, inciso I, B, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

[...]

b) Área Verde 01 - Um terreno com área de 1.310,28m², com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Noroeste em quatro linhas, Iniciando no vértice V23 com coordenadas X=737162.3076 e Y=6996082.2373, seguindo com azimute 238°11'38" e distância 0,76m chega-se ao vértice V24 com coordenadas X=737161.6579 e Y=6996081.8344 que deste com azimute de 242°54'26" e distância 4,93m chega-se ao vértice V25 com coordenadas X=737157.2727 e Y=6996079.5911 que deste com azimute de 242°00'13" e distância 12,21m chega-se ao vértice V26 com coordenadas X=737146.5069 e Y=6996073.8676 que deste com azimute de 236°07'56" e distância 2,35m chega-se ao vértice V27 com coordenadas X=737144.5576 e Y=6996072.5593, perfazendo um total de 20,25m, confrontando com a Avenida Projetada. Estrema Sudoeste, Iniciando no vértice com V27 com coordenadas X=737144.5576 e Y=6996072.5593, seguindo com azimute de 142°59'46" e distância 66,51m chega-se ao vértice V11 com coordenadas X=737184.6069 e Y=6996019.4194, confrontando com Lote 10. Fundos ao Sudeste, iniciando no vértice V11 com coordenadas X=737184.6069 e Y=6996019.4194, seguindo com azimute de 54°25'30" e distância 20,00m chega-se ao vértice V12 com coordenadas X=737200.8791 e Y=6996031.0583, confrontando com Itacol Loteamento de Terrenos Ltda. Estrema Nordeste, iniciando no vértice V12 com coordenadas X=737200.8791 e Y=6996031.0583, seguindo com azimute 322°59'46" e distância 64,09m chega-se ao vértice V23 com coordenadas X=737162.3076 e Y=6996082.2373, ponto origem deste memorial, confrontando com Lote 11.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 13/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 22 de dezembro de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei Complementar 37/2011 e suas alterações. Maiores informações no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br) e [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br).

Porto Belo, 22 de dezembro de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2.243, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.243, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DÁ DENOMINAÇÃO À SERVIDÃO".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Carmem Vieira", a servidão que tem seu início na Avenida José Neoli Cruz, e tem seu término em terras de propriedade do Senhor Adelmo Melo Lessa, no Bairro Alto Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### RESOLUÇÃO Nº. 009 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS

#### RESOLUÇÃO Nº. 009

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades de Serviços: Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2014 no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ,

Resolve:

Art. 1º Emitir Parecer Favorável com a deliberação de aprovação total do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas unidades de serviços: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 2º Recomendar à Gestão da Secretaria de Assistência Social para que busque adotar as medidas necessárias para a melhoria no índice das condicionalidades do Programa Bolsa Família para os anos subseqüentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 16 de dezembro de 2014.

Soraia Joselita Depin  
Presidente do CMAS

## Porto União

### PREFEITURA

#### LEI Nº 4.293/2014

LEI Nº 4.293, de 22 de dezembro de 2014.

Aprova o Plano Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Porto União - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Porto União - SC, nos termos da Resolução Nº 006, de 08 de dezembro de 2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Porto União - SC, com vigência de 2014 a 2023, na forma do anexo, de conformidade com o Guia para Ação passo a Passo para o Plano, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI Nº 4.293/2014 - ANEXO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO/SC**

**PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
(2014-2023)**

**NOVEMBRO/2014**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO/SC**

**Prefeito:** Anízio de Souza

**Vice-Prefeito:** Aloisio Francisco Salvatti

**Articulador Municipal do PPAC:** Bento Trindade Júnior

**Presidente do CMDCA:** Claudinei José Kziozek

**Secretários Municipais:**

**Secretaria de Administração e Esporte:** Paulo Rubens Buch

**Secretaria de Cultura e Turismo:** José Carlos Gonçalves

**Secretaria de Agricultura:** Roberto Bonfleur

**Secretaria de Educação:** Bento Trindade Júnior

**Secretaria de Transportes**

**Obras e Serviços Públicos:** Ruy Breyer de Carvalho

**Secretaria de Planejamento:** Cláudio Tilgner de Souza

**Secretaria de Saúde:** Jair Giraldi

**Secretaria de Desenvolvimento**

**Econômico e Sustentável.:** Julio Ilsonar Chaicowski

**Secretaria de Desenvolvimento Social:** Marcos Antônio Vieira

**Secretaria de Finanças e Contabilidade:** Ricardo Dragoni



**Grupo de Trabalho de Construção do PMIA****Coordenador Geral:** Bento Trindade Júnior**Membros representantes das entidades**

Secretaria de Educação: Cecília Clarete Kopko Tidre

Tiago Antônio Gomes

Secretaria de Desenvolvimento Social: Gislaine Bueno de Oliveira

Neusa Lúcia Benoni

Secretaria de Cultura e Turismo: Ari Kruger Passos

Secretaria de Saúde: Ilse Simioni Mibach

CMDCA: Claudinei José Kziozek

Departamento de Esportes: Terezinha Eliane Rabuske

Programa Projovem Adolescente: Emily Marian Martins Calistro

1ª Promotoria de Justiça: Regeane de Fátima Farias Ribeiro

Conselho Tutelar: Juliane Paola Rosa

Simone Schroh

OAB/SC: Felipe Scaramella de Azevedo Cunha

**Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do PPAC****Representantes do Poder Público:**

Secretaria de Educação: Cecília Clarete Kopko Tidre  
Secretaria de Saúde: Eliane Bradoski dos Santos  
Secretaria de Desenvolvimento Social: Fabiana Benassi Carneiro  
Secretaria de Planejamento: Fernando Antônio Kurten Jung  
Secretaria de Finanças e Contabilidade: Andrieli M. Giacomini  
Conselho Tutelar: Severino Brancaleone  
Poder Legislativo: Maria Aldair de Carvalho  
1ª Promotoria de Justiça: Regeane de Fátima Farias Ribeiro  
Deleg. Crianç. Adolesc. Mulher e Idoso: Norton Mayer  
CMDCA: Claudinei José Kziozek  
CMAS: Divansir José Berton

**Representantes da Sociedade Civil**

Educação Especial: Filomena Gulecz  
Associação de Bairros: Manoel Alvir da Motta  
Associação dos Pais: Evelin Maiara Simões  
Assoc. Moradores Bairro S. B. do Campo: Soeli Terezinha S. Berwig Silva  
Grêmio Estudantil: Poliana Gura Olbets  
Programa Projovem Adolescente: Rosangela Rodrigues  
Programa Medidas Socioeducativas: Kennedy Alves dos Santos  
Universidades: Marcelo José Boldori  
Empresas: Ilson Alberto Ravanello  
Abrigo de Crianças e Adolescentes: Douglas Borges de Lima  
UNICOM: Ageni Sausen

*...do passado aos nossos dias, muitas coisas mudaram na vida das crianças brasileiras. Outras, nem tanto. Mas só conhecendo e compreendendo as distorções a que foram submetidas teremos condições de transformar seu futuro. E de nos transformarmos por intermédio delas.*

Mary Del Priore

**SUMÁRIO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DE PORTO UNIÃO .....</b>   | <b>15</b> |
| <b>3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....</b>  | <b>18</b> |
| 3.1 Dados e características populacionais.....  | 18        |
| 3.2 Infraestrutura do município.....  | 21        |
| 3.3 Dados econômicos.....   | 21        |
| 3.4 Saúde.....  | 25        |
| 3.5 Educação.....   | 27        |
| <b>4. ENTIDADES, INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS DE ATENDIMENTO, E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....</b>   | <b>31</b> |
| 4.1 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.....  | 31        |
| 4.2 Conselho Tutelar.....   | 31        |
| 4.3 Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Porto União.....  | 32        |
| 4.4 Poder Judiciário e Ministério Público .....   | 32        |
| 4.5 Instituição de Acolhimento Abrigo de Crianças e Adolescentes.....   | 32        |
| 4.6 Secretaria de Saúde.....  | 33        |
| 4.7 Centro de Apoio Psicossocial (CAPS).....  | 33        |
| 4.8 Sistema Municipal de Assistência Social.....  | 33        |
| 4.9 Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).....  | 36        |
| 4.10 Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)   | 36        |
| 4.11 Secretaria Municipal de Educação.....  | 36        |
| <b>5. METAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA PROTEÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....</b>   | <b>38</b> |
| 5.1 Eixo – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.....  | 38        |
| <i>Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerando as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de</i> |           |

|   |           |
|---|-----------|
| <i>nacionalidade e de opção política.....</i>   | <b>38</b> |
| <i>Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.....</i>  | <b>41</b> |
| <b>5.2 - Eixo: proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.....</b>   | <b>45</b> |
| <i>Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.....</i>   | <b>45</b> |
| <i>Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.....</i>   | <b>48</b> |
| <i>Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.....</i>  | <b>50</b> |
| <b>5.3 – Eixo: Protagonismo e participação de crianças e adolescentes.....</b>  | <b>51</b> |
| <i>Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.....</i> | <b>51</b> |
| <b>5.4 - Eixo: controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.....</b>   | <b>54</b> |
| <i>Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões...</i>  | <b>54</b> |



|   |           |
|---|-----------|
| <b>5.5 - Eixo: gestão da política municipal dos direitos humanos de crianças e adolescentes.....</b>  | <b>56</b> |
| <i>Diretriz 08 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.....</i> | <i>56</i> |
| <i>Diretriz 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Municipal por meio deste Plano dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.....</i>  | <i>57</i> |
| <i>Diretriz 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.....</i>  | <i>59</i> |
| <i>Diretriz 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal da Criança e do Adolescente, facilitado pela articulação de sistemas de informação..</i>  | <i>60</i> |
| <b>6. ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA) .....</b>   | <b>61</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>62</b> |

## 1. APRESENTAÇÃO

O reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil é recente e ainda incipiente. Em mais de quinhentos de história, faz pouco mais de vinte anos que são reconhecidos por Lei, mas a sociedade, de forma geral, ainda não os conhece e respeita. O Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) é uma das mais avançadas leis do mundo na proteção e na promoção desses direitos, mas ainda encontra grande dificuldade de ser efetivada por falta de consciência e organização da sociedade brasileira.

O atendimento às crianças e adolescentes ainda se dá predominantemente de forma assistencialista e pouco contribui com a emancipação e a promoção da cidadania em seus aspectos integrais e plenos. A falta de conhecimento das causas historicamente postas para esse problema, bem como a ignorância social no reconhecimento da infância e da adolescência como fases da vida que requerem cuidados diferenciados e especiais, influenciam significativamente na dificuldade que a sociedade tem de organizar políticas eficientes e duradouras que atuem no combate à todas as formas de violências ao mesmo tempo em que promovam os direitos e garantam processos formativos que apontem para o exercício pleno e digno da cidadania.

Construir o Plano Municipal para a Infância e Adolescência significa empreender um esforço para superar esse quadro, aproximando as diferentes instâncias sociais que direta ou indiretamente a elas se vinculam no sentido de buscar uma compreensão coletiva, abrangente e coerente acerca dos problemas que as afligem, buscando entendimentos comuns sobre as formas de combater o problema e promover os direitos, unindo esforços para otimizar resultados em torno de objetivos compartilhados e assumindo um compromisso público com a efetivação das conquistas desses direitos que vêm sendo consolidados nacional e mundialmente nos últimos anos.

As políticas que hoje visam garantir direitos a essa parcela importante da população respondem a uma história longa de abandono e violências perpetuadas na sociedade brasileira até os dias atuais. A historiadora da infância no Brasil, Mary Del Priori, aponta que “resgatar a história da criança brasileira tem sido dar de cara com um

passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de tragédias anônimas que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas” (2004).

Garantir vida digna para a infância e adolescência se torna urgente na medida em que se depara com uma história de mazelas sociais advindas de uma sociedade que as tem negligenciado. Dar-lhe visibilidade, proteção, cuidado e respeito significa criar possibilidades de uma sociedade mais equilibrada, com pessoas mais capazes de se construir e contribuir com seu meio, criando vínculos e relacionamentos seguros, com menos traumas, mágoas, revoltas, e mais realização pessoal, cultural e profissional.

O Município de Porto União compreendeu a necessidade de realizar um plano amplamente debatido e participativo, para que as ações políticas possam dar à infância e à adolescência a prioridade que lhe cabe, com a certeza de que a ampla participação dos setores envolvidos não apenas ampliou o debate e as contribuições, mas engajou muitas pessoas e entidades no compromisso com as metas traçadas que passaram a ser objeto tanto do poder público como da sociedade civil organizada.

Dentro dessa perspectiva e amparado pelo **Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** e pelo **Plano Nacional pela Primeira Infância**, o que se busca, nesse plano, é levantar as demandas da infância e da Adolescência no município para planejar da melhor forma as ações que possam garantir que a infância e a adolescência gozem das prioridades estabelecidas por lei em todos os programas e projetos que visam oferecer saúde, educação, segurança, esporte, cultura e lazer, efetivando direitos e vida plena.

Sabe-se que há muito que se fazer para que os direitos já conquistados sejam realidade na vida de crianças e adolescentes. Um caminho mais organizado e comprometido está se iniciando. **O Programa Prefeito Amigo da Criança**, da Fundação Abrinq, cujo objetivo principal é “comprometer e apoiar as gestões municipais de todo o País na implementação de políticas públicas que garantam a proteção integral de crianças e adolescentes” (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2011, p.3) é um importante parceiro nesse processo. Sua adesão, por parte da Prefeitura Municipal, contribuiu significativamente na sensibilização e no estabelecimento de uma metodologia de trabalho que garantisse envolvimento democrático e compromisso político em torno do plano.

No processo de construção do **Plano Municipal para Infância e Adolescência de Porto União/SC**, seguiu-se os seguintes princípios:

- **Descentralização:** Todos os setores e instituições que direta ou indiretamente atendem e/ou promovem as crianças e adolescentes do município participaram ativamente na elaboração dos diagnósticos dos principais problemas a serem superados, apontando fragilidades, compartilhando entendimentos, assumindo compromissos e subsidiando decisões que deverão ser tomadas pelas autoridades competentes;

- **Intersetorialidade:** Houve ampla integração dos setores e instituições na escolha das prioridades e no estabelecimento de metas a serem atingidas, muitas delas assumidas coletivamente com divisão e partilha de responsabilidades;

- **Representação:** Toda a sociedade civil organizada do município esteve representada e atuou de forma comprometida, incentivada pelo articulador e pelos gestores municipais.

- **Articulação:** Buscou-se ao máximo possível encontrar uma logística que permita às instancias envolvidas a colaboração articulada para minimizar esforços e maximizar resultados; percebeu-se o quanto a rede de atendimento empreendia esforços muitas vezes vãos e era frágil por não estar devidamente articulada. Considera-se a articulação um dos principais ganhos que a rede tem com a elaboração desse plano.

- **Continuidade:** As metas e estratégias definidas não foram traçadas de forma irresponsável ou ingênua; Sabe-se que nem tudo o que se espera poderá ser conseguido nos próximos dez anos. Dessa forma, o Plano se apropria das discussões já realizadas no âmbito do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, especialmente aquelas empreendidas na **IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** ocorrida em 2011; Levanta novas demandas e estabelece prioridades; apresentadas de forma escalonada a curto, médio e longo prazo, prevendo prazos e responsáveis, para que haja continuidade de ações e que, ao final do decênio, estejam bem encaminhadas as soluções que ainda não tiverem sido concretizadas. O objetivo é que esse plano transcenda o governo que o incentivou e

assumiu, para que as ações sejam uma política do município e que não se percam ao sabor de um ou outro projeto de governo.

Assim pensado, o presente Plano levanta dados, compara índices e aponta possibilidades para ampliação e efetivação da conquista dos direitos de crianças e adolescentes de Porto União.

Inicialmente, o Prefeito Municipal nomeou **Bento Trindade Júnior** como Articulador Municipal do PPAC, e constituiu a **Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do Programa**, por meio do DECRETO nº 317, de 29 de outubro de 2013.

Dessa comissão ampla foi designada uma comissão menor, para elaboração do Plano Municipal da Infância e Adolescência, coordenada pelo Articulador Municipal. Cada um de seus membros passou a contribuir com o levantamento dos dados necessários à construção do diagnóstico e do histórico das ações já realizadas no município. Paralelamente a esse movimento, diversas reuniões foram organizadas em todas as entidades governamentais e não governamentais que compõem a Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes de Porto União, fazendo a coleta dos dados, se reunindo para discutir a respeito deles, bem como definindo estratégias para conseguir organizá-los da melhor forma possível.

Constatando-se a falta de experiência das entidades na metodologia de elaboração de Planos dessa natureza, bem como a dificuldade oriunda da escassez de tempo dos membros da Comissão Geral para condução sistemática com a dedicação necessária para a objetividade e os encaminhamentos necessários, a administração municipal licitou a empresa C. A. Oliveira Assessoria Educacional, que teve por função alinhar os horizontes teóricos e legais, apresentar de forma articulada os dados obtidos, organizar o documento final e lançar mão do trabalho intelectual de pensar o desenvolvimento metodológico de todo o processo, sem interferir no diagnóstico, na concepção e no estabelecimento das prioridades e metas feitos de forma democrática e por quem de direito deveria fazê-lo.

No dia 02 de dezembro de 2014 a Administração Municipal promoveu o **Fórum de apresentação, discussão e proposições do Plano Municipal da Infância e Adolescência**, onde se reuniram representantes de todas as Secretarias Municipais e



Entidades envolvidas, para quem foram apresentadas as partes iniciais do Plano. Posteriormente, neste mesmo dia, foram democraticamente definidas as **Metas, estratégias e ações** para proteção integral e promoção social de crianças e adolescentes, tendo como norte os 5 eixos do **Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**, finalizando assim a construção inicial do **Plano Municipal para Infância e Adolescência (2014-2023)**.

O Plano foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União em reunião ordinária no dia 08 de dezembro de 2014, e seguiu para a Câmara Municipal para aprovação.

Espera-se que este Plano seja o início de uma travessia segura que vise alcançar um novo lugar para as crianças e adolescentes, um lugar que está no centro do poder público, um lugar que há muito tempo necessitam e merecem.

## **2. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DE PORTO UNIÃO**

Porto União situa-se ao norte do segundo e do terceiro planalto catarinense, entre o rio Iguaçu e seu afluentes (Rios Timbó, Pintado dos Pardos Bonito, Tamanduá, Barra Grande, Pintadinho e Jangada) e a Serra da Esperança. Seu relevo alterna-se entre plano e acidentado (predominante), com altitudes variando entre 752 m e 1300 m e as condições climáticas, caracterizadas pela latitude 26°14'17" Sul e longitude 51°04'42" Oeste.

Os primeiros habitantes do povoado que viria gerar Porto União e União da Vitória eram descendentes de portugueses e quando aqui se estabeleceram já não havia aldeamentos indígenas - característica das regiões tropeiristas. Hermógenes Lazier, na obra Origem de Porto União da Vitoria, cita o final do relatório de Domingos Lopes Cascaes – que comandou a primeira expedição que desceu o rio Iguaçu em 1768 – onde relata a ausência de índios: “a expedição durou 3 meses sem em todo esse sertão vermos sinais do gentio” (1985, pag. 9).

Entretanto, distante da área em que se desenvolveria a vila e depois a cidade, no interior do atual município, região sul, nos limites com a Cidade de Caçador, há a chamada Reserva do Coati, onde há descendentes de indígenas.

Em meados de 1880 chegou de Palmas o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes que se estabeleceu na fazenda Passo do Iguaçu (atual região de São Cristóvão no vizinho município de União da Vitória, que à época não era separado de Porto União) e logo deu início à navegação a vapor no Rio Iguaçu e propiciou a vinda dos primeiros imigrantes europeus, na maioria alemães. Ainda na última década do século XIX chegaram por aqui os primeiros poloneses, ucranianos, italianos austríacos e russos. Os imigrantes e seus descendentes dedicaram-se principalmente à agricultura e à produção caseira dos derivados de leite e carne, o que daria origem à atual agroindústria. Sua presença marcou fortemente a formação cultural da população de Porto União, com reflexos em todos os aspectos do desenvolvimento da atual sociedade.

O povoamento que mais caracterizou o que hoje é a cidade de Porto União, começou com a chegada do Coronel Amazonas em 1880, quando, juntamente com União da Vitória, formavam uma só cidade.

A influência dos africanos e seus descendentes foi pouco marcante, tanto na formação da população quanto da cultura do município de Porto União, pois a economia decorrente do tropeirismo e do comércio de bens de primeiras necessidades, somada à ausência de grandes fazendas, não demandava trabalhos aos quais à época, se empregava o trabalho escravo, diferente do que acontecia nas regiões sudeste, leste e nordeste do País, para onde os africanos foram levados em grande número e exerceram sua influência cultural de forma mais marcante. As poucas manifestações culturais africanas existentes não encontraram espaço de manifestação em Porto União, e as que resistem ocorrem em ambientes privados e isolados. Após a abolição, os negros e seus descendentes, alguns já miscigenados com caboclos, vieram para a região voluntariamente, em busca de trabalho. A integração social e aculturação ocorreram com o passar do tempo e atualmente no município e na região, são em pequeno número as famílias ou grupos negros propriamente ditos.

No começo do século XX tornou-se importante e crescente o comércio de gado, erva mate, madeira e o comércio varejista (este, principalmente por influência dos Libaneses que chegavam à cidade). O fato aumentou o interesse do Paraná e Santa Catarina a disputarem esta área no que veio a ser objeto de disputa, entre 1912 e 1916, da Guerra do Contestado. Na mesma época a construção da ferrovia São Paulo /Rio Grande do Sul gerou as principais causas deste que foi o maior conflito social da história do Brasil.

Ao final da Guerra, após a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916, bem como do desmembrado de União da Vitória, recomeçou a imigração europeia no município de Porto União. O fenômeno viria reforçar as influências dessas etnias na formação histórica, cultural social, econômica e até política do município.

Em 1913, a comunidade Luterana, formada em sua maioria por descendentes alemães, construiu um templo na cidade. Após a implantação da ferrovia, mais pessoas de diversas etnias que se juntaram à população local, trazendo novos hábitos, costumes, formas de religiosidade, entre outros modos de vida. A influência predominante,

entretanto, foi a dos alemães e seus traços culturais são muito marcantes ainda hoje, seja no vocabulário popular, arquitetura, música, artes plásticas, literatura, educação, religião, gastronomia, economia e na própria política. Dos 24 prefeitos que administraram Porto União até hoje, 10 são descendentes de imigrantes europeus em primeiro ou segundo grau, dos quais 6 são de origem alemã.

Nos primeiros anos do século XX, depois conclusão da ferrovia ligando Porto União ao porto de São Francisco e a outras importantes regiões, desenvolveu-se rapidamente intenso mercado de extração e comércio de madeiras, principal atividade econômica entre a segunda e a sétima década do século passado. Passou a ocorrer a partir de então indústria de transformação tendo a madeira como matéria prima: laminados, compensados, esquadrias, papel, móveis, maravalha. Tendo-se praticamente esgotado a reserva de madeira natural, passou-se a fazer reflorestamentos com pinos, eucalipto e álamo.

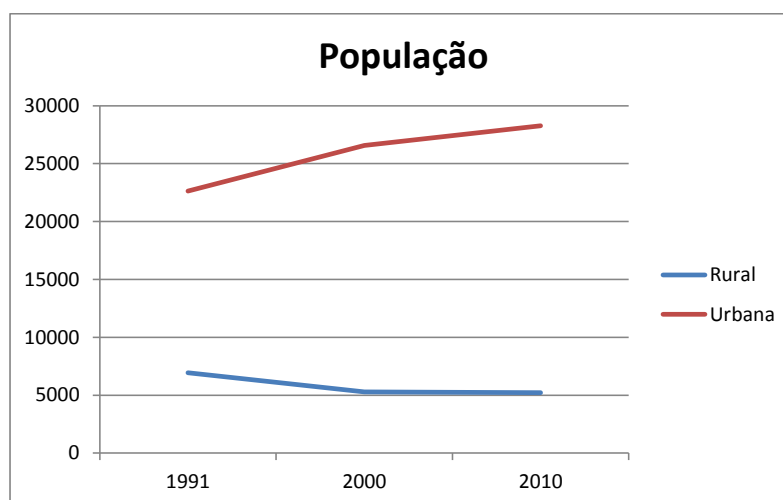
Atualmente são marcantes em nossa economia além, dos derivados da madeira, atividades do segundo setor, notadamente a prestação de serviços com destaque para a educação (universidades, escolas técnicas), saúde (hospitais, clínicas, laboratórios) e turismo (hotéis, pousadas no interior, restaurantes, trilhas, atividades náuticas). Incluem-se entre as atrações turísticas, o importante patrimônio histórico urbano e rural. Além disso, Porto União possui posição privilegiada em relação ao sistema rodoviário brasileiro, por onde passam importantes rodovias federais e estaduais, de fácil acesso, praticamente, a todas as regiões do Brasil.

### 3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

#### 3.1 Dados e características populacionais<sup>1</sup>

No ultimo censo do IBGE (2010) percebeu-se uma população total de 33.493 residentes em Porto União. Sua grande maioria, 84% (oitenta e quatro por cento) dos habitantes, reside na área urbana, conforme o quadro e o gráfico abaixo:

| Porto União | 1991  | 2000  | 2010  |
|-------------|-------|-------|-------|
| Rural       | 6943  | 5279  | 5227  |
| Urbana      | 22638 | 26579 | 28266 |
| Total       | 29581 | 31858 | 33493 |



Embora a curva tenha diminuído, estes números indicam que há ainda uma tendência ao esvaziamento da população rural e ao inchamento da população urbana, o que indica também uma tendência ao agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes desse movimento.

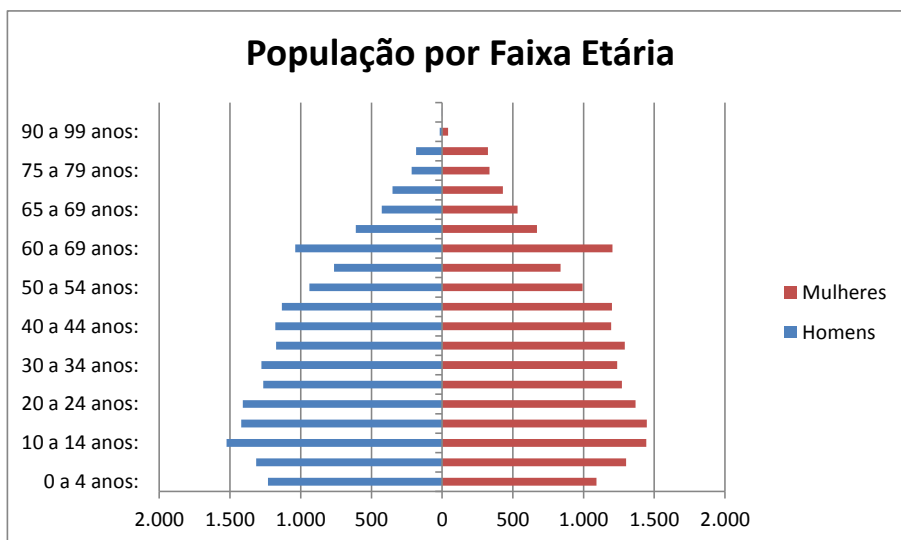
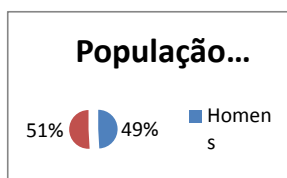
---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE – censo 2010



O IBGE estima um crescimento populacional de 2,35% ao ano, mantendo-se a igualdade na população de homens e mulheres, mas diminuindo-se os grupos populacionais de menor idade e aumentando a população economicamente ativa e idosa, conforme se pode conferir nos dados a seguir:

| Dados Censo de 2010 |        |          |        |
|---------------------|--------|----------|--------|
| Gênero              | Homens | Mulheres | Total  |
| População           | 16.448 | 17.045   | 33.493 |

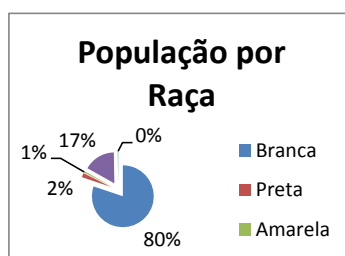


Os números mostram uma tendência de diminuição da população infantil e aumento da população jovem e economicamente ativa; O aumento da expectativa de vida de toda a população brasileira também mostra que, mesmo diminuindo-se o número de nascimentos, mantém-se a tendência de crescimento populacional, com a diminuição das taxas de mortalidade, aumentando-se o público jovem, adulto e idoso.

Isso permite às políticas públicas para a infância e a adolescência trabalhar com o pressuposto de que, uma vez criadas, ampliadas e fortalecidas as instituições necessárias à garantia dos seus direitos, os investimentos poderão ser direcionados exclusivamente para qualificação, não necessitando expansão.

Quanto à composição da população por raça, o IBGE apresenta os seguintes número para Porto União:

| Por Raça |        |        |        |
|----------|--------|--------|--------|
| Branca   | 13.009 | 13.834 | 26.843 |
| Preta    | 407    | 343    | 750    |
| Amarela  | 111    | 137    | 248    |
| Parda    | 2.868  | 2.690  | 5.558  |
| Indígena | 53     | 41     | 94     |



Embora a população branca represente a grande maioria, a parcela mais fragilizada se concentra predominantemente nas demais. O município precisa aprimorar suas políticas inclusivas para que o acesso às condições dignas de vida seja cada vez menos definido pela origem étnica; que se busque, em sintonia com o avanço que o País tem tido com relação à conquista dos direitos das minorias, diminuir as desigualdades sociais ainda muito ligadas à classificação populacional por raça.

### 3.2 Infraestrutura do município

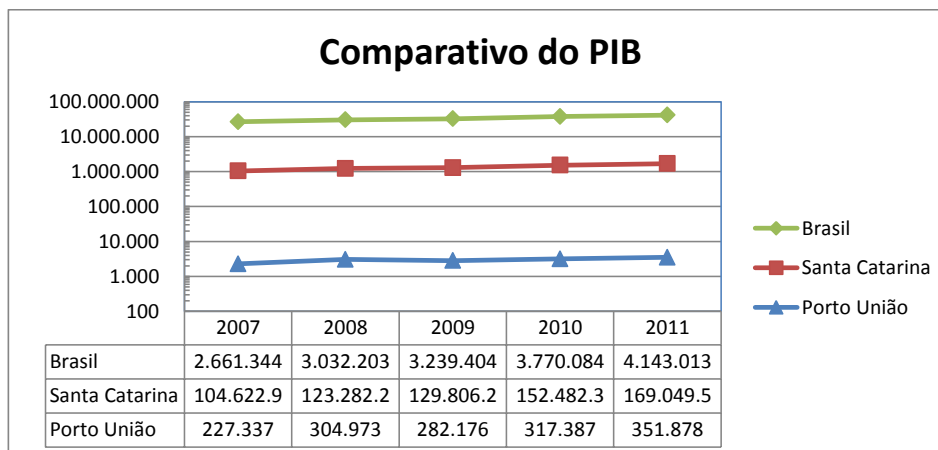
O município de Porto União tem uma infraestrutura considerada boa, se comparada com os números nacionais. Quase 100% (cem por cento) da população possui acesso a água tratada e luz elétrica.

Atualmente, tem-se uma geração mensal de resíduos sólidos de aproximadamente de 520 toneladas por mês, sendo realizada a coleta de resíduos orgânicos e resíduos recicláveis separadamente, por empresa privada. O município conta com aterro sanitário municipal onde são destinados os resíduos, o qual é operado também por empresa contratada.

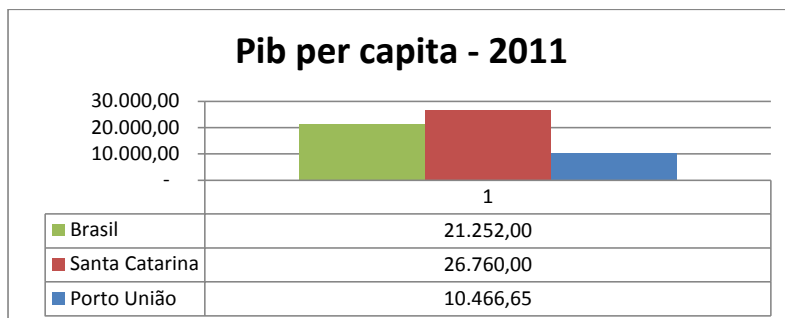
A coleta dos resíduos é seletiva; o material reciclável é encaminhado para a associação de catadores do município de Porto União, que se responsabiliza pela separação e venda dos materiais. Esta venda reverte-se em renda para as famílias que tem vínculo com a associação, sendo um total de 13 famílias envolvidas. Atualmente, são encaminhados mensalmente cerca de 30 toneladas por mês de resíduos separados.

### 3.3 Dados econômicos

O PIB municipal tem crescido na mesma proporção do Estado de Santa Catarina e do Brasil, conforme pode-se perceber no gráfico a seguir:

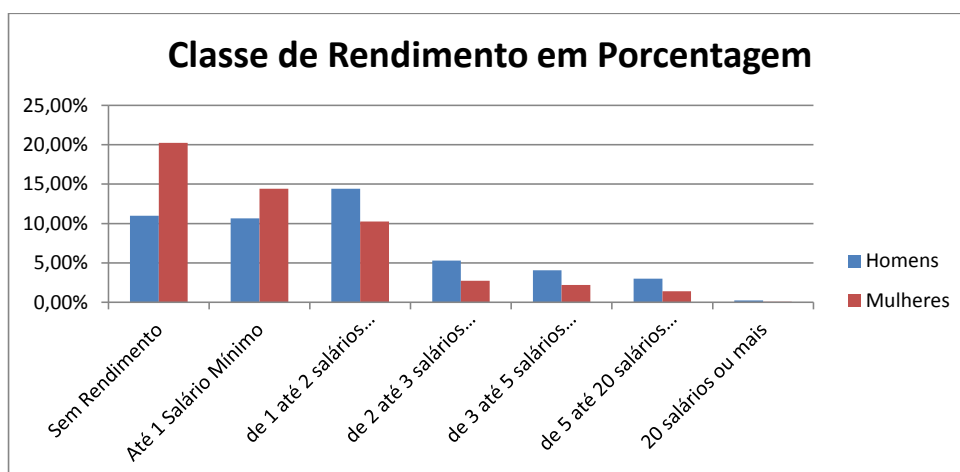


Contudo, percebe-se uma grande defasagem quando se compara o PIB per capita:



Estes dados mostram que, economicamente, o Município de Porto União está muito abaixo das médias estadual e nacional na geração de riqueza.

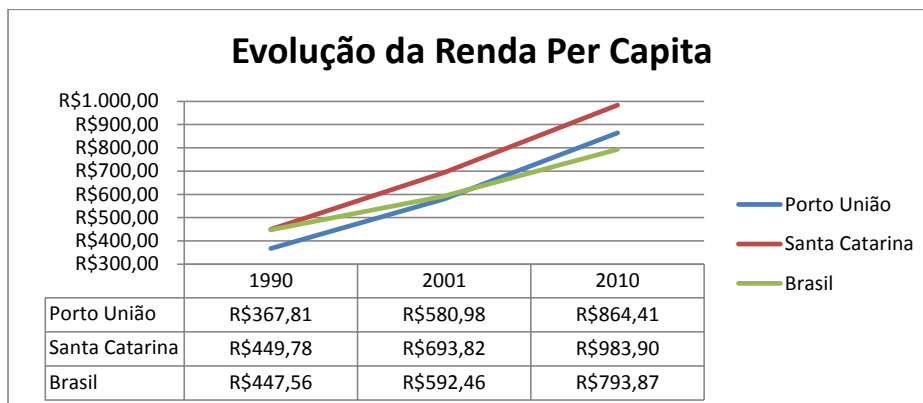
A renda da população está distribuída conforme mostra o gráfico a seguir:



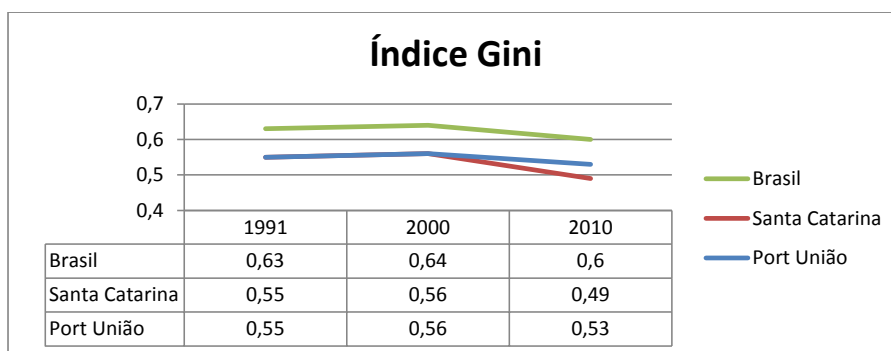
As principais leituras do gráfico são as seguintes:

- mais de 30% da população não tem renda proveniente de emprego ou serviços;
- quase 80% da população recebe menos de 2 salários mínimos;
- As mulheres representam dois terços da população sem renda;
- Os homens representam dois terços da população que recebe acima de 2 salários;

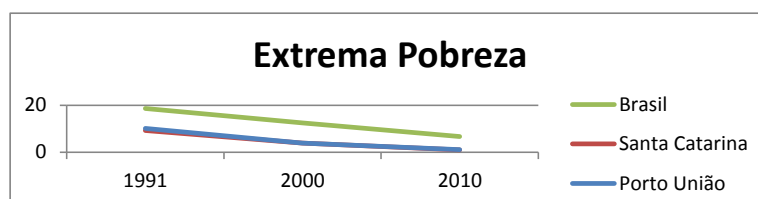
Diferente do PIB, a renda per capita de Porto União tem crescido na mesma proporção de Santa Catarina, tendo ultrapassado a média brasileira na última década.



Porto União tem diminuído as desigualdades, os níveis de extrema pobreza e pobreza, estando em nível de igualdade (Gini)<sup>2</sup> maior que o Brasil e muito próximo ao de Santa Catarina.



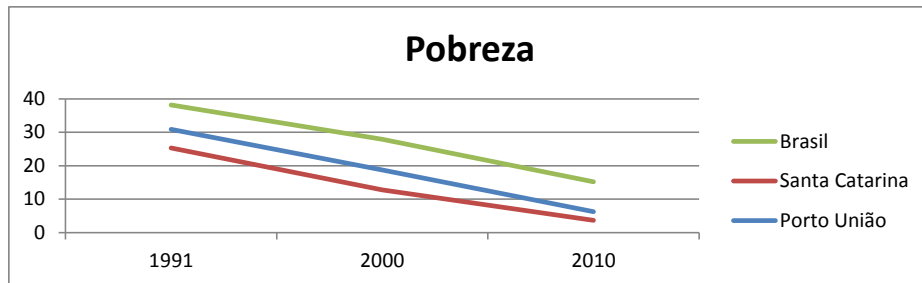
O percentual de extrema pobreza reduziu drasticamente nas últimas duas décadas, ficando muito próximo da extinção:



<sup>2</sup> Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar



O percentual de pobreza segue a mesma tendência:



A diminuição da pobreza no Município, no Estado e no País está vinculada ao aquecimento da economia vivido nos últimos anos e aos programas de distribuição de renda. As estruturas de atendimento à população devem acompanhar esse crescimento e qualificar seus serviços.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto União é 0,786, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano considerado Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799).

|                       | IDHM/1991 | IDHM/2000 | IDHM/2010 |             |          |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-------------|----------|
| <b>Brasil</b>         | 0,59      | 0,669     | 0,726     |             |          |
| <b>Santa Catarina</b> | 0,543     | 0,674     | 0,774     |             |          |
|                       |           |           | Renda     | Longevidade | Educação |
|                       |           |           | 0,773     | 0,86        | 0,697    |
| <b>Porto União</b>    | 0,536     | 0,666     | 0,786     |             |          |
|                       |           |           | Renda     | Longevidade | Educação |
|                       |           |           | 0,752     | 0,891       | 0,72     |

### 3.4 Saúde

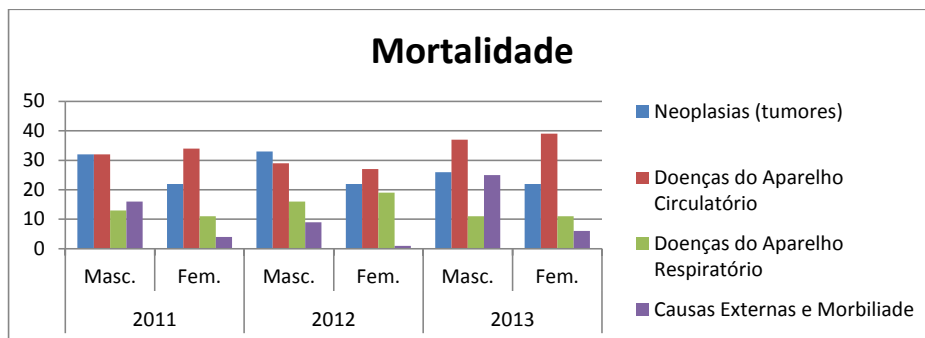
O número de mortos por idade<sup>3</sup> em Porto União, nos últimos três anos, é o seguinte:

| Mortalidade Proporcional por Idade |            |            |            |
|------------------------------------|------------|------------|------------|
|                                    | 2011       | 2012       | 2013       |
| < 1 ano                            | 10         | 5          | 7          |
| 1 a 4 anos                         | 1          | 1          | 1          |
| 5 a 9 anos                         | 0          | 0          | 0          |
| 10 a 14 anos                       | 4          | 0          | 0          |
| 15 a 19 anos                       | 1          | 2          | 5          |
| 20 a 29 anos                       | 11         | 3          | 9          |
| 30 a 39 anos                       | 10         | 6          | 8          |
| 30 a 49 anos                       | 14         | 11         | 12         |
| 50 anos e mais                     | 166        | 183        | 177        |
| <b>Total</b>                       | <b>217</b> | <b>211</b> | <b>219</b> |

Embora os números da população apontem igualdade entre homens e mulheres, percebe-se que os homens tem mortalidade com menor idade do que as mulheres, sendo que as doenças que mais levam a óbito são tumores, doenças do aparelho circulatório e respiratório e causas externas.

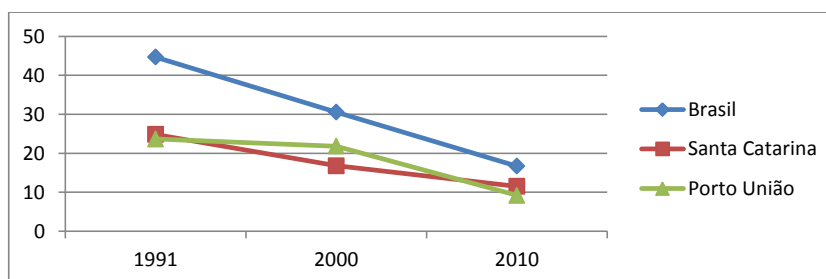
---

<sup>3</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Porto União



### Mortalidade e natalidade infantil

No que se refere ao público infantil, o município tem uma taxa de mortalidade abaixo dos índices nacionais e estaduais e tem diminuído cada vez mais, sendo que na última década chegou-se à expressiva marca de menos de 10 mortes para cada 1000 nascidos.



Quanto a natalidade, estudos apontam uma tendência a diminuir o número de nascimentos, contudo alguns dados colhidos nas escolas do município um aumento considerável no número de adolescentes grávidas na faixa de 15 à 19 anos, comparando-se o últimos dois anos, segue os dados:

| Ano  | 10 à 14 anos | 15 à 19 anos |
|------|--------------|--------------|
| 2013 | 0            | 49           |
| 2014 | 1            | 73           |

Percebe-se também que chega ao índice de 5% da população feminina o número de adolescentes grávidas no ano de 2014 entre os meses de janeiro e setembro.

Considerando que nesta faixa etária as adolescentes não possuem maturidade psicológica para exercerem plenamente a maternidade, bem como é um período de formação para a cidadania que não deve ser interrompido, faz-se extremamente necessário que se encontre caminhos para desenvolver uma educação da sexualidade que combata o problema ao mesmo tempo que se coloque a serviço da emancipação dessas meninas, para que se constituam mulheres conscientes e possam gozar de seus direitos e viver plenamente a cidadania.

### 3.5 - Educação

No que se refere à população com 15 ou mais anos de idade, Porto União tem uma taxa de alfabetização equiparada com o Estado de Santa Catarina e acima da nacional.

| Taxa de Alfabetização |        |
|-----------------------|--------|
| Brasil                | 91,30% |
| Santa Catarina        | 96,80% |
| Porto União           | 96,60% |

No que se refere à Educação infantil (0 a 5 anos), Os dados atuais mostram que há uma diminuição da população na ultima década em Porto União, e essa tendência deve ser mantida para a próxima década, segundo observações do relatório final do IBGE sobre o Censo de 2010.

| População entre 0 e 5 anos |       |       |
|----------------------------|-------|-------|
| 1991                       | 2000  | 2010  |
| 3.658                      | 3.644 | 2.838 |

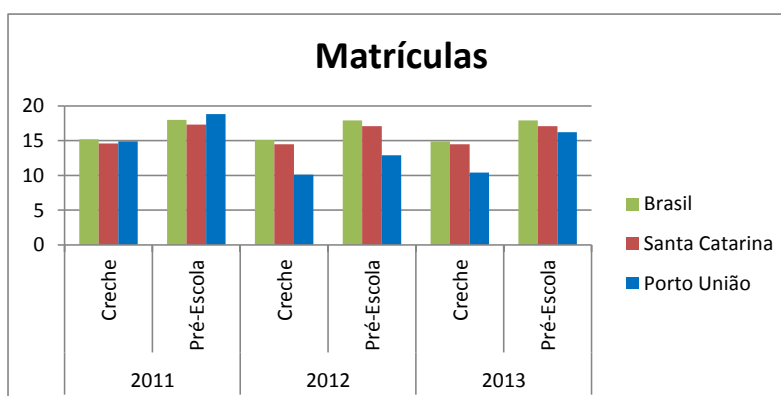
O município tem avançado no número de matrículas em creches e pré escolas, acompanhando o aumento gradual do país e do estado. Temos 31,55% de crianças na

creche, sendo que a meta no Plano Nacional de Educação é de 50% até 2016; temos 85,98% de crianças na pré-escola, sendo a meta nacional até 2016 de 100%, acredita-se que essas porcentagens de atendimento já estão próximas da meta decorrido 4 anos do censo do IBGE.

Para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (6 a 10 anos) percebe-se a mesma tendência de diminuição da população:

| População de 6 à 10 anos |            |            |            |
|--------------------------|------------|------------|------------|
|                          | 1991       | 2000       | 2010       |
| Brasil                   | 17.577.334 | 16.463.910 | 15.511.078 |
| Santa Catarina           | 516.025    | 508.202    | 451.727    |
| Porto União              | 3.251      | 2.878      | 2.725      |

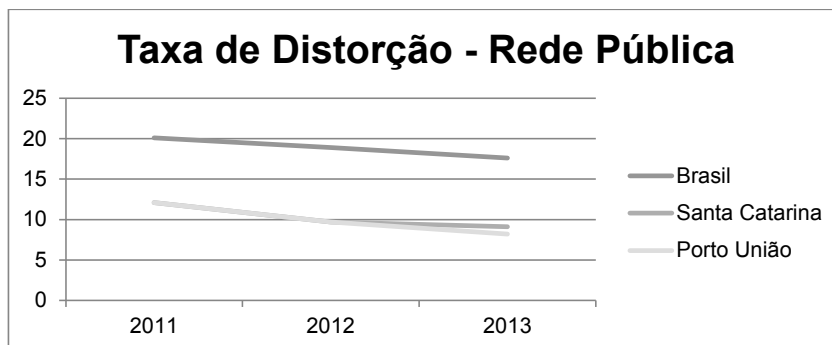
Há uma diminuição pequena no número total de matrículas nos últimos 3 anos, devido a essa diminuição da população de menor idade.



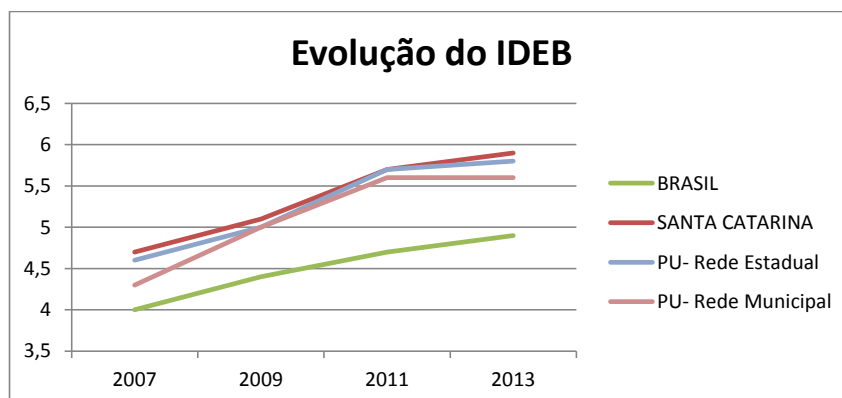
A meta do PNE é que 95% desse público termine esse etapa de escolarização na idade certa, até 2024, ou seja, que a taxa de distorção não seja superior a 5%.

As taxas do município já são menores que a média nacional e estadual, e se aproximam da meta.

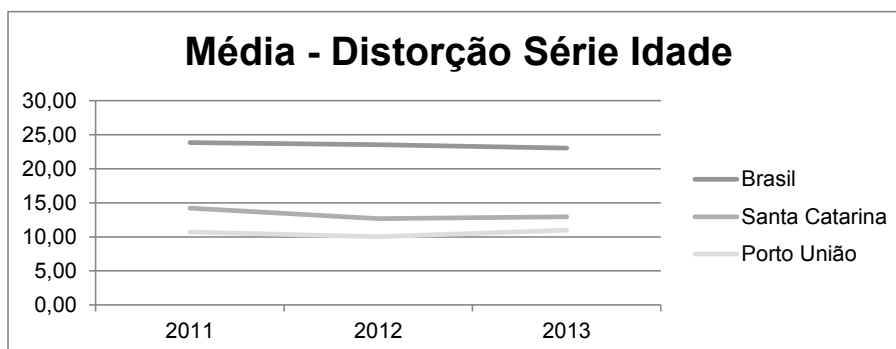




Porto União, assim como o Estado de Santa Catarina, já apresenta índice de IDEB muito próximos da meta nacional prevista no PNE, que é de 6,0 pontos.

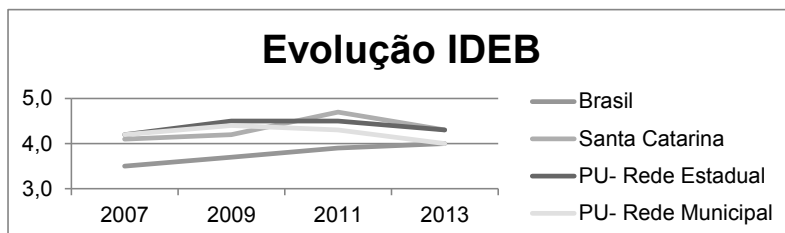


Para as séries finais do Ensino Fundamental (11 a 14 anos), O Plano Nacional tem como meta até o final do decênio que 95% dos alunos concluam na idade recomendada essa etapa da formação. Os dados a seguir indicam a taxa de distorção série-idade em Porto União, comparando-se com o Estado e o País:



Os dados mostram que, em Porto União, a distorção tem aumentado, na contramão da queda que apresentam o Estado e o País. É preciso estabelecer metas conjuntas para reversão do quadro e alcance da meta nacional.

A avaliação dessa etapa do ensino por meio do IDEB se apresenta da seguinte maneira:



Este gráfico permite a visualização de que a Rede Estadual consegue melhor desempenho nas séries finais do que a Rede Municipal. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não cabe ao Município prestar atendimento educacional a esta modalidade de ensino, embora no Estado de Santa Catarina isso ainda não tenha sido adequado à legislação. Os dados apontam para o fato de que seria o melhor caminho deixar para o município apenas a responsabilidade que lhe cabe, para que possa concentrar maiores esforços nas modalidades onde tem melhor desempenho e que estão legalmente sob sua alçada. Mesmo assim, enquanto está sob sua responsabilidade, o município precisa planejar as séries finais de modo a melhorar estes índices, possibilitando mais qualidade na oferta educacional à sua população.

Para o Ensino Médio (15 a 17 anos), O PNE tem com meta aumentar, até 2024, o número líquido de matrículas para 85% e universalizar o acesso ao ensino médio, atingindo 100%. Atualmente, Porto União está com essas taxas em 56,9% e 86,7%, respectivamente.

O IDEB apresenta o seguinte quadro, levando-se em consideração as metas previstas no PNE:

| IDEB – Ensino Médio |      |      |      |      |
|---------------------|------|------|------|------|
| Atual               | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| 4,0                 | 4,7  | 5,2  | 5,4  | 5,6  |

## **4. ENTIDADES, INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS DE ATENDIMENTO, E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

### **4.1. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão deliberativo e controlador das ações públicas e privadas, de atendimento e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Possui representação de todos os órgãos governamentais e não-governamentais do município cujas atividades direta ou indiretamente são direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes.

Durante a elaboração deste PMIA, o CMDCA teve representação no Grupo de Elaboração, incluiu em sua pauta de reuniões assuntos destinados a apoiar o processo e forneceu os resultados das discussões realizadas no âmbito da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluídos nas metas aqui sistematizadas.

O CMDCA possui função central no acompanhamento da realização desse Plano, avaliando, colaborando e cobrando as ações de todas as entidades que aqui assumiram compromisso nas metas traçadas coletivamente.

### **4.2 Conselho Tutelar**

O Conselho Tutelar é um órgão extremamente necessário para resguardar os direitos da criança e do adolescente. Por ele passam todas as demandas de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, que são analisadas e encaminhadas para os demais órgãos da Rede de Atendimento.

O CT constitui-se de uma equipe móvel, que vai até o local, presta o primeiro atendimento, encaminha e acompanhar todo o processo de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados.

#### **4.3 Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Porto União**

A Delegacia possui um importante papel na investigação dos casos que ocorrem no município com relação aos casos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Recebe demandas do CT ou da própria sociedade – por meio de denúncias – coleta depoimentos, abre processos e os encaminha ao Poder Judiciário.

#### **4.4 Poder Judiciário e Ministério Público**

Aplica as medidas judiciais necessárias, trabalha na instrução e no julgamento dos processos que envolvem crianças e adolescentes com os direitos violados, sendo o Ministério Público, personificado pelo Promotor de Justiça, o ente legitimado para promover tais demandas judiciais.

#### **4.5 Instituição de Acolhimento Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União (Casa Abrigo)**

Oferece um serviço provisório e excepcional, para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas (Conanda/CNAS).

Tem por objetivo geral promover o Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (artigo 101 ECA), em função de abandono, ou cujas famílias e ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

#### **4.6 Secretaria Municipal de Saúde**

Atua no levantamento, na gestão e na prevenção de problemas de saúde do município. No que se refere ao objeto deste Plano, conta com equipe para atendimento do PSF (programa saúde da família), composta por enfermeiro, técnico de enfermagem, médico obstetra, médico pediatra, médico clínico geral, agente comunitário, NASF ( Núcleo de Apoio a Saúde da Família), serviço administrativo, SAMU, Rede Cegonha, PSE ( programa saúde na escola), grupo de teatro com os adolescentes que trabalham sobre as DST's e gravidez na adolescência.

Conta com a seguinte estrutura:

- cinco equipes de PSF (programa saúde da família),
- unidade de saúde de São Miguel da Serra e Santa Cruz do Timbó,
- quatro unidades de saúde do interior do município,
- unidade central e PAM (pronto atendimento municipal),
- SAMU.

#### **4.7 Centro de Apoio Psicossocial (CAPS)**

Vinculado à Secretaria de Saúde, atende pessoas com dependência química (álcool e outras drogas) e transtornos mentais (depressão, transtorno de Humor, esquizofrenia, tentativa de suicídio e outros); Faz encaminhamentos para Atenção Básica, SAMU, Comunidades Terapêuticas, Clínicas Psiquiátricas, Hospital Geral, especialidades e demanda espontânea;

Oferece Oficinas terapêuticas como o Grupo Psicológico; o Grupo de Educação em Saúde, o Grupo de Terapia Ocupacional e o Grupo de Atividade Física (música e dança);

#### **4.8 – Sistema Municipal de Assistência Social**

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas conforme art. 1º da Lei 8742/94 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Tendo por objetivo atender as necessidades dos



indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo os direitos de cidadania, conforme os preceitos da LOAS, da Política Nacional de Assistência Social- PNAS, NOB/SUAS, através de políticas sociais que venham garantir a assistência social e proteção especial às famílias, crianças e adolescentes, idosos e Pessoas com Deficiência como público prioritário.

Com o advento da Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, os Serviços Socioassistenciais foram tipificados. Segundo a Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 os Serviços são ofertados por níveis de Proteção sendo: **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:** A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. Oferta os seguintes Serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:** destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar. Oferta os seguintes Serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE** - Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião,

gênero e orientação sexual, sendo: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Adultos e Famílias, para Mulheres em situação de violência, para jovens e Adultos com Deficiência e para Idosos.

#### **Setor de Benefícios Eventuais**

Vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem por finalidade, o atendimento, acolhida de indivíduos/famílias para identificação das necessidades de concessão de Benefícios Eventuais para atendimentos emergenciais.

#### **Gestão do Cadastro Único dos Programas do governo Federal**

Vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no município, afim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família, Projovem Adolescente/Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira de transporte interestadual para o idoso e outros.

#### **Gestão do ACESSUAS/TRABALHO**

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO - busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da articulação e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita articulação com foco no Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas. O Programa refere-se às ações de articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento dos usuários aos cursos de formação inicial e continuada em parceria com o PRONATEC.

#### **Setor de Habitação de Interesse Social**

Destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. Esses empreendimentos habitacionais de interesse social são de iniciativa pública e têm como objetivo reduzir o déficit da oferta de imóveis residenciais de baixo custo, dotados de infraestrutura (redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica) e acessibilidade, também visam a realocação de moradias irregulares ou construídas em áreas de risco e de preservação ambiental.

#### **4.9 Centro de Referência e Assistência Social (CRAS):**

Vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

#### **4.10 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**

Vinculado também à SMDS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.), tendo como foco o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção.

#### **4.11 Secretaria Municipal de Educação (SME)**

É a Secretaria que mais atende crianças e adolescentes em suas atividades ordinárias, recebendo praticamente 100% dessa população todos os dias úteis durante 200 dias por ano.

Como a SME oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental, pode realizar um trabalho de conscientização das famílias dos alunos bem como tratar da temática dos direitos da criança e do adolescente incluindo-a na proposta pedagógica curricular, inclusive da EJA.

Assim, a SME é a instituição que mais pode atuar na prevenção dos problemas e na identificação dos casos de violação de direitos, bem como na formação para a cidadania.

Além das escolas regulares para atendimento geral da população, conta com serviços especializados para atendimento de crianças e adolescentes deficientes, em instituições como a APADAF (Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala) e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

## **5. METAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA PROTEÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O grupo de elaboração do PMIA promoveu um amplo levantamento de dados, ao mesmo tempo em que realizou, em parceria com as instituições de atendimento à criança e o adolescente, um diagnóstico de suas principais dificuldades. Encaminhou propostas de metas, estratégias e ações para resolvê-las, que aqui são elencadas seguindo a metodologia da divisão por eixos, nos moldes do **Plano Decenal da Criança e do Adolescente**.

Tais metas foram amplamente debatidas no **Fórum para Apresentação, Discussão e Proposições do Plano Municipal para a Infância e Adolescência**, e são neste plano expressas como compromisso assumido por todas as entidades envolvidas.

### **5.1 – Eixo: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerando as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) A falta de reconhecimento social dos direitos das Crianças e Adolescentes;
- b) Os danos causados em decorrência do abuso e da violência sexual de crianças e adolescentes, bem como da discriminação da orientação sexual dos pré-adolescentes e adolescentes.
- c) A necessidade de fortalecer e expandir o PROERD formulando novas parcerias;
- d) A falta de compreensão das medidas socioeducativas como fundamentais no processo de formação para a ressocialização dos adolescentes;



e) As dificuldades de atuação do Conselho Tutelar por falta de reconhecimento da sua função social

f) Falta de acessibilidade a prédios e escolas públicas;

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Conscientizar a população acerca dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>   |
|--|--------------|---|
| Promover campanhas de divulgação do ECA junto à sociedade  | Contínuo     | SMDS, CMDCA, SME, Comunicação, Sec. Saúde; Sec.Cultura e Dep. Esportes. |
| Implantar o estudo do ECA nos cursos de formação de professores e demais funcionários públicos do Município. | Contínuo     | SME e Administração Municipal;  |
| Incluir o tema e a legislação vigente nos conteúdos escolares  | 2015         | SME;.   |
| Incluir o ECA nos PPPs das escolas municipais  | 2016         | SME;  |

II - Tratar da Educação da Sexualidade nas escolas do município, bem como preparar os profissionais de Educação e da Saúde para identificar potenciais vítimas

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                       |
|---|--------------|---|
| Incluir formação específica para professores e demais funcionários públicos municipais. | 2016         | SME, Sec. Saúde e Administração Municipal |
| Incluir o tema no currículo das escolas municipais.                                     | 2016         | SME                                       |

III - Fortalecer e ampliar a atuação do PROERD nas áreas mais vulneráveis a drogas e bebidas;

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Implementar e ampliar encontros nos bairros, otimizando espaços comunitários para palestras e outros eventos que visem uma ação conjunta de proteção às crianças e adolescentes evitando o uso de drogas e bebidas alcoólicas. | 2017         | PMSC, SMDS;         |

IV - Promover a consciência da responsabilidade de todos os órgãos governamentais no apoio e na implementação das medidas socioeducativas

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                                     |
|--|--------------|---|
| Promover fóruns e debates para integração entre os órgãos de atendimento acerca das medidas socioeducativas; | Contínuo     | CMDCA, SMDS, SME, Sec Saúde, Poder Judiciário Estadual; |

V - Promover esclarecimentos a população sobre o funcionamento do Conselho Tutelar

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Divulgar as competências do Conselho Tutelar nas escolas e comunidade, por todos os meios de comunicação; | contínuo     | CT, CMDCA;          |

VI - Adequar os prédios públicos nos padrões de acessibilidade a todos os tipos de deficiência;

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|---|--------------|--------------------------|
| Executar reformas em todos os espaços públicos, independente da existência de pessoas | 2017/20      | Administração Municipal; |

|                                      |  |  |
|--------------------------------------|--|--|
| deficientes que o estejam utilizando |  |  |
|--------------------------------------|--|--|

**Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Ausência de eventos de Cultura e entretenimento itinerante
- b) Complicações de saúde que acometem crianças e adolescentes
- c) Falta de inserção profissional de adolescentes que completam maioridade
- d) Falta de atendimento psicológico clínico para crianças e adolescentes que necessitam desse tipo de atendimento.
- e) Insuficiência de atendimento do CRAS ante a demanda municipal
- f) Insuficiência de atendimento do CREAS ante a demanda municipal
- g) Ausência de programas de saúde voltados ao público entre 5 e 15 anos de idade
- h) Insuficiência de programas para conscientização dos riscos da gravidez na adolescência
- i) Ausência de um CAPS voltado ao atendimento de crianças e adolescentes
- j) Falta de vinculação entre medidas socioeducativas e atividades formativas
- k) Insuficiência de espaços em que possam ser ofertadas atividades esportivas, artísticos culturais a crianças e adolescentes;
- l) Evasão escolar;

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Levar e promover esporte e cultura e lazer em todas suas formas até bairros, distritos e comunidades mais vulneráveis.

| Estratégias/ações   | Prazo    | Responsáveis                               |
|---|----------|--|
| Estabelecer parcerias com instituições, artistas e profissionais afins para atingir as populações | contínuo | Sec Cultura; Dep. Esportes e Administração |

|                                  |  |            |
|----------------------------------|--|------------|
| culturalmente menos favorecidas. |  | Municipal; |
|----------------------------------|--|------------|

II - Atender a saúde de todas as crianças matriculadas na rede pública de educação

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Manter e ampliar o Programa Saúde na Escola de modo a atender com qualidade todas as escolas do município | Contínuo     | Sec Saúde e SME     |

III - Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos de idade em programas de aprendizagem profissional

| <b>Estratégias/ações</b>                          | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                    |
|---|--------------|--|
| Implantar programas de aprendizagem profissional. | 2017         | Administração Municipal;<br>SME; SMDS; |

IV - Ampliar o atendimento psicológico clínico de crianças e adolescentes.

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|---|--------------|--------------------------|
| Realizar levantamento da demanda e das principais especialidades necessárias  | 2015         | SMDS, SME; Sec Saúde;    |
| Criar estrutura física para ampliação da rede de atendimento na especialidade de psicologia clínica, conforme a demanda | 2017         | Administração Municipal; |
| Contratar, via concurso publico, profissionais necessários  | 2017         | Administração Municipal; |

V – Promover convivências harmoniosas de crianças e adolescentes com seus familiares e com a sociedade

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|--|--------------|--------------------------|
| Garantir formação continuada a equipe técnica do CREAS, através de regulamentação específica, a fim de qualificar o atendimento prestado as famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos serviços de proteção social básica e especial de média complexidade. | contínuo     | SMDS, Sec. Administração |

VI – Garantir equipe técnica necessária ao bom funcionamento dos CRAS

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|---|--------------|--------------------------|
| Contratar via concurso publico, os profissionais necessários de acordo com a NOBRH/SUAS | 2017         | Administração Municipal; |

VII - Garantir equipe técnica necessária ao bom funcionamento dos CREAS

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|---|--------------|--------------------------|
| Contratar via concurso publico, os profissionais necessários de acordo com a NOBRH/SUAS | 2017         | Administração Municipal; |

VIII - Criar programas de saúde para atender crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|---|--------------|--------------------------|
| Criar uma estrutura específica, física e humana, adequada ao atendimento desse público; | 2017         | Administração Municipal; |



## IX - Qualificar programas que atuem na prevenção da gravidez na adolescência

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Formar equipe multidisciplinar para implementação do programa com a didática e conteúdos adequados à faixa etária; | 2015         | SME                 |
| Desenvolver propostas que combatam o problema pela via da educação emancipatória da sexualidade nas escolas;       | contínuo     | SME/GERED;          |
| Desenvolver propostas que combatam o problema junto às famílias  | contínuo     | SMDS; Sec. Saúde;   |

## X – Aprimorar a aplicação da medida socioeducativa para que atinja a finalidade prevista em lei.

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                                       |
|--|--------------|---|
| Vincular as medidas judiciais a projetos e/ou programas formativos culturais, artísticos e esportivos, integrando o adolescente com a sociedade; | 2017         | Poder Judiciário, SMDS, SME, Sec. Cultura, Dep. Esportes; |

## XI - Aproveitar espaços públicos para projetos culturais e esportivos

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                                   |
|---|--------------|---|
| Reformar e reutilizar espaços públicos ociosos para destinar a projetos culturais e esportivos nos bairros e áreas rurais | 2020         | Administração Municipal; Sec. Cultura, Dep. Esportes; |

## XII – Estabelecer parcerias que garantam espaços de profissionalização no Ensino Médio;

| Estratégias/ações   | Prazo   | Responsáveis                                 |
|---|---------|--|
| Fomentar a adesão em programas como o PROEJA e o PRONATEC         | 2017/20 | SME/GERED; SMDS;<br>Administração Municipal; |
| Incentivar a adesão de empresas locais ao programa Jovem Aprendiz | 2017/23 | SME; SMDS;<br>Administração Municipal;       |

## 5.2 - Eixo: Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

**Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Ausência de atendimento especializado para criança vítima de violência;
- b) Ausência de “casa de passagem” que abrigue crianças e adolescentes por curto período até a decisão judicial;
- c) Falta de acesso do **Conselho Tutelar** às informações dos casos por ele encaminhados;
- d) O ambiente do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes não está adequado às necessidades da infância e adolescência;
- e) Ausência de grupo especializado para atendimento de psicologia clínica de adolescentes usuários de drogas;
- f) Falta de saneamento básico como uma das causas de grande parte das doenças que acometem crianças e adolescentes;
- g) Falta de divulgação sobre a existência do atendimento especializado ao combate à exploração sexual na infância e adolescência.

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I – Buscar junto aos órgãos competentes do Estado providências para atendimento adequado de crianças e adolescentes vítimas e envolvidas em casos de violência

| Estratégias/ações  | Prazo | Responsáveis             |
|--|-------|--------------------------|
| Requisitar à Secretaria de Estado de Segurança Pública equipe técnica e espaço para apoio ao Conselho Tutelar no atendimento prestado durante o processo de investigação de violação de direitos.  | 2015  | Administração Municipal; |
| Requisitar ao Poder Judiciário Estadual estrutura física e humana para que crianças e adolescentes em processo de investigação de violação de direitos possam prestar <b>depoimento sem dano</b> . | 2015  | Administração Municipal; |

II - Dar condições para que o **Serviço de Acolhimento Institucional** se adeque às necessidades da infância e da adolescência

| Estratégias/ações  | Prazo | Responsáveis             |
|--|-------|--------------------------|
| Municipalizar o serviço de acolhimento   | 2015  | Administração Municipal; |
| Garantir equipe técnica, educadores e cuidadores sociais, composta por profissionais contratados via concurso público; | 2017  | Administração Municipal; |
| Instituir um programa de formação continuada para a equipe técnica, educadores e cuidadores sociais                    | 2017  | Administração Municipal; |

III - Implantar sistema integrado de informações que seja alimentado por todos os órgãos de atendimento

| Estratégias/ações | Prazo | Responsáveis |
|-------------------|-------|--------------|
|-------------------|-------|--------------|

|  |      |                               |
|--|------|-------------------------------|
| Adquirir um sistema gestor de informações sobre os atendimentos prestados as crianças para uso de todos os setores envolvidos. | 2015 | Administração Municipal; SMDS |
| Capacitar os funcionários da Rede de Atendimento na utilização do sistema  | 2015 | Administração Municipal; SMDS |

## IV – Readequar/ampliar o atendimento do CAPS

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Adequar o espaço físico destinando sala especializada para atendimento à criança e ao adolescente | 2015         | Sec. Saúde          |

## V - Buscar um CAPSad regional para atendimento de adolescentes.

| <b>Estratégias/ações</b>                       | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|--|--------------|--------------------------|
| Requisitar a instalação de um CAPSad Regional; | 2015         | Administração Municipal; |
| Arcar com os custos operacionais;              | contínuo     | Administração Municipal; |

## VI – Conscientizar o adolescente sobre a importância dos SCFV no âmbito da proteção social básica;

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Desenvolver ações de conscientização eficientes e adequados à idade. | 2015         | SMDS;               |

## VII - Criar políticas de saneamento básico em regiões de alto índice de doenças

| Estratégias/ações                      | Prazo | Responsáveis                                 |
|--|-------|--|
| Levantamento das regiões prioritárias  | 2015  | Administração Municipal;<br>SMDS; Sec Saúde; |
| Implementar programas sócioeducativos  | 2017  | Sec Saúde; SME; SMDS                         |
| Realizar as obras públicas necessárias | 2017  | Administração Municipal                      |

**Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos Conselhos Tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Falta de recursos para despesas eventuais e cotidianas do **Conselho Tutelar**, como aquisição de brinquedos e alimentos para as crianças que aguardam temporariamente nas suas dependências.
- b) Insuficiência no apoio administrativo ao CT.
- c) Insuficiência de recursos de Tecnologia da Informação para que o CT alimente adequadamente o SIPIA.
- d) Ausência de formação específica para utilização do SIPIA.
- e) Ausência de formação continuada para fortalecimento da ação do Conselho Tutelar.

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Disponibilizar profissional para auxiliar nas atividades administrativas do Conselho Tutelar

| Estratégias/ações  | Prazo | Responsáveis            |
|--|-------|-------------------------|
| Contratação de agente administrativo efetivo conforme demanda. | 2015  | Administração Municipal |

II – Propiciar Internet Banda Larga exclusiva e de boa qualidade para o Conselho Tutelar;



| <b>Estratégias/ações</b>                                    | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>     |
|---|--------------|-------------------------|
| Contratar Internet Banda Larga exclusiva para o CT          | 2015         | Administração Municipal |
| Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação do CT | 2015         | Administração Municipal |

III – Garantir formação para gestão do SIPIA

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Requerer junto ao Estado curso de capacitação para os funcionários e conselheiros do C.T. | 2015         | CMDCA;              |

IV – Garantir formação continuada e planejada para membros do Conselho Tutelar, extensivo a todas as pessoas que atuam na Rede de Atendimento;

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>     |
|--|--------------|-------------------------|
| Levantar as demandas formativas dos membros do CT e da Rede de Atendimento             | 2015         | CMDCA                   |
| Planejar coletivamente a formação continuada   | 2015         | CMDCA, CT               |
| Contratar formadores com conhecimento e experiência específicos às demandas levantadas | 2017         | Administração Municipal |
| Efetivar a formação continuada   | contínuo     | Administração Municipal |

V - Construir um sistema integrado de informações com acesso livre ao CT para conhecimento das medidas tomadas após seu encaminhamento.

| <b>Estratégias/ações</b>                     | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>     |
|--|--------------|-------------------------|
| Desenvolver Sistema Integrado de abertura de | 2017         | Administração Municipal |

|   |          |                         |
|---|----------|-------------------------|
| processos de medidas tomadas em relação a Criança e ao Adolescente            |          |                         |
| Capacitar agentes da Rede de Atendimento na alimentação dos dados no sistema; | 2017     | Administração Municipal |
| Garantir sistema adequado para utilização e consulta aos dados;               | contínuo | Administração Municipal |

**Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.**

Nesta diretriz foi apontada como dificuldade a ser enfrentada pelo PMIA, a falta de estrutura para oferecer informações para que as famílias cumpram com seu papel na garantia dos direitos das crianças e adolescentes;

Diante desse quadro, propõe-se como meta:

I - Garantir informação às famílias para que colaborem no sentido de evitar a reincidência de violação dos direitos da criança e adolescente.

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>     |
|---|--------------|-------------------------|
| Ampliar as equipes técnicas do CREAS e do CRAS para expandir o atendimento e acompanhamento às famílias       | 2015         | Administração Municipal |
| Acompanhar de forma preventiva e formativa as famílias das crianças e adolescentes com seus direitos violados | contínuo     | CREAS; CRAS;            |

### 5.3 – Eixo: Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

**Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Ausência de estrutura adequada do Departamento Municipal de Esportes para atender às necessidades da Infância e Adolescência;
- b) Ausência de mecanismos para que a criança e o adolescente sejam ouvidos;
- c) Organização insuficiente das lideranças comunitárias;
- d) Falta de interação entre idoso, criança e adolescente;
- e) Ausência de espaços e parcerias para formação e expressão cultural e artística de crianças e adolescentes no Município;
- f) Evasão escolar em decorrência da distorção série/idade;
- g) Falta de articulação entre as diversas secretarias/entidades, que realizam o atendimento a criança e adolescente;
- h) Falta de espaço onde as crianças e adolescentes possam participar das decisões políticas importantes para sua vida social.
- i) Ausência de espaço na mídia local para expressão da criança e do adolescente

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Criar Secretaria Municipal de Esporte, com estrutura adequada para gerenciar o protagonismo na área do esporte.

| Estratégias/ações                                    | Prazo | Responsáveis            |
|--|-------|-------------------------|
| Levantar as demandas por regiões e planejar as ações | 2015  | Administração Municipal |

|  |      |                         |
|--|------|-------------------------|
| Contratar, via concurso publico, os profissionais necessários conforme a demanda | 2017 | Administração Municipal |
|--|------|-------------------------|

II - Garantir formação continuada às lideranças comunitárias sobre protagonismo infanto-juvenil.

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Realizar Seminários envolvendo as Lideranças Comunitárias  | 2015         | CMDCA; SMDS         |
| Mobilizar as comunidades para a problemática da falta de espaço e voz para as crianças e adolescentes. | 2017         | CMDCA;              |

III – Desenvolver vínculos entre idoso, criança e adolescente

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                      |
|---|--------------|--|
| Mobilizar as secretarias para inserção das crianças e adolescentes nos espaços de convivências e fortalecimento de vínculos com os idosos e vice-versa. | 2015         | CMDCA; SMDS; Dep. Esportes; Sec Cultura; |
| Criar programa de atividades que aproximem idoso, criança e adolescente;  | 2017         | SMDS; Dep. Esportes; Sec Cultura         |

IV - Criar/construir espaços culturais, esportivos e artísticos em todas as áreas do Município.

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>      |
|--|--------------|--------------------------|
| Levantar as demandas por regiões e planejar as construções e ações | 2015         | Administração Municipal; |
| Executar as obras  | 2017         | Administração Municipal; |

|  |      |                          |
|--|------|--------------------------|
| Contratar, via concurso publico, os profissionais necessários, conforme demanda. | 2020 | Administração Municipal; |
|--|------|--------------------------|

V - Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior e Instituições afins

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                            |
|---|--------------|--|
| Buscar a oferta de projetos e programas conjuntos para protagonismo da infância e adolescência; | contínuo     | SME; SMDS; CMDCA;<br>Sec Cultura; Dep Esportes |

VI - Promover a articulação entre os diversos setores que desenvolvem ações para crianças e adolescentes

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Elaborar um plano de reuniões e ações para discutir periodicamente o protagonismo infanto-juvenil | Contínuo     | CMDCA               |
| Realizar acompanhamento das reuniões  | Contínuo     | CMDCA               |

VII - Criar espaços para participação ativa da criança e do adolescente nas decisões importantes de sua vida.

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Incentivar, garantir e viabilizar a organização de assembleias escolares, grêmios estudantis, grupos de estudo, entre outros. | Contínuo     | SMDS; SME; CMDCA;   |
| Garantir representatividade de crianças e adolescentes nas associações de bairros   | contínuo     | SMDS/UNICOM;        |
| Garantir a representatividade de crianças e adolescentes CMDCA e Conselhos Setoriais  | contínuo     | CMDCA               |



VIII - Construir parcerias para abrir espaço na mídia local para as crianças e os adolescentes expressarem suas opiniões e anseios, ampliando sua interação e seu protagonismo social.

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                             |
|---|--------------|---|
| Incentivar a mídia local para a abertura de espaço para as crianças e adolescentes; | Contínuo     | CMDCA; SMDS; SME;<br>Sec Cultura; Dep Esportes; |
| Subsidiar a participação de grupos de crianças e adolescentes na mídia local;       | Contínuo     | CMDCA; SMDS; SME;<br>Sec Cultura; Dep. Esportes |

#### **5.4 - Eixo: Controle Social da Efetivação dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Demora no cumprimento das deliberações do CMDCA;
- b) Falta de divulgação das ações do CMDCA;
- c) Falta de comprometimento e participação de alguns representantes das entidades com vagas no conselho;
- d) Ausência de representantes de escolas estaduais e jovens no conselho;

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Fortalecer o funcionamento e a efetividade das ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

| <b>Estratégias/ações</b> | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--------------------------|--------------|---------------------|
|                          |              |                     |

|   |          |                                  |
|---|----------|----------------------------------|
| Implementar e manter atualizada a Rede de Divulgação das deliberações das reuniões do CMDCA | contínuo | CMDCA e Administração Municipal; |
|---|----------|----------------------------------|

II - Buscar o respaldo das deliberações do CMDCA

| <b>Estratégias/ações</b>                              | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                            |
|---|--------------|--|
| Implementar políticas que respaldem as ações do CMDCA | contínuo     | Administração Municipal;<br>Poder Legislativo; |

III - Buscar meios para divulgação das deliberações do CMDCA

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>               |
|---|--------------|-----------------------------------|
| Implementar divulgação ampla nas redes sociais, site da prefeitura, informativos impressos e reuniões descentralizadas nas comunidades. | contínuo     | Administração Municipal;<br>CMDCA |
| Encarregar uma pessoa responsável pela divulgação.  | contínuo     | Administração Municipal;          |

IV – Observar e garantir o cumprimento da legislação

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Solicitar substituição de conselheiro após numero de faltas consecutivas, conforme legislação | contínuo     | CMDCA;              |

V – Ampliar o número de entidades e participantes no CMDCA;

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>       |
|--|--------------|---------------------------|
| Readequar a Legislação Municipal para garantir maior representatividade das crianças e | 2015         | CMDCA; Poder Legislativo; |

|                                     |  |  |
|-------------------------------------|--|--|
| adolescentes, bem como das escolas; |  |  |
|-------------------------------------|--|--|

### 5.5 - Eixo: Gestão da Política Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

**Diretriz 08 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Ausência de uma organização para efetivo funcionamento em rede das entidades de proteção à criança e ao adolescente no município;
- b) Pouca discussão qualificada para soluções coletivas dos problemas sociais;

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Criar protocolos municipais que deem conta de agilizar e fortalecer o funcionamento em rede

| Estratégias/ações   | Prazo    | Responsáveis                                      |
|---|----------|---|
| Organizar reuniões exclusivas e criar comissões intersetoriais para estudo e proposição                         | contínuo | CMDCA;  |
| Levantar as principais dificuldades para o bom funcionamento da rede e propor formas colaborativas de superação | contínuo | CMDCA; SMDS;                                      |
| Criar e implementar um protocolo integrado de ações para atendimento de crianças e adolescentes                 | 2017     | CMDCA; SMDS; Sec Saúde; SME; Rede de Atendimento; |

II – Planejar e ampliar as estruturas para bom funcionamento da Rede de Atendimento e Proteção de Crianças e Adolescentes

| <b>Estratégias/ações</b>          | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>     |
|-----------------------------------|--------------|-------------------------|
| Adequar as estruturas existentes; | 2020         | Administração Municipal |

III - Implementar o sistema de informações sociais, voltadas a criança e ao adolescente

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>  |
|--|--------------|--|
| Criar protocolo unificado com sistema de informações e procedimentos | 2017         | SMDS; SME; Sec Saúde; Poder Judiciário; Rede de Atendimento; |

IV - Realizar diagnóstico social para levantar dados concretos da situação de vulnerabilidade social

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>   |
|--|--------------|---|
| Elaborar metodologia e estratégias para este levantamento junto a equipes que já atuam no âmbito da Rede | 2015         | CMDCA; SME; Sec Saúde; SMDS; Poder Judiciário; Rede de Atendimento; |

V - Envolver todas as entidades de atendimento em reuniões periódicas para avaliar e propor políticas

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|---|--------------|---------------------|
| Criar fórum permanente de discussão sobre o aprimoramento das Políticas voltadas à Criança e ao Adolescente | 2015         | CMDCA               |

**Diretriz 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Municipal por meio deste Plano dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.**

Nesta diretriz foi apontada a dificuldade em perceber a criança e o adolescente como prioridades absolutas na execução orçamentária do Município;

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

I - Assumir as crianças e adolescentes como prioridades absolutas na execução orçamentária do município.

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                          |
|--|--------------|--|
| Articular os Três Poderes na definição e execução orçamentária das políticas públicas dando prioridade à efetivação das ações previstas nesse plano e em todas as ações voltadas para a Infância e Adolescência em orçamento específico; | 2015         | Administração Municipal e Poder Legislativo; |
| Criar orçamento específico (OCA) para efetivação das ações voltadas para a Infância e Adolescência;  | 2015         | Administração Municipal e Poder Legislativo; |

II - Firmar parcerias com Instituições afins;

| <b>Estratégias/ações</b>  | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>                                |
|---|--------------|--|
| Firmar parcerias para que crianças e adolescentes sejam prioritárias em programas e projetos sociais  | contínuo     | CMDCA;   |
| Fomentar o processo de participação da sociedade, na construção da lei orçamentária anual (LOA), garantindo o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) | Contínuo     | CMDCA; Administração Municipal; Poder Legislativo; |
| Promover maior divulgação dos projetos de lei voltados pra crianças e adolescentes;   | Contínuo     | CMDCA; Administração Municipal; Poder Legislativo  |



**Diretriz 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.**

Nesta diretriz foram apontadas como dificuldades a serem enfrentadas pelo PMIA:

- a) Necessidade de aprimoramento formativo constante para profissionais de atendimento a criança e ao adolescente
- b) Ocorrência de doenças em crianças derivadas da falta de higiene e saneamento básico (diarreia infantil)
- c) Necessidade de difundir os preceitos de saúde bucal para crianças e adolescentes

Diante desse quadro, propõe-se como metas:

**I - Promover capacitação para profissionais da Rede de Atendimento**

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b>  |
|--|--------------|--|
| Unificar o processo de capacitação de todos os atores envolvidos no atendimento de crianças e adolescentes em períodos de planejamento das atividades, garantindo sua ampla participação na elaboração de seu planejamento | contínuo     | CMDCA; Rede de Atendimento; SMDS; SME; Sec Saúde; Dep Esportes; Sec Cultura; |

**II - Promover capacitação dos servidores dos Núcleos de Educação Infantil e agentes de saúde para prevenir e combater doenças, bem como fomentar a higiene e saúde bucal;**

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Implementar a formação continuada para professores, funcionários e agentes de saúde; | contínuo     | SME; Sec Saúde;     |
| Organizar palestras para familiares e promover controle de doenças                   | contínuo     | Sec Saúde; SME;     |
| Organizar procedimentos operacionais básicos   | contínuo     | Sec Saúde; SME;     |

|   |  |  |
|---|--|--|
| nos locais de atendimento da criança e do adolescente |  |  |
|---|--|--|

**Diretriz 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal da Criança e do Adolescente, facilitado pela articulação de sistemas de informação.**

Nesta diretriz foi apontada como dificuldade a ausência de uma metodologia integrada de acompanhamento do desenvolvimento das ações previstas neste Plano Municipal.

Diante desse quadro, propõe-se como meta:

I - Organizar, em colaboração com todas as entidades representadas no CMDCA, mecanismos de acompanhamento, avaliação e readequações do PMIA.

| <b>Estratégias/ações</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Responsáveis</b> |
|--|--------------|---------------------|
| Engajar todos os representantes das entidades que compõe o CMDCA no monitoramento das ações previstas neste Plano, | Contínuo     | CMDCA;              |
| Estabelecer uma metodologia de trabalho  | 2015         | CMDCA;              |
| Delegar funções  | 2015         | CMDCA;              |
| Incluir a avaliação na pauta das reuniões do CMDCA   | Contínuo     | CMDCA;              |
| Informar o Poder Público sobre os resultados do processo avaliativo  | Contínuo     | CMDCA;              |
| Subsidiar ações de adequação ou reformulação do Plano, quando necessário;  | Contínuo     | CMDCA;              |
| Implantar a equipe de monitoramento e avaliação da política de Assistência Social conforme NOBRH/SUAS;             | 2017         | CMDCA;              |

## 6 ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA).

Consta nas metas, estratégias e ações deste PMIA, na parte que se refere à *“Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Municipal por meio deste Plano dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários,”* um compromisso da Administração Municipal e do Poder Legislativo para inclusão de orçamento específico destinado a garantia da efetivação deste plano e das demais ações de atendimento e proteção à Criança e ao Adolescente.

Este orçamento será calculado seguindo-se a metodologia proposta pelo PPAC, quando se refere ao Orçamento Criança e Adolescente (OCA), que será calculado por meio do agrupamento das informações previstas na Lei do Orçamento Anual (LOA) em comparação com os dados de execução orçamentária do Município.

Este cálculo servirá de base para que a Administração Municipal possa fazer um planejamento adequado para que as demandas previstas sejam garantidas, e para que o Poder Legislativo o aprove, de acordo com este Plano.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Atlas, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, 1990.

BRASIL. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e suas famílias. Brasília: Ministério do Des. Social e Combate à Fome, 2010.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Plano Municipal para Infância e Adolescência: guia para ação passo a passo**. São Paulo: Abrinq, 2011.

\_\_\_\_\_. Guia Programa Prefeito Amigo da Criança 2013-2016. São Paulo: Abrinq, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Um mundo para as crianças: Relatório do Comitê Ad hoc Pleno da vigésima sétima sessão especial da assembleia geral**. Nova Iorque: 2002.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004).

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional pela Primeira Infância**. Brasília, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação**. Porto União, 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ações Articuladas (2011 – 2014)**. Porto União, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde (2014-2017)**. Porto União, 2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017)**. Porto União, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano das Medidas Socioeducativas**. Porto União, 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Acolhimento à Criança e ao Adolescente**. Porto União, 2014.

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014**  
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

#### EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:15 (nove horas e quinze minutos), do dia 09 (nove) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a aquisição de materiais para construção da rede pluvial em parte da Rua XV de Novembro no Município de Presidente Castello Branco (SC), atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 2137, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), contendo no Anexo I do presente Edital relação de itens com seus respectivos preços máximos admitidos e memorial descritivo. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

**DECRETO Nº 4440, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
DECRETO Nº 4440, de 27 de novembro de 2014.  
"EXONERA MARILEI PESSATTI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, a servidora MARILEI PESSATTI, do cargo em comissão de Chefe de Imprensa e Jornalismo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

27 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4441, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
DECRETO Nº 4441, de 27 de novembro de 2014.  
"EXONERA MARCOS STADNICK".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

#### DECRETA:

|          |  |
|----------|--|
| Art. 1º- | Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, MARCOS STADNICK, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle e Manutenção de Frota, nos termos do § 6º, artigo 55 da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e § 2º, artigo 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010. |
|----------|--|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

|          |   |
|----------|---|
| Art. 3º- | Revogam-se as disposições em contrário. |
|----------|---|

#### GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4442, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**  
DECRETO Nº 4442, de 27 de novembro de 2014.  
"EXONERA ANA PAULA HOBOLD".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na



Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, a servidora ANA PAULA HOBOLD, do cargo em comissão Assistente de Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

27 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4443, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4443, de 27 de novembro de 2014.

"EXONERA TIAGO REIF".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, o servidor TIAGO REIF, do cargo em comissão de Chefe de Divisão Almoxarifado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

27 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4444, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4444, de 27 de novembro de 2014.

"EXONERA JAIME FELIPE DE SOUZA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, o servidor JAIME FELIPE DE SOUZA, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Pavimentação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

27 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4484, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4484, de 18 de dezembro de 2014.

"EXONERA FRANCISCO GOETTEN DE LIMA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 05/01/2015, FRANCISCO GOETTEN DE LIMA, do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do § 6º, artigo 55 da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e § 2º, artigo 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4485, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4485, de 18 de dezembro de 2014.

"EXONERA E NOMEIA FERNANDO CESAR SOUZA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e na Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

**DECRETA:**

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica exonerado a partir de 05/01/2015, FERNANDO CESAR SOUZA do cargo de Diretor do Departamento de Gabinete do Povo e nomeado a partir de 06/01/2015, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional e Internacional, nos termos do § 6º, artigo 55 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do artigo 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010. |
|----------|---|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

|          |   |
|----------|---|
| Art. 3º- | Revogam-se as disposições em contrário. |
|----------|---|

**GABINETE DO PREFEITO.**

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4486, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4486, de 18 de dezembro de 2014.

"EXONERA E NOMEIA RAFAEL JOSÉ BELING".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e na Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

DECRETA:

|          |  |
|----------|--|
| Art. 1º- | Fica exonerado a partir de 05/01/2015, RAFAEL JOSÉ BELING do cargo de Assessor Especial de Comunicação e nomeado a partir de 06/01/2015, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Gabinete do Povo, nos termos do § 6º, artigo 55 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do artigo 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010. |
|----------|--|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

|          |   |
|----------|---|
| Art. 3º- | Revogam-se as disposições em contrário. |
|----------|---|

GABINETE DO PREFEITO.

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4493, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4491, de 18 de dezembro de 2014.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Municipal nº 4.707, de 18/04/2008 e no Decreto nº 1.620, de 17/01/2011,

DECRETA:

|          |  |
|----------|--|
| Art. 1º- | Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA), os membros abaixo relacionados, em atendimento ao artigo 2º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento, conforme segue:  |
|          | I - Representantes do Poder Público:   |
|          | Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:<br>NICANOR GABRIEL ALEGRI (Titular);<br>HEBER FERREIRA XAVIE (Suplente).<br>Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:<br>NILTON XAVIER (Titular);<br>DAIANE PETRY DOS SANTOS (Suplente).<br>Departamento de Meio Ambiente:<br>EDUARDO LINK (Titular);<br>MICHELE RUBLESCK (Suplente).<br>Departamento de Urbanismo:<br>THOMAS HENRY GRANDBERG (Titular);<br>ALEXANDRE JOSÉ WORITOVICZ (Suplente).<br>Departamento de Projetos:<br>CARLOS EDUARDO PLENS (Titular);<br>DENISE PERES FARIAS (Suplente).<br>Procuradoria Jurídica:<br>DANIEL JUPPA DA SILVA (Titular);<br>JAISON FERNANDO DE SOUZA (Suplente).<br>II - Representantes da Sociedade Civil: |

|  |   |
|--|---|
|  | ACIRS:<br>PAULO CESAR MAÇANEIRO (Titular);<br>EDUARDO SCHROEDER (Suplente).<br>UABRS:<br>EDNEI SANDRI (Titular);<br>MARIA OLENDINA MAÇANEIRO (Suplente).<br>AEAVI:<br>JULIANO CESAR GORAL (Titular);<br>ARNO NARDELLI (Suplente). |
|  | III – Representantes dos operadores dos serviços de saneamento básico:  |
|  | SERRANA:<br>MARIO CESAR BARBIERI DA SILVA (Titular);<br>ANA CLAUDIA HABECK (Suplente).<br>CASAN:<br>ANDRÉ ZAGHENI – Titular<br>CARLOS ALBERTO BORCHARDT JUNIOR – Suplente   |
|  | IV – Representantes da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento:<br>ARIS:  |
|  | LAZÁRIO FLORIANO DOS SANTOS (Titular);<br>RAFAEL ANDRIN CRESTANI (Suplente).  |

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

|          |   |
|----------|---|
| Art. 3º- | Revogam-se as disposições em contrário. |
|----------|---|

GABINETE DO PREFEITO

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI 5.551**

LEI Nº 5.551, de 19 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica suplementada até o limite de R\$ 253.534,00 (duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e trinta e quatro reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul: |
|----------|---|

|           |  |     |            |
|-----------|--|-----|------------|
| 40.00     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 40.01     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 2.078     | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                     |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais             |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 253.534,00 |
|           | TOTAL                                  | R\$ | 253.534,00 |

|          |   |
|----------|---|
| Art. 2º- | Em contrapartida a suplementação constante no art. 1º, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 253.534,00 (duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul: |
|----------|---|

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 05.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMB. |     |            |
| 05.06     | DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE                       |     |            |
| 2.060     | Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos             |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                                  |     |            |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes                           |     |            |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                                  |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                                 | R\$ | 134.000,00 |
| 07.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                     |     |            |
| 07.01     | GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA                   |     |            |
| 01        | Pagamento da Dívida Fundada Interna                 |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                                  |     |            |
| 3.2.00.00 | Juros e Encargos da Dívida                          |     |            |
| 3.2.90.00 | Aplicações Diretas                                  |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                                 | R\$ | 54.714,00  |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital                                 |     |            |
| 4.6.00.00 | Amortização da Dívida                               |     |            |
| 4.6.90.00 | Aplicações Diretas                                  |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                                 | R\$ | 64.820,00  |
|           | TOTAL   | R\$ | 253.534,00 |

|          |  |
|----------|--|
| Art. 3º- | Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

|          |   |
|----------|---|
| Art. 4º- | Revogam-se as disposições em contrário. |
|----------|---|

GABINETE DO PREFEITO  
19 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.552

LEI Nº 5.552, de 22 de dezembro de 2014.  
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE IDOSOS - MELHOR IDADE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica declarado de utilidade pública o Clube de Idosos – Melhor Idade, fundado na data de 16 de maio de 1999, com sede na Estrada Geral Blumenau, s/n, no Bairro Taboão. |
|----------|---|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

GABINETE DO PREFEITO  
22 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.553

LEI Nº 5.553, de 22 de dezembro de 2014.

"DENOMINA ALOISIUS E ALFONSO PEDRO SCHNEIDER AS RUAS SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADAS NO BAIRRO SANTANA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

|          |  |
|----------|--|
| Art. 1º- | Fica denominada "Aloisius Peyrerl" a rua sem denominação que inicia na Rua Nova Trento, medindo 160,00 metros de extensão e 14,00 metros de largura, no Bairro Santana, conforme croqui, parte integrante da presente Lei. |
|----------|--|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 2º- | Fica denominada "Alfonso Pedro Schneider" a rua sem denominação que inicia na Rua São José, medindo 615,00 metros de extensão e 14,00 metros de largura, no Bairro Santana, conforme croqui, parte integrante da presente Lei. |
|----------|--|

|          |  |
|----------|--|
| Art. 3º- | Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |
|----------|--|

GABINETE DO PREFEITO  
22 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.554

LEI Nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014.  
"CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica criada a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, com fins de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação da amortização e da exaustão do patrimônio público municipal, responsável por: |
|          | I - controlar os bens, direitos e obrigações, através de sistema informatizado;   |

|  |   |
|--|---|
|  | II - registrar os bens de caráter permanente de maneira individual e analítica, em conformidade com o artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64;   |
|  | III - arquivar a documentação pertinente aos bens imóveis e móveis em local próprio;  |
|  | IV - afixar plaquetas de identificação/tombamento dos bens móveis;  |
|  | V - implantar controle de movimentação/transferência patrimonial no sistema informatizado;  |
|  | VI - colher assinatura em termo de responsabilidade dos bens móveis;  |
|  | VII - elaborar processos de incorporações e desincorporações dos bens;  |
|  | VIII - manter o Departamento de Controle Interno informado de todas as ações do patrimônio;   |
|  | IX - manter o Controle Interno informado de toda a irregularidade, desvio e falta do material verificado pelo Departamento, sob pena de responsabilidade solidária;                   |
|  | X - manter o inventário analítico dos bens patrimoniais atualizado, conforme previsto no artigo 96 da Lei Federal nº 4.320/64;  |
|  | XI - conferir e encaminhar para assinatura do setor que recebeu a transferência dos bens patrimoniais, após comunicação do setor solicitante;   |
|  | XII - acompanhar o recebimento em local específico de bens patrimoniais, cuja codificação pertença ao Patrimônio do Município de Rio do Sul/SC;                                       |
|  | XIII - confeccionar termos de guarda e responsabilidade dos bens de natureza móvel;   |
|  | XIV - confeccionar relatórios de controle dos atos sobre as baixas dos bens patrimoniais;   |
|  | XV - solicitar aos setores a documentação e informações necessárias ao desempenho de sua função, bem como fornecer documentos e informações com os setores que se relaciona;          |
|  | XVI - implantar sistema de atualização e reavaliação patrimonial dos bens de caráter permanente, observando o disposto nos incisos I e II e no § 3º do artigo 106 da Lei nº 4.320/64; |

|          |   |
|----------|---|
|          | XVII - quando necessário a avaliação ou reavaliação do bem, elaborar um laudo de avaliação patrimonial, que contenha justificativa, descrição do item, número do cadastro, especificação, estado de conservação, valor contábil e os membros da Comissão Permanente do Patrimônio que procedem o inventário. Após a reavaliação do bem e de posse do Laudo de Avaliação Patrimonial, o responsável pelo Departamento de Patrimônio atualizará o registro no sistema informatizado de patrimônio e o responsável pelo Departamento de Contabilidade efetuará o lançamento de ajuste na conta do bem reavaliado na contabilidade; |
|          | XVIII - acompanhar a divulgação da instrução normativa publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) quando a classificação da despesa por elementos e seus desdobramentos em material de consumo e material permanente, em respeito aos §§ 1º e 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 4.320/64;   |
|          | XIX - confeccionar certidão negativa patrimonial, com a finalidade de garantir a transferência da responsabilidade de bens quando ocorrer a exoneração de um servidor e/ou a transferência para um diferente setor. O Departamento de Tesouraria fica impedido de realizar o pagamento de verbas rescisórias na falta deste documento.  |
| Art. 2º- | A Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, de caráter deliberativo, será composta por seis membros, sendo:   |
|          | I - 3 membros do Departamento de Patrimônio;  |
|          | II - 1 membro da Controladoria Interna do Município de Rio do Sul;  |
|          | III - 1 membro do Departamento de Contabilidade;  |
|          | IV - 1 membro da Secretaria Municipal de Administração.   |
|          | § 1º Para cada membro titular designado para integrar a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis será nomeado membro suplente.  |
|          | § 2º Os membros titulares e suplentes serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.   |

|          |  |
|----------|--|
|          | § 3º O presidente da Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal entre os membros integrantes relacionados no Decreto de nomeação.  |
| Art. 3º- | Os membros integrantes da Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis farão jus a uma gratificação mensal correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do vencimento de nível A dos cargos de provimento efetivo, fixados pela Lei Complementar nº 208, de 20 de setembro de 2010. |
| Art. 4º- | Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.   |
| Art. 5º- | Revogam-se as disposições em contrário.  |

GABINETE DO PREFEITO  
22 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI COMPLEMENTAR 296

LEI COMPLEMENTAR Nº 296, de 22 de dezembro de 2014.  
"ACRESCENTA O INCISO III AO ARTIGO 401 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica acrescido o inciso III ao artigo 401 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:                                  |
|          | "Art. 401...<br>III – O pagamento à vista importará no desconto de 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros trinta dias, a contar da notificação do lançamento." (NR) |
| Art. 2º- | Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.   |

GABINETE DO PREFEITO  
22 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### PORTARIA 1271/RH

PORTARIA Nº 1271/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/11/2014 até 14/12/2014, a servidora municipal VANIA SILVIA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

### PORTARIA 1272/RH

PORTARIA Nº 1272/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/11/2014 até 19/12/2014, a servidora municipal ERIVONETE COSTA LUCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

### PORTARIA 1273/RH

PORTARIA Nº 1273/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/11/2014 até 23/12/2014, a servidora municipal SILVIA CRISTINA ROSA NOGUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr



**PORTARIA 1274/RH**

PORTARIA Nº 1274/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 10/12/2014 até 07/02/2015, a servidora municipal MAFALDA DE SOUZA SAUTNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
IVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1275/RH**

PORTARIA Nº 1275/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 12/12/2014 até 11/03/2015, a servidora municipal MARLI CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1276/RH**

PORTARIA Nº 1276/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1054/RH, de 29/09/2014, pelo período de 19/12/2014 até 18/03/2015, a servidora municipal CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1277/RH**

PORTARIA Nº 1277/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1120/RH, de 20/10/2014, pelo período de 19/12/2014 até 16/06/2015, ao servidor municipal ODILSON CESAR BACHMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1278/RH**

PORTARIA Nº 1278/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1118/RH, de 20/10/2014, pelo período de 09/12/2014 até 23/12/2014, a servidora municipal MARLICE STUPP SALVADOR, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1279/RH**

PORTARIA Nº 1279/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Corrigir e convalidar a Portaria n. 1170/RH, de 14/11/2014, publicada no DOM dia 18/11/2014, referente Licença para Tratamento de Saúde da servidora RITA DE CÁSSIA GUTJAHR, sendo o período correto da Licença: De 03/11/2014 a 06/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1280/RH**

PORTARIA Nº 1280/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 27/12/2014 a 24/02/2015, a servidora municipal JANAINA FIDELIS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 1281/RH**

PORTARIA Nº 1281/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença Gestante, no período de 12/12/2014 a 10/04/2015, a servidora municipal SANDRA BOSCHI BAGGIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA N º 1245/RH - PRORROGA CESSÃO DA SERVIDORA GLAUCE KARINA DE OLIVEIRA PINHO**

PORTARIA Nº. 1245/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora GLAUCE KARINA DE OLIVEIRA PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIOLOGA, com jornada de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais □ APAE, conforme Convênio Nº 006/2014.

Art. 2º A servidora referida no artigo anterior irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida a mesma.

Parágrafo Único - A servidora cedida deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão se dará até 01/01/2015, com possibilidade de prorrogação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2014

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vmb

**PORTARIA Nº 1249/RH**

PORTARIA Nº. 1249/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1178/2014/RH de 17/11/2014, a qual nomeia DEISE FERNANDES para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

**TERMO DE CONVÊNIO 012/2014**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, OBJETIVANDO A CESSÃO DE PESSOAL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06,

com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul - SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 467 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. DALMIR DA SILVA, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, com fulcro no art. 37, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e demais legislações correlatas vigentes, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Convênio viabilizar a cessão, pelo CONVENIENTE, da servidora GLAUCE MARIA DE OLIVEIRA PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIOLOGIA, com jornada de 30 (trinta) horas semanais e vinculada a Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, visando a melhoria dos serviços de competência da CONVENIADA no âmbito da educação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- a) ceder servidora municipal para o exercício de suas respectivas funções junto à CONVENIADA;
- b) arcar com despesas de remuneração e encargos trabalhistas e previdenciários da servidora cedida.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA obriga-se a:

- a) orientar a servidora cedida, de acordo com o serviço a ser desempenhado pela mesma;
- b) observar rigorosamente as condições de trabalho estipuladas pelo CONVENIENTE no que tange à jornada, carga horária semanal e função, sendo vedado o labor sobre jornada sem autorização prévia do CONVENIENTE;
- c) enviar mensalmente, folha de frequência da servidora cedida, constante da mesma todas as faltas eventualmente ocorridas e demais ocorrências do período.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio é de 12 (doze) meses, a contar da data de 1º de janeiro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio poderá a qualquer tempo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias. Constituem motivo para a rescisão administrativa do Convênio:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de suas cláusulas;
- b) a modificação da finalidade ou da estrutura do Termo de Convênio, que prejudique a execução do mesmo;
- c) a inobservância de qualquer das cláusulas, condições ou

obrigações estabelecidas neste instrumento, que facultará à parte prejudicada considerá-lo rescindido de pleno direito, independente de qualquer ação ou notificação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir os conflitos de interesses decorrentes da execução do presente Termo de Convênio.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas, termos e condições do presente instrumento, firmam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas, após terem lido e assinado.

Rio do Sul (SC), 16 de dezembro de 2014.

|   |  |
|---|--|
| GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO<br>Prefeito do Município de Rio do Sul | DALMIR DA SILVA<br>Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE |
|---|--|

Testemunhas:

|  |   |
|--|---|
| Daniel Juppa da Silva<br>CPF: 054.890.789-79 | Frederico Machado Heissler<br>CPF: 035.329.749-67 |
|--|---|

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### RETIFICAÇÃO EDITAL DE TP Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

#### RETIFICAÇÃO EDITAL DE TP Nº 03/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, retificação do referido edital, passando a exigir também das empresas interessadas o atestado de regularidade e inscrição junto ao CRA/SC, adicionando o item 4.4.6 e alterando o item 4.4.3 ao edital, tendo esse item a seguinte redação:

#### 4.4 - Regularidade Técnica

4.4.3. Atestado de capacidade técnica fornecida por no mínimo 3 (três) entes públicos os quais já tenham firmado contratos com o participante, devidamente cadastrados no Conselho Regional de Administração de Santa Catarina CRA/SC ou órgão equivalente de sua jurisdição;

4.4.6. Comprovação de cadastro junto ao Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA/SC) ou órgão equivalente de sua jurisdição.

Salto Veloso (SC), 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO 39/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO 39/2014

ADITIVO 001

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Cláusula aditiva: Aditiva o prazo original do contrato em 180 dias  
Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 22 de dezembro de 2014

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014 - DL

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE.

CNPJ: 04.310.564/0001-81

Objeto: Operacionalização de programas de estágio de estudantes, matriculados no ensino médio, supletivo e superior, em quantia estimada de 40 (quarenta) estagiários mês, permitindo o treinamento prático no papel de futuro profissional para o exercício de 2015.

Da base legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Da justificativa: Por estar os preços praticados, de acordo com os preços praticados no mercado.

Do valor: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 20.160,00 (vinte mil, cento e sessenta reais).

Assinatura: 22/12/2014

Vigencia: 01/01/2015 à 31/12/2015.

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Scel Informática e Telecomunicações Ltda., estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 10.501.610/0001-22, neste ato representado pelo Sr Marcio Luiz Eleodoro, residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 016.976.359-54 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 17/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 17/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 24/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 24/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.09.633.111/0001-00,, neste ato representado pelo Sr . GISELMA DEOLA, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 075.178.489-33 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 24/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 24/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo

nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### DECRETO N. 325/2014

DECRETO N. 325/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 6.276,45 (seis mil duzentos e setenta e seis reais quarenta e cinco centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1200.00.00.00.00 Receita de Contribuições

1230.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

117 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 6.276,45 (seis mil duzentos e setenta e seis reais quarenta e cinco centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

|   |      |                   |                    |          |
|---|------|-------------------|--------------------|----------|
| 06.00 Secretaria de Infraestrutura                                    |      |                   |                    |          |
| 06.02 Depto de Serviços Urbanos                                       |      |                   |                    |          |
| 154520040.2.036000 Manut., melhoria e ampliação da Iluminação Pública |      |                   |                    |          |
| 713   | 0117 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 6.276,45 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 17 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8



**DECRETO Nº 321/2014****DECRETO Nº 321/2014**

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1240/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 82.400,00 (oitenta e dois mil quatrocentos reais).

|   |      |                   |                    |        |
|---|------|-------------------|--------------------|--------|
| 02.000 Gabinete do Prefeito Municipal                             |      |                   |                    |        |
| 02.02 Dpto de Cultura, Esporte e Turismo                          |      |                   |                    |        |
| 278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes |      |                   |                    |        |
| 104   | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 900,00 |

|  |      |                   |                    |        |
|--|------|-------------------|--------------------|--------|
| 02.000 Gabinete do Prefeito Municipal                            |      |                   |                    |        |
| 02.02 Dpto de Cultura, Esporte e Turismo                         |      |                   |                    |        |
| 133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura |      |                   |                    |        |
| 77   | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 800,00 |

|   |      |                   |                    |           |
|---|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico                |      |                   |                    |           |
| 03.01 Depto de Administração  |      |                   |                    |           |
| 041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração |      |                   |                    |           |
| 134   | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 26.807,05 |
| 140   | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 3.295,00  |

|   |      |                   |                    |          |
|---|------|-------------------|--------------------|----------|
| 03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico                |      |                   |                    |          |
| 03.01 Depto de Administração  |      |                   |                    |          |
| 041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração |      |                   |                    |          |
|   | 0300 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 5.192,95 |

|  |      |                   |                    |           |
|--|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 06.00 Secretaria de Infraestrutura                               |      |                   |                    |           |
| 06.02 Depto de Serviços Urbanos                                  |      |                   |                    |           |
| 154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos |      |                   |                    |           |
| 674  | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 13.000,00 |

|  |      |                   |                    |           |
|--|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde                   |      |                   |                    |           |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde                   |      |                   |                    |           |
| 103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde |      |                   |                    |           |
| 803  | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 22.000,00 |

|  |      |                   |                    |          |
|--|------|-------------------|--------------------|----------|
| 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social                      |      |                   |                    |          |
| 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social                      |      |                   |                    |          |
| 082430028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar |      |                   |                    |          |
| 1204   | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 5.100,00 |

|  |      |                   |                    |          |
|--|------|-------------------|--------------------|----------|
| 12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária   |      |                   |                    |          |
| 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária   |      |                   |                    |          |
| 206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária |      |                   |                    |          |
| 1417   | 0100 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 5.305,00 |

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 82.400,00 (oitenta e dois mil quatrocentos reais), a seguir especificados:

|   |      |                   |                    |          |
|---|------|-------------------|--------------------|----------|
| 02.000 Gabinete do Prefeito Municipal                             |      |                   |                    |          |
| 02.02 Dpto de Cultura, Esporte e Turismo                          |      |                   |                    |          |
| 278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes |      |                   |                    |          |
| 108   | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 2.550,00 |

|  |      |                   |                    |          |
|--|------|-------------------|--------------------|----------|
| 04.00 Secretaria da Educação                               |      |                   |                    |          |
| 04.01 Depto de Educação                                    |      |                   |                    |          |
| 123060018.2.014000 Merenda Escolar para Ensino Fundamental |      |                   |                    |          |
| 287  | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 9.082,70 |
| 1521   | 0300 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 2.555,02 |

|  |      |                   |                    |          |
|--|------|-------------------|--------------------|----------|
| 04.00 Secretaria da Educação                         |      |                   |                    |          |
| 04.01 Depto de Educação                              |      |                   |                    |          |
| 123060018.2.015000 Merenda Escolar Educação Infantil |      |                   |                    |          |
| 299  | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 4.562,41 |
| 1523   | 0300 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 2.637,93 |

|  |      |                   |                    |           |
|--|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 04.00 Secretaria da Educação   |      |                   |                    |           |
| 04.01 Depto de Educação  |      |                   |                    |           |
| 123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação |      |                   |                    |           |
| 313  | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 11.349,94 |

|   |      |                   |                    |          |
|---|------|-------------------|--------------------|----------|
| 04.00 Secretaria da Educação            |      |                   |                    |          |
| 04.01 Depto de Educação                 |      |                   |                    |          |
| 123650018.2.013000 Manutenção de Creche |      |                   |                    |          |
| 441                                     | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 1.307,00 |

|                                |      |                   |                    |          |
|--------------------------------|------|-------------------|--------------------|----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde |      |                   |                    |          |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde |      |                   |                    |          |
| 103010025.2.025004 Saúde Bucal |      |                   |                    |          |
| 759                            | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 5.950,00 |

|   |      |                   |                    |           |
|---|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde          |      |                   |                    |           |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde          |      |                   |                    |           |
| 103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde |      |                   |                    |           |
| 885                                     | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 10.090,00 |

|                                    |      |                   |                    |          |
|------------------------------------|------|-------------------|--------------------|----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde     |      |                   |                    |          |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde     |      |                   |                    |          |
| 103010025.2.025004 Farmácia Básica |      |                   |                    |          |
| 841                                | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 1.010,00 |

|  |      |                   |                    |          |
|--|------|-------------------|--------------------|----------|
| 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social          |      |                   |                    |          |
| 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social          |      |                   |                    |          |
| 082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI |      |                   |                    |          |
| 1093   | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 8.315,43 |

|   |      |                   |                    |           |
|---|------|-------------------|--------------------|-----------|
| 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social |      |                   |                    |           |
| 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social |      |                   |                    |           |
| 082440028.2.028003 Assistência Social       |      |                   |                    |           |
| 1325  | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 18.684,57 |

|   |      |                   |                    |          |
|---|------|-------------------|--------------------|----------|
| 12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária                                  |      |                   |                    |          |
| 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária                                  |      |                   |                    |          |
| 206060048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuária |      |                   |                    |          |
| 1406  | 0100 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Diretas | 4.305,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 17 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

### EDITAL N. 826

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 826/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial 29/2014, para Contratação de Empresa especializada para realização de teste seletivo para preenchimento de vagas temporárias do quadro de funcionários do Município de Santa Terezinha do Progresso. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 10:00 horas do dia 06/01/15, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 22/12/14.  
Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal.

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 16/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 16/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MB CATARINESE LTDA ME, estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 16.961.181/0001-52, neste ato representado pelo Sr Fabio Marlon Machado, residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 066.868.919-67 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 16/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 16/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 23/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 23/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.13.723.337/0001-79, neste ato representado pelo Sr . GILBERTO GRUNEWALD, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 040.187.049-92 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 23/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 23/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

## **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 85/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Scel Informática e Telecomunicações Ltda. ,estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 10.501.610/0001-22, neste ato representado pelo Sr Marcio Luiz Eleodoro , residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 016.976.359-54 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 17/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 17/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

## **Santiago do Sul**

### **PREFEITURA**

## **DECRETO Nº307/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº201/2010 - DE 02 DE JUNHO DE 2010.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO à Servidora Municipal FRANCIELE COLOMBELLI PACAZZA e dá Outras Providências.

LUIS FERDINANDO PACAZZA, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº472/2010, de 16 de Dezembro de 2009 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

### **DECRETA :**

Art. 1º Fica Concedido à Servidora FRANCIELE COLOMBELLI PACAZZA, ocupante do cargo de Professora de Artes de 1º a 5º Ano na Educação Básica, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, nomeada através do Decreto Nº062/2010, de 08 de Março de 2010, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 35% (Trinta e Cinco por cento) de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº472/2010, de 16 de Dezembro de 2009 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 02 de Junho de 2010.

LUIS FERDINANDO PACAZZA

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Maiara Aparecida Zuanazzi Fortuna

Secretária de Administração e Finanças.

## **DECRETO Nº308/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº308/2014 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO ao Servidor Municipal GERSON CARLOS RISSARDO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal

Nº490/2010, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA :

Art. 1º Fica Concedido ao Servidor GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo Efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, nomeado através do Decreto Nº026/2007, de 05 de Fevereiro de 2007, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 10% (Dez por cento) de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base do Servidor, conforme previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº490/2010, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de Dezembro de 2014.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **DECRETO Nº309/2014 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 236.010,82 (Duzentos e trinta e seis mil, dez reais e oitenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - Administração Geral

Ação: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.24 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 195.000,00

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.24 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 41.010,82

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais

suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos/Iduso 0.1.24-Transferência de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), relativo ao Contrato de Repasse Nº.0304080-98/2009/MAPA/CAIXA, firmado com Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura e Abastecimento, disponíveis na conta bancária do Município N.30.749-9 Ag.1896 Caixa Econômica Federal, para possibilitar o empenho do referido valor, objetivando a devolução destes recursos ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, procedendo-se também a devolução dos recursos auferidos no exercício de 2014 à título de remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados, no valor de R\$ 16.568,68, procedendo-se a anulação destas receitas, perfazendo o total da devolução o montante de R\$252.579,50 (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 03 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **DECRETO Nº310/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº310/2014 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.000,00 (Hum mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 - Manut. Atividades Unidades Sanitárias

Atividade: 2.028 - Manut. Atividades Unidades Sanitárias

Da Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R.0.1.02 - Transf.a Inst. Privadas s/Fins Lucr...R\$1.000,00

Para a Natureza de Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.1.02 - Aplicações Diretas ..... R\$1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de dezembro de 2014.

Tadeu Paulo Toazza  
Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº311/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº758/2014, de 28 de novembro de 2014,

### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 117.340,00 (Cento e dezessete mil, trezentos e quarenta reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
Função: 04 - Administração  
Sub-Função: 124 - Controle Interno  
Programa: 0003 - CONTROLADORIA  
Ação: 2.003 - Manutenção do Controle Interno  
Atividade: 2.003 - Manutenção do Controle Interno  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 13 - Cultura  
Sub-Função: 392 - Difusão Cultural  
Programa: 0013 - BIBLIOTECA PÚBLICA  
Ação: 2.023 - Manutenção da Biblioteca Municipal  
Atividade: 2.023 - Manutenção da Biblioteca Municipal  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.200,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
Função: 08 - Assistência Social  
Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária  
Programa: 0015 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Ação: 2.038 - Manut. Atividades de Assistência Social  
Atividade: 2.038 - Manut. Atividades de Assistência Social  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.170,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
Função: 08 - Assistência Social  
Sub-Função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Ação: 2.040 - Manut. Programa de Proteção Básica  
Atividade: 2.040 - Manut. Programa de Proteção Básica  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 - Transporte  
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 - PRÓ VIAS  
Ação: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais  
Atividade: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.500,00  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 12.500,00

Órgão: 07.00 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 07.01 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 - Agricultura  
Sub-Função: 606 - Extensão Rural  
Programa: 0024 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
Ação: 2.056 - Manut. das Atividades da Agricultura  
Atividade: 2.056 - Manut. das Atividades da Agricultura  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 367 - Educação Especial  
Programa: 0010 - APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Ação: 2.021 - Apoio à Educação Especial  
Atividade: 2.021 - Apoio à Educação Especial  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 3.500,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 364 - Ensino Superior  
Programa: 0009 - APOIO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR  
Ação: 2.022 - Apoio Alunos do Ensino Superior  
Atividade: 2.022 - Apoio Alunos do Ensino Superior  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.470,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 362 - Ensino Médio  
Programa: 0008 - Apoio ao Ensino Médio  
Ação: 2.020 - Transporte Escolar - Ensino Médio  
Atividade: 2.020 - Transporte Escolar - Ensino Médio  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.1.22 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 9.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes das anulações das dotações discriminadas a seguir:



Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
 Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-Função: 362 - Ensino Médio  
 Programa: 0008 - APOIO AO ENSINO MÉDIO  
 Ação: 2.019 - Apoio aos Alunos do Ensino Médio  
 Atividade: 2.019 - Apoio aos Alunos do Ensino Médio  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 2.300,00

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Adm. e Finanças  
 Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Adm. e Finanças  
 Função: 04 - Educação  
 Sub-Função: 121 - Ensino Médio  
 Programa: 0005 - APOIO AO ENSINO MÉDIO  
 Ação: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas  
 Atividade: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas  
 Natureza de Despesa: 3.1.71.00 - D.R. 0.1.00 - Transf. a Cons. Públicos ..... R\$ 523,40  
 Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Transf. a Inst. Priv.S.F.Luc...R\$ 5.530,00  
 Natureza de Despesa: 3.3.71.00 - D.R. 0.1.00 - Transf. a Cons. Públicos....R\$ 12.552,60  
 Natureza de Despesa: 4.4.71.00 - D.R. 0.1.00 - Transf. a Cons. Públicos ..... R\$ 934,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Função: 22 - Indústria  
 Sub-Função: 661 - Promoção Industrial  
 Programa: 0022 - PRÓ EMPREGO  
 Ação: 2.051 - Programa Geração de Emprego e Renda  
 Atividade: 2.051 - Programa Geração de Emprego e Renda  
 Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 1.000,00  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 2.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Função: 22 - Indústria  
 Sub-Função: 661 - Promoção Industrial  
 Programa: 0022 - PRÓ EMPREGO  
 Ação: 2.052 - Manut. de Instalações Industriais  
 Atividade: 2.052 - Manut. de Instalações Industriais  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 6.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Função: 23 - Comércio e Serviços  
 Sub-Função: 695 - Turismo  
 Programa: 0022 - PRÓ EMPREGO  
 Ação: 2.067 - Programa de Apoio ao Turismo  
 Atividade: 2.067 - Programa de Apoio ao Turismo  
 Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 1.000,00  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 2.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 17 - Saneamento  
 Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
 Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR  
 Ação: 2.064 - Manut. das Atividades do Saneamento Básico  
 Atividade: 2.064 - Manut. das Atividades do Saneamento Básico  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 07.00 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
 Unidade Orçamentária: 07.01 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
 Função: 18 - Gestão Ambiental  
 Sub-Função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa: 0024 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
 Ação: 2.060 - Programas de Proteção Ambiental  
 Atividade: 2.060 - Programas de Proteção Ambiental  
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 3.000,00

Órgão: 07.00 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
 Unidade Orçamentária: 07.01 - Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-Função: 606 - Extensão Rural  
 Programa: 0024 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
 Ação: 2.057 - Programas de Incentivo a Produção Agrícola  
 Atividade: 2.057 - Programas de Incentivo a Produção Agrícola  
 Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 1.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Função: 08 - Assistência Social  
 Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária  
 Programa: 0015 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Ação: 1.017 - Aquisição de Móveis e Equipamentos  
 Projeto: 1.017 - Aquisição de Móveis e Equipamentos  
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 1.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Função: 08 - Assistência Social  
 Sub-Função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 Programa: 0016 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
 Ação: 1.019 - Construção do CRAS  
 Projeto: 1.019 - Construção do CRAS  
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Função: 08 - Assistência Social  
 Sub-Função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 Programa: 0016 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
 Ação: 1.020 - Aquisição de Veículo  
 Projeto: 1.020 - Aquisição de Veículo  
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 8.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
 Unidade Orçamentária: 05.04 - Fundo Munic. Habitação de Interesse Social  
 Função: 16 - Habitação  
 Sub-Função: 482 - Habitação Urbana  
 Programa: 0019 - HABITAÇÕES URBANAS

Ação: 1.022 - Aquisição de Imóveis  
Projeto: 1.022 - Aquisição de Imóveis  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-Função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR  
Ação: 1.025 - Const. e Ampliação de Rede Aguas Pluviais  
Projeto: 1.025 - Const. e Ampliação de Rede Aguas Pluviais  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR  
Ação: 1.027 - Const. e Ampliação Rede de Energia Elétrica  
Projeto: 1.027 - Const. e Ampliação Rede de Energia Elétrica  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 11.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 22 - Indústria  
Sub-Função: 661 - Promoção Industrial  
Programa: 0022 - PRÓ EMPREGO  
Ação: 1.034 - Máquinas e Equipamentos p/ Incentivo à Indústria  
Projeto: 1.034 - Máquinas e Equipamentos p/ Incentivo à Indústria  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 - Transporte  
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 - PRÓ VIAS  
Ação: 1.035 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários  
Projeto: 1.035 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 - Transporte  
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 - PRÓ VIAS  
Ação: 1.036 - Aquisição de Veículos  
Projeto: 1.036 - Aquisição de Veículos  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 12.500,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 - Transporte  
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 - PRÓ VIAS  
Ação: 1.039 - Pavimentação de Rodovias Vicinais  
Projeto: 1.039 - Pavimentação de Rodovias Vicinais

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR  
Ação: 1.048 - Revitalização de Praças Municipais  
Projeto: 1.048 - Revitalização de Praças Municipais  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 365 - Educação Infantil  
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.011 - Transporte Escolar - Educação Infantil  
Atividade: 2.011 - Transporte Escolar - Educação Infantil  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.22 - Aplicações Diretas  
..... R\$9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº312/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº312/2014 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$320,42 (Trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO  
Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
Função: 04 - Administração  
Sub-Função: 121 - Planejamento e Orçamento  
Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR  
Ação: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito  
Atividade: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 320,42

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2014.  
Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº313/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº313/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal JAIME CAMPANHOLO para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, JAIME CAMPANHOLO, para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal Nº490/2010, de 09 de Março de 2010, e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária com dedicação integral, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº628/2012, de 11 de junho de 2012 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº314/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº314/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 300,00 (Trezentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

Atividade: 2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.17 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.17 - Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº315/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº315/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 341,20 (Trezentos e quarenta e um reais e

vinde centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0025 - Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Ação: 2.066 - Atendimento à Criança, Adolescente e Idoso

Atividade: 2.066 - Atendimento à Criança, Adolescente e Idoso

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.50 - Aplicações Diretas ..... R\$ 48,51

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.47 - Aplicações Diretas ..... R\$ 146,32

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.48 - Aplicações Diretas ..... R\$ 146,37

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes do excesso de arrecadação verificado nas fontes de recursos: 0.1.50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, 0.1.47 - Apoio à Pessoa Idosa - API e 0.1.48 - Programa de Atenção à Criança - PAC, disponíveis nas conta bancárias do Município junto ao Banco do Brasil S/A - Ag.1393-5 - Conta N.25.467-3 (0.1.50) e na Conta N.25.465-7 (0.1.47 e 0.1.48).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº316/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº316/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.018 - Manut.Atividades Educação Básica/FUNDEB

Atividade: 2.018 - Manut.Atividades Educação Básica/FUNDEB  
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.19-Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Para a Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.19-Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 124 - Controle Externo

Programa: 0003 - Controladoria

Ação: 2.003 - Manut.do Controle Interno

Atividade: 2.003 - Manut.do Controle Interno

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 700,00

Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Para a Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 1.700,00

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0007 - Toda Criança na Escola

Ação: 2.063 - Manut.das Atividades da Creche

Atividade: 2.063 - Manut.das Atividades da Creche

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas ..... R\$ 200,00

Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas ..... R\$ 200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº317/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº317/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação a seguir:



Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0015 - Gestão da Política de Assistência Social

Ação: 2.038 - Manutenção das Atividades de Assistência Social

Atividade: 2.038 - Manutenção das Atividades de Assistência Social

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas .....

R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do provável excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº318/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº318/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Da Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R.0.1.02 - Aplicações Diretas ..... R\$1.900,00

Para a Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.1.02 - Aplicações Diretas ..... R\$1.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2014.

Tadeu Paulo Toazza

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Gestor do FMS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº319/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº319/2014 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Prefeitura Municipal, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Atividade: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas .....

R\$ 200,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 16 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças



**DECRETO Nº320/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº320/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº762/2014, de 12 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$8.200,00 (Oito mil e duzentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Atividade: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 8.200,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação da dotação discriminada a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 - Manut.Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 - Manut.Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 8.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº321/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº321/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº763/2014, de 17 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0011 - ESPORTE É SAÚDE

Ação: 2.026 - Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários

Atividade: 2.026 - Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 2.900,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação da dotação discriminada a seguir:

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação: 1.004 - Aquisição de Móveis e Equipamentos

Projeto: 1.004 - Aquisição de Móveis e Equipamentos

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 2.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº322/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº322/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº766/2014, de 17 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 19.100,00 (Dezenove mil e cem reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária Municipal

Atividade: 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária Municipal

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 19.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 1.015 - Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária

Projeto: 1.015 - Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.027 - Manutenção Prédio Unidade Sanitária

Atividade: 2.027 - Manutenção Prédio Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.034 - Manut. Atividades Agentes de Saúde

Atividade: 2.034 - Manut. Atividades Agentes de Saúde

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.065 - Manut.das Academias de Saúde

Atividade: 2.065 - Manut. das Academias de Saúde

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº323/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº323/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$106,27 (Cento e seis reais e vinte e sete centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - Pró Vias

Ação: 2.053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.24-Aplicações Diretas  
..... R\$106,27

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos/íduso 0.1.24-Transferência de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), na rubrica da receita 4.1325.01.99.15.00.00 relativo ao Convênio Nº.2014-TR-3278 - Processo nº.SDR32 00000946/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo, disponíveis na conta bancária do Município N.29.866-2 Ag.1393-5 Bco.Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de

Santa Catarina, em 17 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº324/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº324/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros para compor o Conselho Tutelar de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos), e em cumprimento a liminar ao Processo nº 0001012-56.2014.8.24.0053 da Comarca de Quilombo-SC.

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, para atuar no Conselho Tutelar de Santiago do Sul os seguintes servidores efetivos:

- Tiago de Paris
- Gerson Carlos Rissardo
- Marilene Petrikoski Menegat
- Oldemar Marmentini

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente para pagamento do vencimento dos Conselheiros Tutelares, Ação 2.044, Fonte 0.100, excetuando-se de tal o saldo do mês de dezembro de 2014, pois já contabilizados no órgão de origem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº325/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº325/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS MÓVEIS, REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO, DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS DO MUNICÍPIO

DE SANTIAGO DO SUL.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art. 1º ORIENTAR os órgãos da Administração Pública Municipal, para a correta observância dos procedimentos relativos a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis.

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2013 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil previstos nos Anexos I e II deste Decreto, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de reavaliação.

Parágrafo Único. A depreciação ou amortização do ativo deve iniciar a partir da sua colocação em uso.

Art. 3º Os bens móveis recebidos por doação ou por adjudicação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do respectivo órgão através de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio.

Art. 4º Nos casos de bens reavaliados, a depreciação ou amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir da data do parecer técnico ou laudo de vistoria.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos e/ou reavaliados em exercícios anteriores por meio de parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I - valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo III deste Decreto;
- III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,
- V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo Único. Em caráter excepcional, por meio de fundamentação escrita, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º Fica facultado o uso dos procedimentos de reavaliação para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a pelo menos um dos requisitos a seguir:

- I - capacidade de vida útil inferior a 02 anos;
- II - com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00; ou,
- III - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irreparabilidade.

§ 1º. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados, conforme art.5º deste Decreto.

§ 2º. Os bens com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00, cujo histórico de aquisição não encontram-se preservados, e registrados com valores irrisórios, terão os valores ajustados com base em processo de reavaliação simplificado, com atribuição de novo valor pela comissão.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes, desde que os bens que compõem este lote tenham sido postos em operação com diferença de no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 5º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no caput, excepcionalmente, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens do Município deverão ser encaminhados aos responsáveis pelos serviços de Contabilidade até o 3º dia útil domês seguinte ao de referência.

Art. 9º Será criada comissão responsável pelos procedimentos relativos a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação e Amortização.

§ 1º A Comissão de que trata o caput será designada pelo chefe do Poder Executivo Municipal e constituída por meio de Decreto, sendo composta de, no mínimo, 03 (três) servidores, dos quais pelo menos 02 (dois) deverão ser ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 2º Poderão ser criadas subcomissões específicas, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, designando-se profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 3º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o caput.

Art. 10. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2013, fica estabelecido o cronograma limite para implantação da Reavaliação, de acordo com a tabela disposta no Anexo II deste Decreto.

Art. 11. Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão emitidos critérios específicos constantes nos Anexos desta Instrução, com intuito de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## ANEXO I

| Título Conta  | Vida UtilEconô-<br>mia( Anos) | Valor Residual | % ano | % mês    |
|---|-------------------------------|----------------|-------|----------|
| MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO   | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES  | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO  | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS   | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS  | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| EQUIPAMENTOS DE MONTARIA  | 20                            | 15             | 4,25  | 0,354167 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO  | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS  | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS  | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS   | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS DE PROTECAO AO VOO                                       | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES DE MAQUINAS E MOTORES DE NAVIO DE ESQUADRA                    | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO  | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS AGROPECUARIOS E RODOVIARIOS                           | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS  | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS                                    | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| BENS DE INFORMATICA   | 5                             | 10             | 18    | 1,5      |
| EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS  | 5                             | 10             | 18    | 1,5      |
| EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO  | 5                             | 10             | 18    | 1,5      |
| MOVEIS E UTENSILIOS   | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MOBILIARIO EM GERAL   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| UTENSILIOS EM GERAL   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO  | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS   | 5                             | 10             | 18    | 1,5      |
| COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS   | 10                            | 5              | 9,5   | 0,791667 |
| DISCOTECAS E FILMOTECAS   | 5                             | 10             | 18    | 1,5      |
| INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS  | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO  | 50                            | 5              | 1,9   | 0,158333 |
| OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO                                 | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| VEICULOS EM GERAL   | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| VEICULOS FERROVIARIOS   | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| VEICULOS DE TRACAO MECANICA   | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| CARROS DE COMBATE   | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| AERONAVES   | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| EMBARCACOES   | 30                            | 10             | 3     | 0,25     |
| ARMAMENTOS  | 20                            | 10             | 4,5   | 0,375    |
| ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA   | 10                            | 10             | 9     | 0,75     |
| BENS MOVEIS A CLASSIFICAR   | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |
| OUTROS BENS MOVEIS  | 15                            | 10             | 6     | 0,5      |



## ANEXO II

| GRUPO | TÍTULO   | PRAZO MÁXIMO |
|-------|--|--------------|
| 1     | Veículos Automotores   | 2014         |
| 2     | Mobiliário Geral   | 2015         |
| 3     | Equipamentos de Processamento de Dados   | 2015         |
| 4     | Equipamentos, Máquinas e Motores à combustível   | 2015         |
| 5     | Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalar | 2015         |
| 6     | Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação                          | 2015         |
| 7     | Bens móveis não especificados nos itens anteriores                                     | 2015         |

## ANEXO III

Para fins de cumprimento deste Decreto, adotar-se-ão os seguintes critérios:

## 1) Veículo Automotor:

A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

O valor de referencia de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação emitido individualmente, considerando os seguintes critérios:

Ótimo: 90% do valor da tabela FIPE;

Bom: 80% do valor da tabela FIPE;

Regular: 60% do valor da tabela FIPE;

Ruim: 30% do valor da tabela FIPE;

Péssimo: 2% do valor da tabela FIPE;

## 2) Equipamentos e mobiliário geral:

A Reavaliação será efetuada via planilhas auxiliares, aplicando-se a tabela de depreciação, com base na data e valor de aquisição.

## 3) Equipamentos de Processamento de Dados:

A Reavaliação será efetuada via planilhas auxiliares, aplicando-se a tabela de depreciação, com base na data e valor de aquisição.

## 4) Equipamentos, Máquinas e Motores à combustível

A Reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º deste Decreto, com os índices estabelecidos - anexo IV.

## 5) Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalar

A Reavaliação será efetuada via planilhas auxiliares, aplicando-se a tabela de depreciação, com base na data e valor de aquisição.

## 6) Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação

A Reavaliação será efetuada via planilhas auxiliares, aplicando-se a tabela de depreciação, com base na data e valor de aquisição.

## 7) Bens móveis não especificados nos itens anteriores

A Reavaliação será efetuada via planilhas auxiliares, aplicando-se a tabela de depreciação, com base na data e valor de aquisição.

## ANEXO IV

| ESTADO DE CONSERVAÇÃO | % VALOR DE MERCADO |
|-----------------------|--------------------|
| Ótimo                 | 80%                |
| Bom                   | 60%                |
| Regular               | 40%                |
| Ruim                  | 20%                |
| Péssimo               | 20%                |

**DECRETO Nº326/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº326/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o Comunicado Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina datado de 1º de julho de 2013, de ordem de seu Presidente, exarado pelo Diretor de Controle dos Municípios do TCE/SC, a implantação do PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, será efetivada em todos os municípios a partir do exercício de 2015, e demais considerações contidas no comunicado,

**DECRETA:**

Art. 1º Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº.828, de 14 de dezembro de 2011, com alterações introduzidas pelas Portaria STN nº.437 de 12 de julho de 2012, Portaria STN nº.753, de 21 de dezembro de 2012 e Portaria SNT nº.634, de 19 de novembro de 2013, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

| ITEM   | CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO) |
|--|--------------------------------------|
| 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas. |                                      |
| 1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa   | 2015                                 |
| 1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa  | 2015                                 |
| 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.  |                                      |
| 2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência  | 2015                                 |
| 2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.   | 2015                                 |
| 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.  |                                      |
| 3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.   | Julho de 2015                        |
| 4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.                       |                                      |
| 4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.  | 2014<br>Decreto nº325/2014           |
| 4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.   | 2014<br>Decreto nº325/2014           |
| 4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.           | Julho de 2015                        |
| 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;  |                                      |
| 5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.   | 2015                                 |
| 5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura.  | 2015                                 |
| 5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura  | 2015                                 |
| 5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura   | 2015                                 |
| 6 – Implementação de Sistema de Custos   |                                      |
| 6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.   | 2015                                 |
| 6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.  | 2015                                 |
| 6.3 – Implementação do sistema de custos.  | 2015                                 |
| 7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais  |                                      |
| 7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.  | 2015                                 |
| 7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.  | 2015                                 |
| 8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  |                                      |
| 8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.                          | 2015                                 |
| 8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.  | 2015                                 |

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial os Decretos N.144/2012 de 29/03/2012, Decreto Nº.344/2012 de 30/07/2012, Decreto N.392/2012 de 27/09/2012, Decreto N.171/2013 de 27 de maio de 2013 e Decreto nº228/2013 de 24 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº327/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº327/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$2.237,32 (Dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Atividade: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.54-Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 2.237,32

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.54 - Convênio Trânsito-PM/SC, disponíveis nas contas bancárias do Banco do Brasil S/A - 105.971-8.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº328/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº328/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

Atividade: 2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.17 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.17 - Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº329/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº329/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 386,00 (Trezentos e oitenta e seis reais),

conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 367 - Educação Especial  
Programa: 0010 - Apoio à Educação Especial  
Ação: 2.021 - Apoio à Educação Especial  
Atividade: 2.021 - Apoio à Educação Especial  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas  
R\$386,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº330/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº330/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 735,68 (Setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 368 - Ensino Médio  
Programa: 0008 - Apoio Ensino Médio  
Ação: 2.019 - Apoio aos Alunos do Ensino Médio  
Atividade: 2.019 - Apoio Alunos do Ensino Médio  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas  
R\$735,68

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 337/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2014

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2014, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS (FRAGMENTADORA DE PAPEL, POLTRONA, MESA DE TRABALHO, ARMÁRIO, BALCÃO, AR CONDICIONADO, NOTEBOOK, PROJETOR MULTIMÍDIA, APARELHO TV, CÂMERA FILMADORA ENTRE OUTROS) PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMDE E DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MEDIANTE A PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/2014, para as empresas: INFOPLAN LTDA, VENCEDORA DOS ITENS: 18 e 19 TOTALIZANDO R\$ 11.410,00; MARLENE RAWIETSCH KAUSE ME VENCEDORA DOS ITENS: 15 e 22 TOTALIZANDO R\$ 1.519,60; NANO EMPREENDIMENTOS LTDA VENCEDORA DOS ITENS: 21 e 23 TOTALIZANDO R\$ 2.217,99; M. MÓBILE EIRELI VENCEDORA DOS ITENS: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 TOTALIZANDO R\$ 25.676,00 e COMERCIAL VITÓRIA VENCEDORA DOS ITENS: 01 e 24 TOTALIZANDO R\$ 1.187,80. Os itens 16, 17, 20 e 25 ficaram prejudicados na licitação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Autoridade Competente - Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 372/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 372/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 14 de janeiro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:  
DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PEQUENOS REPAROS NA SEMED E UNIDADES EDUCACIONAIS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 373/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 373/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 20 de janeiro 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CEIM SILVIO IVENS GROSSI DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 10312, CONFORME MANUAL DESCRITIVO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DO FNDE.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao) e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### DECRETO Nº 803/2014

DECRETO Nº 0803, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.168,55 (cinco mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Unidade: 02 - Serviços da Dívida Pública  
Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública (133) 3.2.91.21.00.00.00 100 - Juros sobre a Dívida por Contrato R\$ 5.168,55

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 01 - Assistência Social  
Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa do SEMAS (246) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-alimentação R\$ 500,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social  
Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (283) 3.1.90.11.00.00.00 152 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Unidade: 02 - Serviços da Dívida Pública  
Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública  
(135) 4.6.91.71.00.00.00 100 - Principal da Div. Contratual Resg.  
R\$ 5.168,55

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 01 - Assistência Social  
Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa do SEMAS  
(244) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de mão-de-obra  
R\$ 500,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social  
Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF  
(289) 3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serviços de Terceiros - PJ  
R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 804/2014

DECRETO Nº 0804, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-  
GENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará a seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica  
(23) 3.3.90.46.00.00.00 002 - Auxílio-Alimentação R\$ 68.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica  
(7) 3.1.90.16.00.00.00 002 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 4.000,00  
(11) 3.3.90.18.00.00.00 002 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 1.000,00  
(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 63.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 805/2014

DECRETO Nº 0805, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-  
GENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB  
(502) 3.1.90.11.00.00.00 019 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito Prefeitura

(170) 3.3.90.39.00.00.00 156 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação Parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB  
(501) 3.1.90.11.00.00.00 018 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito Prefeitura

(159) 3.1.90.11.00.00.00 156 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 375/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 375/2014

OBJETO: Contratação de hospedagem para o idoso, Sr. Luiz da Silva Feliciano, idoso referenciado no programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", conforme descrito no Ofício nº 0914201401PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00020662-0.

CONTRATADO: INSTITUTO SANTÉ

VALOR: R\$ 1.870,00

SÃO BENTO DO SUL, 17 de dezembro de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**EDITAL Nº 008/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público o GABARITO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2014, conforme segue:

|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Auxiliar de Serviços e Auxiliar de Serviços – Zona Rural |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| A  | D | C | B | D | C | A | D | A | B  | C  | D  | A  | B  | C  | D  | D  | B  | C  | A  | B  | A  | C  | B  | D  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Atendente Educativo                                      |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| B  | C | B | D | A | B | B | D | C | C  | A  | D  | B  | C  | A  | A  | D  | A  | C  | B  | A  | D  | C  | B  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Auxiliar de Biblioteca                                   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| B  | C | B | D | A | B | B | D | C | C  | A  | D  | B  | C  | A  | B  | C  | D  | A  | B  | C  | A  | C  | B  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Secretaria de Escola                                     |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| B  | C | B | D | A | B | B | D | C | C  | A  | D  | B  | C  | A  | D  | B  | C  | C  | B  | D  | A  | C  | B  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Especialista em Educação                                 |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | A  | D  | B  | C  | A  | D  | B  | B  | C  | D  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Anos Iniciais                                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | B  | A  | C  | C  | D  | D  | C  | A  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Artes                                       |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | C  | C  | A  | B  | B  | A  | D  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Ciências                                    |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | C  | A  | A  | B  | C  | D  | B  | D  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Educação Física                             |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | A  | C  | A  | C  | B  | D  | A  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Educação Infantil                           |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | B  | A  | C  | C  | D  | D  | C  | A  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Educação Especial                           |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | D  | C  | B  | B  | A  | D  | A  | D  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Educação Especial – Libras                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |

|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | D  | C  | B  | B  | A  | D  | A  | D  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Geografia                       |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | D  | C  | D  | D  | B  | A  | C  | A  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de História                        |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | C  | A  | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Inglês                          |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | A  | A  | B  | D  | C  | B  | C  | D  | B  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Língua Portuguesa               |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | A  | B  | A  | C  | D  | D  | C  | B  | A  | A  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor de Matemática                      |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | A  | A  | A  | C  | D  | D  | C  | D  | B  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Aprendizagem e Projetos |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | B  | B  | A  | C  | C  | D  | D  | C  | A  | B  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Banda                   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | D  | A  | C  | B  | D  | B  | C  | A  | B  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Capoeira                |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | A  | C  | A  | C  | B  | D  | A  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Dança                   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | A  | C  | A  | C  | B  | D  | A  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Esportes                |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | A  | C  | A  | C  | B  | D  | A  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Informática             |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | A  | D  | A  | C  | A  | D  | A  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Música                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | D  | A  | C  | B  | D  | B  | C  | A  | B  | C  |
|  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Professor Oficina de Teatro                  |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C  | A | D | B | D | B | B | C | C | D  | B  | C  | D  | A  | D  | C  | B  | D  | C  | C  | A  | B  | B  | A  | D  |

São Bento do Sul/SC, 22 de dezembro de 2014.  
Fernando Tureck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2014 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de fornecimento, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA CEK INFORMÁTICA EIRELI ME.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL - ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO PREGÃO Nº 32/2014 E CONVÊNIO Nº 2014 TR 001212 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA, TENDO A FUNDAÇÃO CULTURAL COMO INTERVENIENTE DO RECURSO.

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.132,00 (sete mil, cento e trinta e dois reais)

DA VIGÊNCIA: até 30 de maio de 2015

São Bento do Sul, 2 de dezembro de 2014.

Ass: BRAULIO HANTSCHHEL, pela Fundação Cultural  
CARLOS EDUARDO KELLNER, pela Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2014 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de fornecimento, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA MAURÍCIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL - ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO PREGÃO Nº 32/2014 E CONVÊNIO Nº 2014 TR 001212 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA, TENDO A FUNDAÇÃO CULTURAL COMO INTERVENIENTE DO RECURSO.

DO VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

DA VIGÊNCIA: até 30 de maio de 2015

São Bento do Sul, 2 de dezembro de 2014.

Ass: BRAULIO HANTSCHHEL, pela Fundação Cultural  
MICHAEL ROBERTO DE SOUZA, pela Contratada

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2014 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 026/2014 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE Nº 026/2014, FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E CEK INFORMÁTICA EIRELI ME, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº. 026/2014, que consiste no fornecimento de instrumentos musicais e materiais para manutenção de instrumentos musicais, para a Escola de Música Donaldo Ritzmann, por meio do Convênio 2014 TR 0011212 firmado entre a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, tendo a Fundação Cultural como interveniente do recurso; Considerando que a quantidade de instrumentos prevista na elaboração do Processo Licitatório está em conflito com a quantidade prevista no Plano de Trabalho do Convênio 2014 TR 0011212, sendo a do processo licitatório inferior à do plano de trabalho; Considerando que há recursos provenientes do convênio que são destinados à aquisição de tais instrumentos, faz-se necessário aditar o referido Contrato com base na Cláusula Nona - das Alterações, nos seguintes termos: 1º - Fica incluso o valor total de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) para o item 6, em uma unidade, para pagamentos conforme Contrato Original. 2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: (35) 18.01.1.031.4.4.90.52.26.00.00.00 - Equipamentos e Materiais Permanentes; 3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de dezembro de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2014.

Ass: BRAULIO HANTSCHHEL, pela Fundação Cultural  
CARLOS EDUARDO KELLNER, pela Contratada.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 192.000,00 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Antonio Augusto Pereira ME.

VALOR TOTAL: R\$ 192.000,00 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Laboratório São Francisco Patologia Clínica Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 192.000,00 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 003/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Climed Ltda Assistência Médica a Empresas.

VALOR TOTAL: R\$ 3.500,00 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de nefrologia/terapia renal substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul e de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 005/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Clínica Rim e Vida SC Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 1.820.721,48 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2014 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de nefrologia/terapia renal substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul e de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 005/2014 a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CONTRATADO: Fundação Pró-Rim de Santa Catarina.

VALOR TOTAL: R\$ 904.084,80 pagamento conforme produção.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 375/2014**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM PARA O IDOSO, Sr. LUIZ DA SILVA FELICIANO IDOSO REFERENCIADO NO PROGRAMA "GARANTINDO POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL", CONFORME DESCRITO NO OFÍCIO Nº 0914201401PJ/SBS E NOTÍCIA DE FATO Nº 01.2014.00020662-0, ANEXO.

II - Contratado: INSTITUTO SANTÉ.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: Trata-se de uma Instituição de Longa Permanência - ILPI, estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público alvo é pessoas acima de 60 anos, que não dispõe de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. A ILPI contratada é a única da região com vaga disponível para atender o senhor, Sr. LUIZ DA SILVA FELICIANO. Conforme se determinado no ofício Nº 0914201401PJ/SBS e NOTÍCIA DE FATO Nº 01.2014.00020662-0, anexo no Processo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição é receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. Sendo assim a única a ter vaga disponível no momento e a única a atender as necessidades



do idoso. Ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida contratação.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado, para o referido tipo de serviço.

RITA MARIA DUMS  
SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

#### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2014 FMS**

##### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014.

II - Contratado: Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 001/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Laboratório de Análises Clínicas Pasteur Ltda foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, sendo o valor mensal de R\$ 16.000,00 totalizando R\$ 192.000,00 o qual serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2014 FMS**

##### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014.

II - Contratado: Antonio Augusto Pereira - ME.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 001/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Antonio Augusto Pereira - ME foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, sendo o valor mensal de R\$ 16.000,00 totalizando R\$ 192.000,00 o qual serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2014 FMS**

##### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas para a Secretaria de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2014.

II - Contratado: Laboratório São Francisco de Patologia Clínica Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 001/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Laboratório São Francisco de Patologia Clínica Ltda foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas

prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, sendo o valor mensal de R\$ 16.000,00 totalizando R\$ 192.000,00 o qual serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2014 FMS**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 003/2014.

II - Contratado: Climed Ltda Assistência Médica a Empresas - EPP.  
III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 003/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Climed Ltda Assistência Médica a Empresas - EPP foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 3.500,00 o qual serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2014 FMS**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de nefrologia/terapia renal substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul e de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 005/2014.

II - Contratado: Rim & Vida Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 005/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Rim & Vida Ltda foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, sendo o valor mensal R\$ 151.726,79 totalizando R\$ 1.820.721,48 o qual serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2014 FMS**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de nefrologia/terapia renal substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de São Bento do Sul e de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 005/2014.

II - Contratado: Fundação Pro Rim - São Bento do Sul.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 005/2014, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Fundação Pro Rim - São Bento do Sul foi credenciada através do Chamamento Público conforme disposição da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os constantes da Tabela Unificada de Procedimentos/ SUS do Ministério da Saúde, sendo o valor mensal R\$ 75.340,40 totalizando R\$ 904.084,80 os quais serão efetuados os pagamentos conforme produção a contar de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 7071/2014**

PORTARIA Nº 7071, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2014.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;  
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 337/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2014

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2014, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS (FRAGMENTADORA DE PAPEL, POLTRONA, MESA DE TRABALHO, ARMÁRIO, BALCÃO, AR CONDICIONADO, NOTEBOOK, PROJETOR MULTIMÍDIA, APARELHO TV, CÂMERA FILMADORA ENTRE OUTROS) PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMDE E DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MEDIANTE A PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/2014, o qual a Comissão após analisarem detalhadamente as propostas julgaram vencedoras as empresas: INFOPLAN LTDA, MARLENE RAWIETSCH KRAUSE ME, NANO EMPREENDIMENTOS LTDA, M. MÓBILE EIRELI E COMERCIAL VITÓRIA.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

**RESULTADO DO PREGÃO Nº 032/2014 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO Nº 32/2014

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014

A Fundação Cultural de São Bento do Sul torna público o resultado do Pregão Presencial nº 32/2014, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL - ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I E CONVÊNIO Nº 2014 TR 001212 E RESPECTIVO PLANO DE TRABALHO, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA, homologado em 02 de dezembro de 2014.

| Item | Vencedora                                      | Valor Unit R\$ |
|------|--|----------------|
| 1    | Comercial Paulus Ltda                          | 350,90         |
| 2    | Comercial Paulus Ltda                          | 363,90         |
| 3    | Comercial Paulus Ltda                          | 398,00         |
| 4    | Comercial Paulus Ltda                          | 406,90         |
| 5    | Comercial Paulus Ltda                          | 406,90         |
| 6    | CEK Informática Eireli ME                      | 276,00         |
| 7    | CEK Informática Eireli ME                      | 3.765,00       |
| 8    | CEK Informática Eireli ME                      | 2.815,00       |
| 9    | Maurício Machado de Souza & Cia Ltda           | 8.000,00       |
| 10   | Maurício Machado de Souza & Cia Ltda           | 9.000,00       |
| 11   | Comercial Paulus Ltda                          | 33,70          |
| 12   | Comercial Paulus Ltda                          | 7,80           |
| 13   | Comercial Paulus Ltda                          | 9,50           |
| 14   | Comercial Paulus Ltda                          | 30,80          |
| 15   | Comercial Paulus Ltda                          | 62,30          |
| 16   | Comercial Paulus Ltda                          | 76,70          |
| 17   | Comercial Paulus Ltda                          | 44,60          |
| 18   | Comercial Paulus Ltda                          | 19,80          |
| 19   | Não houve lance para o item – item prejudicado |                |

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, Pregoeira Municipal

BRAULIO HANTSCHER, Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

# CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA 2015

Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/9

Data: 18/12/2014

[illegible]

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/9  
Data: 18/12/2014

| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL |  |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |                |
|--|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Código   | Especificação                            | Janeiro       | Fevereiro     | Março         | Abril         | Maió          | Junho         | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro       | Novembro      | Dezembro      | Total          |
| 4.4.90.51.00.00.00.00                                  | Obras e Instalações                      | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.266,58  | 2.241.267,62  | 28.895.200,00  |
| 4.4.90.52.00.00.00.00                                  | Equipamentos e Material Permanente       | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.550,63    | 360.553,07    | 4.326.610,00   |
| 4.4.90.61.00.00.00.00                                  | Aquisição de Imóveis                     | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,33      | 1.083,37      | 13.000,00      |
| 4.5.00.00.00.00.00.00                                  | INVERSOES FINANCEIRAS                    | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 250,11        | 3.000,00       |
| 4.5.90.00.00.00.00.00                                  | Aplicacoes Diretas                       | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 250,11        | 3.000,00       |
| 4.5.90.61.00.00.00.00                                  | Aquisicao de Imóveis                     | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 249,99        | 250,11        | 3.000,00       |
| 4.6.00.00.00.00.00.00                                  | AMORTIZACAO DA DIVIDA                    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 495.500,00    | 5.946.000,00   |
| 4.6.90.00.00.00.00.00                                  | Aplicacoes Diretas                       | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 5.400.000,00   |
| 4.6.90.71.00.00.00.00                                  | Principal da Divida Contratual Resgatado | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 450.000,00    | 5.400.000,00   |
| 4.6.91.00.00.00.00.00                                  | Aplic. Direta entre Órgãos               | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 546.000,00     |
| 4.6.91.71.00.00.00.00                                  | Principal de Divida Contratual Resgatado | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 45.500,00     | 546.000,00     |
| 9.0.00.00.00.00.00.00                                  | RESERVA DE CONTINGENCIA                  | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 300.000,00     |
| 9.9.00.00.00.00.00.00                                  | RESERVA DE CONTINGENCIA                  | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 300.000,00     |
| 9.9.99.00.00.00.00.00                                  | RESERVA DE CONTINGENCIA                  | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 300.000,00     |
| 9.9.99.99.00.00.00.00                                  | Reserva de Contingencia                  | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 25.000,00     | 300.000,00     |
| Totais:  |  | 11.877.314,59 | 11.878.651,59 | 11.880.943,59 | 11.892.296,59 | 11.899.088,59 | 11.888.774,59 | 11.874.256,59 | 11.890.302,59 | 11.882.089,59 | 11.869.865,59 | 11.900.998,59 | 11.941.512,51 | 142.776.097,00 |



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 3/9

Data: 18/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

| Código                | Especificação                                  | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro     | Dezembro     | Total         |
|-----------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES                             | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 4.163.737,20 | 48.964.850,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                     | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 1.969.514,51 | 23.634.175,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas                             | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 1.704.097,86 | 20.449.175,00 |
| 3.1.90.04.00.00.00.00 | Contratacao por Tempo Determinado              | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 117.083,33   | 1.405.000,00  |
| 3.1.90.11.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C      | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 1.472.931,23 | 17.675.175,00 |
| 3.1.90.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais                           | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 81.666,66    | 980.000,00    |
| 3.1.90.16.00.00.00.00 | Obrigações Patroais - Pessoal Civil            | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 32.333,31    | 388.000,00    |
| 3.1.90.94.00.00.00.00 | Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas         | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 1.000,00      |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas - Oper.Infra-Orçamentárias  | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 3.185.000,00  |
| 3.1.91.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçamentárias | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 265.416,65   | 3.185.000,00  |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | Transferencias a Uniao                         | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 2.194.222,69 | 26.330.675,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fii | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 180.000,00    |
| 3.3.50.41.00.00.00.00 | Contribuiçoes                                  | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 15.000,00    | 180.000,00    |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos           | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 475.000,00    |
| 3.3.71.70.00.00.00.00 | RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓ              | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 39.583,33    | 475.000,00    |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                             | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 2.137.889,37 | 26.664.675,00 |
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Díarias - Civil                                | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 15.458,30    | 185.500,00    |
| 3.3.90.18.00.00.00.00 | Auxilio Financeiro a Estudantes                | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 2.083,33     | 25.000,00     |
| 3.3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                            | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 187.443,72   | 2.249.325,00  |
| 3.3.90.31.00.00.00.00 | Premiacoess Culturais.Artist.Cientif.Despor. e | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 7.083,33     | 85.000,00     |
| 3.3.90.32.00.00.00.00 | Material de Distribuicao Gratuita              | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 208.791,63   | 2.505.500,00  |
| 3.3.90.33.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomocao             | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.249,98    | 61.250,22    | 735.000,00    |
| 3.3.90.35.00.00.00.00 | Servicos de Consultoria                        | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 1.250,00     | 15.000,00     |
| 3.3.90.36.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisic    | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 9.999,97     | 120.000,00    |
| 3.3.90.37.00.00.00.00 | Locacao de Mao-de-obra                         | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,37     | 40.000,00     |
| 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,46 | 1.545.362,94 | 16.544.350,00 |
| 3.3.90.46.00.00.00.00 | Auxilio-Alimentacao                            | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 90.500,00    | 1.086.000,00  |
| 3.3.90.47.00.00.00.00 | Obrigaçoes Tributarias e Contribuiçvas         | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,37     | 1.083,37     | 13.000,00     |
| 3.3.90.91.00.00.00.00 | Sentenças Judiciais                            | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,74     | 50.000,00     |
| 3.3.90.92.00.00.00.00 | Despesas de Exercícios Anteriores              | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,37        | 1.000,00      |
| 3.3.91.00.00.00.00.00 | Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgã   | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.749,99     | 1.750,11     | 21.000,00     |
| 3.3.91.39.00.00.00.00 | Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica      | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.525,55   | 2.022.300,00  |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                            | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.525,55   | 2.022.300,00  |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS                                  | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.525,55   | 2.022.300,00  |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                             | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.524,95   | 168.525,55   | 2.022.300,00  |
| 4.4.90.51.00.00.00.00 | Obras e Instalações                            | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,32   | 123.458,48   | 1.481.500,00  |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente             | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.066,63    | 45.067,07    | 540.800,00    |
|                       | Totais:  | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.262,15 | 4.332.266,35 | 51.987.150,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 4/9

Data: 18/12/2014

Entidade: 9 - IPRESB - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

| Código                | Especificação                                   | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro     | Dezembro     | Total         |
|-----------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES                              | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.416,53 | 1.433.418,17 | 17.201.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                      | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.416,61 | 1.361.417,29 | 16.337.000,00 |
| 3.1.20.00.00.00.00.00 | Compensações ao RGPS                            | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,74       | 5.000,00      |
| 3.1.20.98.00.00.00.00 | Compensações ao RGPS                            | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,74       | 5.000,00      |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                              | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,29 | 1.356.833,81 | 16.282.000,00 |
| 3.1.90.01.00.00.00.00 | Aposentadorias e Reformas                       | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 835.999,99   | 10.032.000,00 |
| 3.1.90.03.00.00.00.00 | Pensões   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,65   | 269.916,85   | 3.329.000,00  |
| 3.1.90.05.00.00.00.00 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO                | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,33   | 187.583,37   | 2.251.000,00  |
| 3.1.90.11.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C       | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,33    | 58.333,37    | 700.000,00    |
| 3.1.90.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais                            | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,37     | 55.000,00     |
| 3.1.90.16.00.00.00.00 | Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,74       | 5.000,00      |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas - Oper./Intra-Orçamentárias  | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,74     | 50.000,00     |
| 3.1.91.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentária   | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,74     | 50.000,00     |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                       | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 71.999,92    | 72.000,88    | 864.000,00    |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferências a Instituições Privadas sem Fil  | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,37        | 1.000,00      |
| 3.3.50.41.00.00.00.00 | Contribuições                                   | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,37        | 1.000,00      |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                              | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.666,60    | 71.667,40    | 860.000,00    |
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Diárias - Civil                                 | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,74     | 20.000,00     |
| 3.3.90.18.00.00.00.00 | Auxílio Financeiro a Estudantes                 | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,66       | 666,74       | 8.000,00      |
| 3.3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo                             | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,74     | 50.000,00     |
| 3.3.90.33.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção              | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,37       | 10.000,00     |
| 3.3.90.35.00.00.00.00 | Serviços de Consultoria                         | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 3.750,00     | 45.000,00     |
| 3.3.90.36.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física    | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,37     | 40.000,00     |
| 3.3.90.37.00.00.00.00 | Locação de Mão-de-obra                          | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,37     | 40.000,00     |
| 3.3.90.38.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,33     | 8.333,37     | 100.000,00    |
| 3.3.90.46.00.00.00.00 | Auxílio-Alimentação                             | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,66     | 1.666,74     | 20.000,00     |
| 3.3.90.47.00.00.00.00 | Obrigações Tributárias e Contribuições          | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.249,99     | 1.250,11     | 15.000,00     |
| 3.3.90.91.00.00.00.00 | Sentenças Judiciais                             | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,66    | 41.666,74    | 500.000,00    |
| 3.3.90.93.00.00.00.00 | Indenizações e Restituições                     | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 999,99       | 1.000,11     | 12.000,00     |
| 3.3.91.00.00.00.00.00 | Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 249,99       | 250,11       | 3.000,00      |
| 3.3.91.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,66       | 166,74       | 2.000,00      |
| 3.3.91.47.00.00.00.00 | Obrigações Tributárias e Contribuições          | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,33        | 83,37        | 1.000,00      |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                             | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 15.000,11    | 180.000,00    |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS                                   | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 15.000,11    | 180.000,00    |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                              | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 14.999,99    | 15.000,11    | 180.000,00    |
| 4.4.90.51.00.00.00.00 | Obras e Instalações                             | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,66     | 4.166,74     | 50.000,00     |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente              | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,33    | 10.833,37    | 130.000,00    |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA                         | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.140,11 | 36.853.680,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA                         | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.140,11 | 36.853.680,00 |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | Reserva de Contingencia                         | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.139,99 | 3.071.140,11 | 36.853.680,00 |
| Totais:               |   | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.556,51 | 4.519.558,39 | 54.234.680,00 |

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 5/9  
Data: 18/12/2014

| Entidade: 10 - ENHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO |  | Jan        | Fev        | Mar        | Abr        | Mai        | Jun        | Jul        | Ago        | Sep        | Out        | Nov        | Dez        | Total        |
|--|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Código   | Especificação                                  | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014       | 2014         |
| 3.000.000.000.00.00.00                           | DESPESAS CORRENTES                             | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 132.208,27 | 1.586.500,00 |
| 3.100.000.000.00.00.00                           | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                     | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 86.333,31  | 1.036.000,00 |
| 3.190.000.000.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                             | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 80.166,65  | 962.000,00   |
| 3.190.110.000.00.00.00                           | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C      | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 72.083,33  | 885.000,00   |
| 3.190.130.000.00.00.00                           | Obrigações Patronais                           | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 7.333,33   | 88.000,00    |
| 3.190.160.000.00.00.00                           | Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil      | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 666,66     | 8.000,00     |
| 3.190.94.000.00.00.00                            | Indenizacoes Restitutorias Trabalhistas        | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 1.000,00     |
| 3.191.000.000.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas - Oper./Intra-Orçamentárias | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 74.000,00    |
| 3.191.130.000.00.00.00                           | Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentária  | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 6.166,66   | 74.000,00    |
| 3.300.000.000.00.00.00                           | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                      | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 45.874,96  | 550.500,00   |
| 3.390.000.000.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                             | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 45.583,30  | 547.000,00   |
| 3.390.14.000.00.00.00                            | Dívidas - Civil                                | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 3.000,00     |
| 3.390.30.000.00.00.00                            | Material de Consumo                            | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 2.083,32   | 25.000,00    |
| 3.390.32.000.00.00.00                            | Material de Distribuicao Gratuita              | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 4.583,33   | 55.000,00    |
| 3.390.33.000.00.00.00                            | Passagens e Despesas com Locomocao             | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 1.000,00     |
| 3.390.36.000.00.00.00                            | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisic    | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 10.000,00    |
| 3.390.38.000.00.00.00                            | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 34.666,66  | 416.000,00   |
| 3.390.46.000.00.00.00                            | Auxilio-Alimentacao                            | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 2.583,33   | 31.000,00    |
| 3.390.47.000.00.00.00                            | Obrigações Tributárias e Contribuições         | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 3.000,00     |
| 3.390.91.000.00.00.00                            | Sentenças Judiciais                            | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 3.000,00     |
| 3.391.000.000.00.00.00                           | Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgão  | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 291,66     | 3.500,00     |
| 3.391.39.000.00.00.00                            | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 250,00     | 3.000,00     |
| 3.391.47.000.00.00.00                            | Obrigações Tributárias e Contribuições         | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 41,66      | 500,00       |
| 4.000.000.000.00.00.00                           | DESPESAS DE CAPITAL                            | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 419.083,28 | 5.029.000,00 |
| 4.400.000.000.00.00.00                           | INVESTIMENTOS                                  | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 4.879.000,00 |
| 4.490.000.000.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                             | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 406.583,28 | 4.879.000,00 |
| 4.490.30.000.00.00.00                            | Material de Consumo                            | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 4.666,66   | 56.000,00    |
| 4.490.39.000.00.00.00                            | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 130.000,00   |
| 4.490.47.000.00.00.00                            | Obrigações Tributárias e Contribuições         | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 10.000,00    |
| 4.490.51.000.00.00.00                            | Obras e Instalações                            | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 353.833,31 | 4.246.000,00 |
| 4.490.52.000.00.00.00                            | Equipamentos e Material Permanente             | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 1.416,66   | 17.000,00    |
| 4.490.61.000.00.00.00                            | Aquisicao de Imoveis                           | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 33.333,33  | 400.000,00   |
| 4.490.93.000.00.00.00                            | Indenizacoes e Restitutorias                   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 20.000,00    |
| 4.500.000.000.00.00.00                           | INVERSOES FINANCEIRAS                          | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 150.000,00   |
| 4.590.000.000.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                             | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 150.000,00   |
| 4.590.66.000.00.00.00                            | Concessao de Empréstimos e Financiament        | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 12.500,00  | 150.000,00   |
| Totais:  |  | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 551.291,55 | 6.615.500,00 |

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 6/9  
Data: 18/12/2014

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

| Código                 | Especificação                                  | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro     | Dezembro     | Total         |
|------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS CORRENTES                             | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 1.346.495,63 | 16.157.950,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                     | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 449.366,60   | 5.392.400,00  |
| 3.1.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 388.999,95   | 4.668.000,00  |
| 3.1.90.1.1.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C      | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 332.724,98   | 3.992.700,00  |
| 3.1.90.1.3.00.00.00.00 | Obrigaçoes Patronais                           | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 5.516,66     | 66.200,00     |
| 3.1.90.1.6.00.00.00.00 | Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil      | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 44.574,99    | 534.900,00    |
| 3.1.90.94.00.00.00.00  | Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas         | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 6.183,32     | 74.200,00     |
| 3.1.91.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas - Oper Infra-Orçamentárias  | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 724.400,00    |
| 3.1.91.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçamentária  | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 60.366,65    | 724.400,00    |
| 3.3.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                      | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 897.129,03   | 10.765.550,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00  | Transferencias a Instituições Privadas sem Fil | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 32.100,00     |
| 3.3.50.41.00.00.00.00  | Contribuicoes                                  | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 32.100,00     |
| 3.3.70.00.00.00.00.00  | Transf. a Instituições Multigovernment. Nacio  | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 50.100,00     |
| 3.3.70.41.00.00.00.00  | Contribuicoes                                  | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 4.175,00     | 50.100,00     |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.970,71   | 876.972,19   | 10.523.650,00 |
| 3.3.90.1.4.00.00.00.00 | Diasias - Civil                                | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 3.791,65     | 45.500,00     |
| 3.3.90.1.8.00.00.00.00 | Auxilio Financeiro a Estudantes                | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.324,99     | 1.325,11     | 15.900,00     |
| 3.3.90.3.0.00.00.00.00 | Material de Consumo                            | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,66   | 161.391,74   | 1.936.700,00  |
| 3.3.90.3.1.00.00.00.00 | Premiacoess Culturais,Artes, Cientif.Despor. e | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,33     | 1.258,37     | 15.100,00     |
| 3.3.90.3.2.00.00.00.00 | Material de Distribuição Gratuita              | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,33     | 1.758,37     | 21.100,00     |
| 3.3.90.3.3.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomocao             | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,65     | 2.241,85     | 26.800,00     |
| 3.3.90.3.5.00.00.00.00 | Serviços de Consultoria                        | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,32    | 14.083,48    | 169.000,00    |
| 3.3.90.3.6.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisic    | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 2.675,00     | 32.100,00     |
| 3.3.90.3.7.00.00.00.00 | Locação de Mão-de-obra                         | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.424,99    | 75.425,11    | 905.100,00    |
| 3.3.90.3.8.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juric    | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,15   | 550.204,35   | 6.602.450,00  |
| 3.3.90.4.6.00.00.00.00 | Auxilio-Alimentacao                            | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,33    | 30.683,37    | 368.200,00    |
| 3.3.90.4.7.00.00.00.00 | Obrigaçoes Tributarias e Contribuicoes         | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,32    | 19.733,48    | 236.800,00    |
| 3.3.90.91.00.00.00.00  | Sentencas Judiciais                            | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 8.575,00     | 102.900,00    |
| 3.3.90.93.00.00.00.00  | Indenizacoes e Restituicoes                    | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.824,99     | 3.825,11     | 45.900,00     |
| 3.3.91.00.00.00.00.00  | Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgã   | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,48    | 159.700,00    |
| 3.3.91.47.00.00.00.00  | Obrigações Tributárias e Contribuições         | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,32    | 13.308,48    | 159.700,00    |
| 4.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS DE CAPITAL                            | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.885,78   | 224.886,42   | 2.698.630,00  |
| 4.4.00.00.00.00.00.00  | INVESTIMENTOS                                  | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.436,42   | 2.669.230,00  |
| 4.4.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.435,78   | 222.436,42   | 2.669.230,00  |
| 4.4.90.30.00.00.00.00  | Material de Consumo                            | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,33    | 50.008,37    | 600.100,00    |
| 4.4.90.39.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juric    | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,66       | 416,74       | 5.000,00      |
| 4.4.90.51.00.00.00.00  | Obras e Instalaçoes                            | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.514,98   | 121.515,22   | 1.458.180,00  |
| 4.4.90.52.00.00.00.00  | Equipamentos e Material Permanente             | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.045,81    | 48.046,09    | 576.550,00    |
| 4.4.90.61.00.00.00.00  | Aquisicao de Imoveis                           | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 29.400,00     |
| 4.5.00.00.00.00.00.00  | INVERSOES FINANCIERAS                          | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 29.400,00     |
| 4.5.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 29.400,00     |
| 4.5.90.61.00.00.00.00  | Aquisicao de Imoveis                           | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 2.450,00     | 29.400,00     |
| Totais:                |  | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.381,41 | 1.571.384,49 | 18.856.580,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 7/9

Data: 18/12/2014

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

| Código                 | Especificação                                    | Janeiro    | Fevereiro  | Março      | Abril      | Maior      | Junho      | Julho      | Agosto     | Setembro   | Outubro    | Novembro   | Dezembro   | Total        |
|------------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS CORRENTES                               | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 298.011,57 | 3.576.140,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                       | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 78.999,98  | 948.000,00   |
| 3.1.90.00.00.00.00.00  | Aplicações Diretas                               | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 75.333,32  | 904.000,00   |
| 3.1.90.1.1.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C        | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,33  | 62.083,37  | 745.000,00   |
| 3.1.90.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais                             | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,33  | 10.833,37  | 130.000,00   |
| 3.1.90.1.6.00.00.00.00 | Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil        | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,37   | 28.000,00    |
| 3.1.90.94.00.00.00.00  | Indenizações Restituições Trabalhistas           | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,37      | 1.000,00     |
| 3.1.91.00.00.00.00.00  | Aplicações Diretas - Oper./Intra-Orçamentárias   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,74   | 44.000,00    |
| 3.1.91.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentária    | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,66   | 3.666,74   | 44.000,00    |
| 3.3.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                        | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,59 | 219.011,51 | 2.628.140,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00  | Transferências a Instituições Privadas sem Fil   | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 405.000,00   |
| 3.3.50.41.00.00.00.00  | Contribuições                                    | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 33.750,00  | 405.000,00   |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | Aplicações Diretas                               | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,26 | 184.428,14 | 2.213.140,00 |
| 3.3.90.14.00.00.00.00  | Dívidas - Civil                                  | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 12.000,00    |
| 3.3.90.18.00.00.00.00  | Auxílio Financeiro a Estudantes                  | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 500,00     | 6.000,00     |
| 3.3.90.30.00.00.00.00  | Material de Consumo                              | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,64  | 75.166,96  | 902.000,00   |
| 3.3.90.31.00.00.00.00  | Premiações Culturais-Artista, Cientif. Despor. e | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,66   | 2.916,74   | 35.000,00    |
| 3.3.90.32.00.00.00.00  | Material de Distribuição Gratuita                | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,37   | 67.000,00    |
| 3.3.90.33.00.00.00.00  | Passagens e Despesas com Locomoção               | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,37      | 1.000,00     |
| 3.3.90.36.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física     | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,66   | 2.666,74   | 32.000,00    |
| 3.3.90.37.00.00.00.00  | Locação de Mão-de-obra                           | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,66   | 1.041,74   | 12.500,00    |
| 3.3.90.39.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica   | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 28.999,99  | 29.000,11  | 348.000,00   |
| 3.3.90.46.00.00.00.00  | Auxílio-Alimentação                              | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,33   | 1.708,37   | 20.500,00    |
| 3.3.90.47.00.00.00.00  | Obrigações Tributárias e Contribuições           | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 3.750,00   | 45.000,00    |
| 3.3.90.48.00.00.00.00  | Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas    | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,66  | 61.011,74  | 732.140,00   |
| 3.3.91.00.00.00.00.00  | Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos  | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,37     | 10.000,00    |
| 3.3.91.39.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica   | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,33     | 833,37     | 10.000,00    |
| 4.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS DE CAPITAL                              | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,85  | 1.007.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00  | INVESTIMENTOS                                    | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,85  | 1.007.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00  | Aplicações Diretas                               | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,65  | 83.916,85  | 1.007.000,00 |
| 4.4.90.51.00.00.00.00  | Obras e Instalações                              | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.499,99  | 83.500,11  | 1.002.000,00 |
| 4.4.90.52.00.00.00.00  | Equipamentos e Material Permanente               | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,66     | 416,74     | 5.000,00     |
| Totais:                |  | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,22 | 381.928,58 | 4.583.140,00 |



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 8/9  
Data: 18/12/2014

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

| Código                 | Especificação                                  | Janeiro    | Fevereiro  | Março      | Abril      | Maior      | Junho      | Julho      | Agosto     | Setembro   | Outubro    | Novembro   | Dezembro   | Total        |
|------------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS CORRENTES                             | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 209.841,54 | 2.518.100,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                     | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 130.716,65 | 1.588.600,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 114.999,99 | 115.000,11 | 1.380.000,00 |
| 3.1.90.1.1.00.00.00.00 | Vencimentos e Antagagens Fixas - Pessoal C     | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,37 | 1.300.000,00 |
| 3.1.90.1.3.00.00.00.00 | Obrigaçoes Patronais                           | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,33   | 5.583,37   | 67.000,00    |
| 3.1.90.1.6.00.00.00.00 | Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil      | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 1.000,00   | 12.000,00    |
| 3.1.90.94.00.00.00.00  | Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas         | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,37      | 1.000,00     |
| 3.1.91.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas - Oper./Intra-Orçamentárias | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,74  | 188.600,00   |
| 3.1.91.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentária  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,66  | 15.716,74  | 188.600,00   |
| 3.3.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                      | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.124,89  | 79.126,21  | 949.500,00   |
| 3.3.50.00.00.00.00.00  | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fil | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 180.000,00   |
| 3.3.50.41.00.00.00.00  | Contribuicoes                                  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 15.000,00  | 180.000,00   |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.958,23  | 63.959,47  | 787.500,00   |
| 3.3.90.1.4.00.00.00.00 | Dietas - Civil                                 | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,74     | 2.000,00     |
| 3.3.90.3.0.00.00.00.00 | Material de Consumo                            | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,64   | 8.916,96   | 107.000,00   |
| 3.3.90.3.1.00.00.00.00 | Premiacoess Culturais,Artist,Cientif,Despor. e | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,32   | 1.958,48   | 23.500,00    |
| 3.3.90.3.3.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomocao             | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,33      | 83,37      | 1.000,00     |
| 3.3.90.3.6.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisic    | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,65  | 11.916,85  | 143.000,00   |
| 3.3.90.3.7.00.00.00.00 | Locacao de Maor-de-obra                        | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,33   | 2.333,37   | 28.000,00    |
| 3.3.90.3.9.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,32  | 31.333,48  | 376.000,00   |
| 3.3.90.4.6.00.00.00.00 | Auxilio-Alimentacao                            | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 6.000,00   | 72.000,00    |
| 3.3.90.4.7.00.00.00.00 | Obrigaçoes Tributarias e Contribuicoes         | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.249,98   | 1.250,22   | 15.000,00    |
| 3.3.91.00.00.00.00.00  | Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órga   | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,74     | 2.000,00     |
| 3.3.91.3.9.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,66     | 166,74     | 2.000,00     |
| 3.4.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS DE CAPITAL                            | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 152.999,97 | 153.000,33 | 1.836.000,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00  | INVESTIMENTOS                                  | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,59 | 1.816.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,31 | 151.333,59 | 1.816.000,00 |
| 4.4.90.51.00.00.00.00  | Obras e Instalacoes                            | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,33 | 142.083,37 | 1.705.000,00 |
| 4.4.90.52.00.00.00.00  | Equipamentos e Material Permanente             | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.249,98   | 9.250,22   | 111.000,00   |
| 4.5.00.00.00.00.00.00  | INVERSOES FINANCEIRAS                          | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,74   | 20.000,00    |
| 4.5.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,74   | 20.000,00    |
| 4.5.90.61.00.00.00.00  | Aquisicao de Imoveis                           | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,66   | 1.666,74   | 20.000,00    |
| Totais:                |  | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.841,51 | 362.843,39 | 4.354.100,00 |

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 9/9  
Data: 18/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

| Código                 | Especificação                                  | Janeiro       | Fevereiro     | Março         | Abril         | Maió          | Junho         | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro       | Novembro      | Dezembro      | Total          |
|------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS CORRENTES                             | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 223.874,94    | 2.686.500,00   |
| 3.1.00.00.00.00.00.00  | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                     | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 200.374,99    | 2.404.500,00   |
| 3.1.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 192.624,99    | 2.311.500,00   |
| 3.1.90.1.1.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C      | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,33    | 160.458,37    | 1.925.500,00   |
| 3.1.90.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais                           | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,66     | 31.666,74     | 380.000,00     |
| 3.1.90.1.6.00.00.00.00 | Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil      | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 500,00        | 6.000,00       |
| 3.1.91.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Organizatórias | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 93.000,00      |
| 3.1.91.1.3.00.00.00.00 | Obrigações Patronais - Op.Intra-Organizatórias | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 7.750,00      | 93.000,00      |
| 3.3.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                      | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 23.499,95     | 282.000,00     |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 23.083,29     | 277.000,00     |
| 3.3.90.1.4.00.00.00.00 | Diárias - Civil                                | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 30.000,00      |
| 3.3.90.1.8.00.00.00.00 | Auxílio Financeiro a Estudantes                | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,74        | 5.000,00       |
| 3.3.90.3.0.00.00.00.00 | Material de Consumo                            | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,74      | 50.000,00      |
| 3.3.90.3.3.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomocao             | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,37        | 10.000,00      |
| 3.3.90.3.6.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisic    | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,33        | 833,37        | 10.000,00      |
| 3.3.90.3.7.00.00.00.00 | Locação de Mão-de-obra                         | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,33      | 8.333,37      | 100.000,00     |
| 3.3.90.3.8.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,66      | 4.166,74      | 50.000,00      |
| 3.3.90.4.6.00.00.00.00 | Auxílio-Alimentação                            | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,66      | 1.666,74      | 20.000,00      |
| 3.3.90.4.7.00.00.00.00 | Obrigações Tributárias e Contribuições         | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,66        | 166,74        | 2.000,00       |
| 3.3.91.0.0.00.00.00.00 | Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgão  | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,74        | 5.000,00       |
| 3.3.91.3.8.00.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juric    | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,66        | 416,74        | 5.000,00       |
| 4.0.00.00.00.00.00.00  | DESPESAS DE CAPITAL                            | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,37      | 113.500,00     |
| 4.4.00.00.00.00.00.00  | INVESTIMENTOS                                  | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,37      | 113.500,00     |
| 4.4.90.00.00.00.00.00  | Aplicacoes Diretas                             | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,33      | 9.458,37      | 113.500,00     |
| 4.4.90.51.00.00.00.00  | Obras e Instalações                            | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,33      | 6.958,37      | 83.500,00      |
| 4.4.90.52.00.00.00.00  | Equipamentos e Material Permanente             | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 2.500,00      | 30.000,00      |
| Totais:                |  | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.333,27    | 233.334,03    | 2.800.000,00   |
| Total Geral:           |  | 23.829.309,21 | 23.831.246,21 | 23.833.333,27 | 23.842.891,21 | 23.851.683,21 | 23.861.369,21 | 23.868.655,21 | 23.874.897,21 | 23.884.694,21 | 23.892.460,21 | 23.893.995,21 | 23.894.121,69 | 286.207.247,00 |

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretaria de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Controladora



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Meas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Página: 2/14  
Data: 19/12/2014

| Código  | Especificação                               | Janeiro    | Fevereiro  | Março      | Abril      | Maió       | Junho      | Julho      | Agosto     | Setembro   | Outubro    | Novembro   | Dezembro   | Total        |
|---|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b> |   |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |              |
| 4.1.3.1.1.01.00.00.00   | Aluguéis de Imóveis Urbanos                 | 12.138,59  | 6.975,18   | 12.015,57  | 9.440,37   | 13.018,53  | 13.588,55  | 12.434,37  | 13.323,42  | 20.366,13  | 14.434,78  | 13.848,07  | 18.484,59  | 185.923,01   |
| 4.1.3.2.0.00.00.00.00   | RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS             | 56.066,85  | 48.925,04  | 53.779,27  | 82.826,39  | 63.246,72  | 194.636,79 | 69.454,07  | 103.066,34 | 52.307,09  | 64.535,88  | 69.774,66  | 81.881,90  | 940.500,00   |
| 4.1.3.2.5.00.00.00.00   | Remuneração de Depósitos Bancários          | 56.066,85  | 48.925,04  | 53.779,27  | 82.826,39  | 63.246,72  | 194.636,79 | 69.454,07  | 103.066,34 | 52.307,09  | 64.535,88  | 69.774,66  | 81.881,90  | 940.500,00   |
| 4.1.3.2.5.01.00.00.00   | Remun. Depos. de Recursos Vinculados        | 49.339,68  | 41.664,13  | 49.733,07  | 75.062,49  | 53.400,93  | 64.443,15  | 63.313,38  | 58.189,09  | 47.134,01  | 60.537,65  | 66.420,54  | 61.221,88  | 690.500,00   |
| 4.1.3.2.5.01.02.00.00   | Remun. FUNDEB                               | 20.848,30  | 14.556,38  | 14.627,19  | 23.695,26  | 18.672,84  | 19.512,25  | 13.910,07  | 10.802,84  | 14.286,93  | 19.444,35  | 19.753,53  | 14.688,06  | 203.000,00   |
| 4.1.3.2.5.01.02.01.00   | FUNDEB 60%                                  | 20.848,30  | 14.556,38  | 14.627,19  | 23.695,26  | 18.672,84  | 19.512,25  | 13.910,07  | 10.802,84  | 14.286,93  | 19.444,35  | 19.753,53  | 14.688,06  | 203.000,00   |
| 4.1.3.2.5.01.03.00.00   | Recetta de Remuneração de depósitos Ban     | 272,95     | 240,61     | 284,81     | 349,59     | 363,08     | 389,89     | 437,56     | 434,45     | 516,51     | 624,37     | 582,88     | 703,30     | 5.200,00     |
| 4.1.3.2.5.01.03.02.00   | Recetta de Remuneração de depósitos Ban     | 272,95     | 240,61     | 284,81     | 349,59     | 363,08     | 389,89     | 437,56     | 434,45     | 516,51     | 624,37     | 582,88     | 703,30     | 5.200,00     |
| 4.1.3.2.5.01.05.00.00   | Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação   | 13.501,41  | 13.689,02  | 13.396,91  | 13.910,83  | 13.828,09  | 19.054,15  | 21.446,49  | 21.004,20  | 13.070,06  | 18.331,78  | 13.492,49  | 11.872,00  | 187.200,00   |
| 4.1.3.2.5.01.05.01.00   | Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educap     | 6.194,76   | 4.399,97   | 2.649,41   | 3.067,70   | 3.185,97   | 10.384,81  | 12.777,88  | 13.854,49  | 7.736,48   | 6.015,99   | 5.566,06   | 4.168,48   | 80.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.05.02.00   | Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE S     | 3.663,89   | 5.691,48   | 7.074,71   | 6.931,22   | 6.894,22   | 5.691,60   | 4.897,16   | 3.346,64   | 1.630,81   | 8.600,80   | 4.295,63   | 4.111,74   | 62.700,00    |
| 4.1.3.2.5.01.05.03.00   | Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE -     | 234,09     | 189,23     | 264,45     | 463,47     | 409,56     | 269,40     | 363,11     | 394,73     | 294,43     | 306,65     | 222,46     | 188,42     | 3.600,00     |
| 4.1.3.2.5.01.05.04.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. C    | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 2.991,67   | 35.900,00    |
| 4.1.3.2.5.01.05.05.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP E        | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 416,67     | 5.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.09.00.00   | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - C    | 0,20       | 0,22       | 2.136,66   | -1.776,63  | 132,67     | 110,43     | 612,22     | 606,48     | 92,61      | 8,24       | 6,10       | 4,34       | 1.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.00.00   | Remuneração de Dep. Banc. Recursos          | 14.717,15  | 13.759,90  | 19.287,50  | 38.893,44  | 22.244,25  | 24.776,43  | 27.363,35  | 25.796,35  | 19.167,90  | 22.128,91  | 32.585,54  | 33.951,28  | 294.100,00   |
| 4.1.3.2.5.01.99.01.00   | Remun. de Recursos da COSIP                 | 3.438,14   | 2.536,14   | 2.779,53   | 501,43     | 501,43     | 4.181,89   | 2.169,98   | 2.327,52   | 1.988,51   | 2.459,30   | 2.185,98   | 1.984,37   | 30.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.02.00   | Remuneração de Dep. Banc. Convênios S       | 5.604,94   | 4.675,01   | 3.312,44   | -640,87    | 3.353,37   | 3.069,30   | 3.281,59   | 3.180,99   | 2.537,45   | 3.872,63   | 3.291,18   | 3.763,97   | 39.300,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.02.01   | Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito -      | 2.070,54   | 1.639,83   | 1.845,70   | 1.773,31   | 1.852,72   | 1.873,90   | 1.761,07   | 1.577,28   | 961,82     | 1.876,06   | 1.330,52   | 1.337,25   | 19.700,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.02.02   | Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito -      | 2.987,98   | 2.554,86   | 900,60     | -2.987,11  | 927,41     | 871,28     | 908,52     | 997,23     | 983,04     | 1.233,01   | 1.204,59   | 1.416,59   | 12.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.02.03   | Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito -      | 546,42     | 476,32     | 566,14     | 572,93     | 573,24     | 524,12     | 612,00     | 606,48     | 592,59     | 763,56     | 756,07     | 1.008,13   | 7.600,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.03.00   | Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultati   | 2.392,05   | 1.479,99   | 2.020,38   | 2.299,47   | 2.005,44   | 2.025,22   | 2.374,79   | 2.475,36   | 2.303,37   | 2.533,64   | 2.037,96   | 2.552,33   | 26.500,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.03.01   | Remun. Depos. Banc. Contrib. Facult. - P    | 112,21     | 85,75      | 347,49     | 708,64     | 215,01     | 177,93     | 138,14     | 125,06     | 86,86      | 88,08      | 116,46     | 297,37     | 2.500,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.03.02   | Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultati - E  | 2.279,84   | 1.394,24   | 1.672,89   | 1.590,83   | 1.790,43   | 1.847,29   | 2.236,55   | 2.350,30   | 2.216,51   | 2.445,56   | 1.921,50   | 2.254,96   | 24.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.04.00   | Remun. Outros Dep. Banc. - FMS              | 2.074,02   | 3.177,44   | 2.450,88   | 2.206,92   | 2.452,99   | 2.811,05   | 3.452,03   | 3.715,10   | 2.165,51   | 4.377,23   | 5.007,86   | 5.319,18   | 40.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.07.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. FIA             | 127,55     | 136,25     | 157,80     | 172,67     | 178,06     | 185,44     | 243,47     | 624,34     | 1.021,85   | 1.315,18   | 1.208,01   | 1.529,38   | 7.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.08.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIO      | 308,29     | 283,89     | 714,37     | 1.200,73   | 1.061,77   | 3.144,31   | 916,34     | 823,93     | -880,44    | 647,50     | 606,84     | 382,47     | 9.500,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.09.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc    | 270,90     | 227,25     | 265,18     | 249,39     | 246,30     | 232,66     | 249,18     | 252,42     | 236,14     | 269,75     | 239,58     | 261,25     | 3.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.10.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP E        | 12,32      | 9,67       | 10,87      | 165,29     | 128,00     | 69,89      | 70,45      | 85,38      | 73,11      | 122,34     | 138,76     | 113,92     | 1.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.11.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. LEILÃO          | 215,12     | 176,93     | 381,87     | 412,09     | 433,75     | 404,64     | 416,64     | 381,35     | 226,10     | 36,25      | 260,90     | 152,36     | 3.500,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.12.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc.   | 0,00       | 186,57     | 5.223,04   | 12.321,39  | 9.587,62   | 9.682,09   | 12.752,00  | 10.068,07  | 5.000,86   | 4.042,13   | 16.106,21  | 15.048,02  | 100.000,00   |
| 4.1.3.2.5.01.99.13.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc.   | 115,23     | 112,67     | 1.073,12   | 1.830,33   | 761,28     | 703,63     | 853,17     | 852,66     | 750,40     | 716,12     | 567,08     | 664,31     | 9.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.14.00   | Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bols    | 155,71     | 171,98     | 210,21     | 285,79     | 180,09     | 239,76     | 356,33     | 343,81     | 2.294,55   | 681,31     | 661,76     | 738,70     | 6.300,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.15.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. C    | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 1.317,77   | 957,80     | 154,08     | 190,69     | 136,45     | 135,02     | 133,01     | 250,73     | 1.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.16.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. P    | 2,88       | 0,11       | 0,13       | 0,15       | 0,15       | 0,16       | 0,37       | 0,23       | 0,21       | 0,25       | 6,21       | 988,15     | 1.000,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.17.00   | Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Oper    | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 14.137,41  | 219,47     | 126,42     | 1,11       | 370,44     | 323,99     | 705,99     | 22,20      | 93,37      | 16.000,00    |
| 4.1.3.2.5.01.99.18.00   | Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bom     | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 169,43     | 96,73      | 101,52     | 91,82      | 106,06     | 0,00       | 214,67     | 112,00     | 107,77     | 1.000,00     |
| 4.1.3.2.5.02.00.00.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VIN    | 6.727,17   | 7.260,91   | 4.045,20   | 7.763,90   | 9.805,79   | 130.193,64 | 6.140,69   | 44.877,25  | 5.173,08   | 3.988,23   | 3.354,12   | 20.660,02  | 250.000,00   |
| 4.1.3.2.5.02.99.00.00   | Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VIN    | 6.727,17   | 7.260,91   | 4.045,20   | 7.763,90   | 9.805,79   | 130.193,64 | 6.140,69   | 44.877,25  | 5.173,08   | 3.988,23   | 3.354,12   | 20.660,02  | 250.000,00   |
| 4.1.3.6.0.00.00.00.00   | Recetta da Cessão de Direitos               | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 3.386.035,00 |
| 4.1.3.6.1.00.00.00.00   | Rec Cessão Direto Oper Pagamentos           | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 3.386.035,00 |
| 4.1.3.6.1.03.00.00.00   | Rec Cessão Direto Oper Pagamento a Forn     | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 282.169,58 | 3.386.035,00 |
| 4.1.6.0.0.00.00.00.00   | RECEITA DE SERVIÇOS                         | 43.759,68  | 69.367,08  | 67.011,16  | 60.736,25  | 71.195,23  | 94.796,92  | 99.722,64  | 86.759,11  | 79.252,65  | 97.400,07  | 85.523,75  | 100.475,46 | 956.000,00   |
| 4.1.6.0.0.03.00.00.00   | Serviços de Transporte                      | 7.825,06   | 6.334,76   | 5.689,20   | 6.192,41   | 6.021,63   | 5.877,32   | 5.494,72   | 6.049,04   | 5.226,30   | 5.919,38   | 5.626,21   | 5.633,97   | 72.000,00    |
| 4.1.6.0.0.03.06.00.00   | Recetta de Terminais Rodoviários            | 7.825,06   | 6.334,76   | 5.689,20   | 6.192,41   | 6.021,63   | 5.877,32   | 5.494,72   | 6.049,04   | 5.226,30   | 5.919,38   | 5.626,21   | 5.633,97   | 72.000,00    |
| 4.1.6.0.0.13.00.00.00   | Serviços Administrativos                    | 32.066,55  | 52.823,09  | 51.501,64  | 38.760,94  | 53.252,31  | 79.732,89  | 85.273,16  | 71.547,04  | 66.480,85  | 78.526,33  | 72.751,72  | 84.363,48  | 767.000,00   |
| 4.1.6.0.0.13.01.00.00   | Serviços de Inscrição em Concursos Públicos | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 30.000,00    |
| 4.1.6.0.0.13.03.00.00   | Serviços Especiais PMBombeiro               | 14.765,91  | 30.376,76  | 32.847,24  | 49.375,09  | 43.206,86  | 70.025,03  | 72.081,57  | 60.378,28  | 57.175,81  | 68.847,32  | 63.265,50  | 46.112,63  | 609.000,00   |
| 4.1.6.0.0.13.03.02.00   | Contribuições Facultativas Bombeiros        | 14.765,91  | 30.376,76  | 32.847,24  | 49.375,09  | 43.206,86  | 70.025,03  | 72.081,57  | 60.378,28  | 57.175,81  | 68.847,32  | 63.265,50  | 46.112,63  | 609.000,00   |
| 4.1.6.0.0.13.05.00.00   | Serviços de Vitória de Veículos             | 5.836,57   | 4.801,19   | 5.152,95   | 6.241,02   | 5.582,13   | 4.973,88   | 8.048,73   | 5.626,08   | 4.583,94   | 5.008,49   | 4.913,41   | 4.451,61   | 65.000,00    |
| 4.1.6.0.0.13.99.00.00   | Outros Serviços Administrativos             | 11.404,07  | 17.843,14  | -16.855,17 | 4.463,32   | 4.733,98   | 4.373,98   | 5.142,86   | 5.542,68   | 4.181,10   | 4.670,52   | 4.572,81   | 3.799,24   | 63.000,00    |
| 4.1.6.0.0.14.00.00.00   | Serviços de Inspeção e Fiscalização         | 1.765,04   | 8.089,19   | 7.036,03   | 4.927,84   | 4.220,02   | 6.396,60   | 5.923,55   | 6.306,41   | 4.790,17   | 10.043,67  | 4.183,44   | 7.318,04   | 71.000,00    |

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Meas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2012 até 2014) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Página: 3/14  
Data: 19/12/2014

| Código  | Especificação                                 | Janeiro       | Fevereiro     | Março         | Abril         | Maió          | Junho         | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro       | Novembro      | Dezembro      | Total          |
|---|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| <b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b> |   |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |                |
| 4.1.6.0.0.99.00.00.00   | Outros Serviços                               | 13.784.364,61 | 12.983.886,21 | 13.406.156,83 | 25.350.391,35 | 13.816.623,44 | 13.588.852,53 | 12.434.317,95 | 13.323.482,34 | 20.366.139,69 | 14.434.782,01 | 13.848.017,00 | 18.484.598,04 | 185.823.012,00 |
| 4.1.6.0.0.99.07.00.00   | Outras Receitas                               | 2.163,03      | 2.120,04      | 2.774,29      | 10.855,06     | 7.701,27      | 2.890,11      | 3.031,21      | 2.856,62      | 2.775,33      | 2.910,69      | 2.962,38      | 3.159,97      | 46.000,00      |
| 4.1.6.0.0.99.08.00.00   | Guarda Volume                                 | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 6.011,49      | 4.841,05      | 16,52         | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 45,01         | 85,93         | 11.000,00      |
| 4.1.6.0.0.99.09.00.00   | Preço Público                                 | 533,04        | 74,81         | 447,01        | 210,41        | 70,14         | 257,17        | 331,98        | 163,65        | 257,17        | 116,90        | 210,41        | 327,31        | 3.000,00       |
| 4.1.6.0.0.99.09.00.00   | Preço Público                                 | 1.629,99      | 2.045,23      | 2.327,28      | 4.633,16      | 2.790,08      | 2.416,42      | 2.696,23      | 2.692,97      | 2.518,16      | 2.763,79      | 2.706,96      | 2.746,73      | 32.000,00      |
| 4.1.7.0.0.0.0.00.00.00  | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                      | 11.273.502,73 | 11.695.228,20 | 10.575.270,64 | 11.872.098,96 | 8.932.005,43  | 8.327.884,52  | 7.936.202,67  | 9.865.074,80  | 14.428.437,26 | 11.051.988,09 | 11.296.018,00 | 12.900.488,30 | 129.874.000,00 |
| 4.1.7.0.0.0.0.00.00.00  | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS            | 11.254.778,92 | 11.636.693,92 | 10.563.332,12 | 11.828.350,24 | 8.764.173,86  | 8.275.432,47  | 7.909.959,22  | 9.913.528,42  | 14.385.511,90 | 11.025.574,14 | 11.287.474,74 | 12.874.244,74 | 129.335.000,00 |
| 4.1.7.2.1.0.0.00.00.00  | Transferências da União                       | 2.637.576,09  | 3.482.841,80  | 2.313.987,02  | 2.877.571,79  | 3.131.889,63  | 2.719.775,60  | 2.242.879,99  | 2.519.177,21  | 2.226.015,87  | 2.313.436,08  | 3.240.988,55  | 3.712.720,37  | 33.218.680,00  |
| 4.1.7.2.1.0.0.00.00.00  | Participação na Receita da União              | 2.249.118,45  | 2.877.573,76  | 1.793.792,36  | 2.092.389,54  | 2.646.909,08  | 2.232.889,78  | 1.627.395,76  | 1.963.824,43  | 1.670.824,35  | 1.732.007,62  | 2.337.114,27  | 3.312.796,60  | 26.536.140,00  |
| 4.1.7.2.1.0.1.00.00.00  | Cota-Parte do Fundo de Participação dos M     | 2.248.064,64  | 2.876.659,03  | 1.792.795,64  | 2.091.418,09  | 2.645.701,07  | 2.231.307,46  | 1.626.291,36  | 1.962.233,40  | 1.666.118,10  | 1.718.876,32  | 2.334.461,10  | 3.311.133,79  | 26.500.000,00  |
| 4.1.7.2.1.0.1.02.01.00.00                                     | Cota-Parte do FPM - Livre                     | 1.273.855,38  | 1.628.927,98  | 1.016.252,08  | 1.186.720,91  | 1.498.882,42  | 1.264.292,70  | 921.755,75    | 1.110.983,32  | 943.655,14    | 971.067,05    | 1.243.837,27  | 189.770,00    | 13.250.000,00  |
| 4.1.7.2.1.0.1.02.02.00.00                                     | Cota-Parte do FPM - 25% Educação              | 553.987,54    | 708.934,48    | 441.776,23    | 515.298,06    | 549.881,69    | 407.752,71    | 400.752,71    | 483.599,14    | 411.602,98    | 422.353,21    | 579.510,12    | 906.331,66    | 6.625.000,00   |
| 4.1.7.2.1.0.1.02.03.00.00                                     | Cota-Parte do FPM - Saúde                     | 420.221,72    | 538.736,57    | 334.767,33    | 389.399,12    | 494.826,47    | 417.153,07    | 303.762,90    | 367.650,94    | 311.859,98    | 320.456,06    | 511.113,71    | 2.215.032,13  | 6.625.000,00   |
| 4.1.7.2.1.0.1.05.00.00.00                                     | Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial/Rur | 178,81        | 99,73         | 121,72        | 96,45         | 333,01        | 707,32        | 229,40        | 220,03        | 3.831,25      | 17.256,30     | 1.778,17      | 787,81        | 25.640,00      |
| 4.1.7.2.1.0.1.05.01.00.00                                     | Cota-Parte do ITR - Livre                     | 89,89         | 50,19         | 60,68         | 48,63         | 164,44        | 351,60        | 113,40        | 109,63        | 1.915,01      | 8.637,83      | 889,44        | 389,26        | 12.820,00      |
| 4.1.7.2.1.0.1.05.02.00.00                                     | Cota-Parte do ITR - 25% Educação              | 44,72         | 24,96         | 30,42         | 24,14         | 83,15         | 176,73        | 57,29         | 54,99         | 957,78        | 4.314,52      | 444,57        | 196,73        | 6.410,00       |
| 4.1.7.2.1.0.1.05.03.00.00                                     | Cota-Parte do ITR - Saúde                     | 44,20         | 24,58         | 30,62         | 23,68         | 85,42         | 178,99        | 58,71         | 55,41         | 958,46        | 4.303,95      | 444,16        | 201,82        | 6.410,00       |
| 4.1.7.2.1.0.1.13.00.00.00                                     | Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Or   | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 875,00        | 10.500,00      |
| 4.1.7.2.1.22.00.00.00.00                                      | Transf. da Compem. Finan. pela Exploração R   | 36.635,70     | 19.436,89     | 30.782,79     | 69.541,78     | 36.383,66     | 38.866,54     | 41.348,62     | 41.704,15     | 43.293,68     | 44.513,56     | 42.490,09     | 45.002,54     | 493.000,00     |
| 4.1.7.2.1.22.00.00.00.00                                      | Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos      | 6.229,98      | 2.790,81      | 14.133,01     | 8.644,75      | 8.794,86      | 10.131,92     | 10.422,62     | 11.712,88     | 11.983,04     | 10.927,85     | 10.304,90     | 11.943,38     | 118.000,00     |
| 4.1.7.2.1.22.70.00.00.00                                      | Cota-Parte do Fundo Especial do Patróio -     | 34.065,72     | 16.648,08     | 16.648,78     | 60.897,03     | 30.588,80     | 28.734,62     | 30.926,00     | 29.991,27     | 31.330,64     | 33.585,71     | 32.185,19     | 33.059,16     | 375.000,00     |
| 4.1.7.2.1.34.00.00.00.00                                      | Transf. de Recursos de Fund. Nac. As Social   | 57.085,43     | 40.665,31     | 67.760,75     | 43.954,98     | 66.219,50     | 14.660,00     | 87.376,98     | 54.076,42     | 64.362,64     | 66.627,42     | 64.332,91     | 64.387,66     | 691.420,00     |
| 4.1.7.2.1.34.01.00.00.00                                      | Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Soci     | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 1.225,00      | 14.700,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.03.00.00                                      | FNAS - Pessoa Portadora de Defic. Física      | 757,13        | 757,13        | 1.469,72      | 3.400,65      | 1.975,47      | 0,00          | 4.870,37      | 1.813,90      | 1.813,90      | 1.813,90      | 1.056,77      | 2.571,06      | 22.300,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.06.00.00                                      | FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS                   | 4.951,74      | 1.186,34      | 2.669,19      | 1.932,49      | 1.234,69      | 0,00          | 2.662,40      | 2.393,67      | 1.190,06      | 3.391,68      | 2.375,35      | 3.012,39      | 27.000,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.08.00.00                                      | FNAS - Piso Básico Fixo - PBF/CRAS            | 22.736,84     | 22.736,84     | 22.736,84     | 22.736,84     | 22.736,84     | 0,00          | 45.473,68     | 0,00          | 45.473,68     | 22.736,84     | 30.315,79     | 30.315,81     | 288.000,00     |
| 4.1.7.2.1.34.01.10.00.00                                      | FNAS - Riso Fio Média Complexidade - PI       | 12.500,00     | 0,00          | 25.000,00     | 0,00          | 25.000,00     | 0,00          | 12.500,00     | 25.000,00     | 0,00          | 22.800,00     | 14.700,00     | 12.500,00     | 150.000,00     |
| 4.1.7.2.1.34.01.13.00.00                                      | FNAS - Benefícios Eventuais                   | 264,72        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 5.985,53      | 7.146,35      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 103,40        | 13.500,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.16.00.00                                      | FNAS - Gestão - ACESSUAS                      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 1.160,00      | 13.920,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.17.00.00                                      | FNAS - Serv. Convívio de Fortalecimento d     | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 3.500,00      | 42.000,00      |
| 4.1.7.2.1.34.01.18.00.00                                      | PAC 1 Criança e Adolescência                  | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 10.000,00     | 120.000,00     |
| 4.1.7.2.1.35.00.00.00.00                                      | Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des Educa     | 286.558,06    | 536.897,39    | 413.492,64    | 432.167,81    | 363.379,04    | 417.360,93    | 470.760,28    | 444.069,86    | 439.695,35    | 446.130,64    | 451.052,93    | 274.535,27    | 4.976.100,00   |
| 4.1.7.2.1.35.01.00.00.00                                      | Transferências Diretas do Salário-Educação    | 285.675,98    | 520.125,25    | 311.086,76    | 303.019,80    | 299.465,62    | 310.741,86    | 316.635,24    | 316.234,27    | 326.879,71    | 322.575,23    | 326.196,64    | 151.163,64    | 3.790.000,00   |
| 4.1.7.2.1.35.03.00.00.00                                      | Transferências Diretas do FNDE referentes     | 725,00        | 16.772,14     | 90.166,43     | 130.999,13    | 56.121,37     | 101.574,51    | 147.691,30    | 120.358,17    | 105.233,50    | 115.894,22    | 117.269,98    | 115.894,25    | 1.118.700,00   |
| 4.1.7.2.1.35.03.01.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fi     | 0,00          | 16.047,14     | 39.581,44     | 62.227,89     | 23.722,63     | 47.193,03     | 54.071,81     | 48.568,79     | 48.568,79     | 47.880,91     | 49.256,67     | 47.880,90     | 485.000,00     |
| 4.1.7.2.1.35.03.02.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pi     | 0,00          | 0,00          | 17.916,60     | 24.481,28     | 11.351,92     | 17.916,60     | 49.560,69     | 27.750,58     | 27.750,58     | 27.750,58     | 27.750,58     | 27.750,59     | 260.000,00     |
| 4.1.7.2.1.35.03.03.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AE     | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 725,00        | 8.700,00       |
| 4.1.7.2.1.35.03.04.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E      | 0,00          | 0,00          | 925,16        | 1.342,31      | 508,01        | 24.110,63     | 24.110,63     | 24.110,63     | 68.257,06     | 1.049,89      | 1.049,89      | 1.049,91      | 10.000,00      |
| 4.1.7.2.1.35.03.05.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Ci     | 0,00          | 0,00          | 31.018,23     | 42.222,85     | 19.813,81     | 11.029,25     | 19.203,17     | 19.203,17     | 96.446,19     | 38.487,84     | 38.487,84     | 38.487,85     | 355.000,00     |
| 4.1.7.2.1.35.04.00.00.00                                      | Transferências Diretas do FNDE referentes     | 0,00          | 0,00          | 12.239,45     | -1.851,32     | 4.913,66      | 6.233,74      | 7.477,42      | 7.477,42      | 7.477,42      | 7.477,42      | 7.477,42      | 7.477,42      | 66.400,00      |
| 4.1.7.2.1.35.04.01.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. F      | 0,00          | 0,00          | 12.239,45     | -5.317,54     | 5.099,64      | 2.380,65      | 5.099,64      | 5.099,64      | 5.099,64      | 5.099,64      | 5.099,64      | 5.099,64      | 45.000,00      |
| 4.1.7.2.1.35.04.03.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 376,57        | 211,11        | 45,65         | 211,11        | 211,11        | 211,11        | 211,11        | 211,11        | 211,11        | 1.900,00       |
| 4.1.7.2.1.35.04.06.00.00                                      | Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Médio       | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 3.089,65      | 2.166,67      | 2.166,67      | 922,99        | 2.166,67      | 2.166,67      | 2.166,67      | 2.166,67      | 2.166,65      | 19.500,00      |
| 4.1.7.2.1.35.99.00.00.00                                      | Outras Transferências Diretas do FNDE         | 157,08        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 314,63        | 130,90        | 0,00          | 0,00          | 104,72        | 183,77        | 108,89        | 0,01          | 1.000,00       |
| 4.1.7.2.1.35.99.02.00.00                                      | Outras Transferências Diretas do FNDE         | 157,08        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 314,63        | 130,90        | 0,00          | 0,00          | 104,72        | 183,77        | 108,89        | 0,01          | 1.000,00       |
| 4.1.7.2.1.36.00.00.00.00                                      | Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/  | 8.168,45      | 8.168,45      | 8.158,48      | 39.517,88     | 15.998,35     | 15.998,35     | 15.998,35     | 15.998,35     | 7.839,85      | 24.156,84     | 15.998,35     | 15.998,30     | 192.000,00     |
| 4.1.7.2.1.36.01.00.00.00                                      | Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87   | 4.146,93      | 4.146,93      | 4.141,87      | 19.571,02     | 7.999,16      | 7.999,16      | 7.999,16      | 7.999,16      | 3.857,28      | 12.141,03     | 7.999,16      | 7.999,14      | 96.000,00      |
| 4.1.7.2.1.36.02.00.00.00                                      | Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/    | 2.045,29      | 2.045,29      | 9.869,59      | 3.999,59      | 3.999,59      | 3.999,59      | 3.999,59      | 3.999,59      | 1.995,79      | 6.042,58      | 3.999,59      | 3.999,56      | 48.000,00      |
| 4.1.7.2.1.36.03.00.00.00                                      | Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/    | 1.976,23      | 1.976,23      | 1.973,82      | 10.076,91     | 3.999,60      | 3.999,60      | 3.999,60      | 3.999,60      | 2.025,78      | 5.973,43      | 3.999,60      | 3.999,60      | 48.000,00      |
| 4.1.7.2.1.36.03.00.00.00                                      | Outras Transferências da União                | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 330.000,00     |
| 4.1.7.2.1.36.03.00.00.00                                      | Outras Transferências da União - CEX          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 330.000,00     |
| 4.1.7.2.2.00.00.00.00.00                                      | Transferências dos Estados                    | 4.522.199,01  | 4.219.259,16  | 4.443.704,17  | 5.015.144,07  | 4.883.091,44  | 4.730.653,87  | 4.708.023,76  | 4.822.429,70  | 5.154.340,94  | 4.961.803,88  | 4.990.836,62  | 4.754.153,38  | 57.205.640,00  |



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Meas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2012 até 2014) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

Página: 4/14  
Data: 19/12/2014

| Código  | Especificação                                 | Janeiro       | Fevereiro     | Marco         | Abril         | Maió          | Junho         | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro        | Novembro     | Dezembro     | Total         |
|---|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| <b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b> |   |               |               |               |               |               |               |               |               |               |                |              |              |               |
| 13.784.364.61   | 12.983.586.21                                 | 13.406.156.83 | 25.350.391.35 | 13.588.552.53 | 12.434.317.95 | 13.323.482.34 | 20.366.139.69 | 14.434.782.01 | 13.848.017.00 | 18.484.598.04 | 185.823.012.00 |              |              |               |
| 4.519.657.26  | 4.216.724.01                                  | 4.415.631.58  | 4.932.739.34  | 4.794.177.33  | 4.633.766.76  | 4.763.522.59  | 5.075.303.83  | 4.885.941.29  | 4.912.222.50  | 4.751.653.38  | 56.533.000.00  |              |              |               |
| 4.024.514.12  | 3.589.035.49                                  | 3.600.033.88  | 4.043.234.80  | 3.830.595.06  | 3.759.171.22  | 3.770.841.14  | 4.181.371.22  | 4.067.528.44  | 4.385.734.22  | 4.373.019.09  | 47.300.000.00  |              |              |               |
| 4.17.2.2.01.01.00.00.00                                       | Cota-Parte do ICMS - Livre                    | 2.112.681.40  | 1.867.940.32  | 1.891.384.91  | 2.122.004.1   | 2.008.896.87  | 1.972.883.33  | 1.944.194.03  | 1.978.316.15  | 2.195.140.82  | 1.627.456.80   | 2.301.292.86 | 1.627.808.40 | 23.650.000.00 |
| 4.17.2.2.01.01.02.00.00                                       | Cota-Parte do ICMS - 25% Educação             | 951.973.48    | 841.857.77    | 851.603.68    | 956.389.12    | 906.053.54    | 889.195.67    | 876.357.92    | 891.938.79    | 989.079.95    | 949.467.95     | 1.037.392.54 | 1.683.689.59 | 11.825.000.00 |
| 4.17.2.2.01.01.03.00.00                                       | Cota-Parte do ICMS - Saúde                    | 959.859.24    | 849.237.40    | 857.045.29    | 964.841.57    | 915.644.65    | 897.092.22    | 915.644.65    | 900.586.20    | 997.150.45    | 1.490.603.69   | 1.047.048.82 | 1.061.521.10 | 11.825.000.00 |
| 4.17.2.2.01.02.00.00.00                                       | Cota-Parte do IPVA                            | 444.149.42    | 598.067.65    | 762.544.31    | 838.691.98    | 889.098.92    | 812.598.45    | 879.253.45    | 831.891.55    | 753.396.11    | 459.615.94     | 304.646.45   | 8.500.000.00 | 8.500.000.00  |
| 4.17.2.2.01.02.01.00.00                                       | Cota-Parte do IPVA - Livre                    | 221.981.43    | 299.142.88    | 381.413.45    | 418.124.95    | 444.488.72    | 406.275.68    | 439.468.22    | 464.098.99    | 415.591.19    | 377.030.89     | 229.923.05   | 152.458.55   | 4.250.000.00  |
| 4.17.2.2.01.02.02.00.00                                       | Cota-Parte do IPVA - 25% Educação             | 111.016.01    | 149.498.91    | 190.614.49    | 222.238.29    | 222.238.29    | 203.117.91    | 219.772.29    | 231.982.53    | 206.240.92    | 188.337.39     | 114.892.80   | 76.155.97    | 2.125.000.00  |
| 4.17.2.2.01.02.03.00.00                                       | Cota-Parte do IPVA - Saúde                    | 111.151.98    | 149.424.86    | 190.516.37    | 209.436.54    | 222.331.91    | 203.04.86     | 220.014.94    | 231.976.25    | 208.049.44    | 183.027.83     | 114.794.09   | 76.033.93    | 2.125.000.00  |
| 4.17.2.2.01.04.00.00.00                                       | Cota-Parte do IPI sobre Exportação            | 50.993.72     | 59.620.87     | 53.053.39     | 52.812.56     | 64.483.35     | 62.027.09     | 59.455.36     | 64.825.68     | 62.051.06     | 63.016.74      | 66.872.34    | 73.987.84    | 733.000.00    |
| 4.17.2.2.01.04.01.00.00                                       | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre    | 25.965.97     | 30.582.45     | 27.216.69     | 27.122.78     | 33.073.69     | 31.902.66     | 30.446.47     | 32.279.47     | 31.809.28     | 32.279.47      | 34.230.57    | 37.893.60    | 375.500.00    |
| 4.17.2.2.01.04.02.00.00                                       | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%      | 12.429.54     | 14.540.68     | 12.939.08     | 12.881.45     | 15.726.47     | 15.062.41     | 14.498.41     | 15.825.55     | 15.132.64     | 16.306.55      | 16.306.55    | 18.042.40    | 178.750.00    |
| 4.17.2.2.01.04.03.00.00                                       | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saüc     | 12.598.21     | 14.497.74     | 12.897.62     | 12.808.33     | 15.683.19     | 15.062.42     | 14.510.48     | 15.825.76     | 15.109.14     | 15.370.05      | 16.335.22    | 18.051.84    | 178.750.00    |
| 4.17.2.2.2.99.00.00.00.00                                     | Outras Transferências dos Estados             | 2.541.75      | 2.535.15      | 28.072.59     | 82.044.73     | 98.914.11     | 96.857.11     | 60.393.63     | 58.907.11     | 77.862.59     | 78.614.12      | 2.500.00     | 672.640.00   | 4.750.000.00  |
| 4.17.2.2.99.01.00.00.00                                       | Outras Transf. dos Estados - Transp. Escola   | 41.75         | 35.15         | 25.572.59     | 79.904.73     | 52.777.11     | 50.156.63     | 52.777.11     | 50.156.63     | 52.777.11     | 55.397.59      | 52.783.12    | 0.00         | 475.000.00    |
| 4.17.2.2.99.02.00.00.00                                       | Outras Transf. Estado - FNAS                  | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 48.137.00     | 44.080.00     | 14.237.00     | 6.130.00      | 26.260.00     | 22.465.00      | 25.831.00    | 2.500.00     | 197.640.00    |
| 4.17.2.2.99.02.01.00.00                                       | Outras Transf. Estado - FNAS Média Comf       | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 19.800.00     | 8.712.00      | 0.00          | 23.760.00     | 0.00           | 14.256.00    | 0.00         | 95.040.00     |
| 4.17.2.2.99.02.02.00.00                                       | Outras Transf. Estado - FNAS Alta Comple      | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 15.125.00     | 21.780.00     | 3.025.00      | 3.630.00      | 0.00          | 19.965.00      | 9.075.00     | 0.00         | 72.600.00     |
| 4.17.2.2.99.02.03.00.00                                       | Outras Transf. Estado - FEAS BASICO CC        | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00      | 2.500.00       | 2.500.00     | 2.500.00     | 30.000.00     |
| 4.17.2.4.0.00.00.00.00.00                                     | Transferências Multigovernamentais            | 4.095.003.82  | 3.934.792.96  | 3.805.640.93  | 4.135.634.38  | 746.192.79    | 825.000.00    | 969.055.47    | 2.271.599.92  | 7.005.155.09  | 3.750.504.68   | 2.971.748.97 | 4.407.370.99 | 38.910.700.00 |
| 4.17.2.4.01.00.00.00.00                                       | Transf. de Recursos do FUNDEB                 | 4.095.003.82  | 3.934.792.96  | 3.805.640.93  | 4.135.634.38  | 746.192.79    | 825.000.00    | 969.055.47    | 2.271.599.92  | 7.005.155.09  | 3.750.504.68   | 2.971.748.97 | 4.407.370.99 | 38.910.700.00 |
| 4.17.2.4.01.01.00.00.00                                       | Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%           | 3.270.003.82  | 3.109.792.96  | 2.980.640.93  | 3.310.634.38  | -76.807.21    | 0.00          | 134.055.47    | 1.146.599.92  | 6.180.155.09  | 2.925.504.68   | 2.146.748.97 | 3.582.370.99 | 29.010.700.00 |
| 4.17.2.4.01.02.00.00.00                                       | Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%           | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00     | 825.000.00   | 825.000.00   | 9.900.000.00  |
| 4.17.2.4.01.02.01.00.00                                       | Transf. Recursos FUNDEB - 40%                 | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00    | 825.000.00     | 825.000.00   | 825.000.00   | 9.900.000.00  |
| 4.17.3.0.00.00.00.00.00                                       | Transferências de Instituições Privadas       | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33       | 3.583.33     | 3.583.37     | 43.000.00     |
| 4.17.3.0.00.00.00.00.01                                       | Transferência de Instituições Privadas        | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33      | 3.583.33       | 3.583.33     | 3.583.37     | 43.000.00     |
| 4.17.5.0.00.00.00.00.00                                       | Transf. de Pessoas                            | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33          | 83.33        | 83.37        | 1.000.00      |
| 4.17.5.0.00.00.00.00.01                                       | Transferência de Pessoas                      | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33          | 83.33        | 83.37        | 1.000.00      |
| 4.17.6.0.00.00.00.00.00                                       | Transf. de Conv.                              | 15.057.15     | 14.866.62     | 8.271.86      | 40.081.66     | 164.164.91    | 48.568.39     | 22.576.79     | 48.201.11     | 39.268.70     | 22.576.79      | 48.777.20    | 22.576.82    | 495.000.00    |
| 4.17.6.1.00.00.00.00.00                                       | Transf. de Conv. da União e de suas Entidades | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33       | 8.083.33     | 8.083.37     | 97.000.00     |
| 4.17.6.1.99.00.00.00.00                                       | Outras Transferências de Convênios da União   | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33       | 8.083.33     | 8.083.37     | 97.000.00     |
| 4.17.6.1.99.00.01.00.00                                       | Outras Transf. de Convênios da União          | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33      | 8.083.33       | 8.083.33     | 8.083.37     | 97.000.00     |
| 4.17.6.2.00.00.00.00.00                                       | Transf. Conv. Estados Dist.Fed. e suas Entid. | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 137.539.22    | 20.034.64     | 0.00          | 25.624.27     | 16.601.46     | 0.00           | 26.200.41    | 0.00         | 226.000.00    |
| 4.17.6.2.99.00.00.00.00                                       | Outras Transferências de Convênio dos Esta    | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 137.539.22    | 20.034.64     | 0.00          | 25.624.27     | 16.601.46     | 0.00           | 26.200.41    | 0.00         | 226.000.00    |
| 4.17.6.2.99.99.00.00.00                                       | Outras Conv. Estados                          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 137.539.22    | 20.034.64     | 0.00          | 25.624.27     | 16.601.46     | 0.00           | 26.200.41    | 0.00         | 226.000.00    |
| 4.17.6.4.00.00.00.00.00                                       | Transferência de Convênios Instituições Priv  | 6.973.82      | 6.785.29      | 186.53        | 31.998.33     | 16.542.36     | 20.470.42     | 14.493.46     | 14.493.51     | 14.573.91     | 14.493.46      | 14.493.45    | 14.493.45    | 172.000.00    |
| 4.17.6.4.99.00.00.00.00                                       | Transf. de Outros Convênios de Inst. Privada  | 6.973.82      | 6.785.29      | 186.53        | 31.998.33     | 16.542.36     | 20.470.42     | 14.493.46     | 14.493.51     | 14.573.91     | 14.493.46      | 14.493.45    | 14.493.45    | 172.000.00    |
| 4.19.0.0.00.00.00.00.00                                       | OUTRAS RECEITAS CORRENTES                     | 548.574.79    | 473.883.96    | 571.524.42    | 610.398.57    | 624.793.64    | 466.591.47    | 565.252.76    | 780.104.41    | 566.300.96    | 976.714.99     | 594.833.64   | 670.521.39   | 7.449.495.00  |
| 4.19.1.0.00.00.00.00.00                                       | Multas e Juros de Mora                        | 152.194.01    | 176.741.67    | 217.944.29    | 241.022.14    | 188.502.72    | 179.284.91    | 167.895.39    | 233.274.25    | 233.274.25    | 325.195.77     | 181.099.88   | 240.170.74   | 2.883.000.00  |
| 4.19.1.0.00.00.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora dos Tribun               | 3.976.53      | 3.610.06      | 4.764.83      | 11.899.42     | 12.717.36     | 5.087.89      | 7.617.81      | 13.125.22     | 10.095.35     | 12.182.24      | 13.469.10    | 18.454.19    | 117.000.00    |
| 4.19.1.1.38.00.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o IPTU                 | 546.42        | 3.43          | 22.73         | 3.882.42      | 4.110.13      | 3.941.49      | 4.293.57      | 6.972.27      | 3.539.15      | 4.412.80       | 10.432.08    | 14.843.51    | 57.000.00     |
| 4.19.1.1.38.01.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Livre         | 278.95        | 1.72          | 11.53         | 1.938.00      | 2.051.22      | 1.970.44      | 2.156.51      | 3.482.07      | 1.773.81      | 2.205.86       | 5.214.87     | 7.415.02     | 28.500.00     |
| 4.19.1.1.38.02.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o IPTU - 25% Educ      | 136.84        | 0.84          | 5.69          | 970.45        | 1.027.28      | 985.26        | 1.075.74      | 1.742.94      | 894.87        | 1.103.08       | 2.608.12     | 3.710.89     | 14.250.00     |
| 4.19.1.1.38.03.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Saúde         | 130.63        | 0.87          | 5.51          | 973.97        | 1.031.63      | 985.79        | 1.063.32      | 1.747.26      | 880.47        | 1.103.86       | 2.609.09     | 3.717.60     | 14.250.00     |
| 4.19.1.1.39.00.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ITBI                 | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67        | 166.67         | 166.67       | 166.63       | 2.000.00      |
| 4.19.1.1.39.01.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Livre         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33          | 83.33        | 83.37        | 1.000.00      |
| 4.19.1.1.39.02.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Educação      | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67          | 41.67        | 41.63        | 500.00        |
| 4.19.1.1.39.03.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Saúde         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67         | 41.67          | 41.67        | 41.63        | 500.00        |
| 4.19.1.1.39.03.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Saude         | 3.243.65      | 3.433.38      | 4.407.00      | 7.741.96      | 8.407.38      | 872.01        | 2.585.56      | 5.914.86      | 6.361.97      | 7.306.77       | 2.652.45     | 3.073.01     | 56.000.00     |
| 4.19.1.1.40.00.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ISS                  | 1.607.14      | 1.721.50      | 2.197.09      | 3.826.27      | 4.199.02      | 4.38.31       | 1.286.03      | 2.977.07      | 3.224.59      | 3.652.72       | 1.329.96     | 1.540.30     | 28.000.00     |
| 4.19.1.1.40.01.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ISS - Livre          | 809.91        | 865.54        | 1.101.45      | 1.933.36      | 2.101.71      | 2.18.08       | 646.05        | 1.479.74      | 1.592.72      | 1.826.73       | 663.28       | 768.43       | 14.000.00     |
| 4.19.1.1.40.02.00.00.00                                       | Multas/Juros de Mora s/o ISS - 25% Educaç     | 826.60        | 853.34        | 1.108.46      | 1.982.33      | 2.106.65      | 2.15.62       | 653.48        | 1.458.05      | 1.544.66      | 1.827.32       | 659.21       | 764.28       | 14.000.00     |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2012 até 2014) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Página: 5/14  
Data: 19/12/2014

| Código   | Especificação                                   | Janeiro   | Fevereiro | Março     | Abril     | Maió      | Junho     | Julho     | Agosto    | Setembro  | Outubro   | Novembro  | Dezembro  | Total      |
|--|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL |   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |            |
| 4.1.9.1.1.98.00.00.00                                  | Multas/Juros de Mora das Contrib. de Melhorio   | 19,79     | 6,58      | 3,39      | 17,59     | 4,38      | 9,34      | 381,38    | 0,00      | 14,01     | 156,55    | 64,94     | 322,05    | 1.000,00   |
| 4.1.9.1.1.98.01.00.00                                  | Multas/Juros de Mora das Contrib. de Melhorio - | 19,79     | 6,58      | 3,39      | 17,59     | 4,38      | 9,34      | 381,38    | 0,00      | 14,01     | 156,55    | 64,94     | 322,05    | 1.000,00   |
| 4.1.9.1.1.99.00.00.00                                  | Multas e Juros de Mora de Outros Tributos       | 0,00      | 0,00      | 165,04    | 90,78     | 28,80     | 98,38     | 190,63    | 71,42     | 13,55     | 139,45    | 152,96    | 48,99     | 1.000,00   |
| 4.1.9.1.1.99.01.00.00                                  | Multas e Juros de Mora de Outros Tributos       | 0,00      | 0,00      | 165,04    | 90,78     | 28,80     | 98,38     | 190,63    | 71,42     | 13,55     | 139,45    | 152,96    | 48,99     | 1.000,00   |
| 4.1.9.1.1.99.01.01.00.00                               | Multas e Juros de Mora de Outros Tributos       | 0,00      | 0,00      | 165,04    | 90,78     | 28,80     | 98,38     | 190,63    | 71,42     | 13,55     | 139,45    | 152,96    | 48,99     | 1.000,00   |
| 4.1.9.1.3.00.00.00.00                                  | Multa e Juros de Mora de Dívida Alívia dos Trib | 41.338,81 | 31.740,58 | 46.546,83 | 44.764,08 | 37.541,23 | 29.277,12 | 34.545,78 | 52.491,16 | 33.163,65 | 66.586,86 | 38.021,14 | 36.880,76 | 492.900,00 |
| 4.1.9.1.3.11.00.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU         | 28.179,53 | 20.974,91 | 33.183,54 | 29.613,43 | 24.354,63 | 18.278,74 | 22.182,11 | 35.982,38 | 21.725,62 | 44.204,44 | 27.669,10 | 25.851,57 | 332.000,00 |
| 4.1.9.1.3.11.01.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Lvr   | 14.153,82 | 10.728,84 | 16.971,08 | 15.036,54 | 13.706,38 | 10.862,63 | 12.359,05 | 16.470,98 | 10.591,27 | 18.475,54 | 13.087,27 | 13.556,60 | 168.000,00 |
| 4.1.9.1.3.11.02.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%   | 7.032,22  | 5.141,31  | 8.106,59  | 7.284,00  | 6.320,89  | 3.705,73  | 4.908,49  | 9.749,87  | 5.563,77  | 12.856,80 | 7.286,52  | 6.043,81  | 83.000,00  |
| 4.1.9.1.3.11.03.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Sai   | 6.993,49  | 5.104,76  | 8.105,87  | 7.292,89  | 5.327,36  | 3.710,38  | 4.914,57  | 9.749,87  | 5.563,77  | 12.856,80 | 7.286,52  | 6.043,81  | 83.000,00  |
| 4.1.9.1.3.13.00.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS          | 5.646,56  | 4.330,66  | 4.753,76  | 6.171,28  | 5.147,31  | 3.244,80  | 4.703,35  | 7.038,95  | 4.288,67  | 10.914,49 | 3.521,82  | 4.240,35  | 64.000,00  |
| 4.1.9.1.3.13.01.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Livre  | 2.828,70  | 2.179,86  | 2.392,67  | 3.095,05  | 2.587,21  | 1.625,25  | 2.362,71  | 3.496,48  | 2.138,55  | 5.408,70  | 1.765,99  | 2.118,83  | 32.000,00  |
| 4.1.9.1.3.13.02.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%    | 1.411,84  | 1.083,29  | 1.189,23  | 1.543,31  | 1.287,50  | 811,32    | 1.176,39  | 1.758,19  | 1.071,89  | 2.726,31  | 880,70    | 1.060,03  | 16.000,00  |
| 4.1.9.1.3.13.03.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saüc   | 1.406,02  | 1.067,51  | 1.177,86  | 1.532,92  | 1.272,60  | 808,23    | 1.164,25  | 1.782,28  | 1.078,23  | 2.779,48  | 875,13    | 1.061,49  | 16.000,00  |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 550,00    | 6.000,00   |
| 4.1.9.1.3.13.05.00.00                                  | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. S | 550,00    | 550,00    | 5         |           |           |           |           |           |           |           |           |           |            |

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - M

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F. Artiao 8º da L.C. 101/00

| Código   | Especificação                                      | Janeiro       | Fevereiro     | Março         | Abril         | Maió          | Junho         | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro       | Novembro      | Dezembro       | Total          |
|--|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL |  |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |               |                |                |
| 13.764.384.61  |  | 12.993.686.21 | 13.046.156.83 | 25.350.391.35 | 13.818.623.44 | 13.588.652.53 | 12.434.317.95 | 13.323.482.34 | 20.366.139.69 | 14.544.782.01 | 13.848.017.00 | 18.484.598.04 | 185.832.012.04 |                |
| 4.1.9.2.2.99.00.01.04.00                               | Outras Rest. Folha - Iluminação Pública            | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.37          | 1.000,00       |
| 4.1.9.2.2.99.00.01.05.00                               | Outras Rest. Folha - MDE                           | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.37          | 1.000,00       |
| 4.1.9.2.2.99.00.01.06.00                               | Outras Rest. Folha - Prefeitura                    | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.37          | 1.000,00       |
| 4.1.9.2.2.99.00.01.99.00                               | Outras Restituições                                | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.33         | 83.37          | 10.000,00      |
| 4.1.9.3.0.0.0.0.00.00.00                               | RECEITA DA DIVIDA ATIVA                            | 393.984.13    | 294.725.64    | 351.163.48    | 360.969.78    | 438.874.27    | 284.889.91    | 380.237.52    | 488.172.73    | 320.129.59    | 603.641.49    | 364.489.29    | 357.747.17     | 4.639.995,00   |
| 4.1.9.3.1.0.0.0.00.00.00                               | Receita da Divida Alívia Trudária                  | 392.279.60    | 293.624.26    | 350.163.96    | 365.549.87    | 431.876.34    | 283.063.18    | 377.448.83    | 485.553.92    | 318.154.68    | 600.605.31    | 362.397.02    | 355.676.03     | 4.616.995,00   |
| 4.1.9.3.1.1.0.0.00.00.00                               | Rec. Div. Alív. do IPTU - 25% Educação             | 346.972.28    | 259.921.92    | 309.420.94    | 325.998.67    | 390.141.58    | 250.990.30    | 301.597.75    | 472.767.35    | 284.736.32    | 537.711.49    | 332.095.37    | 325.609.03     | 4.137.925,00   |
| 4.1.9.3.1.1.01.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do IPTU - Livre                    | 67.087.14     | 50.159.54     | 59.942.04     | 62.673.48     | 75.095.74     | 48.245.23     | 57.871.41     | 89.991.92     | 54.345.48     | 102.134.25    | 63.386.78     | 62.246.99      | 793.180,00     |
| 4.1.9.3.1.1.02.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do IPTU - 25% Educação             | 87.139.80     | 65.203.04     | 77.798.45     | 81.630.44     | 97.755.09     | 62.842.60     | 75.438.25     | 117.752.97    | 71.401.32     | 132.774.90    | 82.835.77     | 81.286.67      | 1.034.480,00   |
| 4.1.9.3.1.1.03.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do IPTU - Saúde                    | 192.745.34    | 144.559.34    | 171.680.45    | 181.694.75    | 217.990.05    | 139.902.47    | 168.250.09    | 265.022.46    | 159.969.52    | 301.802.34    | 185.872.82    | 182.075.37     | 2.310.265,00   |
| 4.1.9.3.1.1.13.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do ISS                             | 24.932.71     | 16.927.31     | 21.864.24     | 21.592.80     | 25.009.65     | 15.453.53     | 59.008.48     | -9.229.82     | 17.968.48     | 39.959.27     | 14.220.78     | 16.532.57      | 264.000,00     |
| 4.1.9.3.1.1.13.01.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do ISS - Livre                     | 12.470.55     | 8.546.68      | 10.917.36     | 10.837.98     | 12.587.01     | 7.730.63      | 29.258.56     | -4.430.96     | 8.934.82      | 19.788.95     | 7.138.59      | 8.228.83       | 132.000,00     |
| 4.1.9.3.1.1.13.02.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do ISS - 25% Educação              | 6.226.45      | 4.235.71      | 5.419.98      | 5.400.26      | 6.256.51      | 3.863.55      | 14.740.16     | -2.298.57     | 4.487.47      | 9.980.59      | 3.556.59      | 4.131.30       | 68.000,00      |
| 4.1.9.3.1.3.00.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. do ISS - Saúde                     | 6.205.71      | 4.144.92      | 5.332.90      | 5.354.56      | 6.166.13      | 3.859.35      | 15.012.76     | -2.500.29     | 4.536.19      | 10.189.73     | 3.525.66      | 4.172.44       | 66.000,00      |
| 4.1.9.3.1.3.05.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67      | 3.916.67       | 47.000,00      |
| 4.1.9.3.1.3.80.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. das Contrib. de Melhoría           | 785.80        | 612.43        | 725.87        | 644.14        | 1.018.50      | 792.56        | 901.80        | 834.11        | 891.61        | 2.068.17      | 770.56        | 594.45         | 10.620,00      |
| 4.1.9.3.1.3.80.01.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. das Contrib. de Melhoría           | 785.80        | 612.43        | 725.87        | 644.14        | 1.018.50      | 792.56        | 901.80        | 834.11        | 891.61        | 2.068.17      | 770.56        | 594.45         | 10.620,00      |
| 4.1.9.3.1.3.90.00.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. Não Tributária de Outras Rec.      | 15.722.14     | 12.145.93     | 14.436.24     | 13.397.59     | 11.791.94     | 11.910.12     | 12.062.13     | 17.265.61     | 10.651.60     | 16.945.71     | 11.393.64     | 9.023.35       | 156.750,00     |
| 4.1.9.3.1.3.90.01.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. de Outras Tributos                 | 15.722.14     | 12.145.93     | 14.436.24     | 13.397.59     | 11.791.94     | 11.910.12     | 12.062.13     | 17.265.61     | 10.651.60     | 16.945.71     | 11.393.64     | 9.023.35       | 156.750,00     |
| 4.1.9.3.2.0.0.0.00.00.00.00                            | Rec. Div. Alív. Alívia não tributária              | 1.884.53      | 1.201.38      | 999.52        | 1.409.91      | 1.995.93      | 1.826.73      | 2.788.69      | 2.185.81      | 1.974.91      | 3.036.18      | 2.092.27      | 2.071.14       | 23.700,00      |
| 4.1.9.3.2.2.0.0.00.00.00.00                            | Rec. Div. Alív. Alívia Serv. de Insp. Fiscaliz     | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 1.000,00      | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00           | 1.000,00       |
| 4.1.9.3.2.3.0.0.00.00.00.00                            | Rec. Div. Alív. Não Tributária de Outras Rec.      | 1.684.53      | 1.201.38      | 999.52        | 1.409.91      | 1.995.93      | 1.826.73      | 1.788.69      | 2.618.81      | 1.974.91      | 3.036.18      | 2.092.27      | 2.071.14       | 22.700,00      |
| 4.1.9.3.2.3.99.01.00.00.00                             | Rec. Div. Alív. Não-Tribut. de Outras Rec. - F     | 1.684.53      | 1.201.38      | 999.52        | 1.409.91      | 1.995.93      | 1.826.73      | 1.788.69      | 2.618.81      | 1.974.91      | 3.036.18      | 2.092.27      | 2.071.14       | 22.700,00      |
| 4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00.00                            | RECEITAS DIVERSAS                                  | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 14.703.20     | 9.840.80      | 10.480.47     | 45.461.08     | 46.827.82     | 70.186.63      | 197.500,00     |
| 4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00.00                            | Outras Rec. Alívia                                 | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 14.703.20     | 9.840.80      | 10.480.47     | 45.461.08     | 46.827.82     | 70.186.63      | 197.500,00     |
| 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00                               | Outras Rec. Alívia                                 | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 14.703.20     | 9.840.80      | 10.480.47     | 45.461.08     | 46.827.82     | 70.186.63      | 197.500,00     |
| 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00                               | Outras Rec. Alívia                                 | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 14.703.20     | 9.840.80      | 10.480.47     | 45.461.08     | 46.827.82     | 70.186.63      | 197.500,00     |
| 4.1.9.9.0.99.00.00.00.01                               | Outras Rec. Alívia - Prefeitura                    | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 16.91         | 16.91         | 721.61        | 190.93        | 36.74         | 16.90          | 1.000,00       |
| 4.1.9.9.0.99.00.00.00.01.02                            | Outras Rec. Alívia - Contribuições Faculta         | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 14.686.29     | 9.823.89      | 45.270.15     | 96.491.08     | 70.169.73     | 196.500,00     | 30.264.610,00  |
| 4.2.0.0.0.0.0.00.00.00.00                              | RECEITAS DE CAPITAL                                | 1.451.719.74  | 620.985.55    | 696.660.62    | 5.282.607.89  | 3.431.483.05  | 3.614.748.57  | 2.903.124.41  | 1.668.903.81  | 4.405.354.11  | 1.341.635.19  | 935.402.35    | 3.912.514.71   | 17.000.000,00  |
| 4.2.1.0.0.0.0.00.00.00.00                              | OPERAÇÕES DE CRÉDITO                               | 835.124.79    | 4.930.97      | 917.62        | 4.666.564.93  | 2.815.442.22  | 1.699.573.23  | 2.287.073.58  | 535.751.48    | 3.168.960.20  | 680.782.02    | 255.706.33    | 49.172.63      | 17.000.000,00  |
| 4.2.1.1.0.0.0.00.00.00.00                              | Operações de Crédito Internas                      | 835.124.79    | 4.930.97      | 917.62        | 4.666.564.93  | 2.815.442.22  | 1.699.573.23  | 2.287.073.58  | 535.751.48    | 3.168.960.20  | 680.782.02    | 255.706.33    | 49.172.63      | 17.000.000,00  |
| 4.2.1.1.0.0.0.00.00.00.00                              | Outras Operações de Crédito Internas               | 835.124.79    | 4.930.97      | 917.62        | 4.666.564.93  | 2.815.442.22  | 1.699.573.23  | 2.287.073.58  | 535.751.48    | 3.168.960.20  | 680.782.02    | 255.706.33    | 49.172.63      | 17.000.000,00  |
| 4.2.2.0.0.0.0.00.00.00.00                              | ALIEAÇÃO DE BENS                                   | 4.12          | 3.75          | 79.692.17     | -7.87         | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00           | 200.000,00     |
| 4.2.2.1.0.0.0.00.00.00.00                              | Alienação de Bens Móveis                           | 4.12          | 3.75          | 79.692.17     | -7.87         | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00           | 200.000,00     |
| 4.2.2.1.9.00.00.00.00.00                               | Alienação de Bens Móveis                           | 4.12          | 3.75          | 79.692.17     | -7.87         | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00           | 200.000,00     |
| 4.2.4.0.0.0.0.00.00.00.00                              | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                          | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83     | 7.392.610,00   |
| 4.2.4.2.0.0.0.00.00.00.00                              | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAL                  | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83     | 7.392.610,00   |
| 4.2.4.2.1.0.0.0.00.00.00                               | Transferências da União                            | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83     | 7.392.610,00   |
| 4.2.4.2.1.0.0.01.00.00.00                              | Transferências União                               | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83    | 616.050.83     | 7.392.610,00   |
| 4.2.4.7.0.0.0.00.00.00.00                              | TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS                        | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 1.299.124.51  | 0.00          | 517.101.50    | 620.343.08    | 44.802.34     | 63.645.19     | 3.126.983.38   | 5.672.000,00   |
| 4.2.4.7.1.0.0.00.00.00.00                              | Transf. Convênios da União e de suas Entidad       | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 683.435.22    | 0.00          | 0.00          | 282.919.59    | 0.00          | 63.645.19     | 0.00           | 1.000.000,00   |
| 4.2.4.7.1.02.00.00.00.00                               | Transf. Convênios da União Destin. Program         | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 683.435.22    | 0.00          | 0.00          | 282.919.59    | 0.00          | 63.645.19     | 0.00           | 1.000.000,00   |
| 4.2.4.7.2.0.0.00.00.00.00                              | Outros Conv. União e de suas Entidad               | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 645.889.29    | 0.00          | 517.101.50    | 337.423.49    | 44.802.34     | 0.00          | 3.126.983.38   | 4.672.000,00   |
| 4.2.4.7.2.0.0.00.00.00.00                              | Transf. Conv. de Estados, Dist. Fed. e suas Ei     | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 645.889.29    | 0.00          | 517.101.50    | 337.423.49    | 44.802.34     | 0.00          | 3.126.983.38   | 4.672.000,00   |
| 4.2.4.7.2.99.00.00.00.00                               | Outras Transf. de Convênio dos Estados             | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 645.889.29    | 0.00          | 517.101.50    | 337.423.49    | 44.802.34     | 0.00          | 3.126.983.38   | 4.672.000,00   |
| 4.2.4.7.2.99.00.01.00.00                               | Outras Transf. Conv. dos Estados                   | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 0.00          | 645.889.29    | 0.00          | 517.101.50    | 337.423.49    | 44.802.34     | 0.00          | 3.126.983.38   | 4.672.000,00   |
| 4.7.0.0.0.0.0.00.00.00.00                              | RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTAF                | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.37      | 203.500,00     |
| 4.7.2.0.0.0.0.00.00.00.00                              | RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES                           | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.37      | 203.500,00     |
| 4.7.2.3.0.0.0.00.00.00.00                              | Transferências dos Municípios                      | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.37      | 203.500,00     |
| 4.7.2.3.0.0.0.00.00.00.00                              | Transferências dos Municípios                      | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.33     | 16.958.37      | 203.500,00     |
| 4.7.2.3.0.0.0.00.00.00.01                              | Custeio p/ Serv. Iluminação Pública                | 1.368.940.58  | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55 | -1.425.346.55  | -16.500.128,00 |
| 4.7.2.3.0.0.0.00.00.00.00                              | DEDUÇÕES DA RECEITA                                | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00  | 9.000.000.00   | -1.481.370.34  |

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

[illegible]

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Méias Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2012 até 2014) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 10/100

Página: 8/14

Data: 19/12/2014

| Código  | Especificação                               | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro     | Dezembro     | Total         |
|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| <b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b> |   |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |               |
| 4.1.7.2.1.33.11.30.11.00                      | Saude Bucal                                 | 13.686,96    | 1.651.953,48 | 1.967.136,01 | 2.056.463,46 | 2.356.270,65 | 1.830.784,80 | 2.072.379,66 | 1.948.425,63 | 2.442.209,24 | 1.950.638,05 | 1.474.102,56 | 1.135.207,68 | 22.250.975,00 |
| 4.1.7.2.1.33.11.30.12.00                      | Agencias Comunitárias de Saúde              | 13.988,96    | 8.193,97     | 40.202,92    | 18.856,28    | 33.756,82    | 16.387,95    | 28.650,25    | 25.564,84    | 17.851,31    | 33.756,82    | 16.387,95    | 16.387,93    | 270.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.11.30.12.00                      | Agencias Comunitárias de Saúde              | 64.003,65    | 105.925,59   | 117.081,27   | 122.058,49   | 118.904,11   | 76.531,84    | 118.550,71   | 122.225,75   | 120.641,56   | 120.606,78   | 78.822,88    | 110.417,57   | 1.275.000,00  |
| 4.1.7.2.1.33.11.30.00.00                      | Outros Programas Financ. por Transf. Funct  | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00          |
| 4.1.7.2.1.33.12.00.00.00                      | Teto Financeiro                             | 887.203,25   | 1.071.935,54 | 1.064.045,53 | 1.041.980,80 | 1.136.319,34 | 1.022.883,16 | 1.055.771,71 | 1.048.541,18 | 1.020.408,45 | 1.078.186,53 | 657.460,67   | 503.953,84   | 11.587.500,00 |
| 4.1.7.2.1.33.12.10.00.00                      | Teto Financeiro                             | 586.648,71   | 737.826,13   | 803.015,38   | 783.284,89   | 786.910,34   | 771.506,96   | 788.433,75   | 863.706,63   | 771.1915,10  | 805.074,08   | 500.244,23   | 503.953,80   | 8.762.500,00  |
| 4.1.7.2.1.33.12.10.17.00                      | Teto Financeiro                             | 579.627,88   | 769.529,25   | 755.754,96   | 766.655,51   | 758.592,63   | 753.765,33   | 755.754,96   | 840.076,42   | 764.894,27   | 776.287,62   | 492.405,68   | 486.412,16   | 8.500.000,00  |
| 4.1.7.2.1.33.12.10.20.00                      | SAMU - Serv. Atend. Móvel de Urgência       | 4.687,50     | 14.296,88    | 28.593,75    | 6.909,38     | 18.984,38    | 9.375,00     | 19.216,75    | 14.296,88    | 4.687,50     | 18.453,13    | 4.921,88     | 9.374,97     | 157.500,00    |
| 4.1.7.2.1.33.12.10.50.00                      | CEO - Centro Espec. Otorrinolaringologicas  | 2.333,33     | 14.000,00    | 18.666,67    | 7.000,00     | 9.333,33     | 8.166,67     | 13.416,67    | 9.333,33     | 2.333,33     | 9.333,33     | 2.916,67     | 8.166,67     | 105.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.12.14.00.00                      | CAPS  | 19.329,73    | 75.948,66    | 38.002,70    | 38.002,70    | 38.002,70    | 38.002,70    | 38.002,70    | 38.659,45    | 38.659,45    | 38.659,45    | 19.329,73    | 0,03         | 420.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.12.20.00.00                      | Terapia Renal Substitutiva                  | 280.544,76   | 198.225,42   | 223.027,45   | 219.734,86   | 310.406,30   | 213.173,50   | 228.867,55   | 145.707,39   | 207.963,06   | 234.463,00   | 137.886,71   | 0,00         | 2.400.000,00  |
| 4.1.7.2.1.33.12.20.57.00                      | Terapia Renal Substitutiva                  | 280.544,76   | 198.225,42   | 223.027,45   | 219.734,86   | 310.406,30   | 213.173,50   | 228.867,55   | 145.707,39   | 207.963,06   | 234.463,00   | 137.886,71   | 0,00         | 2.400.000,00  |
| 4.1.7.2.1.33.12.99.00.00                      | Outros Programas Fundo a Fundo FAEC         | 680,05       | 535,33       | 0,00         | 978,35       | 0,00         | 467,71       | 467,71       | 1.870,84     | 1.870,84     | 0,00         | 0,00         | 0,01         | 5.000,00      |
| 4.1.7.2.1.33.13.00.00.00                      | Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Sa | 34.616,08    | 9.391,77     | 71.402,44    | 9.391,77     | 20.123,55    | 50.380,55    | 73.442,60    | 32.410,61    | 18.883,84    | 67.256,74    | 58.797,74    | 79.697,31    | 525.775,00    |
| 4.1.7.2.1.33.13.10.00.00                      | Vigilância Epidemiológica e Ambiental em S  | 34.616,08    | 9.391,77     | 71.402,44    | 9.391,77     | 18.783,55    | 45.739,71    | 67.307,11    | 11.928,14    | 11.928,14    | 67.256,74    | 58.797,74    | 74.231,81    | 480.775,00    |
| 4.1.7.2.1.33.13.13.10.00                      | Vigilância Epidemiológica e Ambiental em    | 33.583,64    | 9.391,77     | 53.645,94    | 9.391,77     | 18.783,55    | 26.951,77    | 52.088,88    | 9.391,77     | 9.391,77     | 44.348,58    | 58.797,74    | 74.231,82    | 400.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.13.13.10.00                      | Vigilância Epidemiológica e Ambiental em    | 1.032,44     | 0,00         | 17.750,50    | 0,00         | 0,00         | 18.787,94    | 15.219,23    | 2.536,37     | 2.536,37     | 22.908,16    | 0,00         | -0,01        | 80.775,00     |
| 4.1.7.2.1.33.13.20.00.00                      | Vigilância Sanitária                        | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 1.340,00     | 4.620,84     | 6.135,49     | 20.482,47    | 6.955,70     | 0,00         | 0,00         | 5.465,50     | 45.000,00     |
| 4.1.7.2.1.33.13.20.15.00                      | Vigilância Sanitária                        | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 1.340,00     | 4.620,84     | 6.135,49     | 20.482,47    | 6.955,70     | 0,00         | 0,00         | 5.465,50     | 45.000,00     |
| 4.1.7.2.1.33.14.00.00.00                      | Componente Básico de Assistência Farmac     | 16.666,67    | 33.333,33    | 83.333,33    | 33.333,33    | 66.666,67    | 33.333,33    | 66.666,67    | 50.000,00    | 33.333,33    | 33.333,33    | 33.333,33    | 16.666,68    | 500.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.14.10.00.00                      | Componente Básico de Assistência Farmac     | 16.666,67    | 33.333,33    | 83.333,33    | 33.333,33    | 66.666,67    | 33.333,33    | 66.666,67    | 50.000,00    | 33.333,33    | 33.333,33    | 33.333,33    | 16.666,68    | 500.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.14.10.63.00                      | Componente Básico de Assistência Farm       | 16.666,67    | 33.333,33    | 83.333,33    | 33.333,33    | 66.666,67    | 33.333,33    | 66.666,67    | 50.000,00    | 33.333,33    | 33.333,33    | 33.333,33    | 16.666,68    | 500.000,00    |
| 4.1.7.2.1.33.15.00.00.00                      | Qualificação Gestão do SUS                  | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,37       | 10.000,00     |
| 4.1.7.2.1.33.15.10.00.00                      | Qualificação Gestão do SUS                  | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,37       | 10.000,00     |
| 4.1.7.2.2.00.00.00.00.00                      | Transferências dos Estados                  | 114.594,99   | 98.410,08    | 127.317,30   | 380.198,33   | 351.602,23   | 170.699,92   | 285.417,20   | 233.524,01   | 321.947,83   | 124.687,79   | 276.200,59   | 130.599,73   | 2.595.200,00  |
| 4.1.7.2.2.33.00.00.00.00                      | Transf. de Recursos do Estado p/ Programas  | 114.594,99   | 98.410,08    | 127.317,30   | 380.198,33   | 351.602,23   | 170.699,92   | 285.417,20   | 233.524,01   | 321.947,83   | 124.687,79   | 276.200,59   | 130.599,73   | 2.595.200,00  |
| 4.1.7.2.2.33.01.00.00.00                      | Atenção Farmacêutica                        | 0,00         | 84.816,60    | 42.402,09    | 42.402,09    | 42.402,09    | 27.043,23    | 13.521,62    | 42.402,09    | 42.402,09    | 13.521,62    | 13.521,62    | 40.564,86    | 405.000,00    |
| 4.1.7.2.2.33.02.00.00.00                      | PSF   | 19.058,98    | 7.905,25     | 55.115,75    | 26.515,90    | 30.330,46    | 26.515,90    | 17.671,26    | 20.561,45    | 32.284,27    | 17.671,26    | 8.838,63     | 26.515,89    | 289.000,00    |
| 4.1.7.2.2.33.03.00.00.00                      | CEO   | 2.445,82     | 2.445,82     | 10.299,11    | 12.051,21    | 7.337,45     | 1.956,65     | 6.216,82     | 7.275,19     | 11.260,76    | 1.956,65     | 4.891,46     | 79.200,00    | 0,00          |
| 4.1.7.2.2.33.05.00.00.00                      | Oxigenoterapia                              | 2.772,01     | 1.572,74     | 7.917,66     | 16.412,12    | 10.739,46    | 6.560,70     | 10.636,72    | 14.922,38    | 10.764,36    | 10.942,80    | 6.701,79     | 2.058,26     | 102.000,00    |
| 4.1.7.2.2.33.07.00.00.00                      | Redes de Urgência e Emergência              | 49,67        | 0,00         | 9.916,02     | 81.963,07    | 259.126,10   | 72.926,86    | 211.070,71   | 146.696,23   | 124.702,00   | 75.987,81    | 166.696,90   | 50.864,63    | 1.200.000,00  |
| 4.1.7.2.2.33.08.00.00.00                      | Medic e Alta Complexidade                   | 88.601,84    | 0,00         | 0,00         | 199.187,27   | 0,00         | 34.029,91    | 4.628,40     | 0,00         | 98.877,68    | 0,00         | 74.674,90    | 0,00         | 500.000,00    |
| 4.1.7.2.2.33.11.00.00.00                      | Incentivo para Captação de Órgãos           | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,67     | 1.666,63     | 20.000,00     |
| 4.1.9.0.0.00.00.00.00.00                      | OUTRAS RECEITAS CORRENTES                   | 2.648,98     | 611,20       | 20.273,70    | 1.364,79     | 997,94       | 2.752,35     | 2.406,60     | 1.113,72     | 1.394,77     | 1.889,07     | 556,87       | 0,01         | 36.000,00     |
| 4.1.9.2.0.00.00.00.00.00                      | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                 | 2.648,98     | 611,20       | 20.273,70    | 1.364,79     | 997,94       | 2.752,35     | 2.406,60     | 1.113,72     | 1.394,77     | 1.889,07     | 556,87       | 0,01         | 36.000,00     |
| 4.1.9.2.2.00.00.00.00.00                      | RESTITUIÇÕES                                | 2.648,98     | 611,20       | 20.273,70    | 1.364,79     | 997,94       | 2.752,35     | 2.406,60     | 1.113,72     | 1.394,77     | 1.889,07     | 556,87       | 0,01         | 36.000,00     |
| 4.1.9.2.2.07.00.00.00.00                      | Recuperação de Despesas de Exercícios An    | 1.118,62     | 0,00         | 19.880,34    | 1,04         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 21.000,00     |
| 4.1.9.2.2.29.00.00.00.00                      | Outras Restituições                         | 1.530,36     | 611,20       | 393,36       | 1.363,75     | 997,94       | 2.752,35     | 2.406,60     | 1.113,72     | 1.394,77     | 1.889,07     | 556,87       | 0,01         | 15.000,00     |
| 4.1.9.2.2.99.01.00.00.00                      | Outras Restituições                         | 1.530,36     | 611,20       | 393,36       | 1.363,75     | 997,94       | 2.752,35     | 2.406,60     | 1.113,72     | 1.394,77     | 1.889,07     | 556,87       | 0,01         | 15.000,00     |
| 4.2.0.0.00.00.00.00.00.00                     | RECEITAS DE CAPITAL                         | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 1.300.000,00  |
| 4.2.4.0.0.00.00.00.00.00                      | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 1.300.000,00  |
| 4.2.4.2.0.00.00.00.00.00                      | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAI           | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 1.300.000,00  |
| 4.2.4.2.1.00.00.00.00.00                      | Transferências da União                     | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 500.000,00    |
| 4.2.4.2.1.01.00.00.00.00                      | Participação na Receita da União            | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 500.000,00    |
| 4.2.4.2.1.01.03.00.00.00                      | Bloco de Investimento Média e Alta Complex  | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 341.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,67    | 541.666,67   | 41.666,67    | 41.666,67    | 41.666,63    | 500.000,00    |
| 4.2.4.2.2.00.00.00.00.00                      | Transferências dos Estados                  | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 500.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 800.000,00    |
| 4.2.4.2.2.01.00.00.00.00                      | Participação na Receita dos Estados         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 500.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 800.000,00    |
| 4.2.4.2.2.02.00.00.00.00                      | Transf. de Recursos Destinados Programas    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00    |
| 4.2.4.2.2.02.00.00.00.00                      | Transf. de Recursos Destinados Programas    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 300.000,00    |
| 4.0.0.0.00.00.00.00.00.00                     | RECEITAS                                    | 3.681.408,49 | 7.021.045,54 | 3.396.284,35 | 6.976.604,45 | 6.446.347,29 | 2.899.135,29 | 5.155.757,72 | 6.410.835,64 | 3.846.992,31 | 1.626.766,10 | 864.383,01   | 2.746.116,81 | 51.272.680,00 |
| 4.1.0.0.00.00.00.00.00.00                     | RECEITAS CORRENTES                          | 1.642.431,93 | 5.909.100,84 | 2.265.034,35 | 5.945.848,76 | 5.314.888,53 | 1.722.866,39 | 3.969.633,34 | 5.426.927,42 | 2.697.098,29 | 1.366.073,59 | 578.195,21   | 2.278.871,35 | 39.016.970,00 |
| 4.1.2.0.0.00.00.00.00.00                      | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES                   | 832.211,91   | 602.069,63   | 608.768,42   | 602.330,30   | 701.552,31   | 540.341,90   | 634.888,13   | 636.745,56   | 617.476,71   | 307.554,53   | 382.031,78   | 383.367,82   | 6.859.370,00  |
| 4.1.2.1.0.00.00.00.00.00                      | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS                       | 832.211,91   | 602.069,63   | 608.768,42   | 602.330,30   | 701.552,31   | 540.341,90   | 634.888,13   | 636.745,56   | 617.476,71   | 307.554,53   | 382.031,78   | 383.367,82   | 6.859.370,00  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

|  | Código                | Especificação | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro   | Dezembro     | Total         |
|--|-----------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|---------------|
| Entidade: 9 - IPRESSS - NIST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SI |                       |               | 3.681.408,49 | 7.021.046,54 | 3.396.284,35 | 6.976.604,45 | 6.446.347,29 | 2.899.135,29 | 5.155.797,72 | 6.610.835,64 | 3.848.992,31 | 1.626.766,10 | 864.383,01 | 2.746.116,81 | 51.272.680,00 |
| Contrib. Previd. do Regime Próprio                             | 4.1.2.1.0.29.00.00.00 |               | 832.211,91   | 602.099,63   | 608.768,42   | 602.330,30   | 701.552,31   | 540.341,90   | 634.889,13   | 636.745,56   | 617.476,71   | 307.554,53   | 393.367,82 | 393.367,82   | 6.859.370,00  |
| Contrib. de Servidor Alvo para o RPPS                          | 4.1.2.1.0.29.07.00.00 |               | 759.648,76   | 599.548,08   | 606.216,87   | 599.750,62   | 608.265,21   | 537.054,80   | 631.535,20   | 633.003,96   | 613.928,95   | 306.100,97   | 380.578,22 | 380.578,22   | 6.826.120,00  |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - Prefeitura                         | 4.1.2.1.0.29.07.01.00 |               | 826.076,87   | 665.076,87   | 363.217,77   | 369.580,24   | 377.057,00   | 384.978,21   | 387.674,77   | 387.785,24   | 418.698,74   | 258.721,66   | 259.523,79 | 186.970,99   | 4.550.000,00  |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - SAMAE                              | 4.1.2.1.0.29.07.02.00 |               | 58.061,91    | 28.775,27    | 28.798,91    | 28.798,91    | 28.983,15    | 30.079,44    | 30.426,59    | 30.747,13    | 31.103,10    | 37.661,42    | -7.392,50  | -7.392,50    | 341.000,00    |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - Câmara                             | 4.1.2.1.0.29.07.03.00 |               | 0,00         | 3.303,58     | 3.515,49     | 3.340,55     | 3.309,06     | 3.522,93     | 3.521,22     | 3.494,50     | 3.828,99     | 1.786,81     | 1.791,13   | 6.397,74     | 37.900,00     |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - Fundo de Saúde                     | 4.1.2.1.0.29.07.04.00 |               | 0,00         | 187.197,95   | 188.814,95   | 186.999,47   | 279.393,60   | 102.049,41   | 193.571,53   | 194.441,62   | 102.070,95   | 0,00         | 96.190,56  | 188.771,06   | 1.720.000,00  |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - EMMAB                              | 4.1.2.1.0.29.07.05.00 |               | 3.764,21     | 3.116,56     | 3.359,90     | 3.212,33     | 3.224,69     | 3.330,67     | 4.381,10     | 3.361,15     | 4.360,48     | 1.622,66     | 1.625,76   | 3.240,49     | 38.600,00     |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - Fund. Cultural                     | 4.1.2.1.0.29.07.06.00 |               | 8.940,20     | 8.790,98     | 8.605,01     | 8.532,11     | 8.590,28     | 9.304,72     | 9.275,08     | 9.294,77     | 9.322,23     | 4.375,14     | 4.458,84   | 8.810,64     | 98.400,00     |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - Fund. Desportos                    | 4.1.2.1.0.29.07.07.00 |               | 1.166,86     | 3.165,33     | 2.056,52     | 2.163,12     | 2.161,67     | 2.244,56     | 1.139,05     | 2.333,37     | 1.194,32     | 1.186,34     | 1.186,34   | 2.202,52     | 22.200,00     |
| Contrib. Serv. Alvo Civil - IPRESSS                            | 4.1.2.1.0.29.07.08.00 |               | 1.724,71     | 1.484,69     | 1.485,85     | 1.491,08     | 1.545,86     | 1.545,86     | 1.546,86     | 1.546,18     | 2.651,14     | 748,94       | 750,41     | 1.501,42     | 18.020,00     |
| Contribuições de Servidor Inativo para o RP                    | 4.1.2.1.0.29.09.00.00 |               | 1.130,91     | 1.105,31     | 1.105,31     | 1.133,44     | 1.742,58     | 1.742,58     | 1.809,41     | 2.197,08     | 2.003,24     | 705,45       | 705,45     | 1.369,24     | 16.750,00     |
| Contribuições de Pensionista para o RPPS                       | 4.1.2.1.0.29.11.00.00 |               | 1.446,24     | 1.446,24     | 1.446,24     | 1.446,24     | 1.544,52     | 1.544,52     | 1.544,52     | 1.544,52     | 1.544,52     | 748,11       | 748,11     | 1.496,22     | 16.500,00     |
| RECEITA PATRIMONIAL  | 4.1.3.0.00.00.00.00   |               | 803.813,85   | 5.300.200,90 | 1.649.465,62 | 5.063.194,27 | 4.453.270,50 | 1.154.124,37 | 3.319.091,86 | 4.663.039,33 | 2.000.382,50 | 1.058.519,06 | 196.163,43 | 1.885.334,31 | 31.546.600,00 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS                                | 4.1.3.2.0.00.00.00.00 |               | 803.813,85   | 5.300.200,90 | 1.649.465,62 | 5.063.194,27 | 4.453.270,50 | 1.154.124,37 | 3.319.091,86 | 4.663.039,33 | 2.000.382,50 | 1.058.519,06 | 196.163,43 | 1.885.334,31 | 31.546.600,00 |
| Remuneração dos Investimentos do RPPS                          | 4.1.3.2.0.00.00.00.00 |               | 803.813,85   | 5.300.200,90 | 1.649.465,62 | 5.063.194,27 | 4.453.270,50 | 1.154.124,37 | 3.319.091,86 | 4.663.039,33 | 2.000.382,50 | 1.058.519,06 | 196.163,43 | 1.885.334,31 | 31.546.600,00 |
| Remuneração dos Investimentos do RPPS R                        | 4.1.3.2.8.10.00.00.00 |               | 797.110,84   | 5.293.389,18 | 1.596.768,91 | 5.035.247,74 | 4.427.734,93 | 1.108.217,19 | 3.268.861,08 | 4.534.076,03 | 1.900.305,96 | 1.031.032,90 | 183.520,92 | 1.885.334,32 | 31.071.600,00 |
| Remuneração dos Investimentos do RPPS R                        | 4.1.3.2.8.20.00.00.00 |               | 6.703,01     | 6.811,72     | 52.696,71    | 27.946,53    | 25.535,37    | 45.907,18    | 50.237,78    | 128.963,30   | 100.076,54   | 27.486,16    | 2.642,51   | -0,01        | 475.000,00    |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                                      | 4.1.9.0.00.00.00.00   |               | 6.406,17     | 6.800,31     | 6.800,31     | 180.324,19   | 160.065,72   | 28.400,12    | 15.652,35    | 127.142,53   | 79.239,08    | 0,00         | 0,00       | 169,22       | 611.000,00    |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                                    | 4.1.9.2.0.00.00.00.00 |               | 6.406,17     | 6.800,31     | 6.800,31     | 180.324,19   | 160.065,72   | 28.400,12    | 15.652,35    | 127.142,53   | 79.239,08    | 0,00         | 0,00       | 169,22       | 611.000,00    |
| RESTITUIÇÕES   | 4.1.9.2.2.00.00.00.00 |               | 6.406,17     | 6.800,31     | 6.800,31     | 180.324,19   | 160.065,72   | 28.400,12    | 15.652,35    | 127.142,53   | 79.239,08    | 0,00         | 0,00       | 169,22       | 611.000,00    |
| Compensações Financeiras entre o Reg. Ger.                     | 4.1.9.2.2.10.00.00.00 |               | 6.403,38     | 6.800,31     | 6.800,31     | 180.324,19   | 160.065,72   | 28.321,10    | 15.432,13    | 126.900,68   | 78.952,18    | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 610.000,00    |
| Outras Restituições  | 4.1.9.2.2.99.00.00.00 |               | 2,79         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 79,02        | 220,22       | 241,85       | 286,90       | 0,00         | 0,00       | 169,22       | 1.000,00      |
| Outras Restituições  | 4.1.9.2.2.99.01.00.00 |               | 2,79         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 79,02        | 220,22       | 241,85       | 286,90       | 0,00         | 0,00       | 169,22       | 1.000,00      |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTAR                            | 4.7.0.0.00.00.00.00   |               | 2.038.976,56 | 1.111.947,70 | 1.131.250,00 | 1.130.755,69 | 1.130.458,76 | 1.176.268,90 | 1.186.124,38 | 1.183.908,22 | 1.151.894,02 | 260.692,51   | 286.187,80 | 467.245,46   | 12.255.710,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES                                       | 4.7.2.0.00.00.00.00   |               | 2.036.554,05 | 1.109.002,87 | 1.127.614,21 | 1.127.338,78 | 1.126.424,77 | 1.172.085,29 | 1.181.533,30 | 1.179.126,40 | 1.146.904,56 | 260.692,51   | 286.187,80 | 467.245,46   | 12.220.710,00 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAME                           | 4.7.2.1.0.00.00.00.00 |               | 2.036.554,05 | 1.109.002,87 | 1.127.614,21 | 1.127.338,78 | 1.126.424,77 | 1.172.085,29 | 1.181.533,30 | 1.179.126,40 | 1.146.904,56 | 260.692,51   | 286.187,80 | 467.245,46   | 12.220.710,00 |
| Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orç                 | 4.7.2.1.0.29.00.00.00 |               | 2.036.554,05 | 1.109.002,87 | 1.127.614,21 | 1.127.338,78 | 1.126.424,77 | 1.172.085,29 | 1.181.533,30 | 1.179.126,40 | 1.146.904,56 | 260.692,51   | 286.187,80 | 467.245,46   | 12.220.710,00 |
| Contrib. Patr. Serv. Alvo - Intra-Orçam.                       | 4.7.2.1.0.29.01.00.00 |               | 1.457.739,13 | 813.488,75   | 826.210,95   | 826.722,10   | 825.516,49   | 854.125,90   | 861.789,31   | 859.757,02   | 828.086,61   | 260.692,51   | 286.187,80 | 467.245,43   | 9.167.592,00  |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - Prefeitura                      | 4.7.2.1.0.29.01.01.00 |               | 947.986,59   | 476.786,20   | 483.929,37   | 489.373,06   | 487.487,83   | 504.812,11   | 507.909,30   | 507.788,20   | 602.120,79   | 244.354,14   | 247.220,96 | 245.097,45   | 5.744.866,00  |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - SAMAE                           | 4.7.2.1.0.29.01.02.00 |               | 96.964,99    | 48.026,68    | 47.968,10    | 48.017,39    | 48.373,61    | 50.204,82    | 50.702,78    | 51.323,06    | 51.908,21    | 0,00         | 25.216,66  | 50.421,70    | 568.800,00    |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - Câmara                          | 4.7.2.1.0.29.01.03.00 |               | 0,00         | 6.208,37     | 6.789,35     | 6.625,30     | 6.390,65     | 6.803,68     | 6.684,49     | 6.918,27     | 7.337,30     | 3.450,78     | 3.459,13   | 12.355,68    | 73.023,00     |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - Fundo de Sa                     | 4.7.2.1.0.29.01.04.00 |               | 392.463,20   | 257.766,68   | 260.089,12   | 257.589,04   | 258.024,44   | 287.405,48   | 267.667,13   | 266.814,55   | 141.288,57   | 0,00         | 0,00       | 131.771,56   | 2.500.871,10  |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - EMMAB                           | 4.7.2.1.0.29.01.05.00 |               | 5.866,29     | 5.146,53     | 5.420,69     | 5.437,89     | 5.458,81     | 5.656,38     | 5.673,06     | 5.689,82     | 5.703,07     | 2.746,91     | 0,00       | 5.485,55     | 58.105,00     |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - Fund. Cultura                   | 4.7.2.1.0.29.01.06.00 |               | 13.334,18    | 13.200,21    | 12.950,27    | 12.840,55    | 12.828,08    | 14.003,33    | 13.998,73    | 13.988,34    | 14.330,66    | 6.594,47     | 6.710,43   | 13.259,75    | 148.089,00    |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - Fund. Desesp                    | 4.7.2.1.0.29.01.07.00 |               | 1.713,88     | 2.148,83     | 3.016,14     | 3.043,74     | 3.044,56     | 3.170,51     | 3.286,38     | 3.286,38     | 3.327,65     | 1.670,89     | 1.670,89   | 3.102,15     | 34.548,00     |
| Contrib. Patronal Serv. Alvo - IPRESSS                         | 4.7.2.1.0.29.01.08.00 |               | 0,00         | 2.139,25     | 6.057,91     | 3.795,13     | 3.808,51     | 2.069,36     | 5.827,44     | 3.948,40     | 2.069,36     | 1.885,32     | 1.907,73   | 5.751,59     | 39.260,00     |
| Contribuição Previdenciária para Anistia do Def                | 4.7.2.1.0.29.13.00.00 |               | 518.226,03   | 234.925,23   | 240.814,37   | 240.027,79   | 240.319,39   | 257.370,49   | 259.155,10   | 258.780,49   | 258.229,06   | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 2.507.848,00  |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - PREF                            | 4.7.2.1.0.29.13.01.00 |               | 300.142,51   | 150.234,97   | 152.816,64   | 153.421,55   | 153.874,29   | 164.699,08   | 165.901,85   | 165.635,45   | 164.815,66   | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 1.571.544,00  |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE                           | 4.7.2.1.0.29.13.02.00 |               | 29.812,15    | 15.141,48    | 15.240,30    | 15.203,43    | 15.232,63    | 16.107,51    | 16.259,11    | 16.511,06    | 16.292,33    | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 155.600,00    |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - Câmara                          | 4.7.2.1.0.29.13.03.00 |               | 0,00         | 2.394,05     | 2.412,60     | 2.412,60     | 2.421,06     | 2.570,44     | 2.579,44     | 2.580,74     | 2.597,07     | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 19.977,00     |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMOE                           | 4.7.2.1.0.29.13.04.00 |               | 181.410,76   | 60.140,59    | 60.668,80    | 60.776,02    | 60.558,52    | 64.978,16    | 65.333,75    | 64.951,59    | 65.310,80    | 0,00         | 0,00       | 0,01         | 684.129,00    |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - EMMAB                           | 4.7.2.1.0.29.13.05.00 |               | 1.868,58     | 1.682,49     | 1.705,10     | 1.710,43     | 1.718,63     | 1.842,36     | 1.842,36     | 1.862,69     | 1.842,35     | 0,00         | 0,00       | 0,01         | 15.895,00     |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultura                   | 4.7.2.1.0.29.13.06.00 |               | 4.270,95     | 4.242,28     | 4.226,24     | 4.242,01     | 4.246,50     | 4.725,06     | 4.805,11     | 4.815,48     | 4.937,37     | 0,00         | 0,00       | 4.937,37     | 40.511,00     |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - FND                             | 4.7.2.1.0.29.13.07.00 |               | 1.091,08     | 1.089,37     | 988,18       | 997,26       | 997,26       | 1.076,26     | 1.076,86     | 1.070,86     | 1.070,86     | 0,00         | 0,00       | 0,01         | 9.452,00      |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESSS                         | 4.7.2.1.0.29.13.08.00 |               | 0,00         | 0,00         | 2.754,51     | 1.264,49     | 1.270,50     | 1.362,62     | 1.362,62     | 1.362,62     | 1.362,62     | 0,00         | 0,00       | 0,02         | 10.740,00     |
| Contrib. p/Cobertura Déficit - CORRENTES                       | 4.7.2.1.0.29.15.00.00 |               | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 60.588,89    | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 545.500,00    |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                                      | 4.7.9.0.00.00.00.00   |               | 2.422,51     | 2.944,83     | 3.635,79     | 3.416,91     | 4.033,99     | 4.183,61     | 4.591,08     | 4.791,82     | 4.989,46     | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 35.000,00     |
| Multas e Juros de Mora   | 4.7.9.1.0.00.00.00.00 |               | 2.422,51     | 2.944,83     | 3.635,79     | 3.416,91     | 4.033,99     | 4.183,61     | 4.591,08     | 4.791,82     | 4.989,46     | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 35.000,00     |
| Multas e Juros de Mora-Outras Receitas                         | 4.7.9.1.8.00.00.00.00 |               | 2.422,51     | 2.944,83     | 3.635,79     | 3.416,91     | 4.033,99     | 4.183,61     | 4.591,08     | 4.791,82     | 4.989,46     | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 35.000,00     |
| Outras Multas e Juros de Mora                                  | 4.7.9.1.8.99.00.00.00 |               | 2.422,51     | 2.944,83     | 3.635,79     | 3.416,91     | 4.033,99     | 4.183,61     | 4.591,08     | 4.791,82     | 4.989,46     | 0,00         | 0,00       | 0,00         | 35.000,00     |
| Entidade: 10 - EMMAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO               |                       |               | 156.852,09   | 156.827,28   | 171.220,30   | 163.703,06   | 161.393,35   | 159.853,99   | 164.144,34   | 170.833,15   | 161.394,23   | 159.573,21   | 149.750,00 | 149.750,00   | 1.927.000,00  |
| RECEITAS   | 4.0.0.0.00.00.00.00   |               | 156.852,09   | 156.827,28   | 171.220,30   | 163.703,06   | 161.393,35   | 159.853,99   | 164.144,34   | 170.833,15   | 161.394,23   | 159.573,21   | 149.750,00 | 149.750,00   | 1.927.000,00  |

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

[illegible]

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Meias Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2012 até 2014) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Página: 11/14  
Data: 19/12/2014

| Código   | Especificação                                  | Janeiro      | Fevereiro    | Março        | Abril        | Maió         | Junho        | Julho        | Agosto       | Setembro     | Outubro      | Novembro   | Dezembro   | Total         |
|--|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|---------------|
| <b>Entidade: 10 - ENHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>        |  |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |            |            |               |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.07   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 156.852,09   | 158.027,28   | 171.220,30   | 163.703,06   | 161.393,35   | 159.853,99   | 164.144,34   | 170.833,15   | 161.294,23   | 158.578,21   | 149.750,00 | 149.750,00 | 1.927.000,00  |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.08   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33     | 3.333,33   | 3.333,33   | 40.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.10   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67     | 166,67     | 2.000,00      |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.12   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33       | 833,33     | 833,33     | 10.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.13   | Amort. Emprést. Div. Alíva - Grupo 13          | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67     | 2.166,67   | 2.166,67   | 26.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.14   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67       | 666,67     | 666,67     | 8.000,00      |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.15   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33     | 1.833,33   | 1.833,33   | 22.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.16   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33     | 2.333,33   | 2.333,33   | 28.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.17   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67       | 166,67     | 166,67     | 2.000,00      |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.18   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00       | 250,00     | 250,00     | 3.000,00      |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.19   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33     | 1.333,33   | 1.333,33   | 16.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.20   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33     | 4.583,33   | 4.583,33   | 55.000,00     |
| 4.2.5.0.0.0.0.01.00.21   | Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo :      | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33     | 1.083,33   | 1.083,33   | 13.000,00     |
| <b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b> |  |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |            |            |               |
| 4.0.0.0.0.0.0.00.00.00   | RECEITAS                                       | 1.985.744,99 | 1.987.475,53 | 1.987.475,53 | 1.982.096,81 | 1.923.437,77 | 1.905.911,89 | 2.123.821,64 | 1.951.071,99 | 2.033.688,27 | 1.504.650,31 | 910.917,19 | 824.117,11 | 20.913.580,00 |
| 4.1.0.0.0.0.0.00.00.00   | RECEITAS CORRENTES                             | 1.985.744,99 | 1.987.475,53 | 1.987.475,53 | 1.982.096,81 | 1.923.437,77 | 1.905.911,89 | 2.123.821,64 | 1.951.071,99 | 2.033.688,27 | 1.504.650,31 | 910.917,19 | 824.117,11 | 20.913.580,00 |
| 4.1.1.0.0.0.0.00.00.00   | RECEITA TRIBUTÁRIA                             | 1.982.507,47 | 1.793.099,09 | 1.967.171,81 | 1.925.522,54 | 1.896.506,79 | 1.880.230,79 | 2.093.922,54 | 1.925.328,86 | 2.009.892,52 | 1.483.914,35 | 899.607,89 | 811.305,55 | 20.846.980,00 |
| 4.1.1.2.0.0.0.00.00.00   | TAXAS  | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67 | 323.166,67 | 3.878.000,00  |
| 4.1.1.2.2.0.0.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serviços               | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67 | 323.166,67 | 3.878.000,00  |
| 4.1.1.2.2.90.00.00.00  | Taxa de Limpeza Pública                        | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67   | 323.166,67 | 323.166,67 | 3.878.000,00  |
| 4.1.3.0.0.0.0.00.00.00   | RECEITA PATRIMONIAL                            | 38.622,26    | 37.433,86    | 41.732,06    | 43.812,74    | 48.693,30    | 47.706,34    | 60.038,79    | 60.329,04    | 55.315,94    | 30.480,25    | 9.260,29   | 6.175,13   | 480.600,00    |
| 4.1.3.2.0.0.0.00.00.00   | RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS                | 38.622,26    | 37.433,86    | 41.732,06    | 43.812,74    | 48.693,30    | 47.706,34    | 60.038,79    | 60.329,04    | 55.315,94    | 30.480,25    | 9.260,29   | 6.175,13   | 480.600,00    |
| 4.1.3.2.2.0.0.00.00.00   | Dividendos                                     | 28,41        | 0,00         | 25,24        | 4,90         | 101,92       | 0,00         | 24,48        | 0,00         | 0,00         | 15,06        | 0,00       | -0,01      | 200,00        |
| 4.1.3.2.5.0.0.00.00.00   | Remuneração de Depósitos Bancários             | 38.593,85    | 37.433,86    | 41.706,82    | 43.807,84    | 49.591,38    | 47.706,34    | 60.038,79    | 60.304,56    | 55.315,94    | 30.465,19    | 9.260,29   | 6.175,14   | 480.400,00    |
| 4.1.3.2.5.01.00.00.00  | Remuneração de Depósitos Bancários             | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 188,31       | 3.517,99     | 5.161,43     | 10.312,01    | 9.900,10     | 3.121,86     | 4.467,41     | 1.924,02   | 906,87     | 39.500,00     |
| 4.1.3.2.5.01.99.00.00  | Remuneração de Depósitos Bancários             | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 188,31       | 3.517,99     | 5.161,43     | 10.312,01    | 9.900,10     | 3.121,86     | 4.467,41     | 1.924,02   | 906,87     | 39.500,00     |
| 4.1.3.2.5.02.99.00.00  | Remun. Depos. Recursos Oper. Crédito St        | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 188,31       | 3.517,99     | 5.161,43     | 10.312,01    | 9.900,10     | 3.121,86     | 4.467,41     | 1.924,02   | 906,87     | 39.500,00     |
| 4.1.3.2.5.02.99.00.00  | Rem. de Outros Depos. Banc. de Recursos        | 38.593,85    | 37.433,86    | 41.706,82    | 43.812,74    | 48.693,30    | 47.706,34    | 60.038,79    | 60.329,04    | 55.315,94    | 30.480,25    | 9.260,29   | 6.175,13   | 480.600,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.00.00.00   | RECEITA DE SERVIÇOS                            | 1.579.318,06 | 1.411.954,33 | 1.581.741,17 | 1.538.291,40 | 1.596.327,46 | 1.492.051,48 | 1.689.447,16 | 1.512.999,07 | 1.614.106,34 | 1.116.291,28 | 561.126,30 | 477.617,95 | 16.080.280,00 |
| 4.1.6.0.0.0.0.00.00.00   | Serv. de Captação/Adaptação/Trat/Res e Dist. d | 1.356.548,65 | 1.219.965,65 | 1.364.952,88 | 1.333.087,50 | 1.292.782,55 | 1.280.195,27 | 1.449.464,28 | 1.298.344,06 | 1.379.525,55 | 964.984,23   | 480.883,67 | 412.834,71 | 13.823.580,00 |
| 4.1.6.0.0.0.0.01.00.00   | Tarifa de Água Residencial                     | 1.023.641,93 | 957.385,07   | 1.032.433,33 | 1.006.288,81 | 972.147,44   | 960.895,88   | 1.069.671,15 | 992.123,41   | 1.040.036,18 | 709.788,03   | 375.745,02 | 314.640,75 | 10.454.800,00 |
| 4.1.6.0.0.0.0.02.00.00   | Tarifa de Água Comercial                       | 176.371,78   | 100.806,76   | 175.995,54   | 182.398,55   | 175.904,35   | 179.050,02   | 199.359,51   | 191.659,82   | 192.662,30   | 131.087,31   | 61.139,02  | 57.365,04  | 1.883.600,00  |
| 4.1.6.0.0.0.0.03.00.00   | Tarifa de Água Industrial                      | 122.773,50   | 76.749,51    | 121.203,82   | 106.841,16   | 111.071,80   | 98.665,36    | 141.228,96   | 77.462,91    | 112.300,65   | 96.048,76    | 32.269,25  | 28.984,32  | 1.127.600,00  |
| 4.1.6.0.0.0.0.04.00.00   | Tarifa de Água Poderes Públicos                | 17.163,18    | 11.052,46    | 9.095,20     | 17.331,08    | 17.233,28    | 25.388,07    | 20.819,10    | 20.415,44    | 16.954,38    | 16.716,91    | 5.930,29   | 6.080,61   | 184.180,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.05.00.00   | Liquações de Água                              | 16.998,26    | 14.172,85    | 16.224,99    | 18.227,90    | 16.425,68    | 16.195,94    | 18.385,56    | 16.682,48    | 17.569,04    | 11.353,22    | 5.900,09   | 5.763,99   | 173.400,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.00.00.00   | Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Ei | 194.298,50   | 172.857,34   | 201.944,45   | 182.791,46   | 187.151,45   | 186.814,14   | 210.138,39   | 183.968,27   | 208.068,82   | 133.250,73   | 69.687,34  | 57.799,11  | 1.988.700,00  |
| 4.1.6.0.0.0.0.02.00.00   | Tarifa de Coleta de Esgoto Residencial         | 145.282,42   | 139.015,67   | 147.589,31   | 143.051,41   | 142.285,16   | 141.641,48   | 154.228,81   | 146.709,02   | 153.767,60   | 101.481,78   | 55.861,88  | 45.586,46  | 1.516.500,00  |
| 4.1.6.0.0.0.0.03.00.00   | Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial           | 13.295,14    | 14.371,29    | 13.877,63    | 14.170,81    | 14.830,46    | 15.374,37    | 16.629,33    | 16.614,72    | 16.321,00    | 9.755,64     | 5.036,91   | 4.122,60   | 154.400,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.04.00.00   | Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial          | 34.069,17    | 18.053,58    | 38.519,59    | 22.878,25    | 27.949,16    | 26.948,06    | 36.796,62    | 18.509,72    | 36.356,36    | 20.457,25    | 7.914,88   | 7.153,56   | 295.600,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.04.00.00   | Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos    | 583,39       | 172,18       | 214,95       | 1.143,59     | 634,44       | 1.744,88     | 1.162,53     | 1.082,48     | 886,31       | 645,00       | 68,65      | 61,60      | 8.400,00      |
| 4.1.6.0.0.0.0.05.00.00   | Liquações de Esgoto                            | 1.068,38     | 1.244,62     | 1.749,17     | 1.547,30     | 1.452,23     | 1.105,35     | 1.321,10     | 1.082,33     | 1.137,55     | 911,06       | 705,02     | 875,89     | 13.800,00     |
| 4.1.6.0.0.0.0.00.00.00   | Serviços de Realignamento de Água              | 16.692,52    | 10.844,79    | 14.149,96    | 11.219,55    | 14.361,74    | 15.654,75    | 18.679,68    | 15.041,85    | 11.847,21    | 9.205,01     | 5.663,35   | 3.539,59   | 147.100,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.00.00.00   | Outros Serviços                                | 11.778,39    | 8.285,55     | 10.699,88    | 11.192,89    | 11.031,72    | 9.387,32     | 10.964,81    | 15.614,89    | 14.684,76    | 8.841,31     | 4.993,94   | 3.444,54   | 120.900,00    |
| 4.1.6.0.0.0.0.01.00.00   | Desligamento de Água/Esgoto                    | 736,26       | 611,27       | 579,32       | 680,10       | 786,24       | 691,16       | 786,24       | 947,89       | 616,93       | 433,81       | 353,83     | 204,22     | 7.300,00      |
| 4.1.6.0.0.0.0.02.00.00   | Taxa de Expediente                             | 6.258,48     | 5.136,78     | 5.498,06     | 5.979,69     | 6.831,93     | 5.301,89     | 6.831,93     | 5.737,37     | 5.772,53     | 4.330,25     | 2.217,37   | 1.443,98   | 60.200,00     |
| 4.1.6.0.0.0.0.03.00.00   | Afiação de Hidrômetro                          | 109,44       | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 190,56       | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 300,00        |
| 4.1.6.0.0.0.0.04.00.00   | Conservação                                    | 954,51       | 1.172,74     | 1.113,66     | 1.666,00     | 1.287,81     | 1.454,83     | 1.548,00     | 1.500,20     | 1.466,03     | 807,96       | 328,89     | 391,37     | 13.800,00     |
| 4.1.6.0.0.0.0.05.00.00   | Atualização do Padrão de Ligação               | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00        | 50,00      | 50,00      | 300,00        |
| 4.1.6.0.0.0.0.06.00.00   | Análises de Água                               | 136,24       | 43,59        | 57,57        | 219,09       | 131,52       | 91,03        | 340,79       | 595,09       | 815,83       | 289,73       | 272,84     | 106,68     | 3.100,00      |
| 4.1.6.0.0.0.0.07.00.00   | Outras Receitas                                | 3.533,46     | 1.172,17     | 3.310,27     | 2.654,14     | 3.190,62     | 1.848,41     | 2.173,29     | 6.825,34     | 5.993,44     | 2.979,56     | 1.821,01   | 1.298,29   | 35.900,00     |
| 4.1.9.0.0.0.0.00.00.00   | OUTRAS RECEITAS CORRENTES                      | 21.400,48    | 20.544,23    | 20.525,91    | 20.251,53    | 18.319,36    | 17.306,30    | 21.269,92    | 28.834,08    | 17.273,57    | 13.976,15    | 6.052,63   | 4.345,84   | 210.100,00    |







**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2012 até 2014 ) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

| Código  | Especificação                                | Janeiro              | Fevereiro            | Março                | Abril                | Maior                | Junho                | Julho                | Agosto               | Setembro             | Outubro              | Novembro             | Dezembro             | Total                 |
|---|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b> |  | <b>110.506,72</b>    | <b>110.597,12</b>    | <b>111.375,41</b>    | <b>111.903,53</b>    | <b>561.335,01</b>    | <b>111.205,59</b>    | <b>560.811,95</b>    | <b>111.131,47</b>    | <b>111.162,03</b>    | <b>110.635,36</b>    | <b>110.205,52</b>    | <b>112.130,29</b>    | <b>2.233.000,00</b>   |
| 4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.                                | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                    | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,34            | 81.083,26            | 973.000,00            |
| 4.2.4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.                                  | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAL            | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,63             | 65.000,00             |
| 4.2.4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.                                  | Transferências dos Estados                   | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,63             | 65.000,00             |
| 4.2.4.2.2.99.0.0.0.0.0.0.0.                                 | Otras Transferências dos Estados             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,67             | 5.416,63             | 65.000,00             |
| 4.2.4.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.                                  | Transf. de Instituições Privadas             | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 180.000,00            |
| 4.2.4.3.0.01.0.0.0.0.0.0.0.                                 | Transf. Instituições Privadas                | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 15.000,00            | 180.000,00            |
| 4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.                                  | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO                   | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,63            | 728.000,00            |
| 4.2.4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.                                  | Transf. Convênios da União e de suas Entidad | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,63            | 728.000,00            |
| 4.2.4.7.1.99.0.0.0.0.0.0.0.                                 | Otras Transferências de Convênios da União   | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,67            | 60.666,63            | 728.000,00            |
| <b>TOTAL GERAL:</b>   |  | <b>21.226.385,47</b> | <b>23.894.184,04</b> | <b>21.188.811,78</b> | <b>36.763.150,04</b> | <b>25.418.848,20</b> | <b>20.647.636,36</b> | <b>22.662.229,38</b> | <b>24.265.949,41</b> | <b>29.117.948,51</b> | <b>19.934.924,61</b> | <b>17.500.992,77</b> | <b>23.593.386,43</b> | <b>286.207.247,00</b> |

**FERNANDO TURECK**  
Prefeito Municipal

**AURIENE ROEPKE**  
Secretária de Finanças

**ROSILANE ZELIA DOS SANTOS**  
Contadora

**IPRESBS****PORTARIA IPRESBS Nº 452/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 452/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/11/2014 a 30/01/2015, concedido a servidora RITA DE CASSIA MARTINS ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 385/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/11/2014.

São Bento do Sul, 11/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 453/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 453/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/12/2014 a 13/03/2015, concedido a servidora ITAMARA FERREIRA STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 353/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/12/2014.

São Bento do Sul, 18/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 454/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 454/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/12/2014 a 27/02/2015, concedido a servidora ANA MARIA MOCELIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 383/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2014.

São Bento do Sul, 18/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 455/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 455/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 13/12/2014 a 30/01/2015, a servidora MARIA ENEIR CORREA SCHPAK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada no Gabinete do Prefeito, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/11/2014 a 12/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/12/2014.

São Bento do Sul, 18/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 456/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 456/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/12/2014 a 09/03/2015, a servidora ANI MARI LOTH PSCHIEDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/12/2014 a 24/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/12/2014.

São Bento do Sul, 18/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 457/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 457/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/11/2014 a 27/02/2015, concedido ao servidor WILLIAN GLATZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 262/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2014.

São Bento do Sul, 19/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 458/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 458/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/01/2015 a 15/01/2015, a servidora RAGLI JAQUELINE BRANCO OLEINIK SOARES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/12/2014 a 31/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 19/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 459/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 459/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/12/2014 a 10/03/2015, ao servidor MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/12/2014 a 25/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/12/2014.

São Bento do Sul, 19/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 460/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 460/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/01/2015 a 27/02/2015, concedido a servidora DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 19/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

## São Carlos

### PREFEITURA

#### AVISO N.103/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.: 103/2014

Edital: CONCORRENCIA P/CONCESSÃO DE REAL USO DE BEM PÚBLICO Nº.:103/2014  
Tipo : Maoir lance/Por Item  
Objeto : CONCESSÃO REMUNERADA DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO - GINÁSIO DE ESPORTES/ANEXOS  
Entrega dos Envelopes : 09:00hrs 27 de janeiro de 2015  
Abertura dos Envelopes : 09:00hrs -27 de janeiro de 2015  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49 325 3000/www.saocarlos.sc.gov.br.

SAO CARLOS, 19 de dezembro de 2014  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

#### RESUMO CONT N.44/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº: 44 /2014  
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada: J.M. GATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Objeto ..... : ESTRUTURA MET PARA AMPLIAÇÃO DE PAV INDUSTRIAL C/442,20m² -  
Valor ..... : R\$63.999,00(sessenta e tres mil novecentos e noventa e nove reais)  
Vigência ..... : 150 dias  
Licitação ..... : 99/2014

SAO CARLOS, em 22 de dezembro de 2014.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

## São Domingos

### PREFEITURA

#### ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 024- 18.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 024/2014 de 18 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013893-98/2013)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013893-38/2013 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: " Descrição Financeira e Orçamentária, Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 8.270,00 (oito mil, duzentos e setenta reais)".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

#### DEC 1776 DE 15 12 2014 EXCESSO FMAS

DECRETO Nº 1776, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) na seguinte programação de despesa:

| 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL                                     |                    |     |         |           |
|---|--------------------|-----|---------|-----------|
| 08.244.1007.2.015 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assis. Social |                    |     |         |           |
| Classificação   | Descrição          | Cod | Fonte   | Valor R\$ |
| 33900000  | Aplicações Diretas | 98  | 01.0052 | 16.000,00 |

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da 0.1.0052 - Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - SUAS.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**DEC 1778 DE 18 12 2014 REMANEJAMENTO EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 1778, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, pelo excesso de arrecadação, criando-se as modalidades de aplicação, no valor de R\$ 1.770,68 (um mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) no Orçamento da entidade Prefeitura, na seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

| 04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES               |                    |     |           |           |
|--|--------------------|-----|-----------|-----------|
| 12.368.1005.2.042 – Manutenção das Atividades da Educação Básica |                    |     |           |           |
| Classificação  | Descrição          | Cod | Fonte     | Valor R\$ |
| 33900000   | Aplicações Diretas | 142 | 01.062.00 | 885,34    |
| 44900000   | Aplicações Diretas | 143 | 01.062.00 | 885,34    |

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0.1.062 - outras transferências do FNDE.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**GABARITO APÓS PROVA OBJETIVA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 14**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

GABARITO PRELIMINAR

**AGENTE EDUCATIVO**

|                     |       |       |       |
|---------------------|-------|-------|-------|
| 01) A               | 11) D | 21) A | 31) D |
| 02) D               | 12) C | 22) B | 32) D |
| 03) B               | 13) D | 23) C | 33) B |
| 04) C               | 14) A | 24) A | 34) B |
| 05) A               | 15) D | 25) C | 35) D |
| 06) A               | 16) C | 26) C | 36) A |
| 07) B               | 17) D | 27) B | 37) D |
| 08) B               | 18) B | 28) A | 38) B |
| 09) C               | 19) A | 29) D | 39) D |
| 10) D               | 20) C | 30) A | 40) B |
| ENGENHEIRO AGRÔNOMO |       |       |       |
| 01) C               | 11) A | 21) D | 31) B |

|       |       |       |       |
|-------|-------|-------|-------|
| 02) B | 12) C | 22) D | 32) C |
| 03) A | 13) A | 23) A | 33) C |
| 04) C | 14) C | 24) D | 34) D |
| 05) D | 15) B | 25) B | 35) D |
| 06) B | 16) B | 26) A | 36) A |
| 07) D | 17) D | 27) C | 37) B |
| 08) A | 18) A | 28) A | 38) B |
| 09) D | 19) B | 29) D | 39) C |
| 10) C | 20) C | 30) D | 40) D |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 01) A | 11) A | 21) C |
| 02) D | 12) A | 22) B |
| 03) B | 13) C | 23) C |
| 04) C | 14) C | 24) A |
| 05) A | 15) B | 25) B |
| 06) A | 16) A | 26) C |
| 07) B | 17) C | 27) C |
| 08) B | 18) A | 28) D |
| 09) C | 19) D | 29) D |
| 10) D | 20) D | 30) A |

**PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 01) A | 11) A | 21) C |
| 02) D | 12) A | 22) B |
| 03) B | 13) C | 23) C |
| 04) C | 14) C | 24) A |
| 05) A | 15) B | 25) B |
| 06) A | 16) A | 26) C |
| 07) B | 17) C | 27) A |
| 08) B | 18) A | 28) D |
| 09) C | 19) D | 29) B |
| 10) D | 20) D | 30) C |

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 01) B | 11) A | 21) C |
| 02) C | 12) B | 22) D |
| 03) A | 13) D | 23) B |
| 04) A | 14) C | 24) D |
| 05) D | 15) B | 25) C |
| 06) B | 16) A | 26) B |
| 07) A | 17) C | 27) A |
| 08) C | 18) B | 28) C |
| 09) C | 19) D | 29) B |
| 10) A | 20) D | 30) A |

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 01) B | 11) A | 21) A |
| 02) C | 12) B | 22) C |
| 03) A | 13) D | 23) B |
| 04) A | 14) C | 24) A |
| 05) D | 15) B | 25) D |
| 06) B | 16) A | 26) C |
| 07) A | 17) C | 27) A |
| 08) C | 18) B | 28) D |



|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 09) C | 19) D | 29) C |
| 10) A | 20) D | 30) B |

**GABARITO APÓS PROVA OBJETIVA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002 14**

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014 GABARITO  
PRELIMINAR

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 01) C | 11) C | 21) B |
| 02) D | 12) D | 22) D |
| 03) B | 13) D | 23) C |
| 04) A | 14) B | 24) A |
| 05) D | 15) D | 25) D |
| 06) C | 16) B | 26) B |
| 07) A | 17) A | 27) B |
| 08) D | 18) C | 28) C |
| 09) B | 19) A | 29) A |
| 10) C | 20) A | 30) D |

**ODONTÓLOGO**

|       |       |       |       |
|-------|-------|-------|-------|
| 01) B | 11) A | 21) C | 31) B |
| 02) C | 12) B | 22) B | 32) D |
| 03) A | 13) C | 23) C | 33) C |
| 04) A | 14) A | 24) D | 34) A |
| 05) D | 15) C | 25) B | 35) A |
| 06) D | 16) C | 26) A | 36) D |
| 07) B | 17) B | 27) C | 37) B |
| 08) C | 18) D | 28) B | 38) B |
| 09) C | 19) A | 29) D | 39) C |
| 10) B | 20) A | 30) D | 40) B |

# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL- ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SAO DOMINGOS/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 00.442.100/0001-78

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014121920312800201534

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| CAMPO | DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS |  |
|-------|---|---------------------|--|
|       |   | (Últimos 12 meses)  |  |
|       |   | LIQUIDADAS<br>(a)   | INSCRITAS EM RESTOS<br>A PAGAR NÃO<br>PROCESSADOS<br>(b) |
| 1     | <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)</b>  | 496.174,20          | 0,00   |
| 2     | Pessoal Ativo   | 496.174,20          | 0,00   |
| 3     | Pessoal Inativo e Pensionistas  | 0,00                | 0,00   |
| 4     | Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00                | 0,00   |
| 5     | <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)</b>                        | 0,00                | 0,00   |
| 6     | Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 0,00                | 0,00   |
| 7     | Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração                            | 0,00                | 0,00   |
| 8     | Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração                          | 0,00                | 0,00   |
| 9     | Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 0,00                | 0,00   |
| 10    | <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>   | 496.174,20          | 0,00   |
| 11    | <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>                                   |                     | 496.174,20   |

| CAMPO | APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL                            | VALOR         |
|-------|--|---------------|
| 12    | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                 | 20.012.081,91 |
| 13    | % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 2,48          |
| 14    | LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (6,00%)    | 1.200.724,91  |
| 15    | LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (5,70%)    | 1.140.688,67  |
| 16    | LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - ( 5,40%)  | 1.080.652,42  |

| CAMPO | ATO DECLARATÓRIO | DATA DA PUBLICAÇÃO | MEIO DA PUBLICAÇÃO<br>(Diário Oficial, Edital, etc) |
|-------|------------------|--------------------|---|
|-------|------------------|--------------------|---|

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SAO DOMINGOS/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 00.442.100/0001-78

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014121920312800201534

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

|    |   |  |  |
|----|---|--|--|
| 17 | Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir |  |  |
|----|---|--|--|

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 63 da Lei nº 4.320/64.

Fonte:

Nota:

SAO DOMINGOS, 01/08/2014

\_\_\_\_\_  
NILVA MARIA ROVANI DEMARCO  
CONTADORA  
CPF.: 57943583949

\_\_\_\_\_  
JOSE ALTAIR MARQUES  
PRESIDENTE  
CPF.: 34093800944

\_\_\_\_\_  
BEATRIZ HENNERICH  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CPF.: 868.767.579-15

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
TRAJETÓRIA DE RETORNO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SAO DOMINGOS/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 00.442.100/0001-78

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014121920312800201534

R\$ 1,00

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL |  |   |           |                           |   |                      |           |                                |           |
|--|--|---|-----------|---------------------------|---|----------------------|-----------|--------------------------------|-----------|
| CAMPO  |  | Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite |           |                           | Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso |                      |           | Quadrimestre seguinte          |           |
| 1  |  | Limite Máximo (a)                           | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)                        | Limite (e) = (b - d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | % DTP (i) |
| CAMPO  |  |   |           |                           |   |                      |           |                                |           |
| 2  |  | 0,00  | 0,00      | 0,00                      | 0,00  | 0,00                 | 0,00      | 0,00                           | 0,00      |

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO |  |   |           |                           |  |                      |           |   |           |
|---|--|---|-----------|---------------------------|--|----------------------|-----------|---|-----------|
| CAMPO   |  | Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite |           |                           | Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso |                      |           | Terceiro e quarto quadrimestres seguintes |           |
| 3   |  | Limite Máximo (a)                           | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)                     | Limite (e) = (b - d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f - a)            | % DTP (i) |
| CAMPO   |  |   |           |                           |  |                      |           |   |           |
| 4   |  | 0,00  | 0,00      | 0,00                      | 0,00   | 0,00                 | 0,00      | 0,00                                      | 0,00      |

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal

Fonte:

Nota:

SAO DOMINGOS, 01/08/2014

NILVA MARIA ROVANI DEMARCO  
CONTADORA  
CPF.: 57943583949

JOSE ALTAIR MARQUES  
PRESIDENTE  
CPF.: 34093800944

BEATRIZ HENNERICH  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
CPF.: 868.767.579-15

# São João do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 153 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 153 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para CARLA CARDOSO NICHELE, ocupante do cargo de Professora, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 12 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 151 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 151 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 171 DE 23 DE AGOSTO DE 2013".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria nº 171, de 23 de agosto de 2014, que designou para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Sul, o veículo GM/ Zafira Comfort, Placa MHZ 8176, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 152 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 152 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo Art. 80 da Lei 1063/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para o Servidor ADERBAL CLEZAR SELAU ocupante do cargo de Motorista I, por 02 (dois) anos, no período de 03/11/2014 á 02/11/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 318/2014

DECRETO Nº 318/2014

“QUE APROVA O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TERROIR VILLAGGIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a instituição do “CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TERROIR VILLAGGIO”, nos termos do Requerimento de Gonzaga Sampaio Empreendimentos Imobiliários Ltda., protocolado em data de 13 de novembro de 2014, sob nº 562, tendo por objeto o imóvel situado na Rua Orgel Rodrigues Nunes, no Bairro Três Pedrinhas, nesta cidade de São Joaquim, com a área de 47.400,81 m² matriculada junto ao Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 13.277, constituído por 82 unidades condominiais autônomas e suas respectivas áreas comuns, tudo nos termos do Projeto do Requerimento Nº 562, parte integrante do presente Decreto, em forma de anexo, com peças autenticadas por este Poder Público.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 319/2014

DECRETO Nº 319/2014

“QUE NOMEIA NOVO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º- De acordo com a Resolução FNDE nº38, Art. 26 e § 3º que dispõe sobre a constituição dos CAE's; Fica nomeado o Novo Conselho de Alimentação Escolar do Município de São Joaquim-SC, que será constituído assim:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA - Titular,

CLAUDIA ARRUDA DE SOUZA - Suplente.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

ROBERTA KARINE AMARANTE ARRUDA TOMAZ - Titular,

ALESSANDRA GOULART ROSA - Titular,

JOSÉ DA SILVA PADILHA - Suplente.

SELONI APARECIDA JENTING - Suplente.

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS APP

GLAUGISLAINE RIBEIRO - Titular,

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA -Titular,

LUCIA SERAFIM DE SOUZA - Suplente.

CLEOMARA DA ROSA - Suplente.

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

EDITE RAMOS -Titular,

ILTON CARVALHO - Suplente.

ELTO VIEIRA MACHADO -Titular,

LUCIANE DOS SANTOS VELHO - Suplente.

Art. 2º- Os representantes das entidades mencionadas no artigo 1ºdeste Decreto terão mandato de 02 anos podendo ser reconduzidos por mais 02 anos.

Parágrafo Primeiro - Sendo eleitos a Senhora Edite Ramos como Presidente e o Senhor Ilton Carvalho como Vice-Presidente do CAE.

Parágrafo Segundo - O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não é remunerado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 116/2010, de 27/10/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO 102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

“Contrato Nº..: 102/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

Contratada....: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor ..... : 661.002,01 (seiscentos e sessenta e um mil e dois reais e um centavo)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 18/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2014

Objeto ..... : Contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para a prestação de serviços bancários para o Município de São Joaquim.”

São Joaquim, 22 de Dezembro de 2014

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

### LEI Nº 4.290/2014

LEI Nº 4.290/2014

“QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.049/1996, DE 08/05/1996”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da Política

Municipal de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, tem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I- Definir as prioridades da política de Assistência Social;
- II- Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração de Assistência;
- III - Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando sua execução;
- Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar sua execução;
- IV - Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no conselho;
- V - Normatizar e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;
- VI - Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo estadual e/ou federal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
- VII - Aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);
- VIII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4 da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;
- IX - Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;
- X - Aprovar o Relatório Anual de Gestão;
- XI - Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicar os indicadores de acompanhamento;
- XII - Aprovar o pleito de habilitação do Município;
- XIII - Aprovar a Declaração do gestor municipal comprovando a estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento do benefício de prestação continuada/BPC e benefícios eventuais;
- XIV - Emitir declaração comprovando a existência de estrutura e técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;
- XV - Analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;
- XVI - Aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético físico-financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB;
- XVII - Acompanhar o processo de gestão do pacto entre as esferas, nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivando na Comissão Intergestora Tripartite- CIT e Comissão Intergestora Bipartite- CIB, estabelecido na NOB/SUAS, e aprovar seu relatório;
- XVIII - Convocar, num processo articulado a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno.
- XIX - Atuar na formação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;

- XX - Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- XXI - Acompanhar critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- XXII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- XXIII - Definir critérios de qualidade para funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- XXIV - Definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- XXV - Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XXVI - Elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;
- XXVII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XXVIII - Convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, num processo articulado a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e construir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;
- XXIX - Encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
- XXX - Aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelo governo estadual e federal;
- XXXI - Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;
- XXXII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal.
- XXXIII - Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;
- XXXIV - Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

#### SEÇÃO I

#### DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMAS será composto de 10 (dez) membros titulares e 10(dez) membros suplentes, sendo:

I - Do Governo Municipal:

- a) 01 representante da Diretoria de Habitação;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Administração;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- e) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação.

II - Da Sociedade Civil:

- a) 01 representante de entidades de usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal;
- b) 02 representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;
- c) 02 representantes de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal.

§ 1º - Cada Titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º - Os membros governamentais pertencerão preferencialmente ao quadro de servidores efetivos;

§ 3º - Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade;

§ 4º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituída e em regular funcionamento.

§ 5º - Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades surjam, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade;

§ 6º - Os representantes da sociedade civil, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único;

§ 7º - É vedado a participação de representantes do poder legislativo e judiciário, no Conselho de Assistência Social.

Art. 4º - Os membros titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante decreto:

I - Do representante legal das entidades, quando da sociedade civil;

II - Do Prefeito ou dos titulares das Pastas respectivas dos órgãos do governo municipal.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de Conselheiro é considerado do serviço público relevante e não será remunerado;

II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas;

III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções;

VI - O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 2 (dois) anos, permita uma única recondução, por igual período;

VII - O CMAS buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil: cada representação cumprirá a metade do tempo previsto para o período total de mandato do conselho;

VIII - Quando houver vacância no cargo de presidente deverá haver nova eleição, para que seja finalizado o mandato, devendo o vice-presidente permanecer na presidência até o término do processo eleitoral, visando não interromper o ciclo de alternância da presidência previsto no inciso anterior;

VIX - Sempre que houver vacância de um membro da mesa diretora ou similar, seja ele representante de qualquer esfera, governamental ou da sociedade civil, caberá ao plenário decidir acerca da ocupação do cargo vago, seja esta por aclamação ou voto, sendo que tal situação será regulamentada pelo regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

## SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I- Plenário com órgão de deliberação máxima;

II- As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

Art. 7º - Ao início de cada nova gestão, será realizado planejamento estratégico do Conselho Municipal de Assistência Social, com

o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, ocasião que contará com a presença de todos os conselheiros titulares e suplentes, além dos técnicos do Conselho.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com as despesas de passagens, traslados, alimentação e hospedagem dos conselheiros, tanto do governo como da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. Serão programadas ações de capacitação dos Conselheiros, por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a serem custeados por meio do orçamento da Secretaria de Assistência Social.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§ 1º - A Secretaria executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo.

§ 2º - A Secretaria Executiva subsidiará o plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área de assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

Art. 10 - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I- Consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos Serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

II- Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III- Poderão ser criadas comissões internas, constituídas, por entidades-membros do CMAS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 11 - Todas as sessões do CMAS serão publicadas de ampla divulgação.

Parágrafo Único- As resoluções do CMAS bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 12 - O CMAS elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 2.049/1996 de 08/05/1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.291/2014**

LEI Nº 4.291/2014

"QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.064/1996 QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo Municipal de Assistência Social passará a denominar-se Fundo Municipal de Assistência Social de São Joaquim - SC.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando alterada a Lei Nº 2.064/1996, na parte em que se refere a denominação do Fundo.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.292/2014**

LEI Nº 4.292/2014

"QUE REGULAMENTA O ARTIGO 142 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Cultura do Município de São Joaquim, órgão de âmbito consultivo, colegiado de planejamento, orientação das atividades artístico-culturais do Município de São Joaquim.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - Estudar e propor à administração Municipal, junto à sociedade civil, a política cultural do Município, bem como o Plano de Cultura e a sua execução, e auxiliar na definição e elaboração do calendário de eventos artístico-culturais do Município;

II - Colaborar, com os órgãos colegiados das esferas Municipal, Estadual e Federal, na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura do Município, Estado e do País;

III - Propor a concessão de auxílio, de acordo com as dotações específicas, às instituições com fins culturais - oficiais ou particulares - tendo em vista a conservação e guarda do patrimônio Cultural do Município;

IV - Apoiar campanhas que visem o desenvolvimento e preservação artístico-cultural do Município;

V - Cooperar na defesa e na conservação do patrimônio Cultural do Município;

VI - Orientar os projetos apresentados pelas instituições artístico-culturais, para efeitos de celebração de convênio com o Município;

VII - Emitir parecer ou tomar providências acerca de assuntos de natureza artístico-cultural que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, por seus Conselheiros ou por entidade artístico-cultural de Município;

IX - Instituir o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, e submetendo-o à aprovação do Prefeito Municipal;

X - Orientar sobre ações visando incentivar a criação de bandas musicais e museus; intercâmbios culturais; divulgação de obras e

artistas locais; resgatar e descobrir documentos de valor histórico cultural; descobrir munícipes dotados nas artes plásticas, cênicas, literárias, musicais e artesanato;

XI- exercer as demais atividades de interesse da arte e da cultura;

XII- Participação efetiva em assembleias, seminários e fóruns para abrir discussões sobre o processo cultural municipal;

XIII- Revisar junto à sociedade civil e demais interessados, o plano municipal de cultura quando se fizer necessário;

XIV- Fiscalizar a realização das ações que estão instituídas no plano municipal de cultura e

XV- Participar da elaboração de editais para projetos de pesquisa e de eventos culturais.

Art. 3º - O conselho Municipal de Cultura é composto de membros e seus respectivos suplentes, dentre nomes que são eleitos por votação em assembleia geral junto à sociedade civil, sendo:

I - Um conselheiro de cada uma das etnias existentes no Município, com reconhecida atuação na área da cultura, sendo as atuais: Alemã (1 representante); Italiana (1 representante); Japonesa (1 representante); Afro-Brasileira (1 representante).

II - Conselheiro da Sociedade Cultural organizada: Clubes de Serviço (1 representante); Associação dos Artistas Plásticos (1 representante); Associações de Artesanato (1 representante).

III - Conselheiro da Administração Pública Municipal: Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Diretora(o) de Promoções e Eventos; Diretora(o) de Cultura.

IV- Conselheiro do patrimônio material e imaterial cultural; (1 representante);

V- Conselheiro de Dança; (1 representante);

VI- Conselheiro Artes Cênicas (Teatro); (1 representante);

VII- Conselheiro de Música (1 representante); e

VIII - A representação das etnias no Conselho Municipal de Cultura, poderá ser indicada pela mesma considerando seu aspecto ativo que devera ser comprovada mediante o plano de cultura bianual ou decenal atualizado, cópia autenticada da ata da ultima reunião do grupo e poderá ser alterada para acrescentar outras que surgirem de forma organizada no Município.

§ 1º - Os Conselheiros serão votados em assembleia geral com a sociedade civil, com exceção das etnias e dos representantes da administração da gestão pública que poderão ser indicados pelas próprias etnias e pelo Prefeito Municipal, e assim nomeadas com participação efetiva da sociedade civil, através de votação em assembleia geral.

§ 2º - A nomeação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 3º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos.

§ 4º - Na hipótese de ausência do Conselheiro Titular em 03 (três) reuniões ordinárias seguidas, sem comunicação prévia - por escrito - à presidência do Conselho, o suplente completará o tempo de mandato do titular, na forma do Regimento Interno.



§ 5º - A função de membro do conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - Em caso de falta de candidatos para a formação do Conselho Municipal de Cultura poderá o Prefeito Municipal elencar um representante na cadeira que faltar.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Cultura será dirigido por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pelos demais componentes.

§ 1º - O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir as reuniões do Plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2º - Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º - O Conselho Municipal de Cultura manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, a cargo da Secretaria Executiva das Comissões Especiais utilizando-se, dentro das disponibilidades, de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Cultura, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da aprovação da presente Lei, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a sua primeira mesa diretora.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **LEI Nº 4.293/2014**

LEI Nº 4.293/2014

"QUE INSTITUI PROTOCOLO DE ATENDIMENTO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído na Secretaria Municipal de Saúde, gerenciador de atendimentos que possibilite a emissão de protocolo para todos os tipos de procedimentos (consultas, exames, etc.) oferecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) através da Secretaria Municipal de Saúde do Município, que será feito no momento em que o paciente for atendido, gerando um número de protocolo sequencial.

Art. 2º - Os procedimentos pendentes de atendimento (consultas, exames, etc.), já agendados anteriormente a entrada da presente Lei em vigor, serão atendidos de acordo com a sequência da data da requisição do mesmo.

Art. 3º - Fica vedado a quebra sequencial protocolar, salvo em casos de comprovada emergência, respondendo aquele que porventura agir de má fé.

Art. 4º - O protocolo será feito inicialmente, até sua adaptação final, de forma escrita. Após o protocolo deverá ser feito de forma eletrônica.

Parágrafo Único - O período de adaptação é de 06 (seis) meses

contados da implantação do sistema.

Art. 5º - Deverá ser implantado o Protocolo de Atendimento no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contada da data da publicação da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



# São José

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 023152/2014

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 023152/2014. PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COLÔNIA DE PESCADORES Z-28-OBJETO: Fomento às atividades de utilidade pública desempenhadas pela Colônia de Pescadores Z-28, em favor dos pescadores artesanais e maricultores do município de São José, bem como instrumentalizar o funcionamento do programa "Caminhão do Peixe", que estimula o consumo de frutos do mar produzidos na região de São José -SC, com segurança alimentar a preços acessíveis para a população do município. Valor R\$ 132.790,15 (cento e trinta e dois mil setecentos e noventa reais e quinze centavos). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data da assinatura. LOCAL E DATA: São José, 05 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Eduardo Bastos Moreira Lima pelo município de São José e Nivaldo Schlichting pela Colônia de Pescadores Z-28.

### PORTARIA Nº 1.729 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.729 de 22 de dezembro de 2014  
INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

A Secretária Municipal De Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise do processo nº 19.340/2013;  
-O disposto no Decreto nº 368/2013 de 20 de fevereiro de 2013, que disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências;

#### RESOLVE:

I - INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, qualificação do dano e obtenção do ressarcimento;

II - DESIGNAR a Comissão formada pelos servidores Márcia Dolores Maba Pickler, matrícula nº 39.611-7; Emilia Clara Lehmkuhl Pereira, matrícula nº 33.076-0; Isabel Cristina Branco de Souza, matrícula nº 1.582, Alexandra Elisabeth de Oliveira, matrícula nº 13.899 e Patricia Serratine da Paixão, matrícula nº 33.189, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas especial relativa aos fatos aqui apontados.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de dezembro de 2014.

Daniela da Silva Fraga

Secretária Interina Municipal de Educação

### PORTARIA Nº 1.730 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.730 de 22 de dezembro de 2014

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

A Secretária Municipal De Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise do processo nº 19.341/2013;  
-O disposto no Decreto nº 368/2013 de 20 de fevereiro de 2013, que disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências;

#### RESOLVE:

I - INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, qualificação do dano e obtenção do ressarcimento;

II - DESIGNAR a Comissão formada pelos servidores Márcia Dolores Maba Pickler, matrícula nº 39.611-7; Emilia Clara Lehmkuhl Pereira, matrícula nº 33.076-0; Isabel Cristina Branco de Souza, matrícula nº 1.582, Alexandra Elisabeth de Oliveira, matrícula nº 13.899 e Patricia Serratine da Paixão, matrícula nº 33.189, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas especial relativa aos fatos aqui apontados.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de dezembro de 2014.

Daniela da Silva Fraga

Secretária Interina Municipal de Educação

### PORTARIA Nº 014/2014/GAB

PORTARIA Nº 014/2014/GAB

TORNA SEM EFEITO PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA.

O CHEFE DE GABINETE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N.º 2729 de 29 de maio de 2014 e pelo Artigo 2º, par único, da Lei 4.948 de 10 de março de 2010, e

Considerando o pedido de desistência da entidade conveniada (anexo);

#### RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação da matéria intitulada de "Convênio N. 069/PMSJ/SAS/FMAS/2014" constante na página 513 da edição N.º 1642 do dia 19 de dezembro de 2014 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em virtude do pedido de cancelamento efetuado pelo representante da entidade conveniada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de dezembro de 2014.

LÉDIO COELHO

Chefe de Gabinete

Gabinete da Prefeita

**RESOLUÇÃO Nº 60/2014**

RESOLUÇÃO Nº 60/2014.

APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA - IGD SUAS ANO 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na Plenária Ordinária de 11 de dezembro de 2014;

Considerando, a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

Considerando a Ofício 1777/2014/SAS que encaminha para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS o Demonstrativo Sintético do IGD SUAS 2013;

Considerando deliberação da Plenária de 11 de dezembro de 2014 que aprova o Demonstrativo Sintético do IGD SUAS de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ano 2013;

Art. 2º - Conforme deliberado em Plenária, recomenda-se que à partir de 2015 o Conselho proceda o planejamento do mesmo na primeira plenária do ano;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 11 de dezembro de 2014.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 61/2014**

RESOLUÇÃO Nº 61/2014.

APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DO IGD PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ANO 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na Plenária Ordinária de 11 de dezembro de 2014;

Considerando, a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

Considerando a Ofício 1552/2014/SAS que encaminha para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS o Demonstrativo Sintético do IGD Programa Bolsa Família ano 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual do IGD Programa Bolsa Família 2013;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 11 de dezembro de 2014.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 62/2014**

RESOLUÇÃO Nº 62/2014.

APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS SERVIÇOS ANO 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na Plenária Ordinária de 11 de dezembro de 2014;

Considerando, a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

Considerando a Ofício 1879/2014/SAS que encaminha para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS o Demonstrativo Sintético dos Serviços ano 2013;

Considerando deliberação da Plenária de 11 de dezembro de 2014 que aprova o Demonstrativo Sintético dos Serviços ano 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de contas do Demonstrativo Sintético dos Serviços ano 2013;

Art. 2º - Sejam encaminhados os Demonstrativos de Serviços e Programas de 2014 juntamente com a reprogramação para 2015;

Art. 3º - Ressalva-se que no piso básico fixo há uma diferença de R\$ 3,75 entre a execução e o empenho;

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 5º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 11 de dezembro de 2014.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO APRESENTAÇÃO DE RECURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2014**

AVISO APRESENTAÇÃO DE RECURSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2014

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação por meio de cartão magnético, para os servidores públicos da Câmara de Vereadores de São José/SC.

A Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, às empresas participantes da licitação nas sessões públicas realizadas nos dias 15 e 16 de dezembro, da interposição de RECURSO pela empresa SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES S/A no dia 19 de dezembro, última sexta-feira.

As demais licitantes que pretendam apresentar contra-razões devem observar o prazo final, 19h:00m do dia 29 dezembro, assegurado vistas imediata do processo e/ou cópia mediante solicitação.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 19 de dezembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

**EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 018/2013 – PR 026/2013**

EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 018/2013 - PR 026/2013  
CONTRATO Nº 018/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de gerenciamento Pathview de fabricação Furukawa, 310 pontos de rede categoria 6 e central telefônica Alcatel-lucent, modelo omni pcx office instalados na Câmara Municipal de São José.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.17.00.00.00

TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

**EXTRATO DE CONTRATO - 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2009**

EXTRATO DE CONTRATO - 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2009

CONTRATO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2009

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: DECISÃO PROPOGANDA LTDA

OBJETO: Contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de criação, impressão e divulgação de mídias referentes as ações e propagandas da Câmara.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00

TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

**São José do Cedro****PREFEITURA****EXTRATO DE CONVÊNIO 023 - 2014 - ADITIVO BADESC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO TERMO ADITIVO de PRAZO

Convênio Nº 2014004601

Concedente: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - BADESC

Conveniente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

Vigência:06/06/2014 a 31/12/2015.

Valor do Repasse: O valor do empréstimo permanece de R\$831.050,17 (oitocentos e trinta e um mil e cinquenta reais com dezessete centavos) para a construção da Garagem de Máquinas do Município de São José do Cedro - SC.

PARÁGRAFO ÚNICO: os recursos do presente contrato deverão ser utilizados pela Prefeitura até a data de 31/12/2015, conforme termo aditivo de 01/12/2014.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

|                              |  |                  |              |
|------------------------------|--|------------------|--------------|
| 17.00                        | INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL  |                  |              |
| 17-01                        | INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL. |                  |              |
| 17.01.13.392.4516.2.031      | 2  | Aplicação Direta | R\$ 5.000,00 |
| 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 |  |                  |              |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

|                              |  |                  |              |
|------------------------------|--|------------------|--------------|
| 17.00                        | INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL  |                  |              |
| 17-01                        | INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL. |                  |              |
| 17.01.13.392.4516.2.031      | 1  | Aplicação Direta | R\$ 5.000,00 |
| 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 |  |                  |              |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.017, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.017, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre anulação de saldo a liquidar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, a não execução da totalidade dos serviços no exercício de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam anulados os saldos financeiros dos empenhos com saldo a liquidar, abaixo relacionados:

I - Prefeitura Municipal:

19, 20, 39, 41, 42, 45, 46, 58, 65, 66, 70, 77, 78, 79, 92, 98, 109, 110, 137, 238, 248, 250, 261, 330, 346, 347, 349, 350, 351, 369, 387, 389, 390, 391, 411, 431, 438, 445, 458, 476, 486, 487,

510, 511, 580, 600, 628, 635, 636, 637, 638, 698, 748, 750, 752, 753, 754, 803, 804, 808, 815, 840, 875, 876, 881, 899, 912, 913, 932, 970, 1020, 1030, 1063, 1067, 1068, 1074, 1077, 1085, 1106, 1115, 1126, 1169, 1174, 1176, 1177, 1179, 1188, 1212, 1214, 1216, 1243, 1245, 1246, 1248, 1249, 1251, 1252, 1278, 1348, 1349, 1350, 1351, 1354, 1355, 1360, 1392, 1432, 1445, 1446, 1451, 1538, 1541, 1557, 1558, 1567, 1603, 1604, 1608, 1610, 1617, 1618, 1694, 1695, 1696, 1697, 1703, 1707, 1734, 1745, 1751, 1778, 1790, 1793, 1798, 1808, 1830, 1876, 1880, 1911, 1940, 1946, 1949, 1986, 1990, 2007, 2024, 2052, 2085, 2090, 2106, 2149, 2170, 2189, 2191, 2219, 2261, 2297, 2311, 2331, 2354, 2360, 2365, 2390, 2391, 2392, 2411, 2428, 2431, 2442, 2445, 2478, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2520, 2522, 2550, 2553, 2581, 2593, 2626, 2631, 2656, 2679, 2693, 2719, 2810, 2830, 2862, 2864, 2876, 2877, 2879, 2892, 2939, 2948, 2955, 3013, 3017, 3019, 3131, 3132, 3137, 3177, 3190, 3192, 3215, 3218, 3245, 3246, 3249, 3250, 3251, 3257, 3258, 3260, 3269, 3274, 3313, 3314, 3319, 3323, 3330, 3386, 3476, 3477, 3479, 3484, 3487, 3514, 3515, 3531, 3551, 3554, 3565, 3615, 3616, 3617, 3620, 3645, 3649, 3687, 3689, 3705, 3706, 3734, 3801, 3802, 3817, 3818, 3824, 3835, 3865, 3878, 3890, 3892, 3895, 3898, 3928, 3956, 3978, 3979, 3999, 4005, 4006, 4012, 4014, 4015, 4016, 4023, 4031, 4034, 4040, 4032, 4060, 4102, 4110, 4111, 4112, 4113, 4114, 4141, 4142, 4146, 4157, 4174, 4185, 4188, 4195, 4196, 4197, 4233, 4238, 4242, 4244, 4268, 4274, 4277, 4278, 4283, 4284, 4307, 4318, 4366, 4395, 4408, 4412, 4436, 4437, 4448, 4455, 4462, 4473, 4479, 4480, 4483, 4489, 4533, 4541, 4545, 4559, 4584, 4633, 4673, 4712, 4720, 4726

#### II - Fundo Municipal de Saúde:

50, 51, 62, 68, 74, 115, 118, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 146, 183, 222, 224, 225, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 240, 244, 259, 264, 269, 270, 271, 275, 309, 320, 321, 327, 336, 342, 343, 345, 348, 349, 358, 359, 360, 362, 363, 363, 367, 373, 433, 438, 443, 450, 460, 473, 474, 475, 477, 481, 483, 484, 503, 520, 521, 542, 544, 551, 553, 578, 600, 621, 628, 629, 637, 677, 698, 707, 710, 718, 720, 750, 774, 787, 789, 798, 799, 800, 801, 805, 809, 813, 834, 835, 842, 862, 869, 884, 892, 916, 917, 935, 939, 967, 968, 996, 1001, 1002, 1005, 1007, 1044, 1047, 1050, 1062, 1080, 1082, 1087, 1088, 1092, 1093, 1094, 1096, 1098, 1101, 1104, 1106, 1109, 1136, 1140, 1141, 1169, 1181, 1192, 1194, 1196, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1211, 12013, 12014, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1242, 1251, 1252, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1263, 1264, 1268, 1274, 1280, 1281, 1284, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.018, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.018, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Determina Expediente Interno em todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Expediente Interno em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta do

Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 (vinte e quatro) horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### **PROCESSO LICITATÓRIO 16/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2014-FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, para contratação de serviços na área de medicina (médico) (a) e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 09/01/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta - Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 22 de dezembro de 2014.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.



# Schroeder

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 5.843/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.843/2014, de 19 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Nívea Maske Holderried, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de novembro de 2014.

|                    |  |
|--------------------|--|
| OSVALDO JURCK      | ORLANDO TECILLA                          |
| Prefeito Municipal | Secretário de Saúde e Assistência Social |

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 210/2014

#### DECRETO Nº 210/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

**“Homologa as inscrições do Concurso Público Municipal de acordo com Edital nº 002/2014”**

**FRANCISCO ARTUR BOTH**, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pela Administração Municipal, **DIVULGA** através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Concurso Público Edital nº 002/2014, cuja relação segue abaixo:

**Art. 1º.** – Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Concurso Público Edital nº 002/2014.

| AGENTE EDUCATIVO |                                   |               |
|------------------|-----------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição     | Candidato                         | Situação      |
| 22               | ANDRESSA MARIA CORREA             | DEFERIDO(A)   |
| 233              | ANDREUÇA SUSELI CORRADI LAMBRECHT | DEFERIDO(A)   |
| 197              | CLEIDIANE DA SILVA                | DEFERIDO(A)   |
| 124              | CRISTIANE GAMBA                   | INDEFERIDO(A) |
| 51               | DENISE MARIA BERGAMASCHI          | DEFERIDO(A)   |
| 95               | DOROTEIA IRENE ZIMMER             | INDEFERIDO(A) |
| 61               | ELENIR KREMER SGARBI              | DEFERIDO(A)   |
| 46               | ELISA PAULETTO                    | DEFERIDO(A)   |
| 267              | ELISANA MAHL                      | DEFERIDO(A)   |
| 272              | FRANCIELI PEREIRA                 | DEFERIDO(A)   |
| 125              | FRANCIELI VALMORBIDA ORTOLAN      | DEFERIDO(A)   |
| 172              | FRANCINE PACASSA                  | DEFERIDO(A)   |
| 200              | GABRIELI BARBARA MASSONI          | DEFERIDO(A)   |
| 48               | IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA       | DEFERIDO(A)   |
| 270              | JAINE ANDRESSA ALBANI             | DEFERIDO(A)   |
| 156              | JANAINA SANDMANN RIPKE            | INDEFERIDO(A) |
| 89               | JANETE DA SILVA                   | INDEFERIDO(A) |
| 196              | JORDY LUIZ WERLANG DE SOUZA       | DEFERIDO(A)   |
| 43               | JULIANA APARECIDA NUNES           | DEFERIDO(A)   |
| 181              | JULIANA WERLANG                   | DEFERIDO(A)   |
| 266              | JULIANE PICCOLI SCHMITT           | DEFERIDO(A)   |
| 251              | LEILA VALMORBIDA                  | DEFERIDO(A)   |
| 63               | LUCELI DE AZEVEDO                 | INDEFERIDO(A) |
| 263              | MARIZA TOMAZELLI                  | DEFERIDO(A)   |

|     |                               |               |
|-----|-------------------------------|---------------|
| 44  | NAIANA PAULA DONIDA           | DEFERIDO(A)   |
| 253 | NAIARA CRISTINA CORRÊA BORGES | DEFERIDO(A)   |
| 254 | PATRÍCIA CEREZOLLI            | DEFERIDO(A)   |
| 128 | PRISCILA WERNER               | INDEFERIDO(A) |
| 139 | RAFAELA PAULA STRAPAZZON      | DEFERIDO(A)   |
| 174 | RAQUIELI DAIANE LOPES         | DEFERIDO(A)   |
| 193 | SANDRA PAULA BELOLLI          | DEFERIDO(A)   |
| 252 | SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO | DEFERIDO(A)   |
| 12  | TALLYSSA CEREJO               | DEFERIDO(A)   |
| 140 | TAMARA LUISA ANDRIGHETTO      | DEFERIDO(A)   |
| 242 | TATIANA MAHL                  | DEFERIDO(A)   |
| 278 | TATIANE ANTUNES DO AMARAL     | DEFERIDO(A)   |
| 209 | TATIANE LINDEMANN DA SILVA    | DEFERIDO(A)   |
| 158 | VANESSA DALL AGNOL            | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 38 Inscrições Deferidas: 32 Inscrições Indeferidas: 6

| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS |                           |               |
|-----------------------------|---------------------------|---------------|
| Nº Inscrição                | Candidato                 | Situação      |
| 219                         | DIVA PRIOR                | DEFERIDO(A)   |
| 170                         | ELSA CUOCHINSKI CREMONINI | DEFERIDO(A)   |
| 53                          | EVA DE JESUS              | INDEFERIDO(A) |
| 249                         | GIACOMO EMILIO CELLA      | DEFERIDO(A)   |
| 237                         | LINDOMAR FICANHA          | DEFERIDO(A)   |
| 42                          | LIRIA FRANCISCA MASSONI   | DEFERIDO(A)   |
| 265                         | WILLIAN STOFFEL           | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 7 Inscrições Deferidas: 6 Inscrições Indeferidas: 1

| FARMACÊUTICO |                                   |               |
|--------------|-----------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição | Candidato                         | Situação      |
| 29           | ,OKPOK                            | INDEFERIDO(A) |
| 130          | ANDRESSA LUIZA SPESSATO           | DEFERIDO(A)   |
| 195          | BRUNA CRISTINA JUNG               | DEFERIDO(A)   |
| 24           | DAIANY CERIZOLLI                  | DEFERIDO(A)   |
| 19           | DANIELA CRISTINA SENHOR           | DEFERIDO(A)   |
| 240          | DAYANE DE MELLO STUANI            | INDEFERIDO(A) |
| 208          | ELIETE FERREIRA FASSBINDER        | INDEFERIDO(A) |
| 34           | GIUVANA STULP DALL AGNOL BARBIERI | DEFERIDO(A)   |
| 66           | GUSTTAVO ALCIDES PERIN ZANKOSKI   | INDEFERIDO(A) |
| 10           | JOSÉ ENRIQUE LANG BONI            | INDEFERIDO(A) |
| 167          | JULIANA CERIZOLLI                 | DEFERIDO(A)   |
| 5            | MARCIO GALVAO                     | INDEFERIDO(A) |
| 17           | MARIELLE TAPIA                    | INDEFERIDO(A) |

|     |                    |               |
|-----|--------------------|---------------|
| 246 | MAURICIO DAL BELLO | DEFERIDO(A)   |
| 90  | MAYARA CASA NOVA   | INDEFERIDO(A) |
| 92  | TALITA MARTELLO    | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 16 Inscrições Deferidas: 8 Inscrições Indeferidas: 8

| FISIOTERAPEUTA |                                |               |
|----------------|--------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição   | Candidato                      | Situação      |
| 39             | ALEXANDRA SCHLOSSER DA SILVA   | DEFERIDO(A)   |
| 25             | BRUNA CASSOL DAGA              | INDEFERIDO(A) |
| 164            | CAMILA MABEL SGANZERLA         | DEFERIDO(A)   |
| 36             | EVELINE LUCIANE POLETTO CAMARA | DEFERIDO(A)   |
| 98             | FLÁVIA BERGER RANSAN           | INDEFERIDO(A) |
| 293            | FLÁVIA THAÍS ECKERT            | DEFERIDO(A)   |
| 21             | MAURICIO JACOBY                | INDEFERIDO(A) |
| 97             | MISSIARA STAUDT                | DEFERIDO(A)   |
| 94             | RONNY ROBERTO KUFNER           | DEFERIDO(A)   |
| 166            | VANESSA PEDOTT FERRARI         | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 10 Inscrições Deferidas: 7 Inscrições Indeferidas: 3

| MÉDICO ESF   |                          |               |
|--------------|--------------------------|---------------|
| Nº Inscrição | Candidato                | Situação      |
| 159          | ALOÍSIO HOFER BEGROW     | INDEFERIDO(A) |
| 199          | RODRIGO BRINHOSA DEPARIS | INDEFERIDO(A) |

Candidatos no Cargo: 2 Inscrições Deferidas: 0 Inscrições Indeferidas: 2

| MOTORISTA    |                            |               |
|--------------|----------------------------|---------------|
| Nº Inscrição | Candidato                  | Situação      |
| 247          | ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA | DEFERIDO(A)   |
| 18           | ALDERI NAZARI              | DEFERIDO(A)   |
| 203          | ANDRIGO MACHADO DE SOUZA   | DEFERIDO(A)   |
| 222          | CRISTIANO TOMAZELLI        | DEFERIDO(A)   |
| 9            | DIEGO CARDOSO              | DEFERIDO(A)   |
| 37           | DOGLAS BOGONI              | DEFERIDO(A)   |
| 260          | DOUGLAS LUIZ GHIZZI        | INDEFERIDO(A) |
| 134          | EDISON MARTINS             | DEFERIDO(A)   |
| 236          | EDIVANDRO BOTTEGA          | DEFERIDO(A)   |
| 27           | ELOIR DOS SANTOS           | DEFERIDO(A)   |

|     |                             |             |
|-----|-----------------------------|-------------|
| 157 | IVANOR NASCIMENTO           | DEFERIDO(A) |
| 229 | IVANOR RECKTENVALT          | DEFERIDO(A) |
| 132 | JARDELINO ANTUNES           | DEFERIDO(A) |
| 142 | JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI | DEFERIDO(A) |
| 83  | MARCOS DOS SANTOS           | DEFERIDO(A) |
| 45  | VILSON PAULETTO             | DEFERIDO(A) |

Candidatos no Cargo: 16 Inscrições Deferidas: 15 Inscrições Indeferidas: 1

| OPERADOR DE MÁQUINAS |                                 |               |
|----------------------|---------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição         | Candidato                       | Situação      |
| 67                   | CARLOS DANIEL GASSEN            | DEFERIDO(A)   |
| 58                   | CLAITON FREITAS MAIA            | INDEFERIDO(A) |
| 243                  | EDILIO PAULETTO                 | DEFERIDO(A)   |
| 288                  | EDIR VIVAN                      | DEFERIDO(A)   |
| 227                  | ELIESER DUMMER                  | DEFERIDO(A)   |
| 123                  | GILSON RONNING                  | DEFERIDO(A)   |
| 279                  | ISMAR LUIZ GROLI                | DEFERIDO(A)   |
| 234                  | JONAS HOCHSCHEIDT               | DEFERIDO(A)   |
| 31                   | KAUAN JORGE TREVISAN DOS SANTOS | DEFERIDO(A)   |
| 239                  | SILVANO LUZA                    | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 10 Inscrições Deferidas: 9 Inscrições Indeferidas: 1

| PROFESSOR DE ARTES |                            |               |
|--------------------|----------------------------|---------------|
| Nº Inscrição       | Candidato                  | Situação      |
| 32                 | ANGELA MARIA GUERRA        | INDEFERIDO(A) |
| 183                | ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ | DEFERIDO(A)   |
| 161                | CARLA SENHOR               | DEFERIDO(A)   |
| 150                | EDIVANIA BOTTEGA           | DEFERIDO(A)   |
| 110                | MIRNA MUNIZ NAVROSKI       | DEFERIDO(A)   |
| 56                 | RUDIMAR ROBERTO PEREIRA    | INDEFERIDO(A) |
| 182                | VANDERLEA PRIOR MARTINELI  | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 7 Inscrições Deferidas: 5 Inscrições Indeferidas: 2

| PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA |                              |               |
|------------------------------|------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição                 | Candidato                    | Situação      |
| 106                          | CAMILA SIQUEIRA              | DEFERIDO(A)   |
| 261                          | DAIANE SILVA DE ALMEIDA BOTH | DEFERIDO(A)   |
| 13                           | EDUARDA JANINE CAOILLA       | INDEFERIDO(A) |
| 215                          | ELAINE COMPARIN              | DEFERIDO(A)   |
| 102                          | FABIANA PARIZOTTO            | DEFERIDO(A)   |
| 65                           | FLAVIO BOTH                  | DEFERIDO(A)   |



|     |                               |               |
|-----|-------------------------------|---------------|
| 228 | JULIANO MAURICIO SIEBEL       | DEFERIDO(A)   |
| 115 | KARINE ENGEL DA CUNHA         | DEFERIDO(A)   |
| 226 | LEWIS MATÉ HEINECK            | DEFERIDO(A)   |
| 291 | LUCAS LUAN ZANCANARO          | DEFERIDO(A)   |
| 163 | MAICON CHAVES                 | DEFERIDO(A)   |
| 112 | MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN | DEFERIDO(A)   |
| 295 | PATRICIA BIESDORF             | DEFERIDO(A)   |
| 99  | TIAGO REZENDE                 | INDEFERIDO(A) |
| 187 | VANESSA ARTIGAS DO AMARAL     | DEFERIDO(A)   |
| 214 | VERA LUCIA STRAPAZZON         | DEFERIDO(A)   |
| 11  | VITOR VIEIRA TRAVASSOS        | INDEFERIDO(A) |

Candidatos no Cargo:

17

Inscrições Deferidas:

14

Inscrições Indeferidas:

3

| PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL |                                    |               |
|---------------------------------|------------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição                    | Candidato                          | Situação      |
| 290                             | ADILCI SIEBAUER                    | DEFERIDO(A)   |
| 105                             | ADIVANE SEBEN                      | DEFERIDO(A)   |
| 133                             | ADRIELI OLTRAMARI                  | DEFERIDO(A)   |
| 184                             | ANA ALICE FLORES                   | DEFERIDO(A)   |
| 26                              | CAMILA ANTUNES                     | DEFERIDO(A)   |
| 207                             | CAMILA VIVAN                       | DEFERIDO(A)   |
| 177                             | CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI | DEFERIDO(A)   |
| 120                             | CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER       | DEFERIDO(A)   |
| 135                             | CRISTIANE FUZINATO                 | DEFERIDO(A)   |
| 275                             | DAIANE CRISTINA FREY MICHELS       | DEFERIDO(A)   |
| 282                             | DANIELA HUFF                       | DEFERIDO(A)   |
| 180                             | DARLI ALBANI                       | DEFERIDO(A)   |
| 255                             | DENISE ROWER QUEVEDO               | DEFERIDO(A)   |
| 151                             | DERLICE TURMINA                    | DEFERIDO(A)   |
| 101                             | DIANA CENTA BERNARDY               | DEFERIDO(A)   |
| 232                             | DILCE CERIZOLLI BENEDET            | DEFERIDO(A)   |
| 273                             | DINARA KERKHOFF                    | DEFERIDO(A)   |
| 152                             | DIRLEI MARINS ALLEBRANDT           | DEFERIDO(A)   |
| 143                             | ELENI PEREIRA SCHMITT              | DEFERIDO(A)   |
| 144                             | ELENI PEREIRA SCHMITT              | INDEFERIDO(A) |
| 296                             | ELISANE JULCI VARGAS               | DEFERIDO(A)   |
| 205                             | ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI       | DEFERIDO(A)   |
| 119                             | ELIZANDRA KOMINKIEWICZ             | DEFERIDO(A)   |
| 274                             | ELOIDE STEFFLER SCHWERTNER         | DEFERIDO(A)   |
| 129                             | ELONI CEREJO CERUTTI               | DEFERIDO(A)   |
| 113                             | GENECI MARTINS FARIAS              | DEFERIDO(A)   |
| 116                             | GLACI BALDIN SIEBAUER              | DEFERIDO(A)   |
| 179                             | GRACIELI KUHN                      | INDEFERIDO(A) |

|     |                                     |               |
|-----|-------------------------------------|---------------|
| 176 | GRAZIANE FRIGO HASLINGER            | DEFERIDO(A)   |
| 146 | IVONETE PIRES DE LIMA               | INDEFERIDO(A) |
| 103 | JANETE FERRARI GALLINA              | DEFERIDO(A)   |
| 168 | JANETE TEREZINHA EBERHARDT          | DEFERIDO(A)   |
| 188 | JAQUELINE PELENTIR                  | DEFERIDO(A)   |
| 210 | JUCIÉLI VANI                        | DEFERIDO(A)   |
| 136 | JULIANE FAGUNDES                    | DEFERIDO(A)   |
| 165 | KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA   | DEFERIDO(A)   |
| 248 | LEILA JULIANE MALLMANN              | INDEFERIDO(A) |
| 52  | LÚCIA EUZEBIO                       | DEFERIDO(A)   |
| 55  | MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI    | DEFERIDO(A)   |
| 153 | MAILA PATICIA NAZARIO ROCHA         | DEFERIDO(A)   |
| 268 | MARCIANE RODRIGUES DA SILVA PFEIFER | DEFERIDO(A)   |
| 198 | MARINÊS SCHENKEL                    | DEFERIDO(A)   |
| 84  | MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER  | DEFERIDO(A)   |
| 80  | MIRIAN SCHÜNEMANN DOS SANTOS        | INDEFERIDO(A) |
| 294 | MONISE GUBERT KOMINKIEWICZ          | DEFERIDO(A)   |
| 169 | NILDA SALETE CUOCHINSKI             | DEFERIDO(A)   |
| 91  | ROSANE CRISTINA JACOBY              | DEFERIDO(A)   |
| 230 | ROSANE VALENTE FREY                 | DEFERIDO(A)   |
| 244 | SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS       | DEFERIDO(A)   |
| 160 | SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN. | DEFERIDO(A)   |
| 75  | SILVIA SOARES DE ARAUJO FRANÇA      | INDEFERIDO(A) |
| 269 | SIMPLICIA MARIA DA CUNHA            | INDEFERIDO(A) |
| 250 | SIRLEI MARINS DA COSTA              | DEFERIDO(A)   |
| 154 | SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER    | DEFERIDO(A)   |
| 100 | VERONI CHERIZOLI ANTUNES DA SILVA   | DEFERIDO(A)   |
| 186 | VERONICA CHERIZOLI VALMORBIDA       | DEFERIDO(A)   |
| 104 | VIVIANE BALDIN                      | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 57 Inscrições Deferidas: 50 Inscrições Indeferidas: 7

| PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS |                             |               |
|--------------------------------|-----------------------------|---------------|
| Nº Inscrição                   | Candidato                   | Situação      |
| 213                            | ADEMIR BORTOLOZZO           | DEFERIDO(A)   |
| 60                             | CINARA MICHELS CARNEIRO     | INDEFERIDO(A) |
| 147                            | GIOMAR DOS SANTOS MEIRA     | DEFERIDO(A)   |
| 4                              | JAQUELINE NOAL DONIDA       | DEFERIDO(A)   |
| 33                             | JAQUELINE SELIG GERHARDT    | DEFERIDO(A)   |
| 283                            | JUCIELICAMPOS               | DEFERIDO(A)   |
| 178                            | SANDRA FACIOCHI KRIESER     | DEFERIDO(A)   |
| 259                            | SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS | DEFERIDO(A)   |
| 217                            | SIMONE MARIA MAHLE          | DEFERIDO(A)   |

Candidatos no Cargo: 9 Inscrições Deferidas: 8 Inscrições Indeferidas: 1

| PSICÓLOGO    |                                |               |
|--------------|--------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição | Candidato                      | Situação      |
| 202          | ALANA SPANHOLI TAMAGNO         | DEFERIDO(A)   |
| 49           | ALISSON MAURÍCIO MONTEIRO      | DEFERIDO(A)   |
| 287          | CAMILLE KUHN                   | DEFERIDO(A)   |
| 6            | CARINE DE ASSIS                | DEFERIDO(A)   |
| 50           | CARLA ANDREZA ZENI             | INDEFERIDO(A) |
| 38           | CHANCARLYNE VIVIAN             | DEFERIDO(A)   |
| 82           | CRISTIANE MARTINI              | DEFERIDO(A)   |
| 137          | DANIELA SENHOR                 | DEFERIDO(A)   |
| 127          | DANIELI JULIA STRAPAZZON       | DEFERIDO(A)   |
| 72           | DIANES MOCELIN                 | DEFERIDO(A)   |
| 126          | DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA      | DEFERIDO(A)   |
| 62           | ELISANDRA ANDRÉIA BECKERT      | INDEFERIDO(A) |
| 276          | ELVIS POZZER                   | DEFERIDO(A)   |
| 121          | FABIANE FAGUNDES               | DEFERIDO(A)   |
| 109          | FERNANDA DALL AGNOL            | DEFERIDO(A)   |
| 286          | FRANCIELE VIZZOTTO             | INDEFERIDO(A) |
| 69           | GABRIELE MÜLLER                | DEFERIDO(A)   |
| 262          | ITAMARA SCARIOT BRUSTCHER      | INDEFERIDO(A) |
| 88           | JHENYFER DAGOSTINI             | DEFERIDO(A)   |
| 231          | JULCIANE NADIA PAGLIARI        | INDEFERIDO(A) |
| 238          | JULIANE BENETTI                | INDEFERIDO(A) |
| 118          | KAMILLA GOLIN                  | DEFERIDO(A)   |
| 201          | KARINE RENATA BOESING MALDANER | INDEFERIDO(A) |
| 284          | KARINE ZAMBIAZI                | INDEFERIDO(A) |
| 14           | KAROLINE COUTO                 | DEFERIDO(A)   |
| 258          | KATIANE BERNARDI               | DEFERIDO(A)   |
| 15           | KEITY ANDRIELI SANTORO         | DEFERIDO(A)   |
| 292          | KERLY MARIA MONTIEL            | DEFERIDO(A)   |
| 289          | MABEL MOSER MONTAGNA           | DEFERIDO(A)   |
| 212          | MARCIA DAL PIVA                | DEFERIDO(A)   |
| 8            | MARCIANA MEURER                | INDEFERIDO(A) |
| 96           | MARIANA PEREIRA                | INDEFERIDO(A) |
| 277          | MARLI TERESINHA FILIMBERTI     | DEFERIDO(A)   |
| 85           | MARLIZE PRANTE                 | INDEFERIDO(A) |
| 224          | MICHELI CARLA BORTOLOTTI       | DEFERIDO(A)   |
| 93           | MICHELI CASIA PICCININI        | DEFERIDO(A)   |
| 40           | NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN  | DEFERIDO(A)   |
| 149          | PRISCILA ROSEGHINI             | DEFERIDO(A)   |
| 155          | RENATA LAIS SOLIVO             | DEFERIDO(A)   |
| 23           | SHEILA CARINE BACH             | DEFERIDO(A)   |
| 148          | TAMARA K. MARAFON              | DEFERIDO(A)   |

|     |                      |               |
|-----|----------------------|---------------|
| 138 | TATIANA FOGOLARI     | INDEFERIDO(A) |
| 245 | TAYLOR JONATHA VOELZ | INDEFERIDO(A) |
| 235 | VANESSA FICAGNA      | DEFERIDO(A)   |

**Candidatos no Cargo:** 44      **Inscrições Deferidas:** 31      **Inscrições Indeferidas:** 13

| SERVENTE DE ESCOLA |                                   |             |
|--------------------|-----------------------------------|-------------|
| Nº Inscrição       | Candidato                         | Situação    |
| 74                 | DARLI PANDOLFO CIEPLAK            | DEFERIDO(A) |
| 20                 | GENI TEREZA STANKIEWICZ           | DEFERIDO(A) |
| 87                 | GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA | DEFERIDO(A) |
| 41                 | MARLUCIA DA SILVA VICARI          | DEFERIDO(A) |
| 114                | NAILDES MINA FRIES BOTTEGA        | DEFERIDO(A) |
| 54                 | NEIVA MARIA ZANELLA               | DEFERIDO(A) |
| 71                 | NEIVA PROVENSÍ                    | DEFERIDO(A) |
| 77                 | ROSA LIMA SOARES                  | DEFERIDO(A) |

**Candidatos no Cargo:** 8      **Inscrições Deferidas:** 8      **Inscrições Indeferidas:** 0

| TESOUREIRO   |                                      |               |
|--------------|--------------------------------------|---------------|
| Nº Inscrição | Candidato                            | Situação      |
| 220          | ALAN VICTOR WERNER                   | DEFERIDO(A)   |
| 117          | ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI         | DEFERIDO(A)   |
| 145          | ANDRELISSA HOFF DE OLIVEIRA SOBRINHO | INDEFERIDO(A) |
| 162          | ANDRIELI SENHOR                      | DEFERIDO(A)   |
| 57           | BRUNA CAROLINE HAGEMANN              | INDEFERIDO(A) |
| 78           | BRUNA LUIZA SPADA                    | DEFERIDO(A)   |
| 1            | BRUNA RAQUEL RAUBER                  | INDEFERIDO(A) |
| 111          | CAROLINE DE LURDES FREITAS           | DEFERIDO(A)   |
| 79           | CÉSAR JOSÉ BELONI                    | DEFERIDO(A)   |
| 81           | CLAIR ROSANA KOTTWITZ                | INDEFERIDO(A) |
| 171          | CLAUDINEI IVAN WEBER                 | DEFERIDO(A)   |
| 185          | DAIANE WESCHENFELDER                 | DEFERIDO(A)   |
| 59           | DIEITON KEOMA RIBEIRO                | INDEFERIDO(A) |
| 194          | DJONATAN LAZAROTTO                   | INDEFERIDO(A) |
| 256          | ELISA SALETE KEHL                    | DEFERIDO(A)   |
| 257          | ELISANDRA GAUSCKI HENN               | DEFERIDO(A)   |
| 30           | ELIZETE GAMBA FRANA                  | INDEFERIDO(A) |
| 3            | ELIZIONE KRUMENAUER                  | INDEFERIDO(A) |
| 175          | FLAVIO ANTONIO STAIL JUNIOR          | INDEFERIDO(A) |
| 16           | GUILHERME LUIZ RISSON                | INDEFERIDO(A) |
| 2            | ILAINE MAITE AMANN                   | DEFERIDO(A)   |
| 173          | JACKSON WILLIAN DA COSTA MORAES      | INDEFERIDO(A) |
| 76           | JAIR DE ASSIS                        | DEFERIDO(A)   |

|     |                                  |               |
|-----|----------------------------------|---------------|
| 107 | JANAINE SELIG                    | INDEFERIDO(A) |
| 241 | JEAN PAULO HANAUER               | DEFERIDO(A)   |
| 211 | JEAN PIERRY DE FREITAS FERREIRA  | DEFERIDO(A)   |
| 141 | JOCIELI DE OLIVEIRA              | DEFERIDO(A)   |
| 191 | JUCIELI HANAUER                  | INDEFERIDO(A) |
| 86  | JULIANA LIBERALI                 | INDEFERIDO(A) |
| 223 | JUNIOR BARBOSA FAÉ               | DEFERIDO(A)   |
| 70  | LEONIR HAAS                      | INDEFERIDO(A) |
| 285 | LORENI TERESINHA BORRE           | DEFERIDO(A)   |
| 47  | LUANA ANTUNES                    | DEFERIDO(A)   |
| 73  | LUIZA WALKER                     | INDEFERIDO(A) |
| 204 | MAICON VALMIR VITORIA            | DEFERIDO(A)   |
| 280 | MARISTELA SOARES PEREIRA MORETTI | INDEFERIDO(A) |
| 131 | MARIZANE PROVIN                  | DEFERIDO(A)   |
| 221 | MAURÍCIO JEAN BOTTIN CELLA       | DEFERIDO(A)   |
| 281 | MAURO LUIS MULLER                | DEFERIDO(A)   |
| 68  | MICHEL SANTORO                   | DEFERIDO(A)   |
| 225 | NIVALDO ALCIDES FLORES           | INDEFERIDO(A) |
| 7   | PATRICIA ELY HOSS                | INDEFERIDO(A) |
| 189 | PATRINI MARIELI DE SOUZA         | DEFERIDO(A)   |
| 206 | RENAN JUNIOR DE ALMEIDA          | DEFERIDO(A)   |
| 218 | RODRIGO FIORAVANÇO               | DEFERIDO(A)   |
| 108 | ROSÉLI CONCEIÇÃO TRUCOLLO ZAIA   | INDEFERIDO(A) |
| 271 | ROSELI INES ELOY                 | DEFERIDO(A)   |
| 28  | SILENE MARIA MARTINELLI          | INDEFERIDO(A) |
| 64  | SILVANA DE GREGORI               | INDEFERIDO(A) |
| 122 | SILVANA FERRARI                  | DEFERIDO(A)   |
| 264 | THIAGO HILGERT                   | DEFERIDO(A)   |
| 216 | VANESSA DOS SANTOS HELFENSTEIN   | DEFERIDO(A)   |
| 35  | VANESSA REGINA GRANDI            | INDEFERIDO(A) |
| 192 | VOLNEI LUIZ FICAGNA              | DEFERIDO(A)   |

|                             |     |                              |     |                                |    |
|-----------------------------|-----|------------------------------|-----|--------------------------------|----|
| <b>Candidatos no Cargo:</b> | 54  | <b>Inscrições Deferidas:</b> | 31  | <b>Inscrições Indeferidas:</b> | 23 |
| <b>Total de Candidatos:</b> | 295 | <b>Inscrições Deferidas:</b> | 224 | <b>Inscrições Indeferidas:</b> | 71 |

**Art. 2º** – Foram homologadas inscrições, as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Concurso Publico Municipal Nº002/2014.



**Art. 3º-** Este Decreto entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do **Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013**, revogando **as** demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Serra Alta/SC, 22 de Dezembro de 2014.

**FRANCISCO ARTUR BOTH**

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

**VANDERLI RUI DE GASPARI**

Secretário de Administração

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 111/2014 RETIFICADO

DECRETO Nº. 111/2014 (retificado), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 781/2014, de 17 de Dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 11.022,00 (onze mil e vinte e dois centavos), destinados a REFORÇAR dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.1.146 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0088 - Aplicações Diretas (54) R\$ 11.022,00

Fonte de Recurso: 0088 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde

TOTAL R\$ 11.022,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 11.022,00 (onze mil e vinte e dois centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto fica utilizada parte da receita proveniente do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o período de janeiro a outubro de 2014, na fonte 0088 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde no valor de R\$ 11.022,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 116/2014

DECRETO Nº. 116/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 0731, de 27 de novembro de 2013 - Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 28.128.1019.0.003 - Contribuição ao PASEP

Modalidade: 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas (18) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado parte do recurso do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o exercício financeiro de 2014 na fonte 0000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### PORTARIA NºSEMFA-D0931 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0931 de 27 de novembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor HAROLDO SASSE, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 28.11.2014 à 04.01.2015, por trinta e oito (38) dias, conforme Processo RH03-0170;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### ATA DECISÃO PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 153 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 153/2014 - PMT

Às onze horas, do vigésimo segundo dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze (22/12/2014), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014 (alterada pela Portaria 1432/2014), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Aline Burger e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014), para julgamento da proposta apresentada pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA - EPP com supedâneo na manifestação técnica apresentada pelo setor de engenharia do Município. Conforme consta da Ata de Abertura de Proposta de fls. 0168, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise e emissão de parecer técnico acerca dos valores, quantitativos e planilhas de composição do BDI. Do parecer técnico emitido pela engenheira civil, Sra. Theresa Cristina Beduschi, sobre a análise dos documentos de proposta, verificou-se que a empresa EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA - EPP, apresentou documentação de acordo com a exigida pelo Edital. Nesse sentido, da análise e exame da proposta, à vista das exigências

constantes do edital e, com fundamento no parecer técnico, decide-se pela classificação da proposta e, declara-se vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA - EPP com o valor para o item 1 (execução de serviços de pavimentação do passeio frontal do Núcleo de Educação Infantil Lar da Criança) de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e o valor para o item 1.1 (execução de serviços de pavimentação do passeio frontal do Núcleo de Educação Infantil Maria Luiza Bell) de R\$ 16.590,00 (dezesseis mil e quinhentos e noventa reais). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ALINE BURGER  
Secretária

ANDREA TAISE FRANZ  
Membro

### AVISO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 168 2014 PMT - CONFEÇÃO E IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU E ISS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 168/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de tributos municipais para o exercício de 2015, especificados no Anexo I (especificações do objeto) para atender as necessidades da Secretaria da Fazenda e Administração (Divisão de Tributação e Fiscalização). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 15 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 15 de janeiro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBÓ (SC), 22/12/2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

### AVISO EDITAL TOMADA DE PREÇO N.º 35 2014 FMS - AMPLIAÇÃO UBS POMERANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 35/2014 - FMS

OBJETO: contratação de empresa, compreendendo material e mão-de-obra, para a execução de serviços de ampliação da Unidade de Saúde da Família Bairro Pomeranos, neste município, especificados nos anexos do edital, tudo conforme projeto, memorial descritivo, orçamento estimativo, cronograma físico financeiro e minuta contratual. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 15 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 15 de janeiro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 22 de dezembro de 2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**DECRETO Nº 3648, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**  
DECRETO Nº 3648, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar de 29 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º O Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar de 29 de outubro do corrente, designando:

.....

17) SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto:  
Titular: MARIA CAROLINA BERRI, em substituição a Carla T.R. Geisler  
Suplente: .....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**EXTRATO CONTRATO 2014 182 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/182

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Empreiteira de mão de Obra Adrimar Ltda

OBJETO: a plena e total execução (material e mão-de-obra), de serviços de pavimentação asfáltica, reperfilagem em corredores de serviços, implantação de ciclovias e recuperação estrutural de revestimento asfáltico, em ruas do Município de Timbó, correspondente aos itens abaixo descritos, tudo de conformidade com o Edital de Concorrência nº 114/2014, memoriais descritivos, projetos, quantitativos, orçamentos estimativos, cronogramas físico financeiros, demais anexos (inclusive o Convênio com o Estado de Santa Catarina).

VALOR: R\$ 6.110.296,30 (seis milhões cento e dez mil duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES contados da Ordem de Serviço

PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 MESES

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2014.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 2013.84**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013/84

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço no valor de R\$ 37.306,50 (trinta e sete mil trezentos e seis reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2013

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2010.161 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/161

LOCATÁRIO: Fundo Municipal de Saúde.

LOCADORES: Haroldo Duwe e Mariana Duwe.

OBJETO: Locação de imóvel com benfeitorias (sala de alvenaria com 249,01m²), localizado na Rua Pomeranos, 1963, Bairro Pomeranos, Timbó/SC, que tem por finalidade a instalação e funcionamento da Unidade de Saúde da Família Pomeranos.

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2014.

ALFREDO JOAO BERRI

Secretário de Saúde

**EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2008.97 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2008/97

LOCATÁRIO: Fundo Municipal de Saúde.

LOCADOR: Ademir Ladehoff.

OBJETO: Locação de imóvel para implantação de Unidade de Saúde da Família Integrada.

PRAZO: prorrogado até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 2013.84**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.º 2013/84

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Construção da Unidade de Saúde da Família do Bairro Pomeranos.

PRAZO: Prazo de vigência prorrogado até 30/06/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2014

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº SEMFA\_D0921, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA\_D0921, de 13 de Novembro de 2014  
Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à Rescisão/Complementar Competência Novembro/2014, conforme demonstrativo abaixo:

| Nome                     | Processo  | Período Aquisitivo |
|--------------------------|-----------|--------------------|
| Maria Zulair Ramos Moser | RH09-0050 | 19.01.2009/2014    |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO 1400, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1400, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Luciana Hartmann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenharia Civil, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal LUCIANA HARTMANN, do cargo de provimento efetivo de Engenharia Civil, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 254, de 24 de março de 2005, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
DARCÍZIO BONA  
Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**PORTARIA NO 1401, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1401, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação e contratada temporariamente para o cargo de Professor - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2014, a contar de 1º de novembro do corrente:

| NOME                       | CARGA HORÁRIA SEMANAL |       |
|----------------------------|-----------------------|-------|
|                            | DE                    | PARA  |
| Dirce Maria Tiegs da Veiga | 20h/a                 | 40h/a |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
DARCÍZIO BONA  
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1402, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1402, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais contratadas temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| NOME                                 | CARGO<br>(Contratação Tempo-<br>rária) | PORT.DE CON-<br>TRATAÇÃO | A CONTAR<br>DE |
|--------------------------------------|--|--------------------------|----------------|
| Isabel Cristina Tomasselli Fernandes | Educadora Infantil                     | 822, de<br>15/01/2014    | 03/11/2014     |
| Jaqueline Hoffmann                   | Auxiliar Operacional I                 | 934, de<br>03/03/2014    | 03/11/2014     |
| Lucia Zapotoczny                     | Auxiliar Operacional I                 | 1193, de<br>09/07/2014   | 03/11/2014     |
| Mary Lea Butzke                      | Professor C                            | 1078, de<br>05/05/2014   | 03/11/2014     |
| Sheyla Pedrini Rampon                | Professor A                            | 884, de<br>10/02/2014    | 07/11/2014     |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1403, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1403, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| NOME               | CARGO<br>(Contratação Tempo-<br>rária) | PORT.DE CON-<br>TRATAÇÃO | A CONTAR<br>DE |
|--------------------|--|--------------------------|----------------|
| Aline Sacht Vargas | Auxiliar Recreação Infantil            | 1361, de<br>22/09/2014   | 06/10/2014     |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**PORTARIA NO 1405, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1405, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Edson Mendes Junior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente(Fundo Municipal de Trânsito), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal Edson Mendes Junior, do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1156, de 30 de junho de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**PORTARIA NO 1406, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1406, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais contratadas temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| NOME                        | CARGO<br>(Contratação Tempo-<br>rária) | PORT.DE CON-<br>TRATAÇÃO | A CONTAR<br>DE |
|-----------------------------|--|--------------------------|----------------|
| Laurita Voltolini Dallabona | Auxiliar Operacional                   | 862, de<br>04/02/2014    | 03/11/2014     |
| Mirian Ferreira             | Auxiliar Operacional                   | 1311, de<br>01/09/2014   | 03/11/2014     |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1407, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1407, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS |                                   |                     |             |
|--|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME   | CARGO<br>(Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Nilton de Oliveira                               | Pedreiro                          | 048, de 16/01/2013  | 03/11/2014  |
| Zeno Osvaldo Cavallheri                          | Motorista                         | 755, de 02/12/2013  | 03/11/2014  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1412, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1412, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ingwald Roeder, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal INGWALD ROEDER, do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2121, de 14 de junho de 1993, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**PORTARIA NO 1413, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1413, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |                                   |                     |             |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME                             | CARGO<br>(Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Kathia Mahs Weiss                | Auxiliar de Recreação Infantil    | 988/2014            | 05/11/2014  |
| Leandro Ferreira Vieira          | Professor C                       | 1078/2014           | 05/11/2014  |
| Roseli Correa                    | Auxiliar Operacional I            | 1372/2014           | 03/11/2014  |
| Vanessa Franciele Slomp          | Auxiliar de Recreação Infantil    | 819/2014            | 06/11/2014  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1414, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1414, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Jackson Gabriel Motta, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal JACKSON GABRIEL MOTTA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2719, de 28 de maio de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

**PORTARIA NO 1419, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1419, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |                                   |                     |             |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME                             | CARGO<br>(Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Carolina Torres Maciel da Silva  | Professor                         | 872, de 05/02/2014  | 26/11/2014  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1420, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1420, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal José Augusto Aguirre Godoi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal JOSÉ AUGUSTO AGUIRRE GODOI, do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1156, de 30 de junho de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó / SC

**PORTARIA NO 1421, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1421, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |                                   |                     |             |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME                             | CARGO<br>(Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Rosangela Aparecida Cândido      | Auxiliar Operacional I            | 1136, de 06/06/2014 | 12/11/2014  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1424, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No 1424, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal contratado temporariamente para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS |                                   |                     |             |
|--|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME   | CARGO<br>(Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Fernando Rosa Tavares                            | Auxiliar Operacional I            | 1311, de 04/09/2014 | 13/11/2014  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO SEMFA-D0934, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0934, de 28 de Novembro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

| NOME                               | REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR | REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|-------------|
| Fernanda Kruger                    | GP-75                        | GP-76                        | 24.10.2014  | RH10-0078   |
| Nailda Bueno de oliveira Viebrantz | SG-11                        | SG-12                        | 31.10.2014  | RH12-0118   |
| Roseli Werner                      | GP-68                        | GP-73                        | 14.10.2014  | RH14-0183   |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0935, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0935, de 28 de Novembro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, conforme demonstrativo abaixo:

| NOME                  | REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR | REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|-------------|
| Raquel Cristina Cunha | GA-36                        | GA-37                        | 09.10.2014  | RH08-0367   |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0936, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0936, de 28 de Novembro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

| NOME                     | REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR | REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|-------------|
| Elzira Neide Slomp Stolf | SG-23                        | SG-24                        | 01.10.2014  | RH02-589    |
| Ilse Anklan Haake        | SG-11                        | SG-12                        | 14.10.2014  | RH10-0041   |
| Ivone Butke Schutze      | SG-23                        | SG-24                        | 08.10.2014  | RH02-614    |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2.014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0937, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0937, de 28 de Novembro de 2.014  
Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

**RESOLVE**



Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

| NOME                            | REFERÊN-<br>CIA<br>SALARIAL<br>ANTERIOR | REFERÊN-<br>CIA<br>SALARIAL<br>PROMOÇÃO | A CONTAR DE | PROCES-<br>SO<br>Nº |
|---------------------------------|---|---|-------------|---------------------|
| Adriana Regina Mafrá Persuhn    | D-28                                    | D-29                                    | 20.10.2014  | RH07-0023           |
| Ana Maria Dallabrida Lenzi      | C-23                                    | C-24                                    | 23.10.2014  | RH09-0114           |
| Débora Mariane Peyerl Florencio | C-20                                    | C-21                                    | 16.10.2014  | RH12-0064           |
| Elisete Gumz Cipriani           | D-37                                    | D-38                                    | 14.10.2014  | RH04-0291           |
| Joyce Ivanoff                   | D-31                                    | D-32                                    | 09.10.2014  | RH05-0121           |
| Yara Christina Ittner Zickuhr   | D-33                                    | D-34                                    | 06.10.2014  | RH05-0037           |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0938, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SEMFA-D0939, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde de Timbó) - FMS, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

| Fundo Municipal de Saúde de Timbó - FMS |                 |              |             |             |
|---|-----------------|--------------|-------------|-------------|
| NOME DO SERVIDOR                        | CARGO           | PERÍODO      | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
| Dilorme Fistarol                        | Aux. Enfermagem | HUM (01) dia | 14.11.2014  | RH14-0191   |
| Vanessa Luana Jost Ludovico             | Enfermeira      | HUM (01) dia | 29.10.2014  | RH11-0386   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0939, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SEMFA-D0939, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde de Timbó) - FMS, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

| Fundo Municipal de Saúde de Timbó - FMS |                 |              |             |             |
|---|-----------------|--------------|-------------|-------------|
| NOME DO SERVIDOR                        | CARGO           | PERÍODO      | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
| Dilorme Fistarol                        | Aux. Enfermagem | HUM (01) dia | 14.11.2014  | RH14-0191   |
| Vanessa Luana Jost Ludovico             | Enfermeira      | HUM (01) dia | 29.10.2014  | RH11-0386   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2014; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0940, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SEMFA-D0940, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:



## Secretaria Municipal de Educação - SEMED

| NOME DO SERVIDOR           | CARGO                      | PERÍODO (DIAS)                     | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
|----------------------------|----------------------------|------------------------------------|-------------|-------------|
| Daiana Luiza da Silva Rahn | Aux. Recreação Infantil    | HUM (01)                           | 11.11.2014  | RH14-0155   |
| Egino Valcanaia            | Professor                  | HUM (01)                           | 06.11.2014  | RH14-0192   |
| Edio Frankenberger         | Aux. Serv. Administrativos | HUM (01)                           | 07.11.2014  | RH04-0183   |
| Edla Janice Perini Nones   | Professor                  | TRÊS (03)                          | 20.10.2014  | RH10-0052   |
| Eliseth Bucher Franz       | Educadora Infantil         | HUM (01)                           | 13.11.2014  | RH06-0016   |
| Fabiana Sasse Ludwig       | Educadora Infantil         | HUM (01)                           | 03.11.2014  | RH06-0279   |
| Leila Denise Wartha Nones  | Professor                  | DOIS (02)                          | 06.11.2014  | RH09-0249   |
| Meike Marly Schubert       | Professor                  | HUM (01)                           | 23.10.2014  | RH11-0372   |
| Raquel Rufino              | Aux. Recreação Infantil    | TRÊS (03)                          | 14.10.2014  | RH14-0162   |
| Raquel Rufino              | Aux. Recreação Infantil    | HUM (01)                           | 17.10.2014  | RH14-0162   |
| Tatiana Estefania Dreger   | Aux. Recreação Infantil    | HUM (01)                           | 23.10.2014  | RH14-0193   |
| Zelinda Kinder             | Aux. Operacional           | Uma hora e quarenta e nove minutos | 04.11.2014  | RH14-0165   |
| Zelinda Kinder             | Aux. Operacional           | HUM (01)                           | 05.11.2014  | RH14-0165   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº 1418, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1418, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Designa membros para compor a Comissão do Processo Seletivo para eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c e g", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO para eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar, os seguintes representantes:

| NOME                                  | REPRESENTANTES                             |
|---------------------------------------|--|
| Pamela Aparecida Campregheer Floriano | Procuradoria Geral do Município            |
| Clarice Ana Andreazza                 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Gabriella Priebe                      | Ordem dos Advogados do Brasil - OAB        |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA Nº 1408, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1408, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| NOME                             | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------|
| Katia Cilene Loghi Leite         | 1391/2014                      | 10/11/2014   |
| Luciane Janke                    | 1370/2014                      | 01/12/2014   |
| Maristela Tomaselli              | 1385/2014                      | 14/11/2014   |
| Pérola da Silva Barbosa Ferreira | 1394/2014                      | 17/12/2014   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DACIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA Nº 1411, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1411, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do

período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE<br>(Fundo Municipal de Saúde) |                                |              |
|---|--------------------------------|--------------|
| NOME  | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| ADEMIR LUIZ MANFRINI  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ADRIANA NECKEL SOARES                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ALESSANDRO MONDADORI HOFMANN                                | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ALINE BOER  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ALINE VENTZ   | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ANA KAROLINA LONGO BOAVENTURA                               | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ANDERLEI TESSARO DEGERING                                   | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI                           | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ANNA CARINE BELL  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ                                 | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| APARECIDA BELARMINO ROEDER                                  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ARACI KRUGER  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| BRUNA LUIZA FIAMONCINI                                      | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| CACIA RODRIGUES MENGARDA                                    | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE                            | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE                                | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| CLEIA CESARINO  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| DARCIO HABOWSKY   | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| DAVI DA MAIA  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| DIRCE BEIGER CIPRIANO                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| DOROTHEA OELKE  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| EDINA VAZ DE FRANCA   | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| EGBERTO JOSE DE FREITAS                                     | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE                                | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA                                | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ELIANE LANDO E SILVA  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ELIANE MOSER  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ELISIANE GISELA LARGURA SCHROEDER                           | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ERICA PATRICIA GOMES BARBOSA                                | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ESTELITA EHMKE SLOMP  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| FABIANA MANARIM BRUNSFELD                                   | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| FLAVIA DAYANE SIMEONI                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| FLAVIA MICHELE BERNARDO ZESCHAU                             | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| GILBERTO LUIZ GOEDERT                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI                               | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACT                             | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JANAINA BIANCHET  | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JANDERICK DE SOUZA ALVES                                    | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JESSICA LEITEMPERGHER                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JOICE STOLLMEIER KROENKE                                    | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JONATHAN WEEGE  | -----                          | 05/12/2014   |
| JORGE SCHLICHTING NETO                                      | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JOSELENE DRAGER WEBER                                       | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |
| JOSETE LUIZA RECK SFREDO                                    | 1371 de 01/10/2014             | 05/12/2014   |

|   |                    |            |
|---|--------------------|------------|
| JOSIANE DAS GRAÇAS DE LIZ PAULO         | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| JOSIANE SANTOS RAMOS                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| JULIEN FREDDY SANTISTEVAN               | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| JURACI KLUG                             | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| JURACI TESKE VANDERWEGEN                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| KAIQUE MOSER FERRAZ                     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| KARIN KOHLER                            | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| KATY CHRISTINE BREMER                   | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI       | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LEA ROSANA SOFKA DOS REIS               | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANT | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LENA MORGANA GESSNER DA SILVA           | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LIDIA NAIZE KORC                        | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LIZANDRO FRAINER FURLANI                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LUCIA ELENA CROSSA CASALI               | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LUCIA ZAPOTOCZNY                        | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LUCIANA SCHIAVO                         | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LUCIANO EZEQUIEL GODINHO                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| LURDES NUNES LINHARES                   | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MAIRA LUCIA CIPRIANI                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MAIRA PASQUALINI MARIN                  | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MAIRA SILVA DE GODOY                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MARCO AURELIO SUDBRACK DESESSARDS       | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MARCOS ANTONIO SANCHES                  | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MARIA GIROLA FELIPPI                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MARILENE DE MELLO                       | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA         | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL          | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MERI TEREZINHA RIBEIRO                  | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE         | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| MOACIR DE FREITAS TOLEDO                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| NICOLE LUIZE BREMER                     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| NORBERT NEUMAYR                         | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| OLIVIA BRAIT                            | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| OSMAIR GILSON SACT                      | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| PAMELA REGINA FLORIANI                  | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| PATRICIA SLOMP                          | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| PRISCILA LENZI ODEBRECHT                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA              | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROBERTA NELCI PELLIN                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA               | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROSANA DE BAIROS DE PAULA               | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROSE MELI STOLF EVARISTO                | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROSE VARGANAI SOARES                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROSELY GESSNER AGUIAR                   | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| ROSEMERI MORLO STANO                    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SANDRA REGINA DE LIMA                   | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH             | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |

|                        |                    |            |
|------------------------|--------------------|------------|
| SERGIO LUIS PEREIRA    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SHIRLEI SCHURT VICENTI | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SILVANA LONGO ROEPKE   | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SILVANA MARIA LONGO    | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SONGELA DOS SANTOS     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| SONJA STUPP GONCALVES  | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| TELMO NUNES BASTOS     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| THIAGO PRANGE          | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| VANESSA MLYNASCZYK     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| VERA MARCIA DE LIZ     | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |
| WILMAR SCOZ            | 1371 de 01/10/2014 | 05/12/2014 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

#### **PORTARIA Nº 1415, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1415, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |                                |              |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------|
| NOME                             | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| Katia Cilene Ioghi Leite         | 1408/2014                      | 10/11/2014   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **PORTARIA Nº 1416, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1416, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Portaria nº 1386, de 13 de outubro do corrente, que designa Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado para o ano de 2014, para elaborar e coordenar todas as etapas necessárias para preenchimento de vagas na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1386, de 13 de outubro do corrente, que designa a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado para o ano de 2014, para coordenar e auxiliar na elaboração e execução de todos os atos necessários à realização de processo seletivo para preenchimento de cargos, na Secretaria Municipal de Educação, designando:

| NOME  | CARGO              |
|---|--------------------|
| .....   | .....              |
| SIMONE NOLLI, em substituição a Marilda Vallim Mota | Educadora Infantil |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

#### **PORTARIA Nº 1422, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1422, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Designa a Servidora Pública Municipal Maria Angélica Faggiani, para exercer cumulativamente, o cargo em comissão de Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional, em substituição a Servidora Maria Ramos Gonzaga Pelin, por motivo de férias, no período de 17 de novembro a 06 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal da Fazenda e Administração, para exercer cumulativamente, o cargo em comissão de Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional, em substituição a Servidora Maria Ramos Gonzaga Pelin, por motivo de férias, no período de 17 de novembro a 06 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 1425, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 1425, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |                                |              |
|---|--------------------------------|--------------|
| NOME  | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| Airton José Dallagnolo                            | 1363/2014                      | 31/12/2014   |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº SEMFA-D0932, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0932, de 28 de Novembro de 2014.

Concede Licença Prêmio à servidora Jânia Inez Uler.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora JÂNIA INEZ ULER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.08.2007 a 31.07.2012, por trinta dias (18.12.2014 à 16.01.2015), conforme Processo RH14-0189.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0933, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.014.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0933, de 28 de Novembro de 2.014.

Concede Pecúlio do ex-servidor inativo

Olívio Francisco Ferrari, à viúva Charlene Medeiros da Silva Ferrari.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, resolve:

Art. 1º Conceder Pecúlio do ex-servidor inativo OLÍVIO FRANCISCO FERRARI, à viúva CHARLENE MEDEIROS DA SILVA FERRARI, equivalente ao valor dos proventos de R\$ 1.254,90 (Hum mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH14-0184.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Novembro de 2.014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0918, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0918, de 05 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Hardt Strey.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE HARDT STREY, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06.11.2014 à 21.11.2014, por dezesseis (16) dias, conforme Processo RH09-0127;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**PORTARIA NºSEMFA-D0919 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0919 de 06 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rúbia Valdina Ramos Gonzaga.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora RÚBIA VALDINA RAMOS GONZAGA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e seis (46) dias, a contar de 04/11 a 19/12/2014, conforme Processo RH02-0279;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/10/2014 à 03/11/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 04/11 à 19/12/2014 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0920 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0920 de 10 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rosa Maria Prestes Prochnow.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ROSA MARIA PRESTES PROCHNOW, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Vinte e seis (26) dias, a contar de 08/11 a 03/12/2014, conforme Processo RH07-0275;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 24/10/2014 à 07/11/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 08/11 à 03/12/2014 (26 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0922 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0922 de 20 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Helenir Nunes Zanon.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora HELENIR NUNES ZANON, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Trinta e dois (32) dias, a contar de 30/10 a 30/11/2014, conforme Processo RH14-0185;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 15/10/2014 à 29/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 30/10 à 30/11/2014 (32 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0923 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0923 de 20 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ana Carolina Jurk Tomelin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ANA CAROLINA JURK TOMELIN, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Trinta e dois (32) dias, a contar de 30/10 a 30/11/2014, conforme Processo RH14-0185;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 15/10/2014 à 29/10/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição



30/10 à 30/11/2014 (32 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0924, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0924, de 20 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 28.11.2014 a 15.12.2014, por dezoito (18) dias, conforme Processo RH12-0124;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0925, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0925, de 20 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Hardt Strey.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE HARDT STREY, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 22.11.2014 à 05.12.2014, por quatorze (14) dias, conforme Processo RH09-0127;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0926, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0926, de 21 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Deyse Aparecida Londres.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DEYSE APARECIDA LONDRES, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 22.11.2014 a 21.01.2015, por sessenta e um (61) dias, conforme Processo RH14-0166;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0927 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0927 de 21 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Elisa Suely Maas Bona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ELISA SUELY MAAS BONA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e seis (46) dias, a contar de 27/11 a 11/01/2015, conforme Processo RH14-0187;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 10/11/2014 (01 dia) e 13/11/2014 à 26/11/2014 (14 dias) e a

título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 27/11 à 11/01/2015 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0928 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0928 de 24 de Novembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cinquenta (50) dias, a contar de 24/11 a 12/01/2015, conforme Processo RH14-0187;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 10/11 à 07/11/2014 (02 dias) e 11/11 à 23/11/2014 (13 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 24/11 à 12/01/2015 (50 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0929, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0929, de 27 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Mirian Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar

Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01.12.2014 a 31.12.2014, por trinta e um (31) dias, conforme Processo RH04-0370;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0930, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0930, de 27 de Novembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airtton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 29.11.2014 à 07.12.2014, por nove (09) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Novembro

. de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO 16/2014**

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - 16/2014

Dispensa de Licitação 07/2014

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: SOS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 5.000 páginas mensais, mediante o comodato de duas impressoras multifuncionais (copiadora, faz, scanner e impressora) com suprimento de tonner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

Preço: Preço mensal dos serviços objetos deste contrato é de 200,00 (duzentos reais), com franquia de 5.000 cópias, acrescidos de R\$ 0.04 (quatro centavos) por cópia que exceder a franquia.  
Assinado: 14 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) SOS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - ME (Leandro Izidoro)

#### **EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO – 17/2014**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - 17/2014  
Dispensa de Licitação 08/2014  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.  
Objeto: A cessão do direito de uso, a manutenção, a atualização e suporte técnico dos programas de computador LEGISLADOR E LEGISLADOR MIRIM, produzido pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.  
Preço: Preço mensal do programa LEGISLADOR de R\$ 497,75 (quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).  
Preço mensal do programa LEGISLADOR MIRIM de R\$ 47,90 (quarenta e sete reais e noventa centavos).  
Assinado: 14 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA (Jeser Mauri Alvarenga)

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 05/2013**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

##### **Segundo Termo Aditivo**

Contrato - 05/2013  
Processo Licitatório 01/2013  
Pregão Presencial 01/2013  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME  
Objeto: Prorrogar a vigência do contrato nº 05/2013, por doze meses, até 31 de dezembro de 2015.  
Assinado: 10 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME (Jailson Roberto Vailatti)

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO – 06/2014**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

##### **Primeiro Termo Aditivo**

Contrato - 06/2014  
Processo Licitatório 06/2014  
Pregão Presencial 01/2014  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
Objeto: Prorrogar a vigência do contrato nº 06/2014, por doze meses, até 31 de dezembro de 2015.  
Assinado: 10 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de

Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (Cristiane Longhi Tortelli - Procuradora)

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO – 08/2014**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

##### **Primeiro Termo Aditivo**

Contrato - 08/2014  
Tomada de Preço 01/2014  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: SAL PROPAGANDA LTDA.  
Objeto: Prorrogar a vigência do contrato nº 08/2014, por doze meses, até 31 de dezembro de 2015.  
Valor: O valor estimado de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)  
Assinado: 17 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) SAL PROPAGANDA LTDA. (Leandro Bonk Sabino - Sócio)

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO – 19/2013**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

##### **Primeiro Termo Aditivo**

Contrato - 19/2013  
Processo Licitatório 17/2013  
Pregão Presencial 09/2013  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: ADS SERVIÇOS LTDA.  
Objeto: Prorrogar a vigência do contrato nº 19/2013, por doze meses, até 31 de dezembro de 2015.  
Assinado: 10 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) ADS SERVIÇOS LTDA. (Luciana O.C Fleischmann - Sócia)

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO – 20/2013**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

##### **Primeiro Termo Aditivo**

Contrato - 20/2013  
Processo Licitatório 20/2013  
Pregão Presencial 11/2013  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Objeto: a) alterar o item relativo a Conexão com a Internet através de "LINK INTERNET IP DEDICADO", para a conexão da rede local de computadores e desta à Internet com velocidade e banda garantida de 2.048 kbps - velocidade de download e velocidade de upload de 2.048 kbps, com valor de R\$ 585,00 reais mensais para velocidade e banda garantida de 7.168 kbps - velocidade de download e velocidade de upload de 7.168 kbps, com valor de R\$ 731,25 reais mensais, respeitando-se os limites e critérios estabelecidos pelos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei 8.666/93.

b) prorrogar a vigência do contrato nº 20/2013, por doze meses, até 31 de dezembro de 2015.

c) reajustar os preços dos serviços contratados pelo índice do IPCA dos últimos 12 meses, conforme previsto na cláusula 5.2 do Contrato.

Valor: O valor mensal será de R\$ 1.671,06 (um mil e seissentos e setenta e um reais e seis centavos).

Assinado: 17 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Fabiano Busnardo - Sócio)

## Três Barras

### PREFEITURA

#### **PORTARIA Nº 470 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 470 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 999/2014;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE :

Art. 1º. Prorrogar a licença para o trato de assuntos particulares, anteriormente deferida através da Portaria nº 444/2012, à servidora SÂMIA EL KOUBA JARENTCHUK, matrícula 927.0-3, ocupante do cargo de assistente social, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 19 de novembro de 2014.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **PORTARIA Nº 471 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 471 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 633/2014.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora FERNANDA BIAR WALTER, matrícula 12285.8-2, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de novembro de 2014;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.



Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de novembro de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **PORTARIA Nº 472 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 472 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

CONCEDER a funcionária, TAISA MELINE BUDANT, cargo de PROFESSORA, 40hrs temporária - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da constituição Federal, a contar de 20 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 467 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 467 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR [A PEDIDO], o Senhor JEFERSON JOSE MIRANDA, das funções que exercia no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Aprovado através de Processo Seletivo, Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 468 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 468 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

EXONERAR [A PEDIDO], a Senhora MARISTELA APARECIDA DOS REIS BARBOZA, das funções que exercia no cargo de SUB-DIRETORA, quadro de funcionários Comissionado desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Viação & Obras desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 469 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 469 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor JOAO ERACIDES PEREIRA, cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010. O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 08/11/2013 a 07/11/2014, cujo gozo teve início 17/11/2014.

O saldo de férias devido do Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor



**PORTARIA Nº. 473 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 473 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR O Senhor ERNANI HENRIQUE, para exercer as funções no cargo de SUB-DIRETOR, quadro de funcionários Comissionado desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Viação & Obras desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 474 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 474 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER a funcionária, TAISA MELINE BUDANT, cargo de PROFESSORA, 40hrs temporária - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da constituição Federal, a contar de 20 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 475 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 475 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR o Senhor, LUIZ CEZAR PACHECO, das funções no cargo de Secretário, lotado na Secretaria de Viação & Obras deste Município, cargo de comissão desta Prefeitura, a contar de 21 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 476 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº. 476 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR o Senhor, CRISTIAN ROBERTO TODT, Para exercer as funções no cargo de Secretário de Viação, lotado na Secretaria de Viação & Obras deste Município, cargo de comissão desta Prefeitura, a contar de 21 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Treze Tílias****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 78/2014**

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS  
CONCORRÊNCIA Nº 78/2014

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica C.A.U.Q em diversas ruas no perímetro urbano do município de Treze Tílias - SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante do edital.

A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 28 de Janeiro de 2015 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço [www.trezetilas.sc.gov.br](http://www.trezetilas.sc.gov.br).

Treze Tílias (SC), 19 de Dezembro de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

**Tunápolis****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 141/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014 SERVIÇOS MEC.2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 141/2014  
Pregão Presencial nº 102/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE.

Entrega das propostas até às 14h15min do dia 12 de janeiro de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 22 de Dezembro de 2014.  
Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### LEI 2.700

LEI Nº 2.700, de 22 de dezembro de 2014.

Estabelece a base de cálculo para lançamento e cobrança dos tributos municipais, e dá outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Para efeito do lançamento e cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) referente ao ano de 2015, o cálculo do imposto deverá ser realizado com base nos valores lançados no ano de 2014 corrigidos pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) do ano de 2014, e poderá ser pago parceladamente nas datas fixadas nos incisos deste artigo.

I - em parcela única, até 15 de maio de 2015, pelo valor do lançamento, com desconto de 20% (vinte por cento);

II - em parcela única, até 12 de junho de 2015, pelo valor do lançamento, com desconto de 15% (quinze por cento);

III - em, até, 04 (quatro) parcelas mensais, a vencerem: 1ª parcela até 15 de maio de 2015, 2ª parcela até 12 de junho de 2015, 3ª parcela até 17 de julho de 2015 e 4ª parcela até 14 de agosto de 2015, acrescidas, a cada mês, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no mês anterior.

§1º. Os pagamentos de impostos efetuados fora do calendário, serão acrescidos de multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da parcela, ao dia, até o teto de 10% (dez por cento), 1% (um por cento) de juros ao mês, com o principal atualizado pelo índice do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), do mês anterior.

§2º. Só terão direito aos descontos previstos nos incisos I e II deste artigo os contribuintes que estiverem em dia com suas obrigações tributárias até a data do vencimento da parcela correspondente.

Art. 2º O valor da Taxa de Expediente é fixado em 10% (dez por cento) da UR (Unidade de Referência do Município).

Art. 3º O valor do Alvará de Localização e Funcionamento para a Indústria, o Comércio, Prestação de Serviço e Autônomos é fixado com base nos valores lançados no ano de 2014 corrigidos pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) do ano de 2014, e será cobrado proporcionalmente aos meses do ano fiscal (12/12), com vencimento único até 31 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. O valor do Alvará de Verificação do cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas é igual ao do Alvará de Localização e Funcionamento, descrito neste artigo.

Art. 4º Quaisquer certidões fornecidas pelo poder público municipal obrigam o requerente ao recolhimento de uma taxa equivalente a 10% (dez por cento) da UR (Unidade de Referência do Município).

Art. 5º Para efeito de cobrança do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), criado pela Lei nº 1.122, de 19 de dezembro de 1988, será considerado o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel pelo Município.

Art. 6º A UR (Unidade de Referência do Município) é fixada em

R\$158,71 (cento e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos), valor reajustado até outubro de 2014, e será corrigida, mensalmente, pelo Índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), do mês imediatamente anterior.

Art. 7º O fornecimento do HABITE-SE será efetuado observado o recolhimento ao tesouro municipal do numerário resultante da seguinte operação:

I - quando construção de alvenaria,  $0,01 \times 1 \text{ UR} \times \text{m}^2$ ;

II - quando construção de madeira ou mista  $0,007 \times 1 \text{ UR} \times \text{m}^2$ ;

III - galpão industrial  $0,005 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ ;

IV - edificação acima de um pavimento  $0,013 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ .

Art. 8º A autorização para construção será conferida observados os recolhimentos ao Tesouro Municipal do numerário resultante da seguinte operação:

I - de alvenaria -  $0,01 \times 1,5 \text{ UR} \times \text{m}^2$ ;

II - de madeira e/ou mista -  $0,007 \times 1,5 \text{ UR} \times \text{m}^2$ ;

III - barracão e/ou galpão industrial -  $0,005 \times 1,0 \text{ UR} \times \text{m}^2$ ;

IV - edificações acima de um pavimento  $0,013 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ .

Art. 9º A compra de lotes do cemitério municipal, serão cobrados à razão de 1,0 de UR (Unidade de Referência do Município).

Art. 10. O alinhamento de imóveis serão cobrados a razão de 20% (vinte por cento) do UR.

Art. 11. A autorização para desmembramento e/ou loteamento de área de terra será conferida observados estes cálculos:

I - até  $2.500,00\text{m}^2 = 1,7 \text{ UR}$ ;

II - de  $2.501,00\text{m}^2$  até  $5.000,00\text{m}^2 = 0,003 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ ;

III - acima de  $5.001,00\text{m}^2 = 0,002 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ ,

Unificação = 1 UR

Demolição =  $0,001 \times \text{UR} \times \text{m}^2$ .

Art. 12. Na expedição do alvará de construção o contribuinte pagará, em parcela única, obedecidos os percentuais legais, as seguintes taxas: Alvará, Habite-se, número de Casa, Averbção, Taxa de Expediente e Imposto Sobre Serviços incidentes sobre a mão de obra da respectiva construção.

Parágrafo único. Somente será expedido o Alvará de Construção mediante apresentação do Alvará Profissional de Engenheiro Civil cadastrado no município de origem, pagando uma taxa de 01(uma) UR (Unidade de Referência) para cada obra.

Art. 13. A remoção especial de lixo, compreendendo entulho, detritos industriais, galhos de árvores e afins e, ainda, a remoção de lixo domiciliar, quando realizado em horários especiais, com a utilização de caminhão e/ou retroescavadeira e recolhido no logradouro, onerará o proprietário ao pagamento de uma taxa especial correspondente a 100% (cem por cento) da UR (Unidade de Referência do Município), por dia.

Art. 14. No caso de substituição, pelo governo federal, do Índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), por outro indexador da economia, este substituirá, tanto quanto possível, os parâmetros aqui estatuídos, para este e os demais tributos municipais.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## LEI 2.701

Lei Nº 2.701, de 22 de dezembro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.608/2013, QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADOS NO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º A ementa da Lei Municipal Nº 2.608/2013 passa a ter a seguinte redação:

ESTABELECE NORMAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADOS DE LOTES NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º Da nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal Nº 2.608/2013: "Art. 1º Consideram-se condomínios residenciais horizontais fechados de lotes àqueles destinados ao uso residencial de acesso restrito, com normas especiais de uso e ocupação do solo definidas nesta Lei, observadas as demais normas e exigências contidas nos Capítulos III e IV, do Título III, do Plano Diretor do Município."

Art. 3º Da nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, enumera o parágrafo único para parágrafo primeiro e cria o parágrafo segundo e inciso I:

"§ 1º A área máxima permitida para um Condomínio Residencial Horizontal Fechado de lotes deverá obedecer ao disposto nas tabelas com os parâmetros de Uso e Ocupação de cada Zona específica contida no Anexo I da Lei Complementar nº 08, de 01 de julho de 2008."

§ 2º Os requisitos para a configuração do Condomínio fechado de lotes são:

I - que o empreendimento seja projetado nos moldes da Lei nº 4.591/64, com as alterações constantes do Código Civil vigente, em que cada lote será considerado como unidade autônoma, a ele atribuindo-se uma fração ideal de gleba e coisas comuns, sendo que neste todo existirão também áreas e edificações de uso comum;

Art. 4º Ficam acrescido os parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 4º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O condomínio residencial horizontal fechado deverá estar adequado ao traçado do sistema viário básico, às diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental determinada pelo Plano Diretor do Município, de modo a garantir a integração com a estrutura urbana existente.

§ 1º ( ..... )

§ 2º ( ..... )

§ 3º ( ..... )

§ 4º As ruas internas do condomínio deverão ter largura mínima de 12 (doze) metros, com 7 (sete) metros mínimos de pavimentação para cancha de rodagem;

§ 5º Os passeios das vias terão largura mínima de 2,5m (dois metros e meio) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). A pavimentação do passeio será de responsabilidade dos proprietários dos lotes (condôminos) e deverá ser efetuada no momento da construção das casas.

a) A construção, a reconstrução ou o reparo dos passeios deverão atender a norma NBR-9050.

§ 6º As quadras poderão ter extensão de até 250m (Duzentos e

cinquenta) metros.

Art. 5º Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. As áreas institucionais destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários deverão localizar-se fora do perímetro fechado do condomínio e com testada para a via pública."

Art. 6º Fica acrescido o parágrafo 4º no artigo 5º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º A critério do órgão de Planejamento da Administração Pública Municipal, as Áreas Verdes, de que trata a alínea a, dos caputs I, II e III do artigo 163 do Plano Diretor do Município, poderão localizar-se dentro ou fora do perímetro interno do condomínio.

Art. 7º Fica alterado o parágrafo 1º no artigo 7º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. Cada unidade será tratada como objeto de propriedade exclusiva, assinada por designação especial numérica ou alfabética, para efeito de identificação e discriminação.

Art. 8º Fica alterado o artigo 13º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13º As vias internas do condomínio, são consideradas áreas de uso comum, e não poderão sofrer qualquer alteração após a aprovação do órgão de Planejamento da Administração Pública, e o condomínio assume a responsabilidade pelos serviços descritos no artigo 9º.

Art. 9º Ficam alterados os incisos I, II e III, e acrescidos os incisos IV, V e VI, no artigo 15º da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - A fração ideal de cada unidade autônoma corresponderá à área de uso exclusivo somada à parcela da área de uso correspondente, considerando o número total de unidade do condomínio.

II - As áreas públicas doadas ao Município não serão computadas para cálculo da fração ideal de cada unidade.

III - As unidades individuais aprovadas pelo órgão competente serão consideradas indivisíveis.

IV - A menor fração ideal de cada unidade corresponderá a uma área mínima de lote definida pelo Plano Diretor do Município.

V - As vias internas, as áreas verdes, as áreas de preservação permanente, áreas de uso comum, as áreas de lazer e recreação dos condôminos entram na somatória da área de uso comum correspondente de cada unidade autônoma.

VI - As áreas verdes localizadas fora do perímetro interno do condomínio, não entram no somatório de área de uso comum, e deverão ser doadas a Prefeitura Municipal de Urussanga através de escritura pública de doação.

Art. 10. Fica alterado o artigo 16. da Lei Municipal Nº 2.608/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Para efeito de taxação de impostos e outras aplicações previstas em Lei, o valor do tributo será calculado com base na fração ideal de cada unidade autônoma, assim considerada como área de uso exclusivo e a área de uso comum de lazer e recreação, excluídas as vias internas, a área verde e as áreas de preservação permanente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 072/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 072/2014 por mais um período de 60 (sessenta) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 072/2014.

Vargeão, SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 110/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 110/2013 por mais um período de 120 (cento e vinte) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 110/2013.

Vargeão, SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 110/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 110/2014 por mais um período de 90 (noventa) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 110/2014.

Vargeão, SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 114/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 114/2014 por mais um período de 60 (sessenta) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 114/2014.

Vargeão, SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2013.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 144/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 144/2013 por mais um período de 120 (cento e vinte) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 144/2013.

Vargeão, SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 83/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FAXINAL RADIODIFUSÃO LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 83/2014 por mais um período, até 31/12/2015.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 83/2014.

Vargeão SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 84/2014 por mais um período, até 31/12/2015.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 84/2014.

Vargeão SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 85/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FOLHA REGIONAL COMÉRCIO DE JORNAIS LTDA - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 85/2014 por mais um período, até 31/12/2015.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 85/2014.

Vargeão SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ATENEIA A. L. DE ALMEIDA SCHETTINI RIBEIRO - ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 86/2014 por mais um período, até 31/12/2015.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 86/2014.

Vargeão SC, 22 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2011.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 92/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEXTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 92/2011 por mais um período, até 31/12/2015.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 92/2011.

Vargeão SC, 11 de dezembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### CONTRATO N.154/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E/OU PROMOÇÃO DEVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL DOS VIOLEIROS 2014" - SHOW TEMATIZADO DO GÊNERO SERTANEJO RAIZ. A EMPRESA DEVERÁ SE RESPONSABILIZAR PELO PLANEJAMENTO, MONTAGEM E EXECUÇÃO DO EVENTO NATAL DOS VIOLEIROS 2014, ESPETÁCULO MUSICAL REUNINDO CANTORES E INSTRUMENTISTAS DA REGIÃO, COMO VIOLEIROS, GAITEIROS, CANTORES, DECLAMADORES, INTERPRETANDO CANÇÕES DO RIQUISSIMO GÊNERO SERTANEJO, ESPECIALMENTE AQUELAS QUE MARCARAM ÉPOCA NO BRASIL. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA: - ORGANIZAÇÃO DO EVENTO APRESENTAÇÃO/ ANIMAÇÃO DO EVENTO - ORNAMENTAÇÃO DO CENÁRIO - CONTATOS E CONFIRMAÇÕES COM OS ARTISTAS CONVIDADOS - SONORIZAÇÃO - SERVIÇO DE TELÃO OBSERVAÇÕES: - O EVENTO ACONTECERÁ NO DIA 23 DE DEZEMBRO, A PARTIR DAS 19 HORAS, NA PRAÇA DOS IMIGRANTES - CENTRO DE VARGEM BONITA E DEVERÁ TER A DURAÇÃO DE, NO MÁXIMO, DUAS HORAS. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA SE RESPONSABILIZARÁ PELA CEDÊNCIA DO LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO, BEM COMO PELA DIVULGAÇÃO EM RÁDIO, IMPRESSOS, OUTDOOR E MÍDIAS ELETRÔNICAS.

CONTRATADO: TELLES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 12/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/12/2014 a 31/12/2014

### CONTRATO N.155/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2014

OBJETO: Locação de SALA COMERCIAL, situada na Rua José de Alencar, 233, Centro, Vargem Bonita SC.

CONTRATADO LAURI HOFSTATTER

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 19/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

### DECRETO N.100/2014

DECRETO N.º 100/2014, de 16 de dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 339000.00.00.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0001.0 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO

Modalidade 319000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Modalidade 339000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.025 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Modalidade 339000.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 1.026 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 319000.00.00.0000.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Modalidade 339000.00.00.0000.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 - Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 75.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 3390.00.00.00.0044.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.154,12

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0044.00 - Fundo Especial do Petróleo, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 3.154,12

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 16 de dezembro de 2014

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 16/12/2014

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 22/2014 - LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL PARA 2015 SAÚDE**

ESTADO SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 22/2014

Reconheço a Dispensa de Licitação para a locação de uma sala comercial, de propriedade da Sra. MARISA OTTO WEBER, inscrito no CPF sob o nº 790.091.829-91, conforme especificações do objeto abaixo:

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS PARA O ANO DE 2015.

justificativa: a presente aquisição por processo de dispensa de licitação justifica-se em flagrante interesse público, uma vez que o imóvel que se pretende locar fica localizado na área central do Município de Vidal Ramos, na qual atende as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, para montar um Consultório Odontológico, e também por não existir outro imóvel disponível que se enquadre nas condições estabelecidas pelo Município.

O preço está compatível com o praticado no mercado imobiliário ao preço de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por mês, o que totaliza um valor de R\$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais), pelo prazo de 12 meses.

Fundamento: A presente dispensa fundamenta-se no art. 24 - X da Lei nº 8.666/93, em face a solicitação feita pelo Sr. Laercio da Cruz - Prefeito Municipal.

Vidal Ramos-SC, 22 de dezembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### **DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 98/2014 - LOCAÇÃO PRÉDIO PARA USO DA TERCEIRA IDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 98/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 98/2014

Reconheço a Dispensa de Licitação para locação de um imóvel localizado em Vidal Ramos, Rua Gerônimo Back - Centro, concede ao Contratante o direito de uso mediante pagamento de taxa mensal de aluguel, bem como mediante responsabilidade pela manutenção do seguinte objeto de TRÊS SALAS DE AULA, ESCRITÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO, SANITÁRIOS, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, CORREDORES E PÁTIO DE ESTACIONAMENTO - de propriedade do COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.389.718/0009-04, conforme especificações do objeto abaixo: Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE E OUTROS EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015.

Justificativa: a presente aquisição por processo de dispensa de licitação justifica-se em flagrante interesse público, uma vez que o imóvel que se pretende locar fica localizado na área central do Município de Vidal Ramos, na qual atende as necessidades Da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, e também por não existir outro imóvel disponível que se enquadre nas condições estabelecidas pelo Município.

O preço está compatível com o praticado no mercado imobiliário ao preço de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pago em parcela mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A administração poderá explorar o espaço durante o exercício de 2014.

Fundamento: A presente dispensa fundamenta-se no art. 24 - X da Lei nº 8.666/93, em face a solicitação feita pelo Sr. Laercio da Cruz - Prefeito Municipal.

Vidal Ramos-SC, 22 de dezembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.390/14

DECRETO Nº 11.390/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação do Concurso Público - Edital nº 003/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Concurso Público nº 003/2014;

#### DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público - Edital nº 003/2014, conforme se apresenta a seguinte relação dos respectivos candidatos aprovados, obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 11.390/14  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2014

| Cargo: Especialista em Educação |  |      |       |
|---------------------------------|--|------|-------|
| Inscrição                       | Nome                                       | NF   | Class |
| 2917                            | ELISANGELA GONCALVES DOS SANTOS            | 7.05 | 1     |
| 1806                            | FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO             | 6.25 | 2     |
| 2230                            | ANA CAROLINA CAGNIN ZITTERELL              | 5.90 | 3     |
| 215                             | JORGE LUIZ GONCALVES                       | 5.50 | 4     |
| 2124                            | LIANE REGINA VIVAN GROLLI                  | 5.40 | 5     |
| 779                             | ADILSO BENELLI                             | 5.25 | 6     |
| 3435                            | DEUSHYLENE DE JESUS FERREIRA DURANS COELHO | 5.10 | 7     |

| Cargo: Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental |                                |      |       |
|---|--------------------------------|------|-------|
| Inscrição   | Nome                           | NF   | Class |
| 3501  | ALAN PARIZZOTO                 | 7.00 | 1     |
| 1997  | RITCHELE PIRES DE BRITO        | 6.75 | 2     |
| 3881  | CLEDER DOS SANTOS              | 6.50 | 3     |
| 2463  | ANA CLAUDIA CARVALHO DOS ANJOS | 6.30 | 4     |
| 3052  | LARESSA PAZIN                  | 5.85 | 5     |
| 2250  | ALYSSON WOIGT                  | 5.60 | 6     |
| 3467  | VALDECIR SDOS SANTOS           | 5.60 | 7     |
| 3288  | DANIELE CARLOS DA SILVA        | 5.55 | 8     |

|      |                        |      |    |
|------|------------------------|------|----|
| 2344 | ENDY LUCY MULLER       | 5.45 | 9  |
| 2358 | CINDI CRISTINA ESPIG   | 5.35 | 10 |
| 1197 | TATIANE DI DOMENICO    | 5.30 | 11 |
| 4662 | ANDRE KUBIAK           | 5.00 | 12 |
| 2948 | WAGNER FERNANDO BOGONI | 5.00 | 13 |

| Cargo: Professor - Área de Atuação: Educação Infantil |  |      |       |
|---|--|------|-------|
| Inscrição   | Nome                                   | NF   | Class |
| 1669  | ALINE MEZAROA                          | 7.90 | 1     |
| 2957  | JOSIANE MOREIRA RODRIGUES              | 7.60 | 2     |
| 4062  | ELIANE RIBEIRO                         | 7.45 | 3     |
| 3454  | PATRICIA GONCALVES DIAS                | 7.45 | 4     |
| 592   | TATIANE OGLIARI                        | 7.25 | 5     |
| 1050  | ANA CLAUDIA VIERO                      | 7.15 | 6     |
| 1916  | DANIELA GEMELLI PIACENTINI             | 7.05 | 7     |
| 2954  | SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS          | 6.85 | 8     |
| 800   | SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON         | 6.65 | 9     |
| 3173  | CERES MIDDING                          | 6.65 | 10    |
| 276   | PATRICIA FABIULA BRESCIANI             | 6.65 | 11    |
| 262   | VANUSA APARECIDA CORREA                | 6.55 | 12    |
| 1085  | ANGELA ANTONIA MORESCO                 | 6.55 | 13    |
| 3485  | RENATA MIOZZO GRASSI                   | 6.55 | 14    |
| 3889  | DAIRA RAISER DA CRUZ DA SILVA          | 6.50 | 15    |
| 1827  | SONIA SIQUEIRA DE GODOY                | 6.40 | 16    |
| 62  | IVONETE APARECIDA DOS SANTOS GONCALVES | 6.40 | 17    |
| 2360  | ROSANA APARECIDA COMACHIO              | 6.40 | 18    |
| 1623  | ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON | 6.35 | 19    |
| 4   | CLAUDIA RAQUEL DA SILVA                | 6.35 | 20    |
| 2558  | DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ          | 6.30 | 21    |
| 331   | SUZAMARA MARIA STACHELSKI              | 6.25 | 22    |
| 824   | VANESSA CATIA MAFFESONI                | 6.25 | 23    |
| 988   | SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI          | 6.25 | 24    |
| 3383  | DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA        | 6.20 | 25    |
| 744   | ENIZA COSTA MOREIRA                    | 6.20 | 26    |
| 1362  | ANDRESSA DOS SANTOS GUIMARAES          | 6.10 | 27    |
| 1035  | JOSIANE GHELLER                        | 6.05 | 28    |
| 1556  | ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO       | 6.05 | 29    |
| 806   | LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA             | 6.00 | 30    |
| 3321  | ADRIANA FERLIN                         | 6.00 | 31    |
| 2853  | FLAVIANE MARAFON BALEM CANONICA        | 5.95 | 32    |
| 733   | ANDREIA TERESINHA MORESCO              | 5.95 | 33    |
| 1509  | CASSIA REGINA ZANINI                   | 5.95 | 34    |
| 2880  | ROSE SCHOFFEN PERGHER                  | 5.95 | 35    |
| 2782  | DIRLEI FADANNI                         | 5.95 | 36    |
| 446   | EDELGARTH IRMA MOLDENHAUER             | 5.90 | 37    |
| 700   | VANICE FRARAO                          | 5.90 | 38    |
| 143   | CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE        | 5.90 | 39    |
| 3056  | CIRLEI VERANA BIRNFELD                 | 5.90 | 40    |
| 2293  | LUCIANE CORREA DA ROCHA                | 5.90 | 41    |
| 146   | ELIZETI ZANI FRARAO                    | 5.85 | 42    |
| 3252  | TACIANY RIBEIRO ALVES                  | 5.85 | 43    |
| 1922  | NEIVA DUTRA BORGIA                     | 5.85 | 44    |
| 3160  | PATRICIA DOBLER                        | 5.80 | 45    |

|      |   |      |    |
|------|---|------|----|
| 3503 | ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI                   | 5.80 | 46 |
| 1517 | CASSANDRA SOARES BALESTIERI                   | 5.80 | 47 |
| 1243 | JANETE BATISTA DOS SANTOS                     | 5.80 | 48 |
| 663  | CARIM KEROM MUHLBRANDT                        | 5.80 | 49 |
| 1057 | GRACIELI MEZAROA GUERRA                       | 5.80 | 50 |
| 2706 | JUCIONE APARECIDA JOSE PETRY                  | 5.75 | 51 |
| 338  | ANA CAROLINI GOMES VANZ                       | 5.75 | 52 |
| 2543 | JUSELES DEON ARIOTTI                          | 5.75 | 53 |
| 1315 | DANIELA MEDEIROS DOS SANTOS STEDILE           | 5.70 | 54 |
| 4613 | JANETE GUEL                                   | 5.70 | 55 |
| 2234 | MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO            | 5.70 | 56 |
| 3471 | KATIA GOTTSSELIG                              | 5.65 | 57 |
| 2516 | MARIZETE FATIAM GAIO                          | 5.60 | 58 |
| 4574 | MARINA CORNELLI                               | 5.60 | 59 |
| 2326 | ADRIANA ANTUNES DA SILVA                      | 5.60 | 60 |
| 3977 | EUNICE APARECIDA GUARNIERI                    | 5.60 | 61 |
| 1530 | LEIA REGINA BEHREND                           | 5.60 | 62 |
| 2276 | GISELE PONTES BOEIRA                          | 5.55 | 63 |
| 1166 | IVANIR BRIDI LANDSTEINER                      | 5.55 | 64 |
| 2309 | REGINA MARIA ZANON LARA                       | 5.55 | 65 |
| 2188 | BARBARA DE FREITAS WEIGERT                    | 5.50 | 66 |
| 1218 | BEATRIZ ALVES DE OLIVERA                      | 5.50 | 67 |
| 2046 | LILIAN DENIZE BOGONI                          | 5.45 | 68 |
| 3320 | CLEIA REGINA GARCIA                           | 5.40 | 69 |
| 3191 | SIMONE CRISTINA DOS SANTOS LOPES              | 5.40 | 70 |
| 2855 | ELIANE APPI LEITE                             | 5.40 | 71 |
| 2556 | ANDREIA RIBEIRO BORGES                        | 5.40 | 72 |
| 4595 | ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA           | 5.40 | 73 |
| 2991 | CRISTIANE ROSKAMP DE SOUZA MACIEL DE OLIVEIRA | 5.35 | 74 |
| 2189 | CRISTIANE DE ALMEIDA LARA FIORELLI            | 5.35 | 75 |
| 3419 | FERNANDA FREITAS SUBTIL                       | 5.35 | 76 |
| 1314 | JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA        | 5.35 | 77 |
| 126  | JANILDETE LEITE DOS SANTOS                    | 5.30 | 78 |
| 2088 | FERNANDA APARECIDA SCUSSIATO                  | 5.30 | 79 |
| 3861 | SILVANA APARECIDA ANDRIGHETTI                 | 5.25 | 80 |
| 937  | BERNADETE MELO ZENERE                         | 5.25 | 81 |
| 3928 | ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT             | 5.25 | 82 |
| 3164 | RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI               | 5.25 | 83 |
| 1534 | LINDAMIR APARECIDA RALDI                      | 5.20 | 84 |
| 3499 | RAFAELA CURUCA                                | 5.20 | 85 |
| 3107 | ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA            | 5.20 | 86 |
| 2546 | CLEUSI ELISE ROCHA                            | 5.20 | 87 |
| 4106 | ANA PAULA MORAES                              | 5.10 | 88 |
| 2760 | JENIFFER THAIS SEMAM TELLES                   | 5.10 | 89 |
| 1500 | JULIANE DE CAMARGO ZIMMERMANN                 | 5.10 | 90 |
| 4202 | ELIANE PONTE ZAMPRONIO                        | 5.10 | 91 |
| 2837 | LUCELIA PONTES                                | 5.10 | 92 |
| 4002 | MARLI HOLDEFER BENDER                         | 5.00 | 93 |
| 4347 | REGINA DE FARIAS BATISTA                      | 5.00 | 94 |
| 3374 | CRISTINA COELHO DE FREITAS CASAGRANDE         | 5.00 | 95 |

| Cargo: Professor - Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental |                       |      |       |
|---|-----------------------|------|-------|
| Inscrição   | Nome                  | NF   | Class |
| 2459  | CLACIR STIEVEN ARALDI | 5.25 | 1     |

| Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais |  |      |       |
|--|--|------|-------|
| Inscrição  | Nome                                       | NF   | Class |
| 831  | BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS                 | 7.95 | 1     |
| 1309   | ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI               | 6.85 | 2     |
| 3228   | VERIDIANA ZANETTI                          | 6.75 | 3     |
| 996  | GIOVANA CARDOSO PATRICIO                   | 6.70 | 4     |
| 1269   | FRANCIELLE POSSERA                         | 6.70 | 5     |
| 1666   | JULIANA NUNES                              | 6.60 | 6     |
| 3071   | CAMILA REGINA ROSTIROLA                    | 6.60 | 7     |
| 2588   | FRANCIELE TESTOLIN                         | 6.35 | 8     |
| 266  | SANDRA ROSILENE STOEKLE TRANCOZO           | 6.25 | 9     |
| 1446   | VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI             | 6.25 | 10    |
| 925  | ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING           | 6.20 | 11    |
| 4414   | VANIA RUI RETORE                           | 6.10 | 12    |
| 3069   | LEONICE PIMEL SALGADO                      | 6.05 | 13    |
| 3672   | PATRICIA FAQUIN                            | 6.00 | 14    |
| 689  | ANDREIA GEMELLI SIMIONI                    | 5.95 | 15    |
| 2873   | ADRIANA REGINA SCHNEIDER PERGHER           | 5.90 | 16    |
| 787  | MIRIA APARECIDA GUZI                       | 5.90 | 17    |
| 3607   | ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS           | 5.90 | 18    |
| 814  | JOCEANE FURCKEL                            | 5.85 | 19    |
| 2013   | DAISY NICE UGOLINI RIGO                    | 5.85 | 20    |
| 254  | ROSANGELA ZANCAN                           | 5.75 | 21    |
| 615  | CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE           | 5.75 | 22    |
| 4239   | JOSIANE DE SOUZA BORGES                    | 5.70 | 23    |
| 2804   | JOSIANE APARECIDA ZAGO                     | 5.70 | 24    |
| 3856   | REJANE LUCIA GHEDINI                       | 5.65 | 25    |
| 3618   | TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL            | 5.65 | 26    |
| 682  | EVANILDE MARIA MANTOANI CONTE              | 5.55 | 27    |
| 3017   | SILVANA LINS BERGAMO                       | 5.50 | 28    |
| 1803   | BRUNA GAIO SERAFINI                        | 5.50 | 29    |
| 2364   | CLAUDIA WALBER NOVELLO                     | 5.45 | 30    |
| 3220   | JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO                | 5.45 | 31    |
| 2551   | CIBELLE CERON DA ROSA                      | 5.40 | 32    |
| 2497   | JAQUELINE DE FATIMA ROCHA                  | 5.40 | 33    |
| 1394   | ELAINE REGALIN                             | 5.40 | 34    |
| 2311   | ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO                | 5.40 | 35    |
| 2795   | JONASSA MEZAROBBA                          | 5.40 | 36    |
| 2018   | GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO | 5.35 | 37    |
| 786  | ROSELI DOS SANTOS                          | 5.30 | 38    |
| 2866   | JAQUELINE CRISTINA SCHNEIDER DA COSTA      | 5.25 | 39    |
| 2750   | ROSANGELA SOARES RUBINI                    | 5.25 | 40    |
| 936  | ROSIMAR PEREIRA DA SILVA                   | 5.25 | 41    |
| 2468   | KATHIUCIA RAPHAELLA BENETTI                | 5.25 | 42    |
| 2868   | INES BAVARESCO                             | 5.20 | 43    |
| 2073   | FRANCIELE FATIMA WEBER                     | 5.10 | 44    |
| 2834   | ARIANNY DURLI FONSECA                      | 5.10 | 45    |



|      |                                  |      |    |
|------|----------------------------------|------|----|
| 4339 | CELIA INHAIA AMERICO             | 5.00 | 46 |
| 3739 | ILIANA AURORA DOS SANTOS SCHULER | 5.00 | 47 |
| 2932 | FABIANE SOVRANI FERNANDES        | 5.00 | 48 |

Cargo: Professor de Inglês

| Inscrição | Nome                                     | NF   | Class |
|-----------|--|------|-------|
| 1067      | ADRIANA DAS GRACAS BERTO DE CAMPOS       | 6.75 | 1     |
| 3187      | CAMILA DALMOLIN                          | 6.60 | 2     |
| 648       | MIRIAN TEREZINHA DELLANI                 | 6.25 | 3     |
| 3153      | GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA | 5.85 | 4     |
| 3705      | HANNFLEY DMYTERKO DALLAGNOL              | 5.80 | 5     |
| 2003      | LUCIANE BALESTIERI MOURA                 | 5.45 | 6     |
| 1902      | LUANA DA SILVA                           | 5.00 | 7     |

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Língua Portuguesa )

| Inscrição | Nome                           | NF   | Class |
|-----------|--------------------------------|------|-------|
| 2971      | ANDREA CAROLINE DA SILVA       | 5.50 | 1     |
| 2129      | VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS | 5.25 | 2     |

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Matemática )

| Inscrição | Nome                            | NF   | Class |
|-----------|---------------------------------|------|-------|
| 3649      | NILSO HEINECK                   | 6.60 | 1     |
| 3105      | ENOQUE DA SILVA SOBRAL          | 6.55 | 2     |
| 3112      | ANDRE FERRONATO                 | 6.10 | 3     |
| 1117      | MARCOS ANTONIO DA SILVA CANDIDO | 6.00 | 4     |
| 1755      | EDUARDO ESTEVAO DE BARROS FILHO | 6.00 | 5     |
| 1837      | VERIDIANA DI DOMENICO           | 5.40 | 6     |
| 739       | DAVI CEZAR DA SILVA             | 5.00 | 7     |

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Ciências )

| Inscrição | Nome                             | NF   | Class |
|-----------|----------------------------------|------|-------|
| 1551      | KATIA ZICKUHR PERAZZOLI          | 7.45 | 1     |
| 4032      | LUCIMAR APARECIDA APPI           | 7.20 | 2     |
| 3355      | FRANCIELI MARTINI                | 6.75 | 3     |
| 2822      | MARCOS VINICIUS HENDGES          | 6.55 | 4     |
| 2890      | MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS | 5.70 | 5     |
| 1957      | KATLIN APARECIDA HARTMANN        | 5.40 | 6     |
| 3225      | GISELE HAUWETTER                 | 5.25 | 7     |
| 3032      | MARIA CRISTIANE ALVES            | 5.20 | 8     |

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Geografia )

| Inscrição | Nome            | NF   | Class |
|-----------|-----------------|------|-------|
| 2951      | VANDERLEI PIRES | 5.00 | 1     |

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( História )

| Inscrição | Nome           | NF   | Class |
|-----------|----------------|------|-------|
| 2001      | JULIANA NAGANO | 7.65 | 1     |
| 1624      | ELIAS MACHADO  | 6.75 | 2     |

|      |                          |      |    |
|------|--------------------------|------|----|
| 2450 | RAFAEL ASCARI            | 6.20 | 3  |
| 1573 | SERGIO DIMAS BELLOZUPKO  | 6.10 | 4  |
| 2770 | MAIKE AMANCIO ZEIGLER    | 5.70 | 5  |
| 621  | DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA | 5.60 | 6  |
| 2258 | RICARDO JOSUE SILVEIRA   | 5.35 | 7  |
| 716  | REGINALDO JOSE MELLO     | 5.30 | 8  |
| 2285 | ALMELINDO PADILHA        | 5.20 | 9  |
| 3800 | SIBELE APARECIDA APPI    | 5.00 | 10 |

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2014**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 028/2014

INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, provenientes dos Autos de Infrações e Notificações Fiscais.

A inscrição em dívida ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: CARLINDA ANTUNES DUARTE

Endereço: Rua Capitão Fidencio, 110 Farroupilha Inscricao Municipal: 203177,9 CPF: 631.711.049-20

Notificação de lançamento Nº: 006/2014 Data de Emissão: 21/10/2014 Valor: R\$ 2.426,93

Infração: Ausência de retenção e recolhimento sobre obra de construção civil do Imposto Sobre Serviços - ISS, no prazo regulamentar, incidente sobre a construção 193,08 m2, alvará de construção nº 214/2009, no imóvel com inscrição imobiliária nº 01.03.119.0245.001.01.05, localizado na Rua Onelio Antonio Dall-possa. Construção concluída, com lançamento de IPTU no exercício de 2014. Não houve apresentação de Notas fiscais de prestação de serviços referente serviços realizados na obra conforme intimação datada de 22 de setembro com ciente em 24/09/2014. Base de cálculo do ISS apurado nos termos do artigo 27, §2º, e Anexo I, item C do Código Tributário Municipal. Lançamento do imposto por responsabilidade tributária nos termos do artigo 25, §1º, II e §2º do Código Tributário Municipal. Processo Administrativo nº 8767/2014.

Contribuinte: COMERCIO E TRANSPORTES LINS LTDA

Endereço: Rua Arlindo Dresch, 174 Campo Experimental Insc Mun: 2037629 CNPJ: 04.633.001/0001-24

Auto de Infração Nº: 064/2014 Data de Emissão: 18/09/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de maio de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 065/2014 Data de Emissão: 18/09/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 066/2014 Data de Emissão: 18/09/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2014 a julho de 2014, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: CMAKROS EMPREGOS E CURSOS PROFISSIONALIZANTES E IDIOMAS LTDA

Endereço: Avenida D. Pedro II, 430, Centro Inscrição Municipal: 2084333 CNPJ: 01.672.942/0001-89

Auto de Infração Nº: 024/2014 Data de Emissão: 25/04/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 025/2014 Data de Emissão: 25/04/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: COMERCIO DE EXTINTORES NORDT LTDA

Endereço: Rua Joao Zardo, 228 Alvorada Inscrição Municipal: 77236 CNPJ: 82.883.992/0001-07

Auto de Infração Nº: 041/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Prazo de entrega da DIF - dia 25 do mês subsequente.

Auto de Infração Nº: 042/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Prazo de entrega da DIF - dia 25 do mês subsequente.

Auto de Infração Nº: 043/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Prazo de entrega da DIF - dia 25 do mês subsequente.

Contribuinte: COMERCIO E TRANSPORTES LINS LTDA

Endereço: Rua Arlindo Dresch, 174 Campo Experimental Inscr Mun: 2037629 CNPJ: 04.633.001/0001-24

Auto de Infração Nº: 065/2014 Data de Emissão: 18/09/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 066/2014 Data de Emissão: 18/09/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2014 a junho de 2014, nos termos do

artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: FELIPE KARAM LEONI

Endereço: Rua Saul Brandalise, 163 Centro Inscrição Municipal: 2036398 CNPJ: 10.315.718/0001-20

Auto de Infração Nº: 055/2014 Data de Emissão: 10/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de agosto de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 056/2014 Data de Emissão: 10/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro, fevereiro, março e abril de 2014, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: MECANICA AGRICOLA J B LTDA

Endereço: Rod SC 303 KM 02 Inscrição Municipal: 1941186 CNPJ: 05.833.974/0001-70

Auto de Infração Nº: 046/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 047/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 048/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS MALE LTDA

Endereço: Rod SC 303 Nossa Senhora Aparecida Inscr Mun: 1957090 CNPJ: 06.928.512/0001-07

Auto de Infração Nº: 049/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 050/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 051/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do

**Imposto sobre Serviços.****Contribuinte: TRANSPORTES IDEVAN LTDA****Endereço: Rua Joao Zardo, 476 De Carli Inscrição Municipal: 130369 CNPJ: 00.409.430/0001-61****Auto de Infração Nº: 033/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2010, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 034/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 035/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 036/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Contribuinte: TRANSPORTES PEROVANO LTDA****Endereço: Rua Mario Porto Lopes, 195 De Carli Inscrição Municipal: 15330 CNPJ: 01.923.144/00001-82****Auto de Infração Nº: 038/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 039/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 040/2014 Data de Emissão: 28/04/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Contribuinte: WELDER FABIO LOOF CAMPANHARO****Endereço: Rua Padre Anchieta, 1150, Matriz Inscrição Municipal: 2045290 CNPJ: 10.781.423/0001-40****Auto de Infração Nº: 052/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de abril de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 053/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****Auto de Infração Nº: 054/2014 Data de Emissão: 05/06/2014 Valor: R\$ 132,59****Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.****E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.****Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09****Videira, 18 de dezembro de 2014.****Alexandre Ganasini****Secretário de Finanças****EDITAL DECLARATÓRIO Nº 27/2014****SECRETARIA DE FINANÇAS****EDITAL DECLARATÓRIO 027/2014**

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, prevista no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 132 e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 20876/2014, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

**Declara:**

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

**Contribuinte: AdrianaViergutz - MEI****Rua Brasil, 145 Bairro Floresta****Inscrição Municipal: 212.838-1 CNPJ: 17.530.914/0001-67****Titular: Adriana Viergutz****Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.****Data do Cancelamento: 24/10/2014****Contribuinte: Adriano David Travasso****Rua Luiz Argenta 1393 Bairro Floresta****Inscrição Municipal: 115264 CPF: 075.552.109-91****Motivo do Cancelamento: falecimento em 31/05/2014****Data do Cancelamento: 02/09/2014****Contribuinte: Alcides Ribeiro - MEI****Rua Ivo Lang, 53 Bairro Cibrazen****Inscrição Municipal: 214.876-5 CNPJ: 18.175.106/0001-91****Titular: Alcides Ribeiro****Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço**

sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Alessandra Carelli Feminella

Rua Padre Anchieta, 549 Bairro Matriz

Inscrição Municipal: 213465-9 CNPJ: 15.814.843/0001-07

Titular: Alessandra Carelli

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Angela Siqueira - Mei

Rua Victor Meirelles, 969 Bairro Matriz

Inscrição Municipal: 213.056-4 CNPJ: 17.633.813/0001-11

Titular: Angela Siqueira

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Associação dos Apicultores de Videira

Rua Manoel Roque, 67 Bairro Alvorada

Inscrição Municipal: 193.540-2 CNPJ: 02.460.580/0001-25

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Associação Comunitária do Bairro Farroupilha II

Rua Alberto João Baroncelo, 63 Bairro Farroupilha

Inscrição Municipal: 194.098-8 CNPJ: 00.813.615/0001-37

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Associação Comunitária de São Brás

Linha São Brás Bairro Interior

Inscrição Municipal: 191.171-6 CNPJ: 04.382.795/0001-09

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Associação das Mulheres Agricultoras da Regional de Caçador

Rua Lauro Muller, 447 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 18.542-2 CNPJ: 00.804.680/0001-04

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Associação Santa Gema Arte e Artesanato

Rua Luiz Viecelli, s/n Bairro Santa Gema

Inscrição Municipal: 199.190-6 CNPJ: 08.070.384/0001-20

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Banco do Pequeno Empreendedor - BAPEM (anterior)

Associação do Crédito ao Micro Empreendedor do Contestado - BAPEM

Rua Padre Anchieta, s/n Bairro Centro

Inscrição Municipal: 194.437-1 CNPJ: 03.857.446/0001-25

Sócio Gerente: Renato Timm Martins

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Celso Antonio Rissardi - MEI

Rua Ilse Ragadalli, 244 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 206.653-0 CNPJ: 11.622.473/0001-47

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 0001 a 0150 - AIDF: 231/2012.

Titular: Celso Antonio Rissardi

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Center Cell Ltda - ME

Rua Av Dom Pedro II, 35 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 211.422-4 CNPJ: 09.662.415/0001-03

Sócio Gerente: João Adão Fuck Neto

Lais Caroline Fuck

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Centro Espírita de Caridade Ogum Beira Mar

Rua Nossa Senhora da Saúde, s/n Bairro De Carli

Inscrição Municipal: 128.609-9 CNPJ: 75.448.167/0001-19

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Clube de Mães da Linha Santo Antonio

Linha Santo Antonio Bairro Interior/Lourdes

Inscrição Municipal: 194.682-0 CNPJ: 00.641.263/0001-80

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Clube de Mães Unidas Venceremos

Linha Camboin Bairro Interior

Inscrição Municipal: 194.423-1 CNPJ: 73.312.167/0001-61

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: D N Montadora de Equipamentos Ltda - ME

Linha Rio Tigre, s/n Bairro Interior

Inscrição Municipal: 170.785-0 CNPJ: 03.351.184/0001-22

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 000.251 a 000.500 - AIDF: 319/2004.

Sócio Gerente: Dirceu Rigo

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 07/11/2014

Contribuinte: Dr. Hudson Sonorização e Eventos Ltda

Rua Veneriano dos Passos, 178 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 210222-6 CNPJ: 14.794.935/0001-00

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 67/2012.

Sócio Gerente: Roque Hudson Lisot

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Eprimer Empreendimentos (anterior)

EMIP Empreendimentos - Administradora de Bens Ltda - ME

Rua Anita Garibaldi, 2889 Bairro Carboni

Inscrição Municipal: 168843-0 CNPJ: 03.047.423/0001-55

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 0310/2006

Sócio Gerente: Paulo Alberto Crestani

Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: ES Profit Promotora de Negócios Ltda - EPP

Rua Pedro Andreaza, 147 Bairro Centro



Inscrição Municipal: 209911-0 CNPJ: 10.616.284/0023-07  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 100 - AIDF: 127/2012  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Filipe Argenton - MEI  
Avenida Manoel Roque, 131 Bairro Alvorada  
Inscrição Municipal: 207.702-7 CNPJ: 12.389.097/0001-55  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 0001 a 0150 - AIDF: 088/2011.  
Titular: Filipe Argenton  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Gabriela Caroline Valduga - ME  
Rua XV de Novembro, 280 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 210019-3 CNPJ: 13.735.177/0002-69  
Titular: Gabriela Caroline Valduga  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Gabriela Vielmo Miranda - MEI  
Avenida Dom Pedro II, 684 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 215.809-4 CNPJ: 18.946.056/0001-07  
Titular: Gabriela Vielmo Miranda  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Geovani Domingos Grassi - MEI  
Rua Ernesto Zortea, 211 Bairro De Carli  
Inscrição Municipal: 211.706-1 CNPJ: 16.478.165/0001-03  
Titular: Geovani Domingos Grassi  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: GRB Construções Ltda - EPP  
Rua Saul Brandalise, 929 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 177162-0 CNPJ: 03.894.574/0001-49  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 - AIDF: 018/2008.  
Sócio Gerente: Gilson Roberto Bonetto  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: GS Instalações Ltda  
Rua Minas Gerais 210 sala 01 Santa Gema  
Inscrição Municipal: 2096722 CNPJ: 14.298.182/0001-33  
Sócio Gerente: Givanildo Sommer  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0377/2011.  
Motivo do Cancelamento: Falta de entrega na baixa das Notas Fiscais de Prestação de Serviços emitidas.(RISS-VDA-94. art.18,§4º)  
Data do Cancelamento: 10/12/2013

Contribuinte: Helena Maria Vockes & Cia Ltda ME (anterior)  
HN Distribuidora de Eletronicos Ltda - ME  
Rua Rod SC 135, 34 Bairro Nossa Senhora Aparecida  
Inscrição Municipal: 215361-0 CNPJ: 18.668.827/0001-33  
Sócio Gerente: Helena Maria Vockes  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Huaine Participações Ltda  
Rua Coronel Alberto Schmidt, 89 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 15071-1 CNPJ: 62.087.788/0001-72  
Sócio Gerente: Flávio Brandalise  
Saul Brandalise Junior  
Motivo do Cancelamento: Baixa no CNPJ sem comunicar o fisco municipal.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Jair Francisco Bresciani - ME  
Rua Severino José Pasqual, 450 Bairro Carboni  
Inscrição Municipal: 207207-6 CNPJ: 12.265.376/0001-07  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1 a 250 - AIDF: 307/2010.  
Titular: Jair Francisco Bresciani  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Janaine Jassiane Boss - MEI  
Rua Brasil, s/n Bairro Aeroporto  
Inscrição Municipal: 212.622-2 CNPJ: 17.216.257/0001-88  
Titular: Janaine Jassiane Boss  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Joseane de Andrade - MEI  
Rua Fulgencio Furlin, 260 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 214.168-0 CNPJ: 18.010.806/0001-26  
Titular: Joseane de Andrade  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 11/11/2014

Contribuinte: Josiane Telles Girardi - MEI  
Rua Onelio Antonio Dallposso, 427 Bairro Cibrazem  
Inscrição Municipal: 211.657-0 CNPJ: 15.920.060/0001-08  
Titular: Josiane Telles Girardi  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Kiandra Leal Bevilaqua Incorporação - ME  
Rua Saul Brandalise, 1377 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 211814-9 CNPJ: 16.720.841/0001-03  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Lavação R4 Ltda - ME  
Rua Rodovia SC 135, s/n Bairro Nossa Senhora Aparecida  
Inscrição Municipal: 217.541-0 CNPJ: 20.203.203/0001-92  
Sócio Gerente: Eliandro Coser  
Giane Fiamoncini  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: Leila Ribeiro - MEI  
Rua João Zardo, 33 Bairro Campo Experimental  
Inscrição Municipal: 214.255-4 CNPJ: 18.076.098/0001-26  
Titular: Leila Ribeiro  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Loccar Locadora e Transporte de Veículos Ltda



(razão social anterior)  
Metach Comércio e Incorporação de Empreendimentos Imobiliários Ltda - ME  
Rodovia SC 303, Km 03 Bairro Interior/Santa Lucia  
Inscrição Municipal: 18.630-1 CNPJ: 04.533.331/0001-48  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 2.000 - AIDF: 247/2007.  
Sócio Gerente: Juciane Aparecida Mezarobba  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 28/10/2014

Contribuinte: LW Loja de Departamentos Ltda - ME  
Rua XV de Novembro, 656 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 191095-7 CNPJ: 01.543.154/0004-35  
Sócio Gerente: Luciana Maldaner  
Rosalia Dalcin  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Maicon Luiz Zaccaron - MEI  
Rua Bulcão Viana, 1008 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 211.364-3 CNPJ: 15.618.810/0001-83  
Titular: Maicon Luiz Zaccaron  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Maurício Natanael Ferreira - MEI  
Rua Luiz Carlos Machienavie, 147 Bairro Universitário  
Inscrição Municipal: 210.327-3 CNPJ: 14.921.152/0001-31  
Titular: Mauricio Natanael Ferreira  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Micheli Francieli Vargas Silveira- MEI  
Rua Lauro Muller, 432 Bairro Alvorada  
Inscrição Municipal: 215.246-0 CNPJ: 18.105.671/0001-82  
Titular: Micheli Francieli Vargas Silveira  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Montagem Industrial GJ Ltda - EPP  
Rua Iomerê, 53 Bairro Universitário  
Inscrição Municipal: 205388-8 CNPJ: 11.065.006/0001-63  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 1.500 - AIDF: 008/2013.  
Sócio Gerente: Regiani Aparecida Miranda  
Joel de Oliveira Mendes  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Natureza Plantas Ornamentais Ltda - ME  
Rua Luiz Vieceili Bairro Cetrevi  
Inscrição Municipal: 190967-3 CNPJ: 03.874.647/0001-30  
Sócio Gerente: Julio Eduardo Granzotto Coninck  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Papeete Administradora Ltda  
Rua Coronel Alberto Schmidt, 89 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 141.253-1 CNPJ: 58.700.048/0001-92  
Sócio Gerente: Flávio Brandalise  
Motivo do Cancelamento: Baixa no CNPJ sem comunicar o fisco

municipal.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Parter Representação Ltda - ME  
Rua Saul Brandalise, 1192 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 207.094-4 CNPJ: 12.166.513/0001-56  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 318/2010.  
Sócio Gerente: Patricia Cabral Gonçalves  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Paulo Cesar da Silveira - MEI  
Rua XV de novembro, 571 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 212.800-4 CNPJ: 17.269.779/0001-48  
Titular: Paulo Cesar da Silveira  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Paulo Cesar Ferreira Borba - MEI  
Rua Arlindo de Mattos, 109 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 207.245-9 CNPJ: 12.160.993/0001-48  
Titular: Paulo Cesar Ferreira Borba  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Raia Drogasil S/A  
Rua Saul Brandalise, 270 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 212109-3 CNPJ: 61.585.865/0928-46  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Raia S/A  
Rua Saul Brandalise, 270 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 211959-5 CNPJ: 60.605.664/0485-75  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Robison A. Chaves Ferreira - ME  
Rua Av. Dom Pedro II, 35 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 210022-2 CNPJ: 14.668.521/0001-26  
Titular: Robison A. Chaves Ferreira  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Rodrigo Rodrigues - MEI  
Rua Raimundo Grazziotin, s/n Bairro Santos Dumont  
Inscrição Municipal: 216.966-5 CNPJ: 18.377.540/0001-54  
Titular: Rodrigo Rodrigues  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: SBR Administradora Ltda  
Rua Coronel Alberto Schmidt, 98 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 123.842-6 CNPJ: 80.141.948/0001-04  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 312/2008  
Sócio Gerente: Flavio Brandalise  
Motivo do Cancelamento: Baixa no CNPJ sem comunicar o fisco municipal.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Sind. dos Trab. nas Indust. de Carnes e Derivados de Videira  
Rua Abraão Brandalise, 93 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 16899-8 CNPJ: 78.488.194/0001-03  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

Contribuinte: Vanessa Cristina Trentin - MEI  
Rua Eugenio Fantin, s/n Bairro Cibrazen  
Inscrição Municipal: 211.616-2 CNPJ: 15.765.061/0001-17  
Titular: Vanessa Cristina Trentin  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 24/10/2014

Contribuinte: Vista Alegre Comércio, Transportes e Embalagens Ltda - ME  
Rod SC 355, Km 45 Bairro Vista Alegre  
Inscrição Municipal: 209.307-3 CNPJ: 13.922.702/0001-74  
Sócio Gerente: Danieli Lins  
Valdecir Lins  
Motivo do Cancelamento: encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.  
Data do Cancelamento: 29/10/2014

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 18 de novembro de 2014  
ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2014 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2014 - FMS QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES E DO OUTRO A EMPRESA JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA PELO PREÇO GLOBAL.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santa Catarina, 1.198, Centro, escrito no CNPJ sob Nº 11.347.201/0001-86, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Senhor TELMO LUIZ KOERICH, portador do CPF Nº 704.699.979-15, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.678.299/0001-17 e Inscrição Estadual nº 257.233.610, estabelecida à Rua Santa Catarina, 1.559 - Centro, município de Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 002/2014, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA sob nº 001/2014, homologado em 23/04/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais, resolvem celebrar o presente termo aditivo, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 O prazo do contrato de prestação de serviços e fornecimento de materiais será prorrogado por (180) cento e oitenta dias, o prazo começara contar dia 8 de janeiro de 2015, com término em 7 de julho de 2015. As demais cláusulas do Termo de Contrato 03/2014 FMS, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 22 de dezembro de 2014.

|  |  |
|--|--|
| TELMO LUIZ KOERICH<br>Secretário de Saúde<br>Contratante | JFF EMPREITEIRA DE<br>MÃO DE OBRA LTDA<br>Contratada |
| Testemunhas  |  |
| Nome:  | Nome:  |
| CPF:   | CPF:   |

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2014**

Extrato do Contrato Nº. 041/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

PRAZO VIGÊNCIA 22/12/2014 a 22/12/2015

VALOR: R\$ 14.005,25 (Quatorze mil e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Vitor Meireles - SC, 22 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2014**

Extrato do Contrato Nº. 043/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: SERVIÇOS GUTO LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 242.400,00 (Duzentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais).

Vitor Meireles - SC, 22 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 236/2014**

PORTARIANº 236/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

| Nome Funcionário               | Período Aquisitivo |   |            | Período Concedido |   |            |
|--------------------------------|--------------------|---|------------|-------------------|---|------------|
| Ademar Domingos Fusinato       | 31/12/2013         | a | 30/12/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Erico Bittelbrunn              | 10/05/2013         | a | 09/05/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Juarez Lima Varela             | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Leonice Morgenroth             | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Marcelo André Agostini         | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Rosane Vieira                  | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 14/01/2015 |
| Solange Aparecida Fausto Boing | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 29/12/2014        | a | 27/01/2015 |
| Sonia Solene Segundo           | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 237/2014**

PORTARIANº 237/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

| Nome Funcionário   | Período Aquisitivo |   |            | Período Concedido |   |            |
|--------------------|--------------------|---|------------|-------------------|---|------------|
| Francisco Ferreira | 03/02/2014         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 29/01/2015 |
| Ivo Pétris         | 18/04/2013         | a | 17/04/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Jevison Barbosa    | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| José Cachoeira     | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Lindolf Lutke      | 10/05/2013         | a | 09/05/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Marcio da Silveira | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 234/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 238/2014**

PORTARIANº 238/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

| Nome Funcionário             | Período Aquisitivo |   |            | Período Concedido |   |            |
|------------------------------|--------------------|---|------------|-------------------|---|------------|
| Leila Clarisse Hillesheim    | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 24/01/2015 |
| Regina da Costa Oliveira     | 09/01/2014         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 01/02/2015 |
| Rosane Ferreira da Cruz      | 04/05/2013         | a | 03/05/2014 | 12/01/2015        | a | 10/02/2015 |
| Telmo Luiz Koerich           | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 05/01/2015        | a | 03/02/2015 |
| Vilmar Cani                  | 01/03/2013         | a | 28/02/2014 | 05/01/2015        | a | 19/01/2015 |
| Paulo Ricardo Nunes de Mello | 01/12/2013         | a | 30/11/2014 | 29/12/2014        | a | 27/01/2015 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 232/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xavantina

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 122/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: RONESTRAN LTDA.

Contrato nº: 122/2014 - PMXV

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 123/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ECON - EMPRESA CONCÓRDIA DE ESTUDOS DA ADMINISTRACÃO PÚBLICA LTDA.

Contrato nº: 123/2014 - PMXV

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 124/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: UNICASUL CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

Contrato nº: 124/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E TREINAMENTO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ECONÔMICO.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 125/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: SABER INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 125/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE DE 10 MBPS, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 126/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Contrato nº: 126/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 127/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME.

Contrato nº: 127/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 128/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ADELIANE JACIRA BETTO.

Contrato nº: 128/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO LOCAÇÃO DE SALA COM OBJETIVO DE INSTALAR E DAR FUNCIONALIDADE AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 129/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: CONCÓRDIA POÇOS ARTESIANOS LTDA-ME.

Contrato nº: 129/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE LINHA GIROTTO.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

### CONTRATO Nº 130/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LICS SUPER ÁGUA EIRELI.

Contrato nº: 130/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUAÇÃO NO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UM POÇO ARTESIANO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS E COMODATO DE UMA ETA - ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, NUM TOTAL DE APROXIMADAMENTE 190 ECONOMIAS SERVIDAS NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.



**CONTRATO Nº 131/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - SICOOB CREDIAUC/SC.

Contrato nº: 131/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 132/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA.

Contrato nº: 132/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO), INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS IMPRESSOS, UM SERVIÇO DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, UMA FERRAMENTA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PARA ACOMPANHAR OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, UM PORTAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E UMA FERRAMENTA PARA AVALIAR O DESEMPENHO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, A SEREM UTILIZADOS NO ANO LETIVO DE 2015.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 133/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: EXATTA ENGENHARIA LTDA ME.

Contrato nº: 133/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 134/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA ME.

Contrato nº: 134/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO FUNDO E DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 135/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Contrato nº: 135/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 136/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: CONSENSU SOLUÇÕES AGROAMBIENTAIS LTDA ME.

Contrato nº: 136/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBTENÇÃO DE LAO (LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO) REFERENTE AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE LINHA GIOTTO, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, CONFORME SOLICITAÇÃO DA FUNASA.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

**CONTRATO Nº 137/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: MÁRCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME - INFO DIGITALE.

Contrato nº: 137/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO ALUGUEL DO GEDOC - GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS DA INFO DIGITALE.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA 056 - SOCIAL

MUNICIPIO DE XAXIM - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROCESSO 223/2014

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 056/2014

O município de Xaxim, através de seu Prefeito comunica que está homologada a licitação supracitada que tem por objeto a locação de sala comercial para atender aos serviços oferecidos pelo CRAS Primavera, através do Fundo Municipal de Assistência Social, tudo em conformidade com o cronograma e os pareceres anexo ao presente processo, a saber:

Fornecedores/Valor homologado: Antônio Marocco. CPF: 460.430.479-34, valor total R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

Xaxim, 22 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### EXTRATO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO: TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2014. Partícipes: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Xaxim. OBJETO: Cessão de parte da quadra nº 91, situada entre as Ruas Adolfo Lunardi, Avenida Giacomolunardi e Rua Cordenonsi Filho, imóvel com matrícula no CRI sob o nº 15.034, e área total de 2.655,00m². VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos a contar da data da assinatura. DATA: Xaxim, 08 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Luiz Felipe Diniz Fagundes, pelo Município.

## Associações

### EGEM

#### PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 01/2014 - COM ANEXO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES nº 01/2014

Protocolo de intenções que celebram a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Taió Sr. Hugo Lembeck;

A ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (EGEM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 08.940.383/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Forquilha Sr. Vanderlei Alexandre;

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Herval d'Oeste Sr. Nelson Guindani; e

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), associação pública de direito público, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, neste ato representada por seu Presidente, Prefeito de Corupá, Sr. Luiz Carlos Tamanini,

Considerando:

1. Que todas as entidades acima nominadas foram instituídas pelos municípios catarinenses, recaindo sobre o Chefe do Poder Executivo Municipal a representação judicial e extrajudicial das mesmas, sendo que em todas elas há previsão estatutária de que o cargo de Presidente é ocupado por Chefe do Poder Executivo Municipal escolhido mediante eleição entre seus pares;
2. Que a FECAM e a EGEM têm natureza jurídica de associação civil, de direito privado, embora suas atividades tenham nítido caráter público, ante os objetivos estatutários, destacando-se a representação dos municípios frente a outras esferas de governo (federal e estadual), a realização de atividades em favor da boa gestão na Administração Pública, e a constante capacitação de agentes públicos municipais;
3. Que o CIGA e a ARIS têm natureza jurídica de associação pública, de direito público, constituindo-se em órgãos da administração indireta dos municípios consorciados, cujas atividades são de flagrante natureza pública;
4. Que todas as entidades têm como área de atuação os municípios do Estado de Santa Catarina, no caso da FECAM mediante filiação individual; por meio das Associações de Municípios no caso da EGEM; e, por meio de consórcio individual (nos casos do CIGA e da ARIS);
5. Que a constituição da FECAM, no ano de 1980, teve como propósito a representação dos municípios catarinenses perante outras esferas de governo, tendo-se desenvolvido atividades contínuas nesse sentido, bem como ações diretamente em favor dos municípios, a exemplo da Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCIM) e do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS);
6. Que no decorrer da última década, visando fortalecer as ações que já vinham sendo executadas diretamente pela FECAM, foram instituídas as demais entidades, sendo a EGEM voltada à capacitação de agentes públicos, o CIGA focado no desenvolvimento de

tecnologias da informação a serem empregadas nos municípios catarinenses em favor de suas Administrações Públicas e da própria sociedade, e a ARIS, com objetivo de regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico, em cumprimento aos novos paradigmas estabelecidos na Lei nº 11.445/07, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico;

7. Que a atuação de todas as entidades dá-se frequentemente de modo cooperativo, em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no art. 241 da CRFB;

8. Que desde a constituição da EGEM, CIGA e ARIS, essas entidades sempre estiveram instaladas em endereço comum à FECAM;

9. Que a proximidade das instalações físicas das entidades, visando a conservação dessa atuação cooperativa, de benefícios evidentes às entidades ora nominadas, é condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõem cada uma das entidades;

10. Que atualmente as entidades estão situadas no mesmo endereço, porém a estrutura não comporta as necessidades de expansão das entidades, especialmente do CIGA e da ARIS, as quais já realizaram ou estão realizando concursos públicos para o provimento de cargos, a exigir novos espaços físicos para lotação dos agentes públicos a serem contratados;

11. Que a sede atual das entidades nominadas configura-se em imóvel alugado, cujo contrato de locação é firmado pela FECAM, estando expressamente admitida a sede das demais entidades, e que o prazo de locação mínimo já fora cumprido, não havendo multa pela rescisão contratual;

12. Que é adequada às entidades a manutenção de suas respectivas sedes em endereço situado na Capital do Estado de Santa Catarina, seja pela representatividade que exercem, sejam pelos relacionamentos com outras entidades públicas, especialmente aquelas da esfera estadual e federal;

13. Que as limitações próprias da Capital do Estado de Santa Catarina quanto à mobilidade recomendam a instalação da sede das entidades nominadas na área continental da Capital, evitando-se o deslocamento de agentes públicos municipais à área insular da Capital porque redundaria em aumento de tráfego nas vias de acesso e implicaria em notável tempo disperso com tal locomoção, contrariando assim o princípio da eficiência;

14. Que as disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades, e a perspectiva de atividades constantes nos respectivos planejamentos internos, recomendam a aquisição de sede própria, capaz de atender as demandas individuais e aquelas executadas de modo cooperativo pelas entidades antes nominadas; e

15. Que a aquisição de imóvel e ou contratação de obra pública, dada a natureza jurídica do CIGA e da ARIS, exigem o respeito ao disposto no art. 37, XXII, da CRFB, sendo-lhes aplicável a legislação geral sobre licitações públicas e contratos administrativos.

As entidades antes nominadas resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, tendo por objeto a tomada de decisão e os procedimentos conjuntos entre os parceiros no que concerne à pesquisa de mercado, necessidades e definições para aquisição de imóvel, edificado ou não, destinado à sede das respectivas entidades, obedecidas as seguintes diretrizes:

1. A aquisição de imóvel e deverá ser executada de acordo com os procedimentos aplicáveis aos órgãos públicos, notadamente as normas gerais sobre licitações públicas e contratos administrativos, previstas na legislação nacional;
2. Deverá ser adquirido imóvel com características técnicas capazes de atender as demandas individuais e cooperativas de todas as entidades, conforme especificações mínimas indicadas no Anexo Único - Descritivo das necessidades de cada entidade;
3. No caso de aquisição de imóvel não edificado (terreno), deverá ser realizada aquisição em forma de condomínio, devendo ser elaborado novo protocolo de intenções pertinente à edificação da obra;
4. No caso de aquisição de imóvel edificado, deverá ser precedida

a devida incorporação, a fim de permitir a aquisição de títulos de propriedade individuais a cada entidade;

5. A contratação decorrente deste Protocolo de Intenções deverá ser formalizada mediante processo administrativo específico, devendo ser designada Comissão Especial para tanto, composta por agentes públicos e empregados de cada uma das entidades, formalmente indicados, cuja presidência será decidida entre os membros designados;

6. As publicações dos atos decorrentes deste Protocolo de Intenções deverão ser realizadas por todas as entidades, conforme dispuser a legislação ou estatuto de cada uma delas acerca da publicidade oficial;

7. As decisões técnicas deverão ser tomadas pela Comissão Especial, a qual poderá se valer de diligências ou requer a elaboração de pareceres técnicos ou jurídicos visando a regular instrução do processo administrativo, cabendo a ratificação e homologação do processo administrativo à autoridade competente, ora definida como a assembleia especial, composta pelos Presidentes de cada uma das entidades, somente admitindo-se as decisões desta assembleia tomadas por votação unânime;

8. A Comissão Especial deverá instruir o processo administrativo com as pesquisas, laudos e pareceres que julgar pertinentes, devendo anexar, necessariamente:

- a. Laudos de avaliação técnica e econômica dos imóveis considerados;
- b. Minuta de ocupação, uso e manutenção do condomínio, se for o caso;
- c. Memoriais descritivos, fotos e informações pertinentes, benfeitorias a serem realizadas, enfim, conjunto de informações aptas a dotar a decisão administrativa de elementos suficientes à sua motivação.

9. Findo o processo administrativo, caberá a cada entidade, individualmente, validá-lo internamente, emitindo decisão pelas respectivas autoridades competentes acerca da contratação do imóvel;

10. Deverão ser aproveitados os atos já realizados pelas entidades pertinentes ao objeto do presente Protocolo de Intenções, os quais deverão ser juntados ao processo administrativo;

11. A Comissão Especial deverá executar a fase interna da contratação administrativa, valendo-se de pesquisas de mercado e da regular instrução do processo administrativo, elaborando relatório final em que aponte as alternativas possíveis e opine a respeito da contratação, inclusive sobre a abertura de processo licitatório, se for o caso, ou da contratação direta, respeitada a legislação sobre licitações e contratos administrativos;

12. A Comissão Especial disporá de prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, a contar da data de sua instituição, para conclusão dos trabalhos ora delineados.

13. O presente Protocolo de Intenções tem prazo de duração atrelado ao seu escopo, prevendo-se a conclusão da aquisição de imóvel no prazo de dois meses, devendo-se prorrogar este protocolo por mais um mês, caso o objeto assim demandar;

14. As despesas necessárias à execução do objeto do presente Protocolo de Intenções serão suportadas por cada uma das entidades, na devida proporção, as quais deverão prever as mesmas em seus respectivos orçamentos, cuja comprovação deverá ser anexada oportunamente aos autos do processo administrativo.

15. Este Protocolo de Intenções deverá ser publicado em forma de extrato por cada uma das entidades, e entrará em vigor no dia primeiro útil posterior ao da última publicação;

16. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quais conflitos a respeito desse Protocolo de Intenções;

Devidamente pactuado, este Protocolo de Intenções segue assinado pelos Presidentes das entidades parceiras, tendo por testemunhas os Diretores a seguir indicados.

Florianópolis, 27 de novembro de 2014.

HUGO LEMBECK  
PRESIDENTE DA FECAM

VANDERLEI ALEXANDRE  
PRESIDENTE DA EGEM

NELSON GUINDANI  
PRESIDENTE DO CIGA

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PRESIDENTE DA ARIS

Testemunhas:

Celso Vedana

Diretor de Articulação Institucional da FECAM

CPF: 219.299.049-91

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CPF: 912.833.619-49

Alexandre Alves

Diretor Geral da EGEM

CPF: 789.439.659-15

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CPF: XXXXXXXXXXXXX

#### ANEXO ÚNICO

Requisitos mínimos para a aquisição do Imóvel:

- Área útil aproximada de 2.000 m2, podendo ser a seguinte divisão:

a) ARIS: de 500 a 600 m2;

b) CIGA: de 170 a 260 m2;

c) EGEM: de 150 a 200 m2;

d) FECAM: de 700 a 1000 m2.

- Garagens: possuir pelo menos 20 (vinte) vagas;

- Possuir, no mínimo, 4 (quatro) banheiros;

- Possuir tubulação para cabeamento estruturado;

- Climatização (ar de janela ou split);

- Possuir rede de telefonia implantada ou que permita a implantação sem necessidade de obras e serviços de engenharia;

- Localização na área continental de Florianópolis/SC, para fácil acesso aos visitantes que chegam de viagem;

- Possuir área privativa segura, independente de sistemas de vigilância;

- Possuir a salubridade necessária para o desempenho das atividades funcionais;

- Possuir acessibilidade para pessoas com deficiência;

- Possuir elevadores com dimensões mínimas de 100cm x 140cm;

- Imóvel com Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

- Imóvel com Alvará de habite-se da Prefeitura Municipal;

- Áreas adquiridas deverão ter registros individuais, bem como suas garagens, salvo edificações mais antigas.



**FECAM****PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 01/2014 - RETIFICAÇÃO DO TEXTO POR FALTA DA INCLUSÃO DO ANEXO ÚNICO**

PROTOCOLO DE INTENÇÕES nº 01/2014

Protocolo de intenções que celebram a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Taió Sr. Hugo Lembeck;

A ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (EGEM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 08.940.383/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Forquilha Sr. Vanderlei Alexandre;

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Herval d'Oeste Sr. Nelson Guindani; e

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), associação pública de direito público, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, neste ato representada por seu Presidente, Prefeito de Corupá, Sr. Luiz Carlos Tamanini,

Considerando:

1. Que todas as entidades acima nominadas foram instituídas pelos municípios catarinenses, recaindo sobre o Chefe do Poder Executivo Municipal a representação judicial e extrajudicial das mesmas, sendo que em todas elas há previsão estatutária de que o cargo de Presidente é ocupado por Chefe do Poder Executivo Municipal escolhido mediante eleição entre seus pares;

2. Que a FECAM e a EGEM têm natureza jurídica de associação civil, de direito privado, embora suas atividades tenham nítido caráter público, ante os objetivos estatutários, destacando-se a representação dos municípios frente a outras esferas de governo (federal e estadual), a realização de atividades em favor da boa gestão na Administração Pública, e a constante capacitação de agentes públicos municipais;

3. Que o CIGA e a ARIS têm natureza jurídica de associação pública, de direito público, constituindo-se em órgãos da administração indireta dos municípios consorciados, cujas atividades são de flagrante natureza pública;

4. Que todas as entidades têm como área de atuação os municípios do Estado de Santa Catarina, no caso da FECAM mediante filiação individual; por meio das Associações de Municípios no caso da EGEM; e, por meio de consorciamento individual (nos casos do CIGA e da ARIS);

5. Que a constituição da FECAM, no ano de 1980, teve como propósito a representação dos municípios catarinenses perante outras esferas de governo, tendo-se desenvolvido atividades contínuas nesse sentido, bem como ações diretamente em favor dos municípios, a exemplo da Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCIM) e do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS);

6. Que no decorrer da última década, visando fortalecer as ações que já vinham sendo executadas diretamente pela FECAM, foram instituídas as demais entidades, sendo a EGEM voltada à capacitação de agentes públicos, o CIGA focado no desenvolvimento de tecnologias da informação a serem empregadas nos municípios catarinenses em favor de suas Administrações Públicas e da própria sociedade, e a ARIS, com objetivo de regular e fiscalizar os

serviços de saneamento básico, em cumprimento aos novos paradigmas estabelecidos na Lei nº 11.445/07, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico;

7. Que a atuação de todas as entidades dá-se frequentemente de modo cooperativo, em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no art. 241 da CRFB;

8. Que desde a constituição da EGEM, CIGA e ARIS, essas entidades sempre estiveram instaladas em endereço comum à FECAM;

9. Que a proximidade das instalações físicas das entidades, visando a conservação dessa atuação cooperativa, de benefícios evidentes às entidades ora nominadas, é condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõem cada uma das entidades;

10. Que atualmente as entidades estão situadas no mesmo endereço, porém a estrutura não comporta as necessidades de expansão das entidades, especialmente do CIGA e da ARIS, as quais já realizaram ou estão realizando concursos públicos para o provimento de cargos, a exigir novos espaços físicos para lotação dos agentes públicos a serem contratados;

11. Que a sede atual das entidades nominadas configura-se em imóvel alugado, cujo contrato de locação é firmado pela FECAM, estando expressamente admitida a sede das demais entidades, e que o prazo de locação mínimo já fora cumprido, não havendo multa pela rescisão contratual;

12. Que é adequada às entidades a manutenção de suas respectivas sedes em endereço situado na Capital do Estado de Santa Catarina, seja pela representatividade que exercem, sejam pelos relacionamentos com outras entidades públicas, especialmente aquelas da esfera estadual e federal;

13. Que as limitações próprias da Capital do Estado de Santa Catarina quanto à mobilidade recomendam a instalação da sede das entidades nominadas na área continental da Capital, evitando-se o deslocamento de agentes públicos municipais à área insular da Capital porque redundaria em aumento de tráfego nas vias de acesso e implicaria em notável tempo disperso com tal locomoção, contrariando assim o princípio da eficiência;

14. Que as disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades, e a perspectiva de atividades constantes nos respectivos planejamentos internos, recomendam a aquisição de sede própria, capaz de atender as demandas individuais e aquelas executadas de modo cooperativo pelas entidades antes nominadas; e

15. Que a aquisição de imóvel e ou contratação de obra pública, dada a natureza jurídica do CIGA e da ARIS, exigem o respeito ao disposto no art. 37, XXII, da CRFB, sendo-lhes aplicável a legislação geral sobre licitações públicas e contratos administrativos.

As entidades antes nominadas resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, tendo por objeto a tomada de decisão e os procedimentos conjuntos entre os parceiros no que concerne à pesquisa de mercado, necessidades e definições para aquisição de imóvel, edificado ou não, destinado à sede das respectivas entidades, obedecidas as seguintes diretrizes:

1. A aquisição de imóvel e deverá ser executada de acordo com os procedimentos aplicáveis aos órgãos públicos, notadamente as normas gerais sobre licitações públicas e contratos administrativos, previstas na legislação nacional;

2. Deverá ser adquirido imóvel com características técnicas capazes de atender as demandas individuais e cooperativas de todas as entidades, conforme especificações mínimas indicadas no Anexo Único - Descritivo das necessidades de cada entidade;

3. No caso de aquisição de imóvel não edificado (terreno), deverá ser realizada aquisição em forma de condomínio, devendo ser elaborado novo protocolo de intenções pertinente à edificação da obra;

4. No caso de aquisição de imóvel edificado, deverá ser precedida a devida incorporação, a fim de permitir a aquisição de títulos de propriedade individuais a cada entidade;

5. A contratação decorrente deste Protocolo de Intenções deverá



ser formalizada mediante processo administrativo específico, devendo ser designada Comissão Especial para tanto, composta por agentes públicos e empregados de cada uma das entidades, formalmente indicados, cuja presidência será decidida entre os membros designados;

6. As publicações dos atos decorrentes deste Protocolo de Intenções deverão ser realizadas por todas as entidades, conforme dispuser a legislação ou estatuto de cada uma delas acerca da publicidade oficial;

7. As decisões técnicas deverão ser tomadas pela Comissão Especial, a qual poderá se valer de diligências ou requer a elaboração de pareceres técnicos ou jurídicos visando a regular instrução do processo administrativo, cabendo a ratificação e homologação do processo administrativo à autoridade competente, ora definida como a assembleia especial, composta pelos Presidentes de cada uma das entidades, somente admitindo-se as decisões desta assembleia tomadas por votação unânime;

8. A Comissão Especial deverá instruir o processo administrativo com as pesquisas, laudos e pareceres que julgar pertinentes, devendo anexar, necessariamente:

- a. Laudos de avaliação técnica e econômica dos imóveis considerados;
- b. Minuta de ocupação, uso e manutenção do condomínio, se for o caso;
- c. Memoriais descritivos, fotos e informações pertinentes, benfeitorias a serem realizadas, enfim, conjunto de informações aptas a dotar a decisão administrativa de elementos suficientes à sua motivação.

9. Findo o processo administrativo, caberá a cada entidade, individualmente, validá-lo internamente, emitindo decisão pelas respectivas autoridades competentes acerca da contratação do imóvel;

10. Deverão ser aproveitados os atos já realizados pelas entidades pertinentes ao objeto do presente Protocolo de Intenções, os quais deverão ser juntados ao processo administrativo;

11. A Comissão Especial deverá executar a fase interna da contratação administrativa, valendo-se de pesquisas de mercado e da regular instrução do processo administrativo, elaborando relatório final em que aponte as alternativas possíveis e opine a respeito da contratação, inclusive sobre a abertura de processo licitatório, se for o caso, ou da contratação direta, respeitada a legislação sobre licitações e contratos administrativos;

12. A Comissão Especial disporá de prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, a contar da data de sua instituição, para conclusão dos trabalhos ora delineados.

13. O presente Protocolo de Intenções tem prazo de duração atrelado ao seu escopo, prevendo-se a conclusão da aquisição de imóvel no prazo de dois meses, devendo-se prorrogar este protocolo por mais um mês, caso o objeto assim demandar;

14. As despesas necessárias à execução do objeto do presente Protocolo de Intenções serão suportadas por cada uma das entidades, na devida proporção, as quais deverão prever as mesmas em seus respectivos orçamentos, cuja comprovação deverá ser anexada oportunamente aos autos do processo administrativo.

15. Este Protocolo de Intenções deverá ser publicado em forma de extrato por cada uma das entidades, e entrará em vigor no dia primeiro útil posterior ao da última publicação;

16. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quais conflitos a respeito desse Protocolo de Intenções;

Devidamente pactuado, este Protocolo de Intenções segue assinado pelos Presidentes das entidades parceiras, tendo por testemunhas os Diretores a seguir indicados.

Florianópolis, 27 de novembro de 2014.

HUGO LEMBECK  
PRESIDENTE DA FECAM

VANDERLEI ALEXANDRE  
PRESIDENTE DA EGEM

NELSON GUINDANI  
PRESIDENTE DO CIGA

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PRESIDENTE DA ARIS

Testemunhas:

Celso Vedana

Diretor de Articulação Institucional da FECAM

CPF: 219.299.049-91

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CPF: 912.833.619-49

Alexandre Alves  
Diretor Geral da EGEM  
CPF: 789.439.659-15

Adir Faccio  
Diretor Geral da ARIS  
CPF: XXXXXXXXXXXXX

#### ANEXO ÚNICO

Requisitos mínimos para a aquisição do Imóvel:

- Área útil aproximada de 2.000 m<sup>2</sup>, podendo ser a seguinte divisão:

a) ARIS: de 500 a 600 m<sup>2</sup>;

b) CIGA: de 170 a 260 m<sup>2</sup>;

c) EGEM: de 150 a 200 m<sup>2</sup>;

d) FECAM: de 700 a 1000 m<sup>2</sup>.

- Garagens: possuir pelo menos 20 (vinte) vagas;

- Possuir, no mínimo, 4 (quatro) banheiros;

- Possuir tubulação para cabeamento estruturado;

- Climatização (ar de janela ou split);

- Possuir rede de telefonia implantada ou que permita a implantação sem necessidade de obras e serviços de engenharia;

- Localização na área continental de Florianópolis/SC, para fácil acesso aos visitantes que chegam de viagem;

- Possuir área privativa segura, independente de sistemas de vigilância;

- Possuir a salubridade necessária para o desempenho das atividades funcionais;

- Possuir acessibilidade para pessoas com deficiência;

- Possuir elevadores com dimensões mínimas de 100cm x 140cm;

- Imóvel com Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

- Imóvel com Alvará de habite-se da Prefeitura Municipal;

- Áreas adquiridas deverão ter registros individuais, bem como suas garagens, salvo edificações mais antigas.

## Consórcios

### CIGA

#### EXTRATO CONTRATO 419 - PGT - NOVA TRENTO

Extrato de Contrato nº 419/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Nova Trento

CONTRATANTE: Município de Nova Trento

CNPJ: 82.925.025/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 130/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### EXTRATO CONTRATO 420 - DOM - NOVA TRENTO

Extrato de Contrato nº 420/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Nova Trento

CONTRATANTE: Município de Nova Trento

CNPJ: 82.925.025/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 131/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ipumirim no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### EXTRATO CONTRATO 421 - DOM - SALTO VELOSO

Extrato de Contrato nº 421/2014

Contrato de Rateio - Salto Veloso

CONTRATANTE: Município de Salto Veloso

CNPJ: 82.827.353/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 27/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Salto Veloso e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 1307/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 25 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 341/2013

Extrato de Contrato nº 341/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Antônio Carlos

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Antônio Carlos

CNPJ: 07.409.010/0001-24

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.150,00 (dois mil e cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2013.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2014 - CIGA/FECAM

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2014

Convênio celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA e a Federação Catarinense de Municípios - FECAM

Considerando os objetivos e finalidades do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), previstos nos arts. 6º e 7º do Contrato de Consórcio Público, publicado no DOM/SC nº 1.431, de 19 de fevereiro de 2014, relativos ao desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da

informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal;

Considerando a autorização prevista no art. 7º, III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, que lhe permite celebrar convênios que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

Considerando a contratação, pela Federação Catarinense de Municípios, no ano de 2009, do desenvolvimento de sistema de informática destinado ao Portal das Câmaras de Vereadores, cuja gestão vem sendo realizada em parceria com o CIGA, nos termos do Convênio nº 001/2014;

Considerando a deliberação da Diretoria da FECAM, exarada no Ofício Pres. nº 228, de 07 de abril de 2014, em que sugere a cessão completa do sistema ao CIGA, para que a gestão do mesmo, inclusive no que concerne à manutenção corretiva e adaptativa e a sua evolução tecnológica sejam executadas pelo CIGA;

Considerando as ações promovidas pelo CIGA em parceria com outros órgãos públicos e privados, em especial o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Associações de Municípios de Santa Catarina, no intuito de promover a transparência na Administração Pública, princípio constitucional disposto no caput do art. 37, exigência ainda das Leis Complementares nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e 131/09 (Lei da Transparência) e da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação);

Considerando a existência de 55 Câmaras de Vereadores de municípios catarinenses que atualmente utilizam o sistema em comento como seu respectivo portal na internet, cuja capacitação e suporte a usuários já vem sendo realizada pelo CIGA;

Considerando a deliberação tomada em Assembleia Geral do CIGA, na data de 23/07/2014, acerca do aceite da proposição da FECAM em transferir completamente ao CIGA a gestão do sistema de Portal das Câmaras de Vereadores;

Considerando as especificações técnicas do sistema, inclusive quanto à ressalva da propriedade do framework empregado no referido sistema, o qual pertence à empresa Célula4 Sistemas para Internet Ltda., CNPJ nº 06.163.454/0001-60, nos termos da licença de uso do software, emitida conforme as regras sobre propriedade intelectual do programa de computar previstas na Lei nº 9.609/98;

Considerando a necessidade de continuidade do programa de Gestão de Câmaras de Vereadores em execução pelo CIGA, bem como a sua expansão, com vistas a atender as regras e princípios destinados à Administração Pública acerca da publicidade e transparência de seus atos e ações.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Herval d'Oeste Sr. Nelson Guindani, e a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Taió Sr. Hugo Lembeck, resolvem celebrar o presente Convênio, nos termos a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente convênio tem como objeto a cessão definitiva do sistema de Portal das Câmaras de Vereadores ao CIGA, conforme especificações técnicas em anexo, de propriedade da FECAM, respeitada a propriedade intelectual quanto ao framework do referido sistema, nos termos da licença de uso em anexo.

#### Cláusula Segunda - Das obrigações

A FECAM obriga-se ceder ao CIGA, definitivamente, em caráter amplo, geral e irrevogável, o sistema de Portal das Câmaras de Vereadores, aqui compreendido toda a documentação, códigos, banco de dados e demais especificações técnicas pertinentes ao seu completo funcionamento, mediante termo de cessão de licença definitiva de uso de programa de computador, respeitada a propriedade intelectual do framework necessário ao funcionamento do sistema, nos termos da licença anexa;

A FECAM obriga-se ainda a divulgar aos municípios associados o objeto do presente convênio, fomentando, com apoio das Associações de Municípios, o consorciamento dos Municípios ao CIGA e a adesão das Câmaras de Vereadores ao Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores.

O CIGA obriga-se a dar continuidade ao Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, responsabilizando-se pela disponibilização do Portal às Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, mediante contratação específica, nos termos do art.2, § 1º, III, da Lei nº 11.107/05 e art. 18 do Decreto federal nº 6.017/07, prestando suporte e capacitação aos usuários do sistema;

O CIGA fica responsável ainda pela manutenção corretiva e adaptativa do sistema, bem como sua evolução tecnológica, executando tais atividades direta ou indiretamente, respeitados os termos previstos na licença de uso do framework.

#### Cláusula Terceira - Da contrapartida financeira

A execução do convênio dar-se-á sem qualquer contrapartida financeira, devendo as partes fiscalizarem-se mutuamente quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência

O presente convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo tempo necessário à completa cessão do sistema descrito no objeto do convênio, limitado a 31 de dezembro 2014, permitida a prorrogação, mediante justificativa.

#### Cláusula Quinta - Das alterações

Este Convênio poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo, justificadamente, devendo ser proposta a alteração no prazo mínimo de 15 (dias) dias que anteceder o término da vigência do Convênio.

#### Cláusula Sexta - Da Rescisão

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável e por mútuo interesse.

#### Cláusula Sétima - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

#### Cláusula Oitava - Rescisão de demais Convênios entre as partes

Pela assinatura do presente convênio, ficam derogados os convênios anteriormente celebrado entre as partes que conflitem com o objeto do presente convênio.

#### Cláusula Nona - Disposição Final

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 03 de Novembro de 2014.

Hugo Lembeck  
Presidente da FECAM  
Prefeito de Taió

Nelson Guindani  
Presidente do CIGA  
Prefeito de Herval d'Oeste

**CIMCATARINA****RESOLUÇÃO Nº 0035\_2014**

Resolução n. 035/2014

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0001/2013, tendo como contratada JANETE APARECIDA RAMOS MUNIZ brasileira, casada, portador de RG n. 2.114.105, inscrita no CPF sob n. 649.393.409-53, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 03 de março de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**RESOLUÇÃO Nº 0036\_2014**

Resolução n. 036/2014

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0004/2013, tendo como contratado CLAUDINEI MARCIO MORSOLETO brasileiro, casado, brasileiro, casado, portador do RG n. 1.339.894, inscrito no CPF sob n. 486.453.209-59, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de Analista Executivo, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**RESOLUÇÃO Nº 0037\_2014**

Resolução n. 037/2014

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0002/2014, tendo como contratada NADIA DE LORENZI brasileira, solteira, portadora de RG n. 5.066.270, inscrita no CPF sob n. 082.022.159-78, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional - II, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**RESOLUÇÃO Nº 0038\_2014**

Resolução n. 038/2014

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0003/2014, tendo como contratada IDIANE CAETANO GONÇALVES, brasileira, casada, portadora de RG n. 6.832.567, inscrita no CPF sob n. 074.684.759-97, residente e domiciliada na cidade de Videira, SC, na função pública de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional - II, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA



**RESOLUÇÃO Nº 0039\_2014**

Resolução n. 039/2014

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear o Sr. LUIZ FERNANDO RALDI, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.059.572, inscrito no CPF sob n. 007.140.999-88, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto a partir de 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2014.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito de Rio das Antas

Presidente do CIMCATARINA



## Editais de Notificação

### IMBITUBA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 100/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 100/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ACV1722 | 54617648 | 20/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| IGA9001 | 54618225 | 16/09/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYO8775 | 54616612 | 16/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYZ3855 | 54617353 | 15/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYZ3855 | 54617353 | 15/08/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZG6955 | 54618603 | 28/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 101/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 101/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXL1927 | 54618229 | 20/09/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXL5949 | 54617805 | 10/09/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYE1365 | 54617644 | 19/09/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZM2290 | 54617803 | 10/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAT8707 | 54617011 | 07/09/1999 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 102/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 102/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYP2752 | 54618101 | 24/08/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 103/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 103/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZO0843 | 54618244 | 08/10/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZO0843 | 54618244 | 08/10/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBJ3030 | 54617619 | 19/08/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBJ3030 | 54617619 | 19/08/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 104/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 104/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWX6261 | 54617354 | 24/08/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LWX8468 | 54617639 | 10/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXK5378 | 54618227 | 16/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

|         |          |            |       |     |      |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|------|--------|
| LXK5378 | 54618227 | 16/09/1999 | 69120 | 232 |      | 53.20  |
| LZB2483 | 54616855 | 02/11/1999 | 54600 | 181 | * IX | 85.12  |
| LZE9035 | 54617643 | 19/09/1999 | 70300 | 244 | * I  | 191.53 |
| LZE9035 | 54617643 | 19/09/1999 | 70480 | 244 | * II | 191.53 |
| LZE9035 | 54617643 | 19/09/1999 | 66370 | 230 | * IX | 127.69 |
| LZV9200 | 54617810 | 16/09/1999 | 66370 | 230 | * IX | 127.69 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 105/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 105/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXA1885 | 54618248 | 20/10/1999 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAG1982 | 54617801 | 09/09/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 106/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 106/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXX6850 | 54618234 | 22/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXX6850 | 54618234 | 22/09/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 107/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 107/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYA6855 | 54616965 | 19/10/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYA6855 | 54616965 | 19/10/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LYA6855 | 54616965 | 19/10/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYA6855 | 54616965 | 19/10/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 108/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 108/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXB7834 | 54616964 | 05/10/1999 | 54600      | 181 * IX      | 85.12       |
| LXN8614 | 54618240 | 05/10/1999 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 109/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 109/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZZ8159 | 54617010 | 07/09/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAP1872 | 54618651 | 01/11/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAP1872 | 54618651 | 01/11/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 110/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 110/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXF6251 | 54618566 | 14/12/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAA5734 | 54617166 | 24/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 111/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 111/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IAY6827 | 54616725 | 24/12/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IBE9171 | 54617164 | 24/12/1999 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| LWS0588 | 54618564 | 04/12/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWS0588 | 54618564 | 04/12/1999 | 70560      | 244 * III     | 191.53      |
| LWS0588 | 54618564 | 04/12/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LWS0588 | 54618564 | 04/12/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXM5809 | 54616966 | 24/12/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYA2009 | 54618659 | 22/11/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYQ0033 | 54618668 | 03/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZD0833 | 54616719 | 04/12/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZD0833 | 54616719 | 04/12/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZD7834 | 54618249 | 20/10/1999 | 66020      | 230 * VI      | 191.53      |
| LZD7834 | 54618249 | 20/10/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZE0187 | 54618567 | 14/12/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZO0843 | 54618662 | 02/12/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZO0843 | 54618662 | 02/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZS3329 | 54617832 | 03/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZS3329 | 54617832 | 03/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZS8629 | 54617104 | 31/12/1999 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| MAG1472 | 54618654 | 02/11/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAM0731 | 54617013 | 04/12/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAS4996 | 54616805 | 18/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 112/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 112/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MBI2239 | 54617163 | 14/12/1999 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 113/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 113/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| HB7240  | 54618669 | 06/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXA0216 | 54618352 | 07/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXM0627 | 54617022 | 07/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXR1508 | 54616630 | 25/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYC3468 | 54616743 | 20/01/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LYX4524 | 54616740 | 14/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |

|         |          |            |       |          |        |
|---------|----------|------------|-------|----------|--------|
| LYX4524 | 54616740 | 14/01/2000 | 50450 | 162 * V  | 191.53 |
| MAL1887 | 54617849 | 12/01/2000 | 54870 | 181 * XI | 127.69 |
| MBA8830 | 54618401 | 26/12/1999 | 51850 | 167      | 127.69 |
| MBA8830 | 54618401 | 26/12/1999 | 69120 | 232      | 53.20  |
| MDI7930 | 54617106 | 07/01/2000 | 57460 | 187 * I  | 85.12  |
| MDI7930 | 54617106 | 07/01/2000 | 70300 | 244 * I  | 191.53 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 114/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 114/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXC2542 | 54618702 | 18/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXJ7805 | 54617302 | 26/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXT8895 | 54617107 | 22/01/2000 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LXT8895 | 54617107 | 22/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYC0299 | 54616732 | 07/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYM2190 | 54616628 | 25/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZD7834 | 54617165 | 24/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 115/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 115/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXU9196 | 54617453 | 10/01/2000 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LYH8197 | 54618631 | 01/02/2000 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| LYK1897 | 54616737 | 11/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYK1897 | 54616737 | 11/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYK5669 | 54616657 | 11/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYP3104 | 54616723 | 14/12/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYT8346 | 54616665 | 27/01/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LYT8346 | 54616665 | 27/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYT8346 | 54616665 | 27/01/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBE9780 | 54618703 | 18/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 116/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 116/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXM9273 | 54616668 | 01/02/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXM9273 | 54616668 | 01/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXM9273 | 54616668 | 01/02/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXM9273 | 54616668 | 01/02/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXW7556 | 54616751 | 31/01/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LXY5563 | 54618672 | 07/01/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYF5624 | 54617861 | 07/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYF5651 | 54618461 | 04/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYM5167 | 54616689 | 10/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYO5073 | 54617870 | 12/02/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYQ2037 | 54617823 | 26/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZJ2499 | 54616687 | 10/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZX9140 | 54618579 | 10/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZY8911 | 54616681 | 09/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAA6410 | 54617865 | 09/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAC2956 | 54618707 | 26/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAE5511 | 54617057 | 02/02/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| MAH8556 | 54618730 | 09/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAK6960 | 54618708 | 26/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAM3000 | 54618574 | 01/02/2000 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAM3000 | 54618574 | 01/02/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAQ1899 | 54616638 | 03/02/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAZ9170 | 54618716 | 31/01/2000 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| MBB7668 | 54616686 | 10/02/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 117/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 117/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEX6301 | 54618747 | 23/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| CAX3797 | 54617364 | 09/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LAK9318 | 54616970 | 26/01/2000 | 54280      | 181 * V       | 191.53      |
| LZR7503 | 54617315 | 16/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZR7503 | 54617315 | 16/02/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 118/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 118/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| CAD0395 | 54617816 | 20/12/1999 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| CAK8552 | 54617375 | 22/02/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LWR9950 | 54618302 | 23/02/2000 | 50370      | 162 * III     | 574.61      |
| LWU8671 | 54617416 | 25/12/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LWU8671 | 54617416 | 25/12/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYF9006 | 54616863 | 23/01/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZE7765 | 54616644 | 08/02/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LZE7765 | 54616644 | 08/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZE7765 | 54616644 | 08/02/2000 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LZE7765 | 54616644 | 08/02/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZE7765 | 54616644 | 08/02/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZG1348 | 54617391 | 29/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZQ3860 | 54616671 | 04/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZY7626 | 54618692 | 23/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |

MAD1420 54616761 23/02/2000 50100 162 \* I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 119/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 119/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWV1747 | 54617328 | 02/03/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LWV1747 | 54617328 | 02/03/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXD2861 | 54618356 | 03/01/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXI7892 | 54616666 | 28/01/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXI7892 | 54616666 | 28/01/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXK1289 | 54617855 | 03/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYF5175 | 54618456 | 30/01/2000 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LYG6588 | 54617383 | 25/02/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZP6680 | 54616909 | 15/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZP6680 | 54616909 | 15/02/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAL1988 | 54618734 | 19/02/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAQ3356 | 54618576 | 10/02/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MBJ5289 | 54617361 | 07/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MBJ5289 | 54617361 | 07/02/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
 DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 120/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 120/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BIC5877 | 54618815 | 02/03/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWS2313 | 54618743 | 22/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXB8590 | 54617111 | 29/01/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXG7969 | 54618769 | 04/03/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXN5534 | 54617173 | 09/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYF2507 | 54618820 | 09/03/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYJ1215 | 54617420 | 05/03/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYJ1215 | 54617420 | 05/03/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYK4924 | 54617304 | 28/02/2000 | 65640      | 230 * II      | 191.53      |
| LYK7396 | 54616776 | 12/03/2000 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LYP7518 | 54618742 | 22/02/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYU9263 | 54616775 | 08/03/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LZE7478 | 54617381 | 25/02/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAC1944 | 54618755 | 23/02/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAC1944 | 54618755 | 23/02/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAK7150 | 54618822 | 09/03/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAK7150 | 54618822 | 09/03/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAK7150 | 54618822 | 09/03/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAT8971 | 54617178 | 03/03/2000 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| MAT8971 | 54618821 | 09/03/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCH0560 | 54617318 | 22/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
 AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 121/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 121/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAD3731 | 54616748 | 25/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| AVN0050 | 54617366 | 16/02/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| BFN4547 | 54618825 | 15/03/2000 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| LXI7330 | 54618513 | 25/01/2000 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LXQ7817 | 54618771 | 20/03/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXQ7817 | 54618771 | 20/03/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZG1729 | 54618704 | 22/01/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZG1729 | 54618704 | 22/01/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBI2239 | 54617168 | 07/01/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 122/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 122/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADT0726 | 54617320 | 23/02/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| IBF0185 | 54617393 | 02/03/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXQ7817 | 54618772 | 20/03/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXQ7817 | 54618772 | 20/03/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXQ7817 | 54618772 | 20/03/2000 | 51690      | 165           | 957.69      |
| LXQ7817 | 54618772 | 20/03/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXQ7817 | 54618772 | 20/03/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZH2340 | 54616977 | 22/03/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 123/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 123/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWR4433 | 54617181 | 14/04/2000 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 124/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 124/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXZ3127 | 54618960 | 14/04/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MBE2070 | 54618832 | 06/04/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 125/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 125/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZD0141 | 54618830 | 04/04/2000 | 60250      | 206 * IV      | 191.53      |
| LZG6955 | 54617194 | 25/04/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LZG6955 | 54617194 | 25/04/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 126/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 126/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWR4156 | 54618829 | 04/04/2000 | 60250      | 206 * IV      | 191.53      |
| LXU4406 | 54616799 | 06/04/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXU4406 | 54616799 | 06/04/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXW5264 | 54617060 | 26/04/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 127/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 127/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWR1959 | 54616982 | 27/04/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWU6954 | 54616986 | 28/04/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYT2738 | 54616981 | 27/04/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYT2738 | 54616981 | 27/04/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAH7800 | 54618864 | 08/05/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAJ7367 | 54616648 | 28/04/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 128/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 128/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AHA8164 | 54618831 | 04/04/2000 | 60250      | 206 * IV      | 191.53      |
| LWT3329 | 54616980 | 27/04/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |



|         |          |            |       |     |        |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|--------|--------|
| LXF1415 | 54616649 | 28/04/2000 | 69120 | 232 |        | 53.20  |
| LXF3624 | 54616873 | 10/05/2000 | 54520 | 181 | * VIII | 127.69 |
| LXL1770 | 54618871 | 19/05/2000 | 59910 | 206 | * I    | 191.53 |
| LYE7904 | 54618833 | 11/05/2000 | 65990 | 230 | * V    | 191.53 |
| LYE7904 | 54618833 | 11/05/2000 | 65560 | 230 | * I    | 191.53 |
| LYG0944 | 55670855 | 08/05/2000 | 55090 | 181 | * XIII | 85.12  |
| LYI9900 | 54617188 | 18/04/2000 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| LYQ3999 | 54618875 | 22/05/2000 | 59910 | 206 | * I    | 191.53 |
| LYV7289 | 54618874 | 22/05/2000 | 59910 | 206 | * I    | 191.53 |
| LYY0710 | 54618850 | 22/05/2000 | 59910 | 206 | * I    | 191.53 |
| LZK9148 | 54617035 | 16/05/2000 | 70300 | 244 | * I    | 191.53 |
| MBF8422 | 54617502 | 12/05/2000 | 73400 | 252 | * IV   | 85.12  |
| MBW7530 | 55670859 | 12/05/2000 | 65990 | 230 | * V    | 191.53 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 129/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 129/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MAY2721 | 54618858 | 26/04/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 130/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 130/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BZN9626 | 54618867 | 17/05/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| BZN9626 | 54618867 | 17/05/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYC5079 | 54617062 | 04/06/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYC5079 | 54617062 | 04/06/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYC5079 | 54617062 | 04/06/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYK7396 | 54617063 | 11/06/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYW0935 | 54618844 | 12/05/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| LZP3992 | 55670887 | 31/05/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 131/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 131/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ICJ7047 | 54618885 | 23/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXF9543 | 55671158 | 20/06/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXL0723 | 55670988 | 15/06/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXL0723 | 55670988 | 15/06/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LXW7100 | 54616988 | 28/04/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXW7100 | 54616988 | 28/04/2000 | 50450      | 162 * V       | 191.53      |
| LZJ8928 | 54616913 | 17/05/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LZY5479 | 55671115 | 19/06/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| MAA6816 | 55671119 | 21/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAD0969 | 55671114 | 19/06/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| MAL5810 | 55670976 | 13/06/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| MAP8264 | 55671123 | 21/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MDP6250 | 54618886 | 23/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 132/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 132/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXF9120 | 55671155 | 20/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXK1289 | 55670960 | 24/05/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LXK2403 | 54616917 | 23/06/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYJ6767 | 55671128 | 23/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZR4693 | 54617876 | 14/06/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LZR4693 | 54617876 | 14/06/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |

|         |          |            |       |         |  |        |
|---------|----------|------------|-------|---------|--|--------|
| MAV4363 | 55670990 | 15/06/2000 | 60500 | 208     |  | 191.53 |
| MAV4363 | 55670990 | 15/06/2000 | 59910 | 206 * I |  | 191.53 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 133/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 133/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| CIG1542 | 55671112 | 19/06/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LWW7830 | 55670963 | 25/05/2000 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| LXG1600 | 55671152 | 20/06/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXV9200 | 55671169 | 03/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYO6219 | 55671142 | 04/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZC0900 | 54617875 | 30/06/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAK9345 | 55671146 | 04/07/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAK9345 | 55671146 | 04/07/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAT8982 | 55670996 | 23/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBD0319 | 54617065 | 03/07/2000 | 56060      | 182 * IV      | 53.20       |
| MDO3790 | 55671141 | 04/07/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 134/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 134/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BOO2882 | 55670201 | 08/07/2000 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LWR2725 | 55670305 | 10/07/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYV0247 | 55670252 | 28/06/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYX4799 | 55671144 | 04/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZL2719 | 54616884 | 17/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZL2719 | 54616884 | 17/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZY8713 | 55670353 | 10/07/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAC5846 | 54618894 | 27/06/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MCB0960 | 55670256 | 04/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 135/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 135/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IGT6552 | 55671105 | 14/06/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYH0475 | 55670919 | 21/07/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYH0475 | 55670919 | 21/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZU5134 | 55670379 | 24/07/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAD0791 | 54616883 | 17/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAD0791 | 54616883 | 17/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MDC3030 | 55671107 | 14/06/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 136/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 136/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADB9374 | 55670205 | 24/07/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| CGZ4509 | 55670370 | 21/07/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWY9130 | 55670361 | 14/07/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYT5490 | 55670916 | 21/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBE5122 | 54616996 | 15/06/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBE5122 | 54616996 | 15/06/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MBE5122 | 54616996 | 15/06/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 137/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 137/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ACK6390 | 55670313 | 01/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| AJT1900 | 55670912 | 20/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IDT2819 | 55670930 | 03/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXY4898 | 55670376 | 21/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYI0351 | 54618888 | 23/06/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYW8423 | 55670266 | 21/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBM8629 | 54616999 | 19/06/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBV2990 | 55670359 | 11/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 138/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 138/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADT0726 | 55670923 | 31/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| BPE3665 | 55670922 | 31/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXL8331 | 55670388 | 02/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXM0077 | 54617066 | 08/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYY7170 | 55670280 | 01/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZS8629 | 55670363 | 20/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAB0027 | 55670393 | 03/08/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAY1894 | 54618902 | 25/07/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAY1894 | 54618902 | 25/07/2000 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAY1894 | 54618902 | 25/07/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAY1894 | 54618902 | 25/07/2000 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| MBV5770 | 55670309 | 26/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 139/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 139/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ACW2824 | 55670920 | 26/07/2000 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LWV7988 | 54618966 | 10/08/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWV7988 | 54618966 | 10/08/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXL6313 | 55670290 | 10/08/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LYC1273 | 55670300 | 10/08/2000 | 60920      | 212           | 191.53      |
| LYF2809 | 55670322 | 15/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYJ6504 | 55670293 | 10/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYJ8404 | 55670946 | 14/08/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZZ5457 | 55670452 | 14/08/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZZ5457 | 55670452 | 14/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAW3551 | 55670405 | 11/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 140/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 140/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXR9442 | 55669703 | 17/08/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZB6125 | 55670460 | 22/08/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZJ5531 | 55669721 | 25/08/2000 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| MAD6432 | 55669711 | 22/08/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAE6752 | 55670326 | 25/08/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAL2182 | 55670276 | 01/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBE9972 | 55669715 | 24/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBH8748 | 55670296 | 10/08/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 141/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 141/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AFC2968 | 55669738 | 30/08/2000 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| IHJ4314 | 55671181 | 21/07/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| IHJ4314 | 55671181 | 21/07/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWS5262 | 55670332 | 30/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LWX9808 | 55670441 | 31/08/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXA1885 | 55669714 | 27/08/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXX5855 | 54618971 | 15/08/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXX5855 | 54618971 | 15/08/2000 | 52400      | 173           | 574.61      |
| LXX5855 | 54618971 | 15/08/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LZG6955 | 55671192 | 03/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZG6955 | 55671192 | 03/09/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAP1841 | 55670433 | 25/08/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| MAX6843 | 55670453 | 14/08/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAZ8722 | 55670469 | 23/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBV9650 | 55670269 | 24/07/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MDF1954 | 55669731 | 29/08/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MEI5070 | 55670437 | 29/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 142/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 142/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWR2938 | 55670369 | 20/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXB4587 | 55670449 | 04/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXD7885 | 55670288 | 03/08/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXJ9682 | 55670478 | 08/09/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXN8614 | 55670397 | 04/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXN8614 | 55670397 | 04/08/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYR7156 | 55670450 | 05/09/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZN0876 | 55669739 | 31/08/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LZP6760 | 55670465 | 23/08/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAD3903 | 55671188 | 26/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAD3903 | 55671188 | 26/07/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAD3903 | 55671188 | 26/07/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAK5538 | 55670281 | 01/08/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MDC3030 | 55670287 | 03/08/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 143/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 143/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BGU2052 | 55670476 | 08/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWS3924 | 55670514 | 12/09/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXS6008 | 55670486 | 12/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYO8996 | 55670402 | 11/08/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZF2817 | 55670495 | 15/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZH0653 | 55670517 | 15/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAQ9267 | 55670394 | 03/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAS3089 | 55670381 | 26/07/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MIM1000 | 55670482 | 12/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MNX7670 | 55670406 | 11/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MNX7670 | 55670406 | 11/08/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 144/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 144/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEE8602 | 55670484 | 12/09/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| AEV2142 | 55670022 | 28/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| AFS8872 | 55669918 | 21/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| COX2384 | 55669860 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| CZC1818 | 55669853 | 19/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| ICL3069 | 55669929 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IFW1571 | 55669879 | 27/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| IIH6501 | 55670425 | 24/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LWR1119 | 55670001 | 26/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWU0073 | 55669949 | 28/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWW1763 | 55670523 | 19/09/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWZ7031 | 54618977 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXC2263 | 55669861 | 21/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXE8618 | 55669870 | 27/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXG2590 | 55669741 | 12/09/2000 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LXK4369 | 55670535 | 25/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXK5923 | 55670407 | 11/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXK5923 | 55670407 | 11/08/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXL2563 | 55669859 | 20/09/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXL7805 | 55669862 | 21/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXN6727 | 55670546 | 26/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXO6917 | 55670102 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXP9808 | 55669965 | 26/09/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXX5950 | 55669876 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXX5950 | 55669876 | 27/09/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYF5624 | 55670007 | 26/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LYL3094 | 55669745 | 12/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYN6556 | 55670549 | 26/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYR2777 | 55669882 | 28/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYR7156 | 55670025 | 28/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZA5243 | 55670209 | 16/09/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZD4238 | 55669961 | 26/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZD7834 | 54616926 | 20/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZD7834 | 54616926 | 20/09/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LZD7834 | 54616926 | 20/09/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZD7834 | 54616926 | 20/09/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LZE2137 | 54618914 | 03/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZK1007 | 55670506 | 08/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZZ4290 | 55670027 | 28/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAF2591 | 54616931 | 01/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAI5021 | 55670411 | 14/08/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAK8452 | 55670410 | 14/08/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAN5332 | 54618907 | 31/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAO9752 | 55669905 | 19/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MAS4774 | 55670528 | 25/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAZ2591 | 55670602 | 03/10/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBC5039 | 54616928 | 26/09/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| MBC8580 | 55670398 | 08/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MDQ7700 | 54618924 | 03/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 145/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 145/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BLG0888 | 55670116 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWR5065 | 55670079 | 09/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXX3033 | 55669950 | 02/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXZ4969 | 54618976 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYE7796 | 55670010 | 27/09/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LYF8900 | 55670038 | 09/10/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LYQ1962 | 55670068 | 04/10/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYQ1962 | 55670068 | 04/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYR5640 | 55669881 | 27/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LYR7156 | 54618975 | 29/09/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAI1281 | 55670107 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAU6334 | 55670064 | 04/10/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAY6581 | 55670075 | 09/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCI2650 | 55670018 | 27/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 146/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 146/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BIB4625 | 55669943 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LBG9397 | 55669894 | 29/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWR7925 | 55669951 | 26/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWT0491 | 55671057 | 29/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWV7020 | 55669886 | 28/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWX3658 | 55669933 | 27/09/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXD2251 | 54618978 | 02/10/2000 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LXD2251 | 54616939 | 01/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYG6778 | 55670825 | 16/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYG7736 | 54616933 | 01/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYI5461 | 54616944 | 01/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYJ6767 | 55670103 | 02/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYW3810 | 55670016 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYZ1109 | 55670556 | 06/10/2000 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| LZL6222 | 55670003 | 26/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZL6222 | 55669872 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZN0876 | 54618983 | 13/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZP6100 | 54617050 | 04/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZX5310 | 55670215 | 10/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAD1344 | 55669897 | 29/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAQ5538 | 55670073 | 09/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAQ9453 | 55670524 | 21/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAQ9453 | 55669916 | 21/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAX9407 | 55671051 | 20/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAZ0975 | 54616938 | 01/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBE9520 | 55670049 | 10/10/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MBF3260 | 55670701 | 04/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBG9089 | 55669889 | 29/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
 AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 147/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 147/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IDZ0418 | 55671253 | 19/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IDZ0418 | 55671253 | 19/10/2000 | 52740      | 175           | 191.53      |
| LYP0079 | 54618996 | 23/10/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZN0876 | 55670095 | 17/10/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAE8914 | 55669888 | 29/09/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAE8914 | 55669888 | 29/09/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAI5021 | 55669936 | 27/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAU5661 | 55670097 | 18/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBE2188 | 55671256 | 19/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBE2188 | 55671256 | 19/10/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBE2188 | 55671256 | 19/10/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 148/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 148/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXO0865 | 55670321 | 11/08/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYH7102 | 55669913 | 20/09/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYR7156 | 55670573 | 23/10/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYR7156 | 55670573 | 23/10/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYS3625 | 55670664 | 19/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZN8236 | 55670023 | 28/09/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZW1934 | 55669891 | 29/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZX6500 | 54617702 | 29/09/2000 | 54280      | 181 * V       | 191.53      |
| MCC2929 | 55669851 | 19/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 149/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 149/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BJR3197 | 55670568 | 09/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXA0978 | 55670531 | 25/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXL3854 | 55671261 | 21/10/2000 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXL3854 | 55671261 | 21/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXL3854 | 55671261 | 21/10/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXT5076 | 55671262 | 27/10/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXT5076 | 55671262 | 27/10/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXV9629 | 55670501 | 05/09/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZQ9321 | 55670345 | 25/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZS0145 | 55669911 | 20/09/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAB4524 | 55670833 | 19/10/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBJ3932 | 55670808 | 14/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 150/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 150/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MAH3157 | 54617071 | 05/10/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 151/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 151/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAP6282 | 55670669 | 13/11/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYE5123 | 55670101 | 02/10/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZE8988 | 55670692 | 24/11/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LZG3277 | 54617049 | 04/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAN4940 | 54616888 | 08/11/2000 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| MAT3536 | 55670031 | 09/10/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAZ9762 | 55670216 | 10/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 152/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 152/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ABZ5427 | 55670605 | 24/11/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| ABZ5427 | 55670605 | 24/11/2000 | 69120      | 232           | 53.20       |
| ABZ5427 | 55670605 | 24/11/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| ABZ5427 | 55670605 | 24/11/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| BMB4866 | 55670693 | 27/11/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXP4072 | 55670686 | 23/11/2000 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXP4072 | 55670686 | 23/11/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZY0904 | 55670690 | 24/11/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZY0904 | 55670690 | 24/11/2000 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MBM8097 | 55671305 | 19/11/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 153/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 153/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYC5079 | 55670698 | 30/11/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYC5079 | 55670698 | 30/11/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZB2989 | 55670680 | 22/11/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAO9543 | 55670084 | 14/10/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 154/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 154/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXV5262 | 55671307 | 17/12/2000 | 52740      | 175           | 191.53      |
| LXV5262 | 55671307 | 17/12/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXV5262 | 55671307 | 17/12/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYU8715 | 55671391 | 22/12/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 155/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 155/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADM9596 | 55671356 | 11/12/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| AGB6805 | 55670579 | 14/12/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| HZB6752 | 55671390 | 21/12/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |

|         |          |            |       |     |     |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|-----|--------|
| LXE4571 | 55671359 | 11/12/2000 | 51850 | 167 |     | 127.69 |
| MAL9022 | 55671368 | 15/12/2000 | 60500 | 208 |     | 191.53 |
| MAL9022 | 55671368 | 15/12/2000 | 70300 | 244 | * I | 191.53 |
| MBU2010 | 54617710 | 14/12/2000 | 57460 | 187 | * I | 85.12  |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 156/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 156/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEP9762 | 55670676 | 17/11/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| BIB4625 | 55669909 | 20/09/2000 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| CIU2119 | 55671375 | 19/12/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXE0150 | 54618999 | 04/11/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXE0150 | 54618999 | 04/11/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXV8206 | 55671373 | 18/12/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXX0336 | 55671354 | 11/12/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZG8020 | 55671388 | 21/12/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAN8916 | 55670810 | 14/10/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBH5266 | 55671365 | 14/12/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MEF3650 | 55670580 | 14/12/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MEJ3180 | 55670681 | 22/11/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MEJ3180 | 55670681 | 22/11/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 157/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 157/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEK4787 | 55671271 | 14/12/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| BGD0741 | 54618157 | 29/12/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| ICJ7047 | 55671795 | 11/01/2001 | 70800      | 244 * VI      | 85.12       |
| LWR5445 | 55671710 | 26/12/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LWS8741 | 55671393 | 23/12/2000 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LXX6541 | 54618158 | 29/12/2000 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYK7396 | 55671791 | 09/01/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYW4885 | 54617556 | 14/01/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LZH5368 | 55671370 | 18/12/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZV6033 | 55671708 | 26/12/2000 | 52070      | 169           | 53.20       |
| MAQ0222 | 55671754 | 29/12/2000 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAQ0222 | 55671754 | 29/12/2000 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| MAQ0222 | 55671754 | 29/12/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAY2463 | 55671397 | 26/12/2000 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MBN1037 | 55671765 | 03/01/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 158/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 158/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BPI4470 | 55671273 | 15/12/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| BPI4470 | 55671273 | 15/12/2000 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| ICR1673 | 55671876 | 16/01/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXG5987 | 55670685 | 23/11/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXM0077 | 55671853 | 12/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYD6452 | 55671788 | 09/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZM1012 | 55671851 | 12/01/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZY8713 | 55671753 | 29/12/2000 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZY8713 | 55671753 | 29/12/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAW1726 | 55671799 | 12/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAY7842 | 54617553 | 14/01/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| MBD8691 | 55670783 | 19/01/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MED2001 | 55671781 | 05/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 159/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 159/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ACL2715 | 55671367 | 14/12/2000 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| AET8901 | 54617505 | 09/01/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| IAS8106 | 55671385 | 21/12/2000 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYA3958 | 55671761 | 30/12/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZC1106 | 54618465 | 07/01/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LZC1106 | 54618465 | 07/01/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAC5380 | 55670782 | 19/01/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBC2729 | 55671775 | 05/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBW0409 | 55671881 | 22/01/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 160/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 160/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZB2989 | 55669808 | 18/01/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZG5809 | 55671889 | 25/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAS5656 | 55671870 | 16/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCK9900 | 55671203 | 12/01/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 161/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 161/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| CFF4017 | 55671751 | 27/12/2000 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| IEG2725 | 55671426 | 05/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| KHW6349 | 55671717 | 28/01/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYJ1777 | 55671336 | 04/02/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYV8910 | 54617726 | 03/02/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| MAB3217 | 55671796 | 11/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAY7722 | 55687451 | 04/01/2001 | 73740      | 253           | 191.53      |
| MBD0272 | 55671394 | 23/12/2000 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MBD0319 | 54617727 | 03/02/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| MBM1037 | 55671857 | 14/01/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MEG5480 | 55670587 | 23/01/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MEG5480 | 55670587 | 23/01/2001 | 66100      | 230 * VII     | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 162/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 162/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ABU0429 | 55687518 | 19/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| IBW9777 | 54617457 | 16/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IBW9777 | 54617457 | 16/02/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWU0274 | 55671448 | 13/02/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LWU4699 | 55671299 | 16/02/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXD5772 | 55671295 | 16/02/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXD5772 | 55671295 | 16/02/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXD5772 | 55671295 | 16/02/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXD5772 | 55671295 | 16/02/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXD5772 | 55671295 | 16/02/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXT2876 | 55687502 | 15/02/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXW2080 | 55687531 | 20/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXX0149 | 55687524 | 20/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXX4373 | 55671363 | 12/12/2000 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXX4373 | 55671363 | 12/12/2000 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXY9552 | 55671858 | 15/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZH5368 | 55671445 | 13/02/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAI7995 | 55687537 | 23/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAM5282 | 55687022 | 05/03/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 163/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 163/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEF9762 | 55671440 | 13/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| ICA7241 | 55687546 | 28/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IGB6016 | 55687522 | 19/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWT0115 | 55671450 | 15/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWW4279 | 55671784 | 09/01/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LWW4279 | 55671784 | 09/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWX1312 | 55687514 | 16/02/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LWX1312 | 55687514 | 16/02/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXM4244 | 55687511 | 16/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXP1122 | 55671421 | 02/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXP7111 | 55671327 | 28/01/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXP7111 | 55671327 | 28/01/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXP7111 | 55671327 | 28/01/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXW9010 | 55670578 | 01/03/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LYP1594 | 55687044 | 08/03/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYR8650 | 55671900 | 29/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYW0676 | 55671718 | 28/01/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYW3233 | 55670238 | 04/03/2001 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| MAC5050 | 55687013 | 02/03/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAD7299 | 55671429 | 06/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAD7299 | 55671429 | 06/02/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| MAD8607 | 55687047 | 08/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAH5260 | 55671328 | 28/01/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAI6919 | 55671417 | 02/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAL0393 | 55671438 | 12/02/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAO3427 | 55671907 | 17/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAZ8722 | 55687503 | 15/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBE9510 | 55687515 | 16/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBE9510 | 55687515 | 16/02/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MEU9850 | 55671439 | 12/02/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 164/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 164/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AGP6495 | 54618475 | 06/03/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| BLC4670 | 55687059 | 09/03/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| BLC4670 | 55687028 | 05/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| JTD6493 | 54617725 | 03/02/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LWT3002 | 55687538 | 23/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWY4120 | 54618491 | 20/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWY9130 | 55687008 | 02/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXE7583 | 55687011 | 02/03/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXG7827 | 55670250 | 09/03/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| LXT2915 | 55687043 | 08/03/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXU9244 | 55687068 | 16/03/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXW9280 | 55687039 | 06/03/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYJ4314 | 55687053 | 08/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYR6488 | 55687040 | 06/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYT4104 | 55671787 | 09/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYT6089 | 54618170 | 09/03/2001 | 66020      | 230 * VI      | 191.53      |
| LYW1024 | 55670850 | 08/03/2001 | 56730      | 183           | 85.12       |
| LZN4360 | 55671424 | 02/02/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZP9390 | 54618473 | 06/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZS9789 | 55687066 | 13/03/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAI1253 | 55687548 | 02/03/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAO2781 | 55670232 | 04/03/2001 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| MAY6576 | 55670237 | 04/03/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAY6576 | 55670237 | 04/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBJ0192 | 55687001 | 02/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBO3558 | 55687523 | 20/02/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MBT0389 | 55687026 | 05/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MDS2320 | 55687050 | 08/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
 AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 165/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 165/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWY8268 | 55670244 | 05/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXH8305 | 55687655 | 18/03/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXO6135 | 55687065 | 13/03/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXQ8028 | 55687056 | 09/03/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXR9442 | 55687045 | 08/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYB5788 | 55670675 | 12/11/2000 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYO7733 | 55671423 | 02/02/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYP9303 | 54618496 | 20/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAK3586 | 54618487 | 20/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCC9960 | 55671290 | 15/02/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MCC9960 | 55671290 | 15/02/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 166/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 166/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWT4714 | 55671408 | 30/01/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LWT4714 | 55671408 | 30/01/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 167/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 167/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ACK6390 | 55687926 | 26/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| CIT9446 | 55687904 | 23/04/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IBG2982 | 55687934 | 27/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWS7210 | 54617075 | 04/04/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LWT6983 | 55687753 | 24/04/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LWW4729 | 55687087 | 20/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYP1701 | 55687090 | 20/04/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LYP1701 | 55687090 | 20/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAA0136 | 55687935 | 27/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAA0136 | 55687935 | 27/04/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 168/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 168/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWW4729 | 55687910 | 24/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYO6239 | 55687927 | 27/04/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| LYO6239 | 55687927 | 27/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LZU6989 | 55687901 | 23/04/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| LZU6989 | 55687901 | 23/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAB2004 | 55687928 | 27/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAL9060 | 55687108 | 20/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 169/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 169/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEC2980 | 55687780 | 07/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IFH6382 | 55687916 | 24/04/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| IHE8844 | 55687154 | 11/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWW9664 | 55687158 | 14/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXC0509 | 55687752 | 24/04/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXJ3914 | 55687776 | 02/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXP2316 | 55671776 | 05/01/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXW5178 | 55687061 | 12/03/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| LZA0709 | 55687948 | 09/05/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LZB5291 | 55687151 | 11/05/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZK7090 | 55687767 | 26/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZW1619 | 55687096 | 23/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAH7365 | 55687453 | 04/03/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAH7365 | 55687453 | 04/03/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAH7365 | 55687453 | 04/03/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAQ0147 | 55687781 | 07/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAR3600 | 55687762 | 24/04/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAY1606 | 55687093 | 22/04/2001 | 52740      | 175           | 191.53      |
| MBD0979 | 55687020 | 02/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBL9671 | 55671915 | 07/05/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 170/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 170/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZB1348 | 54617894 | 15/04/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 171/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 171/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IIF9046 | 55687171 | 25/05/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYT6215 | 55687950 | 11/05/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| LZD2197 | 55687152 | 11/05/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZD4707 | 55687173 | 25/05/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LZE8308 | 55687163 | 14/05/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LZU4080 | 55687777 | 02/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAX6873 | 55687557 | 08/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 172/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 172/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWZ7123 | 55687164 | 14/05/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LZO4755 | 55687938 | 30/04/2001 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| LZP3620 | 55687919 | 25/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 173/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 173/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYR1795 | 55687182 | 28/05/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| MAD6432 | 55687170 | 22/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBC2576 | 55687796 | 30/05/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 174/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 174/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IDZ0253 | 55687581 | 17/06/2001 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| LXN0028 | 55671951 | 02/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXY6743 | 55687949 | 10/05/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYH6509 | 55687940 | 30/04/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYM7076 | 55687647 | 16/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYR3887 | 55687635 | 13/06/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYR3887 | 55687635 | 13/06/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| LZA9658 | 55687217 | 15/06/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 175/2001**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 175/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ABX7955 | 55670157 | 11/06/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| IAW5629 | 54617431 | 13/06/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LWV2857 | 55687625 | 10/06/2001 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LWV2857 | 55687625 | 10/06/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYS1298 | 55687203 | 15/06/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYY6413 | 55687220 | 15/06/2001 | 61730      | 215 * I * a   | 127.69      |
| LZI8906 | 55687308 | 21/06/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZR7501 | 55687167 | 15/05/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZR7501 | 55687943 | 30/04/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAC8379 | 55687798 | 30/05/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAH1901 | 55687576 | 17/06/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAJ3052 | 55687768 | 26/04/2001 | 73580      | 252 * V       | 85.12       |
| MAL9060 | 55687110 | 25/04/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAR0990 | 55687626 | 10/06/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| MAR0990 | 55687626 | 10/06/2001 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| MBQ6280 | 55687213 | 15/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBU3332 | 55671464 | 19/06/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MBW5870 | 55687642 | 16/06/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| MSB8901 | 55671461 | 19/06/2001 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
 DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 176/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 176/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYI7793 | 55687634 | 13/06/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZC3907 | 55687313 | 25/06/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| MBK5300 | 55687572 | 14/06/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| MBY0132 | 55687586 | 20/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 177/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 177/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAS8255 | 54617440 | 30/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYJ1083 | 55687317 | 28/06/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAU0909 | 55687598 | 29/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 178/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 178/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BLK7963 | 55687353 | 29/06/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| IEW1507 | 55687320 | 28/06/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LWY1650 | 55687405 | 15/07/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LXH3368 | 55687622 | 07/06/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXK5477 | 55687407 | 15/07/2001 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LYI5987 | 54617439 | 30/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYT4104 | 55670248 | 05/03/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYU5105 | 55671473 | 05/07/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| LZA2205 | 55687616 | 07/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZR2504 | 55687323 | 01/07/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LZV5372 | 54617442 | 01/07/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LZV5372 | 54617442 | 01/07/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZV5372 | 54617442 | 01/07/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MBC2576 | 55687337 | 09/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBN2538 | 55687339 | 10/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBO6898 | 55671497 | 16/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBU6530 | 55671468 | 03/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCC9850 | 55687314 | 25/06/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 179/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 179/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BUN3834 | 55687326 | 04/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| FLR0009 | 55671483 | 10/07/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LWT8241 | 54617438 | 22/06/2001 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LXF2556 | 55687334 | 07/07/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXW9231 | 55687341 | 10/07/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYD0257 | 55687346 | 13/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYG7747 | 55687340 | 10/07/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZC2555 | 55672002 | 17/07/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LZP3152 | 55671496 | 15/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZR3766 | 55671494 | 13/07/2001 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| LZW4511 | 55671475 | 06/07/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAV1827 | 55687255 | 16/07/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAV1827 | 55687255 | 16/07/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAV1827 | 55687255 | 16/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAV7624 | 54617447 | 04/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAV7624 | 54617447 | 04/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBH1401 | 55672001 | 17/07/2001 | 73660      | 252 * VI      | 85.12       |
| MBK5300 | 55671477 | 06/07/2001 | 66100      | 230 * VII     | 127.69      |
| MBK5300 | 55671477 | 06/07/2001 | 67000      | 230 * XVI     | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1792/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO



## DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1792/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento   | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|-----------------|-------------|
| AEV3074 | 55696397E | 05/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| CDC8280 | 55695984E | 11/09/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| CEK5493 | 55031267E | 14/08/2014 | 66372      | 230 * IX        | 127.69      |
| CJD8585 | 55696876E | 20/08/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| CJD8585 | 55695769E | 23/08/2014 | 66700      | 230 * XIII      | 127.69      |
| CJD8585 | 55696386E | 23/08/2014 | 50450      | 162 * V         | 191.53      |
| CJD8585 | 55696775E | 12/09/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| GWD8482 | 55697625E | 15/09/2014 | 66020      | 230 * VI        | 191.53      |
| GWD8482 | 55696390E | 28/08/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| HFC5619 | 55697666E | 16/08/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| IBT6450 | 55030744E | 01/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| IDC5502 | 55697602E | 30/08/2014 | 66102      | 230 * VII       | 127.69      |
| IDC5502 | 55697604E | 30/08/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| IDC5502 | 55697603E | 30/08/2014 | 66371      | 230 * IX        | 127.69      |
| IMO3467 | 55696937E | 17/08/2014 | 67691      | 230 * XXII      | 85.12       |
| IPJ3380 | 55696815E | 15/08/2014 | 65561      | 230 * I         | 191.53      |
| IST0014 | 55696889E | 12/09/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| LXC0680 | 55696994E | 22/08/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LXL0331 | 55696202E | 08/09/2014 | 50450      | 162 * V         | 191.53      |
| LXM4194 | 55696981E | 18/08/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| LXM4194 | 55696980E | 18/08/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| LXQ5264 | 55695942E | 10/09/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LXQ5264 | 55695941E | 10/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| LYH4035 | 55031155E | 17/08/2014 | 66371      | 230 * IX        | 127.69      |
| LYH4035 | 55031154E | 17/08/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LYQ7725 | 55697710E | 18/08/2014 | 51180      | 164 c/c 162 * I | 574.61      |
| LYQ7725 | 55697669E | 18/08/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LYW9388 | 55697609E | 09/09/2014 | 65800      | 230 * IV        | 191.53      |
| LYW9388 | 55697610E | 09/09/2014 | 67261      | 230 * XVIII     | 127.69      |
| LYW9388 | 55697608E | 09/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| LZP0033 | 55696826E | 08/09/2014 | 67691      | 230 * XXII      | 85.12       |
| LZP7249 | 55029799E | 17/08/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| MAB2693 | 55697624E | 15/09/2014 | 66372      | 230 * IX        | 127.69      |
| MAS7297 | 55696817E | 16/08/2014 | 50450      | 162 * V         | 191.53      |
| MAS7297 | 55696872E | 16/08/2014 | 51691      | 165             | 1915.38     |
| MBC6664 | 55696886E | 10/09/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| MBC6664 | 55696887E | 10/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| MBE8675 | 55696383E | 20/08/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| MCP7589 | 55696112E | 12/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| MCP7589 | 55696113E | 12/09/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| MCY5275 | 55029797E | 16/08/2014 | 66102      | 230 * VII       | 127.69      |
| MCY5275 | 55029798E | 16/08/2014 | 66371      | 230 * IX        | 127.69      |
| MDU9197 | 55696825E | 08/09/2014 | 69120      | 232             | 53.20       |
| MEC1306 | 55695982E | 09/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| MEC1316 | 55696776E | 12/09/2014 | 65992      | 230 * V         | 191.53      |
| MEK6025 | 55697607E | 05/09/2014 | 67000      | 230 * XVI       | 127.69      |
| MEO3587 | 55697718E | 22/08/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| MET7387 | 55029796E | 13/08/2014 | 66372      | 230 * IX        | 127.69      |
| MET7387 | 55029795E | 13/08/2014 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| MET7387 | 55029794E | 13/08/2014 | 50610      | 163 c/c 162 * I | 574.61      |
| MFT6397 | 55695777E | 05/09/2014 | 67691      | 230 * XXII      | 85.12       |

|         |           |            |       |     |   |   |         |
|---------|-----------|------------|-------|-----|---|---|---------|
| MFV4912 | 55029544E | 04/08/2014 | 65992 | 230 | * | V | 191.53  |
| MGR3372 | 55695961E | 24/08/2014 | 50100 | 162 | * | I | 574.61  |
| MHP1649 | 55699411E | 03/09/2014 | 50100 | 162 | * | I | 574.61  |
| MHT7633 | 55695707E | 07/10/2014 | 65992 | 230 | * | V | 191.53  |
| MHU3052 | 55031282E | 02/09/2014 | 50450 | 162 | * | V | 191.53  |
| MHU7185 | 55029519E | 19/07/2014 | 51691 | 165 |   |   | 1915.38 |
| MUG1903 | 55696215E | 16/09/2014 | 65992 | 230 | * | V | 191.53  |
| MUG1903 | 55696216E | 16/09/2014 | 50100 | 162 | * | I | 574.61  |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1793/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1793/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BZJ0161 | 55696287E | 11/08/2014 | 54600      | 181 * IX      | 85.12       |
| CDC8280 | 55695985E | 11/09/2014 | 72340      | 250 * I * a   | 85.12       |
| CJD8585 | 55696217E | 17/09/2014 | 51851      | 167           | 127.69      |
| CJD8585 | 55029867E | 02/09/2014 | 58350      | 195           | 127.69      |
| CXS4909 | 55697527E | 28/08/2014 | 74630      | 218 * II      | 127.69      |
| DFL1881 | 54707672E | 30/08/2014 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| ELS7215 | 55697761E | 02/09/2014 | 55411      | 181 * XVII    | 53.20       |
| HFC5619 | 55028863E | 16/08/2014 | 58350      | 195           | 127.69      |
| HGZ0551 | 55696101E | 04/09/2014 | 55411      | 181 * XVII    | 53.20       |
| HPX6305 | 55695971E | 01/09/2014 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| HZV9321 | 55696446E | 05/08/2014 | 74630      | 218 * II      | 127.69      |
| IPM8512 | 55697762E | 02/09/2014 | 55411      | 181 * XVII    | 53.20       |
| JDE2900 | 55029078E | 24/07/2014 | 55414      | 181 * XVII    | 53.20       |
| MAY7507 | 55695850E | 07/08/2014 | 51851      | 167           | 127.69      |
| MBE0743 | 55697564E | 28/08/2014 | 74550      | 218 * I       | 85.12       |
| MBG7461 | 55699401E | 22/08/2014 | 73740      | 253           | 191.53      |
| MBN5126 | 55696259E | 23/07/2014 | 73662      | 252 * VI      | 85.12       |
| MCN7979 | 55697585E | 28/08/2014 | 74550      | 218 * I       | 85.12       |

|         |           |            |       |     |   |             |        |
|---------|-----------|------------|-------|-----|---|-------------|--------|
| MCN7979 | 55697584E | 28/08/2014 | 74630 | 218 | * | II          | 127.69 |
| MDJ7994 | 55696992E | 22/08/2014 | 51851 | 167 |   |             | 127.69 |
| MEV0591 | 55696999E | 27/08/2014 | 73662 | 252 | * | VI          | 85.12  |
| MGA2392 | 55696109E | 09/09/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MGB3328 | 55697599E | 02/09/2014 | 73662 | 252 | * | VI          | 85.12  |
| MGF5777 | 55697595E | 01/09/2014 | 73662 | 252 | * | VI          | 85.12  |
| MHF5845 | 55697900E | 20/08/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MHK4415 | 55697553E | 22/08/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MHP1649 | 55699412E | 03/09/2014 | 58350 | 195 |   |             | 127.69 |
| MHT7260 | 55696289E | 16/08/2014 | 51851 | 167 |   |             | 127.69 |
| MHT7633 | 55695705E | 07/10/2014 | 58350 | 195 |   |             | 127.69 |
| MHT7633 | 55695706E | 07/10/2014 | 70562 | 244 | * | III c/c 1\$ | 85.12  |
| MIE3692 | 55696114E | 15/09/2014 | 55416 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MIG5251 | 55696106E | 09/09/2014 | 74550 | 218 | * | I           | 85.12  |
| MIQ0105 | 55697804E | 17/07/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MIW8857 | 55697503E | 21/08/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MJF7900 | 55695956E | 12/08/2014 | 55416 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MJG9568 | 55029401E | 26/07/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MJM6423 | 55697888E | 15/08/2014 | 74550 | 218 | * | I           | 85.12  |
| MJT1104 | 55029168E | 18/09/2014 | 54600 | 181 | * | IX          | 85.12  |
| MJV3218 | 55697597E | 01/09/2014 | 73662 | 252 | * | VI          | 85.12  |
| MJZ7462 | 55697524E | 28/08/2014 | 74550 | 218 | * | I           | 85.12  |
| MKC2757 | 55029926E | 31/07/2014 | 55411 | 181 | * | XVII        | 53.20  |
| MKZ4973 | 55697530E | 28/08/2014 | 74550 | 218 | * | I           | 85.12  |
| MLX0783 | 55697587E | 28/08/2014 | 74550 | 218 | * | I           | 85.12  |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 180/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 180/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADL1147 | 55687347 | 13/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

|         |          |            |       |     |   |      |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|---|------|--------|
| CAK8552 | 55671463 | 19/06/2001 | 55090 | 181 | * | XIII | 85.12  |
| JNZ5435 | 55687597 | 29/06/2001 | 60330 | 206 | * | V    | 191.53 |
| KMS3741 | 55687410 | 24/07/2001 | 60330 | 206 | * | V    | 191.53 |
| LXB1024 | 55687261 | 25/07/2001 | 67690 | 230 | * | XXII | 85.12  |
| LXB1024 | 55687261 | 25/07/2001 | 65990 | 230 | * | V    | 191.53 |
| LXE5954 | 55687198 | 11/06/2001 | 55090 | 181 | * | XIII | 85.12  |
| LXM3705 | 55687411 | 24/07/2001 | 69120 | 232 |   |      | 53.20  |
| LXX5969 | 55672017 | 23/07/2001 | 51850 | 167 |   |      | 127.69 |
| LYU3462 | 55687251 | 16/07/2001 | 60500 | 208 |   |      | 191.53 |
| LYU3462 | 55687251 | 16/07/2001 | 69120 | 232 |   |      | 53.20  |
| MAC1094 | 55671487 | 12/07/2001 | 51930 | 168 |   |      | 191.53 |
| MAR9003 | 54617443 | 03/07/2001 | 55410 | 181 | * | XVII | 53.20  |
| MAX5614 | 55672003 | 17/07/2001 | 51930 | 168 |   |      | 191.53 |
| MBG8598 | 55687253 | 16/07/2001 | 73580 | 252 | * | V    | 85.12  |
| MBG8598 | 55687253 | 16/07/2001 | 69120 | 232 |   |      | 53.20  |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 181/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 181/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEP9762 | 55671132 | 26/06/2000 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| CBC5855 | 54617434 | 18/06/2001 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| CMP0926 | 55687352 | 29/06/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| ICJ2257 | 55670488 | 12/09/2000 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IFM7835 | 54617897 | 17/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IFM7835 | 54617897 | 17/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| IGJ5578 | 55672043 | 30/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| IGJ5578 | 55672043 | 30/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWR2943 | 55687560 | 11/06/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LWT4322 | 55687350 | 16/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LWU3089 | 54617152 | 25/12/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |

|         |          |            |       |     |     |         |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|-----|---------|--------|
| LWU3089 | 54617152 | 25/12/1999 | 70300 | 244 | *   | I       | 191.53 |
| LXA7164 | 55670915 | 21/07/2000 | 65990 | 230 | *   | V       | 191.53 |
| LXD2251 | 55671886 | 22/01/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LXD2251 | 55687025 | 05/03/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LXD8168 | 55687083 | 20/04/2001 | 73400 | 252 | *   | IV      | 85.12  |
| LXD8168 | 55687083 | 20/04/2001 | 72690 | 250 | *   | I * d   | 85.12  |
| LXK5490 | 55672015 | 23/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LXK8637 | 54617384 | 25/02/2000 | 50100 | 162 | *   | I       | 574.61 |
| LXK8637 | 54617384 | 25/02/2000 | 65990 | 230 | *   | V       | 191.53 |
| LXL6926 | 55687354 | 31/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LXM2846 | 55670430 | 25/08/2000 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LXQ8798 | 55671374 | 18/12/2000 | 54100 | 181 | *   | IV      | 85.12  |
| LXZ9518 | 54616739 | 14/01/2000 | 65990 | 230 | *   | V       | 191.53 |
| LXZ9518 | 54616739 | 14/01/2000 | 50450 | 162 | *   | V       | 191.53 |
| LYE5177 | 55672006 | 19/07/2001 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| LYI9467 | 55672036 | 29/07/2001 | 52740 | 175 |     |         | 191.53 |
| LYL2055 | 54618510 | 07/01/2000 | 50100 | 162 | *   | I       | 574.61 |
| LYL2055 | 54618510 | 07/01/2000 | 50610 | 163 | c/c | 162 * I | 574.61 |
| LYM9280 | 54618569 | 04/01/2000 | 65990 | 230 | *   | V       | 191.53 |
| LYM9280 | 54618569 | 04/01/2000 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| LYQ3999 | 54617896 | 17/07/2001 | 54600 | 181 | *   | IX      | 85.12  |
| LYS6705 | 55671768 | 03/01/2001 | 55090 | 181 | *   | XIII    | 85.12  |
| LYV4865 | 55670241 | 04/03/2001 | 57460 | 187 | *   | I       | 85.12  |
| LYX1866 | 55687252 | 16/07/2001 | 69120 | 232 |     |         | 53.20  |
| LYX1866 | 55687252 | 16/07/2001 | 51930 | 168 |     |         | 191.53 |
| LYX1866 | 55687252 | 16/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LYY8131 | 55671265 | 27/10/2000 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| LZB5108 | 55687591 | 20/06/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LZB7880 | 55670601 | 01/10/2000 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LZD3342 | 55672034 | 27/07/2001 | 73660 | 252 | *   | VI      | 85.12  |
| LZF5598 | 55670071 | 05/10/2000 | 73580 | 252 | *   | V       | 85.12  |
| LZF8118 | 55670807 | 13/10/2000 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| LZR0226 | 54618987 | 15/10/2000 | 60500 | 208 |     |         | 191.53 |
| LZR0226 | 54618987 | 15/10/2000 | 52070 | 169 |     |         | 53.20  |
| LZR0226 | 54618987 | 15/10/2000 | 72690 | 250 | *   | I * d   | 85.12  |
| MAA8077 | 55687923 | 25/04/2001 | 59910 | 206 | *   | I       | 191.53 |
| MAD9859 | 55671486 | 11/07/2001 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| MAD9859 | 55671486 | 11/07/2001 | 65560 | 230 | *   | I       | 191.53 |
| MAH0335 | 55687607 | 04/06/2001 | 56220 | 182 | *   | VI      | 53.20  |
| MAK8149 | 55672010 | 23/07/2001 | 51930 | 168 |     |         | 191.53 |
| MAN7150 | 55687545 | 28/02/2001 | 55090 | 181 | *   | XIII    | 85.12  |
| MAT3536 | 55671716 | 28/01/2001 | 70300 | 244 | *   | I       | 191.53 |
| MAV0036 | 55687617 | 07/06/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MAW6056 | 55670286 | 04/08/2000 | 60330 | 206 | *   | V       | 191.53 |
| MAW9557 | 55670682 | 22/11/2000 | 60500 | 208 |     |         | 191.53 |
| MAW9557 | 55670682 | 22/11/2000 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| MAX8619 | 55686954 | 02/03/2001 | 57460 | 187 | *   | I       | 85.12  |
| MAX8619 | 55670848 | 02/03/2001 | 55680 | 181 | *   | XIX     | 127.69 |
| MAY0385 | 55672021 | 24/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MBD2420 | 54618460 | 04/02/2000 | 65990 | 230 | *   | V       | 191.53 |
| MBE0050 | 55671257 | 19/10/2000 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MBJ9617 | 55670154 | 02/03/2001 | 52070 | 169 |     |         | 53.20  |
| MBJ9617 | 55670154 | 02/03/2001 | 66370 | 230 | *   | IX      | 127.69 |
| MBJ9617 | 55670154 | 02/03/2001 | 60500 | 208 |     |         | 191.53 |
| MBL1580 | 55672018 | 24/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MBP7967 | 55671306 | 10/12/2000 | 70300 | 244 | *   | I       | 191.53 |
| MBP8548 | 55671899 | 29/01/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MBW4962 | 55672016 | 23/07/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MCA9812 | 55687206 | 12/06/2001 | 51850 | 167 |     |         | 127.69 |
| MCH5880 | 54618715 | 31/01/2000 | 53800 | 181 | *   | I       | 85.12  |
| MDJ4080 | 55671756 | 29/12/2000 | 73660 | 252 | *   | VI      | 85.12  |
| MDO2800 | 55687100 | 23/04/2001 | 73400 | 252 | *   | IV      | 85.12  |
| MDO2800 | 55687100 | 23/04/2001 | 72690 | 250 | *   | I * d   | 85.12  |



MEU6910 55671733 12/06/2001 51850 167 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
 DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 182/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 182/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADG0448 | 55672138 | 17/08/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| ADG4123 | 55687366 | 03/08/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| AEP9762 | 55671491 | 12/07/2001 | 73660      | 252 * VI      | 85.12       |
| AHT2588 | 55672159 | 24/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| CEK2903 | 55687582 | 17/06/2001 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| IAS2491 | 55687330 | 04/07/2001 | 51690      | 165           | 957.69      |
| IDN7066 | 54617426 | 11/06/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LWR0977 | 55672072 | 09/08/2001 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LWZ9918 | 55672025 | 26/07/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXA1885 | 55672051 | 31/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXA1885 | 55672134 | 16/08/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXG5584 | 55671488 | 12/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXG5987 | 55687327 | 04/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXJ5419 | 55687578 | 17/06/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXP9808 | 55672153 | 21/08/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LXU9209 | 55687386 | 07/08/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXX5950 | 55687389 | 07/08/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXX5950 | 55687389 | 07/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYB8029 | 55687316 | 28/06/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYC7871 | 55687333 | 07/07/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYD5474 | 55672037 | 30/07/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYI8411 | 55670160 | 02/08/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LYK6880 | 55672044 | 30/07/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYK6880 | 55672044 | 30/07/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYS4870 | 55672096 | 20/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |

|         |          |            |       |     |        |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|--------|--------|
| LYS4870 | 55672096 | 20/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| LYU1444 | 55687585 | 20/06/2001 | 60330 | 206 | * V    | 191.53 |
| LYU1637 | 55687371 | 03/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| LYU3405 | 55687393 | 07/08/2001 | 54520 | 181 | * VIII | 127.69 |
| LYZ0885 | 55672083 | 14/08/2001 | 60500 | 208 |        | 191.53 |
| LYZ0885 | 55672083 | 14/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| LZG8020 | 55687660 | 19/07/2001 | 54600 | 181 | * IX   | 85.12  |
| LZJ3392 | 55687311 | 22/06/2001 | 50100 | 162 | * I    | 574.61 |
| LZQ3156 | 55687382 | 06/08/2001 | 60330 | 206 | * V    | 191.53 |
| LZT8961 | 55687384 | 06/08/2001 | 60330 | 206 | * V    | 191.53 |
| LZU7232 | 54617429 | 13/06/2001 | 73400 | 252 | * IV   | 85.12  |
| MAA5083 | 55671476 | 06/07/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MAF0982 | 55672061 | 03/08/2001 | 73400 | 252 | * IV   | 85.12  |
| MAJ6948 | 55672139 | 17/08/2001 | 60330 | 206 | * V    | 191.53 |
| MAQ9497 | 55672155 | 23/08/2001 | 56220 | 182 | * VI   | 53.20  |
| MAT1303 | 55687204 | 12/06/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MAZ2176 | 55672004 | 18/07/2001 | 70480 | 244 | * II   | 191.53 |
| MBF0592 | 55670613 | 17/07/2001 | 60500 | 208 |        | 191.53 |
| MBF0592 | 55670613 | 17/07/2001 | 70480 | 244 | * II   | 191.53 |
| MBF4459 | 55672116 | 13/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MBJ3932 | 55672085 | 16/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MBM8629 | 55687210 | 15/06/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MBQ6280 | 55672157 | 23/08/2001 | 51930 | 168 |        | 191.53 |
| MBR0028 | 55672103 | 09/08/2001 | 59670 | 203 | * V    | 191.53 |
| MBR6831 | 55687351 | 29/06/2001 | 65560 | 230 | * I    | 191.53 |
| MBS6580 | 55672040 | 30/07/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |
| MBS6580 | 55672040 | 30/07/2001 | 60500 | 208 |        | 191.53 |
| MBY5319 | 55671457 | 20/06/2001 | 59910 | 206 | * I    | 191.53 |
| MDZ1170 | 55672066 | 06/08/2001 | 60500 | 208 |        | 191.53 |
| MDZ1170 | 55672066 | 06/08/2001 | 51850 | 167 |        | 127.69 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 183/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 183/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| HZO5119 | 55671602 | 22/08/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYH4470 | 55672156 | 23/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYH4470 | 55672156 | 23/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBF4712 | 55671606 | 22/08/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 184/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 184/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BIW5087 | 55670162 | 02/08/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| BXC0031 | 55671604 | 22/08/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| CDX1513 | 55672123 | 15/08/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LWY7020 | 55672100 | 21/08/2001 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| LXX9433 | 55672152 | 21/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXX9433 | 55672152 | 21/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYZ7323 | 55672109 | 13/08/2001 | 56140      | 182 * V       | 127.69      |
| LZG3837 | 55671633 | 29/08/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZX2204 | 55670161 | 02/08/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| MAJ8173 | 55672128 | 16/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAR1401 | 55671609 | 22/08/2001 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| MAZ2396 | 55672091 | 17/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAZ2396 | 55672091 | 17/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBE2033 | 55672151 | 21/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBE2033 | 55672151 | 21/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBI0901 | 55671613 | 23/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBI7400 | 55671601 | 20/08/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBQ6330 | 55672166 | 27/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBQ6330 | 55672166 | 27/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 185/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 185/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MAD1216 | 55672168 | 28/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAD1216 | 55672168 | 28/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAS5486 | 55672164 | 27/08/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 186/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 186/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADT9231 | 54618173 | 07/09/2001 | 54600      | 181 * IX      | 85.12       |
| BTD4704 | 55687274 | 03/09/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| IBY9140 | 55671644 | 04/09/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| IFZ5615 | 55672167 | 28/08/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IFZ5615 | 55672167 | 28/08/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXK8920 | 55687277 | 04/09/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXM4805 | 55687413 | 03/09/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXM4805 | 55687413 | 03/09/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXU6663 | 55687281 | 06/09/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYQ7965 | 55687414 | 03/09/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZC4871 | 54617953 | 03/09/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LZU3881 | 55687282 | 06/09/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAD2852 | 55671628 | 29/08/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MAH1463 | 54618174 | 01/09/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAH1463 | 54618174 | 01/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAH1463 | 54618174 | 01/09/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAL7004 | 55671735 | 08/09/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAM1583 | 55671636 | 31/08/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAT9594 | 55687285 | 06/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAX9267 | 55687264 | 31/08/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MBJ3932 | 55687288 | 06/09/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MBM9066 | 55671552 | 06/09/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MBO5270 | 55687286 | 06/09/2001 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| MBP2111 | 55687278 | 04/09/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| MBP2111 | 55687278 | 04/09/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MBV2990 | 55672174 | 06/09/2001 | 73660      | 252 * VI      | 85.12       |
| MDT2170 | 55671555 | 06/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 187/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 187/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IFE9760 | 55671580 | 13/09/2001 | 56730      | 183           | 85.12       |
| LWT5079 | 55672182 | 19/09/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWU4677 | 55671659 | 12/09/2001 | 66100      | 230 * VII     | 127.69      |
| LWU9362 | 55671567 | 12/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXQ8013 | 55671682 | 19/09/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| LXQ8013 | 55671682 | 19/09/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYC0447 | 55671671 | 14/09/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYC4426 | 55671661 | 13/09/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYC4426 | 55671661 | 13/09/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LYO3962 | 55672179 | 14/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYQ0698 | 55671658 | 12/09/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LYS6044 | 55671566 | 12/09/2001 | 56900      | 184 * II      | 127.69      |
| LYV7484 | 55671575 | 12/09/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LYV7484 | 55671575 | 12/09/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYY2174 | 55671665 | 14/09/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LZG5424 | 55671564 | 12/09/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| LZO6396 | 55671654 | 12/09/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZR1600 | 55671741 | 11/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZS0364 | 55671673 | 14/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZY4879 | 55671565 | 12/09/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| MAC6647 | 55671562 | 12/09/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| MAD5133 | 55671582 | 14/09/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MAD5133 | 55671582 | 14/09/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAP4723 | 55687291 | 10/09/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAP4723 | 55687291 | 10/09/2001 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| MAY8675 | 55687294 | 10/09/2001 | 56220      | 182 * VI      | 53.20       |
| MBC2576 | 55671663 | 13/09/2001 | 56730      | 183           | 85.12       |
| MBC2576 | 55671663 | 13/09/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MBH5838 | 55671677 | 17/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBS9598 | 55671584 | 14/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MCJ3670 | 55687292 | 10/09/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MDK8390 | 55671672 | 14/09/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MDN4440 | 55671581 | 14/09/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| MDN4440 | 55671581 | 14/09/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 188/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 188/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IAW4270 | 55671687 | 26/09/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LXH4414 | 54816632 | 03/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXH4414 | 54816632 | 03/10/2001 | 68580      | 231 * VII     | 85.12       |
| LXJ9033 | 55672186 | 28/09/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| LYB1191 | 55671678 | 17/09/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LYQ4848 | 55671698 | 26/09/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYS5038 | 54816603 | 27/09/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYS5038 | 54816603 | 27/09/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAA1270 | 55671692 | 26/09/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MEK8080 | 55671700 | 26/09/2001 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 189/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 189/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IBU0378 | 55672192 | 02/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXR7535 | 54816552 | 05/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LXR7535 | 54816552 | 05/10/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXY1644 | 54816645 | 04/10/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYU1929 | 54816613 | 01/10/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYW8836 | 54816553 | 05/10/2001 | 73580      | 252 * V       | 85.12       |
| LZC5266 | 54816605 | 01/10/2001 | 54600      | 181 * IX      | 85.12       |
| LZC5266 | 54816605 | 01/10/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| LZJ9503 | 54816559 | 05/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MAT9084 | 54816646 | 04/10/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAY0824 | 55671595 | 10/10/2001 | 72690      | 250 * I * d   | 85.12       |
| MBF7104 | 55671744 | 10/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBL8668 | 55672193 | 02/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBN8799 | 54816643 | 04/10/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBN8799 | 54816643 | 04/10/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MBN8799 | 54816643 | 04/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 190/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 190/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BMX6158 | 54816594 | 15/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |

|         |          |            |       |     |      |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|------|--------|
| LXV1620 | 54816572 | 09/10/2001 | 60500 | 208 |      | 191.53 |
| LYU9263 | 54816623 | 02/10/2001 | 70640 | 244 | * IV | 191.53 |
| MAP2068 | 55672190 | 02/10/2001 | 60330 | 206 | * V  | 191.53 |
| MBA5551 | 54816635 | 03/10/2001 | 59670 | 203 | * V  | 191.53 |
| MBE2854 | 55672200 | 10/10/2001 | 60330 | 206 | * V  | 191.53 |
| MBH2905 | 54816627 | 02/10/2001 | 60330 | 206 | * V  | 191.53 |
| MBV5548 | 55671596 | 11/10/2001 | 55250 | 181 | * XV | 85.12  |
| MBX1202 | 54816633 | 03/10/2001 | 59670 | 203 | * V  | 191.53 |
| MBX9692 | 54816564 | 08/10/2001 | 53800 | 181 | * I  | 85.12  |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 191/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 191/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BJQ8002 | 55671746 | 10/10/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| BWT3224 | 54816571 | 09/10/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| IDZ3028 | 55671742 | 10/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IGT6877 | 54816519 | 29/10/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LXH3907 | 54816452 | 23/10/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXL2563 | 54816577 | 11/10/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LYP7637 | 54816412 | 19/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYU6819 | 54816354 | 29/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYU6819 | 54816354 | 29/10/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAG1297 | 54816427 | 25/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MDX5960 | 54816502 | 11/10/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 192/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 192/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IGS5482 | 54816589 | 15/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IIG8265 | 54816408 | 19/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LWZ3493 | 54816599 | 17/10/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXC2263 | 54816506 | 18/10/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LYQ0698 | 54816404 | 18/10/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZK2554 | 54816407 | 19/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MAH2604 | 54816405 | 19/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MBL9671 | 54816505 | 18/10/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 193/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO



## DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 193/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AFS4100 | 54816374 | 31/10/2001 | 52740      | 175           | 191.53      |
| AFS4100 | 54816374 | 31/10/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| BMS1200 | 54816359 | 30/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IDC1318 | 54816386 | 07/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IDK4605 | 54816362 | 30/10/2001 | 66100      | 230 * VII     | 127.69      |
| IDY5212 | 54816380 | 05/11/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| IEA2488 | 54816371 | 31/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LBB7946 | 54816463 | 30/10/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LWU2256 | 54816373 | 31/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LWV7020 | 54816526 | 30/10/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXD2251 | 54816509 | 25/10/2001 | 51930      | 168           | 191.53      |
| LXK6779 | 54816399 | 09/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXM0499 | 54816365 | 31/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXO1899 | 54816367 | 31/10/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXO8384 | 54816415 | 22/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXS9767 | 54618269 | 02/11/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXS9767 | 54618268 | 02/11/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LXX1027 | 54816515 | 25/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYA0422 | 54816351 | 29/10/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LYA1938 | 54816420 | 24/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LYB0108 | 54816442 | 26/10/2001 | 73150      | 252 * I       | 85.12       |
| LYD5474 | 54618929 | 22/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LZC0591 | 54816447 | 29/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZJ9436 | 54816372 | 31/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| LZS4332 | 54816397 | 08/11/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LZV3102 | 54816458 | 24/10/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |
| LZW7795 | 54816449 | 29/10/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LZY4824 | 54816457 | 24/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MAU4155 | 54816431 | 25/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MBD5481 | 54816445 | 29/10/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MBD5481 | 54816445 | 29/10/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MBM7367 | 54816366 | 31/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBN9352 | 54816461 | 30/10/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MBS9031 | 54816355 | 30/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MEZ0020 | 54816508 | 25/10/2001 | 56730      | 183           | 85.12       |
| MIR0021 | 54816468 | 31/10/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 194/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 194/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWW1565 | 55671750 | 11/11/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LWW1565 | 55671750 | 11/11/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LWW1565 | 55671750 | 11/11/2001 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXM8278 | 54816151 | 19/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZV4337 | 54816308 | 09/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZX3864 | 54816482 | 09/11/2001 | 73580      | 252 * V       | 85.12       |
| MAF6565 | 54816322 | 12/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAL6893 | 54816387 | 07/11/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MAL6893 | 54816387 | 07/11/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MCB6028 | 54816307 | 09/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 195/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 195/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ICU4524 | 54816393 | 08/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IGH3527 | 54816481 | 05/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXB6783 | 54816488 | 12/11/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXB6783 | 54816488 | 12/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 65560      | 230 * I       | 191.53      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 66020      | 230 * VI      | 191.53      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXT2915 | 55687113 | 15/11/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZG5424 | 54816306 | 09/11/2001 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZP3272 | 54816388 | 07/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MAC2682 | 54816382 | 05/11/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| MAS5756 | 54816414 | 22/10/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MAS5756 | 54816414 | 22/10/2001 | 67000      | 230 * XVI     | 127.69      |
| MAZ0975 | 54816394 | 08/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBJ5389 | 54816396 | 08/11/2001 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 196/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 196/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BOY8132 | 54816328 | 13/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IAV8078 | 54816182 | 29/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| IHE8844 | 54816332 | 14/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IHH9053 | 54816338 | 19/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| IHH9053 | 54816338 | 19/11/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXC7263 | 54816319 | 12/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

|         |          |            |       |     |   |      |        |
|---------|----------|------------|-------|-----|---|------|--------|
| LXT5026 | 54815673 | 23/11/2001 | 67690 | 230 | * | XXII | 85.12  |
| LXT5256 | 54816340 | 20/11/2001 | 59670 | 203 | * | V    | 191.53 |
| LYB3759 | 54815687 | 26/11/2001 | 53980 | 181 | * | II   | 53.20  |
| LYB3759 | 54815687 | 26/11/2001 | 54520 | 181 | * | VIII | 127.69 |
| LYD9494 | 54815670 | 23/11/2001 | 65560 | 230 | * | I    | 191.53 |
| LYD9494 | 54815670 | 23/11/2001 | 66370 | 230 | * | IX   | 127.69 |
| LYD9494 | 54815670 | 23/11/2001 | 50450 | 162 | * | V    | 191.53 |
| LYE1681 | 54816258 | 20/11/2001 | 70640 | 244 | * | IV   | 191.53 |
| LYG8666 | 54815686 | 26/11/2001 | 51850 | 167 |   |      | 127.69 |
| LYJ1713 | 55670707 | 17/11/2001 | 60760 | 210 |   |      | 191.53 |
| LYJ1713 | 55670707 | 17/11/2001 | 52070 | 169 |   |      | 53.20  |
| LYJ1713 | 55670707 | 17/11/2001 | 51850 | 167 |   |      | 127.69 |
| LYR0499 | 54815699 | 29/11/2001 | 59670 | 203 | * | V    | 191.53 |
| LYX6063 | 54815665 | 23/11/2001 | 51850 | 167 |   |      | 127.69 |
| LYY1170 | 54815704 | 29/11/2001 | 66370 | 230 | * | IX   | 127.69 |
| LYZ7323 | 54815668 | 23/11/2001 | 51850 | 167 |   |      | 127.69 |
| LZA6828 | 54816536 | 12/11/2001 | 69200 | 233 |   |      | 127.69 |
| LZC8105 | 54815663 | 21/11/2001 | 66370 | 230 | * | IX   | 127.69 |
| LZD4521 | 54815656 | 20/11/2001 | 59670 | 203 | * | V    | 191.53 |
| LZE9035 | 54816321 | 12/11/2001 | 65990 | 230 | * | V    | 191.53 |
| LZE9035 | 54816321 | 12/11/2001 | 60500 | 208 |   |      | 191.53 |
| LZE9035 | 54816321 | 12/11/2001 | 70640 | 244 | * | IV   | 191.53 |
| LZJ9267 | 54816323 | 13/11/2001 | 66370 | 230 | * | IX   | 127.69 |
| MAU7342 | 54816545 | 22/11/2001 | 70640 | 244 | * | IV   | 191.53 |
| MAV4595 | 54816549 | 26/11/2001 | 58270 | 194 |   |      | 127.69 |
| MBE2347 | 54816254 | 13/11/2001 | 50530 | 162 | * | VI   | 191.53 |
| MBE2347 | 54816254 | 13/11/2001 | 69120 | 232 |   |      | 53.20  |
| MBG0457 | 54816540 | 20/11/2001 | 73150 | 252 | * | I    | 85.12  |
| MBW4620 | 54816342 | 20/11/2001 | 70640 | 244 | * | IV   | 191.53 |
| MCE2398 | 54815709 | 29/11/2001 | 55090 | 181 | * | XIII | 85.12  |
| MDS2400 | 55687114 | 16/11/2001 | 70640 | 244 | * | IV   | 191.53 |
| MDS2400 | 55687114 | 16/11/2001 | 60500 | 208 |   |      | 191.53 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 197/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 197/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AGT8191 | 54816344 | 20/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| AQR0007 | 54816186 | 04/12/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| AVS0060 | 54816172 | 23/11/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| AVS0060 | 54816172 | 23/11/2001 | 67000      | 230 * XVI     | 127.69      |
| LWW1565 | 55670166 | 30/11/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LWW1565 | 55670166 | 30/11/2001 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LWX2276 | 54815702 | 29/11/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LXE0344 | 54815714 | 04/12/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXF6164 | 54816169 | 22/11/2001 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXG3396 | 54815688 | 27/11/2001 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| LXO7522 | 54815655 | 20/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LXS6189 | 54815676 | 23/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXV0505 | 55687668 | 18/11/2001 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LXZ2392 | 54815763 | 07/12/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| LYF0433 | 54816259 | 20/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYL5203 | 54816267 | 23/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYM3496 | 54816171 | 23/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYR9694 | 54815652 | 20/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYS3528 | 54816165 | 20/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| LYT4815 | 54815654 | 20/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZF3046 | 54816550 | 29/11/2001 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LZK0120 | 54815707 | 29/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZP1642 | 54815690 | 27/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LZV6018 | 54815705 | 29/11/2001 | 67000      | 230 * XVI     | 127.69      |
| LZV6018 | 54815705 | 29/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZZ1035 | 54815694 | 27/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAP6735 | 54815677 | 23/11/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MAT0612 | 54815764 | 07/12/2001 | 59910      | 206 * I       | 191.53      |
| MAU1490 | 54815695 | 27/11/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAU5825 | 54815683 | 26/11/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAX9224 | 54816185 | 04/12/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| MBL3211 | 54815682 | 26/11/2001 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MBU6429 | 54816198 | 06/12/2001 | 52070      | 169           | 53.20       |
| MBX1252 | 54815672 | 23/11/2001 | 59670      | 203 * V       | 191.53      |
| MCB2580 | 54815802 | 10/12/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MES8930 | 54816160 | 20/11/2001 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 198/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 198/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IJE9096 | 54815803 | 10/12/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LXB3833 | 54815759 | 06/12/2001 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXI0440 | 54815762 | 06/12/2001 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| LZB0055 | 54815713 | 03/12/2001 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZC8105 | 54815716 | 04/12/2001 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |
| MBB8759 | 54815768 | 03/12/2001 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBC5743 | 54815735 | 10/12/2001 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MBH7331 | 54816200 | 10/12/2001 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 272/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 272/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BRG1372 | 54824732 | 23/06/2003 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |
| IJD1736 | 54838609 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LXF7592 | 54838611 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LXK2348 | 54838615 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LXM6366 | 54838617 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LYR7643 | 54838623 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LYY0528 | 54839453 | 08/07/2003 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYY0528 | 54839453 | 08/07/2003 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZD8588 | 54838799 | 04/07/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LZF1134 | 54838649 | 07/07/2003 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZG6965 | 54838625 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| MBR3965 | 54838619 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |
| MBS6778 | 54839451 | 08/07/2003 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| MET0160 | 54838558 | 03/07/2003 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MET0160 | 54838558 | 03/07/2003 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| MMK0303 | 54838612 | 24/06/2003 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 53/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 53/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXR7535 | 54615759 | 06/03/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYE5872 | 54614716 | 01/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 54/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 54/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento   | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|-----------------|-------------|
| HH776   | 54615265 | 31/01/1998 | 70300      | 244 * I         | 191.53      |
| LXD2665 | 54616040 | 22/04/1998 | 51850      | 167             | 127.69      |
| LXN3964 | 54616028 | 06/04/1998 | 58780      | 199             | 85.12       |
| LXP3682 | 54615904 | 05/02/1998 | 59670      | 203 * V         | 191.53      |
| LYB1433 | 54615430 | 14/04/1998 | 58350      | 195             | 127.69      |
| LYB1433 | 54615430 | 14/04/1998 | 70300      | 244 * I         | 191.53      |
| LYG5606 | 54614144 | 01/03/1998 | 57540      | LEI 9608/98     | 127.69      |
| LYO3042 | 54616029 | 08/04/1998 | 70300      | 244 * I         | 191.53      |
| LZC9848 | 54615203 | 25/03/1998 | 50610      | 163 c/c 162 * I | 574.61      |
| LZC9848 | 54615203 | 25/03/1998 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| MBO7140 | 54615844 | 24/04/1998 | 58350      | 195             | 127.69      |
| MBO7140 | 54615844 | 24/04/1998 | 70300      | 244 * I         | 191.53      |
| MBZ2770 | 54615269 | 05/03/1998 | 58350      | 195             | 127.69      |
| MBZ2770 | 54615269 | 05/03/1998 | 70300      | 244 * I         | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 55/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 55/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AR439   | 54615832 | 14/02/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| AR439   | 54615832 | 14/02/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| AR439   | 54615832 | 14/02/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| AR439   | 54615832 | 14/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LWS9945 | 54615890 | 07/02/1998 | 60410      | 207           | 127.69      |
| LXF3419 | 54616007 | 07/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXQ0017 | 54615262 | 31/01/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYC1810 | 54614141 | 05/02/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYC1810 | 54614141 | 05/02/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYC1810 | 54614141 | 05/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYC1810 | 54614141 | 05/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYH9449 | 54615428 | 18/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYO2221 | 54615893 | 11/02/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYO2221 | 54615893 | 11/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYO2221 | 54615893 | 11/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYO2221 | 54615893 | 11/02/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LZB2764 | 54615272 | 22/04/1998 | 51690      | 165           | 957.69      |
| LZB2764 | 54615272 | 22/04/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAW6110 | 54614324 | 17/05/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MBV9650 | 54615878 | 31/01/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 56/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 56/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| HB1163  | 54616201 | 26/05/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| HB1163  | 54616201 | 26/05/1998 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LXI9448 | 54614311 | 02/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYM1541 | 54614379 | 22/05/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZX1709 | 54615773 | 20/05/1998 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 57/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 57/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| HQV3370 | 54616016 | 20/02/1998 | 60410      | 207           | 127.69      |
| LWT2044 | 54614329 | 21/05/1998 | 66530      | 230 * XI      | 127.69      |
| LWT2044 | 54614329 | 21/05/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWT2044 | 54614329 | 21/05/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LWY0215 | 54615880 | 31/01/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXF0947 | 54614413 | 09/03/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXH8305 | 54614325 | 17/05/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYI0552 | 54614328 | 21/05/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYI0552 | 54614328 | 21/05/1998 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LYI0552 | 54614328 | 21/05/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYQ0440 | 54616009 | 09/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZA7764 | 54616013 | 10/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZA7764 | 54616013 | 10/02/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 58/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 58/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWU7365 | 54614326 | 17/05/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LWU7365 | 54614326 | 17/05/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYE8877 | 54614373 | 01/02/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYE8877 | 54614373 | 01/02/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYE8877 | 54614373 | 01/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYE8877 | 54615879 | 31/01/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYE8877 | 54614373 | 01/02/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYL0665 | 54616020 | 05/03/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZB2889 | 54614959 | 01/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZD1487 | 54614722 | 11/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

|         |          |            |       |         |        |
|---------|----------|------------|-------|---------|--------|
| LZJ1996 | 54615431 | 14/04/1998 | 70300 | 244 * I | 191.53 |
| MAM8550 | 54615263 | 31/01/1998 | 70300 | 244 * I | 191.53 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 59/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 59/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXE5209 | 54616048 | 26/05/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXE5209 | 54616048 | 26/05/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXE5209 | 54616048 | 26/05/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXL7527 | 54616046 | 22/05/1998 | 52150      | 170           | 191.53      |
| LXL7527 | 54616046 | 22/05/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXL7527 | 54616046 | 22/05/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LXP7767 | 54614418 | 30/06/1998 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LXT4718 | 54616027 | 06/04/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXT4718 | 54616027 | 06/04/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZC9548 | 54616047 | 22/05/1998 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LZC9548 | 54616047 | 22/05/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZC9548 | 54616047 | 22/05/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 60/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 60/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXH0731 | 54616018 | 20/02/1998 | 60410      | 207           | 127.69      |
| LXU7801 | 54615764 | 21/03/1998 | 51690      | 165           | 957.69      |
| LXU7801 | 54615764 | 21/03/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXU7801 | 54615764 | 21/03/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZQ2899 | 54615268 | 01/02/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 61/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 61/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento   | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|-----------------|-------------|
| LWR3628 | 54614012 | 18/02/1998 | 65990      | 230 * V         | 191.53      |
| LXK2299 | 54616011 | 09/02/1998 | 65990      | 230 * V         | 191.53      |
| LXP6354 | 54616071 | 27/07/1998 | 51850      | 167             | 127.69      |
| LYR1098 | 54614202 | 29/07/1998 | 58350      | 195             | 127.69      |
| LYR1098 | 54614202 | 29/07/1998 | 70480      | 244 * II        | 191.53      |
| LZH6771 | 54614015 | 18/02/1998 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LZH6771 | 54614015 | 18/02/1998 | 65800      | 230 * IV        | 191.53      |
| LZH6771 | 54614015 | 18/02/1998 | 50610      | 163 c/c 162 * I | 574.61      |
| LZL2719 | 54616069 | 17/07/1998 | 51850      | 167             | 127.69      |
| MAC3932 | 54614425 | 27/07/1998 | 51850      | 167             | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 62/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 62/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXB8073 | 54616084 | 11/08/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXE3298 | 54616083 | 08/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXT3659 | 54616081 | 01/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYQ8937 | 54614262 | 20/08/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYQ8937 | 54614262 | 20/08/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYR1098 | 54616094 | 24/08/1998 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| LYS1965 | 54614380 | 24/05/1998 | 52740      | 175           | 191.53      |
| LYS1965 | 54614380 | 24/05/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LYS1965 | 54614380 | 24/05/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYY2585 | 54616251 | 30/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZB9826 | 54616070 | 17/07/1998 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZZ3299 | 54614730 | 05/08/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAU7220 | 54616096 | 23/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 63/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 63/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXQ8880 | 54616097 | 23/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYQ5199 | 54615113 | 24/08/1998 | 54010      | 181 * III     | 127.69      |
| LYQ8950 | 54614331 | 31/07/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYQ8950 | 54614331 | 31/07/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 64/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 64/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXW1265 | 54614274 | 12/09/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXW1265 | 54614274 | 12/09/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LYA0632 | 54616098 | 24/08/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYG5343 | 54616301 | 02/09/1998 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LYN5414 | 54616253 | 05/09/1998 | 54790      | 181 * X       | 85.12       |
| MAA8465 | 54614266 | 08/09/1998 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 65/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 65/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWU7365 | 54616082 | 08/08/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 66/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 66/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ABZ0469 | 54615781 | 25/09/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| ABZ0469 | 54615781 | 25/09/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| AFY3374 | 54615787 | 25/09/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYD4193 | 54615608 | 27/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYD4193 | 54615608 | 27/09/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYD4193 | 54615608 | 27/09/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZS1489 | 54614273 | 12/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAN3907 | 54615784 | 25/09/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 67/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 67/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYE7830 | 54614271 | 08/09/1998 | 58350      | 195           | 127.69      |
| LYE7830 | 54614271 | 08/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZF0013 | 54614268 | 08/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 68/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 68/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWW7417 | 54614340 | 16/09/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXJ5927 | 54615789 | 26/09/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZD7834 | 54614275 | 13/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZD9119 | 54614423 | 27/07/1998 | 51850      | 167           | 127.69      |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 69/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 69/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXI2194 | 54614276 | 13/09/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXI2194 | 54614276 | 13/09/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXI2194 | 54614276 | 13/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 70/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 70/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYM3238 | 54616353 | 29/10/1998 | 60330      | 206 * V       | 191.53      |
| LZQ2573 | 54615786 | 25/09/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 71/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 71/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|-------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IY119 | 54614732 | 10/11/1998 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| IY119 | 54614732 | 10/11/1998 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| IY119 | 54614732 | 10/11/1998 | 66290      | 230 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 72/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 72/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| CSO7171 | 54616355 | 02/11/1998 | 52150      | 170           | 191.53      |
| MBC8580 | 54616152 | 04/09/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBC8580 | 54616152 | 04/09/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MBC8580 | 54616152 | 04/09/1998 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 73/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 73/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWV0251 | 54616257 | 09/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXZ4467 | 54615273 | 12/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAS5397 | 54616512 | 17/12/1998 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAS5397 | 54616512 | 17/12/1998 | 72340      | 250 * I * a   | 85.12       |
| MBF6290 | 54616511 | 17/12/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MBF6290 | 54616511 | 17/12/1998 | 70560      | 244 * III     | 191.53      |
| MBF6290 | 54616511 | 17/12/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 74/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 74/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXF3419 | 54616510 | 15/12/1998 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXF3419 | 54616510 | 15/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 75/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 75/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAZ3569 | 54614820 | 26/12/1998 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LXV1005 | 54615003 | 27/12/1998 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXV1005 | 54615003 | 27/12/1998 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LZJ6918 | 54614170 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 76/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 76/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AM8629  | 54616179 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXC3465 | 54616167 | 05/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXC3465 | 54616167 | 05/12/1998 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXP9304 | 54614169 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXR1531 | 54614293 | 07/01/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYQ2158 | 54616163 | 26/11/1998 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYV8406 | 54614605 | 22/11/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYV8406 | 54614605 | 22/11/1998 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYY9854 | 54616172 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZY0399 | 54616166 | 05/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZY0399 | 54616166 | 05/12/1998 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZY9598 | 54616178 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MAG4897 | 54614601 | 12/11/1998 | 60250      | 206 * IV      | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 77/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 77/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWU9788 | 54616311 | 22/01/1999 | 60680      | 209           | 127.69      |
| LWW8532 | 54614174 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXV4172 | 54616262 | 10/01/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXV4172 | 54616262 | 10/01/1999 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| LXV4172 | 54616262 | 10/01/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYD7966 | 54616471 | 25/01/1999 | 64830      | 227 * I       | 53.20       |
| LYD7966 | 54616471 | 25/01/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LYP4845 | 54615001 | 27/12/1998 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LZA1923 | 54616359 | 30/12/1998 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |
| LZE7814 | 54616183 | 19/01/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

|         |          |            |       |           |        |
|---------|----------|------------|-------|-----------|--------|
| LZE7814 | 54616183 | 19/01/1999 | 50100 | 162 * I   | 574.61 |
| LZT8325 | 54616504 | 20/11/1998 | 55680 | 181 * XIX | 127.69 |
| MAT9880 | 54615623 | 05/01/1999 | 57380 | 186 * II  | 191.53 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 78/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 78/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWR4433 | 54614157 | 13/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LWW2770 | 54616272 | 26/01/1999 | 60680      | 209           | 127.69      |
| LWW2770 | 54616272 | 26/01/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LWW7956 | 54614819 | 26/12/1998 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 79/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 79/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| HOR0469 | 54616171 | 11/01/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IBQ7728 | 54616261 | 08/01/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| IBQ7728 | 54616261 | 08/01/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWS1494 | 54616361 | 11/01/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWT8209 | 54616185 | 27/01/1999 | 73580      | 252 * V       | 85.12       |
| LWZ6014 | 54616522 | 31/01/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXF2070 | 54616184 | 19/01/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXF2070 | 54616184 | 19/01/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXG4993 | 54614817 | 25/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXL1901 | 54614827 | 13/01/1999 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LXS8174 | 54616529 | 10/02/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXS8174 | 54616529 | 10/02/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXX4857 | 54615630 | 14/02/1999 | 52070      | 169           | 53.20       |
| LXZ1045 | 54616169 | 09/01/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXZ1045 | 54616169 | 09/01/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXZ1045 | 54616169 | 09/01/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYE8214 | 54616312 | 22/01/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYM7701 | 54616181 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LZG9434 | 54614429 | 22/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZI3912 | 54614740 | 02/02/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZQ2462 | 54616477 | 02/02/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZZ1348 | 54616307 | 08/01/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LZZ1348 | 54616307 | 08/01/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LZZ1348 | 54616307 | 08/01/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAH2310 | 54614816 | 25/12/1998 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
 AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 80/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 80/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXC3853 | 54614166 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| LXL1548 | 54615027 | 28/02/1999 | 66020      | 230 * VI      | 191.53      |
| LXL1548 | 54615027 | 28/02/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXQ4710 | 54616367 | 03/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXQ4710 | 54616367 | 03/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYU4048 | 54614295 | 25/01/1999 | 60680      | 209           | 127.69      |
| LZL2719 | 54616279 | 01/03/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MCD7490 | 54615031 | 08/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MCD7490 | 54615031 | 08/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MCD7490 | 54615031 | 08/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 81/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 81/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXA1885 | 54616280 | 01/03/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LYD5599 | 54614430 | 13/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZE7814 | 54616285 | 10/03/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZG1457 | 54616209 | 05/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZG1457 | 54616209 | 05/03/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZW3833 | 54616187 | 23/02/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MAK5589 | 54616478 | 18/02/1999 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| MCD7490 | 54614069 | 14/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MCD7490 | 54614069 | 14/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 82/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 82/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWV0365 | 54615274 | 13/03/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LWV1747 | 54616482 | 25/02/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LWX9117 | 54615018 | 11/02/1999 | 61570      | 214 * IV      | 127.69      |
| LYE8214 | 54616277 | 05/02/1999 | 54600      | 181 * IX      | 85.12       |
| MAE9075 | 54615019 | 11/02/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAG8694 | 54615216 | 21/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAG8694 | 54615216 | 21/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAG8694 | 54615216 | 21/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| MBC4128 | 54614175 | 17/01/1999 | 55090      | 181 * XIII    | 85.12       |
| MBZ2770 | 54616188 | 15/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MCD7490 | 54614182 | 21/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MCD7490 | 54614182 | 21/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 83/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 83/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWT5114 | 54615639 | 25/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXD6202 | 54616369 | 13/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXL3147 | 54614746 | 11/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXL3147 | 54614746 | 11/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LXL3147 | 54614746 | 11/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXO2725 | 54616288 | 20/03/1999 | 61900      | 216           | 85.12       |
| LXQ1465 | 54614300 | 23/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYR0751 | 54615032 | 20/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZB3929 | 54615215 | 21/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZC4585 | 54616190 | 15/03/1999 | 54280      | 181 * V       | 191.53      |
| LZI8422 | 54615213 | 18/03/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| MAD1094 | 54616528 | 10/02/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAD1094 | 54616528 | 10/02/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 84/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 84/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AC980   | 54615219 | 26/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| AC980   | 54615219 | 26/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| AC980   | 54615219 | 26/03/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXJ9251 | 54616318 | 24/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXL6961 | 54615218 | 25/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXL6961 | 54615218 | 25/03/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LXL6961 | 54615218 | 25/03/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 85/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 85/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IM462   | 54615220 | 28/03/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| IM462   | 54615220 | 28/03/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| IM462   | 54615220 | 28/03/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LWY9983 | 54616286 | 16/03/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXS4838 | 54615634 | 13/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LYG7675 | 54616283 | 04/03/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LZI2659 | 54615028 | 28/02/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZI2659 | 54615028 | 28/02/1999 | 66020      | 230 * VI      | 191.53      |
| LZI2659 | 54615028 | 28/02/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAI2570 | 54614743 | 07/03/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO

AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 86/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 86/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BFN6091 | 54616601 | 27/04/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| HB618   | 54618201 | 09/05/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWY2648 | 54617301 | 15/04/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXU0747 | 54615026 | 28/02/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXW5502 | 54615908 | 07/03/1999 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LYR8418 | 54616213 | 09/03/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LYR8418 | 54616213 | 09/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZN8236 | 54616481 | 25/02/1999 | 57380      | 186 * II      | 191.53      |
| LZN8236 | 54616481 | 25/02/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAY2397 | 54617604 | 09/05/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| MAY2397 | 54617604 | 09/05/1999 | 51690      | 165           | 957.69      |
| MCD7490 | 54617601 | 29/04/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 87/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 87/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWW3082 | 54618552 | 03/05/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXC3853 | 54614462 | 13/03/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LXC3853 | 54614462 | 13/03/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXC3853 | 54614462 | 13/03/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 88/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 88/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYD8356 | 54618503 | 28/04/1999 | 57460      | 187 * I       | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 89/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 89/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYL1129 | 54616602 | 01/06/1999 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| MAI4257 | 54618203 | 20/06/1999 | 52740      | 175           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 90/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 90/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| IM540   | 54616707 | 25/05/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| IM540   | 54616707 | 25/05/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LZX3498 | 54618452 | 27/05/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZX3498 | 54618452 | 27/05/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 91/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 91/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MCI4620 | 54618506 | 12/06/1999 | 52740      | 175           | 191.53      |
| MCI4620 | 54618506 | 12/06/1999 | 52150      | 170           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 92/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 92/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYZ3855 | 54617252 | 15/06/1999 | 70640      | 244 * IV      | 191.53      |
| LYZ3855 | 54617252 | 15/06/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 93/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 93/1999



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento   | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|-----------------|-------------|
| LWV1137 | 54616961 | 31/07/1999 | 66370      | 230 * IX        | 127.69      |
| LWV1137 | 54616961 | 31/07/1999 | 50100      | 162 * I         | 574.61      |
| LWV1137 | 54616961 | 31/07/1999 | 51180      | 164 c/c 162 * I | 574.61      |
| LXI0440 | 54617007 | 16/05/1999 | 51690      | 165             | 957.69      |
| LXI0440 | 54617007 | 16/05/1999 | 52150      | 170             | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 94/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 94/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| GLA4738 | 54617610 | 04/08/1999 | 55680      | 181 * XIX     | 127.69      |
| LXW0400 | 54616713 | 19/07/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LXW0400 | 54616713 | 19/07/1999 | 70300      | 244 * I       | 191.53      |
| LZH2631 | 54616712 | 07/07/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAE8914 | 54616957 | 12/07/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| MAE8914 | 54616957 | 12/07/1999 | 70560      | 244 * III     | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 95/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 95/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWZ6585 | 54617352 | 09/08/1999 | 53800      | 181 * I       | 85.12       |
| LYJ8960 | 54616610 | 16/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MCB4130 | 54617055 | 16/08/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 96/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 96/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ALJ1503 | 54617053 | 16/08/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| IM540   | 54616853 | 19/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| IM540   | 54616853 | 19/08/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |
| IM540   | 54616853 | 19/08/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| IM540   | 54616853 | 19/08/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LWZ2531 | 54617009 | 22/08/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LWZ2531 | 54617009 | 22/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LXU9962 | 54616614 | 18/08/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXU9962 | 54616614 | 18/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LZL2790 | 54616609 | 16/08/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI

DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 97/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 97/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| BNU6678 | 54618214 | 08/09/1999 | 60500      | 208           | 191.53      |
| LWS7205 | 54617629 | 01/09/1999 | 60250      | 206 * IV      | 191.53      |
| LYL5483 | 54618217 | 09/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| MAL0473 | 54617631 | 06/09/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| MAT3048 | 54618213 | 06/09/1999 | 54520      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 98/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 98/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXG2590 | 54618219 | 10/09/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXT4008 | 54617638 | 10/09/1999 | 66370      | 230 * IX      | 127.69      |
| LXT4008 | 54617638 | 10/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYB4335 | 54617802 | 09/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYB4335 | 54617802 | 09/09/1999 | 54870      | 181 * XI      | 127.69      |
| MCD7490 | 54617634 | 08/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 99/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 99/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto   | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AGT7233 | 54618224 | 14/09/1999 | 51850      | 167           | 127.69      |
| LXH1189 | 54617647 | 20/09/1999 | 69120      | 232           | 53.20       |
| LYW8951 | 54617642 | 19/09/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| LYW8951 | 54617642 | 19/09/1999 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |
| LZD1935 | 54616611 | 16/08/1999 | 65990      | 230 * V       | 191.53      |
| MAE7705 | 54618237 | 24/09/1999 | 55410      | 181 * XVII    | 53.20       |
| MCD7490 | 54617356 | 12/09/1999 | 70480      | 244 * II      | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1790/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1790/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCE7935 | 54658456C | 27/10/2014 | 66371      | 230 * IX      |
| MCE7935 | 54658455C | 27/10/2014 | 65992      | 230 * V       |
| MHN4422 | 55699264E | 30/10/2014 | 66372      | 230 * IX      |



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1791/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 1791/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| AIX2179 | 55699605E | 03/11/2014 | 55250      | 181 * XV      |
| APC8797 | 55697748E | 29/10/2014 | 55414      | 181 * XVII    |
| IOJ6820 | 55700406E | 01/11/2014 | 55411      | 181 * XVII    |
| IQD5211 | 55029746E | 02/11/2014 | 55250      | 181 * XV      |
| IQY4545 | 55029720E | 18/10/2014 | 55250      | 181 * XV      |
| LXX9968 | 55030319E | 08/11/2014 | 55414      | 181 * XVII    |
| MFF6068 | 55699567E | 06/11/2014 | 51851      | 167           |
| MGZ4001 | 55029739E | 26/10/2014 | 55250      | 181 * XV      |
| MHN4422 | 55699265E | 30/10/2014 | 58350      | 195           |
| MID0131 | 55699495E | 13/11/2014 | 58350      | 195           |
| MLW7705 | 55696797E | 24/10/2014 | 55411      | 181 * XVII    |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CARLOS FERNANDO DEM TRIO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 523/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.436 523/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KDX4307 54856422 21/01/2007 51690 165  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**IOMERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 100/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 100/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MIE7404 | 54546874C | 14/03/2012 | 73400      | 252 * IV      | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 104/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 104/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MCJ3842 | 54546929C | 21/06/2012 | 51691      | 165           | 957.69      |
| MCJ3842 | 54546930C | 21/06/2012 | 65800      | 230 * IV      | 191.53      |
| MCJ3842 | 54546931C | 21/06/2012 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 13/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 13/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| DGW9308 | 54941425B | 04/12/2007 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 18/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 18/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MGV8721 | 54941492B | 07/03/2008 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 19/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 19/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZG6896 | 54941490B | 05/03/2008 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 26/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 26/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LXA4954 | 54941497B | 13/03/2008 | 50100      | 162 * I       | 574.61      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 31/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 31/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ADK0062 | 54941564B | 02/07/2008 | 69200      | 233           | 127.69      |
| LYE5087 | 54941449B | 09/07/2008 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 32/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 32/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAU7369 | 54941582B | 30/07/2008 | 69200      | 233           | 127.69      |
| MBV7193 | 54941584B | 05/08/2008 | 54522      | 181 * VIII    | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 40/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 40/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LYS8267 | 54941536B | 26/01/2009 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 42/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 42/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MDF0937 | 54941541B | 16/03/2009 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 48/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 48/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MFP8209 | 54546507C | 27/08/2009 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 49/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 49/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LWX7527 | 54941546B | 22/04/2009 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 5/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 5/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| AIP5480 | 54941502B | 04/11/2006 | 65480      | 229           | 85.13       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 57/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 57/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZL1673 | 54546520C | 15/01/2010 | 51851      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-



GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 58/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 58/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MDQ1250 | 54941593B | 13/09/2008 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 59/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 59/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZL1673 | 54546719C | 12/03/2010 | 65482      | 229           | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 60/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 60/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZZ4426 | 54546720C | 16/03/2010 | 51851      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 65/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 65/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MCS2227 | 54546650C | 24/02/2010 | 51851      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 68/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 68/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MHE6080 | 54546734C | 27/11/2010 | 70991      | 244 * VII     | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 77/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 77/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ABR9319 | 54546666C | 19/03/2011 | 69120      | 232           | 53.20       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 78/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 78/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| ANR2683 | 54546541C | 07/05/2011 | 52741      | 175           | 191.53      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 88/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 88/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| DWN3712 | 54546763C | 24/10/2011 | 69200      | 233           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 91/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 91/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| LZO4761 | 54546549C | 18/11/2011 | 51851      | 167           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 94/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 94/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MKL6330 | 54546862C | 21/12/2011 | 60681      | 209           | 127.69      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 99/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 99/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|-------------|
| MEI1932 | 54546905C | 11/02/2012 | 57200      | 186 * I       | 127.69      |
| MGI7283 | 54546871C | 28/02/2012 | 55250      | 181 * XV      | 85.12       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 1/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 1/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| LXN8804 | 54941453B | 13/09/2006 | 65990 | 230 * V |
| LXN8804 | 54941453B | 13/09/2006 | 69120 | 232     |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 10/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 10/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| LYT7667 | 54941419B | 07/11/2007 | 57200 | 186 * I |
| MDV7704 | 54941468B | 14/11/2007 | 69200 | 233     |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 101/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 101/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXW6764 54546933C 15/07/2012 65481 229  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 102/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 102/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHZ4320 54546693C 21/08/2012 66371 230 \* IX  
MHZ4320 54546692C 21/08/2012 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.740 103/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 103/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHZ4320 54546689C 21/08/2012 52400 173  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 105/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 105/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJN4190 54546696C 09/09/2012 65481 229  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 106/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 106/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MHC8574 | 54546688C | 21/08/2012 | 52400      | 173           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 107/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 107/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| GWD7485 | 54546880C | 06/10/2012 | 73740      | 253           |
| MFQ5735 | 54546698C | 10/10/2012 | 54522      | 181 * VIII    |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 108/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 108/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ADX2659 54546882C 11/11/2012 52741 175  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 109/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 109/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| ADX2659 | 54546881C | 11/11/2012 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 11/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 11/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| BGE8061 | 54941479B | 11/12/2007 | 57200      | 186 * I       |
| BOO9037 | 54941427B | 04/12/2007 | 57200      | 186 * I       |
| MAI1181 | 54941470B | 29/11/2007 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 110/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 110/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFL5298 54546883C 03/01/2013 54600 181 \* IX  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 111/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 111/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYW1169 | 54546954C | 01/02/2013 | 51851      | 167           |
| MDM6378 | 54546939C | 20/02/2013 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 112/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 112/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MKD2836 | 54546936C | 02/10/2012 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 113/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 113/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MID9111 54546941C 05/04/2013 57200 186 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 115/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 115/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYO6700 | 54546944C | 19/07/2013 | 54600      | 181 * IX      |
| MGW2101 | 54546945C | 02/08/2013 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 116/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 116/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LXL5361 | 54546950C | 02/10/2013 | 67261      | 230 * XVIII   |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 117/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 117/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BHP7930 54546887C 07/10/2013 65565 230 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 118/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 118/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| IBX2055 | 54546960C | 05/10/2013 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 119/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 119/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| HDD0204 | 54546964C | 11/10/2013 | 50100      | 162 * I       |
| LYH6810 | 54796555E | 14/10/2013 | 50100      | 162 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 12/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 12/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AAS8062 54941484B 29/12/2007 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 120/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 120/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LZY1324 | 54796554E | 14/10/2013 | 50450      | 162 * V       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 121/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 121/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MFN7118 | 54796501E | 13/10/2013 | 52070      | 169           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 122/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 122/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| CKB0330 | 54796507E | 29/11/2013 | 65992 | 230 * V |
| MFD0228 | 54796601E | 02/11/2013 | 65992 | 230 * V |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 14/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 14/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MEA1223 | 54941434B | 11/01/2008 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 15/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 15/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYB7370 | 54941495B | 07/03/2008 | 65990      | 230 * V       |
| LYB7370 | 54941493B | 07/03/2008 | 50100      | 162 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 16/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 16/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LWX1337 54941491B 05/03/2008 57200 186 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 164/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 164/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| FAN4080 | 54796803E | 24/10/2014 | 73400      | 252 * IV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 165/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 165/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| AME0883 | 54796704E | 30/10/2014 | 51851      | 167           |
| LZB4390 | 54796854E | 27/10/2014 | 51851      | 167           |
| LZE6427 | 54796762E | 24/10/2014 | 51851      | 167           |
| MDA5018 | 54796851E | 23/10/2014 | 51851      | 167           |
| MKX6820 | 54796763E | 28/10/2014 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 17/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 17/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ABB5767 54941498B 27/03/2008 57200 186 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 2/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 2/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MDD1155 | 54941452B | 13/09/2006 | 66020      | 230 * VI      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 20/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 20/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCL8020 | 54941442B | 19/05/2008 | 57200      | 186 * I       |
| MCL8020 | 54941442B | 19/05/2008 | 73400      | 252 * IV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 21/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 21/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |            |
|---------|-----------|------------|-------|------------|
| DEE9226 | 54941443B | 07/06/2008 | 54280 | 181 * V    |
| LYE5630 | 54941441B | 13/05/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MAO4544 | 54941519B | 20/05/2008 | 69200 | 233        |
| MBY9204 | 54941518B | 20/05/2008 | 69200 | 233        |
| MCI9011 | 54941551B | 12/05/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MCJ8842 | 54941552B | 21/05/2008 | 54520 | 181 * VIII |
| MEW1314 | 54941446B | 12/06/2008 | 70990 | 244 * VII  |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 22/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 22/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |           |
|---------|-----------|------------|-------|-----------|
| DAS5097 | 54941570B | 11/07/2008 | 54950 | 181 * XII |
| MAU0335 | 54941444B | 07/06/2008 | 55250 | 181 * XV  |
| MCZ2060 | 54941561B | 05/06/2008 | 57200 | 186 * I   |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.740 23/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 23/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |            |
|---------|-----------|------------|-------|------------|
| AJX8157 | 54941565B | 11/07/2008 | 54950 | 181 * XII  |
| AMM7077 | 54941526B | 13/07/2008 | 52070 | 169        |
| IJA4068 | 54546552C | 09/08/2008 | 57200 | 186 * I    |
| LYL5641 | 54941578B | 12/07/2008 | 54522 | 181 * VIII |
| LZG9296 | 54941448B | 30/06/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MAS4542 | 54941579B | 13/07/2008 | 54522 | 181 * VIII |
| MDS1600 | 54941447B | 18/06/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MDX9855 | 54941573B | 12/07/2008 | 54950 | 181 * XII  |
| MGI0450 | 54941567B | 11/07/2008 | 54950 | 181 * XII  |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS



PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 24/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 24/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| ADO6238 | 54546557C | 27/08/2008 | 57200      | 186 * I       |
| LXB4135 | 54941583B | 30/07/2008 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 25/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 25/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |            |
|---------|-----------|------------|-------|------------|
| CJH7140 | 54941530B | 22/08/2008 | 69200 | 233        |
| LYK5702 | 54546561C | 05/09/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MAG6621 | 54546559C | 05/09/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MAW6580 | 54546554C | 12/08/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MFD3059 | 54546564C | 17/09/2008 | 54522 | 181 * VIII |
| MFG7400 | 54941596B | 19/09/2008 | 57200 | 186 * I    |
| MHB6661 | 54546555C | 15/08/2008 | 70481 | 244 * II   |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO

DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 27/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 27/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| AAF3487 | 54941594B | 16/09/2008 | 57200 | 186 * I |
|---------|-----------|------------|-------|---------|

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 28/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 28/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MEG1056 | 54546558C | 02/09/2008 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 29/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 29/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| MFC3475 | 54546566C | 06/10/2008 | 57200 | 186 * I |
| MGW0320 | 54941531B | 01/10/2008 | 69200 | 233     |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 3/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 3/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MFK6061 | 54941460B | 06/11/2006 | 69120      | 232           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 30/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 30/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MBM8772 | 54941598B | 31/10/2008 | 54522      | 181 * VIII    |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 33/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 33/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MER8178 54941600B 03/12/2008 54522 181 \* VIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 34/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 34/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| CKB0330 | 54941535B | 14/11/2008 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 35/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 35/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCO7235 | 54941407B | 29/06/2007 | 69200      | 233           |
| MEG1056 | 54546568C | 27/01/2009 | 57200      | 186 * I       |
| MEV1507 | 54546569C | 29/01/2009 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 36/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 36/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |     |
|---------|-----------|------------|-------|-----|
| CSX3555 | 54941538B | 10/02/2009 | 69200 | 233 |
| MMB1980 | 54941537B | 10/02/2009 | 69200 | 233 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 37/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 37/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LBS4800 | 54546605C | 20/02/2009 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 38/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 38/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| AGS6685 | 54546609C | 27/03/2009 | 54521      | 181 * VIII    |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 39/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 39/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |     |
|---------|-----------|------------|-------|-----|
| CSX3555 | 54941540B | 16/03/2009 | 69200 | 233 |
| MDM6100 | 54941542B | 16/03/2009 | 69200 | 233 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 4/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 4/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYZ7175 | 54941462B | 19/12/2006 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 41/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 41/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MEV7241 | 54546615C | 20/04/2009 | 54522      | 181 * VIII    |
| MFK9463 | 54546620C | 29/04/2009 | 54522      | 181 * VIII    |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 43/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 43/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFK0728 54546621C 01/06/2009 57200 186 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 44/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 44/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MDR3411 | 54941547B | 24/06/2009 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 45/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 45/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MAB0878 | 54546586C | 22/08/2009 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 46/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 46/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |     |
|---------|-----------|------------|-------|-----|
| ALS3092 | 54941548B | 06/07/2009 | 69200 | 233 |
| MAY2018 | 54546624C | 27/07/2009 | 69200 | 233 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 47/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 47/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MGV3313 | 54941549B | 19/07/2009 | 65300      | 228           |
| MHG4082 | 54546503C | 16/07/2009 | 57200      | 186 * I       |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 50/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 50/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| IMO7005 | 54546509C | 24/11/2009 | 69200      | 233           |
| MCP1426 | 54546508C | 21/09/2009 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 51/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 51/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |         |
|---------|-----------|------------|-------|---------|
| MDN5983 | 54546633C | 02/12/2009 | 57200 | 186 * I |
| MGG6736 | 54546632C | 26/11/2009 | 57200 | 186 * I |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 52/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 52/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MAJ0788 | 54546512C | 17/12/2009 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 53/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 53/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MFF2493 | 54546642C | 08/01/2010 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 54/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 54/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ANV3738 54546701C 24/02/2010 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 55/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 55/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| BTG0126 | 54546522C | 25/01/2010 | 57200      | 186 * I       |
| LXM0329 | 54546705C | 04/03/2010 | 51851      | 167           |
| LYK3990 | 54546704C | 28/02/2010 | 51851      | 167           |
| LZZ3445 | 54546713C | 08/03/2010 | 51851      | 167           |
| MAL3567 | 54546646C | 18/02/2010 | 51851      | 167           |
| MGW2101 | 54546722C | 16/03/2010 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 56/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 56/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| IJU6399 | 54546724C | 31/03/2010 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 6/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 6/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYT3846 54941461B 16/12/2006 65990 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 61/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 61/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LXL8759 | 54546709C | 04/03/2010 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 62/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 62/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| ALP6910 | 54546526C | 08/07/2010 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 63/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 63/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEU3507 54546592C 06/08/2010 58350 195  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 64/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 64/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LZL9503 | 54546532C | 25/08/2010 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 66/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 66/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MGS8745 | 54546598C | 02/09/2010 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 67/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 67/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MDA0301 54546591C 24/06/2010 66102 230 \* VII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 69/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 69/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| IFA6175 | 54546802C | 26/01/2011 | 51851      | 167           |
| MHF3399 | 54546738C | 13/01/2011 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 7/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 7/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento   |
|---------|-----------|------------|------------|-----------------|
| MBO5731 | 54941506B | 04/02/2007 | 50610      | 163 c/c 162 * I |
| MBO5731 | 54941507B | 04/02/2007 | 50100      | 162 * I         |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 70/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 70/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAJ9098 54546661C 16/02/2011 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 71/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 71/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCC8467 | 54546803C | 17/02/2011 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 72/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 72/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MED4984 | 54546809C | 21/02/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 73/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 73/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYI6941 54546664C 10/03/2011 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 74/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 74/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MAM4741 | 54546736C | 27/11/2010 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 75/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 75/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCF1420 | 54546816C | 11/04/2011 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 76/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 76/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFN7326 54546536C 25/04/2011 70481 244 \* II  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 79/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 79/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MDS2921 | 54546821C | 22/07/2011 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 8/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 8/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYW9434 | 54941403B | 01/04/2007 | 73400      | 252 * IV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 80/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 80/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

EBU1061 54546822C 30/08/2011 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 81/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 81/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MCO3077 | 54546827C | 14/09/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 82/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 82/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYH5993 | 54546753C | 12/09/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 83/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 83/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BOD8216 54546542C 13/09/2011 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 84/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 84/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| AIS4195 | 54546733C | 26/09/2010 | 55250      | 181 * XV      |
| MHG9581 | 54546732C | 23/09/2010 | 55250      | 181 * XV      |
| MHR2769 | 54546754C | 16/09/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 85/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 85/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LYX6440 | 54546760C | 05/10/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 86/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 86/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AKA8750 54546547C 02/11/2011 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 87/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 87/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MGV9197 | 54546834C | 13/11/2011 | 55250      | 181 * XV      |
| MHU0190 | 54546836C | 18/11/2011 | 51851      | 167           |
| MIK2569 | 54546837C | 18/11/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 89/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 89/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MAJ9386 | 54546768C | 07/12/2011 | 51851      | 167           |
| MEE1043 | 54546766C | 07/12/2011 | 51851      | 167           |
| MGG5066 | 54546853C | 11/12/2011 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 9/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 9/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CGF0173 54941411B 15/07/2007 54870 181 \* XI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 90/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 90/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| DBC0439 | 54546678C | 15/12/2011 | 54790      | 181 * X       |
| MAR1530 | 54546775C | 14/12/2011 | 51851      | 167           |
| MAT7339 | 54546800C | 28/12/2011 | 51851      | 167           |
| MBY3064 | 54546856C | 16/12/2011 | 51851      | 167           |
| MDD3707 | 54546771C | 12/12/2011 | 51851      | 167           |
| MHR9116 | 54546781C | 20/12/2011 | 51851      | 167           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 92/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 92/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| BGQ4391 | 54546869C | 16/02/2012 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 93/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 93/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |     |
|---------|-----------|------------|-------|-----|
| BGQ4391 | 54546903C | 07/02/2012 | 51851 | 167 |
| BGQ4391 | 54546904C | 07/02/2012 | 51852 | 167 |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 95/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 95/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| LZL0811 | 54546916C | 12/03/2012 | 51851      | 167           |
| MCC6849 | 54546785C | 23/12/2011 | 55250      | 181 * XV      |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 96/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 96/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

| Placa   | N.Auto    | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento |
|---------|-----------|------------|------------|---------------|
| MFM2804 | 54546923C | 29/03/2012 | 69200      | 233           |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 97/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 97/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |          |
|---------|-----------|------------|-------|----------|
| AKA6117 | 54546912C | 09/03/2012 | 51851 | 167      |
| MGM4284 | 54546914C | 12/03/2012 | 51851 | 167      |
| MIK2569 | 54546683C | 06/02/2012 | 73662 | 252 * VI |

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 98/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.740 98/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

|         |           |            |       |     |
|---------|-----------|------------|-------|-----|
| MJC3239 | 54546925C | 30/03/2012 | 51851 | 167 |
|---------|-----------|------------|-------|-----|

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
MARCELINO RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**IPUMIRIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 383/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 383/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
EAB9797 54925302D 28/06/2013 55411 181 \* XVII  
KBR8012 54925589D 10/06/2013 58350 195  
KBR8012 54925435D 10/06/2013 52741 175  
LYF9944 54925437D 12/06/2013 65992 230 \* V  
LYF9944 54925436D 12/06/2013 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

